Cadernos

#11
24 DE JUNHO A 7 DE JULHO DE 2026

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



Estados Unidos da América comemoram 250 anos de independência em cenário de polarização política, com duas iniciativas: uma, do Congresso (America250) e outra, do presidente Trump (Freedom to 250).



Do devastador terremoto duplo na Venezuela, as equipes agora só removem milhares de cadáveres sob montes de escombros. Daqui para diante, começam as custosas ações de reconstrução do que foi destruído, inclusive instalações de saúde.



2ª. Reunião do Comitê Diretivo da Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul na ALC reúne em Santiago delegações oficiais de 20 países membros da CEPAL, agências de cooperação e outros atores da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento.





SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

21 – Avaliando os ODS: HLPF 2026 – *Paulo M. Buss e Santiago Alcázar*

32 – Crianças maluquinhas – *Santiago Alcázar*

36 – Será que um futuro Secretário-Geral da ONU oriundo da América Latina poderá salvar o multilateralismo? – *Sebastián Tobar*

43 – Direitos humanos, saúde e dignidade – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

55 – Atualizações da Saúde Global: Negociações do PABS, Relatório sobre o Câncer, Codex Alimentarius e Ebola **–** *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

62 – Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável: Resultados dos Principais Processos Multilaterais de Junho de 2026 **–** *Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães*

75 – Aprendizagem ao Longo da Vida, Trabalho Decente e Desenvolvimento de Competências em um Mundo em Transformação – *Frederico Peres*

85 – Migrações, Refúgio e Saúde Global: Implementação da PNMRA e Crises Humanitárias na Venezuela e no Líbano – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

90 – Violência contra mães: contribuições do relatório das Nações Unidas para o debate sobre direitos humanos – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

103 – Iniciativas da UNESCO para a promoção da tolerância, da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais – *Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*

108 – A nova geopolítica dos alimentos: causas das crises alimentares e soluções nacionais – *Eduardo Nilson, Erin William e Denise Oliveira e Silva*

128 – O BID e a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza – *Isis Pillar Cazumbá*

131 – Ajuda humanitária e financeira à Venezuela: atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e coordenação com a ONU – *Laura Tavares Soares*

141 – Programa WTO Chairs e financiamento do desenvolvimento nos países em desenvolvimento – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

152 – Os Terremotos na Venezuela e os Desafios da Ajuda Humanitária em Diferentes Partes do Mundo – *Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Helena de Vasconcellos e Sousa e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

174 – Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

198 – G20, G7 e OCDE **–** *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

211 – Ministros do BRICS concluem a 16ª Reunião de Agricultura com foco em segurança alimentar. Uzbequistão ingressa no NBD. Brasil e Índia travam cooperação em minerais críticos – *Claudia Hoirisch*

216 – Os ventos da mudança política sopram sobre a superfície latino-americana, mas "as veias continuam abertas" – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

234 – Venezuela 2026: Um ano desastroso, duas tragédias – *Oscar Feo Istúriz*

236 – Equidad Sostenible: un marco científico para fortalecer el desarrollo humano desde la experiencia y los desafíos de Cuba – *Juan Garay*

251 – Resposta ao surto de Ebola e governança de saúde: desafios e cooperação regional – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

265 – Europa derretendo – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

273 – Mil dias de guerra: Gaza devastada, crianças sem futuro e o acelerado apagamento palestino na Cisjordânia – *Lúcia Marques*

281 – Assistência social e monetária – *André Costa Lobato e Anabela Santiago*

290 – EUA aos 250 anos: é hora de retomar a sabedoria dos fundadores – *Jeffrey D. Sachs*

292 – A doutrina Donroe e a América Latina: um balanço – *Paulo Esteves*

304 – A 1ª Conferência Nacional dos ODS e a retomada da participação social na Agenda 2030 no Brasil – *Vinicius Marinho Ameixa*

311 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

312 – Editores e autores dos cadernos

317 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

318 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 11/2026

24 de junho a 7 de julho de 2026

Sumário Executivo

Não se procuram mais sobreviventes. Trata-se agora de resgatar milhares de corpos que ainda estão sob escombros em regiões da **Venezuela** mais duramente atingidas pelos terremotos de 24 de junho. Foram dois terremotos consecutivos (magnitudes 7,2 e 7,5) que atingiram a região centro-norte do país, afetando pelo menos 7 estados, sendo La Guaira o mais gravemente impactado. A *Organização Panamericana da Saúde* tem emitido informes quase diários sobre a situação, nos quais detalha não apenas as mortes já registradas, os milhares de feridos e os danos sofridos pela infraestrutura geral e sanitária, como também as enormes necessidades pós-terremoto por parte dos serviços de saúde, além dos recursos que, na qualidade de autoridade sanitária regional das Américas, têm mobilizado em apoio ao país (ver: https://www.paho.org/en/earthquakes-venezuela-2026). O governo brasileiro, com a participação da Fiocruz, enviou dezenas de profissionais especialistas e entregou ajuda humanitária e para situações de emergência ao país.

Os *Cadernos* registram o imenso pesar da Presidência e da comunidade da Fiocruz com o infausto evento e expressam a mais sincera solidariedade ao povo da **Venezuela**, pelas mais de 4 mil mortes já identificados e os milhares de feridos em tratamento. Expressamos nossa especial solidariedade ao colega e amigo, colaborador dos *Cadernos*, o médico e pesquisador brasileiro *Armando de Negri*, representante da OPAS no país, que coordena boa parte da agenda sanitária e humanitária de emergência. O médico sanitarista venezuelano *Oscar Feo* escreveu curto artigo de opinião, intitulado *Duas tragédias*, no qual comenta a intervenção militar dos EUA no país e os devastadores terremotos que acometeram a Venezuela.

Na sequência de eventos de interesse da saúde global acompanhados sistematicamente pelos *Cadernos,* registramos a reunião anual 2026 do **Conselho Econômico Social (ECOSOC) das Nações Unidas,** que se realiza na sede da ONU, em Nova York, de 7 a 15 de julho, incluindo o *Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)* e o *segmento ministerial do Fórum* (13 a 15 de julho), como parte do *Segmento de Alto Nível do ECOSOC*. O tema do HLPF é "*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para um futuro sustentável para todos*". O HLPF de 2026, reconhecendo plenamente a natureza integrada, indivisível e interligada dos ODS, propõe-se a realizar análises aprofundadas dos seguintes ODS: ODS 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos; ODS 7. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos; ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

36 países apresentarão seus *Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs)* no HLPF 2026: Albânia, Argélia, Bahrein, **Brasil**, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Democrática do Congo, Egito, Estônia, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Itália, Jamaica, Jordânia, Kiribati, Libéria, Malawi, Ilhas Marshall, Moçambique, Noruega, República da Moldávia, Ruanda,

São Cristóvão e Névis, Arábia Saudita, Senegal, Somália, Suíça, Togo, Tonga, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia e Uruguai.

Entre os documentos alimentadores dos debates destacam-se três informes do *Secretário Geral*, de natureza mais política; o balanço sobre os ODS, preparado do *Departamento Econômico Social das Nações Unidas (UN/DESA)*, de caráter mais técnico; e da *Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN),* reconhecida pela ONU, mas que trabalha com estruturas políticas e organizações que estão fora da esfera oficial da Organização. Também se constitui em documento basal o Relatório de Avaliação dos ODS, preparado pelo UN/DESA. Todos estes documentos estão disponíveis no site oficial da HLPF: https://hlpf.un.org/2026 e são sumarizados no artigo de *Buss e Alcazar*, neste fascículo. A agenda a ser cumprida no HLPF se encontra em: https://docs.un.org/en/E/HLPF/2026/1

Buss e Alcázar apresentam *dois artigos sobre o HLPF de 2026*. Eles buscam situar o leitor na complexa rede de atores políticos e técnicos que compõem a cena global do HLPF, com a presença de governos de todos os Estados-membros, representantes de todas as agências, programas e fundos das Nações Unidas, e uma ampla gama de integrantes da sociedade civil e do setor privado.

Outro evento político que mereceu nossa atenção na quinzena foi a **68ª Cúpula do Mercosul**, realizada em Assunção, no dia 30 de junho, sob a presidência *pro tempore* do Paraguai. Os principais temas debatidos incluíram a busca por acordos comerciais extrarregionais, o apoio regional à Bolívia e o debate sobre ajuda humanitária às vítimas dos terremotos na Venezuela. Nossos analistas ***Sebastián Tobar e Sâmia Brito*** aprofundam a análise doas resultados da Cúpula no seu informe sobre ALC neste fascículo.

Delegações de 20 países participaram da 2ª Reunião da **Mesa Diretiva sobre Cooperação Sul-Sul da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL),** em Santiago, Chile, dia 25 de junho último (https://www.cepal.org/es/comunicados/autoridades-expertos-reafirman-rol-la-cooperacion-sur-sur-como-un-instrumento). Autoridades e especialistas participantes da Mesa reafirmam o papel da Cooperação Sul-Sul como instrumento estratégico para contribuir para a construção de uma ordem internacional mais inclusiva e equilibrada. A Mesa dá sequência aos trabalhos da *2ª Conferência Regional* sobre o tema realizada em junho de 2025, também na sede da Cepal (https://conferenciacss.cepal.org/2/es). Diante da crise aberta pela retirada dos EUA do financiamento da cooperação internacional, a cooperação Sul-Sul é retomada com força pelos países da região. Leia mais no informe sobre **Sul Global** neste fascículo. Participe do *Seminário Avançado de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, dia 15 de julho, de 10h-13h, que abordará o tema "*Cooperação Sul-Sul: Mais necessária do que nunca"*

Na OMS, realiza-se, de 6 a 17 de julho, a sétima reunião do **Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Acordo sobre Pandemias da OMS** WHO Pandemic Agreement como foco no tema polêmico do acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS) Outcome of the open-ended Intergovernmental Working Group on the WHO Pandemic Agreement in relation to the drafting and negotiation of the Annex described in Article 12 of the WHO Pandemic Agreement, sobre o qual, depois de 2 anos de trabalho do Grupo, ainda restam divergência entre os países. O programa de trabalho a ser desenvolvido se encontra em WHO | IGWG7. O discurso do DG Tedros Adhanom, que plasma a urgência e a importância do tema no enfrentamento de uma possível futura pandemia pode ser lido em: WHO Director-General's opening remarks at the Seventh meeting of the Intergovernmental Working Group (IGWG) on the WHO Pandemic Agreement – 6 July 2026. Leia mais no informe dos nossos analistas ***Bermudez, Reges e***

Galvão neste fascículo, que também comentam o recém-lançado novo Relatório Global sobre Câncer https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/4569172f-1a59-4a41-9e17-68f79564b03e/content

Eleições para Secretário Geral das Nações Unidas

Em setembro, realiza-se a eleição do novo(a) secretário(a)-geral da ONU para o período 2027-2031 (5 anos), com posse em 1º de janeiro de 2027. Os candidatos confirmados são seis:

- *Michelle Bachelet (Chile)*: Ex-presidente do Chile, ex-diretora da ONU Mulheres e ex-Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos. É apoiada por Brasil e México, mas não por seu país de origem, o Chile, hoje dirigido pelo direitista Kast.
- *Rebeca Grynspan (Costa Rica):* Economista e ex-vice-presidente da Costa Rica, atualmente atuando na chefia da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).
- *Rafael Mariano Grossi (Argentina):* Diplomata e atual Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).
- *Macky Sall (Senegal):* Ex-presidente do Senegal, indicado oficialmente pela República do Burundi.
- *María Fernanda Espinosa (Equador):* Ex-ministra do Equador, atuou como Presidente da Assembleia Geral da ONU entre 2018 e 2019, indicada oficialmente por Antígua e Barbuda.
- *Carolyn Rodrigues Birkett (Guiana)*: Representante Permanente do país na ONU, indicada pela Guiana.

Tudo se configura para que a ONU tenha pela primeira vez uma mulher latino-americana como secretária-geral. Para saber mais sobre o processo em curso e ter informações sobre as candidaturas, acesse: Mais dois candidatos a Secretário-Geral da ONU enfrentam Estados-Membros – Centro de Conhecimento dos ODS.

Sobre o tema, leia artigo especial de nosso analista ***Sebastián Tobar***, intitulado *'Será que um futuro Secretário-Geral da ONU oriundo da América Latina poderá salvar o multilateralismo?'*, no qual o autor comenta que cinco latino-americanos disputam para se tornarem os próximos secretários-gerais da ONU e que suas candidaturas oferecem mais do que representação regional — elas apresentam uma oportunidade para repensar o multilateralismo em um mundo em transformação.

A brasileira Mariângela Simão é a nova Relatora Especial sobre Saúde no Conselho de Direitos Humanos da ONU



Na sua 62ª sessão, o *Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas* (Genebra, junho-julho de 2026) escolheu a médica e sanitarista brasileira *Mariângela Simão* para ser a nova Relatora Especial sobre o '*Direito de todos ao gozo do mais elevado nível possível de saúde física e mental'*. O *Caderno* trará entrevista especial com a nova Relatora Especial no próximo fascículo. O Conselho definiu também novos Relatores Especiais nas seguintes áreas: (1) Implicações para os direitos humanos da gestão e eliminação ambientalmente corretas de substâncias e resíduos perigosos; (2) Promoção e proteção do

direito à liberdade de opinião e expressão; e (3) Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

As guerras e os sacrifícios humanos e ambientais

O frágil cessar-fogo na guerra entre **EUA e Irã** foi rompido na 4a. (8/07), com o retorno dos bombardeios entre os dois países, com a alegação de ataques contra navios mercantes pelo Irã no Estreito de Ormuz e revide americano. Estaria se estabelecendo um novo normal entre os litigantes de 'guerra quente – guerra fria'? Ademais, o recrudescimento da guerra coincidiu com a realização da Cúpula da OTAN, em Ancara, capital da Turquia (ver abaixo).

As bombas continuam também caindo sobre **Gaza**, apesar da declaração do Hamas de que renunciava à administração da Faixa e depunha armas. Foram muito tocantes as imagens da população palestina assistindo jogos da Copa no Mundo em meio aos montes de destroços da Faixa. O **sul do Líbano** também continua sofrendo incursões das forças de ocupação de Israel, afetando a população que está retornando ao seu território. Tudo isso apesar das repetidas declarações de autoridades libanesas de que o Hezbolah estaria sendo controlado. Netanyahu não contém suas forças militares, infinitamente superiores.

Cúpula da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte): o que tem a ver com saúde

A *Cúpula da OTAN* de 2026 ocorreu nos dias 7 e 8 de julho de 2026, no Complexo Presidencial em Ancara, Turquia. O encontro reuniu chefes de Estado dos 32 países-membros para debater investimentos em defesa, a segurança europeia, a guerra na Ucrânia e o fortalecimento do chamado flanco sul da aliança. Mais uma vez, o protagonismo foi dos EUA: o presidente Trump cobrou que os países europeus assumam maior responsabilidade financeira, acelerando os esforços para atingir gastos de 5% do PIB em defesa e segurança. Ademais, Washington incentivou os aliados europeus a adquirirem equipamentos produzidos pela indústria de defesa norte-americana. Em meio às exigências de militarização da Europa, manifestantes tomaram as ruas das cidades de Istambul, Ancara e Izmir, postando cartazes com as inscrições "A OTAN mata, saiam do país" e "Não ao avanço da OTAN".

Os investimentos em cooperação para o desenvolvimento e a saúde saem comprometidos com a ampliação dos gastos militares. A redução foi drástica em 2025, com a eliminação da USAID e os recuos no financiamento dos países europeus, e continuam a crescer em 2026, contrariando o *Compromisso de Sevilha* sobre financiamento do desenvolvimento.

Proteger Cuba

Repetimos aqui um chamado a todos os democratas do mundo e, particularmente, da América Latina, para prestar concreta solidariedade com a população cubana, que vive imensa crise humanitária, e em defesa da soberania da ilha caribenha, que já deu exemplos contundentes ao mundo do que pode o Estado e a sociedade fazer pela educação e saúde de uma população, mesmo na vigência de cruéis adversidades impostas por um bloqueio econômico de dezenas de anos. Leia o artigo de ***Juan Garay***, por muitos anos dirigiu a cooperação da União Europeia em Cuba, que nos fala sobre a experiência de Cuba com a equidade sustentável.

América Latina rachada ao meio

As disputas presidenciais na ALC em 2026 se encerraram nessa última quinzena com as proclamações oficiais de vitória de *Keiko Fujimori,* nova presidente do Peru, e de *Abelardo de la*

Espriella na Colômbia, ambos representantes da direita na região. As diferenças com os segundos colocados foram mínimas em ambos os casos, o que deixa países politicamente polarizados. Por outro lado, também a região está rachada politicamente, com forças conservadoras ocupando grande parte dos países e forças progressistas comandando os governos dos dois maiores países da região, Brasil e México. A influência e as diretrizes do governo dos Estados Unidos, sob a gestão de Donald Trump, têm sido objeto de debates na região, especialmente por condicionar apoios políticos e econômicos a candidatos alinhados ao espectro conservador. Trump chegou a afirmar que o Brasil é o próximo jogo a ser jogado. Lula rebateu, dizendo que ele não se imiscuísse na eleição brasileira.

Nos informes sobre ALC dos próximos fascículos dos *Cadernos* vamos aprofundar análises sobre as políticas econômicas, sociais e de saúde, e respectivos planos de governo, dos novos governos eleitos na região.

Estados Unidos: 250 anos

Os Estados Unidos da América comemoram 250 anos de independência em cenário de polarização política, com duas iniciativas. A comissão oficial, não partidária, criada em 2016 pelo Congresso americano, chama-se *America250* (*U.S. Semiquincentennial Commission*), que realizou inúmeros eventos por todo o país. Paralelamente, o governo organizou uma frente própria de festejos chamada *Freedom 250.* As comemorações, em vez de unir, demonstraram a grande divisão que vive hoje o país, com os litigantes de olho nas eleições de meio de mandato, em novembro deste ano. Nelas estarão em disputa todas as 435 cadeiras da *Câmara de Representantes* e 35 das 100 cadeira do *Senado*, para determinar o *120º Congresso dos Estados Unidos*. Também serão disputadas 39 eleições para governadores estaduais e territoriais, eleições para procurador-geral e inúmeras eleições estaduais e locais. Neste fascículo proporcionamos ao leitor o acesso à tradução de um dos grandes economistas dos EUA, o prof. ***Jeffrey Sachs***, da Universidade de Colúmbia, colaborador frequente destes *Cadernos.*

Também sobre os Estados Unidos e, especificamente, a 'Doutrina Donroe', leia o artigo de ***Paulo Esteves*** neste fascículo.

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Buss e Alcázar fazem uma revisão sumária do que é o **Fórum Político de Alto Nível** (**HLPF**, na siga em inglês), com foco principal no HLPF de 2026, realizado sob os auspícios do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Destacam os principais componentes do Fórum e referem os principais documentos alimentadores dos debates, incluindo os Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) dos países. Inclui links de acesso ao riquíssimo material de grande importância para todos os interessados em saúde global e diplomacia da saúde, pela amplitude

das informações, análises e propostas que aportam ao debate do desenvolvimento e seus componentes que, ao fim e ao cabo, são determinantes sociais da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** trata da próxima reunião do Foro Político de Alto Nível, encarregado de examinar o estado de implementação dos ODS da Agenda 2030. Este ano, o HLPF irá focar nos ODS 6 (água), 7 (energia), 9 (infraestrutura) 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias para alcançar os ODS). Há avanços, mas o progresso é lento e insuficiente. O atual estado do mundo não favorece avanços sociais. O que fazer? A grande maioria dos países apoia os ODS e somente uma minoria se opõem. Enquanto isso, crianças em situação de vulnerabilidade fazem o que toda faz em qualquer situação: brincam.

Tobar analisa a possibilidade de um **futuro Secretário-Geral das Nações Unidas** oriundo da América Latina liderar a adaptação da ONU a uma "tempestade perfeita" composta por quatro grandes mudanças: a redistribuição do poder global, a transformação demográfica, a crise do modelo institucional e financeiro do multilateralismo e a necessidade de um novo modelo operacional para as Nações Unidas. O autor argumenta que uma candidatura latino-americana não seria apenas uma conquista simbólica, mas também uma oportunidade de contribuir com uma visão baseada na tradição diplomática e intelectual da região, particularmente em temas como desenvolvimento, desigualdade, cooperação internacional e multilateralismo.

O informe de ***Gaspar e De Negri Filho*** analisa dois relatórios temáticos apresentados na 62ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU** que abordam, sob diferentes perspectivas, a relação entre saúde, dignidade humana e direitos humanos. O primeiro examina a segregação histórica de pessoas afetadas pela hanseníase como uma forma de injustiça estrutural, propondo um marco baseado em verdade, justiça, reparação, memorialização e garantias de não repetição. O segundo reafirma a saúde como condição indispensável para a realização da dignidade humana, destacando os determinantes sociais, legais e comerciais da saúde, a participação social e a não discriminação. Em conjunto, os relatórios reforçam a centralidade da determinação social da saúde como eixo estruturante para a promoção da justiça, da equidade e dos direitos humanos.

Bermudez, Reges e Galvão abordam a retomada das negociações do **Anexo sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), no âmbito do Acordo sobre Pandemias da OMS,** que se constitui no principal destaque da quinzena, com ênfase no cenário político das negociações e nas perspectivas para a construção de consenso entre os Estados Membros. Também são apresentadas as principais mensagens do Diretor-Geral da OMS na abertura da sétima reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG), incluindo o apelo ao fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional. Destacam-se ainda: a publicação do *WHO Global Status Report on Cancer 2026*, que analisa avanços e desigualdades na resposta global ao câncer; a realização da 49ª sessão da Comissão do *Codex Alimentarius;* e uma atualização epidemiológica da OMS sobre o *surto de Ebola* por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda.

Galvão e Magalhães abordam temas na área de **saúde e ambiente**. Os principais processos multilaterais ocorridos na última quinzena de junho de 2026 reforçaram a urgência de acelerar a implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris. O Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre os ODS destaca que, apesar de avanços em governança, monitoramento e políticas públicas, o progresso permanece insuficiente, especialmente nos temas de clima,

biodiversidade, oceanos, água e cidades sustentáveis. Na 7ª Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS, foi defendida a maior integração entre as agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, ampliação do financiamento climático, fortalecimento da cooperação internacional e maior participação de governos locais e populações vulneráveis. O relatório da 1ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis ressaltou a necessidade de uma transição energética justa, baseada em fortalecimento institucional, planejamento integrado, transferência de tecnologia, capacitação e eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis, responsáveis por mais de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa. Paralelamente, a *Hamburg Sustainability Conference* reforçou a importância do multilateralismo, do financiamento sustentável e da criação da *South-North Commission on Development* para impulsionar a implementação dos ODS. Já a OEWG-15 da Convenção de Basileia manteve o avanço das negociações sobre resíduos plásticos, eletrônicos, baterias e têxteis, priorizando consensos técnicos e preparando decisões para a COP18 em 2027. Em conjunto, esses processos apontam para a necessidade de maior cooperação internacional, fortalecimento de capacidades, inovação e integração de políticas para transformar compromissos globais em ações concretas.

O artigo de ***Peres*** discute a oportunidade e os desafios da implementação de estratégias voltadas à aprendizagem em toda a vida no mundo do trabalho, através da análise dos principais pontos e conclusões de um relatório da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** sobre o tema. Parte da delimitação dos principais desafios contemporâneos, relacionados à transição tecnológica e às mudanças no mundo do trabalho para, através de uma compreensão ampliada do conceito de aprendizagem ao longo da vida, justificar a necessidade e a oportunidade de desenvolver habilidades e competências para o exercício da cidadania ativa, a organização coletiva, a promoção da inclusão social e garantia da justiça social. Posiciona a formação e a qualificação profissional como um objeto multifacetado que demanda estratégias integradas e intersetoriais para seu desenvolvimento, transcendendo às políticas tradicionais centradas na capacitação e nos treinamentos nos espaços de trabalho. Segundo o relatório da OIT, para o alcance da plena aprendizagem ao longo da vida, é necessário garantir que trabalhadoras e trabalhadores disponham do tempo e do apoio (financeiro, logístico etc.) necessários para uma aprendizagem significativa e emancipadora, estrategicamente integrada a outras políticas, como aquelas visando a proteção social, a garantia do emprego e a promoção do trabalho decente, entre outras. Conclui-se que a aprendizagem ao longo da vida precisa ser considerada não apenas como uma iniciativa individual ou ação pontual, mas como um bem público comum, essencial para o desenvolvimento de sociedades mais justas, resilientes e inclusivas. E que, uma vez colocada como pilar para a promoção do trabalho decente, tem imenso potencial de garantir que todas as pessoas possam aprender, trabalhar e viver com dignidade em um mundo em transformação.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** analisa **três eixos centrais das dinâmicas migratórias contemporâneas**. Primeiro, trata da implementação da *Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA) no Brasil*. O processo tem sido marcado por adiamentos, debates públicos e forte participação da sociedade civil, com o objetivo de aprimorar a governança migratória e assegurar direitos a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Em seguida, aborda a *crise na Venezuela*. O recente terremoto agravou a situação humanitária, causando destruição de infraestrutura, colapso dos serviços de saúde, desabastecimento de medicamentos, aumento do risco de doenças infecciosas e novos fluxos de deslocamento. O documento também destaca a resposta de organismos internacionais no apoio às populações afetadas. Por fim, examina os *impactos do conflito no Líbano sobre a*

população idosa deslocada. São apontados a deterioração da rede de saúde, as barreiras de acesso a serviços médicos e ajuda humanitária, além das consequências psicológicas e sociais da guerra. O informe conclui defendendo a ampliação das ações humanitárias, o fortalecimento dos sistemas de saúde e a garantia de proteção às populações mais vulneráveis.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Massari, Vilella e Gomes*** apresentam o relatório *Violence against Mothers* (A/HRC/62/49), elaborado pela Relatora Especial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas, Reem Alsalem, que analisa a maternidade como um fator que pode expor mulheres a formas específicas de violência, discriminação e violações de direitos humanos. O documento demonstra que essas violações ocorrem em diferentes contextos, incluindo os sistemas de saúde, justiça, trabalho e proteção social, sendo influenciadas por estereótipos de gênero e desigualdades estruturais. Destaca ainda que mulheres em situação de vulnerabilidade, como aquelas em condição de pobreza, com deficiência, migrantes ou pertencentes a grupos racializados, enfrentam riscos acrescidos. O relatório enfatiza que a violência relacionada à maternidade constitui uma questão de direitos humanos e de saúde pública, exigindo respostas estatais articuladas.

Gaspar e Sanglard apresentam a página institucional da **UNESCO** dedicada à promoção da tolerância, da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais. O conteúdo aborda o compromisso histórico da Organização no combate ao racismo sistêmico, desde a Declaração sobre Raça de 1950 até iniciativas contemporâneas como o Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação. Destacam-se também projetos como a História Geral da Humanidade, a Rota do Escravo e as Rotas da Seda, que resgatam memórias silenciadas e promovem o diálogo intercultural. Conclui-se que a defesa da dignidade humana permanece como eixo estruturante das ações da UNESCO nas áreas de educação, ciência, cultura e comunicação.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William e Oliveira e Silva*** discutem a nova geopolítica dos alimentos a partir de um relatório de especialistas do IPES-Food, destacando o impacto de conflitos, guerras comerciais, choques climáticos, cortes no financiamento de ajuda internacional e fragilização do multilateralismo sobre o mercado de alimentos e os sistemas alimentares, levando a volatilidade de preços, foco nos lucros corporativos, endividamentos nacionais e crescimento da fome. Como resposta a esse cenário complexo, são recomendadas estratégias para construir sistemas alimentares resilientes e autossuficientes a partir de um conjunto de políticas nacionais somadas a esforços regionais e fortalecimento dos organismos multilaterais.

Cazumbá analisa a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza que nasceu em 2024, no encontro do G20, no Brasil. A missão da Aliança visa acelerar a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 1 (erradicar a pobreza) e 2 (erradicar a fome). Diversas lideranças e instituições financeiras aderiram à iniciativa, como foi o caso do **BID.** Na época, o Banco se comprometeu em apoiar com recursos e com a sua experiência em projetos voltados para este tema. Após dois anos, o BID segue firme nos seus compromissos firmados, como foi mostrado durante o evento da Aliança, no final do mês de junho.

Tavares aborda o acontecimento mais relevante da última quinzena de junho que foi o duplo terremoto que atingiu a Venezuela, com graves consequências humanitárias e para a saúde dos venezuelanos. Neste Informe se descreve a atuação do **Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF)** articulado com o papel de coordenação das ações exercido pela ONU. Inicialmente se faz um pequeno resumo do cenário do terremoto. A iniciativa mais

importante do CAF foi a criação do *Fundo para a Recuperação e Reconstrução da Venezuela* imediatamente após o terremoto.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe sintetiza dois acontecimentos internacionais recentes relevantes para as agendas de comércio e desenvolvimento. Em primeiro lugar, apresenta os principais debates da *Conferência Anual de 2026 do Programa WTO Chairs*, destacando o papel da pesquisa acadêmica, da formulação de políticas públicas baseadas em evidências e da cooperação entre universidades, governos e o Secretariado da OMC no apoio ao processo de reforma do sistema multilateral de comércio. Em seguida, analisa os principais resultados do relatório da UNCTAD *Financing Development: External Flows of Financial Capital to Developing Countries and Their Cost*. O documento evidencia que os países em desenvolvimento continuam enfrentando redução dos fluxos financeiros externos, elevados custos de endividamento soberano e crescente restrição do espaço fiscal, apesar das necessidades crescentes de investimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em conjunto, os temas reforçam a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, aprimorar as políticas públicas e ampliar o acesso a financiamento de longo prazo em condições mais favoráveis para o Sul Global.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** monitoraram **62 organizações da sociedade civil (OSC),** das quais **46** apresentaram manifestações relevantes para este informe. O principal destaque foi a resposta internacional aos terremotos que atingiram a *Venezuela* que mobilizou diversas organizações na prestação de ações de ajuda humanitária, em chamadas à solidariedade internacional e em alertas para surtos de cólera e febre tifoide em decorrência da destruição dos sistemas de água e saneamento. As **OSC de interesse público** destacaram ainda outras crises humanitárias, notadamente aquelas relacionadas a conflitos violentos e deslocamentos forçados em Gaza, Ucrânia, Afeganistão, Sudão, Quênia e Somália. Outras manifestações trataram do surto de Ebola na RDC, da prevenção de HIV/aids e de ações voltadas ao enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis, com foco na promoção da alimentação saudável e no fortalecimento das políticas de controle do tabaco. Ganharam destaque também discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas na saúde, especialmente as ondas extremas de calor registradas em diferentes regiões do mundo. AS **OSC de interesse privado**, por sua vez, destacaram temas relacionados à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico em saúde, incluindo vacinas, diagnósticos, vigilância epidemiológica, fortalecimento dos sistemas de saúde, preparação para emergências sanitárias e cooperação científica internacional, além da ampliação do acesso a tecnologias e da qualificação da força de trabalho em saúde.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC,** além de publicar seu Boletim mensal, participou de uma série de encontros estratégicos na China para impulsionar a cooperação Sul-Sul e Triangular em áreas críticas do desenvolvimento global. Essa agenda abrangeu desde a promoção de parques industriais sustentáveis e a gestão do Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero (PGTF), até debates sobre segurança alimentar na cadeia do arroz e o planejamento de grandes plataformas de comércio internacional, como a CIIE em 2027. O alinhamento reforçou como a união de esforços e o intercâmbio de conhecimentos são fundamentais para moldar o futuro das nações em desenvolvimento. O **G-77 e a China** participaram de seis reuniões da AGNU e defenderam a importância do desenvolvimento

sustentável e a erradicação da pobreza como prioridades globais. O Grupo celebrou consensos orçamentários históricos no 5º Comitê, apoiou a criação de indicadores que vão além do PIB e respaldou o roteiro de reformas administrativas e ambientais da Iniciativa ONU80. Adicionalmente, pautou critérios objetivos para a revisão de mandatos da Assembleia Geral e reiterou seu apoio à soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas. O **MNA** atuou nos fóruns da ONU defendendo a proteção estratégica do Sul Global, articulando novas métricas de desenvolvimento com financiamento climático e blindando fundos na Iniciativa ONU80. Regionalmente, apoiou o não alinhamento ativo sul-africano e a cooperação parlamentar no Azerbaijão. Paralelamente, o **NAMYO** promoveu nas Filipinas o debate sobre direito ambiental e justiça climática para capacitar jovens juristas. O **Centro Sul** impulsionou debates sobre a Infraestrutura Pública Digital como estratégia de soberania e inclusão financeira no Sul Global, destacando o sucesso do Pix brasileiro e o modelo de governança de dados da Índia. No campo dos direitos humanos, a instituição lançou um guia operacional focado no mecanismo de Revisão Periódica Universal da ONU para subsidiar a promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas. Paralelamente, a atuação internacional enfrentou a fratura estrutural exposta na OMPI, onde os EUA rejeitaram os pilares de desenvolvimento e os ODS. Em outra ocasião, o Centro Sul e a CEDEAO celebraram um marco histórico de cooperação tributária: a assinatura do acordo entre Libéria e Serra Leoa para a realização de uma Auditoria Fiscal Simultânea, estabelecendo um precedente pioneiro em todo o Sul Global. E finalmente, a **cooperação Sul-Sul do Brasil** manteve foco em saúde, alimentação, desenvolvimento agrícola, proteção social e fortalecimento institucional, com destaque para iniciativas voltadas à África e à América Latina. As publicações também evidenciam a continuidade de parcerias com organismos multilaterais, especialmente a FAO.

Hoirisch *i*nforma que os ministros do **BRICS** realizaram a *16ª Reunião Ministerial de Agricultura* nos dias 12 e 13 de junho de 2026, sob a presidência da *Índia.* O grupo representa quase metade da população mundial, possui cerca de 42% das terras agrícolas globais e contribui com a mesma proporção da produção global de grãos alimentícios. Os representantes aprovaram uma declaração focada em segurança alimentar, nutrição, sustentabilidade e inovação tecnológica. Reiteraram o compromisso com um sistema de comércio multilateral justo e transparente e avançaram nas discussões sobre a *Bolsa de Grãos dos BRICS* ("*BRICS Grain Exchange*"), com o objetivo de fortalecer o comércio de grãos alimentícios e as cadeias de suprimentos dos países. Quase que no mesmo período, o Uzbequistão, ponto nevrálgico para a Rota da Seda e o 17º maior detentor de mundiais de reservas oficiais de ouro, ingressou oficialmente no Novo Banco de Desenvolvimento criado para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no Sul Global. A Índia incluiu as terras raras no seu novo Índice de Produção Industrial, um dos principais indicadores usados para medir a atividade econômica do país. Em fevereiro, Lula e Modi assinaram um acordo para cooperação em terras raras para explorar as reservas brasileiras, onde a Índia entrará com a expertise em processamento. Esses recursos são indispensáveis para a transição energética, produção de baterias, eletrônicos e para a expansão da IA.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** aborda os desdobramentos da *Segunda Reunião de Sherpas* do **G20**, evidenciando a escassez de informações oficiais e as tensões causadas pela tentativa dos Estados Unidos de restringir a agenda a um "retorno ao básico". O texto detalha o posicionamento crítico de Rússia e China frente à exclusão de pautas, além de examinar o planejamento estratégico do México e da Coreia do Sul para garantir a coordenação de metas de longo prazo em suas futuras presidências do bloco. A quinzena de 22 de junho a 5 de julho de 2026, seguinte à Cúpula de Évian (15 a 17 de junho), foi de calmaria no interior do

próprio **G7** que, como grupo, não realizou reuniões nem emitiu novos pronunciamentos, mas de desdobramentos relevantes em torno dele. A Conferência de Recuperação da Ucrânia mobilizou recursos europeus, multilaterais e privados; o memorando EUA–Irã começou a reabrir o Estreito de Ormuz sob regime de cotas iranianas; e o Brasil avançou sua agenda de diversificação comercial ao mesmo tempo em que via deteriorar-se sua relação bilateral com Washington. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a divulgação da nova edição do estudo junto à FAO sobre o panorama agrícola internacional, o lançamento de um relatório sobre confiança internacional em instituições, um estudo sobre alimentação e conexão social, outro sobre tratamento oncológico europeu e um terceiro sobre fragilidades da ajuda oficial ao desenvolvimento.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** abordam que a região latino-americana, em meados de 2026, vive um *cenário com mudanças derivadas de processos eleitorais* encerrados na Colômbia e no Peru e eleições próximas no Brasil e no Haiti. Os autores observam uma reconfiguração do mapa ideológico, com a ascensão de governos de centro-direita e de direita, significativa polarização política e institucional e uma mudança nos valores sociais. Tudo isso ocorre no contexto das atuais disputas e da competição entre os Estados Unidos e a China, bem como do enfraquecimento dos mecanismos de integração regional e do multilateralismo. No seguimento das organizações regionais, destacamos a *68ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu)* que participou de eventos sobre cooperação sanitária, AIDS e prevenção ao Hantavírus; a *Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA)* participou eventos sobre HIV, Doença Renal Crônica e One Health; e a *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)* instalou o Conselho de Administração do MACA e realizou discussão sobre infraestrutura sustentável para a Amazônia.

Feo afirma que o ano de 2026 será marcado na história da **Venezuela** por dois eventos devastadores: 3 de janeiro, data da intervenção política e militar dos Estados Unidos, e 24 de junho, quando um poderoso terremoto duplo abalou e mergulhou a nação em luto.

Garay apresenta a metodologia **Equidade Sustentável (SHEM)** como um marco científico para avaliar o desenvolvimento humano de forma integrada, considerando saúde, equidade social, sustentabilidade ambiental e fortalecimento das capacidades humanas. A proposta defende que o progresso de uma sociedade deve ser medido não apenas pelo crescimento econômico, mas pela capacidade de transformar recursos em bem-estar coletivo, saúde e oportunidades para todos. O texto destaca a saúde como indicador sintético do funcionamento social e propõe instrumentos para avaliar políticas públicas em diferentes escalas territoriais. Utiliza a experiência de Cuba com a equidade sustentável.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, detalha a resposta intensificada ao *surto de Ébola*, provocado pela estirpe Bundibugyo, na República Democrática do Congo e em Uganda, com foco central na província de Ituri. Sob a liderança do CDC África e da União Africana, foi mobilizada uma resposta de alto nível que resultou na criação da Equipe Continental de Apoio à Gestão de Incidentes em Kampala. Esta iniciativa visa fortalecer a coordenação transfronteiriça e a vigilância em 13 países considerados de alto risco. Apesar dos ganhos operacionais em termos de expansão laboratorial e rastreio de contatos, a transmissão do vírus continua a expandir-se a um ritmo superior à capacidade de resposta atual. Os desafios são agravados pela insegurança em Ituri, pelo deslocamento de 900.000 pessoas e por um défice financeiro de 18 milhões de dólares especificamente para ensaios clínicos de terapêuticas. A prioridade imediata é converter os compromissos financeiros, que superam os 518 milhões de

dólares necessários, em apoio operacional rápido para as equipas no terreno. Um caso importado em França demonstrou a eficácia dos sistemas de alerta e a importância da cooperação internacional, mas reforçou a necessidade de vigilância global constante. Na região da *SADC*, a diplomacia de saúde procura fortalecer os sistemas nacionais através de parcerias com a OMS, focando em cuidados cirúrgicos e triagem de tuberculose em populações vulneráveis. Contudo, persiste uma dependência histórica de doadores externos e a ausência de uma agência de saúde regional dedicada na SADC, o que dificulta melhorias estruturais de longo prazo.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** sinaliza o principal destaque da quinzena europeia que foi a intensa onda de calor, que registrou temperaturas superiores a 40°C, provocando impactos na infraestrutura, nos sistemas de transporte, no comércio, nos serviços de saúde e na mortalidade. A situação reacendeu o debate sobre a preparação do continente para eventos climáticos extremos e sobre o acesso ao ar-condicionado, especialmente em hospitais, escolas e instituições que atendem populações vulneráveis. A necessidade de ampliar a refrigeração expõe o dilema entre adaptação às mudanças climáticas e aumento do consumo de energia, impulsionando discussões sobre eficiência energética, infraestrutura urbana e soluções sustentáveis. A OMS alertou que as ondas de calor deixaram de ser eventos excepcionais e passaram a representar uma das principais ameaças à saúde pública na Europa. Na agenda institucional, a Irlanda assumiu a presidência rotativa do Conselho da União Europeia, priorizando competitividade, segurança e valores. O Conselho de Políticas Sociais debateu violência digital contra meninas, habitação, mudanças demográficas e combate à pobreza, reforçando a moradia como importante determinante social da saúde. O Pacote da Primavera do Semestre Europeu também deu maior destaque às políticas de saúde e incorporou recomendações específicas sobre habitação. No campo geopolítico, a expectativa concentra-se na Cúpula da OTAN, marcada pelo debate sobre o aumento dos gastos europeus com defesa e pelo contexto de incertezas quanto ao papel dos Estados Unidos na Aliança. Por fim, um estudo publicado no *British Medical Journal* alertou para os impactos do acordo farmacêutico entre Reino Unido e Estados Unidos, estimando aumento expressivo dos gastos do NHS com medicamentos de marca e potenciais efeitos negativos sobre a sustentabilidade financeira do sistema e os desfechos em saúde da população, incluindo a geração de milhares de mortes evitáveis.

Na data que registra mil dias de guerra em Gaza, ***Marques*** examina vários relatórios de agências e órgãos de ajuda humanitária que atuam nos **Territórios Palestinos** que confirmam que **Israel** continua a cometer os crimes de genocídio e *apartheid* e segue ceifando vidas de crianças. Os relatórios registram a matança de crianças palestinas em Gaza e o aumento acentuado na violência perpetrada por colonos israelenses contra crianças na Cisjordânia. Crianças palestinas foram presas e submetidas a tortura e a outras formas severas de maus tratos em prisões israelenses, sem informações sobre seu paradeiro. As forças de segurança israelenses também usaram a violência sexual contra crianças como parte da vergonha coletiva e da opressão. Mil dias de guerra em Gaza. Mais de 73.066 palestinos mortos, mais de 21 mil crianças mortas. Mais de 173.000 feridos e sequelados, sem contar os milhares de desaparecidos. Centenas de crianças órfãs, mais de 637 mil sem acesso à educação, vivendo insegurança alimentar e deslocamentos forçados. Ceifar a infância de uma população, planejadamente, é limpeza étnica. É o “apagamento” dos palestinos. Gaza está em escombros; a ajuda humanitária restrita e o Conselho de Paz criado e liderado pelo presidente americano, Donald Trump, e lançado com alarde e bilhões de dólares em promessas internacionais no início deste ano, com o único objetivo da recuperação de Gaza, agora diz pouco publicamente. O cessar-fogo não saiu

do papel. Promessas não foram cumpridas. São as crianças que estão a pagar o preço alto. O mundo falhou com elas. Enquanto isso, Benjamin Netanyahu busca a reeleição neste 27 de outubro.

Em seu artigo, ***Lobato e parceiros*** informam que a **China** permite empréstimos em RMB donas de títulos nacionais para compensar a ausência de livre fluxos de capitais e toma outras medidas para fortalecer o uso internacional de sua moeda nos âmbitos comercial e financeiro. O Fórum de verão de Davos em Dalian discute saúde e tecnologia, incluindo longevidade e as oportunidades das novas terapias. Em uma aparição incomum, vice-ministro chinês faz videochamada em evento organizado por Macron na véspera de encontro do G7. Nova lei de assistência social entrou em vigor e representa um marco na atenção básica do país, unificando diversas políticas sociais. No âmbito ambiental, um novo plano de descarbonização propõe elevar a produtividade energética de setores de alto consumo.

O artigo de ***Esteves*** faz um balanço da chamada **"doutrina Donroe"**, a atualização trumpista da doutrina Monroe formalizada como "Corolário Trump" na Estratégia de Segurança Nacional de novembro de 2025 e batizada pelo próprio presidente após a captura de Nicolás Maduro, em janeiro de 2026. O argumento se desenvolve em dois tempos. No primeiro ano do segundo mandato de Trump (2025), a doutrina operou por escalada gradual, combinando coerção comercial (tarifas contra México, Brasil e Colômbia), sanções individualizadas contra chefes de Estado, recompensas financeiras e comerciais aos governos alinhados, externalização do asilo por acordos de "país seguro" e militarização progressiva do Caribe. No segundo ano (2026, até julho), passou à intervenção aberta, com a Operação Absolute Resolve na Venezuela, a coalizão anticartéis de Doral, as operações terrestres no Equador e a conversão das molduras comerciais em acordos assinados. Os ciclos eleitorais de 2025 e 2026 (Chile, Peru e Colômbia) estreitaram o campo da resistência. O artigo sustenta que a doutrina se consolidou tanto como declaração quanto como prática operacional, mas permanece estruturalmente contestada, pois sua reprodução depende menos de hegemonia consentida do que de coerção contínua.

Já ***Sachs*** reflete sobre os **250 anos da independência dos Estados Unidos** e defende um retorno aos princípios originais dos fundadores do país. O autor destaca três ideias centrais: o respeito às opiniões da comunidade internacional, a rejeição a alianças permanentes que envolvam o país em disputas externas e a não interferência nos assuntos de outras regiões do mundo. Sachs argumenta que esses princípios, presentes na Declaração de Independência, nos discursos de George Washington e Thomas Jefferson e na Doutrina Monroe original, foram gradualmente abandonados em favor de uma política externa marcada por intervenções militares e ambições imperiais. Segundo o autor, essa postura gerou conflitos e instabilidade ao longo dos séculos. Diante de um mundo multipolar, ele propõe que os EUA abandonem a lógica da hegemonia e adotem uma atuação baseada no respeito mútuo, na cooperação internacional e na promoção da paz.

No informe sobre a **1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, realizada em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho de 2026, ***Marinho Ameixa*** aborda em marcou um ponto de inflexão na recomposição democrática da **Agenda 2030** no Brasil. O encontro encerrou um ciclo de mobilização que envolveu 297 etapas preparatórias em todo o país, sendo 20 conferências estaduais e distrital e 277 etapas livres e municipais. A Plenária Final aprovou 75 propostas para orientar políticas públicas e diretrizes de implementação dos ODS, com 15 propostas priorizadas, uma por Grupo de Trabalho, além da aprovação de 24 moções entre 41 apresentadas. O artigo examina o significado político e técnico desse processo para a governança nacional dos ODS, com atenção aos nexos entre saúde, direitos humanos,

sustentabilidade ambiental, combate às desigualdades, financiamento e territorialização das políticas públicas. Analisa também a participação da Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030), como apoiadora do evento e como ator técnico-institucional no processo preparatório, na mobilização de territórios e na difusão de conteúdos científicos e institucionais. O balanço indica que a Conferência fortaleceu a legitimidade social da Agenda 2030, mas deslocou o desafio principal para a fase de implementação, monitoramento e vinculação das diretrizes aprovadas aos instrumentos de planejamento e orçamento público.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Seminário Avançado da Fiocruz debate *Cooperação Sul-Sul* no dia 15 de julho

Com participação de importantes atores políticos globais e regionais da cooperação Sul-Sul – OMS, CEPAL, South Center e Agência Brasileira de Cooperação – além de acadêmicos, o tema é discutido num contexto de reduções muito grandes na ajuda oficial para o desenvolvimento. Coordena o seminário a pesquisadora sênior da Fiocruz, Regina Ungerer.



Coalizão para Inovações e Preparação para Epidemias (CEPI) lança programa para o Sul Global

A *Coalizão para Inovações e Preparação para Epidemias* (CEPI, da sigla em inglês) está oferecendo cinco vagas para seu Programa de Fellowship para o Sul Global (GSFP, em inglês),

sendo uma delas destina, exclusivamente, a servidores e servidoras da Fiocruz. Com duração de um ano e início previsto para agosto de 2026, o GSFP está em sua terceira edição e tem por objetivo apoiar o fortalecimento dos ecossistemas regionais de fabricação de vacinas e de segurança sanitária na América Latina e no Caribe, por meio da geração de evidências acionáveis, do mapeamento de iniciativas existentes e emergentes de produção local e regional de vacinas, e da identificação de oportunidades para maior alinhamento entre partes interessadas.

Os(as) candidatos(as) selecionados(as) permanecerão em seu país de residência e emprego, desempenhando remotamente suas funções a partir de seu local habitual de trabalho. Eles(as) apoiarão a implementação da estratégia regional do RVMC e do plano de trabalho conjunto Fiocruz–RVMC, fortalecendo o papel da Fiocruz como instituição regional de saúde pública e produção e como Secretariado Executivo da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo. A parceria terá foco na consolidação e análise de informações sobre iniciativas de produção de vacinas, capacidades de fabricação, lacunas do ecossistema e oportunidades de colaboração em toda a região, com base na estrutura, metodologia, base de evidências e *RVM Insights Hub* do RVMC.

1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Brasília



Com o tema "*A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo e inclusivo, ambientalmente responsável e economicamente viável",* o governo brasileiro realizou em Brasília a inédita conferência sobre ODS no Brasil. Nosso colega *Vinicius Marinho Ameixa,* da *Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030,* em artigo especial para os *Cadernos,* conta-nos toda a estória desta extraordinária iniciativa do governo brasileiro e de movimentos sociais Brasil afora. Oxalá outros países se inspirem na experiência brasileira para reforçar globalmente o apoio ao desenvolvimento sustentável, estratégia-chave para a saúde humana e planetária.

Marco Akerman é o novo diretor da coirmã Faculdade de Saúde Pública da USP



Marco Akerman e Tatiana Toporcov assumiram respectivamente os cargos de diretor e vice-diretor da Faculdade de Saúde da USP para o período 2026-2030 com um plano de gestão que prevê ações voltadas ao fortalecimento da comunidade, da relação com a sociedade e da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Marco é um sanitarista historicamente comprometido com a reforma sanitária e um destacado pesquisador e pensador no campo da promoção da saúde. Os *Cadernos* desejam

pleno sucesso a ambos os colegas na função que assumem. Pesquisadores da FSP-USP são importantes colaboradores dos Cadernos.

Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)



O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

===*===

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 10 de julho de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Avaliando os ODS: HLPF 2026

Evaluación de los ODS: HLPF 2026

Assessing the SDGs; HLPF 2026

Paulo M. Buss e Santiago Alcázar

Resumo: Os autores fazem uma revisão sumária do que é o Fórum Político de Alto Nível (HLPF, na siga em inglês), com foco principal no HLPF de 2026, realizado sob os auspícios do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Destacam os principais componentes do Fórum e referem os principais documentos alimentadores dos debates, incluindo os Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) dos países. Inclui links de acesso ao riquíssimo material de grande importância para todos os interessados em saúde global e diplomacia da saúde, pela amplitude das informações, análises e propostas que aportam ao debate do desenvolvimento e seus componentes que, ao fim e ao cabo, são determinantes sociais da saúde.

Palavras-chaves: Agenda 2030; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); HLPF 2026.

Resumen: *Los autores presentan un análisis del Foro Político de Alto Nivel (FPAN), centrándose principalmente en el HLPF de 2026, celebrado bajo los auspicios del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas (ECOSOC). Destacan los principales componentes del Foro y hacen referencia a los documentos clave que impulsan los debates, incluidos los Informes Nacionales Voluntarios (INV) de los países. Incluye enlaces a una gran cantidad de material de gran importancia para todos aquellos interesados en la salud global y la diplomacia sanitaria, debido a la amplitud de la información, los análisis y las propuestas que aporta al debate sobre el desarrollo y sus componentes, que, en última instancia, son determinantes sociales de la salud.6*

Palabras clave: *Agenda 2030; Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS); HLPF 2026.*

Abstract: *The authors provide a brief overview of the High-Level Political Forum (HLPF), focusing primarily on the 2026 HLPF held under the auspices of the United Nations Economic and Social Council (ECOSOC). They highlight the Forum's key components and mention the main documents informing the debates, including countries' Voluntary National Reviews (VNRs). It includes links to a wealth of highly significant material for anyone interested in global health and health diplomacy, given the breadth of information, analyses, and proposals it contributes to the debate on development and its components—which are, ultimately, social determinants of health.6*

Keywords: *2030 Agenda; Sustainable Development Goals (SDGs); HLPF 2026.*

O *Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)* é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e a revisão da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* e de seus *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* https://hlpf.un.org/

O HLPF foi estabelecido na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, por meio do documento final "*O Futuro que Queremos*"[1], sendo

[1] Ver: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n11/476/10/pdf/n1147610.pdf?OpenElement

parte integrante da arquitetura global de acompanhamento e revisão da Agenda 2030 e dos ODS.



O Fórum é convocado anualmente sob os auspícios do *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)* por um período de oito dias, incluindo um segmento ministerial de três dias. O Fórum realiza revisões regulares e aprofundadas do progresso em relação aos ODS e inclui as *Revisões Nacionais Voluntárias*, nas quais os países apresentam os resultados de suas avaliações nacionais de progresso, com o objetivo de acelerar a implementação da Agenda 2030.

O HLPF reúne representantes ministeriais e de alto nível de governos, bem como uma ampla gama de especialistas e partes interessadas, incluindo chefes de entidades da ONU, acadêmicos e outros especialistas, além de representantes dos "grandes grupos" (*major groups*) e outras partes interessadas. O Fórum realizado sob os auspícios do ECOSOC — assim como o Segmento de Alto Nível do ECOSOC — adota uma *declaração ministerial* negociada.

A cada quatro anos, o Fórum também é convocado em nível de Chefes de Estado e de Governo sob os auspícios da Assembleia Geral, sendo denominado "*Cúpula dos ODS*". O Fórum realizado sob os auspícios da Assembleia Geral adota uma declaração política negociada. A primeira Cúpula dos ODS foi realizada em setembro de 2019. A segunda Cúpula dos ODS ocorreu em setembro de 2023 e adotou a Declaração Política de 2023.

O mandato e funções do HLPF se encontram em: https://hlpf.un.org/mandate-and-functions

HLPF de 2026

O tema do ECOSOC e do HLPF de 2026 será "*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 e seus ODS, visando um futuro sustentável para todos*". Os Objetivos a serem objeto de revisão aprofundada são os *Objetivos 6 (Água Potável e Saneamento), 7 (Energia Limpa e Acessível), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).*

HLPF de 2027

O tema do ECOSOC e do HLPF de 2027 será: "*Ampliar as transições justas para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a plena implementação da Agenda*

2030 e de seus ODS". Os ODS a serem revisados em profundidade são os *Objetivos 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 15 (Vida Terrestre) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).*

Cúpula dos ODS de 2027

Como dissemos, a cada quatro anos, o HLPF reúne-se sob os auspícios da *Assembleia Geral* em nível de *Chefes de Estado e de Governo (a Cúpula dos ODS).* A próxima Cúpula dos ODS será realizada em setembro de 2027.

Declaração ministerial

O documento mais importante resultante do HLPF é a "*Declaração Ministerial*", que é enviada pelo ECOSOC/HLPF para exame e adoção pela AGNU. O Presidente do ECOSOC nomeou a embaixadora Suela Janina, Representante Permanente da Albânia junto às Nações Unidas, e o embaixador Michael Imran Kanu, Representante Permanente de Serra Leoa junto às Nações Unidas, como cofacilitadores do processo de consulta para a declaração ministerial, na prática os redatores do documento. O *draft zero* da Declaração já está disponível em https://hlpf.un.org/sites/default/files/2026-05/MD%20HLFP%202026%201%20May%202026.pdf (versão de 1º de maio de 2026). Por tradição, as mudanças introduzidas nos debates por ocasião do Segmento Ministerial do ECOSOC não são de maior monta. Entretanto, a orientação dos Estados Unidos contra o multilateralismo em geral e o desenvolvimento como tema global pode trazer muitas objeções ao documento.

Documentos alimentadores dos debates do HLPF de 2026

Diversos documentos oficiais das Nações Unidas alimentam os debates do HLPF. O Secretário Geral apresentou três documentos ao HLPF, que são mencionados a seguir.

1) Informe do Secretário Geral sobre a situação dos ODS

Em preparação para a sessão do HLPF, o Secretariado da ONU divulgou uma versão preliminar e não editada do seu relatório anual sobre o progresso dos ODS https://hlpf.un.org/sites/default/files/2026-06/SG%20Progress%20Report%202026_1.pdf.

Intitulado "*Progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*", o relatório utiliza informações de mais de 50 organizações internacionais e regionais para avaliar o progresso alcançado desde 2015 em relação aos indicadores dos ODS. O relatório constata que *o mundo está no caminho certo para atingir ou está fazendo progresso "moderado" em 36% das 139 metas dos ODS. O progresso em 49% das metas é "apenas marginal", e 18% das metas regrediram em relação à linha de base de 2015*, segundo o relatório.

O relatório destaca melhorias em diversas áreas, entre outras:

- *Cobertura da proteção social*, com mais da metade da população mundial tendo pelo menos uma forma de proteção;
- *Redução do risco de desastres* (RRD), com a mortalidade relacionada a desastres tendo caído 65% em relação à década anterior, e o número de países com estratégias nacionais de RRD chegando a 141;
- *Mortalidade materna e infantil, infecções por HIV e mortes relacionadas à AIDS, acesso a serviços de saúde reprodutiva e casamento infantil;*
- *Acesso à água potável e saneamento básico;*
- *Acesso à eletricidade* atingindo 92% da população global, e *capacidade de energia renovável per capita* crescendo 14% de 2023 para 2024 (ou 2,2 vezes o nível de 2015); e

- *Uso da internet* atingindo 74% da população global em 2025, ante 40% em 2015.

O relatório observa que a melhoria dos marcos políticos, o aumento da disponibilidade de dados e o fortalecimento da capacidade institucional fortaleceram os sistemas nacionais, impulsionando o progresso em múltiplos ODS. O relatório destaca as conquistas na disponibilidade de dados, com a cobertura expandida para quase todos os indicadores dos ODS até março de 2026 – em comparação com aproximadamente metade dos indicadores em 2016.

O relatório reconhece ainda que, ao agregar tendências globais, avanços significativos em níveis regionais e nacionais podem ficar ocultos. Por exemplo, em 2024, 134 países haviam atingido a meta dos ODS relativa à mortalidade infantil (menores de cinco anos), e espera-se que outros seis alcancem essa meta até 2030. Outro exemplo é que 59 países eliminaram pelo menos uma doença tropical negligenciada até o final de 2025.

No entanto, o relatório constata que *o progresso continua insuficiente – e "profundamente desigual entre os Objetivos e entre os países".* Cerca de uma em cada dez pessoas no mundo ainda vive em extrema pobreza, a subnutrição e a insegurança alimentar ainda estão "bem acima dos níveis de 2015", e mais de 150 milhões de crianças sofrem de desnutrição, observa o relatório.

Além disso, as *restrições orçamentárias* continuam a representar desafios. A *ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD),* que caiu 6,1% em 2024, *registrou sua maior contração anual em 2025, de 23,1%.* Os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) para as economias em desenvolvimento diminuíram 2% em 2025. A *dívida externa dos países de baixa renda (PBR) e dos países de renda média (PRM)* atingiu o recorde de US$ 8,9 trilhões em 2024. O relatório enfatiza a necessidade de usar o *Compromisso de Sevilha* como estrutura para "um forte impulso global ao investimento", a reforma da arquitetura financeira internacional, a triplicação da capacidade de empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) e o "alinhamento total de todo o financiamento público e privado, nacional e internacional, com os objetivos de desenvolvimento sustentável".

O relatório apela para *parcerias entre governos, sociedade civil, setor privado e o sistema das Nações Unidas* para "passar da aspiração à responsabilidade" e para uma *cooperação internacional renovada e um multilateralismo eficaz*, conforme delineado no *Pacto para o Futuro.* "Ao consolidarmos os sucessos comprovados e abordarmos as causas profundas dos retrocessos nos próximos anos, ainda podemos cumprir a promessa da Agenda 2030 para um futuro mais equitativo, pacífico e sustentável", argumenta o documento.

2) Informe do Secretário Geral sobre políticas e práticas para acelerar o alcance do DS

Intitulado *"Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, visando a um futuro sustentável para todos".* Constatando que as atuais estruturas de políticas e práticas estão fragmentadas entre setores, e estruturas institucionais obsoletas, que levam os países a atuar de forma isolada, neste informe o SG busca destacar *intervenções-chave* que podem ajudar os países a *identificar e implementar aceleradores para transitar de abordagens setoriais para abordagens sistêmicas,* promovendo múltiplos ODS e superando barreiras ao progresso por meio de ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas. Aborda cada um dos ODS em exame neste HLPF e lista recomendações realmente valiosas. Acesso: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2026-06/SG%20report%20on%20ECOSOC-HLPF%20theme-advance%20unedited%20version.pdf

3) *Relatório do Secretário-Geral sobre 'Desenvolvimento sustentável e globalização: tendências e desafios de longo prazo'*

O relatório concentra-se em assegurar que a globalização esteja alinhada aos objetivos gerais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e aos ODS. O relatório aborda especificamente as tendências e os impactos das mudanças tecnológicas na globalização e nos mercados de trabalho. Os rápidos avanços nas tecnologias digitais e na inteligência artificial estão transformando os padrões de produção, comércio, emprego e interação social a um ritmo que traz implicações para a produtividade, a desigualdade, o trabalho decente, a proteção social e a inclusão. Ao mesmo tempo, o aumento significativo das disparidades tecnológicas e a crescente fragmentação na governança digital ameaçam comprometer a participação equitativa na economia global, particularmente para os países em desenvolvimento.

Depois de considerações sobre este marco conceitual e sua expressão na materialidade das políticas globais e nacionais, o SG alinha recomendações a serem seguidas pela ONU e pelos países visando buscar uma globalização que promova o desenvolvimento sustentável e compartilhe seus benefícios de forma equitativa, tanto no interior dos países quanto entre eles.

Acesso: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2026-06/26-00700%20ATT%20SG%20report%20-%20Trends%20and%20globalization_1%20April%202026_final.pdf

O *relatório de progresso dos ODS*, elaborado pela Divisão de Estatística do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN/DESA), e o *Relatório de Desenvolvimento Sustentável da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN)*, são contribuições fundamentais para as deliberações do HLPF. Eles são abordados a seguir.

Relatório de Progresso dos ODS 2026

O *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*[2] *de 2026* https://unstats.un.org/sdgs/report/2026/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2026.pdf mostra, com menos de cinco anos restantes para alcançar as metas, que houve avanços significativos em relação aos ODS, mas eles permanecem desiguais e insuficientes diante de graves desafios — como a escalada de conflitos, a desaceleração do crescimento econômico global, as mudanças climáticas, o aumento do endividamento e a redução da assistência oficial ao desenvolvimento. Sem um esforço decisivo para ampliar rapidamente soluções comprovadas, a promessa da Agenda 2030 corre o risco de se tornar inalcançável.



O relatório mostra que os ODS geraram resultados em larga escala, ampliando o acesso a água potável, eletricidade, serviços de saúde e conectividade digital para bilhões de pessoas. Enfatiza que os ODS continuam sendo o roteiro compartilhado pelo mundo para a paz, a

[2] O Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2026 é o único relatório oficial da ONU, que monitora o progresso global em relação à Agenda 2030 com base em dados e estimativas mais recentes disponíveis. É elaborado pelo UN DESA, em colaboração com todo o Sistema Estatístico da ONU — composto por mais de 50 agências internacionais e regionais — e fundamenta-se em dados de mais de 200 países e territórios.

prosperidade e a sustentabilidade, devendo retornar urgentemente ao centro da tomada de decisões globais.

O documento identifica as ações prioritárias necessárias para acelerar o progresso, incluindo o aumento de investimentos, o fortalecimento da cooperação internacional, a ampliação do acesso a tecnologia e dados, uma transição energética mais rápida, maior igualdade de gênero e compromissos renovados com a paz. O relatório ressalta que as escolhas feitas nos próximos quatro anos determinarão não apenas se as metas serão alcançadas até 2030, mas também o bem-estar das pessoas e do planeta para as gerações futuras.

Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável da SDSN



O Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é um produto da *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)*, editado *por Sachs, Lafortune, Fuller e Iablonovski*, membros da Rede.

O informe analisa anualmente o progresso dos ODS desde a sua adoção pelos Estados-Membros da ONU em 2015. A edição de 2026 identifica *8 prioridades para acelerar o progresso dos ODS até 2030* e além, e apresenta os resultados de *duas novas pesquisas da SDSN*: uma, com a *rede de especialistas da SDSN* sobre os esforços dos governos em prol dos ODS e, outra, com o *público em geral* sobre as barreiras à implementação dos ODS e as prioridades para uma Agenda pós-2030.

O progresso em relação aos ODS permanece significativamente aquém do previsto: apenas 16% das metas devem ser alcançadas até o prazo final. Embora a grande maioria dos Estados-membros da ONU permanece comprometida com a estrutura, um pequeno número de países, principalmente os Estados Unidos, passou a se opor ativamente ao paradigma do desenvolvimento sustentável e às instituições multilaterais que o sustentam. O RDS deste ano pede uma implementação mais forte dos ODS e uma cooperação global renovada, à medida que o mundo entra nos últimos anos da Agenda 2030 e começa a preparar o terreno para um marco pós-2030.

O relatório inclui o *Índice* e os *Painéis* dos ODS, classificando todos os Estados-Membros da ONU nos 17 ODS, e o *Índice de Apoio dos Países ao Multilateralismo Baseado na ONU (UN-Mi*), que acompanha o envolvimento dos países com o sistema da ONU. O relatório também apresenta duas novas pesquisas: 1) a "*Pesquisa de Especialistas SDSN sobre Esforços Governamentais para os ODS*" e 2) uma grande pesquisa pública em 127 países sobre "*Desafios e Meios de Implementação dos ODS*". Juntas, elas revelam amplo apoio público para manter o quadro dos ODS além de 2030, ao mesmo tempo que expõem disparidades significativas em nível regional e nacional na governança, nos esforços políticos e na capacidade de implementação. Entre os respondentes, mecanismos mais fortes para financiamento, governança e o uso de ciência e dados surgiram como as principais prioridades para acelerar.

O lançamento deste ano ocorre em um momento crítico: em meio a crescentes tensões geopolíticas, instabilidade global e estagnação do progresso dos ODS, as discussões formais da ONU sobre a agenda de desenvolvimento pós-2030 devem começar em 2027, juntamente com a transição para um novo Secretário-Geral da ONU. Acesso: sustainable-development-report-2026.pdf

Outras contribuições aos debates do HLPF

Muitos atores políticos nacionais e globais com interesses na Agenda 2030 e seus ODS participam do HLPF. Uma plataforma de revisão online https://hlpf.un.org/inputs dedica-se a compilar contribuições ao Fórum, sejam aquelas dos relatórios nacionais voluntários sobre os ODS nos países, sejam das comissões funcionais do ECOSOC e de outros órgãos e fóruns intergovernamentais, contribuições de grandes grupos e outras partes interessadas, além de contribuições de parcerias multissetoriais e compromissos voluntários.

Relatórios Nacionais Voluntários (RNV)

Os *Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs)* são informes sobre a implementação da Agenda 2030 e seus ODS nos países, mediante processos de revisões regulares e inclusivas do progresso em nível nacional, conduzidas e lideradas pelos próprios países. Essas Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs) constituem uma parte fundamental do acompanhamento e da revisão da Agenda 2030. No HLPF 2026, 36 países apresentarão seus RNVs: Albânia, Argélia, Bahrein, **Brasil**, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Democrática do Congo, Egito, Estônia, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Itália, Jamaica, Jordânia, Kiribati, Libéria, Malawi, Ilhas Marshall, Moçambique, Noruega, República da Moldávia, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Arábia Saudita, Senegal, Somália, Suíça, Togo, Tonga, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia e Uruguai.

Informações sobre os RVNs de todos os países se encontram em https://hlpf.un.org/vnrs. Informações específicas da *RVN do Brasil* estão disponíveis em: https://hlpf.un.org/countries/brazil/voluntary-national-reviews-2026, cujas mensagens principais podem ser acessadas em: https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2026/VNR%202026%20Brazil%20Main%20Messages_0.pdf

Contribuições das Organizações e Fóruns Intergovernamentais[3]

Neste segmento se encontram os documentos preparados para HLPF por estruturas e fóruns do sistema ONU, como o *Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas* e as *Comissões Econômicas e Sociais regionais das Nações Unidas* (CEPAL [América Latina e Caribe]; ESCAP [Ásia e Pacífico]; ECA [África]; ESCWA [Ásia Ocidental/Oriente Médio] e UNECE [Europa]).

As Comissões Econômico-Sociais regionais geraram os seguintes **Relatórios Regionais** (e respectivos acessos)**:**

- Report of the regional forums on sustainable development: Note by the Secretariat (E/HLPF/2026/3)
- Report of the regional forum on sustainable development: África (ECA) (E/HLPF/2026/3/Add.1)
    - Addis Ababa Declaration on Turning the Tide: Transformative and Coordinated Actions for the 2030 Agenda and Agenda 2063 (ECA/RFSD/2026/12)
- Report of the regional forum on sustainable development: Europa (ECE) (E/HLPF/2026/3/Add.3)
- Report of the regional forum on sustainable development: América Latina e Caribe (ECLAC) (E/HLPF/2026/3/Add.2)
- Report of the regional forum on sustainable development: Ásia e Pacífico (ESCAP) (E/HLPF/2026/3/Add.4)

[3] Ver: https://hlpf.un.org/inputs?f%5B0%5D=type%3Aintergovernmental%20forums%20and%20bodies

- Summary of round-table discussions: Note by the Secretariat (ESCAP/RFSD/2026/6/Add.1)

- Report of the regional forum on sustainable development: Ásia Ocidental/Oriente Médio (ESCWA) (E/HLPF/2026/3/Add.5)

Além dos informes oriundos das estruturas do sistema, incluindo as mencionadas regionais, o ECOSOC possui *comissões funcionais* que lidam com temas globais específicos (como a Comissão sobre o Status da Mulher e a Comissão de Desenvolvimento Social), que também apresentam seus informes ao HLPF sobre a Agenda 2030 ODS.

Praticamente todas as agências, programas e fundos integrantes da grande e complexa estrutura das Nações Unidas também apresentam seus informes e documentos ao HLPF, a exemplo de PNUD, OIT, FAO, UNEP, OIM, OMS, UNICEF e tantas outras.

É um material riquíssimo, de grande importância para todos os interessados em saúde global e diplomacia da saúde, pela amplitude das informações, análises e propostas que aportam ao debate do desenvolvimento e seus componentes que, ao fim e ao cabo, são determinantes sociais da saúde.

Relatório de 2026 do Presidente do Grupo da ONU para o Desenvolvimento Sustentável



Pelo *Relatório de 2026 do Presidente do* ***Grupo da ONU para o Desenvolvimento Sustentável***, o HLPF é informado sobre a atuação da ONU em prol do desenvolvimento em mais de 160 países e territórios no ano anterior (2025). Os Coordenadores Residentes da ONU nos países e seus escritórios ajudaram a alinhar as Equipes-País da ONU às prioridades nacionais, a promover soluções integradas de políticas e financiamento e a manter um apoio coerente em meio às crescentes pressões globais. O relatório ressalta a confiança dos governos anfitriões na liderança dos Coordenadores Residentes, ao mesmo tempo em que apela por financiamento previsível para garantir que o sistema possa continuar impulsionando a aceleração dos ODS. O informe oferece a possibilidade de acessar um relatório digital interativo para obter um panorama do progresso e do impacto do Escritório de Coordenação do Desenvolvimento e do sistema de Coordenadores Residentes.

Acesso: https://un-dco.org/stories/2026-report-chair-united-nations-sustainable-development-group

Reuniões de Grupos de Especialistas

O HLPF também recebe informes das reuniões dos Grupos de Especialistas nos ODS que estão em exame no ano. Abaixo encontram-se os resultados das reuniões realizadas:

- Expert Group Meeting on SDG 6; Meeting Summary; Key Messages
- Expert Group Meeting on SDG 7; Meeting Summary; Key Messages
- Expert Group Meeting on SDG 9; Meeting Summary; Key Messages
- Expert Group Meeting on SDG 11; Meeting Summary; Key Messages

Principais Grupos e outras partes interessadas

Documentos de discussão sobre o tema do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, apresentados pelos principais grupos e outras partes interessadas: Nota da Secretaria (E/HLPF/2026/2)

O HLPF de 2026 também apreciará os relatórios dos fóruns regionais sobre desenvolvimento sustentável, a compilação das principais mensagens das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) de 2026 e os resumos executivos dos documentos de discussão apresentados pelos principais grupos e outras partes interessadas. O fórum também levará em consideração outros relatórios pertinentes provenientes de outros processos intergovernamentais, incluindo:

- Síntese das contribuições das comissões funcionais do Conselho Econômico e Social e de outros órgãos e fóruns intergovernamentais (E/HLPF/2026/4)
- Relatório de progresso sobre o Quadro Decenal de Programas sobre Padrões de Consumo e Produção Sustentáveis: Nota do Secretário-Geral
- Relatório do fórum do Conselho Econômico e Social sobre o acompanhamento do financiamento para o desenvolvimento
- Fórum multissetorial sobre ciência, tecnologia e inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Nota da Secretaria
- Relatório do Comitê de Políticas de Desenvolvimento sobre sua vigésima oitava sessão

Eventos especiais e eventos paralelos no HLPF de 2026

Estão programados 13 *eventos especiais de alto nível no HLPF*, em colaboração com diversos parceiros, para demonstrar o engajamento de setores-chave na implementação dos ODS. Esses eventos oferecerão oportunidades para avaliar o progresso, destacar iniciativas práticas, compartilhar experiências e promover a colaboração para acelerar os avanços em relação aos ODS. Entre esses eventos, incluem-se:

- ODS na Prática (7 de julho);
- Década da ONU de Transporte Sustentável – Balanço Anual (7 de julho);
- Evento Especial sobre o ODS 6 no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2026 (7 de julho);
- Implementação do Plano de Ação Global para a Década de Energia Sustentável para Todos até 2030 (8 de julho);
- Dia da Ciência 2026 no HLPF: O imperativo da relação ciência-política na reta final até 2030 e além (9 de julho);
- Nós, os Povos: Moldando o Futuro da ONU (9 de julho);
- Conectando Sistemas, Construindo Confiança: Avançando em Água, Energia, Inovação e Cidades Sustentáveis por meio de Ações Políticas Coordenadas (9 de julho);
- Fórum Global HESI 2026 – Reimaginando o Ensino Superior para a Transformação Global rumo a um Futuro Sustentável (9 de julho);
- Fórum Empresarial Global sobre os ODS 2026 (14 de julho);
- O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo – Evento Especial sobre Compreender e Enfrentar os Altos Custos de uma Dieta Saudável (14 de julho);
- Fórum Parlamentar da UIP no HLPF (14 de julho);
- Fórum de Governos Locais e Regionais sobre a Agenda 2030 (14 de julho); e
- Evento Especial da Coalizão Local2030 (15 de julho).

Ademais, mais de *250 eventos paralelos* (presenciais, externos e virtuais) ocorrerão durante o Fórum. Paralelamente, *9 laboratórios de VNR (Informe Nacional Voluntário)* oferecerão uma plataforma informal para o compartilhamento de experiências e a reflexão sobre o processo de Informe dos países.

Para entender o funcionamento do HLPP, ver a *Nota informativa sobre os preparativos para o Fórum Político de Alto Nível de 2026 (7 a 15 de julho de 2026) e o Segmento de Alto Nível do Conselho Econômico e Social (13 a 16 de julho de 2026)* disponível em: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2026-06/HLPF-Information-Note-1May2026%5B17%5D.pdf_1.pdf, bem como a *Nota conceitual do Secretariado*, disponível em: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2026-04/CN%202026%20HLPF.pdf

Considerações finais

O HLPF oferece um ambiente eclético para o debate sobre a Agenda 2030 e seus ODS, que consideramos parte do processo civilizatório que os países decidiram implementar no limiar do século XXI. Não há como negar as intenções dos formuladores políticos que, desde os ODM procuravam reunir esforços de diversas forças políticas (governos, sociedade civil, setor privado) em torno do desenvolvimento sustentável. Contudo, as sucessivas avaliações anuais dos ODS vêm mostrando as enormes dificuldades para sua implementação. O curto tempo que falta para o alcance de metas complexas demandaria participações decisivas de países desenvolvidos que retém poder e capacidade financeira; entretanto, o que se observa é exatamente o contrário, com a retração do apoio ao desenvolvimento por parte dos países ocidentais detentores da maior parte da riqueza global, desviando tais recursos para absurdos recordes de gastos militares. O HLPF 2026 não mudará este estado de coisas. Mas a massa de informações disponibilizadas e propostas veiculadas pelos inúmeros atores políticos e técnicos participantes do HLPF trazem expectativas favoráveis à construção de alianças nas esferas global, nacionais e locais em prol do desenvolvimento em tempos vindouros, incluindo a construção de um processo, que já começa, do pós-2030.

Referências bibliográficas principais

Report of the Secretary-General on progress towards the Sustainable Development Goals (A/81/_-E/2026/_)

Report of the Secretary-General on transformative, equitable, innovative and coordinated actions for the 2030 Agenda for Sustainable Development and its Sustainable Development Goals for a sustainable future for all (E/2026/_)

Report of the Secretary-General on the long-term impact of current trends on the realization of the Sustainable Development Goals (E/2026/_)

Note by the Secretary-General transmitting the progress report on the 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns (E/2026/60)

Summary by the President of the Economic and Social Council of the forum on financing for development follow-up, including the special high-level meeting with the Bretton Woods institutions, the World Trade Organization and the United Nations Conference on Trade and Development (New York, 20–24 April 2026) (A/81/_-E/2026/_)

Report of the Committee for Development Policy on its twenty-eighth session (23–27 February 2026) (E/2026/33)

Note by the Secretariat on the discussion papers on the theme of the high-level political forum on sustainable development, submitted by major groups and other stakeholders (E/HLPF/2026/2)

Note by the Secretariat transmitting the reports of the regional forums on sustainable development (E/HLPF/2026/_ and addenda)

Note by the Secretariat on submissions by functional commissions of the Economic and Social Council and other intergovernmental bodies and forums (E/HLPF/2026/4)

Compilation of main messages for the 2026 voluntary national reviews (E/HLPF/2026/_)

Co-Chairs' summary of the 2026 multi-stakeholder forum on science, technology and innovation for the Sustainable Development Goals (E/HLPF/2026/_)

Report of the Economic and Social Council forum on financing for development follow-up on its 2026 session, including the intergovernmentally agreed conclusions and recommendations of the forum (E/FFDF/2026/3)

Report of the Secretary-General entitled "Five years after the United Nations Food Systems Summit: progress, gaps and priorities towards 2030" (E/HLPF/2026/6)

Crianças maluquinhas

Niños traviesos

Silly children

Santiago Alcázar

Resumo: O artigo trata da próxima reunião do Foro Político de Alto Nível, encarregado de examinar o estado de implementação dos ODS da Agenda 2030. Este ano, o HLPF irá focar nos ODS 6 (água), 7 (energia), 9 (infraestrutura) 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias para alcançar os ODS). Há avanços, mas o progresso é lento e insuficiente. O atual estado do mundo não favorece avanços sociais. O que fazer? A grande maioria dos países apoia os ODS e somente uma minoria se opõem. Enquanto isso, crianças em situação de vulnerabilidade fazem o que toda faz em qualquer situação: brincam.

Palavras-chave: ODS; HLPF 2026.

Resumen: *El presente artículo trata de la próxima reunión del HLPF, responsable de monitorear la implementación de los ODS de la Agenda 2030. Este año, el HLPF examinará los ODS 6 (agua), 7 (energía), 9 (infraestructura), 11 (ciudades y comunidades sostenibles) y 17 (asociaciones para llevar a cabo los ODS). Hay progreso, pero es lento e insuficiente. El actual estado del mundo no favorece avanzos sociales. ¿Qué hacer? La gran mayoría de los países apoyan los ODS y solamente una minoría se opone a ellos. Mientras tanto, chicos en situación de vulnerabilidad hacen lo que hacen todos los chicos: juegan.*

Palavras-clave: *ODS; HLPF 2026.*

Abstract: *This article deals with the upcoming meeting of HLPF, responsible for the follow-up of the SDG of 2030 Agenda. This year, the HLPF will make an in-depth examination of SDG 6 (water), 7 (energy), 9 (infrastructure), 11 (sustainable cities and communities), 17 (partnerships for the attainment of the SDGs). There is progress, but is uneven, slow and insufficient. The present state of the world does not favor social progress. What is to be done? The great majority of countries support the SDGs and only a minority oppose them. In the meantime, children in vulnerable situations do what all children do in whatever situation: they play.*

Keywords: *SDGs; HLPF 2026.*

Deverá realizar-se de 7 a 16 de julho corrente, em Nova York, no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês). O HLPF, como se sabe é a plataforma designada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para acompanhar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A reunião do HLPF realiza-se todo ano e serve para que os países tomem conhecimento do progresso realizado e possam ajustar os seus respectivos ponteiros para fazer eventuais correções de rumo em suas políticas internas pertinentes.

Cada ano, o HLPF escolhe um tema para focar os debates e seleciona um grupo de ODS para examinar especificamente o progresso realizado. Este ano, o tema escolhido é: "*Ações transformadoras, equitativas, inovativas e coordenadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, bem como um futuro sustentável para todos*".

Os cinco ODS selecionados são: 6 (acesso à água limpa e saneamento); 7 (acesso à energia limpa); 9 (infraestrutura, industrialização e inovação); 11 (cidades e comunidades sustentáveis); 17 (parcerias para os ODS).

O relatório 2026 do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o progresso na implementação dos ODS difere pouco do que 2025. Das 139 metas, somente verifica-se avanço (15%) ou avanço moderado (21%) em 49 delas; em 68 das metas, observa-se avanço insuficiente (32%) ou nenhum progresso (17%); em 22 metas houve regressão com respeito ao ano base de 2015, quando foram aprovados os ODS. O quadro não parece animador.

É preciso deixar registro que há mais quantidade de dados hoje do que em 2015, e de melhor qualidade. Em 2016, quando o Secretário-Geral apresentou o seu primeiro relatório, os dados disponíveis sobre os indicadores básicos cobriam somente metade dos ODS. Hoje, essa situação mudou. Os dados disponíveis são melhores e em maior quantidade. Essa melhora sugere maior compromisso dos países com a Agenda 2030 por meio da adoção de políticas condizentes com os ODS, fortalecimento institucional e uma maior capacidade de monitoramento. Parece claro haver uma vontade política dos países, sobretudo os do Sul Global, de avançar com a Agenda 2030.

A vontade política de avançar com a Agenda 2030 é contrabalançada pelo gap financeiro, que é a diferença entre os recursos necessários e os recursos disponíveis para alcançar os ODS em sua totalidade. Com efeito, esse gap é da ordem de US$ 4 trilhões, por ano, para atingir todas as metas até 2030. O gap financeiro parece assim uma parede que impede o avanço da Agenda 2030.

Qual é a situação? Muitos creditam a barreira financeira à arquitetura do sistema financeiro internacional, que parece favorecer aos que menos precisam. Com efeito, mais de um terço dos países do mundo são forçados a recorrer a empréstimos a custos exorbitantes. O resultado é kafkiano. O país toma empréstimos para financiar necessidades básicas, mas como os custos dos empréstimos são muito altos, são forçados a pagar de volta aos credores com acréscimos significativos, tornando inviável os investimentos necessários para o desenvolvimento. O FMI e o Banco Mundial, criados na Conferência de Bretton Woods, em 1944, para, respectivamente, garantir a estabilidade financeira internacional por meio da concessão de empréstimos emergenciais; e apoiar o desenvolvimento – parecem trabalhar a contracorrente das necessidades dos países em desenvolvimento. Há consenso, ou quase consenso, de que a arquitetura do sistema financeiro internacional não funciona a contento e está a precisar reforma.

De 30 de junho a 3 de julho de 2025, realizou-se a IV Conferência Mundial sobre Investimento para Desenvolvimento, em Sevilha. O objetivo da IV Conferência foi destravar os entraves para os investimentos necessários para o desenvolvimento. A governança do FMI e do Banco Mundial, por exemplo, falha ao não democratizar a participação dos países do Sul Global nas decisões que tomam. O documento final, "*Compromiso de Sevilla*", com mais de 40 páginas, não inclui linguagem clara de comprometimento com esse objetivo[1]. Limitar a participação na

[1] https://docs.un.org/en/A/RES/79/323

governança das instituições financeiras internacionais aos países que já têm influência sobre as finanças mundiais resulta na persistência do "*apartheid financeiro*" nas instituições financeiras criadas para servir à Organização das Nações Unidas. Não há tampouco no "*Compromiso*" qualquer comprometimento de pôr um basta ao financiamento de projetos que danam o meio ambiente e aquecem o planeta. O "*Compromiso*" como se vê, fica aquém do que seria necessário para avançar na agenda do desenvolvimento. É preciso deixar registro que os EUA se opuseram a praticamente todo esse documento final. Não contentes com a manifestação de contrariedade, deixaram de participar da IV Conferência Mundial sobre Investimento para Desenvolvimento. Sem a participação dos EUA e sem a sua vontade política seu é praticamente impossível alterar a arquitetura do sistema financeiro internacional. É óbvio, mas é preciso dizê-lo. Há ainda a questão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA, nas siglas em inglês). Criada em 1969 no âmbito da OCDE e adotada pela 25ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1970[2], a ODA foi o compromisso, segundo o qual os países economicamente avançados transfeririam aos países em desenvolvimento 1% de seus respectivos PIBs. Era então uma época de solidariedade. O compromisso de 1% foi reajustado mais tarde em 0,7%. Não todas as economias avançadas cumpriram o acertado. Hoje a ODA está em declínio, como um rio que seca.

Ademais da parede financeira, a situação no mundo de hoje é perigosamente instável. A guerra na Ucrânia pode desencadear em guerra nuclear a menos que prevaleça o bom-senso. O genocídio em Gaza, que normaliza a barbárie e constitui a mais gritante violação da promessa do "Nunca Mais", que deu origem à Organização das Nações Unidas – é o mais grave impedimento para a realização do anseio universal por um mundo mais justo. A guerra dos EUA-Israel contra o Irã é um absurdo tamanho, que somente tem sentido num mundo onde o direito internacional é impunemente ignorado. Em toda parte, do Haiti ao Iêmen e ao Sudão, de Mianmar ao Sahel e às realidades soterradas pelo esquecimento ou a ignorância – a violência é lei. As tensões geopolíticas estão em ascensão.

O HLPF irá examinar o progresso na implementação dos 5 ODS acima. Com relação ao ODS 6 – acesso água – segundo o relatório do Secretário-Geral, a porcentagem da população mundial com acesso a água limpa, saneamento e serviços de higiene com respeito a 2015 aumentou, respectivamente, de 68 a 74%, de 48 a 58% e de 66 a 80%. É um avanço, mas é lento. Existem ainda 2,1 bilhões de pessoas sem acesso a água limpa, 3,4 bilhões sem acesso a saneamento e 1,7 bilhão sem acesso a serviços de higiene. Preocupante e a vazão dos rios, a principal fonte de água doce. Aproximadamente 100 países experimentaram redução no fluxo dos rios, sendo que mais ou menos 20 reportaram redução acima de 10%. Segundo o relatório do Secretário-Geral, a ODA dedicou US$ 10,3 bilhões para investimentos em água para agricultura o que contrasta com a queda de 6,7% para acesso à água e saneamento, no que parece ser uma inversão de prioridades.

Cabe registrar que do consumo total de água doce no mundo, 70% são destinados à agricultura, 20% para manufatura, produção de energia e esfriamento e 10% para consumo humano, cozinha e necessidades higiênicas. A redução da vazão de rios, a principal fonte de água doce, é uma séria preocupação, sobretudo à luz da crescente necessidade de água para esfriamento das tecnologias de IA. Outro ponto importante é o uso de água doce para atividades de mineração, cruciais para as tecnologias de IA. Estimativas recentes mostram que no Brasil 1,6% de toda a água capturada, suficiente para suprir as necessidades de uma população rural de 30 milhões de habitantes, destina-se à mineração. É provável que novas necessidades de água

[2] https://docs.un.org/en/A/RES/2626(XXV)

para mineração de terras raras, ademais daquelas já em andamento, e esfriamento para tecnologias de IA cresçam em proporção maior que as de consumo humano. Não se sabe onde está o ponto de ruptura a partir do qual a tragédia humana se apresenta em peso.

Com respeito ao acesso à energia limpa, o relatório mostra que aproximadamente 8% (655 milhões de pessoas) da população mundial ainda não tem acesso à eletricidade; 75% têm acesso a energias limpas para cozinha, o que significa que aproximadamente 2 bilhões de pessoas dependem da queima de combustíveis poluentes. A energia renovável representa somente 18% do consumo total de energia, enquanto as fontes renováveis respondem por cerca de 30% da produção global de energia.

O consumo global de energia é repartido aproximadamente da seguinte maneira: i) 33%; ii) transporte, 30%; iii) unidades habitacionais, 20%; iv) edifícios comerciais e agricultura, 17%.

Falta de acesso à água e à energia são fatores determinantes da pobreza. Aumentar o acesso público a esses bens é o propósito dos ODS 6 e 7 da Agenda 2030. Como aumentar o acesso para consumo humano à água e à energia diante das enormes exigências de IA, que incluem a mineração de terras raras, o beneficiamento, a produção de hardwares de ponta, a instalação de datas centers, entre outros. O relatório do Secretário-Geral não levanta essa questão, mas é evidente que é preciso fazê-lo tendo em conta o tenso ambiente geopolítico, a normalização da violação do direito internacional, a falta de solidariedade, o aumento da violência e a espiral de incertezas. Como ficamos no meio de tantas forças de desintegração?

Em 17 de junho, o Secretário-Geral das Nações Unidas compartilhou uma mensagem por vídeo em que destaca que mais de 170 países apoiam as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas relacionadas aos ODS, com a exceção de EUA e Argentina que, ao contrário, opõem-se sistematicamente a elas.

Tensão ou solução de controvérsias? Respeito ao direito internacional ou lei da selva? Cooperação solidária ou maquinação maquiavélica? Aumento da violência ou busca incessante pela paz? Espiral de incertezas? Não creio. Essa leva à loucura, mas quem sabe? Em outro mundo, o das crianças tudo é diferente e elas brincam, talvez como o menino maluquinho do Ziraldo.



Será que um futuro Secretário-Geral da ONU oriundo da América Latina poderá salvar o multilateralismo?[1]

¿Podría un futuro secretario general de la ONU procedente de América Latina salvar el multilateralismo?

Could a future UN Secretary-General from Latin America save multilateralism?

Sebastián Tobar

Resumo: Este artigo analisa a possibilidade de um futuro Secretário-Geral das Nações Unidas oriundo da América Latina liderar a adaptação da ONU a uma "tempestade perfeita" composta por quatro grandes mudanças: a redistribuição do poder global, a transformação demográfica, a crise do modelo institucional e financeiro do multilateralismo e a necessidade de um novo modelo operacional para as Nações Unidas. O autor argumenta que uma candidatura latino-americana não seria apenas uma conquista simbólica, mas também uma oportunidade de contribuir com uma visão baseada na tradição diplomática e intelectual da região, particularmente em temas como desenvolvimento, desigualdade, cooperação internacional e multilateralismo.

Palavras Chaves: Multilateralismo; geopolítica; reinventando a ONU.

Resumen: *El presente artículo analiza la posibilidad de que un futuro Secretario-General de las Naciones Unidas de América Latina lidere la adaptación de la ONU a una "tormenta perfecta" compuesta por cuatro grandes cambios: la redistribución del poder global, la transformación demográfica, la crisis del modelo institucional y financiero del multilateralismo y la necesidad de un nuevo modelo de funcionamiento de las Naciones Unidas. El autor sostiene que una candidatura latinoamericana no solo sería un logro simbólico, sino también una oportunidad para aportar una visión basada en la tradición diplomática e intelectual de la región, particularmente en temas como el desarrollo, la desigualdad, la cooperación internacional y el multilateralismo.*

Palabras clave: *Multilateralismo; geopolítica; reinventando la ONU.*

Abstract: *This article analyzes the possibility of a future Secretary-General of the United Nations from Latin America leading the UN's adaptation to a "perfect storm" comprised of four major changes: the redistribution of global power, demographic transformation, the crisis of the institutional and financial model of multilateralism, and the need for a new operational model for the United Nations. The author argues that a Latin American candidacy would not only be a symbolic achievement but also an opportunity to contribute a vision based on the region's diplomatic and intellectual tradition, particularly on issues such as development, inequality, international cooperation, and multilateralism.*

Keywords: *Multilateralism; geopolitics; UN reinventing.*

[1] Uma versão mais curta deste artigo foi publicada em inglês pela Devex e está disponível em: https://www.devex.com/news/latin-america-has-a-rare-chance-to-shape-the-united-nations-112827

Assumir o leme para navegar na tempestade perfeita

O próximo Secretário-Geral assumirá o comando das Nações Unidas em meio a uma tempestade perfeita resultante da convergência de três grandes transformações: a redistribuição do poder global, a transição demográfica e o esgotamento do modelo institucional e financeiro que sustentou o sistema multilateral nas últimas sete décadas.

A eventual eleição de um Secretário-Geral da América Latina (e ainda mais se, pela primeira vez na história, for uma mulher) não representaria apenas uma conquista simbólica para a região. Poderia constituir uma oportunidade para que perspectivas historicamente associadas ao pensamento e à diplomacia latino-americanos contribuam para enfrentar quatro grandes transformações que marcarão o futuro das Nações Unidas: o ressurgimento das tensões geopolíticas, os novos desafios ligados à dinâmica demográfica, a reinvenção do multilateralismo e a reformulação dos modos de produção.

Longe de simplesmente gerir a organização, o próximo Secretário-Geral será chamado a liderar a sua adaptação a um novo ciclo histórico. Neste contexto, a possibilidade real de que ele ou ela venha da América Latina apresenta uma série de oportunidades.

1. **A transformação geopolítica**

A primeira transformação refere-se à crescente lacuna entre a arquitetura institucional das Nações Unidas e a distribuição contemporânea do poder mundial. As Nações Unidas permanecem, em grande parte, uma organização concebida para gerir os equilíbrios políticos que emergiram após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a ascensão econômica e política dos países do Sul Global, a consolidação de novas potências regionais e a crescente fragmentação da ordem internacional destacam a necessidade de reformas que ampliem a representatividade e a legitimidade do sistema multilateral.

Nesse contexto, a liderança latino-americana poderia contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, a expansão da participação do Sul Global nos processos de tomada de decisão internacionais e a promoção de uma reflexão renovada sobre a governança global.

Ao mesmo tempo, poderia dar maior visibilidade às necessidades específicas dos países de renda média, que muitas vezes são excluídos dos mecanismos tradicionais de financiamento do desenvolvimento, apesar de enfrentarem desafios significativos relacionados ao endividamento, às desigualdades sociais, à vulnerabilidade climática e às restrições fiscais.

Talvez a contribuição mais significativa da América Latina não seja política, mas conceitual. Durante grande parte do século XX, a região produziu algumas das reflexões mais influentes sobre desenvolvimento e desigualdade internacional. O pensamento estruturalista desenvolvido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) por autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto argumentava que o *subdesenvolvimento não é um estágio de transição do desenvolvimento, mas uma condição produzida pelas próprias estruturas da economia internacional*.

Nas últimas décadas, as Nações Unidas desempenharam um papel fundamental na promoção dos ***Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do princípio de "não deixar ninguém para trás"***. Embora essa agenda tenha ampliado o foco em questões sociais e inclusão, a narrativa dos ODS também, em certa medida, desviou o debate das causas estruturais que perpetuam as desigualdades entre países e regiões.

A América Latina, mais do que qualquer outra região do planeta, tem vivenciado e reproduzido essas desigualdades. Por exemplo, no Brasil, o município de Saquarema registra um PIB per capita superior a R$ 700.000 por habitante, enquanto Manari não chega a R$ 8.000. A diferença é superior a cem vezes, sendo a maior do mundo entre duas cidades do mesmo país e revelando que as desigualdades estruturais se manifestam não apenas entre países, mas também dentro deles.

Uma liderança latino-americana poderia contribuir para reavivar esse debate, complementando a agenda de inclusão com uma reflexão mais ampla sobre as assimetrias da economia internacional, a governança financeira global, a concentração tecnológica e os obstáculos estruturais ao desenvolvimento sustentável. Mais do que perguntar como evitar que as pessoas fiquem para trás, o desafio reside em compreender por que certas sociedades continuam a ficar sistematicamente para trás; por que as desigualdades sociais e de saúde entre os países estão a começar a aumentar depois de décadas de diminuição, e porque o passaporte se tornou o determinante mais importante da saúde da população.

2. Nova dinâmica demográfica

A segunda transformação refere-se às profundas mudanças demográficas que estão começando a redefinir os fundamentos econômicos e sociais de grande parte do mundo. Durante a segunda metade do século XX, as preocupações internacionais se concentraram no rápido crescimento populacional. Atualmente, no entanto, um número crescente de países enfrenta desafios opostos: declínio persistente da fertilidade, envelhecimento acelerado da população e redução da população em idade ativa. Esse fenômeno, frequentemente descrito como um “inverno demográfico”, já está influenciando os debates sobre crescimento econômico, sustentabilidade dos sistemas de previdência, migração e mercados de trabalho.

No entanto, o surgimento dessas preocupações também favoreceu interpretações simplistas que reduzem a questão demográfica a metas quantitativas para o aumento das taxas de natalidade, que coexistem com crescentes barreiras à imigração. Em alguns contextos, estão surgindo discursos que tendem a apresentar os direitos reprodutivos, a autonomia das mulheres ou a igualdade de gênero como obstáculos à recuperação das taxas de fertilidade. Uma futura Secretária-Geral — possivelmente a primeira mulher a ocupar o cargo na história da organização — teria uma oportunidade única de evitar interpretações reducionistas desse fenômeno. O desafio não é incentivar ou desencorajar a fertilidade, mas construir uma narrativa capaz de conciliar a liberdade reprodutiva, a igualdade de gênero, a proteção social e a sustentabilidade demográfica.

Assim como as Nações Unidas desempenharam um papel decisivo na construção de um consenso internacional sobre população e desenvolvimento durante as últimas décadas do século XX, elas podem ser chamadas a dar sentido à nova dinâmica demográfica do século XXI.

3. Reinventando o multilateralismo

A terceira transformação refere-se à capacidade operacional das próprias Nações Unidas. Ao longo de mais de sete décadas, o sistema da ONU expandiu-se continuamente para responder a novos desafios globais. Esse crescimento possibilitou avanços importantes, mas também gerou uma arquitetura global labiríntica, com estruturas complexas, fragmentadas e, muitas vezes, sobrepostas.

Múltiplos fundos, programas, agências especializadas e mecanismos de coordenação coexistem atualmente em um sistema que muitos governos consideram excessivamente burocrático, dispendioso e difícil de coordenar. Essa questão assume particular relevância em

vista da crescente crise financeira da organização. A redução das contribuições voluntárias, os atrasos nos pagamentos obrigatórios e a menor disposição dos Estados em financiar estruturas multilaterais indicam que o modelo que sustentou a expansão das Nações Unidas nas últimas décadas dificilmente poderá ser mantido sem mudanças significativas. Além disso, é inútil sonhar que os novos presidentes das nações mais poderosas serão capazes de reverter essa crise.

Nesse contexto, o próximo Secretário-Geral será chamado a liderar uma profunda reestruturação institucional. Não se trata apenas de reduzir custos ou consolidar estruturas administrativas. O objetivo é construir um sistema mais integrado, ágil e orientado para resultados, capaz de responder de forma mais eficaz aos desafios humanitários e de desenvolvimento. Um sistema capaz de gerar valor significativo para os países contribuintes.

Essa tarefa provavelmente encontrará considerável resistência política e burocrática. No entanto, a capacidade das Nações Unidas de preservar sua legitimidade e relevância dependerá, em grande medida, de sua disposição em se adaptar a um contexto internacional no qual os Estados-Membros não parecem mais dispostos a financiar indefinidamente estruturas herdadas do século XX.

4. Redesenhar os modos de produção.

O aquecimento global, o avanço da inteligência artificial e as limitações na produção e distribuição de combustíveis fósseis tornam imperativo redesenhar os modos de produção globais. E isso acontece quando o diálogo político entre as potências se torna cada vez mais escasso e a capacidade da Assembleia Geral da ONU de chegar a um consenso e liderar parece mais fraca.

2030 está logo ali, e nossa casa comum nunca esteve tão ameaçada. "*Tudo o que é sólido se desmancha no ar*." Para evitar que o futuro imediato se torne apocalíptico, o mundo precisará mobilizar talentos e liberar ideias inovadoras e, fundamentalmente, operacionais que realmente contribuam para a sustentabilidade ambiental, trabalhista, social e econômica. Isso exigirá não apenas a reformulação dos ODS, indo além de slogans retóricos para convertê-los em compromissos concretos das nações, que as Nações Unidas devem supervisionar como uma grande regente da orquestra global.

Como os candidatos estão posicionados no atual cenário geopolítico?

O processo de nomeação para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas já começou, e cinco candidatos da região estão concorrendo à vaga. A Argentina, embora alinhada aos Estados Unidos, que rejeitam o multilateralismo, nomeou o diplomata ***Rafael Grossi***, atual Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica. A segunda candidata é a ex-presidente ***Michelle Bachelet***, que, embora não tenha sido nomeada por seu país, foi apresentada como candidata pelo Brasil e pelo México e tem experiência como ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A ex-vice-presidente da Costa Rica e atual Secretária-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ***Rebeca Grynspan Mayufis***, é a terceira candidata da região. A quarta candidata da região é María Fernanda Espinosa, ex-Ministra das Relações Exteriores do Equador e ex-Presidente da Assembleia Geral da ONU (2018-2019) que não conta com o apoio do presidente do Equador, Daniel Noboa, e havia sido indicado por Antígua e Barbuda[2]. O Governo da Guiana nomeou formalmente ***Carolyn Rodrigues-Birkett*** como sua candidata a Secretária-Geral das Nações Unidas em 15 de junho de 2026. Rodrigues-Birkett é uma diplomata e política guianense

[2] https://docs.un.org/en/A/80/736

com vasta experiência em política externa, desenvolvimento e organizações multilaterais, e sua nomeação tem valor simbólico, pois conta com o apoio do bloco CARICOM.



Bachelet, Grynspan e Rossi



Espinoza e Rodrigues

Michelle Bachelet tem uma trajetória excepcional no sistema das Nações Unidas e conta com apoio significativo de países latino-americanos, especialmente Brasil e México. No entanto, ela poderia gerar reservas em uma administração americana liderada por Donald Trump devido à sua forte associação com a agenda de direitos humanos e setores progressistas[3].

Rebeca Grynspan[4] é provavelmente a candidata mais focada no desenvolvimento e na cooperação internacional, emergindo como a principal candidata de consenso dentro do GRULAC[5]. Ela possui uma imagem moderada e muito respeitada, mas até o momento, não parece contar com o mesmo nível de apoio das grandes potências que Grossi ou Bachelet.

O fator crucial para o sucesso não é apenas o apoio dos Estados Unidos, mas também a aceitação dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas: Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França. Um veto de qualquer um deles poderia

[3] Michelle Bachelet parece estar enfrentando resistência de setores da administração americana e do Partido Republicano. O representante dos EUA na ONU, Mike Waltz, expressou reservas sobre sua candidatura e evitou apoiá-la. https://www.reuters.com/legal/government/us-envoy-waltz-appears-torpedo-bachelet-next-un-leader-2026-04-15

[4] https://www.reuters.com/world/un-candidate-grynspan-says-world-body-must-do-less-with-less-2026-04-29

[5] (Octagon: https://octagonai.co/markets/companies/international/who-will-be-the-next-un-secretary-general/#1-executive-verdict

bloquear a candidatura. Portanto, a questão estratégica não é quem é mais aceitável para Washington, mas sim quem consegue ser aceitável simultaneamente para Washington, Pequim e Moscou. Nesse aspecto, muitos observadores acreditam que Rafael Grossi tem uma vantagem relativa.

A China[6] parece estar inclinada a escolher uma candidata mulher, especialmente uma que combine[7] um compromisso com o multilateralismo, uma ênfase no desenvolvimento e uma postura independente dos Estados Unidos. Entre os candidatos latino-americanos, isso poderia favorecer Rebeca Grynspan e Michelle Bachelet.

A China declarou que deseja um Secretário-Geral comprometido com o desenvolvimento e o multilateralismo, e que não esteja excessivamente alinhado com nenhuma superpotência. Nesse sentido, Grynspan possui um perfil focado no desenvolvimento econômico, na cooperação internacional e no diálogo Norte-Sul — temas que são geralmente bem recebidos pela diplomacia chinesa.

Bachelet possui diversas qualidades atraentes para a China: é mulher, tem vasta experiência na ONU e conta com o apoio de importantes países da América Latina. No entanto, existe um problema significativo: durante seu mandato como Alta Comissária para os Direitos Humanos, um relatório da ONU sobre a situação dos uigures em Xinjiang foi publicado, gerando considerável tensão com Pequim[8]. Diversas fontes indicam que esse incidente gerou ressentimento em setores do governo chinês. Buscando superar essas tensões, Bachelet se reuniu recentemente com o vice-presidente chinês Han Zheng, recebendo sinais favoráveis de Pequim durante sua viagem internacional[9].

Em seu papel como Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, *Rafael Grossi* manteve uma relação de trabalho harmoniosa com as principais potências, incluindo a China. Algumas análises da corrida para o cargo de Secretário-Geral destacam que Grossi é visto como um candidato relativamente pragmático, capaz de dialogar tanto com o Ocidente quanto com a China[10].

Em relação a ***Espinosa***, podemos considerar que ela possui credenciais suficientes para o cargo, mas para se tornar a candidata de consenso, ela precisaria que os concorrentes inicialmente mais fortes fossem bloqueados por vetos ou pela falta de acordo entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Esse tipo de resultado não é incomum na eleição do

---

[6] https://www.chinadaily.com.cn/a/202605/27/WS6a164755a310d6866eb4ae85.html

[7] https://www.chinadaily.com.cn/a/202605/27/WS6a164755a310d6866eb4ae85.html

[8] Em 31 de agosto de 2022, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgou um relatório sobre a situação dos uigures e de outras minorias muçulmanas em Xinjiang, na China. O relatório concluiu que havia evidências críveis de: detenções arbitrárias em massa; tortura e maus-tratos; violência sexual e de gênero; severas restrições às liberdades religiosas e culturais; e políticas discriminatórias contra os uigures e outros grupos muçulmanos. A conclusão controversa foi que essas práticas "poderiam constituir crimes contra a humanidade". https://www.bbc.com/news/world-asia-62744522 .

[9] Em sua conta no Instagram, ela declarou sobre o encontro com o vice-presidente Han Zheng: "Discutimos a importância de fortalecer o multilateralismo e o papel das Nações Unidas no enfrentamento dos desafios globais. Valorizo o compromisso da China com os princípios da Carta da ONU e com o avanço equilibrado da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos, pilares fundamentais da organização." Ela também forneceu detalhes do encontro com o representante chinês. https://www.msn.com/es-cl/noticias/other/bachelet-se-re%C3%BAne-con-el-vicepresidente-de-china-en-medio-de-carrera-por-liderar-la-onu/ar-AA24MAs6?ocid=BingNewsVerp

[10] https://octagonai.co/markets/companies/international/who-will-be-the-next-un-secretary-general

Secretário-Geral da ONU, onde um candidato de consenso frequentemente emerge após várias rodadas de negociações.

Entre os pontos fortes de ***Carolyn Rodrigues-Birkett*** estão sua vasta experiência diplomática e ministerial, seu conhecimento profundo do sistema das Nações Unidas e o fato de representar o Caribe, uma região que nunca ocupou o cargo de Secretária-Geral. Além disso, sua origem em um pequeno Estado do Sul Global pode contribuir para uma imagem de neutralidade. Entre os pontos fracos, destaca-se seu menor reconhecimento internacional em comparação com outros candidatos, como Rafael Grossi, Rebecca Grynspan, Michelle Bachelet e María Fernanda Espinosa. A Guiana também possui uma rede diplomática mais limitada do que as potências regionais que apoiam alguns de seus concorrentes[11]. A nomeação da diplomata guianense enfraquece as chances da candidata equatoriana, uma vez que a CARICOM sempre teve como política alinhar e apoiar candidatos de sua região.

Agora, quem nos defenderá?

A eventual eleição de um Secretário-Geral latino-americano não garantirá, por si só, a transformação das Nações Unidas. As limitações institucionais da organização e as tensões geopolíticas contemporâneas continuarão a impor restrições significativas às ações de qualquer liderança.

No entanto, a região possui atributos únicos para contribuir com esse processo. Além de sua tradição de resolução pacífica de conflitos, defesa do multilateralismo e cooperação internacional, a América Latina acumulou uma rica experiência na construção de paradigmas sobre desenvolvimento, desigualdade, inclusão social e construção institucional. Afinal, é a região onde o maior número de pessoas e governos vive em paz, sem conflitos armados internos ou conflitos com outros povos. Onde a maioria dos países vive em democracia. E também a que recebeu menos apoio da AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento), embora ainda tenha centenas de milhões de pessoas vivendo na pobreza.

"Eu gostaria que a África se tornasse como a América Latina", ouvi certa vez um alto funcionário da ONU dizer. Bem, o momento chegou!

Se Dag Hammarskjöld ajudou a definir o papel político do Secretário-Geral durante a Guerra Fria e Kofi Annan procurou adaptar a organização à era da globalização, o próximo ocupante do cargo poderá ser chamado a liderar uma tarefa ainda mais complexa: adaptar as Nações Unidas a um mundo pós-hegemônico, marcado pela multipolaridade, envelhecimento da população, restrições fiscais e crescentes questões de cooperação internacional.

Nesse cenário, a principal contribuição que a América Latina pode oferecer talvez não seja apenas um candidato, mas uma tradição diplomática e intelectual capaz de enriquecer o debate sobre como construir uma ordem internacional mais cooperativa e equitativa, mais adequada aos desafios do século XXI.

[11] https://www.reuters.com/world/americas/guyana-un-candidate-calls-maintaining-un-collective-responsibility-2026-06-18

Direitos humanos, saúde e dignidade

Derechos humanos, salud y dignidad

Human rights, health and dignity

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe analisa dois relatórios temáticos apresentados na 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU que abordam, sob diferentes perspectivas, a relação entre saúde, dignidade humana e direitos humanos. O primeiro examina a segregação histórica de pessoas afetadas pela hanseníase como uma forma de injustiça estrutural, propondo um marco baseado em verdade, justiça, reparação, memorialização e garantias de não repetição. O segundo reafirma a saúde como condição indispensável para a realização da dignidade humana, destacando os determinantes sociais, legais e comerciais da saúde, a participação social e a não discriminação. Em conjunto, os relatórios reforçam a centralidade da determinação social da saúde como eixo estruturante para a promoção da justiça, da equidade e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos; saúde; dignidade; hanseníase.

Resumen: *Este informe analiza dos informes temáticos presentados en el 62.º período de sesiones del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas que abordan, desde distintas perspectivas, la relación entre salud, dignidad humana y derechos humanos. El primero examina la segregación histórica de las personas afectadas por la lepra como una forma de injusticia estructural, proponiendo un marco basado en verdad, justicia, reparación, memoria y garantías de no repetición. El segundo reafirma la salud como condición indispensable para la realización de la dignidad humana, destacando los determinantes sociales, legales y comerciales de la salud, la participación social y la no discriminación. En conjunto, los informes refuerzan la centralidad de la determinación social de la salud como eje para la justicia, la equidad y los derechos humanos.*

Palabras clave*: Derechos humanos; salud; dignidad; lepra.*

Abstract: *This report analyzes two thematic reports presented at the 62nd Session of the United Nations Human Rights Council that address, from different perspectives, the relationship between health, human dignity and human rights. The first examines the historical segregation of persons affected by leprosy as a form of structural injustice, proposing a framework based on truth, justice, reparation, memorialization and guarantees of non-recurrence. The second reaffirms health as an indispensable condition for the realization of human dignity, highlighting the social, legal and commercial determinants of health, social participation and non-discrimination. Together, the reports reinforce the centrality of the social determination of health as a guiding framework for justice, equity and human rights.*

Keywords*:* Human rights; health; dignity; leprosy.

Introdução

O presente informe analisa dois relatórios temáticos apresentados à 62ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), ambos dedicados à compreensão das múltiplas relações entre saúde, dignidade humana e direitos humanos.

Embora tratem de temas distintos, os documentos convergem ao demonstrar que a realização do direito à saúde depende não apenas de serviços assistenciais ou avanços biomédicos, mas também do enfrentamento das desigualdades estruturais, da discriminação e das diversas formas de exclusão que afetam indivíduos e comunidades ao longo da vida

O primeiro relatório, elaborado por Beatriz Miranda-Galarza**,** Relatora Especial sobre a eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, examina a segregação compulsória historicamente imposta a essas populações como uma grave injustiça estrutural e uma violação continuada dos direitos humanos.

A partir de uma abordagem baseada em verdade, justiça, reparação, memorialização e garantias de não repetição, o documento propõe caminhos para o reconhecimento das violações cometidas e para a restauração da dignidade de sobreviventes e descendentes.

O segundo relatório, apresentado por Tlaleng Mofokeng, Relatora Especial sobre o direito de todas as pessoas ao mais alto nível possível de saúde física e mental, reafirma a dignidade humana como elemento constitutivo do direito à saúde.

O documento demonstra que fatores como estigma, discriminação, criminalização, pobreza, racismo, exclusão social e práticas comerciais nocivas constituem obstáculos centrais à realização da saúde, destacando a importância dos determinantes sociais, legais e comerciais da saúde para a construção de sociedades mais justas e equitativas

A análise conjunta desses relatórios permite evidenciar que as condições de saúde são produzidas socialmente e refletem relações históricas de poder, desigualdades econômicas, modelos de desenvolvimento injustos e processos de discriminação.

Sob essa perspectiva, a determinação social da saúde emerge como ponto central ao integrar debates sobre justiça social, memória, reparação histórica, participação política e desenvolvimento humano sustentável.

Mais do que documentos temáticos de direitos humanos, os relatórios analisados oferecem contribuições relevantes para a formulação de políticas públicas orientadas pelos direitos humanos, reforçando a necessidade de abordagens intersetoriais que coloquem a dignidade humana, a equidade e a participação social no centro dos sistemas de saúde e das estratégias de desenvolvimento.

Nesse sentido, constituem importantes referências para pesquisadores, gestores, movimentos sociais e instituições comprometidas com a promoção da saúde e dos direitos humanos em escala local e global.

A) Relatório Temático: Verdade, justiça e reparação para pessoas afetadas pela hanseníase: um marco de direitos humanos para enfrentar a segregação forçada histórica e sistemática e a discriminação

Relatório da Relatora Especial sobre a eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela lepra (doença de Hansen) e seus familiares, Beatriz Miranda-Galarza.

Tradução do Summary (Resumo do Relatório)

A Relatora Especial sobre a eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares apresenta um relatório que reformula a maneira como a comunidade internacional deve compreender as políticas históricas relacionadas à hanseníase. Em vez de considerá-las apenas como medidas ultrapassadas de saúde pública, o relatório as caracteriza como sistemas de segregação forçada e institucionalização prolongada que produziram profundas violações estruturais de direitos humanos. Durante décadas, abordagens conduzidas pelos Estados resultaram em detenções arbitrárias, separação familiar, esterilizações forçadas e graves restrições aos direitos civis e sociais básicos.

Uma mensagem central do relatório é que esses danos não pertencem apenas ao passado. Sobreviventes e seus familiares continuam a sofrer as consequências da segregação, do estigma e das leis discriminatórias. Por essa razão, a Relatora Especial trata essas situações como "violações contínuas" à luz do direito internacional dos direitos humanos, colocando-as no mesmo campo conceitual de outras formas de injustiça estrutural, como a segregação racial e a institucionalização baseada na deficiência. Para enfrentar esse legado, o relatório propõe um marco abrangente de direitos humanos estruturado em cinco pilares: verdade, justiça, reparação, memorialização e garantias de não repetição.

I. Introdução

A introdução do relatório sustenta que a história da hanseníase não pode ser analisada apenas pela ótica biomédica. A Relatora argumenta que antigos leprosários, colônias e assentamentos não eram simples estruturas de tratamento, mas mecanismos estatais de segregação institucionalizada e exclusão social. Essas políticas ocasionaram danos profundos e intergeracionais, cujos efeitos permanecem visíveis na vida das pessoas afetadas e de suas famílias.

O relatório destaca ainda que os esforços realizados por organizações sociais e organismos internacionais não foram suficientes para garantir reconhecimento amplo e reparação adequada. Embora países como Brasil, Japão e República da Coreia tenham adotado iniciativas de compensação e reconhecimento, essas experiências permanecem exceções. A autora defende que a continuidade do mandato do Relator Especial é fundamental para assegurar visibilidade política e institucional ao tema.

II. A evolução de uma injustiça estrutural: uma breve visão geral

Este capítulo reconstrói historicamente a formação de leprosários e colônias de hanseníase. O relatório demonstra que essas estruturas surgiram inicialmente associadas ao medo, à exclusão social e a interpretações religiosas da doença. Posteriormente, entre o final do século XIX e meados do século XX, transformaram-se em políticas públicas formalmente institucionalizadas por meio de legislações nacionais e sistemas administrativos.

A Relatora demonstra que a ciência nunca justificou plenamente o isolamento compulsório em larga escala. Apesar disso, milhões de pessoas foram privadas de liberdade, afastadas de suas famílias e submetidas a condições de vida degradantes. O relatório documenta violações envolvendo esterilizações forçadas, separação de crianças de seus pais, restrições ao casamento, perda de identidade civil, violência física e psicológica e, em alguns casos, experimentação médica sem consentimento.

Mesmo após o desenvolvimento de tratamentos eficazes, muitas colônias permaneceram ativas por décadas. Seus efeitos persistem atualmente sob a forma de pobreza, exclusão territorial, dificuldades de acesso à saúde, moradia precária e estigma social. Além disso, ainda existem aproximadamente 139 leis discriminatórias em vigor em cerca de 24 países.

III. Um marco normativo

O relatório propõe um marco jurídico fundamentado nos direitos humanos para responder às violações históricas relacionadas à hanseníase. Esse modelo está organizado em torno de três obrigações fundamentais: o direito a um recurso efetivo, a promoção da igualdade substantiva e a proteção da dignidade humana associada à participação social.

A autora mobiliza diversos tratados internacionais para sustentar essa abordagem, incluindo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Um aspecto importante do capítulo é a compreensão de que os danos decorrentes da hanseníase não podem ser reduzidos a experiências individuais. Eles constituem fenômenos estruturais que demandam reformas institucionais, reconhecimento público e participação direta das pessoas afetadas na construção das respostas estatais.

IV. O marco dos cinco pilares: verdade, justiça, reparação, memorialização e garantias de não repetição

A. Busca da verdade e reconhecimento da verdade

O primeiro pilar enfatiza a necessidade de investigar, documentar e reconhecer oficialmente as violações cometidas contra pessoas afetadas pela hanseníase. O relatório utiliza testemunhos de sobreviventes para ilustrar o sofrimento causado pela separação familiar, pela institucionalização forçada e pela perda da identidade social.

Segundo a Relatora, o direito à verdade não se limita às vítimas diretas. Familiares e a sociedade em geral também possuem o direito de conhecer os fatos, compreender as causas da discriminação e identificar as responsabilidades institucionais. O relatório critica a ausência de comissões da verdade e investigações estatais específicas sobre a história da hanseníase em grande parte dos países.

B. Justiça e responsabilização

O segundo pilar destaca que a verdade, por si só, não é suficiente. É necessário que os Estados reconheçam formalmente as violações cometidas e promovam mecanismos de responsabilização. Isso pode ocorrer por meio de processos judiciais, reformas legais ou reconhecimento oficial de responsabilidade.

O caso do Japão é apresentado como exemplo paradigmático. Em 2001, ex-internos de leprosários obtiveram decisão judicial reconhecendo a inconstitucionalidade da política segregacionista japonesa. O governo aceitou a sentença e implementou medidas de compensação financeira, representando um importante precedente internacional.

C. Reparação e cura

O terceiro pilar discute a reparação em sentido amplo, ultrapassando a mera compensação financeira. A reparação envolve restauração de direitos, reconhecimento público, reintegração social, acesso à terra, moradia, serviços públicos e reconstrução de vínculos familiares.

O relatório apresenta o Brasil como uma das experiências mais avançadas no campo reparatório. Destacam-se a Lei nº 11.520/2007, que concedeu pensão especial às pessoas submetidas ao isolamento compulsório, e a Lei nº 14.736/2023, que ampliou benefícios aos filhos separados de seus pais em razão dessas políticas.

A Relatora enfatiza que pedidos públicos de desculpas, reconhecimento estatal e garantia de direitos territoriais possuem valor reparatório equivalente ou superior à compensação financeira para muitos sobreviventes.

D. Memorialização como reparação simbólica

O quarto pilar aborda a importância da memória como instrumento de reparação simbólica. Segundo o relatório, a invisibilização histórica das pessoas afetadas pela hanseníase contribuiu para a perpetuação do estigma e da exclusão social.

A preservação de antigos leprosários, cemitérios, arquivos e documentos é apresentada como mecanismo de reconhecimento público e valorização da memória coletiva. Exemplos como Sungai Buloh, na Malásia, e Fontilles, na Espanha, demonstram como antigos espaços de confinamento podem ser convertidos em locais de memória, pesquisa e educação.

A memorialização, portanto, não se restringe à preservação física de sítios históricos. Ela constitui um processo de reconstrução simbólica da cidadania e da dignidade das pessoas afetadas.

E. Garantias de não repetição

O quinto pilar busca transformar as estruturas que permitiram a ocorrência das violações. Isso envolve a revogação de leis discriminatórias, a promoção de políticas antidiscriminatórias e a implementação de ações educativas voltadas à redução do estigma.

O relatório destaca reformas legais em países como Japão, Brasil, Índia, Nepal e República da Coreia. Também valoriza campanhas de conscientização e programas voltados à inclusão social das pessoas afetadas pela hanseníase.

A participação ativa das próprias pessoas afetadas é considerada elemento indispensável para evitar a reprodução de práticas discriminatórias no futuro.

V. Conclusões e Recomendações

A. Conclusões

As conclusões reafirmam que a segregação associada à hanseníase deve ser compreendida como uma forma de injustiça estrutural comparável a outros sistemas históricos de exclusão, como a segregação racial, a institucionalização de pessoas com deficiência e a assimilação forçada de povos indígenas.

O relatório conclui que os danos provocados não se encerraram com o fechamento formal dos leprosários. Seus efeitos permanecem presentes nas condições de vida, nas barreiras de acesso a direitos e no sofrimento psicológico de sobreviventes e descendentes.

A Relatora sustenta que o marco baseado em verdade, justiça, reparação, memorialização e garantias de não repetição oferece uma estratégia consistente para enfrentar esse legado e promover cidadania, dignidade e inclusão.

B. Recomendações

As recomendações dirigem-se a Estados, organismos internacionais, sociedade civil e ao próprio Conselho de Direitos Humanos. Entre as principais medidas propostas estão: (i) a realização de investigações nacionais independentes; (ii) a preservação e digitalização de arquivos históricos; (iii) a criação de mecanismos acessíveis de justiça e reparação; (iv) a eliminação de todas as leis discriminatórias remanescentes; (v) a proteção dos antigos leprosários como patrimônios de memória; (vi) o fortalecimento de programas de educação pública contra o estigma; e (vii) a ampliação da participação das pessoas afetadas na formulação de políticas públicas.

B) Relatório Temático: A saúde como elemento capacitador da dignidade humana

Relatório da Relatora Especial sobre o direito de todas as pessoas ao gozo do mais elevado nível possível de saúde física e mental.

***Tradução do Summary* (Resumo do Relatório)**

No presente relatório, a Relatora Especial sobre o direito de todas as pessoas ao mais elevado nível possível de saúde física e mental, Tlaleng Mofokeng, concentra-se no direito à saúde como um elemento essencial para a realização da dignidade humana ao longo de todo o curso da vida. A Relatora explora a relação intrínseca entre dignidade e direito à saúde, analisando como a dignidade opera simultaneamente como princípio fundante desse direito e como condição prática para sua concretização.

O relatório examina violações da dignidade, incluindo estigma, discriminação, criminalização, coerção, violência e exclusão dos processos decisórios, identificando-as como causas estruturais de resultados negativos em saúde. Destaca-se que esses fatores afetam de maneira desproporcional pessoas, grupos e comunidades historicamente marginalizados.

A Relatora situa a dignidade no marco normativo do direito à saúde e em sua interdependência com outros direitos humanos, como os direitos à vida, à igualdade e não discriminação, à privacidade, à informação, ao consentimento informado e ao acesso aos determinantes subjacentes da saúde. Também enfatiza o papel dos determinantes sociais, legais e comerciais da saúde na definição das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham, envelhecem e morrem.

Por fim, afirma que a saúde não pode ser plenamente realizada sem dignidade, assim como a dignidade não pode florescer sem saúde, conclamando os Estados a colocarem a dignidade no centro das legislações, políticas e práticas de saúde

I. Introdução

A introdução estabelece a dignidade humana como fundamento do sistema internacional de direitos humanos e como elemento inseparável do direito à saúde. A Relatora argumenta que a dignidade não depende de condições sociais, econômicas ou pessoais, mas decorre do simples fato de ser humano. Nesse contexto, a saúde e a dignidade reforçam-se mutuamente: o tratamento digno promove o bem-estar, enquanto a saúde permite autonomia, participação social e desenvolvimento humano.

O capítulo também enfatiza que a dignidade não deve ser compreendida como um conceito abstrato inserido nos discursos de políticas públicas, mas como um padrão normativo concreto que exige dos Estados a remoção de barreiras estruturais, a promoção da igualdade e o reconhecimento da diversidade humana. O relatório identifica práticas como discriminação, estigmatização, criminalização, tratamentos coercitivos e violência institucional como causas evitáveis de sofrimento e adoecimento.

Outro aspecto importante é a defesa da participação significativa das comunidades afetadas na formulação das políticas públicas de saúde. Segundo a Relatora, a dignidade exige que as pessoas sejam reconhecidas como sujeitos de direitos e não apenas como beneficiárias passivas de serviços.

II. Metodologia

A metodologia adotada baseia-se numa abordagem de igualdade substantiva e interseccionalidade. O relatório considera que as desigualdades em saúde são produzidas pela interação entre diferentes formas de discriminação, como racismo, sexismo, capacitismo, xenofobia, homofobia e transfobia.

A Relatora utiliza uma perspectiva de curso de vida, reconhecendo que as ameaças à dignidade e à saúde podem surgir antes do nascimento e persistir durante toda a vida, inclusive na velhice e no processo de morrer. Essa abordagem amplia a compreensão dos determinantes sociais da saúde e permite identificar como diferentes formas de exclusão afetam indivíduos em momentos distintos da trajetória humana.

III. Marco Normativo e Obrigações dos Estados

A. Marco Normativo

O relatório fundamenta a relação entre saúde e dignidade nos principais instrumentos internacionais de direitos humanos. A saúde é apresentada como um direito humano indispensável para uma vida digna e inseparável de outros direitos fundamentais, como alimentação, moradia, água potável, saneamento, educação, trabalho, seguridade social e informação.

A Relatora reforça que a dignidade orienta o conteúdo do direito à saúde e exige que os Estados garantam autonomia, igualdade, participação e respeito às diferenças. A concretização da saúde depende da realização simultânea desses direitos interdependentes.

B. Obrigações dos Estados

O relatório reafirma as três obrigações clássicas dos Estados em matéria de direitos humanos:

- **Respeitar**, abstendo-se de adotar medidas que prejudiquem a saúde;
- **Proteger**, regulando ações de terceiros, incluindo empresas;
- **Cumprir (realizar)**, criando condições favoráveis para o exercício efetivo do direito à saúde.

A Relatora enfatiza que o combate à discriminação e a garantia de serviços essenciais não podem ser adiados sob o argumento da realização progressiva dos direitos. Tais obrigações possuem caráter imediato.

IV. Saúde e Dignidade como Direitos Interligados

A. Dimensões do Direito à Saúde

A Relatora organiza o direito à saúde em três dimensões: *Autonomia; Atenção à saúde e Prevenção.*

A dignidade funciona simultaneamente como limite mínimo contra abusos e como horizonte normativo para sistemas de saúde mais inclusivos e equitativos. O relatório afirma que pessoas devem ser vistas como titulares de direitos, e não apenas como pacientes ou usuários de serviços.

B. Autonomia

A autonomia é apresentada como componente central da dignidade. Isso implica respeito à integridade corporal, ao consentimento livre e informado, à privacidade e à confidencialidade das informações de saúde.

A Relatora argumenta que sem informação adequada não há autonomia real. Questões como saúde sexual e reprodutiva, diversidade sexual e de gênero, proteção de dados de saúde e governança digital são analisadas sob essa perspectiva. O relatório critica legislações que criminalizam comportamentos relacionados à saúde, pois tais normas reduzem a capacidade das pessoas de buscar cuidados sem medo.

C. Igualdade e Não Discriminação

O capítulo destaca que igualdade e não discriminação constituem obrigações imediatas dos Estados. A discriminação pode assumir formas diretas ou indiretas e atingir populações específicas em razão de raça, gênero, deficiência, situação socioeconômica, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de saúde.

O relatório enfatiza que a simples igualdade formal é insuficiente. É necessário enfrentar desigualdades estruturais e reconhecer formas sobrepostas de opressão que ampliam barreiras ao acesso aos serviços de saúde.

D. Determinantes Subjacentes da Saúde

Este é um dos capítulos mais relevantes do relatório. A Relatora argumenta que a saúde não depende apenas de fatores biológicos ou do acesso a serviços médicos, mas também das condições sociais, econômicas, políticas e ambientais em que as pessoas vivem.

São destacados três grupos de determinantes:

Determinantes sociais: Renda, educação, emprego, habitação, alimentação, violência e exclusão social influenciam diretamente os resultados em saúde.

Determinantes legais: Leis e políticas podem facilitar ou restringir o acesso aos cuidados. A criminalização de determinadas condutas ou identidades pode afastar pessoas dos serviços de saúde.

Determinantes comerciais: O relatório critica práticas corporativas associadas à promoção de produtos nocivos, como tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados. Também alerta para conflitos de interesse e para a influência empresarial na formulação de políticas públicas.

A análise demonstra forte convergência com a abordagem da determinação social da saúde, ao reconhecer que os contextos sociais e econômicos produzem ou reduzem vulnerabilidades em saúde.

E. Prestação de Cuidados em Saúde com Dignidade

Este capítulo examina como a dignidade deve orientar a organização dos sistemas de saúde. Serviços de saúde devem ser disponíveis, acessíveis, aceitáveis, de qualidade e livres de discriminação.

A Relatora denuncia situações de racismo institucional, violência obstétrica, discriminação contra grupos marginalizados e modelos excessivamente medicalizados ou coercitivos. Também enfatiza a importância dos cuidados paliativos, da atenção comunitária e da valorização dos trabalhadores da saúde.

O texto reforça que a dignidade não se restringe aos usuários dos serviços, mas também deve alcançar profissionais de saúde por meio de condições adequadas de trabalho e participação nas decisões institucionais.

F. Prevenção de Danos e Criação de Ambientes Favoráveis

A prevenção é apresentada como um componente essencial da dignidade. Políticas preventivas devem ampliar escolhas e oportunidades, e não as restringir por meio de coerção ou vigilância excessiva.

O relatório associa prevenção à promoção de alimentação adequada, proteção social, educação, habitação digna e combate às desigualdades ambientais. Também destaca os efeitos da crise climática, da insegurança alimentar e dos sistemas alimentares globalizados sobre a saúde das populações.

Outro aspecto importante é a defesa das estratégias de redução de danos para usuários de drogas, entendidas como medidas compatíveis com os direitos humanos e com a proteção da dignidade humana.

V. Governança

A. Participação

O relatório considera a participação social elemento central da governança em saúde. Comunidades afetadas devem participar de todas as etapas das políticas públicas, desde sua formulação até o monitoramento de resultados.

A Relatora sustenta que a participação fortalece a legitimidade das decisões, melhora sua efetividade e reafirma a dignidade das pessoas envolvidas. Para isso, é necessário garantir acesso à informação, proteção do espaço cívico e mecanismos inclusivos de representação social.

B. Transparência e Conflitos de Interesse

A transparência aparece como condição essencial para a proteção do direito à saúde. O relatório alerta para os riscos de captura das políticas públicas por interesses privados, especialmente de grandes corporações.

A Relatora defende regras rigorosas de transparência em processos decisórios, financiamento de pesquisas, compras públicas e elaboração de diretrizes clínicas.

C. *Accountability* (Responsabilização)

A responsabilização é apresentada como requisito indispensável para prevenir violações de direitos. Os mecanismos de *accountability* devem possibilitar denúncias, investigação de abusos, reparação de danos e reformas institucionais.

O relatório destaca a necessidade de responsabilizar tanto atores estatais quanto privados, incluindo empresas que comercializam produtos prejudiciais à saúde ou que violem direitos relacionados à privacidade e proteção de dados.

VI. Boas Práticas

O relatório reúne experiências nacionais que buscam incorporar a dignidade nas políticas de saúde. São apresentados exemplos provenientes da Austrália, Bolívia, Cuba, República Dominicana, México, Marrocos, Portugal, Espanha, Noruega, Luxemburgo, El Salvador, Bósnia e Herzegovina e Turquia.

Entre as iniciativas destacam-se: (i) estratégias de combate ao estigma relacionado ao HIV; (ii) proteção da confidencialidade das informações de saúde; (iii) fortalecimento da saúde mental comunitária; (iv) redução de danos; (v) participação social na gestão dos sistemas de saúde; (vi) proteção de pessoas LGBTQIA+; (vii) promoção da interculturalidade nos serviços de saúde; e (viii) combate ao racismo institucional.

A análise dessas experiências demonstra que a dignidade pode ser operacionalizada por meio de políticas concretas e mecanismos institucionais permanentes.

VII. Desafios Atuais

Apesar dos avanços identificados, persistem importantes desafios. O relatório aponta barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência intelectual, povos indígenas, pessoas privadas de liberdade, pessoas intersexo e outros grupos historicamente marginalizados.

Também são mencionados problemas relacionados à proteção de dados em saúde digital, à exclusão de grupos vulneráveis dos processos decisórios e à permanência de estruturas discriminatórias que limitam o acesso à saúde em condições de igualdade.

VIII. Conclusões e Recomendações

A. Conclusões

A principal conclusão do relatório é que saúde e dignidade constituem direitos inseparáveis. Não há realização plena do direito à saúde sem respeito à dignidade humana, nem dignidade efetiva em contextos marcados por doenças evitáveis, exclusão e discriminação.

O documento reafirma que os Estados devem atuar sobre os determinantes sociais, legais e comerciais da saúde, promovendo igualdade, participação e accountability como elementos centrais das políticas públicas.

B. Recomendações

As recomendações incluem:

- revogar legislações punitivas que dificultam o acesso à saúde;
- proteger o consentimento informado e a confidencialidade;
- regular práticas corporativas nocivas à saúde;

- fortalecer a redução de danos;
- ampliar a participação das comunidades afetadas;
- combater a discriminação em todas as suas formas;
- investir em proteção social e determinantes sociais da saúde;
- promover serviços culturalmente adequados e acessíveis;
- reforçar mecanismos de transparência e responsabilização.

Considerações Finais

O relatório temático "Verdade, justiça e reparação para pessoas afetadas pela hanseníase: um marco de direitos humanos para enfrentar a segregação forçada histórica e sistemática e a discriminação", da Relatora Especial Beatriz Miranda-Galarza representa uma importante mudança de paradigma na abordagem internacional da hanseníase. Em vez de tratar a doença exclusivamente como uma questão biomédica ou sanitária, a Relatora Especial a insere no campo das violações históricas e estruturais de direitos humanos.

A principal contribuição do documento é demonstrar que os impactos da segregação não pertencem apenas ao passado. Eles permanecem vivos na forma de discriminação, pobreza, exclusão territorial, sofrimento psicológico e perda de oportunidades sociais. Nesse sentido, a hanseníase é apresentada como um exemplo emblemático de como políticas públicas fundamentadas no medo, no preconceito e na exclusão podem produzir efeitos persistentes por gerações.

O marco dos cinco pilares proposto pela Relatora oferece um instrumento consistente para orientar políticas de reparação e justiça social. Além disso, o relatório dialoga diretamente com debates contemporâneos sobre memória, verdade, justiça transicional, deficiência, saúde coletiva e determinantes sociais da saúde, reafirmando que a dignidade humana exige não apenas tratamento médico, mas também reconhecimento, reparação e inclusão plena na sociedade.

Enquanto o relatório "A saúde como um facilitador da dignidade humana", da relatora especial Tlaleng Mofokeng, constitui uma vasta formulação jurídica e sociológica para sistema internacional de direitos humanos sobre a relação entre saúde, dignidade e justiça social.

A principal contribuição do documento é deslocar o debate da saúde para além dos serviços assistenciais, inserindo-o no campo dos direitos humanos e dos determinantes estruturais da vida e do bem-estar, dialogando diretamente com os referenciais da determinação social da saúde, ao reconhecer que raça, gênero, pobreza, condições de moradia, trabalho, alimentação, legislação, poder corporativo e participação política moldam profundamente as condições de saúde das populações.

Ao afirmar que "a saúde não pode ser realizada sem dignidade, e a dignidade não pode florescer sem saúde", o relatório oferece um mote poderoso para a agenda contemporânea dos direitos humanos.

Mais do que garantir acesso a serviços, os Estados são chamados a construir sociedades capazes de assegurar autonomia, reconhecimento, igualdade e participação para todos os grupos populacionais, especialmente aqueles historicamente marginalizados.

Referências

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *Truth, justice and reparation for persons affected by leprosy: a human rights framework to address historical and systematic forced segregation and discrimination*. Report of the Special Rapporteur on the elimination of discrimination against persons affected by leprosy (Hansen's disease) and their family members, Beatriz Miranda-Galarza. A/HRC/62/40. Geneva: United Nations, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/62/40. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *Health as an enabler of dignity*. Report of the Special Rapporteur on the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health, Tlaleng Mofokeng. A/HRC/62/66. Geneva: United Nations, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/62/66. Acesso em: 5 jul. 2026.

Atualizações da Saúde Global: Negociações do PABS, Relatório sobre o Câncer, Codex Alimentarius e Ebola

Novedades sobre salud mundial: negociaciones del PABS, informe sobre el cáncer, el Codex Alimentarius y el ebola

Global Health Updates: PABS Negotiations, Cancer Report, Codex Alimentarius, and Ebola

Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Galvão

Resumo: A retomada das negociações do Anexo sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), no âmbito do Acordo sobre Pandemias da OMS, constitui o principal destaque da quinzena, com ênfase no cenário político das negociações e nas perspectivas para a construção de consenso entre os Estados Membros. Também são apresentadas as principais mensagens do Diretor-Geral da OMS na abertura da sétima reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG), incluindo o apelo ao fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional. Destacam-se ainda a publicação do WHO Global Status Report on Cancer 2026, que analisa avanços e desigualdades na resposta global ao câncer, a realização da 49ª sessão da Comissão do Codex Alimentarius e uma atualização epidemiológica da OMS sobre o surto de Ebola por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda.

Palavras-chave: OMS. OPS. Ebola. Acordo sobre Pandemias. Câncer. One Health.

Resumen: *La reanudación de las negociaciones sobre el Anexo del Sistema de Acceso a Patógenos y Participación en los Beneficios (PABS), en el marco del Acuerdo de la OMS sobre Pandemias, constituye el principal tema destacado de la quincena, con especial énfasis en el escenario político de las negociaciones y en las perspectivas para la construcción de consensos entre los Estados Miembros. Asimismo, se presentan los principales mensajes del Director General de la OMS durante la apertura de la séptima reunión del Grupo de Trabajo Intergubernamental (IGWG), incluido su llamamiento a fortalecer el multilateralismo y la cooperación internacional. También se destacan la publicación del WHO Global Status Report on Cancer 2026, que analiza los avances y las persistentes desigualdades en la respuesta mundial al cáncer, la celebración del 49.º período de sesiones de la Comisión del Codex Alimentarius y una actualización epidemiológica de la OMS sobre el brote de enfermedad por el virus del Ébola causada por el virus Bundibugyo en la República Democrática del Congo y Uganda.*

Palabras-clave. *OMS. OPS. Ebola. Acordo sobre Pandemias. Câncer. One Health.*

Abstract: *The resumption of negotiations on the Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) Annex under the WHO Pandemic Agreement is the main highlight of this reporting period, with particular emphasis on the political dynamics of the negotiations and the prospects for building consensus among Member States. The publication also presents the key messages delivered by the WHO Director-General at the opening of the seventh meeting of the Intergovernmental Working Group (IGWG), including his call for strengthened multilateralism and international cooperation. Additional highlights include the release of the WHO Global Status Report on Cancer 2026, which examines progress and persistent inequities in the global cancer response, the*

convening of the 49th session of the Codex Alimentarius Commission, and the WHO epidemiological update on the Bundibugyo virus disease outbreak in the Democratic Republic of the Congo and Uganda.

Keywords. *WHO. PAHO. Ebola. Trweatysobre Pandemics. Cancer. One Health.*

Estados Membros retomam negociações sobre o sistema PABS na OMS

A sétima reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Acordo sobre Pandemias da OMS teve início em 6 de julho de 2026. De acordo com avaliações de diferentes delegações, a rodada de julho tende a ser marcada por posições ainda pouco flexíveis, com reduzida disposição para concessões substanciais entre os Estados-membros. Apesar disso, durante a Assembleia Mundial da Saúde, diversos países reiteraram publicamente seu compromisso com a continuidade e a conclusão das negociações do Anexo PABS.

Embora alguns participantes tenham defendido a conclusão das negociações até dezembro de 2026, a percepção predominante entre as delegações parece ser de que ainda não existe consenso suficiente para estabelecer esse prazo como objetivo comum.

Fontes tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento indicaram, ainda, que algum mecanismo de registro de usuários deverá tornar-se inevitável no âmbito do sistema PABS, especialmente em razão das preocupações relacionadas à biossegurança. A atual emergência envolvendo o Ebola também vem reforçando a centralidade desse debate e aumentando a pressão por mecanismos que assegurem rastreabilidade e governança no acesso a patógenos.

No campo da sociedade civil, destaca-se uma intensificação das ações de incidência política. Mais de uma dezena de organizações ampliaram a pressão sobre países desenvolvidos em relação às suas posições nas negociações do PABS. Nesse contexto, foi encaminhada uma carta de denúncia ao Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Saúde, manifestando preocupações quanto ao papel desempenhado pela União Europeia, Noruega, Japão e Suíça nas negociações em curso.

Diretor-Geral da OMS reforça compromisso com a conclusão das negociações do PABS

O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, iniciou sua intervenção reconhecendo que não foi possível concluir as negociações sobre o Anexo PABS a tempo de sua adoção pela Assembleia Mundial da Saúde. Ressaltou, contudo, que o aspecto mais relevante é a continuidade do compromisso dos Estados Membros com o processo negociador, destacando que a decisão de prosseguir com as negociações demonstra o reconhecimento da importância estratégica do tema.

Enfatizou que a presença das delegações na retomada dos trabalhos representa uma demonstração de que o multilateralismo permanece um instrumento essencial para enfrentar desafios globais, ressaltando que a cooperação, o diálogo e a disposição para o compromisso continuam sendo elementos fundamentais para a construção de consensos.

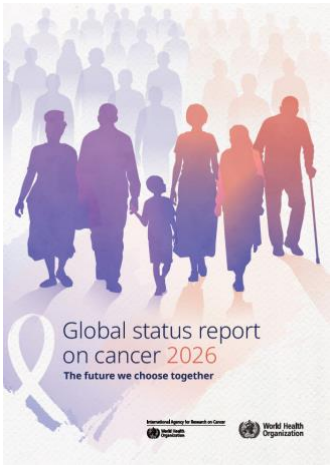
Mencionou os avanços alcançados nas discussões informais realizadas nas semanas anteriores, observando que essas permitiram ampliar a compreensão entre as diferentes posições e criar condições mais favoráveis para a continuidade das negociações.

Reconheceu ainda que permanecem diferenças substantivas entre as posições dos Estados Membros, mas avaliou que tais divergências podem ser superadas por meio do diálogo e da flexibilidade.

Ao tratar da urgência do tema, afirmou que as ameaças à saúde pública permanecem presentes, citando como exemplo o surto de Ebola em curso. Também mencionou o recente encerramento do surto de hantavírus associado a um navio de cruzeiro, destacando que sua contenção foi possível em razão da rápida cooperação entre os diferentes atores envolvidos. Ressaltou que ambos os episódios evidenciam a necessidade de fortalecer os mecanismos internacionais de preparação e resposta.

Em suas considerações finais, conclamou as delegações a conduzirem as negociações com espírito de confiança, compreensão mútua e disposição para a construção de compromissos.

Relatório Global sobre o Câncer destaca avanços e desafios para a equidade no acesso



Em coletiva de imprensa, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou o *WHO Global Status Report on Cancer 2026*, elaborado em colaboração com a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC). O documento faz um balanço da resposta global ao câncer, destacando tanto os avanços registrados nos últimos anos quanto os desafios persistentes para garantir acesso equitativo aos serviços oncológicos (ver: https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/4569172f-1a59-4a41-9e17-68f79564b03e/content)

Na apresentação, foi ressaltado que houve progresso em áreas como o fortalecimento do compromisso político dos países, a expansão das ações de prevenção e o desenvolvimento de novas tecnologias para diagnóstico e tratamento. Entre os resultados positivos, destacou-se a redução de 27% no consumo de tabaco desde 2010, com impactos na diminuição da incidência e da mortalidade por câncer de pulmão em algumas regiões, bem como a queda dos cânceres associados a infecções, atribuída ao aumento da cobertura vacinal, à melhoria das condições de água, saneamento e higiene (WASH) e ao fortalecimento das medidas de prevenção e controle de infecções.

Também foi informado que 82% dos países já dispõem de planos nacionais de controle do câncer, percentual significativamente superior aos 50% registrados em 2010. Nos países de alta renda, programas de rastreamento têm possibilitado o diagnóstico precoce da maior parte dos casos de câncer de mama, enquanto 74% das mulheres realizam exames de rastreamento para câncer do colo do útero. Além disso, observou-se crescimento contínuo da pesquisa científica, refletido no aumento médio anual de 7,3% do número de ensaios clínicos registrados entre 2005 e 2021.

Apesar desses avanços, a OMS enfatizou que persistem profundas desigualdades entre países. O relatório demonstra que a sobrevida em cinco anos para mulheres com câncer de mama alcança 87% nos países de alta renda, mas é de apenas cerca de 42% nos países de baixa renda. Da mesma forma, menos de um terço dos países incorpora a atenção oncológica aos seus pacotes de cobertura universal de saúde.

Outro ponto de preocupação refere-se ao acesso a medicamentos essenciais para o tratamento do câncer. Nos países de baixa e média-baixa renda, a disponibilidade dos 20 medicamentos oncológicos prioritários varia entre 9% e 54%, enquanto nos países de alta renda esse índice situa-se entre 68% e 94%. Segundo a Organização, essas disparidades continuam comprometendo os resultados em saúde e evidenciam a necessidade de ampliar os investimentos para assegurar acesso oportuno e equitativo à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados de suporte.

FAO e OMS realizam 49ª sessão da Comissão do *Codex Alimentarius*

Entre os dias 6 e 10 de julho de 2026, realiza-se a 49ª sessão da Codex Alimentarius Commission, com o objetivo de adotar novos padrões internacionais de segurança e qualidade dos alimentos. A Comissão, iniciativa conjunta da Food and Agriculture Organization of the United Nations e da Organização Mundial da Saúde (OMS), tem como mandato proteger a saúde dos consumidores e promover práticas justas no comércio internacional de alimentos.

Durante a sessão, serão aprovados normas e diretrizes em diferentes áreas da segurança alimentar. As descrições dos padrões adotados serão divulgadas à medida que forem aprovados ao longo dos trabalhos da Comissão.

OMS atualiza situação do surto de Ebola por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda

A Organização Mundial da Saúde (OMS) atualizou a situação do surto de doença pelo vírus Ebola causado pelo vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e na Uganda, informando que a transmissão continua ativa e em evolução.

Na República Democrática do Congo, até 1º de julho, haviam sido registrados 1.460 casos confirmados e 452 óbitos. Em Uganda, até 2 de julho, foram confirmados 20 casos, incluindo dois óbitos, além de um caso provável que também evoluiu para óbito.

A OMS informou ainda que, em 24 de junho de 2026, as autoridades da França notificaram um caso laboratorialmente confirmado da doença em um médico que retornava da República Democrática do Congo.

Segundo a Organização, o surto em Uganda permanece epidemiologicamente vinculado à transmissão originada na República Democrática do Congo, tendo sido identificados tanto casos importados quanto transmissão secundária entre contatos e profissionais de saúde. Até o momento, Uganda não registra novos casos desde 21 de junho de 2026.

As autoridades nacionais dos dois países, com o apoio da OMS e de parceiros internacionais, seguem implementando medidas abrangentes de resposta ao surto. Paralelamente, permanece em vigor um marco regional de preparação e priorização para orientar as ações de prontidão nos países da Região Africana.

Declaração conjunta reafirma o compromisso com 'Uma Só Saúde' nas Américas

A *aliança quadripartite*, composta pela *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA*), juntamente com parceiros regionais como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Organismo Internacional Regional

de Sanidade Agropecuária (OIRSA), firmou no dia 6 de julho uma *Declaração Conjunta* para fortalecer sua *coordenação sob a abordagem de "Uma Só Saúde" nas Américas.*

A cada 6 de julho, a comunidade internacional celebra o **Dia Mundial das Zoonoses**, com o objetivo de conscientizar sobre o risco de transmissão de doenças entre animais e pessoas e como promover práticas para preveni-las.

Cerca de 60% das doenças infecciosas humanas conhecidas são de *origem zoonótica* e aproximadamente 75% das doenças infecciosas emergentes em seres humanos provêm de animais domésticos ou silvestres.

Da mesma forma, estima-se que a *resistência aos antimicrobianos (RAM)* cause 1,27 milhão de mortes diretas por ano em todo o mundo e esteja associada a cerca de 5 milhões de mortes indiretas. As *doenças transmitidas por alimentos* provocam 1,5 milhão de mortes anualmente, sendo 78 mil delas na Região das Américas.

Esses números evidenciam a necessidade de articular uma *abordagem intersetorial* para essas e outras ameaças sob uma perspectiva integrada, abrangendo saúde humana, saúde animal e conservação do meio ambiente.

A declaração faz um chamado à ação coordenada diante das ameaças em saúde, incluindo doenças zoonóticas, riscos à segurança dos alimentos e impactos associados às mudanças climáticas, à perda de biodiversidade, à poluição ambiental, à degradação dos ecossistemas e à resistência aos antimicrobianos.

"Os desafios sanitários enfrentados pela região nos últimos anos evidenciaram a importância das alianças estratégicas e do trabalho conjunto para alcançar resultados sustentáveis, como as ações que estamos realizando diante da influenza aviária e da mosca-da-bicheira no gado na região, contribuindo para proteger os meios de subsistência de milhares de famílias produtoras. Com esta assinatura, damos mais um passo para fortalecer a cooperação regional e a ação coordenada para avançar na implementação de Uma Só Saúde", destacou R*ene Orellana Halkyer,* subdiretor-geral e Representante Regional da FAO para a ALC.

"Os sistemas de saúde animal são parte fundamental da primeira linha de defesa contra surtos de doenças, particularmente aquelas com potencial pandêmico. No entanto, o último relatório da OMSA sobre o estado da saúde animal no mundo mostra que continuam sendo insuficientemente financiados. A abordagem Uma Só Saúde só alcançará todo o seu potencial se a saúde animal for plenamente integrada ao planejamento e aos investimentos públicos. Nas Américas, a OMSA tem promovido há anos essa abordagem integrada, defendendo um maior reconhecimento do papel da saúde animal. Esta declaração é um marco para a região ao reafirmar o compromisso de enfrentar de forma mais eficaz os desafios compartilhados", afirmou Francisco D'Alessio, representante regional da OMSA para as Américas.

A declaração destaca que as Américas contam com uma sólida trajetória de cooperação intersetorial em saúde pública, saúde animal, agricultura e meio ambiente. No entanto, reconhece que é necessário fortalecer ainda mais a coordenação entre organizações internacionais, governos, academia, sociedade civil e setor privado para responder de forma eficaz aos desafios atuais e futuros.

"Para a OPAS, a abordagem de Uma Só Saúde é uma prioridade estratégica e um componente essencial da saúde pública nas Américas para enfrentar de forma integrada os riscos sanitários atuais e emergentes. Durante décadas, essa abordagem tem orientado a

cooperação técnica da OPAS, por meio dos programas de doenças transmissíveis com um componente-chave na interface entre humanos e animais, da segurança dos alimentos, da resistência aos antimicrobianos e da saúde pública ambiental, especialmente por meio do trabalho de nosso centro regional de Saúde Pública Veterinária, a PANAFTOSA, e da Política de Uma Só Saúde da OPAS, que neste ano completa cinco anos de implementação", afirmou Jarbas Barbosa, diretor da OPAS.

Por sua vez, o representante e diretor para a América Latina e o Caribe do PNUMA, Juan Bello, declarou: "Para o PNUMA, a abordagem Uma Só Saúde é fundamental para enfrentar de maneira integral os desafios ambientais e sanitários na América Latina e no Caribe, ao destacar a conexão entre a saúde humana, animal e ambiental. Diante de ameaças planetárias como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição, Uma Só Saúde promove a resiliência dos sistemas naturais, priorizando ações preventivas em vez de reativas no âmbito ambiental. Além disso, fortalece a cooperação regional tanto para abordar as dimensões ambientais da resistência aos antimicrobianos quanto para reduzir o risco de doenças zoonóticas com potencial pandêmico, em consonância com a Agenda 2030."

O objetivo desta declaração conjunta é mobilizar organizações, redes e atores-chave para fortalecer a troca de informações e a colaboração regional. Além disso, busca apoiar os Estados Membros da Região na priorização e implementação de ações, por meio de maior coordenação, colaboração intersetorial e estabelecimento de parcerias público-privadas em matéria de governança, marcos legislativos, desenvolvimento organizacional e fortalecimento de capacidades, bem como no intercâmbio de dados, evidências e conhecimentos.

Com esta declaração, as organizações reafirmam seu compromisso de promover respostas coordenadas frente a ameaças sanitárias que transcendem setores e fronteiras, contribuindo para a proteção da saúde das pessoas, dos animais e dos ecossistemas nas Américas.

Referências

1. Geneva Health Files. PABS Primer: The state of play for the July negotiations at the WHO. Disponível em: https://newsletter.genevahealthfiles.com/pabs-primer-the-state-of-play-for-the-july-negotiations-at-the-who/. Acesso em: 7 jul. 2026.
2. Health Policy Watch. Africa asserts itself as pandemic agreement talks resume. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/africa-asserts-itself-as-pandemic-agreement-talks-resume/. Acesso em: 7 jul. 2026.
3. Joint Civil Society Complaint to the United Nations (UN) Special Rapporteur on the Right to Health: Concerns over the role of the European Union, Norway, Japan and Switzerland in the PABS negotiations. Disponível em: https://twn.my/files/CSO%20Complaint%20PABS_Special%20Procedures.pdf. Acesso em: 7 jul. 2026.
4. World Health Organization (WHO). WHO Director-General's opening remarks at the Seventh meeting of the Intergovernmental Working Group (IGWG) on the WHO Pandemic Agreement – 7 July 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-seventh-meeting-of-the-intergovernmental-working-group-(igwg)-on-the-who-pandemic-agreement-7-july-2026. Acesso em: 7 jul. 2026.
5. International Agency For Research On Cancer (IARC). Global Cancer Observatory (GCO). Lyon: IARC, [s.d.]. Disponível em: https://gco.iarc.who.int/en. Acesso em: 7 jul. 2026.
6. World Health Organization (WHO). WHO press conference on the launch of the Global Status Report on Cancer 2026. Knowledge Action Portal on NCDs, 6 jul. 2026. Disponível em:

https://www.knowledge-action-portal.com/en/content/who-press-conference-launch-global-status-report-cancer-2026. Acesso em: 7 jul. 2026.

7. Food And Agriculture Organization Of The United Nations (FAO); World Health Organization (WHO). Forty-ninth Session of the Codex Alimentarius Commission (CAC49). Genebra: FAO/WHO, 2026. Disponível em: https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/meetings/detail/en/?meeting=CAC&session=49. Acesso em: 7 jul. 2026.
8. World Health Organization (WHO). Ebola disease caused by Bundibugyo virus, Democratic Republic of the Congo & Uganda. *Disease Outbreak News*, 3 jul. 2026. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2026-DON612. Acesso em: 7 jul. 2026.

Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável: Resultados dos Principais Processos Multilaterais de Junho de 2026

Gobernanza Global para el Desarrollo Sostenible: resultados de los principales procesos multilaterales de junio de 2026

Global Governance for Sustainable Development: Outcomes of the Major Multilateral Processes of June 2026

Danielly Magalhães e Guto Galvão

Resumo: Os principais processos multilaterais ocorridos na última quinzena de junho de 2026 reforçaram a urgência de acelerar a implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris. O Relatório do Secretário-Geral da ONU sobre os ODS destaca que, apesar de avanços em governança, monitoramento e políticas públicas, o progresso permanece insuficiente, especialmente nos temas de clima, biodiversidade, oceanos, água e cidades sustentáveis. Na 7ª Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS, foi defendida a maior integração entre as agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, ampliação do financiamento climático, fortalecimento da cooperação internacional e maior participação de governos locais e populações vulneráveis. O relatório da 1ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis ressaltou a necessidade de uma transição energética justa, baseada em fortalecimento institucional, planejamento integrado, transferência de tecnologia, capacitação e eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis, responsáveis por mais de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa. Paralelamente, a Hamburg Sustainability Conference reforçou a importância do multilateralismo, do financiamento sustentável e da criação da *South-North Commission on Development* para impulsionar a implementação dos ODS. Já a OEWG-15 da Convenção de Basileia manteve o avanço das negociações sobre resíduos plásticos, eletrônicos, baterias e têxteis, priorizando consensos técnicos e preparando decisões para a COP18 em 2027. Em conjunto, esses processos apontam para a necessidade de maior cooperação internacional, fortalecimento de capacidades, inovação e integração de políticas para transformar compromissos globais em ações concretas.

Palavras-chave: Agenda 2030; Acordo de Paris; Governança Ambiental; Cooperação Internacional; Desenvolvimento Sustentável.

Resumen: *Los principales procesos multilaterales celebrados durante la segunda quincena de junio de 2026 reforzaron la urgencia de acelerar la implementación de la Agenda 2030 y del Acuerdo de París. El informe del Secretario General de las Naciones Unidas sobre los ODS destaca que, pese a los avances en gobernanza, monitoreo y políticas públicas, el progreso sigue siendo insuficiente, especialmente en materia de clima, biodiversidad, océanos, agua y ciudades sostenibles. En la 7.ª Conferencia Mundial sobre Sinergias entre el Clima y los ODS, se defendió una mayor integración entre las agendas de clima, biodiversidad y desarrollo sostenible, la ampliación del financiamiento climático, el fortalecimiento de la cooperación internacional y una mayor participación de los gobiernos locales y de las poblaciones vulnerables. El informe de la 1.ª Conferencia sobre la Transición Más Allá de los Combustibles Fósiles destacó la necesidad de*

una transición energética justa, basada en el fortalecimiento institucional, la planificación integrada, la transferencia de tecnología, el desarrollo de capacidades y la eliminación gradual de los subsidios a los combustibles fósiles, responsables de más del 75 % de las emisiones mundiales de gases de efecto invernadero. Paralelamente, la Hamburg Sustainability Conference reafirmó la importancia del multilateralismo, del financiamiento sostenible y de la creación de la South-North Commission on Development para impulsar la implementación de los ODS. Por su parte, la OEWG-15 del Convenio de Basilea mantuvo el avance de las negociaciones sobre residuos plásticos, electrónicos, baterías y textiles, priorizando los consensos técnicos y preparando las decisiones para la COP18 en 2027. En conjunto, estos procesos ponen de manifiesto la necesidad de fortalecer la cooperación internacional, el desarrollo de capacidades, la innovación y la integración de políticas para transformar los compromisos globales en acciones concretas.

Palabras clave: *Agenda 2030; Acuerdo de París; Gobernanza ambiental; Cooperación internacional; Desarrollo sostenible.*

Abstract: *The main multilateral processes held during the second half of June 2026 reinforced the urgency of accelerating the implementation of the 2030 Agenda and the Paris Agreement. The United Nations Secretary-General's SDG Progress Report highlights that, despite advances in governance, monitoring, and public policies, progress remains insufficient, particularly in the areas of climate, biodiversity, oceans, water, and sustainable cities. At the 7th Global Conference on Climate and SDG Synergies, participants called for stronger integration between climate, biodiversity, and sustainable development agendas, increased climate finance, enhanced international cooperation, and greater participation of local governments and vulnerable populations. The report from the 1st Conference on Transitioning Away from Fossil Fuels emphasized the need for a just energy transition based on stronger institutions, integrated planning, technology transfer, capacity building, and the gradual phase-out of fossil fuel subsidies, which are associated with more than 75% of global greenhouse gas emissions. Meanwhile, the Hamburg Sustainability Conference underscored the importance of multilateralism, sustainable finance, and the establishment of the South-North Commission on Development to advance SDG implementation. The fifteenth meeting of the Open-ended Working Group of the Basel Convention (OEWG-15) also advanced negotiations on plastic, electronic, battery, and textile waste, prioritizing technical consensus and preparing decisions for COP18 in 2027. Collectively, these processes highlight the need for stronger international cooperation, capacity building, innovation, and policy integration to translate global commitments into effective action.*

Keywords: *2030 Agenda; Paris Agreement; Environmental Governance; International Cooperation; Sustainable Development.*

1. Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento sustentável

O Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2026) mostra que os objetivos relacionados ao meio ambiente continuam entre os mais desafiadores da Agenda 2030. Embora existam avanços importantes em políticas públicas, governança e monitoramento, o ritmo atual é insuficiente para alcançar as metas até 2030, especialmente nas áreas de clima, biodiversidade, oceanos e cidades sustentáveis.

1.1 ODS 13 – Ação Climática

O relatório destaca que a mudança do clima continua se intensificando em ritmo sem precedentes. Em 2025, a temperatura média global atingiu 1,43°C acima dos níveis pré-industriais, enquanto a concentração atmosférica de CO_2 alcançou o maior nível dos últimos 2 milhões de anos, correspondendo a 152% acima dos níveis pré-industriais. Embora a mortalidade por desastres tenha diminuído 65% em relação à década anterior graças ao fortalecimento das estratégias de redução do risco de desastres, o número de pessoas afetadas mais que dobrou, atingindo uma média de 123 milhões de pessoas por ano.

O relatório atribui esses avanços principalmente ao aumento do número de países com estratégias nacionais de redução do risco de desastres — de 56 países em 2015 para 141 em 2025 — e ao fortalecimento dos sistemas de preparação e resposta. Entretanto, alerta que os esforços atuais de mitigação e adaptação permanecem insuficientes para reduzir as emissões globais e proteger as populações vulneráveis. Entre as próximas prioridades estão a ampliação da adaptação, o fortalecimento das políticas nacionais de mitigação e a implementação do novo compromisso internacional de financiamento climático acordado na COP29, que prevê mobilizar US$ 1,3 trilhão por ano até 2035, com um primeiro relatório de progresso previsto para 2028.

1.2 ODS 6 – Água e Saneamento

O acesso à água potável, saneamento e higiene continua melhorando, mas bilhões de pessoas ainda permanecem sem serviços adequados. Entre 2015 e 2024, a população com acesso à água potável gerida de forma segura aumentou de 68% para 74%, o acesso ao saneamento de 48% para 58%, e os serviços básicos de higiene de 66% para 80%. Apesar desse progresso, 2,1 bilhões de pessoas ainda não possuem acesso seguro à água potável, 3,4 bilhões carecem de saneamento seguro e 1,7 bilhão não dispõe de serviços básicos de higiene.

O relatório também chama atenção para a estagnação no tratamento de águas residuais, que permanece em 56% desde 2020, e para o aumento das desigualdades regionais relacionadas ao estresse hídrico, particularmente no Norte da África, Oeste e Sul da Ásia. Embora a eficiência no uso da água tenha aumentado 24% desde 2015, mais da metade dos países ainda apresenta baixa eficiência hídrica, indicando a necessidade de acelerar a gestão integrada dos recursos hídricos e ampliar os investimentos no setor.

1.3 ODS 15 – Vida Terrestre, Biodiversidade e Florestas

O relatório apresenta um cenário misto para biodiversidade e florestas. Por um lado, houve expansão das áreas protegidas, fortalecimento das políticas nacionais de conservação e maior adesão aos instrumentos internacionais, impulsionados pelo Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal e pelo Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas. Por outro, a degradação dos ecossistemas continua avançando.

A cobertura florestal mundial permanece em 31,8% da superfície terrestre (4,14 bilhões de hectares), mas desde 1990 o planeta perdeu 203 milhões de hectares de florestas, sendo 41 milhões de hectares perdidos desde 2015, principalmente devido à expansão agrícola. Ao mesmo tempo, a proporção das Áreas-Chave para Biodiversidade protegidas aumentou de 25% para 45% entre 2000 e 2025. Apesar desse avanço, o risco global de extinção continua aumentando, especialmente para os corais de águas quentes, dos quais 44% das espécies encontram-se sob elevado risco de extinção devido às mudanças climáticas e outras pressões ambientais.

1.4 ODS 14 – Vida na Água (Oceanos)

O relatório destaca que os oceanos continuam sofrendo os efeitos da acidificação, do aquecimento e da sobrepesca. Embora a capacidade de monitoramento tenha aumentado significativamente — com o número de estações de monitoramento da acidificação oceânica passando de 178 em 2021 para 906 em 2026 —, a cobertura ainda é insuficiente para apoiar estratégias robustas de adaptação e mitigação. Cerca de 35,5% dos estoques pesqueiros permanecem explorados de forma insustentável e os investimentos em pesquisa marinha continuam inferiores a 1% dos orçamentos nacionais de pesquisa, apesar da economia oceânica representar entre 3% e 4% da economia mundial.

O principal avanço institucional foi a entrada em vigor, em 17 de janeiro de 2026, do Acordo sobre Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ), considerado um marco histórico para fortalecer a proteção dos dois terços dos oceanos localizados fora das jurisdições nacionais. O relatório recomenda ampliar os investimentos em ciência oceânica, gestão integrada das zonas costeiras, conservação baseada em áreas protegidas e desenvolvimento de economias oceânicas sustentáveis.

1.5 ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

O progresso urbano também permanece desigual. Apesar da melhoria no acesso ao transporte público — que aumentou de 53,2% para 61,5% nas cidades monitoradas — aproximadamente 1,16 bilhão de pessoas, ou um em cada quatro moradores urbanos, ainda vivem em assentamentos precários ou favelas, número que poderá ultrapassar 1,2 bilhão até 2030 caso não haja aceleração das políticas habitacionais.

Além disso, os desastres continuam comprometendo a resiliência urbana: entre 2015 e 2024 foram danificadas ou destruídas, em média, 91.847 infraestruturas críticas por ano, interrompendo anualmente mais de 1,5 milhão de serviços essenciais, incluindo unidades de saúde e escolas. A poluição atmosférica urbana também permanece elevada, com concentrações médias de material particulado fino estabilizadas em 26,1 µg/m³ desde 2020, enquanto o acesso da população a espaços públicos abertos caiu de 48% para 45,9% entre 2020 e 2025, indicando uma piora na qualidade ambiental urbana.

1.6 Relação com a saúde

O relatório evidencia que esses desafios ambientais têm implicações diretas para a saúde global. A intensificação das mudanças climáticas amplia a exposição da população a desastres naturais, afetando 123 milhões de pessoas por ano; a falta de água, saneamento e higiene continua expondo bilhões de pessoas a doenças evitáveis; a degradação dos ecossistemas ameaça a segurança alimentar e os serviços ecossistêmicos; e a persistência da poluição do ar nas cidades aumenta os riscos de doenças respiratórias e cardiovasculares. Esses resultados reforçam que a aceleração dos ODS ambientais é indispensável para proteger a saúde humana e fortalecer a resiliência das populações frente às mudanças climáticas.

2. Sétima Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS

A 7ª Conferência Global sobre Sinergias entre o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2026, em Bangkok, Tailândia. O evento foi coorganizado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das

Nações Unidas (UN DESA), pela Secretaria da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). A conferência reuniu cerca de 350 participantes presenciais de mais de 30 países, além de transmissão on-line, sob o tema "From Commitment to Delivery: Scaling Integrated Action in a Volatile World" ("Do compromisso à implementação: ampliando ações integradas em um mundo volátil").

2.1 Objetivos da reunião

A conferência teve como principal objetivo fortalecer as sinergias entre a implementação do Acordo de Paris, da Agenda 2030 e do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, reconhecendo que a fragmentação das políticas públicas reduz sua efetividade. Em um contexto de crises climáticas, perda da biodiversidade, conflitos geopolíticos e restrições financeiras, os participantes discutiram como integrar políticas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável para gerar benefícios simultâneos e acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Também foi enfatizada a necessidade de aproximar as prioridades globais das realidades regionais da Ásia e do Pacífico, promovendo soluções integradas, financiamento sustentável e fortalecimento da cooperação internacional.

2.2 Principais acordos e resultados

Embora a conferência não tenha sido um fórum de negociação formal, houve amplo consenso sobre diversas prioridades para acelerar a implementação integrada das agendas globais.

Os participantes concordaram que:

- a implementação do Acordo de Paris e dos ODS deve ocorrer de forma integrada, rompendo a fragmentação institucional entre setores e políticas públicas;
- é necessário ampliar significativamente o financiamento climático e para o desenvolvimento, direcionando recursos para soluções que gerem múltiplos benefícios;
- governos nacionais e locais devem atuar de forma coordenada, com maior participação das cidades, comunidades locais, povos indígenas, mulheres e jovens;
- mecanismos de planejamento, monitoramento e prestação de contas precisam ser fortalecidos para apoiar políticas integradas;
- a cooperação internacional continua sendo essencial para enfrentar desafios comuns, especialmente para pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e países mais vulneráveis aos impactos climáticos.

Outro importante resultado foi o lançamento do **Asia-Pacific Synergies Report**, documento que reúne estudos de caso e recomendações para acelerar ações integradas na região. O relatório servirá de base para a elaboração de um programa regional de ação da ESCAP voltado à implementação conjunta das agendas climática e de desenvolvimento sustentável.

2.3 Observações dos países

Como a conferência teve caráter técnico e político, e não negociador, não houve divergências formais entre países nem votação de propostas. No entanto, algumas diferenças de posicionamento ficaram evidentes durante os debates.

A China, representada pelo enviado especial para o clima Liu Zhenmin, argumentou que, diante do atraso global no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, deveria

ser considerada a possibilidade de estender o prazo dos ODS além de 2030, além de alertar que o unilateralismo e o protecionismo dificultam sua implementação.

Por outro lado, representantes das Nações Unidas, de países vulneráveis e de diversas organizações internacionais enfatizaram a necessidade de acelerar imediatamente a implementação das metas existentes, defendendo maior integração entre políticas e aumento do financiamento climático, em vez de postergar os prazos. Também houve diferentes enfoques quanto às prioridades: os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), como Fiji e Maldivas, concentraram suas intervenções na necessidade de financiamento para adaptação, segurança energética e manutenção da meta de 1,5°C; enquanto países como Paquistão, Tajiquistão e Nepal destacaram os impactos de geleiras, enchentes e escassez hídrica, defendendo maior apoio internacional para adaptação e transferência de tecnologia.

2.4 Recomendações e próximos passos

Os debates resultaram em diversas recomendações para acelerar a implementação integrada das agendas internacionais, entre elas:

- fortalecer a coordenação institucional entre clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável;
- ampliar o financiamento climático, especialmente para adaptação e para países mais vulneráveis;
- incorporar saúde, água, transporte sustentável, cidades, energia limpa e soluções baseadas na natureza nas estratégias nacionais de implementação dos ODS e do Acordo de Paris;
- fortalecer capacidades institucionais, sistemas de dados, monitoramento e mecanismos de prestação de contas;
- ampliar a participação de governos locais, comunidades, povos indígenas, mulheres e jovens nos processos decisórios;
- promover maior alinhamento entre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os planos nacionais de desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como encaminhamento concreto, o Asia-Pacific Synergies Report será utilizado pela ESCAP para subsidiar a elaboração de um programa regional de ação voltado à implementação das sinergias entre clima e desenvolvimento sustentável na Ásia e no Pacífico, além de orientar futuras discussões internacionais sobre políticas integradas.

A 7ª Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS reforçou o entendimento de que os desafios climáticos, sociais e econômicos não podem mais ser tratados de forma isolada. Apesar da ausência de negociações formais entre países, houve forte convergência em torno da necessidade de integrar políticas públicas, ampliar o financiamento, fortalecer o multilateralismo e acelerar a implementação conjunta do Acordo de Paris, da Agenda 2030 e do Marco Global da Biodiversidade, com especial atenção aos países e populações mais vulneráveis

3. Relatório da 3ª Hamburg Sustainability Conference (HSC 2026)

A 3ª Hamburg Sustainability Conference (HSC 2026) foi realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2026, na Prefeitura (City Hall) e na Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha. A

conferência reuniu aproximadamente 1.600 participantes presencialmente e outros 1.500 participantes on-line, representando mais de 110 países. O evento foi organizado pelo Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cidade Livre e Hanseática de Hamburgo e Fundação Michael Otto, com apoio da GIZ e do Instituto Alemão de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IDOS).

3.1 Objetivos da conferência

A HSC 2026 teve como principal objetivo fortalecer a cooperação internacional para acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), diante de um contexto marcado por tensões geopolíticas, desaceleração econômica, mudanças climáticas e rápidas transformações tecnológicas. A conferência buscou transformar compromissos multilaterais em ações concretas por meio da criação de novas parcerias, iniciativas de financiamento, alianças entre governos, setor privado, academia e sociedade civil e propostas para reformar a governança internacional. Os debates concentraram-se em três grandes temas: economias resilientes, tecnologia e o futuro do planeta; riscos, incertezas e conflitos; e o fortalecimento do multilateralismo e da governança global.

3.2 Principais resultados e acordos

O principal resultado da conferência foi o lançamento da South-North Commission on Development, uma comissão internacional independente criada para repensar a cooperação internacional em um mundo cada vez mais multipolar. Inspirada na histórica Comissão Brandt, a nova comissão reunirá representantes de governos, organismos internacionais, empresas e sociedade civil para formular recomendações sobre o futuro da cooperação internacional. Foi anunciado que a comissão apresentará um relatório preliminar em 2027 e um relatório final em 2028, funcionando de forma independente na definição de suas prioridades.

Outro importante resultado foi a apresentação do plano de dez ações da iniciativa UN80, proposta pela Aliança de Apoio ao Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. O plano defende reformas voltadas ao fortalecimento das equipes da ONU nos países, melhoria da coordenação entre agências, maior eficiência institucional e fortalecimento do financiamento para o desenvolvimento sustentável. Os participantes incentivaram outros Estados a aderirem à iniciativa.

A conferência também promoveu novos compromissos em diferentes áreas:

- assinatura de um memorando de entendimento para ampliar a gestão integrada de bacias hidrográficas por meio de parceria público-privada;
- fortalecimento da Declaração de Hamburgo sobre Inteligência Artificial Responsável, com novas iniciativas voltadas à capacitação, tecnologias abertas e desenvolvimento de soluções de IA adaptadas às necessidades locais;
- lançamento de discussões sobre mecanismos financeiros voltados à proteção de bens públicos globais, conservação da natureza, transparência da dívida pública e fortalecimento das cadeias produtivas africanas de minerais críticos.
  Mais informações podem ser encontradas **aqui.**

3.3 Principais temas de debate entre os participantes

- ✓ **Reforma da governança internacional**

Embora tenha havido amplo consenso sobre a necessidade de reformar o sistema multilateral, diferentes participantes defenderam enfoques distintos.

A Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala, argumentou que as reformas deveriam preservar os pontos fortes da atual arquitetura internacional baseada em regras, ao mesmo tempo em que respondessem à perda de confiança, às desigualdades e aos desafios trazidos pela inteligência artificial.

Já outros participantes enfatizaram a necessidade de mudanças mais profundas na forma como Norte e Sul Global se relacionam, propondo abandonar o modelo tradicional de doadores e receptores em favor de parcerias mais igualitárias.

- ✓ **Financiamento do desenvolvimento**

Também surgiram diferentes diagnósticos sobre os obstáculos ao financiamento sustentável.

Representantes do Banco Asiático de Desenvolvimento destacaram a necessidade de reformas institucionais para ampliar o financiamento ao desenvolvimento.

Já Mo Ibrahim argumentou que o maior problema da África não é a falta de fundamentos econômicos, mas a percepção de risco dos mercados financeiros, que encarece artificialmente o custo do capital para os países africanos. Outros participantes ressaltaram que existe capital suficiente no mundo, mas que os recursos públicos e privados precisam ser mobilizados de forma mais eficiente.

- ✓ ***Inteligência Artificial***

Os debates sobre inteligência artificial mostraram consenso quanto ao seu potencial para acelerar o desenvolvimento sustentável, mas diferentes prioridades foram enfatizadas.

Alguns participantes defenderam maior investimento em tecnologias abertas, inovação local e capacitação técnica, especialmente na África. Outros enfatizaram que o uso da IA somente será bem-sucedido se houver governança robusta, transparência, qualidade dos dados e confiança pública, evitando que a tecnologia substitua o julgamento humano.

3.4 Recomendações e próximos passos

Ao longo das sessões, diversas recomendações foram apresentadas para orientar os trabalhos futuros:

- fortalecer a cooperação internacional e acelerar a reforma das Nações Unidas por meio da iniciativa UN80;
- ampliar investimentos em infraestrutura verde, adaptação climática, segurança hídrica e soluções baseadas na natureza;
- fortalecer mecanismos inovadores de financiamento capazes de mobilizar recursos públicos e privados para os ODS;
- desenvolver sistemas internacionais mais transparentes para dívida pública e avaliação de riscos financeiros;
- ampliar investimentos em inteligência artificial responsável, especialmente por meio do fortalecimento de capacidades nacionais, inovação local e governança ética;

- fortalecer parcerias entre governos, setor privado, academia e sociedade civil para transformar compromissos políticos em ações concretas;
- promover maior participação do Sul Global na formulação da governança internacional por meio da nova South-North Commission.
- Entre os encaminhamentos concretos, destacam-se:
- elaboração de um relatório intermediário da South-North Commission em 2027;
- publicação do relatório final da Comissão em 2028, contendo recomendações para a reforma da cooperação internacional;
- continuidade da implementação da Declaração de Hamburgo sobre Inteligência Artificial;
- preparação da quarta edição da Hamburg Sustainability Conference, prevista para 2027, que dará continuidade às alianças e iniciativas lançadas nesta edição.

A Hamburg Sustainability Conference 2026 reforçou a percepção de que o atual sistema internacional precisa evoluir para responder aos desafios de um mundo mais multipolar, marcado por mudanças climáticas, desigualdades persistentes e rápidas transformações tecnológicas. Embora não tenha produzido decisões negociadas entre governos, a conferência consolidou-se como um espaço de articulação política e técnica para o lançamento de iniciativas concretas, novas parcerias e propostas de reforma da cooperação internacional. A criação da South-North Commission, o avanço da iniciativa UN80 e os diversos compromissos em áreas como financiamento sustentável, inteligência artificial, água e soluções baseadas na natureza demonstraram uma convergência em torno da necessidade de transformar o multilateralismo em resultados práticos para a implementação da Agenda 2030

4. Relatório da 1ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis

O Relatório da 1ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis (Santa Marta, Colômbia, 24–29 de abril de 2026) apresenta uma visão estratégica para transformar o compromisso firmado na COP28 em ações concretas. O documento parte do reconhecimento de que os combustíveis fósseis são responsáveis por mais de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas destaca que a transição energética já está em andamento: em 2025, a capacidade mundial de energias renováveis era quase 50% superior à de 2023, e praticamente toda a nova demanda energética estava sendo atendida por fontes renováveis. Ainda assim, o relatório enfatiza que persistem importantes barreiras estruturais, como dependência econômica dos combustíveis fósseis, endividamento, altos custos de capital, limitações tecnológicas e subsídios que continuam favorecendo os combustíveis fósseis.

As principais recomendações estão organizadas na Visão de Santa Marta, composta por dez princípios. O documento recomenda que a transição seja tratada como uma prioridade global para alcançar a meta de 1,5°C e aumentar a segurança energética, econômica e climática; que seja conduzida por uma ampla coalizão internacional baseada na cooperação e não apenas em negociações multilaterais; e que seja entendida como uma transformação econômica, social e institucional, e não apenas como a substituição de uma fonte de energia por outra. O relatório também defende o fortalecimento da governança, o planejamento integrado entre setores, a elaboração de roteiros nacionais e regionais alinhados às Contribuições Nacionalmente

Determinadas (NDCs), maior cooperação internacional, transferência de tecnologia, fortalecimento de capacidades e reforma dos incentivos econômicos que ainda favorecem os combustíveis fósseis, incluindo a eliminação gradual de subsídios e o redirecionamento dos fluxos financeiros para tecnologias limpas.

Um aspecto central do relatório é a defesa de uma transição justa, baseada em direitos humanos e adaptada às realidades locais. Os autores argumentam que a mudança não deve reproduzir desigualdades nem criar novas formas de dependência econômica ou de extrativismo, sendo necessário garantir diversificação econômica, proteção social, desenvolvimento de novas cadeias produtivas e participação ativa de trabalhadores, comunidades indígenas, povos afrodescendentes, mulheres e governos locais. Além disso, recomenda-se que os países desenvolvam estratégias nacionais capazes de reduzir sua dependência fiscal dos combustíveis fósseis e criar condições para uma transformação econômica sustentável.

Embora o relatório tenha foco predominantemente energético e econômico, a **saúde** aparece como um importante cobenefício da transição. O documento recomenda que os planos nacionais incorporem explicitamente os benefícios sanitários decorrentes da redução da poluição atmosférica, ampliem o acesso à energia limpa em comunidades rurais e vulneráveis e integrem políticas energéticas com ações em saúde, educação, abastecimento de água e desenvolvimento local. Também ressalta a necessidade de considerar os impactos históricos das atividades relacionadas aos combustíveis fósseis sobre a saúde das populações e proteger trabalhadores e comunidades durante o processo de transição.

Como próximas etapas, o relatório estabelece que o processo de Santa Marta continuará até a 2ª Conferência sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis, prevista para 2027, sob coorganização de Tuvalu e Irlanda, juntamente com Colômbia e Países Baixos. Será criado um grupo de coordenação para manter o impulso político ao longo do ano, fortalecer a articulação com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), evitar duplicações com outras iniciativas internacionais e identificar áreas que demandam ações adicionais. Além disso, três grupos de trabalho temáticos seriam lançados ao final de julho de 2026 para aprofundar análises, promover a participação contínua dos diferentes atores e desenvolver ações conjuntas voltadas à implementação da transição justa para além dos combustíveis fósseis.

5. 15ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG-15) da Convenção de Basileia

A 15ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto (Open-ended Working Group – OEWG-15) da Convenção de Basileia foi realizada entre 23 e 26 de junho de 2026, em Genebra, Suíça, reunindo aproximadamente 580 participantes, incluindo representantes de 147 Partes da Convenção, países não Partes, Centros Regionais da Convenção de Basileia, agências das Nações Unidas e organizações não governamentais.

A reunião foi presidida por Nneka Nicholas (Antígua e Barbuda) e teve como principal objetivo revisar o progresso dos mandatos estabelecidos na COP17 (2025), desenvolver orientações técnicas e jurídicas para implementação da Convenção e preparar decisões para apreciação da COP18, prevista para abril de 2027, no Panamá.

5.1 Objetivos da reunião

Os trabalhos concentraram-se em quatro grandes eixos:

- fortalecer o funcionamento da Convenção diante do aumento dos fluxos internacionais de resíduos complexos;
- revisar e atualizar diretrizes técnicas relacionadas a resíduos perigosos, especialmente resíduos eletrônicos, plásticos, baterias, pneus, mercúrio, poluentes orgânicos persistentes (POPs) e têxteis;
- discutir possíveis revisões dos Anexos I e III da Convenção para aumentar a clareza jurídica sobre resíduos perigosos;
- ampliar a cooperação internacional e modernizar os procedimentos administrativos, especialmente por meio da digitalização do procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC).

5.2 Principais acordos alcançados

Ao longo da semana, os países concordaram em manter uma abordagem predominantemente técnica e baseada em evidências científicas para preparar decisões da COP18.

Entre os principais encaminhamentos aprovados destacam-se:

- continuidade do trabalho do grupo intersessional para aperfeiçoar o procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC), adotando uma abordagem gradual para implementação das melhorias;
- atualização das diretrizes técnicas sobre resíduos contendo POPs, baterias, pneus e resíduos eletrônicos, com novo período para envio de comentários pelos países antes da COP18;
- continuidade dos projetos-piloto para digitalização dos documentos de notificação e movimentação de resíduos;
- manutenção dos trabalhos sobre resíduos têxteis, priorizando inicialmente o desenvolvimento de orientações técnicas para diferenciar roupas reutilizáveis de resíduos têxteis;
- prosseguimento da revisão dos Anexos I e III da Convenção por meio de um Grupo de Especialistas, incorporando as contribuições recebidas durante a reunião.

5.3 Temas que geraram debates entre os países

Embora diversas decisões tenham sido adotadas por consenso, alguns temas geraram intensos debates.

- ✓ **Resíduos plásticos**

O tema mais controverso da reunião foi o futuro do trabalho da Convenção sobre resíduos plásticos.

A Suíça, apoiada por Ilhas Cook, Etiópia, Mali, Nigéria, Palau, Zimbábue e posteriormente por grande parte do Grupo Africano, União Europeia, Panamá, Noruega e diversos outros países, propôs ampliar as atividades da Convenção para fortalecer a prevenção da geração de resíduos plásticos, reduzir a poluição e proteger a saúde humana e o meio ambiente.

Em oposição, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Kuwait, Irã, Rússia e Estados Unidos argumentaram que essa proposta extrapolava o mandato da Convenção de Basileia e poderia interferir nas negociações do futuro tratado global sobre plásticos conduzidas pelo Comitê Intergovernamental de Negociação (INC). O Brasil também manifestou dúvidas quanto à utilidade de aprofundar a discussão naquele momento.

A ausência de consenso impediu inicialmente a criação de um grupo de contato. Após negociações informais entre Tanzânia e Arábia Saudita, foi alcançado um compromisso limitado: a Secretaria apenas elaborará uma compilação das atividades já existentes sobre resíduos plásticos desenvolvidas no âmbito da Convenção para análise na COP18.

- ✓ **Resíduos têxteis**

Outro tema sensível foi a possibilidade de ampliar os controles internacionais sobre roupas usadas e resíduos têxteis.

O Grupo Africano, Camarões e Tanzânia defenderam que grandes volumes de resíduos têxteis são exportados para países africanos disfarçados de roupas reutilizáveis e apoiaram a inclusão desses materiais no sistema de Consentimento Prévio Informado (PIC).

Por outro lado, Japão, Estados Unidos, China, Angola, Quênia, Catar e Arábia Saudita demonstraram preocupação com uma expansão prematura do escopo da Convenção. Os principais argumentos apresentados foram:

- insuficiência de evidências técnicas;
- ausência de definições harmonizadas para distinguir roupas usadas de resíduos;
- risco de impactos negativos sobre o comércio de roupas de segunda mão, importante fonte de emprego em diversos países em desenvolvimento.

Como resultado, os países decidiram priorizar o desenvolvimento de orientações técnicas para classificação dos materiais antes de discutir novas obrigações regulatórias.

- ✓ **Revisão dos Anexos I e III**

A proposta de revisar os Anexos I e III também revelou posições divergentes.

União Europeia, Suíça, Canadá e Reino Unido defenderam que ajustes poderiam aumentar a clareza jurídica e fortalecer a proteção ambiental.

Em contrapartida, Arábia Saudita, Rússia, China, Bangladesh, Catar e Indonésia alertaram que alterações amplas poderiam gerar elevados custos de implementação, exigir mudanças legislativas nacionais e criar dificuldades para países em desenvolvimento. O Grupo Africano também defendeu uma abordagem cautelosa, acompanhada de assistência técnica e fortalecimento de capacidades.

- ✓ **Limites para POPs**

Durante a revisão das diretrizes sobre resíduos contendo poluentes orgânicos persistentes (POPs), surgiram divergências sobre os níveis máximos permitidos.

O Grupo Africano defendeu limites tão baixos quanto possível para maximizar a proteção da saúde humana e do meio ambiente.

China e Argentina alertaram que limites excessivamente baixos poderiam ser difíceis de medir e aplicar na prática, comprometendo a implementação das normas.

Também houve divergência entre Arábia Saudita e Rússia, que solicitaram a retirada de referências consideradas fora do mandato da Convenção, como menções a combustíveis fósseis e materiais livres de plástico.

5.2 Recomendações e próximos passos

A reunião definiu um amplo programa de trabalho intersessional até a COP18.

Entre as principais ações aprovadas estão:

- recebimento de comentários dos países sobre diversas diretrizes técnicas entre agosto e novembro de 2026;
- continuidade dos trabalhos dos grupos intersessionais (SIWG e EWG);
- revisão das diretrizes técnicas sobre POPs, resíduos eletrônicos, baterias, pneus e resíduos têxteis;
- desenvolvimento adicional da digitalização do sistema PIC e incentivo à realização de projetos-piloto;
- compilação de informações sobre atividades relacionadas aos resíduos plásticos e sua implementação;
- continuidade da revisão dos Anexos I e III da Convenção;
- preparação de todos esses documentos para deliberação na COP18.

A OEWG-15 demonstrou que a Convenção de Basileia permanece um instrumento central da governança internacional sobre resíduos perigosos, mas enfrenta desafios crescentes decorrentes da rápida evolução de novos fluxos de resíduos, especialmente plásticos, resíduos eletrônicos, baterias e têxteis.

Apesar das divergências políticas entre grupos de países sobre a ampliação do mandato da Convenção e o ritmo das mudanças regulatórias, prevaleceu uma estratégia de construção gradual de consensos, baseada em evidências científicas, fortalecimento da capacidade técnica dos países e continuidade do trabalho intersessional. Assim, a maior parte dos temas permaneceu em desenvolvimento, preparando o terreno para decisões mais abrangentes durante a COP18 em 2027.

Informações mais detalhadas sobre cada etapa da convenção podem ser encontradas aqui.

Aprendizagem ao Longo da Vida, Trabalho Decente e Desenvolvimento de Competências em um Mundo em Transformação

Aprendizaje a lo largo de la vida, trabajo decente y desarrollo de habilidades en un mundo cambiante.

Lifelong Learning, Decent Work, and Skills Development in a Changing World

Frederico Peres

Resumo: O presente artigo discute a oportunidade e os desafios da implementação de estratégias voltadas à aprendizagem em toda a vida no mundo do trabalho, através da análise dos principais pontos e conclusões de um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o tema. Parte da delimitação dos principais desafios contemporâneos, relacionados à transição tecnológica e às mudanças no mundo do trabalho para, através de uma compreensão ampliada do conceito de aprendizagem ao longo da vida, justificar a necessidade e a oportunidade de desenvolver habilidades e competências para o exercício da cidadania ativa, a organização coletiva, a promoção da inclusão social e garantia da justiça social. Posiciona a formação e a qualificação profissional como um objeto multifacetado que demanda estratégias integradas e intersetoriais para seu desenvolvimento, transcendendo às políticas tradicionais centradas na capacitação e nos treinamentos nos espaços de trabalho. Segundo o relatório da OIT, para o alcance da plena aprendizagem ao longo da vida, é necessário garantir que trabalhadoras e trabalhadores disponham do tempo e do apoio (financeiro, logístico etc.) necessários para uma aprendizagem significativa e emancipadora, estrategicamente integrada a outras políticas, como aquelas visando a proteção social, a garantia do emprego e a promoção do trabalho decente, entre outras. Conclui-se que a aprendizagem ao longo da vida precisa ser considerada não apenas como uma iniciativa individual ou ação pontual, mas como um bem público comum, essencial para o desenvolvimento de sociedades mais justas, resilientes e inclusivas. E que, uma vez colocada como pilar para a promoção do trabalho decente, tem imenso potencial de garantir que todas as pessoas possam aprender, trabalhar e viver com dignidade em um mundo em transformação.

Palavras-chave: Aprendizagem ao longo da vida; Educação continuada; Mundo do trabalho; Formação e qualificação profissional;

Resumen: *Este artículo analiza las oportunidades y los desafíos de la implementación de estrategias de aprendizaje a lo largo de la vida en el mundo del trabajo, a través de un análisis de los puntos principales y las conclusiones de un informe de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) sobre el tema. Comienza delimitando los desafíos contemporáneos relacionados con la transición tecnológica y los cambios en el mundo del trabajo y, mediante una comprensión más amplia del concepto de aprendizaje permanente, justifica la necesidad y la oportunidad de desarrollar habilidades y competencias para el ejercicio de la ciudadanía activa, la organización colectiva, la promoción de la inclusión social y la garantía de la justicia social. Se plantea la*

formación y cualificación profesional como un objeto multifacético que requiere estrategias integradas e intersectoriales para su desarrollo, trascendiendo las políticas tradicionales centradas en la formación y el desarrollo de habilidades en el lugar de trabajo. Según el informe de la OIT, para lograr un aprendizaje permanente pleno, es necesario asegurar que los trabajadores cuenten con el tiempo y el apoyo (financiero, logístico, etc.) necesarios para un aprendizaje significativo y empoderador, estratégicamente integrado con otras políticas, como las dirigidas a la protección social, la seguridad en el empleo y la promoción del trabajo decente, entre otras. Se concluye que el aprendizaje a lo largo de la vida debe considerarse no sólo como una iniciativa individual o una acción puntual, sino como un bien público común, esencial para el desarrollo de sociedades más justas, resilientes e inclusivas. Y que, una vez establecido como pilar para la promoción del trabajo decente, tiene un inmenso potencial para garantizar que todas las personas puedan aprender, trabajar y vivir con dignidad en un mundo en constante cambio.

Palabras clave: *Aprendizaje a lo largo de la vida; Educación continua; Mundo del trabajo; Formación y cualificación profesional.*

Abstract: *This article examines the opportunities and challenges of applying lifelong learning strategies in the world of work, highlighting important insights and findings from an International Labour Organization (ILO) report on the topic. It commences by delineating significant current difficulties associated with technological changes and transformations in the labor market. It subsequently utilizes an expanded comprehension of the lifelong learning concept to substantiate the necessity and potential for cultivating essential abilities and competences for active citizenship, collective organization, the advancement of social inclusion, and the assurance of social justice. The paper presents professional education and skills development as a complex issue necessitating integrated, cross-sectoral initiatives that transcend conventional policies centered exclusively on workplace training. The ILO report indicates that realizing genuine lifelong learning necessitates providing workers with adequate time and support (financial, logistical, etc.) for significant, empowering education that is strategically aligned with other policies, including those focused on social protection, job security, and the advancement of decent work. The conclusion is that lifelong learning should be regarded not solely as an individual endeavor or a singular activity, but as a collective public asset vital for fostering equitable, resilient, and inclusive societies. Moreover, when recognized as a fundamental principle for advancing decent work, it possesses significant potential to guarantee that all individuals may learn, work, and live with dignity in an evolving world.*

Keywords: *Lifelong learning; Continuing education; Employment sector; Professional education and skills enhancement.*

Introdução

O ritmo da inovação tecnológica, as transições demográficas, as mudanças globais no clima e nos sistemas ambientais e a reestruturação dos mercados de trabalho, ao redor do planeta, tornaram a aprendizagem ao longo da vida um pilar fundamental das políticas contemporâneas de desenvolvimento de habilidades e competências junto a trabalhadoras e trabalhadores. No mundo do trabalho do século XXI, a aquisição, atualização e adaptação constantes de competências pelos trabalhadores tornaram-se essenciais não apenas para a empregabilidade e a produtividade, mas também para a inclusão social, dentro e fora dos ambientes de trabalho, para a resiliência frente a condições de trabalho cada vez mais

precarizadas e a possibilidade de lutarem por um trabalho decente – seguro, saudável, sustentável e equitativo.

Durante a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada de 1 a 12 de junho último, tais desafios ficaram evidentes desde os primeiros debates, e na solenidade de abertura, quando o Diretor-Geral da OIT, Gilbert Houngbo, apresentou seu relatório intitulado "Um Momento Decisivo: Aproveitando a Inteligência Artificial para um Trabalho Decente". Ou no marco da aprovação da Convenção 193, que trata da promoção do trabalho decente na economia de plataformas, e que se conforma como primeiro instrumento internacional a propor normas e diretrizes sobre o trabalho mediado por plataformas digitais algorítmicas, a incorporação de ferramentas tecnológicas sofisticadas no mundo do trabalho e o olhar sobre as habilidades e competências necessárias para que trabalhadoras e trabalhadores consigam se apropriar e utilizar, de forma saudável e segura, tais tecnologias. Desafios que demandam um esforço de se pensar a formação e a qualificação destes trabalhadores para que melhor possam acessar, compreender, avaliar e fazer uso de todas as inovações tecnológicas que são incorporadas, de forma célere e pouco distributiva, no mundo do trabalho.

Em um relatório recente, intitulado "Aprendizagem ao Longo da Vida e Competências para o Futuro" [*Lifelong learning and skills for the future*] e lançado em meados de abril último, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) argumenta que as estratégias para a aprendizagem ao longo da vida não devem mais ser consideradas elementos secundários (ou acessórios) para o aprimoramento da força de trabalho global, mas sim ações estratégicas para a promoção de condições e ambientes de trabalho mais inclusivos, capazes de permitir a incorporação de novas tecnologias e arranjos pelo mundo do trabalho, sem excluir trabalhadoras e trabalhadores dos processos disruptivos que tais tecnologias e dinâmicas vêm trazendo, em velocidade e abrangência inéditas, para o mundo do trabalho global.

A OIT define, no documento, aprendizagem ao longo da vida como "*todas as atividades de aprendizagem realizadas ao longo da vida, individual ou coletivamente, seja em contextos educacionais, profissionais, familiares ou outros contextos sociais",* e que visam o desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos relevantes tanto para as aspirações individuais quanto para as necessidades sociais coletivas. Uma compreensão bastante abrangente do conceito, que inclui processos de aprendizagem formal (e.g. cursos e programas de formação oferecidos por instituições acadêmicas, conferindo grau ou carga horária de aprendizagem contínua, entre outros), não-formal (e.g. treinamentos e oficinas organizadas nos ambientes de trabalho, estágios ou iniciativas de formação processual, entre outros) e informal (desenvolvimento de habilidades e competências em situações cotidianas, como a família, grupo social e, mesmo, no trabalho, sem uma estrutura pedagógica formal ou percurso formativo estabelecido), e que podem ocorrer ao longo da vida e da trajetória profissional de cada trabalhadora e trabalhador, em diversos contextos e espaços de convívio social.

A partir de tais premissas, o documento delimita o escopo da aprendizagem ao longo da vida para além dos espaços laborais, abrangendo todas as formas de aprendizagem, desde a primeira infância até a idade adulta, sobretudo em relação às habilidades e competências para o exercício da cidadania ativa, a organização coletiva, a promoção da inclusão social e garantia da justiça social, configurando um objeto multifacetado que demanda estratégias mais abrangentes, para seu desenvolvimento, que as políticas tradicionais de capacitação e treinamentos nos espaços de trabalho. E que, portanto, precisa incorporar mecanismos que

proporcionem aos trabalhadores o tempo e o apoio (financeiro, logístico etc.) necessários para a aprendizagem, além de estar estrategicamente integrada a outras políticas, como aquelas visando a proteção social, a garantia do emprego e a promoção do trabalho decente, entre outras.

A aprendizagem ao longo da vida é, portanto, um conceito dinâmico e abrangente, estando em constante evolução para responder aos desafios contínuos do mundo do trabalho, sobretudo em razão do ritmo acelerado das mudanças tecnológicas impulsionadas pela transformação digital e pela pressão para a transição a economias ambientalmente sustentáveis. Um contexto que revela a necessidade de se adotar estratégias flexíveis de desenvolvimento de habilidades e competências, permitindo aos trabalhadores navegar pelas rotas do trabalho e da aprendizagem de forma não linear, ao longo do seu ciclo de vida, através de percursos formativos não-engessados e que abordem, de forma eficaz, desafios cruciais para o mundo do trabalho contemporâneo, tais como: a obsolescência de conhecimentos entre os trabalhadores experientes; as discrepâncias entre competências técnicas e saberes advindos da prática profissional, especialmente entre os jovens com formação superior; e o fato de o envelhecimento da população (e a consequente extensão da vida ativa), em muitas partes do mundo, suscitarem novas preocupações quanto ao perfil e as exigências que se impõem para uma força de trabalho em constante renovação, marcada, ao mesmo tempo, pela impermanência laboral e pela precarização crescente das condições e vínculos de trabalho, destacando a importância da aprendizagem contínua, ao longo da vida, para a garantia de condições dignas de vida e trabalho.

As rápidas e profundas transformações no mundo do trabalho impõem desenvolvimento permanente de habilidades e competências junto a trabalhadoras e trabalhadores

O mundo do trabalho vem sendo, progressivamente, impactado pela profunda transformação digital, pela expansão do uso de inteligência artificial em diferentes setores, pelo envelhecimento demográfico, pelas mudanças climáticas e por uma marcada reconfiguração geopolítica, modificando as relações de trabalho e emprego globalmente. Neste contexto de mudança global, as habilidades e competências necessárias para o trabalho, em todos os setores e ocupações, estão sendo continuamente remodeladas, demandando que trabalhadores, empregadores e governos se adaptem aos novos sistemas produtivos, de forma imediata, sob pena de ficarem ainda mais à margem dos processos disruptivos que tais tecnologias promovem, ampliando históricas iniquidades no mundo do trabalho.

A partir da consideração dessa premissa, o documento da OIT destaca que a aprendizagem ao longo da vida é vital não apenas para impulsionar a produtividade e a competitividade econômica, mas também para fortalecer a resiliência de trabalhadoras e trabalhadores frente às constantes e excludentes transformações no mundo do trabalho, que comprometem a equidade e a coesão social, afetando desproporcionalmente aos indivíduos e grupos mais vulnerabilizados.

É possível supor que trabalhadores que conseguem atualizar continuamente suas habilidades estão mais bem preparados para lidar com as transformações do mercado de trabalho, mudanças de ocupação e mudanças tecnológicas. Ao mesmo tempo, as empresas se beneficiam não somente com a melhoria da produção, mas também com a capacidade de inovação e de adaptabilidade organizacional que resulta da formação e da qualificação de sua força de trabalho.

Para alcançar tais capacidades, o relatório se sustenta em uma concepção teórica e prática que rejeita noções restritas de aprendizagem ao longo da vida, baseadas estritamente na escolaridade formal ou na formação como estratégia para melhorar a empregabilidade. Em vez disso, sugere um paradigma multidimensional baseado em três pilares inter-relacionados:

- Educação e escolaridade: a formação em espaços que oferecem competências básicas e fundamentais para a atuação profissional, sejam amplas ou específicas;
- Aprendizagem no mundo do trabalho: engloba todo o treinamento recebido no local de trabalho, assim como estágios e aprendizagem informal nos contextos laborais;
- E aprendizagem social mais ampla: se materializa por meio da participação comunitária, do voluntariado e do engajamento cívico em torno de processos decisórios, não somente restritos à organização e aos processos de trabalho.

Essa perspectiva integrada, recomendada pelo relatório, reconhece que a aprendizagem é um processo social contínuo, intimamente ligado à participação no mercado de trabalho, à cidadania e ao desenvolvimento humano.

Aprendizagem ao longo da vida como base para o trabalho decente

O conceito de trabalho decente, um dos pilares que sustentam o trabalho e o papel da OIT globalmente, inclui aspectos como o emprego produtivo, salários dignos, proteção social, direitos no trabalho e diálogo social. E, assim delimitado, permite considerar que a aprendizagem ao longo da vida pode se constituir como fator a contribuir, direta ou indiretamente, para a promoção de condições mais seguras, saudáveis, sustentáveis e equitativas no mundo do trabalho, desenvolvendo a literacia em saúde do trabalhador e a adaptabilidade às novas tecnologias e às oportunidades de mobilidade profissional.

No relatório, são apresentadas evidências que o envolvimento em iniciativas de aprendizagem ao longo da vida está relacionado a melhorias nas condições de trabalho, facilitando o desempenho em contextos laborais diversos (e, às vezes, adversos), progressão na carreira e rendimentos mais elevados. Os trabalhadores que participam de estratégias de educação e formação técnico-profissional (EFTP), estágios e treinamentos oferecidos pelos empregadores relatam melhorias na empregabilidade e no crescimento profissional, e quanto mais recorrentes e organizadas forem essas atividades formativas, maiores as chances de vivenciarem o trabalho decente.

Ademais, a educação continuada também melhora a qualidade do emprego, pois permite que os trabalhadores acessem ocupações/cargos que demandam habilidades e competências profissionais mais complexas e que, frequentemente, são mais bem remuneradas. A análise comparativa entre países, apresentada no relatório, demonstra que níveis mais elevados de complexidade de habilidades estão ligados não apenas a incrementos salariais, mas também a melhores atributos não salariais do trabalho, incluindo estabilidade, trabalho significativo e perspectivas de progressão na carreira.

Outro aspecto, igualmente destacado no documento, é que a aprendizagem ao longo da vida aumenta a resiliência dos trabalhadores, sobretudo durante crises econômicas e momentos de transição tecnológica. Trabalhadores que possuem competências cognitivas, socioemocionais e técnicas mais desenvolvidas são mais capazes de transitar entre ocupações e

setores. Essa capacidade de adaptação é especialmente crítica no contexto da automação e da transformação digital, visto que inúmeras funções "antigas" ou "tradicionais" estão sendo reestruturadas ou substituídas por ferramentas digitais, sobretudo aquelas operadas por Inteligência Artificial (IA).

O relatório também enfatiza que a aprendizagem ao longo da vida tem implicações importantes para a eliminação da desigualdade no mercado de trabalho. Barreiras estruturais, por vezes, impedem que mulheres, trabalhadores informais e outros com níveis de escolaridade mais baixos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem. Portanto, a expansão de iniciativas voltadas a promover a aprendizagem ao longo da vida é crucial para proporcionar acesso justo a trabalho decente, reduzindo o isolamento social e contribuindo para a superação de desigualdades históricas de gênero no mundo do trabalho, aspecto igualmente abordado durante a última CIT.

Desenvolvendo habilidades e competências junto a trabalhadoras e trabalhadores de todos os setores econômicos

Um importante aspecto, desvelado pelo estudo que fundamenta o relatório da OIT, é que os mercados de trabalho contemporâneos exigem, cada vez mais, "conjuntos de competências" amplos e integrados, em vez de capacidades especializadas isoladas. Os empregadores, de uma forma geral, desejam combinações de habilidades cognitivas, socioemocionais, manuais e digitais, adaptadas a situações laborais diversas. Antes que nada, é importante reforçar que tais atributos não devem ser entendidos como pretexto para o aumento da carga e do ritmo de trabalho, levando a trabalhadoras e trabalhadores a acumular funções e atividades sem a devida ampliação da jornada e da remuneração. Mas sim atributos que os permitam se adaptar melhor e mais rapidamente às mudanças contínuas no mundo do trabalho, sobretudo a transição digital/tecnológica.

Feita a ressalva, observa-se que entre as competências mais demandadas, em diferentes países e setores, estão as competências cognitivas e socioemocionais. Em situações de trabalho cada vez mais complexas, a resolução de problemas, a comunicação, o trabalho em equipe, a adaptabilidade e a chamada "inteligência emocional" tornaram-se cruciais. O relatório observa que as competências socioemocionais servem como pontes que permitem aos trabalhadores migrarem de ocupações menos qualificadas, ou com menor nível de demandas cognitivas, para ocupações profissionais mais complexas.

Outro ponto diz respeito à transformação digital, que vem aumentando a demanda por trabalhadores com níveis mais elevados de literacia digital e habilidades em tecnologias cada vez mais complexas. O relatório alerta, porém, que tais demandas podem levar a métodos educacionais (treinamentos ou capacitações, principalmente) excessivamente restritivos e que se concentram, apenas, na transferência e aquisição de conhecimento técnico de alto nível, como operar ferramentas de inteligência artificial. A adaptação bem-sucedida à transição digital exige uma combinação mais ampla de qualidades cognitivas, sociais e gerenciais, integradas ao conhecimento tecnológico.

Trabalhadoras e trabalhadores de alguns setores mais tradicionais da economia, como a manufatura, serviços, logística, saúde e a própria educação, entre outros, precisam estar permanentemente engajados em processos formativos, com o objetivo de atualizar regularmente suas habilidades digitais, acompanhando (na medida do possível) à transição digital e à incorporação de novas tecnologias no mundo do trabalho.

Outro ponto, destacado no relatório, está relacionado com a transição para economias sustentáveis, gerando uma crescente necessidade de "habilidades verdes" – habilidades e competências para a promoção da sustentabilidade socioambiental e da garantia de processos menos impactantes ou geradores de "pegada ecológica". O "emprego verde", segundo a pesquisa, requer uma combinação de competências técnicas, cognitivas e socioemocionais que permitam ao trabalhador desenvolver suas atividades de trabalho em ambientes que busquem a sustentabilidade ambiental no uso de recursos, se baseiam no consumo de energia renovável, promovem uma gestão consciente e sustentável de recursos e promovem ações de adaptação climática.

É importante ressaltar que os chamados "empregos verdes", na atualidade, frequentemente oferecem melhores condições de trabalho e maior remuneração. Mas esses ganhos são distribuídos de forma desigual entre países e setores, demonstrando que as transições para economias mais sustentáveis não garantem, inevitavelmente, o trabalho decente e a justiça social.

O relatório destaca, ainda, que com o envelhecimento da população (decorrente do aumento da expectativa de vida), a demanda global por cuidadores está crescendo drasticamente. O documento observa que o trabalho de cuidado exige habilidades socioemocionais e relacionais altamente sofisticadas, mas que essas competências ainda permanecem, social e economicamente, subvalorizadas e inadequadamente remuneradas. Portanto, ampliar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida no setor de cuidados, incluindo sistemas de certificação, treinamento profissional contínuo e reconhecimento das competências em cuidados, é ação fundamental para melhorar as condições de trabalho e garantir sistemas de cuidados sustentáveis – que, em última análise, contribuem para condições mais equitativas e justas de trabalho e emprego

Por fim, cabe ressaltar que a aprendizagem ao longo da vida também contribui significativamente para dimensões mais amplas do bem-estar humano e da qualidade de vida, além dos resultados no mercado de trabalho. O próprio relatório da OIT destaca que a aprendizagem ao longo da vida aumenta a liberdade individual, a dignidade, a confiança e o envolvimento social.

A educação continuada promove a inclusão social, permitindo que trabalhadoras e trabalhadores se envolvam mais na vida econômica, cívica e cultural – aspecto que tem sido central, inclusive, nas discussões e na fundamentação em torno do fim da escala 6 x 1 no Brasil. Ela também aumenta a resiliência psicológica e a flexibilidade em condições de incerteza e mudança. Os trabalhadores que participam de oportunidades de aprendizagem, sobretudo na lógica da aprendizagem ao longo da vida, frequentemente relatam maior satisfação profissional, vínculos e redes sociais mais avançados e aumento da autoestima.

A aprendizagem ao longo da vida também impulsiona a participação democrática e a coesão social, desenvolvendo o pensamento crítico, a atividade cívica e a participação comunitária. O relatório constata que as atividades de voluntariado, o envolvimento em grupos da sociedade civil e a aprendizagem social informal são componentes significativos da aprendizagem social mais ampla. Isso sem falar no aumento da capacidade de se engajar em torno de fóruns decisórios sobre o trabalho, o emprego, a saúde e a garantia dos direitos, a partir do fortalecimento de habilidades e competências circunscritas ao domínio cívico da literacia em saúde do trabalhador.

Desafios e perspectivas para a promoção da aprendizagem ao longo da vida no mundo do trabalho

As evidências aqui compiladas, a partir da análise do relatório da OIT sobre Aprendizagem ao Longo da Vida e Competências para o Futuro, mostram que a educação continuada é fundamental para a promoção do trabalho decente, mas que o acesso a ela é extremamente desigual em todo o mundo. Dados reunidos no relatório apontam grandes diferenças no acesso de trabalhadoras e trabalhadores às iniciativas de formação continuada, sobretudo no que diz respeito a iniquidades históricas ligadas ao nível de renda, gênero, posição de emprego, nível de escolaridade e região geográfica.

Trabalhadoras e trabalhadores em empregos informais, ocupações pouco qualificadas e residentes em países de baixa renda, frequentemente, têm acesso limitado à aprendizagem formal. Muitos dependem, principalmente, da aprendizagem informal, "na prática", com pouco apoio institucional ou, mesmo, possibilidade de certificação ou crédito para melhoria do emprego e remuneração.

Diversos fatores se apresentam como barreiras ao engajamento de trabalhadoras e trabalhadores em atividades de aprendizagem ao longo da vida, entre os quais o relatório destaca:

- Os custos da educação e da formação/qualificação profissional (componente financeiro);
- Restrições de tempo devido ao trabalho e responsabilidades de cuidado (componentes tempo e redes de suporte);
- Acesso restrito à informação e suporte profissional para o desenvolvimento de habilidades e competências (componente literacia e redes de suporte);
- Educação/qualificação baseada na transferência de saberes e itinerários formativos rígidos (componente educacional);
- Coordenação institucional limitada (componente intersetorialidade);
- Não reconhecimento da aprendizagem anterior (componentes educacional e regulatório);
- Desigualdade de gênero e sobrecarga de cuidados (componente iniquidade).

Tais barreiras impactam, de maneira desproporcional, aos grupos tradicionalmente vulnerabilizados de trabalhadoras e trabalhadores, globalmente, como as mulheres, os trabalhadores mais velhos, pessoas residentes em áreas rurais e periferias das grandes cidades, os trabalhadores em maior situação de informalidade laboral e os trabalhadores migrantes, entre outros.

A partir do reconhecimento de tais barreiras, o relatório identifica algumas abordagens estratégicas para fortalecer os sistemas de aprendizagem ao longo da vida e, assim, possibilitar um acesso mais amplo à educação continuada em todo o mundo. A aprendizagem ao longo da vida efetivamente eficaz requer estruturas de governança coesas, coordenação entre instituições – acadêmicas, de governo, da sociedade civil –, além de um diálogo social ativo baseado no tripartidarismo – governos, empregadores e trabalhadores.

O relatório aponta que apesar dos esforços observados nos últimos anos, para a promoção da aprendizagem ao longo da vida, estes se encontram fragmentados ou não são suficientes. E recomenda aos países estratégias para construir sistemas integrados que conectem educação, regulamentação, promoção do emprego decente e medidas de proteção social, dentro e fora do setor Trabalho.

Outro ponto destacado é a necessidade de se avançar em desenhos formativos mais flexíveis e orientados pela realidade da organização e dos processos de trabalho vivenciados, no cotidiano e globalmente, pelos milhões de trabalhadoras e trabalhadores que são impactados pela transição digital e pelas profundas mudanças no mundo do trabalho. Estratégias pedagógicas como as oportunidades de aprendizagem modular (percursos formativos a partir de módulos ou recursos educacionais, integrados a partir das demandas de qualificação postas) e o reconhecimento da aprendizagem prévia (RAP) são abordagens particularmente relevantes para a qualificação de profissionais com trajetórias educacionais (formais) interrompidas ou que disponham de longa experiência informal, sem a equivalente qualificação formal.

Percursos formativos flexíveis devem facilitar a permeabilidade entre a educação formal, a formação profissional e a aprendizagem no local de trabalho. Um desafio que precisa partir de uma integração intersetorial – sobretudo os setores Trabalho, Educação e Saúde – e para o qual as Escolas de Saúde Pública têm um papel fundamental a cumprir, como espaços formativos abrangentes e acolhedores, capazes de articular as necessidades formativas de trabalhadoras e trabalhadores às demandas dos setores produtivos, devidamente articuladas com as instâncias de governos dedicadas à qualificação da força de trabalho e a promoção de condições mais justas, equitativas, seguras, saudáveis e sustentáveis de trabalho.

Um problema fundamental para os sistemas de aprendizagem ao longo da vida reside no financiamento. A partir de evidências levantadas em diversos países, o relatório defende a responsabilidade compartilhada entre governos, empresas e trabalhadores, com investimentos garantidos em políticas e programas públicos, focados em grupos historicamente desfavorecidos e voltados para o desenvolvimento de competências, básicas e complementares, para o trabalho decente. Opções “inovadoras” de financiamento, como a destinação de impostos dos setores produtivos para a formação profissional, subsídios como contrapartida a programas de fortalecimento da força de trabalho, aprendizagem mediante recursos educacionais abertos e de acesso livre e o financiamento baseado em resultados, podem aumentar a participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida, em espaços formais e não formais.

Em um contexto marcado pela necessidade de flexibilização de percursos formativos e dificuldades de financiamento, as plataformas de aprendizagem digital e infraestrutura tecnológica são elementos essenciais para aumentar o acesso à aprendizagem ao longo da vida. No entanto, é fundamental destacar que a disseminação da tecnologia precisa ser acompanhada por políticas de inclusão digital para evitar a replicação (ou mesmo o aprofundamento) das desigualdades atuais.

Além disso, as políticas de desenvolvimento de habilidades e competências por meio da aprendizagem ao longo da vida precisam estar alinhadas com transformações econômicas mais amplas, como estratégias de transição para “economias verdes”, políticas e programas de transformação digital dos setores produtivo e público e expansão justa e equitativa da economia do cuidado. Ou seja – e como conclui o relatório – as políticas de formação e qualificação profissional baseadas na aprendizagem ao longo da vida precisam estar integradas às estratégias

nacionais (e internacionais) de desenvolvimento e não serem vistas nem como intervenções educacionais isoladas, nem como custos para o Poder Público – e, sim, investimentos com potencial de fortalecimento de capacidades, diminuição de desigualdades e promoção do desenvolvimento social no mundo do trabalho.

Conclusões

O relatório da OIT sobre aprendizagem ao longo da vida revela que a abordagem é um elemento estratégico para a promoção do trabalho decente, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável em uma economia global em constante evolução. A educação continuada tem imenso potencial para possibilitar que os trabalhadores se adaptem às mudanças tecnológicas, demográficas e demandas pela conservação ambiental, ao mesmo tempo que favorece o aumento da empregabilidade, de salários, da qualidade do emprego e da participação social no mundo do trabalho.

Ao mesmo tempo, a aprendizagem ao longo da vida contribui para outras dimensões do bem-estar humano, para além do trabalho. Fortalece a dignidade, a resiliência, a autonomia e o envolvimento cívico. No entanto, ainda existem grandes desigualdades de acesso, especialmente entre trabalhadores informais, mulheres e comunidades em países de baixa renda. Partindo dessa premissa, sistemas eficazes de aprendizagem ao longo da vida exigem políticas públicas integradas, investimento contínuo, governança inclusiva e participativa e um forte diálogo social tripartite. Componentes-chave desse processo são percursos de aprendizagem flexíveis, reconhecimento da aprendizagem prévia, financiamento equitativo e integração com políticas e programas que monitorem a acompanhem as mudanças do mercado de trabalho.

Finalmente, a aprendizagem ao longo da vida precisa ser considerada não apenas como uma iniciativa individual ou ação pontual, mas como um bem público comum, essencial para o desenvolvimento de sociedades mais justas, resilientes e inclusivas. Uma vez colocada como pilar para a promoção do trabalho decente, tem imenso potencial de garantir que todas as pessoas possam aprender, trabalhar e viver com dignidade em um mundo em transformação.

Migrações, Refúgio e Saúde Global: Implementação da PNMRA e Crises Humanitárias na Venezuela e no Líbano

Migraciones, Refugio y Salud Global: Implementación de la PNMRA y Crisis Humanitarias en Venezuela y el Líbano

Migration, Refuge and Global Health: PNMRA Implementation and Humanitarian Crises in Venezuela and Lebanon

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe do Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global analisa três eixos centrais das dinâmicas migratórias contemporâneas. Primeiro, trata da implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA) no Brasil. O processo tem sido marcado por adiamentos, debates públicos e forte participação da sociedade civil, com o objetivo de aprimorar a governança migratória e assegurar direitos a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Em seguida, aborda a crise na Venezuela. O recente terremoto agravou a situação humanitária, causando destruição de infraestrutura, colapso dos serviços de saúde, desabastecimento de medicamentos, aumento do risco de doenças infecciosas e novos fluxos de deslocamento. O documento também destaca a resposta de organismos internacionais no apoio às populações afetadas. Por fim, examina os impactos do conflito no Líbano sobre a população idosa deslocada. São apontados a deterioração da rede de saúde, as barreiras de acesso a serviços médicos e ajuda humanitária, além das consequências psicológicas e sociais da guerra. O informe conclui defendendo a ampliação das ações humanitárias, o fortalecimento dos sistemas de saúde e a garantia de proteção às populações mais vulneráveis.

Palavras-chave: Migrações, Governança migratória, Crise humanitária.

Resumen: *Este informe del Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global analiza tres ejes centrales de las dinámicas migratorias contemporáneas. En primer lugar, aborda la implementación de la Política Nacional de Migraciones, Refugio y Apatridia (PNMRA) en Brasil. El proceso ha estado marcado por aplazamientos, debates públicos y una amplia participación de la sociedad civil, con el objetivo de fortalecer la gobernanza migratoria y garantizar los derechos de las personas migrantes, refugiadas y apátridas. A continuación, examina la crisis en Venezuela. El reciente terremoto agravó la situación humanitaria, provocando la destrucción de infraestructuras, el colapso de los servicios de salud, el desabastecimiento de medicamentos, el aumento del riesgo de enfermedades infecciosas y nuevos flujos de desplazamiento. El documento también destaca la respuesta de los organismos internacionales en apoyo a las poblaciones afectadas. Por último, analiza los impactos del conflicto en el Líbano sobre la población mayor desplazada. Se señalan el deterioro de la red de salud, las barreras para acceder a los servicios médicos y a la ayuda humanitaria, así como las consecuencias psicológicas y sociales de la guerra. El informe concluye defendiendo la ampliación de las acciones humanitarias, el fortalecimiento de los sistemas de salud y la garantía de protección para las poblaciones más vulnerables.*

Palabras clave: *Migraciones; Gobernanza migratoria; Crisis humanitaria.*

Abstract*: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, examines three key aspects of contemporary human displacement. First, it addresses the implementation of Brazil's National Policy on Migration, Refuge and Statelessness (PNMRA). The process has been marked by delays, public debate, and strong civil society engagement, aiming to strengthen migration governance and guarantee rights for migrants, refugees, and stateless persons. Next, it presents the situation in Venezuela. The recent earthquake worsened the humanitarian crisis by destroying infrastructure, collapsing health services, causing medicine shortages, increasing the risk of infectious diseases, and driving further population displacement. The report also highlights the role of international organizations in assisting affected communities. Finally, it analyzes the impacts of the conflict in Lebanon on displaced older adults. It points to the deterioration of health infrastructure, barriers to accessing medical care and humanitarian aid, as well as the psychological and social consequences of war. The report concludes by calling for expanded humanitarian action, stronger health systems, and greater protection for the most vulnerable populations.*

Keywords: *Migration, Migration governance, Humanitarian crisis.*

A implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia no Brasil: avanços e perspectivas do I PlaNaMigra

Em 19 de junho de 2026, o Governo Federal lançou a consulta pública do I Plano Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (I PlaNaMigra), instrumento que operacionaliza a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA). Elaborado sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) e do Departamento de Migrações (Demig), o plano estabelece objetivos, diretrizes e ações estratégicas voltadas à promoção e à garantia de direitos, ao fortalecimento da governança migratória e à inclusão social e econômica de migrantes, refugiados e apátridas no Brasil[1].

Com vigência prevista para o período de 2026 a 2030, o I PlaNaMigra está estruturado em cinco eixos temáticos que orientam a atuação do Governo Federal na implementação da PNMRA. Entre suas prioridades destacam-se o fortalecimento da governança migratória, o aprimoramento da articulação interfederativa, a promoção e proteção dos direitos dessa população, a ampliação da inclusão socioeconômica e o enfrentamento das violações de direitos humanos[1].

O primeiro eixo contempla ações destinadas ao fortalecimento da estrutura institucional da política, incluindo mecanismos de monitoramento e avaliação, produção e sistematização de dados, bem como estratégias de financiamento. O segundo eixo enfatiza a cooperação técnica e a articulação entre os diferentes níveis de governo, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, buscando consolidar uma governança migratória integrada[1].

O terceiro eixo concentra medidas voltadas à ampliação do acesso de migrantes, refugiados e apátridas às políticas públicas, abrangendo áreas como assistência social, saúde, educação, cultura e habitação. O quarto eixo prioriza a inclusão produtiva, a qualificação profissional e a promoção do acesso ao trabalho digno. Por fim, o quinto eixo reúne iniciativas destinadas à prevenção e ao enfrentamento da discriminação, da violência e de outras formas

de violação dos direitos humanos, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a proteção integral[1].

O processo de implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia tem sido marcado por diferentes ritmos em suas etapas de desenvolvimento. Embora o lançamento da consulta pública do I PlaNaMigra tenha sido conduzido de forma célere após sua divulgação, a etapa foi precedida por sucessivos adiamentos. Inicialmente prevista para iniciar em 19 de fevereiro de 2026, a consulta pública foi efetivamente lançada apenas quatro meses depois. De acordo com informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o adiamento decorreu da necessidade de ajustes técnicos e operacionais destinados a assegurar a adequada condução do processo participativo[2].

Também se observa um intervalo significativo entre a realização da II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar), ocorrida em novembro de 2024, e a publicação do decreto que instituiu a PNMRA, transcorrendo aproximadamente onze meses entre esses marcos. Esse período foi acompanhado por expectativas e incertezas entre os diferentes atores envolvidos na agenda migratória, especialmente organizações da sociedade civil, movimentos de defesa dos direitos de migrantes e pesquisadores da área, que aguardavam a institucionalização da política[2].

A criação da PNMRA constituía uma das principais reivindicações da sociedade civil organizada que atua no campo das migrações no Brasil. Essa demanda ganhou maior impulso a partir de 2023, quando o Governo Federal assumiu o compromisso de retomar a agenda da política migratória, promovendo a constituição de grupos de trabalho interinstitucionais compostos por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil, entidades de apoio a migrantes e representantes das comunidades migrantes. Esse processo evidenciou a adoção de uma estratégia de governança participativa na formulação da política, em consonância com os princípios de participação social e gestão democrática previstos na Lei de Migração brasileira[2].

A situação da Venezuela

A população venezuelana foi profundamente afetada pelo desastre ocasionado pelo terremoto ocorrido em 24 de junho, não apenas pelas evacuações, ferimentos e mortes diretamente causados pela destruição do abalo sísmico, mas devido ao grande impacto sobre a infraestrutura de serviços essenciais, como diversos hospitais que sofreram danos estruturais. Alguns dias após a tragédia, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)[3] reportou escassez de alimentos e colapso dos serviços públicos em La Guaira, distrito onde quase 40% dos sobreviventes estavam nas ruas ou em espaços públicos, igrejas, escolas e abrigos improvisados que não atendiam às necessidades básicas de higiene. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)[3], os serviços de saúde já estavam atuando na capacidade limite, gerando superlotação, filas de espera para cirurgias e interrupções em serviços de biossegurança e necropsia. Nesse contexto, a OMS alertou para o risco elevado de surtos de doenças infecciosas como sarampo, difteria, febre amarela, dengue, chikungunya, Zika e malária, agravado pela baixa cobertura vacinal pré-terremotos e pela perda de profissionais da saúde durante o desastre.

Em 2 de julho, cerca de uma semana após os terremotos, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)[4] chamou a atenção para a situação de emergência especialmente em La Guaira, Caracas e Miranda, onde oito centros de saúde precisavam de ajuda externa imediata. Em um hospital em La Guaira, um quarto com capacidade para oito pacientes já acolhia 96 pessoas,

com o necrotério superlotado, banco de sangue com estoques baixíssimos, bem como falta de eletricidade, *internet* e telefone. A OMS[4] destaca que o sistema de saúde venezuelano já estava em situação de vulnerabilidade devido aos anos de crise financeira e falta de investimentos, com diversos hospitais operando com apenas 37% dos medicamentos essenciais. Ademais, apesar de diversas organizações internacionais estarem mobilizadas para assistência à resposta no território venezuelano, há diversos obstáculos que dificultam esse processo, como o desaparecimento e morte de diversos profissionais humanitários e da saúde.

Os terremotos também trouxeram impactos significativos sobre a mobilidade humana, tanto sobre os deslocamentos internos quanto em direção às fronteiras, considerando que a população venezuelana já constituía um dos principais fluxos migratórios do mundo, com 6,9 milhões de refugiados e migrantes vivendo em países da América Latina e Caribe, e abrigava mais de 210 mil refugiados[5]. Para Amy Pope, Diretora-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM)[6], "já está claro que o deslocamento de pessoas aumentará, à medida que elas buscam segurança". Tendo isso em vista, a OIM[6] destaca que as necessidades humanitárias são imediatas, visando fornecer abrigo emergencial, insumos e serviços essenciais às famílias que perderam tudo, mas é igualmente importante estruturar formas de apoio contínuo para que as comunidades afetadas sejam capazes de reconstruir seus lares, restabelecer suas atividades econômicas e se recuperar com dignidade. O ACNUR[5], por sua vez, salientou como o desastre deve agravar os riscos de proteção já enfrentados por aqueles em situação de vulnerabilidade por todo o país, incluindo refugiados e pessoas que haviam retornado ao país, este último grupo que passava por desafios para reintegração. Em La Guaira[5], por exemplo, um centro de acolhimento temporário que abrigava aproximadamente 140 pessoas retornadas dos Estados Unidos desabou. Por fim, a catástrofe coloca ainda mais pressão sobre o financiamento para a assistência humanitária, num país em que, Antes dos terremotos, estimava-se a necessidade de US$44,7 milhões, dos quais apenas 11% haviam sido financiados[5].

Conflito no Líbano e os impactos na saúde da população idosa deslocada

A Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA) alertou para os impactos do conflito no Líbano sobre a população idosa, destacando que a intensificação das hostilidades entre Israel e o Hezbollah provocou o deslocamento de aproximadamente 20% da população do país, incluindo cerca de 140 mil pessoas idosas. Segundo a organização, esse grupo tem sido um dos mais afetados pela crise humanitária, enfrentando condições precárias de acolhimento, limitações no acesso à assistência humanitária e dificuldades para atender necessidades básicas em razão do deslocamento forçado.[7]

A ESCWA destacou que a deterioração da infraestrutura de saúde agravou significativamente a situação dessa população. De acordo com a organização, ataques a hospitais e centros de saúde resultaram no fechamento de unidades médicas e comprometeram o atendimento de pessoas idosas, especialmente daquelas que convivem com doenças crônicas e dependem de acompanhamento contínuo. Além dos danos à infraestrutura, fatores como mobilidade reduzida, elevados custos de transporte e dificuldades de acesso à informação têm limitado o acesso dessa população aos serviços de saúde e aos tratamentos necessários.[7]

A organização também chamou atenção para os impactos psicossociais da guerra, ressaltando que a exposição contínua à violência, ao deslocamento e às perdas materiais têm contribuído para o agravamento de problemas relacionados à saúde mental, como ansiedade, depressão e isolamento social. Segundo a Escwa, a sobreposição da crise econômica com o

conflito armado compromete ainda mais a autonomia, a dignidade e as condições de vida das pessoas idosas, que frequentemente perdem suas moradias, fontes de renda e redes de apoio.[7]

Além disso, a Comissão observou que a assistência alimentar disponibilizada nem sempre considera as necessidades nutricionais específicas da população idosa, reduzindo a efetividade das ações humanitárias. A organização ressaltou ainda que as pessoas idosas desempenham um papel relevante no apoio às famílias e comunidades durante situações de crise, contribuindo para a preservação da coesão social e para os processos de recuperação. Diante desse cenário, a ESCWA defendeu o fortalecimento de respostas humanitárias mais inclusivas, com ampliação do acesso aos serviços de saúde, melhoria das condições de acolhimento e alojamento, expansão dos programas de proteção social e garantia de assistência alimentar adequada às necessidades desse grupo.[7]

Referências

1. BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. **Governo Federal lança consulta pública do I Plano Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia**. Brasília, DF, 19 jun. 2026. Disponível em:https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-primeiro-plano-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatridia. Acesso em: 6 jul. 2026.

2. MIGRAMUNDO. **Consulta pública rendeu 431 propostas para Plano Nacional de Migrações, diz governo**. *MigraMundo*, 3 jul. 2026. Disponível em:https://migramundo.com/consulta-publica-rendeu-431-propostas-para-plano-nacional-de-migracoes-diz-governo/. Acesso em: 6 jul. 2026.

3. Tomaszewska-Mortimer, Dominica. **Venezuela quake: Key services crippled and health workers missing.** UN News, 30 jun. 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/06/1167840. Acesso em: 06 jul. 2026.

4. Quinones, Laura. **Venezuela's earthquake-hit hospitals pushed to the brink as disease risk grows**. UN News, 02 jul. 2026. Disponível em: https://news.un.org/en/story/2026/07/1167868. Acesso em: 06 jul. 2026.

5. ACNUR. **ACNUR mobiliza apoio à Venezuela após terremotos devastadores**. Genebra, 26 jun. 2026. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-mobiliza-apoio-venezuela-apos-terremotos-devastadores. Acesso em: 06 jul. 2026.

6. OIM. **Mais de 6,76 milhões de pessoas podem ter sido afetadas pelos terremotos na Venezuela, segundo a OIM**. Genebra/Caracas, 27 jul. 2026. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/mais-676-milhoes-de-pessoas-podem-ter-sido-afetadas-pelos-terremotos-na-venezuela-segundo-oim. Acesso em: 06 jul. 2026.

7. NAÇÕES UNIDAS**. Conflito no Líbano ameaça saúde, dignidade e autonomia de idosos**. **ONU News**, 29 jun. 2026. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/06/1853588. Acesso em: 6 jul. 2026.

Violência contra mães: contribuições do relatório das Nações Unidas para o debate sobre direitos humanos

Violencia contra las madres: aportes del informe de las Naciones Unidas al debate sobre los derechos humanos

Violence against Mothers: Insights from the United Nations Report for the Human Rights Debate

Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O relatório *Violence against Mothers* (A/HRC/62/49), elaborado pela Relatora Especial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas, Reem Alsalem, analisa a maternidade como um fator que pode expor mulheres a formas específicas de violência, discriminação e violações de direitos humanos. O documento demonstra que essas violações ocorrem em diferentes contextos, incluindo os sistemas de saúde, justiça, trabalho e proteção social, sendo influenciadas por estereótipos de gênero e desigualdades estruturais. Destaca ainda que mulheres em situação de vulnerabilidade, como aquelas em condição de pobreza, com deficiência, migrantes ou pertencentes a grupos racializados, enfrentam riscos acrescidos. O relatório enfatiza que a violência relacionada à maternidade constitui uma questão de direitos humanos e de saúde pública, exigindo respostas estatais articuladas.

Palavras-chave: Violência contra mães; Direitos humanos; Maternidade; Violência de gênero; Políticas públicas; Saúde materna.

Resumen: *El informe Violence against Mothers (A/HRC/62/49), elaborado por la Relatora Especial de las Naciones Unidas sobre la violencia contra las mujeres y las niñas, sus causas y consecuencias, Reem Alsalem, analiza la maternidad como un factor que puede exponer a las mujeres a formas específicas de violencia, discriminación y violaciones de los derechos humanos. El documento demuestra que estas violaciones ocurren en diversos ámbitos, incluidos los sistemas de salud, justicia, trabajo y protección social, y están influenciadas por estereotipos de género y desigualdades estructurales. Asimismo, destaca que las mujeres en situación de vulnerabilidad, como aquellas que viven en condiciones de pobreza, las mujeres con discapacidad, las migrantes y las pertenecientes a grupos racializados, enfrentan mayores riesgos. El informe enfatiza que la violencia relacionada con la maternidad constituye una cuestión de derechos humanos y de salud pública, que requiere respuestas estatales integrales y coordinadas.*

Palabras clave*: Violencia contra la Mujer; Derechos Humanos; Maternidad; Políticas Públicas; Salud Materna; Equidad de Género.*

Abstract: *The report Violence against Mothers (A/HRC/62/49), prepared by the United Nations Special Rapporteur on violence against women and girls, its causes and consequences, Reem Alsalem, examines motherhood as a factor that may expose women to specific forms of violence, discrimination, and human rights violations. The report demonstrates that these violations occur across multiple settings, including healthcare, justice, employment, and social protection*

systems, and are shaped by gender stereotypes and structural inequalities. It further highlights that women in situations of vulnerability—such as those living in poverty, women with disabilities, migrants, and women belonging to racialized groups—face heightened risks. The report emphasizes that violence related to motherhood constitutes both human rights and public health issue, requiring coordinated and comprehensive State responses.

Keywords: *Violence Against Women; Human Rights; Motherhood; Public Policy; Maternal Health; Gender Equity.*

A violência contra mulheres constitui uma das mais persistentes violações dos direitos humanos e um importante desafio para a saúde pública global. Nas últimas décadas, organismos internacionais, governos e instituições de pesquisa têm ampliado os estudos sobre violência de gênero, reconhecendo seus impactos sobre a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das mulheres, bem como sobre o desenvolvimento social e econômico das comunidades. Apesar desses avanços, determinadas experiências permanecem insuficientemente abordadas pelas políticas públicas e pelos mecanismos internacionais de proteção, entre elas as violências dirigidas especificamente às mulheres em razão da maternidade.

Nesse contexto, a relatora Especial das Nações Unidas sobre violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências, Reem Alsalem, apresentou ao Conselho de Direitos Humanos, em 27 de maio de 2026, o relatório ***Violence against Mothers*** **(A/HRC/62/49)**. O documento reconhece que a maternidade, embora socialmente associada ao cuidado, à proteção e à reprodução da vida, pode também constituir um fator específico de vulnerabilidade às diversas formas de violência e discriminação. O relatório propõe que as mães sejam reconhecidas como uma categoria específica de titulares de direitos, cujas necessidades, contribuições e vulnerabilidades demandam respostas diferenciadas por parte dos Estados.

A principal contribuição do documento consiste em ampliar a compreensão tradicional da violência contra mulheres. Em vez de restringir a análise às agressões praticadas por parceiros íntimos ou familiares, o relatório demonstra que a violência relacionada à maternidade atravessa múltiplos espaços institucionais e sociais, manifestando-se nos sistemas de saúde, justiça, trabalho, assistência social e proteção à infância. Assim, a violência contra mães é compreendida como resultado da interação entre desigualdades estruturais de gênero, normas sociais discriminatórias, insuficiência de políticas públicas e práticas institucionais que reproduzem exclusão e invisibilidade.

Essa perspectiva aproxima o relatório das abordagens contemporâneas dos determinantes sociais da saúde e dos direitos humanos, segundo as quais a violência não pode ser analisada apenas como comportamento individual, mas como fenômeno produzido e perpetuado pelas estruturas sociais. A maternidade deixa de ser tratada exclusivamente como uma experiência privada ou familiar e passa a ser compreendida como uma dimensão social, política e jurídica que exige proteção estatal específica.

Outro aspecto relevante do relatório é reconhecer que a violência contra mães produz consequências que ultrapassam a esfera individual. Os impactos recaem sobre as crianças, as famílias, os serviços públicos e toda a sociedade, perpetuando ciclos intergeracionais de desigualdade, adoecimento e violência. Dessa forma, proteger as mães significa também proteger os direitos das crianças, fortalecer os vínculos familiares e promover sociedades mais justas e igualitárias.

O relatório baseia-se em 167 contribuições recebidas de Estados, organizações internacionais, entidades da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, além de consultas realizadas com 60 especialistas internacionais. O relatório ressalta, contudo, que a escassez de dados estatísticos especificamente voltados às mães representa um importante obstáculo para compreender a dimensão real do problema e formular respostas efetivas.

A maternidade como categoria de direitos humanos

Historicamente, os instrumentos internacionais de direitos humanos reconheceram a necessidade de proteção especial à maternidade, sobretudo durante a gravidez e o período pós-parto. Entretanto, essa proteção esteve predominantemente vinculada à saúde materna e infantil, ao trabalho e à reprodução, sem que a maternidade fosse analisada como uma condição social capaz de produzir formas específicas de discriminação e violência.

O relatório rompe parcialmente com essa tradição ao defender que as mães constituem uma categoria própria de sujeitos de direitos, cuja experiência ultrapassa os aspectos biológicos da gestação e do parto. O relatório afirma que ser mãe implica assumir responsabilidades sociais, econômicas, emocionais e afetivas que frequentemente são desigualmente distribuídas entre homens e mulheres, produzindo sobrecarga de trabalho, dependência econômica, isolamento social e maior exposição à violência.

Essa compreensão está diretamente relacionada ao conceito de discriminação estrutural. O documento argumenta que a violência contra mães não decorre apenas de atos isolados de agressão, mas de sistemas sociais organizados a partir de estereótipos de gênero que atribuem às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado dos filhos. Embora a maternidade seja frequentemente exaltada como valor social, as condições concretas para seu exercício permanecem marcadas por insuficiência de apoio institucional, precariedade das políticas públicas e discriminação nos espaços de trabalho.

Nesse contexto, a maternidade transforma-se em um importante determinante social das desigualdades de gênero. Mulheres grávidas e mães enfrentam maiores dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, recebem salários inferiores, apresentam menor progressão profissional e assumem jornadas significativamente maiores de trabalho não remunerado quando comparadas aos homens. Essa realidade favorece situações de dependência econômica, aumentando a vulnerabilidade à violência doméstica e dificultando o rompimento de relações abusivas.

O relatório também destaca que muitas políticas públicas permanecem organizadas a partir de uma visão limitada da maternidade, concentrando esforços no período gestacional e no parto, enquanto negligenciam as necessidades das mulheres ao longo de toda a experiência materna. Questões como saúde mental, proteção social, conciliação entre trabalho e cuidado, violência institucional, discriminação laboral e acesso à justiça ainda recebem atenção insuficiente em muitos países.

Outro elemento central da análise é a invisibilidade estatística das mães. Os sistemas nacionais e internacionais de informação raramente registram a condição de maternidade ao coletar dados sobre violência, pobreza, emprego, saúde ou mortalidade feminina. Como consequência, torna-se difícil identificar padrões específicos de violência relacionados à maternidade, comprometendo o planejamento de políticas públicas baseadas em evidências.

A Relatora enfatiza ainda que a maternidade não constitui uma experiência homogênea. As condições sociais, econômicas, culturais e raciais modificam profundamente as formas pelas quais a violência é vivenciada. Assim, mães indígenas, negras, migrantes, refugiadas, adolescentes, mulheres com deficiência, privadas de liberdade ou residentes em áreas de conflito experimentam vulnerabilidades adicionais decorrentes da interação entre gênero, raça, classe social, deficiência, idade e nacionalidade. Essa abordagem interseccional amplia significativamente o alcance analítico do relatório, permitindo compreender que a violência contra mães assume características distintas conforme o contexto social em que essas mulheres estão inseridas.

Ao propor o reconhecimento das mães como uma categoria específica de proteção internacional, o relatório não pretende estabelecer privilégios jurídicos, mas evidenciar que determinadas formas de violência permanecem invisíveis quando as políticas públicas tratam todas as mulheres como um grupo homogêneo. A maternidade, portanto, é apresentada como uma dimensão relevante para a efetivação do princípio da igualdade material, exigindo políticas diferenciadas capazes de responder às necessidades concretas das mulheres que exercem funções de cuidado.

Por fim, o documento reforça que a proteção da maternidade deve ser compreendida como responsabilidade coletiva. A garantia dos direitos das mães não depende apenas de escolhas individuais, mas da existência de sistemas de saúde acessíveis, proteção social adequada, políticas de trabalho compatíveis com o cuidado, serviços de apoio à infância e mecanismos efetivos de prevenção e enfrentamento da violência. Sob essa perspectiva, proteger as mães significa fortalecer simultaneamente os direitos das mulheres, das crianças e das famílias, reafirmando o compromisso dos Estados com os princípios universais dos direitos humanos.

As formas de violência contra mães e seus impactos na saúde e nos direitos humanos

O principal avanço conceitual do relatório consiste em demonstrar que a violência dirigida às mães não representa apenas uma extensão da violência contra mulheres, mas um conjunto de violações que assumem características específicas em decorrência da maternidade. A gravidez, o parto, o puerpério, o cuidado cotidiano dos filhos e as responsabilidades socialmente atribuídas às mães tornam-se fatores que ampliam a exposição à violência e, simultaneamente, dificultam seu reconhecimento pelos sistemas de proteção.

Segundo o relatório, a violência contra mães ocorre em um *continuum*, isto é, diferentes formas de violência coexistem e se reforçam mutuamente ao longo da vida reprodutiva das mulheres. Violência física, psicológica, sexual, econômica, institucional e reprodutiva frequentemente aparecem de maneira articulada, produzindo impactos cumulativos sobre a saúde, a autonomia e a qualidade de vida das mães.

- ***Violência física***

A violência física permanece como uma das manifestações mais visíveis da violência contra mulheres. Entretanto, o relatório demonstra que ela apresenta características próprias quando relacionada à maternidade. Mulheres grávidas ou no período pós-parto frequentemente permanecem em relacionamentos abusivos devido à dependência econômica, à preocupação com a proteção dos filhos ou à ausência de redes de apoio.

A gravidez, longe de representar um período de maior proteção, pode intensificar episódios de violência praticados por parceiros íntimos. Em diversos contextos analisados, o início da gestação desencadeia ou agrava comportamentos de controle, agressões físicas e violência sexual. Em outros casos, mulheres que tentam romper relacionamentos violentos tornam-se vítimas de agressões ainda mais graves durante o período de separação.

O relatório dedica atenção especial ao feminicídio relacionado à gravidez, destacando que homicídios de mulheres grávidas ou puérperas representam uma causa de mortalidade comparável às principais causas obstétricas em países de alta renda. Muitas dessas mortes são precedidas por um histórico prolongado de violência doméstica, ameaças e controle coercitivo exercido pelos parceiros.

Além das agressões físicas, o documento ressalta que muitas mulheres sofrem violência sexual durante a gestação ou logo após o parto, sendo coagidas à prática de relações sexuais independentemente de sua recuperação física ou emocional. Tais situações evidenciam profundas violações da autonomia corporal e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

- ***Violência psicológica***

Embora frequentemente menos visível, a violência psicológica ocupa posição central no relatório. Ele demonstra que inúmeras mães convivem diariamente com formas persistentes de sofrimento emocional produzidas por isolamento, culpabilização, humilhação e sobrecarga.

Após o nascimento dos filhos, muitas mulheres enfrentam intenso isolamento social, agravado pela redução das redes de apoio e pela expectativa cultural de que a maternidade deva ser vivida com felicidade permanente. Quando surgem dificuldades emocionais, cansaço extremo ou sofrimento psíquico, essas experiências tendem a ser deslegitimadas, aumentando sentimentos de culpa e inadequação.

Outro aspecto destacado é a pressão para o retorno precoce ao trabalho. Em muitos países, licenças-maternidade insuficientes obrigam mulheres a interromper precocemente o aleitamento materno e a separação do recém-nascido, gerando intenso sofrimento emocional. Essa pressão decorre tanto da necessidade econômica quanto da ausência de políticas públicas compatíveis com o cuidado infantil.

O relatório também evidencia formas simbólicas de violência dirigidas às mães. Mulheres são frequentemente responsabilizadas por dificuldades de aprendizagem dos filhos, problemas comportamentais, abortamentos espontâneos, natimortos e até mesmo pelo sexo biológico da criança em determinados contextos culturais. Essas práticas reforçam estereótipos históricos que atribuem exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelo desenvolvimento infantil.

Em situações extremas, a violência psicológica ocorre por meio do sofrimento imposto às mães através de seus próprios filhos. Mortes, desaparecimentos forçados, sequestros, tráfico de crianças, detenções arbitrárias e separações compulsórias são descritos como formas indiretas de violência materna, produzindo sofrimento que pode caracterizar tratamento cruel, desumano ou degradante.

- ***Violência econômica***

O relatório identifica a violência econômica como um dos principais mecanismos estruturais de perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres. Em praticamente todas as regiões do mundo, a maternidade continua associada à redução da renda feminina, à dificuldade de inserção profissional e à limitação das oportunidades de progressão na carreira. Empregadores frequentemente discriminam mulheres grávidas ou mães de crianças pequenas, seja durante processos seletivos, seja por meio de menores salários, ausência de promoções ou perda do vínculo empregatício.

A chamada penalidade da maternidade (*motherhood penalty*) constitui um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades econômicas de gênero. Enquanto homens frequentemente experimentam estabilidade ou até aumento salarial após se tornarem pais, mulheres costumam apresentar redução de renda, menor participação no mercado formal e maior inserção em ocupações precárias.

Essa desigualdade econômica aumenta significativamente a dependência em relação aos parceiros, reduzindo a capacidade das mulheres de romper ciclos de violência doméstica. A insuficiência de creches, políticas de cuidado infantil, licenças parentais compartilhadas e programas de proteção social amplia ainda mais essa vulnerabilidade.

Nesse contexto, a violência econômica deve ser compreendida como uma violação de direitos humanos, uma vez que restringe a autonomia das mulheres e limita sua capacidade de exercer escolhas livres sobre sua própria vida.

- ***Violência institucional***

A violência contra mães não é praticada apenas por indivíduos, mas também por instituições públicas e privadas que reproduzem discriminação ou deixam de oferecer proteção adequada. Nos sistemas de saúde, essa violência manifesta-se por meio de atendimentos desrespeitosos, negligência, ausência de consentimento informado, discriminação durante o parto, procedimentos invasivos desnecessários e falta de acolhimento às necessidades físicas e emocionais das mulheres.

No sistema de justiça, mães frequentemente encontram obstáculos para denunciar violência doméstica, obter medidas protetivas ou preservar a guarda dos filhos diante de parceiros abusivos. O relatório chama atenção para decisões judiciais que minimizam denúncias de violência e obrigam crianças a manter contato com agressores, expondo simultaneamente mães e filhos a novos episódios de violência.

Os sistemas de assistência social também podem reproduzir violência institucional quando condicionam benefícios à comprovação excessiva de vulnerabilidade ou falham em oferecer suporte adequado às mulheres responsáveis pelo cuidado exclusivo dos filhos. Essas formas institucionais de violência tendem a permanecer invisíveis justamente porque se apresentam como procedimentos administrativos rotineiros, dificultando sua identificação pelos próprios serviços públicos.

- ***Violência reprodutiva e obstétrica***

Mulheres grávidas podem ser submetidas a procedimentos médicos sem consentimento informado, intervenções obstétricas desnecessárias, esterilizações forçadas, restrição da autonomia durante o parto e desrespeito às suas escolhas reprodutivas. Essas práticas atingem especialmente mulheres indígenas, migrantes, refugiadas, mulheres com deficiência e aquelas pertencentes a grupos historicamente discriminados.

O respeito à autonomia reprodutiva constitui componente essencial dos direitos humanos e da dignidade das mulheres. Assim, toda intervenção médica realizada sem informação adequada, consentimento livre ou justificativa clínica configura potencial violação de direitos fundamentais.

Impactos para crianças e para a sociedade

A violência contra mães produz efeitos que ultrapassam as mulheres diretamente atingidas. Ainda durante a gestação, o estresse materno decorrente da violência pode comprometer o desenvolvimento neurológico fetal. Após o nascimento, episódios contínuos de violência afetam o vínculo mãe-bebê, reduzem as taxas de aleitamento materno e aumentam a ocorrência de problemas emocionais e comportamentais nas crianças.

Pesquisas reunidas pela Relatora indicam que crianças expostas à violência contra suas mães apresentam maior probabilidade de desenvolver transtornos mentais, dificuldades escolares, problemas de relacionamento e maior risco de reproduzir ou sofrer violência na vida adulta. Assim, a violência dirigida às mães constitui também um importante fator de reprodução intergeracional das desigualdades e da violência.

Sob a perspectiva da saúde pública, esses impactos repercutem sobre os sistemas de saúde, assistência social, educação e justiça, gerando elevados custos sociais e econômicos. O relatório conclui que investir na proteção das mães significa promover benefícios amplos para toda a sociedade, reduzindo morbimortalidade materna, fortalecendo o desenvolvimento infantil e interrompendo ciclos históricos de violência.

Grupos de mães em situação de maior vulnerabilidade, proteção internacional e recomendações aos Estados

O relatório propõe a adoção de uma abordagem interseccional para compreender a violência contra mães. Ele parte do entendimento de que a maternidade não é vivenciada de forma homogênea entre todas as mulheres. Pelo contrário, fatores como raça, etnia, classe social, idade, deficiência, nacionalidade, orientação sexual, situação migratória e contexto geopolítico interagem entre si, produzindo formas distintas e frequentemente cumulativas de vulnerabilidade.

Essa perspectiva rompe com análises universalizantes da maternidade e evidencia que determinadas mulheres enfrentam obstáculos muito mais intensos para exercer seus direitos, acessar serviços públicos e proteger seus filhos. Ao reconhecer essa diversidade de experiências, o relatório amplia significativamente o debate sobre violência de gênero, aproximando-o dos princípios contemporâneos da equidade e da justiça social.

- ***Mães em contextos de conflitos armados e crises humanitárias***

Mulheres grávidas e mães constituem um dos grupos mais vulneráveis em contextos de guerra, deslocamentos forçados e crises humanitárias. Dados apresentados no relatório demonstram que a mortalidade materna em países afetados por conflitos é significativamente superior à observada em países em situação de estabilidade política. A destruição dos serviços de saúde, a insegurança alimentar, o deslocamento populacional e a interrupção das redes de apoio comprometem gravemente a saúde materna e neonatal.

Além da escassez de cuidados obstétricos, mães em cenários de conflito frequentemente enfrentam violência sexual, perda de familiares, separação de seus filhos e

dificuldades extremas para garantir alimentação, água potável e abrigo. O relatório menciona, como exemplo, situações recentes em que milhares de mães perderam seus filhos em conflitos armados, destacando o sofrimento psicológico decorrente dessas perdas como uma forma de violência que deve ser reconhecida pelos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.

O relatório também chama atenção para os efeitos das mudanças climáticas sobre a maternidade. Eventos extremos, escassez hídrica e insegurança alimentar ampliam as responsabilidades de cuidado atribuídas às mulheres e aumentam sua exposição à violência durante a busca por alimentos, água e recursos básicos. Dessa forma, crises ambientais também passam a integrar o conjunto de fatores estruturais que agravam a violência contra mães.

- ***Mães indígenas***

O relatório sugere atenção especial às mulheres indígenas, reconhecendo que elas experimentam formas históricas e estruturais de discriminação relacionadas simultaneamente ao gênero, à raça e à condição socioeconômica.

Essas mulheres frequentemente enfrentam violência obstétrica, esterilizações forçadas, políticas coercitivas de controle populacional e desrespeito às práticas tradicionais de parto e cuidado. Em muitos países, parteiras tradicionais continuam sendo criminalizadas ou excluídas dos sistemas oficiais de saúde, comprometendo a oferta de uma assistência culturalmente adequada.

Além disso, processos de deslocamento territorial, degradação ambiental e perda de territórios tradicionais afetam profundamente as redes comunitárias de cuidado, comprometendo tanto a saúde das mães quanto a transmissão de conhecimentos culturais entre gerações.

- ***Mães migrantes, refugiadas e apátridas***

Durante os processos migratórios, essas mulheres enfrentam elevados riscos de violência sexual, tráfico de pessoas, exploração econômica e separação compulsória de seus filhos. Barreiras linguísticas, ausência de documentação, restrições legais e discriminação institucional frequentemente limitam seu acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social e justiça.

As mães apátridas enfrentam situação particularmente grave. A impossibilidade de transmitir nacionalidade aos filhos ou de registrar adequadamente o nascimento das crianças compromete o acesso a direitos fundamentais e perpetua ciclos intergeracionais de exclusão social. Segundo a Relatora, políticas migratórias excessivamente restritivas acabam produzindo novas formas de violência institucional ao impedir a reunificação familiar ou ao prolongar separações entre mães e filhos.

- ***Mães adolescentes***

Milhões de meninas tornam-se mães antes dos 18 anos, frequentemente em consequência do casamento infantil, da violência sexual ou da ausência de acesso à educação sexual e aos serviços de saúde reprodutiva.

A maternidade precoce está associada a maiores riscos obstétricos, evasão escolar, dependência econômica e exposição à violência doméstica. Além disso, meninas que se tornam

mães frequentemente enfrentam intenso estigma social, reduzindo suas oportunidades educacionais e profissionais e perpetuando ciclos de pobreza.

- ***Mães com deficiência e mães de crianças com deficiência***

Mulheres com deficiência enfrentam dupla vulnerabilidade: decorrente tanto da deficiência quanto da maternidade. O relatório demonstra que essas mulheres apresentam maior risco de violência praticada por parceiros íntimos durante a gravidez, enfrentam atitudes discriminatórias nos serviços de saúde e frequentemente precisam comprovar sua capacidade para exercer a maternidade, situação raramente imposta aos homens.

Já as mães de crianças com deficiência assumem elevadas cargas de cuidado, frequentemente reduzindo sua participação no mercado de trabalho e comprometendo sua saúde física e mental. A insuficiência de políticas públicas de apoio amplia o desgaste emocional e econômico dessas famílias.

- ***Mães privadas de liberdade***

O relatório também analisa a situação das mulheres encarceradas, destacando que muitas continuam sendo submetidas ao uso de algemas durante a gestação e o parto, convivem com condições inadequadas de higiene, alimentação e assistência à saúde e são separadas precocemente de seus filhos.

Essas práticas produzem consequências duradouras tanto para as mulheres quanto para as crianças, comprometendo o estabelecimento do vínculo afetivo e aumentando o sofrimento psicológico de ambos.

- ***Mães solo, lésbicas e outras situações específicas***

Entre os demais grupos analisados estão mães solo, mães lésbicas, mulheres em situação de prostituição e mulheres submetidas à gestação por substituição (*surrogacy* ou *surrogate motherhood*).

As mães solo permanecem desproporcionalmente expostas à pobreza, à insegurança habitacional e à insuficiência de políticas de proteção social. Em diversos contextos históricos, crianças foram retiradas compulsoriamente de mães solteiras consideradas “inaptas” para exercer a maternidade.

O relatório também registra formas persistentes de discriminação contra mães lésbicas, especialmente em disputas judiciais relacionadas à guarda dos filhos, bem como situações de exploração econômica e violência reprodutiva envolvendo mulheres submetidas à gestação por substituição.

Instrumentos internacionais de proteção

O direito internacional já reconhece, há décadas, a necessidade de proteção especial à maternidade. O relatório revisa diversos tratados internacionais, entre eles:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW);

- Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Convenções da Organização Internacional do Trabalho sobre proteção à maternidade;
- Convenções de Genebra e Direito Internacional Humanitário;
- Regras de Bangkok para mulheres privadas de liberdade;
- Instrumentos regionais dos sistemas europeu, africano e interamericano de direitos humanos.

Embora esses documentos garantam proteção especial durante a gravidez e o puerpério, a Relatora argumenta que ainda existe uma lacuna importante: poucos instrumentos reconhecem explicitamente as mães como uma categoria específica de sujeitos de direitos ao longo de toda a experiência da maternidade.

Recomendações dirigidas aos Estados

Na parte final do relatório é apresento um conjunto de recomendações voltadas aos Estados, organismos internacionais e demais atores envolvidos na promoção dos direitos humanos. Entre as recomendações mais relevantes destacam-se:

- Reconhecimento jurídico das mães como categoria específica de titulares de direitos;
- Incorporação da violência contra mães às políticas nacionais de enfrentamento da violência contra mulheres;
- Produção sistemática de dados desagregados por condição de maternidade;
- Fortalecimento dos mecanismos de responsabilização e reparação para vítimas;
- Qualificação dos profissionais de saúde, assistência social, segurança pública e justiça para identificar situações específicas de violência relacionadas à maternidade;
- Criação de serviços de acolhimento adaptados às necessidades de mães e crianças;
- Fortalecimento da proteção social e da segurança econômica das mulheres;
- Garantia de licença-maternidade remunerada compatível com os padrões internacionais da Organização Internacional do Trabalho;
- Ampliação da licença-paternidade e incentivo ao compartilhamento das responsabilidades parentais;
- Expansão de políticas públicas de cuidado infantil acessíveis e de qualidade;
- Fortalecimento das ações de prevenção da violência durante a gravidez e o puerpério;
- Garantia de acesso universal à saúde materna baseada em direitos humanos e livre de discriminação.

Ao apresentar essas recomendações, o relatório enfatiza que proteger as mães não constitui uma política setorial dirigida exclusivamente às mulheres, mas uma estratégia fundamental para promover saúde, reduzir desigualdades, fortalecer famílias e garantir o desenvolvimento integral das crianças.

Contribuições, desafios e implicações para as políticas públicas

O relatório *Violence against Mothers* representa uma importante contribuição para o desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos ao propor uma mudança de paradigma na compreensão da violência contra mulheres. Até recentemente, a maior parte dos documentos internacionais concentrou-se na violência praticada por parceiros íntimos, na violência sexual, no tráfico de pessoas e em outras manifestações tradicionalmente reconhecidas da violência de gênero. Embora essas abordagens permaneçam fundamentais, a maternidade era frequentemente tratada apenas como uma condição biológica relacionada à gestação, ao parto e ao puerpério. O relatório amplia esse entendimento ao demonstrar que a maternidade constitui uma experiência social, econômica, política e jurídica que pode gerar formas próprias de discriminação e violência.

Essa mudança conceitual possui relevância para a formulação de políticas públicas. Ao reconhecer que muitas mulheres sofrem violência justamente em razão da maternidade, o documento evidencia que os mecanismos tradicionais de enfrentamento da violência contra a mulher nem sempre são suficientes para responder às necessidades específicas das mães. Barreiras relacionadas ao cuidado dos filhos, à dependência econômica, ao medo da separação familiar, à ausência de creches e à insuficiência das redes de proteção exigem respostas diferenciadas por parte dos sistemas de saúde, assistência social e justiça.

Sob a perspectiva da saúde pública, o relatório reforça uma compreensão amplamente defendida pela Organização Mundial da Saúde: a violência constitui um determinante social da saúde. Entretanto, o documento avança ao demonstrar que a maternidade modifica significativamente essa relação. Os efeitos da violência não se restringem ao adoecimento da mulher, mas repercutem diretamente sobre o desenvolvimento infantil, o vínculo mãe-filho, a saúde mental das famílias e o funcionamento dos sistemas de proteção social.

Essa perspectiva aproxima o relatório dos princípios do curso de vida (*life-course approach*), segundo os quais experiências adversas ocorridas durante a gestação e os primeiros anos de vida influenciam a saúde ao longo de toda a existência. Ao proteger as mães, portanto, os Estados promovem benefícios que ultrapassam uma única geração, reduzindo desigualdades futuras e fortalecendo o desenvolvimento humano.

Outro mérito do relatório é incorporar explicitamente a perspectiva da interseccionalidade. Embora essa abordagem já esteja presente em diversos estudos feministas e em documentos internacionais recentes, poucos relatórios analisam de forma tão abrangente como diferentes marcadores sociais modificam a experiência da maternidade. O documento demonstra que não existe uma experiência universal de ser mãe. Pelo contrário, raça, pobreza, deficiência, migração, idade, encarceramento e pertencimento étnico produzem vulnerabilidades distintas que exigem políticas igualmente diferenciadas.

Essa compreensão possui especial relevância para países marcados por profundas desigualdades sociais, como o Brasil. Mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, migrantes, refugiadas e residentes em áreas periféricas convivem simultaneamente com maiores dificuldades de acesso aos serviços de saúde, menor proteção social, maior exposição

à violência doméstica e piores indicadores de saúde materna. Assim, políticas universais que ignoram essas desigualdades tendem a reproduzir iniquidades já existentes.

Outro aspecto inovador é a ampliação do conceito de violência institucional. Tradicionalmente associada ao atendimento em saúde, especialmente à violência obstétrica, a violência institucional passa a ser compreendida de forma mais abrangente, incluindo práticas discriminatórias presentes no sistema judiciário, nas políticas migratórias, nos serviços de proteção à infância, nas relações de trabalho e até mesmo na produção de estatísticas oficiais.

Ao afirmar que a ausência de dados sobre maternidade constitui uma forma de invisibilização das violações de direitos humanos, o relatório chama atenção para um problema frequentemente negligenciado nas políticas públicas: aquilo que não é registrado dificilmente será incorporado às prioridades governamentais. Essa crítica dialoga diretamente com a necessidade de fortalecimento dos sistemas de informação em saúde e dos mecanismos de vigilância das violências.

O relatório também contribui para ampliar o debate sobre proteção social. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente na responsabilização criminal dos agressores, ele aponta que a prevenção da violência depende igualmente da existência de políticas de cuidado, licença-maternidade adequada, creches acessíveis, programas de transferência de renda, proteção trabalhista e acesso universal aos serviços públicos.

Essa perspectiva aproxima o documento das discussões contemporâneas sobre a economia do cuidado. Grande parte do trabalho necessário para a reprodução social continua sendo desempenhada gratuitamente pelas mulheres, limitando sua autonomia econômica e ampliando sua vulnerabilidade à violência. Ao reconhecer o cuidado como responsabilidade compartilhada entre famílias, comunidades e Estado, o relatório propõe uma transformação estrutural das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero.

Entretanto, vale ressaltar que uma das principais limitações do documento se refere à definição jurídica de maternidade apresentada nas recomendações finais[1]. Ao recomendar que os Estados adotem uma definição legal baseada exclusivamente no sexo feminino e na experiência da gestação, do parto ou da adoção, a Relatora assume uma concepção restritiva de maternidade que não contempla a diversidade de identidades de gênero, configurações familiares e experiências de cuidado reconhecidas em diferentes contextos nacionais e pelos avanços recentes do direito internacional dos direitos humanos.

Embora a intenção seja reforçar a proteção das mulheres frente às discriminações relacionadas à maternidade, essa abordagem acaba por estabelecer uma dicotomia desnecessária entre a proteção baseada no sexo e o reconhecimento da diversidade, como se ambos fossem objetivos incompatíveis. Ao fazê-lo, o relatório deixa de considerar que é possível fortalecer os direitos das mulheres sem excluir outras pessoas que também exercem funções maternas ou vivenciam processos reprodutivos e de cuidado em contextos diversos. Essa limitação reduz o potencial de universalidade das recomendações e pode dificultar sua adoção em países cujos marcos normativos incorporam uma compreensão mais inclusiva de gênero, parentalidade e família. Uma abordagem mais abrangente teria fortalecido o documento, ampliando sua capacidade de dialogar com diferentes realidades jurídicas e sociais sem

[1] A relatora utiliza a definição de mãe como mulher que: está grávida, deu à luz ou adotou legalmente uma criança. Essa definição é limitada no sexo biológico feminino.

comprometer a proteção específica das mulheres contra discriminações relacionadas à maternidade.

Outro desafio diz respeito à implementação prática das recomendações. Grande parte das medidas propostas exige investimentos significativos em proteção social, expansão dos serviços públicos e fortalecimento dos sistemas universais de saúde. Em países marcados por restrições fiscais, crises econômicas ou conflitos armados, a concretização dessas recomendações dependerá não apenas de vontade política, mas também da disponibilidade de recursos financeiros e da cooperação internacional.

Apesar dessas limitações, o relatório apresenta grande potencial para influenciar futuras políticas públicas e pesquisas acadêmicas. Ao reconhecer as mães como uma categoria específica de titulares de direitos, abre-se espaço para o desenvolvimento de novos indicadores, linhas de pesquisa, protocolos assistenciais e programas de proteção voltados às múltiplas dimensões da maternidade.

Referências

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *Violence against mothers: Report of the Special Rapporteur on violence against women and girls, its causes and consequences, Reem Alsalem*. A/HRC/62/49. Geneva: United Nations, 2026.

Iniciativas da UNESCO para a promoção da tolerância, da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais

Promoción de la tolerancia, la dignidad humana y los derechos humanos fundamentales

Promoting tolerance, human dignity and fundamental human rights

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Resumo: Este informe apresenta a página institucional da UNESCO dedicada à promoção da tolerância, da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais. O conteúdo aborda o compromisso histórico da Organização no combate ao racismo sistêmico, desde a Declaração sobre Raça de 1950 até iniciativas contemporâneas como o Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação. Destacam-se também projetos como a História Geral da Humanidade, a Rota do Escravo e as Rotas da Seda, que resgatam memórias silenciadas e promovem o diálogo intercultural. Conclui-se que a defesa da dignidade humana permanece como eixo estruturante das ações da UNESCO nas áreas de educação, ciência, cultura e comunicação.

Palavras-chave: Racismo; discriminação; tolerância; dignidade humana; direitos humanos; UNESCO.

***Resumen**: Este informe presenta la página institucional de la UNESCO dedicada a la promoción de la tolerancia, la dignidad humana y los derechos humanos fundamentales. El contenido aborda el compromiso histórico de la Organización en la lucha contra el racismo sistémico, desde la Declaración sobre la Raza de 1950 hasta iniciativas contemporáneas como el Foro Global contra el Racismo y la Discriminación. También se destacan proyectos como la Historia General de la Humanidad, la Ruta del Esclavo y las Rutas de la Seda, que rescatan memorias silenciadas y promueven el diálogo intercultural. Se concluye que la defensa de la dignidad humana sigue siendo un eje estructurante de las acciones de la UNESCO en las áreas de educación, ciencia, cultura y comunicación.*

***Palabras clave:** Racismo; discriminación; tolerancia; dignidad humana; derechos humanos; UNESCO.*

***Abstract:** This report presents the institutional webpage of UNESCO dedicated to promoting tolerance, human dignity and fundamental human rights. The content addresses the Organization's historical commitment to combating systemic racism, from the 1950 Statement on Race to contemporary initiatives such as the Global Forum against Racism and Discrimination. It also highlights projects such as the General History of Humanity, the Slave Route and the Silk Roads, which rescue silenced memories and promote intercultural dialogue. It concludes that the defence of human dignity remains a guiding principle of UNESCO's actions in education, science, culture and communication.*

***Keywords:** Racism; discrimination; tolerance; human dignity; human rights; UNESCO.*

A página *Promoting tolerance, human dignity and fundamental human rights*, disponível no sítio oficial da UNESCO, constitui um espaço de apresentação das principais iniciativas da Organização voltadas à construção de um mundo baseado na inclusão social, na diversidade cultural e na igualdade.

O conteúdo reúne marcos históricos, projetos emblemáticos e ações contemporâneas que evidenciam o compromisso da UNESCO com a defesa da dignidade humana em todas as suas esferas de atuação — educação, ciência, cultura e comunicação. A página situa-se no contexto mais amplo da missão da UNESCO, que, desde sua criação em 1945, busca estabelecer uma paz duradoura por meio do entendimento mútuo e da cooperação internacional.

Pretendemos aprofundar cada uma das iniciativas nos próximos informes a fim de que o leitor conheça com mais detalhes e possa desfrutar a leitura sem se cansar e buscando se interessar pela diversidade dos conteúdos apresentados sob o mandato da UNESCO.

Erradicação do racismo sistêmico e valorização da diversidade cultural

A página abre com as palavras de Martin Luther King Jr. proferidas em 28 de agosto de 1963, consideradas um dos discursos mais inspiradores já escritos: "*I have a dream that one day this nation will rise up and live out the true meaning of its creed: We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal*" (Tradução: "Eu tenho um sonho de quem um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença: Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais").

O ativista dos direitos civis apontou como a ignorância em relação ao outro gera conflitos e que a igualdade entre os indivíduos é necessária para a construção de uma nação de paz, enfatizando a importância da cooperação entre as pessoas em um quadro de tolerância e integração — valores fundamentais que a UNESCO persegue desde sua criação.

Cinco anos depois, em 1950, a UNESCO publicou uma declaração revolucionária sobre a igualdade racial, inédita como pronunciamento de um órgão público oficial. A *Statement on Race* afirmava que não havia base científica para o preconceito racial e que a biologia comprovava a "irmandade universal do homem".

Essa declaração teve consequências importantes, influenciando a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de 1954 que declarou inconstitucional a segregação escolar de afrodescendentes e estudantes brancos, além de ter fundamentado a série de livros da UNESCO intitulada *The Race Question*, escrita por importantes cientistas e intelectuais do século XX, que teve impacto mundial e levou à retirada da África do Sul do apartheid da Organização em 1955.

Ao longo dos anos, a UNESCO publicou novas declarações sobre raça para avançar em seus objetivos de defesa da igualdade humana e adaptou sua comunicação, ampliando sua mensagem. A luta contra o racismo e a discriminação foi transformada com a Coalizão Internacional de Cidades Inclusivas e Sustentáveis, as Master Classes contra o Racismo e as Discriminações, bem como parcerias com importantes clubes de futebol na Europa. Em 2021, a UNESCO realizou o primeiro Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação.

Nossas próprias histórias: A História Geral da Humanidade

Além das milhões de mortes, a Segunda Guerra Mundial deixou um mundo ferido em sua humanidade. A enormidade desse desastre compeliu a comunidade internacional a construir as defesas da paz. A UNESCO foi criada para tornar esse compromisso uma realidade, com o

objetivo de estabelecer uma paz genuína e duradoura combatendo a ignorância em favor do entendimento mútuo por meio da educação, da cultura e das ciências.

Foi assim que a ideia de analisar toda a história da humanidade começou a tomar forma. Esse foi o primeiro projeto empreendido pela UNESCO e se tornaria o mais duradouro, abrangendo mais de meio século. A *História Geral da Humanidade* foi criada por pessoas escrevendo sua própria história. Em vez de apenas traçar o passado das nações, ela visa fornecer uma maior compreensão das civilizações. A memória do mundo é composta por mais do que apenas reis, batalhas e conquistas. Por meio de uma perspectiva diferente das culturas e populações, essas coleções, escritas por historiadores locais, mostram a consciência dos povos e como eles moldam seu próprio destino. Pela primeira vez, a história mostrou o ponto de vista das populações envolvidas, cujo passado havia sido frequentemente distorcido, desacreditado ou tratado como periférico à história dos colonizadores e das nações dominantes.

Lançada em 1952, essa empreitada gerou 51 volumes de história em seis coleções diferentes: *A História da Humanidade*, *A História Geral da África*, *A História das Civilizações da Ásia Central*, *A História Geral da América Latina*, *A História Geral do Caribe* e *Os Diferentes Aspectos da Cultura Islâmica*. Mobilizando mais de 1.800 historiadores e especialistas de todas as regiões do mundo, essa vasta empresa introduziu uma nova compreensão da história humana, destacando os intercâmbios entre os povos e as culturas e suas respectivas contribuições para o progresso geral da humanidade.

A *Declaração sobre Raça* e a *História Geral da Humanidade* foram as pedras angulares do objetivo da UNESCO de defender a dignidade humana em todas as suas atividades. Do direito à educação e à ciência, ao direito à diversidade cultural e à liberdade de expressão, os direitos humanos fundamentais são tanto a expressão universal dos valores e ideais em torno dos quais a UNESCO está unida.

Luta contra o racismo por meio da educação: rompendo o muro do silêncio – A Rota do Escravo

Milhões de africanos estão espalhados pelo mundo hoje. Muitos são descendentes das pessoas que foram arrancadas de suas terras ao longo de 1.500 anos de tráfico de escravos. O conceito de raça se consolidou na Europa do século XV, quando teorias de hierarquia racial — especialmente a inferioridade congênita dos afrodescendentes — começaram a se espalhar.

Dizia-se que os africanos não tinham história, nem cultura, nem civilização. Apesar da maneira violenta e opressiva pela qual os africanos foram forçados a deixar seu local de nascimento, eles se tornaram o primeiro povo globalizado, criando laços humanos e culturais com a Ásia, o Oriente Médio, a Europa e todas as Américas.

Ciente de que ignorar eventos históricos fundamentais pode ser um obstáculo à paz e ao entendimento mútuo, a UNESCO decidiu romper o silêncio sobre o tráfico de escravos e a escravidão. Em 1994, apoiou o *Projeto Rota do Escravo* para destacar a importância de conhecer a história e os processos que moldaram e legitimaram a escravidão.

O projeto contribuiu para a produção de conhecimento inovador, o desenvolvimento de redes científicas de alto nível e o apoio a iniciativas de memória sobre o tema da escravidão, sua abolição e a resistência que gerou, por meio de diversas atividades, incluindo pesquisa científica, publicação de livros de referência, desenvolvimento de materiais educacionais, inventário de sítios memoriais, promoção de culturas vivas e preservação de arquivos e tradições orais.

O projeto também desempenhou um papel crucial no reconhecimento do tráfico de escravos e da escravidão como “crimes contra a humanidade” durante a Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Ao compreender esse capítulo silencioso da história mundial, a humanidade pode compreender melhor a genealogia que liga o tráfico de escravos a outros crimes contra a humanidade e novas formas de escravidão.

Vanguarda do intercâmbio cultural e da diversidade: a longa rota para o leste – Rotas da Seda

A África não foi o único continente a testemunhar fluxos de pessoas para terras distantes. A Rota da Seda foi a primeira rota comercial internacional que conectou dois impérios poderosos: a China, único produtor de seda, e os romanos, que clamavam por vestir o raro tecido vindo de longe. Ela criou uma vasta rede comercial através da Ásia Central e da Índia que acabou carregando mais do que seda, especiarias exóticas e pedras preciosas. O fluxo constante de pessoas ao longo das rotas carregava conhecimento, ideias, culturas e crenças, o que teve um profundo impacto na história e nas civilizações dos povos eurasianos.

Desde 1988, a UNESCO busca compreender melhor a rica história e o legado compartilhado das históricas Rotas da Seda e as maneiras pelas quais as culturas se influenciaram mutuamente. Para manter vivo o legado duradouro das Rotas da Seda na conexão de civilizações ao longo da história, o *Programa Rotas da Seda* revive e estende essas redes históricas em um espaço digital, reunindo as pessoas em um diálogo contínuo e promovendo um entendimento mútuo das diversas e muitas vezes inter-relacionadas culturas que se desenvolveram e prosperaram ao redor dessas rotas.

Empoderamento e desenvolvimento da juventude: o poder dos jovens para mudar o mundo

Assim como a Rota da Seda conectou comunidades distantes por meio do comércio e da cultura, os jovens de hoje estão se aproximando uns dos outros para resolver os problemas que a pandemia da Covid-19 expôs e exacerbou, particularmente em países menos desenvolvidos. Muitos jovens se sentem ansiosos e inseguros sobre como lidar com as desigualdades que veem na sociedade. O mundo está colocando a exploração, a desigualdade e a marginalização no centro das decisões.

A pandemia também trouxe uma interrupção educacional sem precedentes, com 1,2 bilhão de crianças e jovens afetados pelo fechamento de escolas. A iniciativa *Youth As Researchers (YAR)* da UNESCO sobre a COVID-19 conecta e engaja jovens para conduzir pesquisas sobre os impactos da COVID-19 nos jovens e as respostas que eles implementaram para enfrentar esses desafios. Lançada em 2020, a iniciativa é o maior projeto de capacitação liderado por jovens em resposta à COVID-19 no mundo, envolvendo 270 jovens de mais de 70 países como pesquisadores juvenis, com outros 10.000 em esforços para apoiar 34 equipes de pesquisa globais, regionais e nacionais.

Conectando comunidades urbanas por meio do intercâmbio cultural e da criatividade

Hoje, metade da população mundial vive em cidades. Esse rápido processo de urbanização trouxe muitas consequências para nossas sociedades em muitos níveis — social, econômico, ambiental e cultural. Em resposta, as comunidades urbanas começaram a fortalecer seu potencial criativo e empreendedor, aumentar o uso de mídias sociais e tecnologias digitais, impulsionar a diversidade cultural e construir novas pontes para a cooperação global. Desde 2004, a UNESCO incentiva as cidades a compartilharem suas experiências em sete campos das

indústrias criativas: literatura, cinema, música, artesanato e arte popular, design, artes midiáticas e gastronomia.

A *Rede de Cidades Criativas da UNESCO* (UCCN) é uma plataforma global que visa dar visibilidade às cidades-membro e incentivá-las a estabelecer parcerias internacionais em indústrias criativas para apoiar o desenvolvimento urbano sustentável. As 246 cidades que compõem a rede trabalham juntas em direção a um objetivo comum: colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento em nível local e cooperar ativamente em nível internacional.

Considerações finais

A página *Promoting tolerance, human dignity and fundamental human rights* sintetiza o compromisso histórico e contemporâneo da UNESCO com a defesa da dignidade humana em todas as suas dimensões. Desde a Declaração sobre Raça de 1950 até os projetos de resgate de memórias históricas, como a Rota do Escravo e as Rotas da Seda, a Organização reafirma seu papel central na promoção da igualdade, da diversidade cultural e do diálogo intercultural.

As iniciativas voltadas à juventude, às cidades criativas e à ética da inteligência artificial evidenciam a capacidade da UNESCO de se adaptar aos desafios do presente sem perder de vista seus valores fundamentais. Como lembra Martin Luther King III, “cada geração precisa sustentar o progresso alcançado até agora” — e a UNESCO permanece firme nesse propósito.

Referência

UNESCO. *Promoting tolerance, human dignity and fundamental human rights*. 19 jan. 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/promoting-tolerance-human-dignity-fundamental-human-rights. Acesso em: 6 jul. 2026.

A nova geopolítica dos alimentos: causas das crises alimentares e soluções nacionais

La nueva geopolítica de los alimentos: causas de las crisis alimentarias y soluciones nacionales

The New Geopolitics of Food: Causes of Food Crises and National Solutions

Eduardo Nilson, Erin William e Denise Oliveira e Silva

Resumo: Nesse informe, discutimos a nova geopolítica dos alimentos a partir de um relatório de especialistas do IPES-Food, destacando o impacto de conflitos, guerras comerciais, choques climáticos, cortes no financiamento de ajuda internacional e fragilização do multilateralismo sobre o mercado de alimentos e os sistemas alimentares, levando a volatilidade de preços, foco nos lucros corporativos, endividamentos nacionais e crescimento da fome. Como resposta a esse cenário complexo, são recomendadas estratégias para construir sistemas alimentares resilientes e autossuficientes a partir de um conjunto de políticas nacionais somadas a esforços regionais e fortalecimento dos organismos multilaterais.

Resumen: *En este informe, analizamos la nueva geopolítica de los alimentos a partir de un informe elaborado por especialistas del IPES-Food, destacando el impacto de los conflictos, las guerras comerciales, las perturbaciones climáticas, los recortes en la financiación de la ayuda internacional y el debilitamiento del multilateralismo sobre el mercado de alimentos y los sistemas alimentarios, lo que provoca volatilidad de los precios, un mayor énfasis en las ganancias corporativas, endeudamiento nacional y un aumento del hambre. Como respuesta a este complejo escenario, se recomiendan estrategias para construir sistemas alimentarios resilientes y autosuficientes mediante un conjunto de políticas nacionales, complementadas por esfuerzos regionales y el fortalecimiento de los organismos multilaterales.*

Abstract: *In this report, we examine the new geopolitics of food based on a report by IPES-Food experts, highlighting the impact of conflicts, trade wars, climate shocks, cuts to international aid funding, and the weakening of multilateralism on food markets and food systems, leading to price volatility, a stronger focus on corporate profits, rising national debt, and increasing hunger. In response to this complex scenario, the report recommends strategies to build resilient and self-sufficient food systems through a combination of national policies, complemented by regional efforts and the strengthening of multilateral institutions.*

Introdução

O presente relatório técnico propõe uma análise aprofundada das transformações geopolíticas em curso e seus impactos sobre a arquitetura dos sistemas alimentares globais. A conjuntura internacional contemporânea, marcada pela erosão de normas multilaterais, pela imposição de barreiras comerciais unilaterais e pela intensificação de conflitos interestatais, revela a fragilidade de um modelo hegemônico de produção e abastecimento de alimentos, construído ao longo das últimas cinco décadas sob os pilares da liberalização comercial e das cadeias logísticas *just-in-time*. Esse modelo, embora celebrado por sua eficiência econômica em

períodos de estabilidade, demonstra uma incapacidade estrutural de absorver choques sistêmicos, externalizando custos sociais e ambientais e aprofundando assimetrias de poder entre nações e agentes econômicos.

A crise atual dos sistemas alimentares hegemônicos não se restringe a flutuações cíclicas de oferta e demanda, mas decorre de vulnerabilidades intrinsecamente ligadas à concentração corporativa, à financeirização das *commodities* agrícolas e à dependência crítica de países em desenvolvimento em relação a importações de alimentos e insumos básicos, como fertilizantes e sementes. Países do Sul Global, que foram submetidos a programas de ajuste estrutural nas décadas de 1980 e 1990, viram suas capacidades produtivas internas desmanteladas e suas políticas de gestão de mercado substituídas por uma abertura comercial que os tornou altamente suscetíveis à volatilidade dos preços internacionais e às oscilações geopolíticas. Atualmente, esses países enfrentam uma combinação perversa de elevação dos custos de importação, crescimento da dívida externa e redução drástica da ajuda internacional, em um contexto de recrudescimento de práticas protecionistas por parte das principais potências econômicas.

Paralelamente, o enfraquecimento dos organismos internacionais de governança, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o sistema das Nações Unidas, tem favorecido a atuação unilateral de atores estatais poderosos e a consolidação do poder de grandes corporações agroindustriais e varejistas. Essas empresas, beneficiando-se da desregulamentação e da ausência de concorrência efetiva, ampliaram suas margens de lucro durante períodos de alta inflacionária, elevando os preços aos consumidores finais muito além dos aumentos nos custos de produção. A convergência entre interesses estatais e privados, somada à incapacidade dos fóruns multilaterais de impor regras vinculantes e mediar conflitos comerciais, tem aprofundado a instabilidade dos mercados e transformado o acesso a alimentos em uma variável estratégica de poder, utilizada como instrumento de coerção em arenas geopolíticas cada vez mais fragmentadas.

Diante desse cenário, o relatório propõe uma reflexão crítica sobre os rumos das políticas alimentares, destacando a necessidade premente de se reconstruir a capacidade estatal de regulação e de planejamento estratégico, bem como de se repensar os fundamentos da cooperação internacional. A análise aqui desenvolvida examina como a interação entre choques geopolíticos, mudanças climáticas e dinâmicas de mercado está reconfigurando as condições de produção e acesso aos alimentos, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios à soberania e à segurança alimentar de populações vulneráveis. Ao longo dos capítulos seguintes, o relatório explorará alternativas de política que possam fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares, sem perder de vista a necessidade de equidade, sustentabilidade e participação democrática.

Definindo Resiliência: A Importância de Assegurar Sistemas Alimentares

O crescimento das tensões geopolíticas ao longo da última meia década ameaça gravemente a capacidade dos países, particularmente os de baixa e média renda (PBMR), de responder a crises e distribuir adequadamente alimentos àqueles cujo acesso foi comprometido, sem mencionar a construção de reservas alimentares suficientes para crises futuras.

Para compreender os danos causados por tensões geopolíticas, é necessário, primeiramente, entender o contrafactual: o estado desejável de países que não são constrangidos por tais tensões e podem manter sistemas alimentares resilientes. Especificamente, resiliência refere-se à capacidade dos sistemas alimentares de absorver,

responder e se recuperar de choques geopolíticos sem interrupção significativa da produção, armazenamento, distribuição ou acesso aos alimentos (IPES-Food, 2026).

Em meio a crises geopolíticas concorrentes, incluindo conflitos armados, reduções na ajuda humanitária, mudanças climáticas e choques econômicos, os países que sofrem as maiores consequências para a segurança alimentar são frequentemente os de baixa e média renda (PBMR) (Townsend, 2025). Os desafios relacionados à alimentação enfrentados por países de alta renda diferem fundamentalmente daqueles que afligem os PBMR. Nos países de alta renda, o desperdício de alimentos ocorre predominantemente na fase de consumo, enquanto nos PBMR, a perda de alimentos concentra-se mais cedo na cadeia de abastecimento, devido a práticas inadequadas de colheita, infraestrutura de armazenamento insuficiente, restrições de transporte e acesso limitado a tecnologias de conservação.

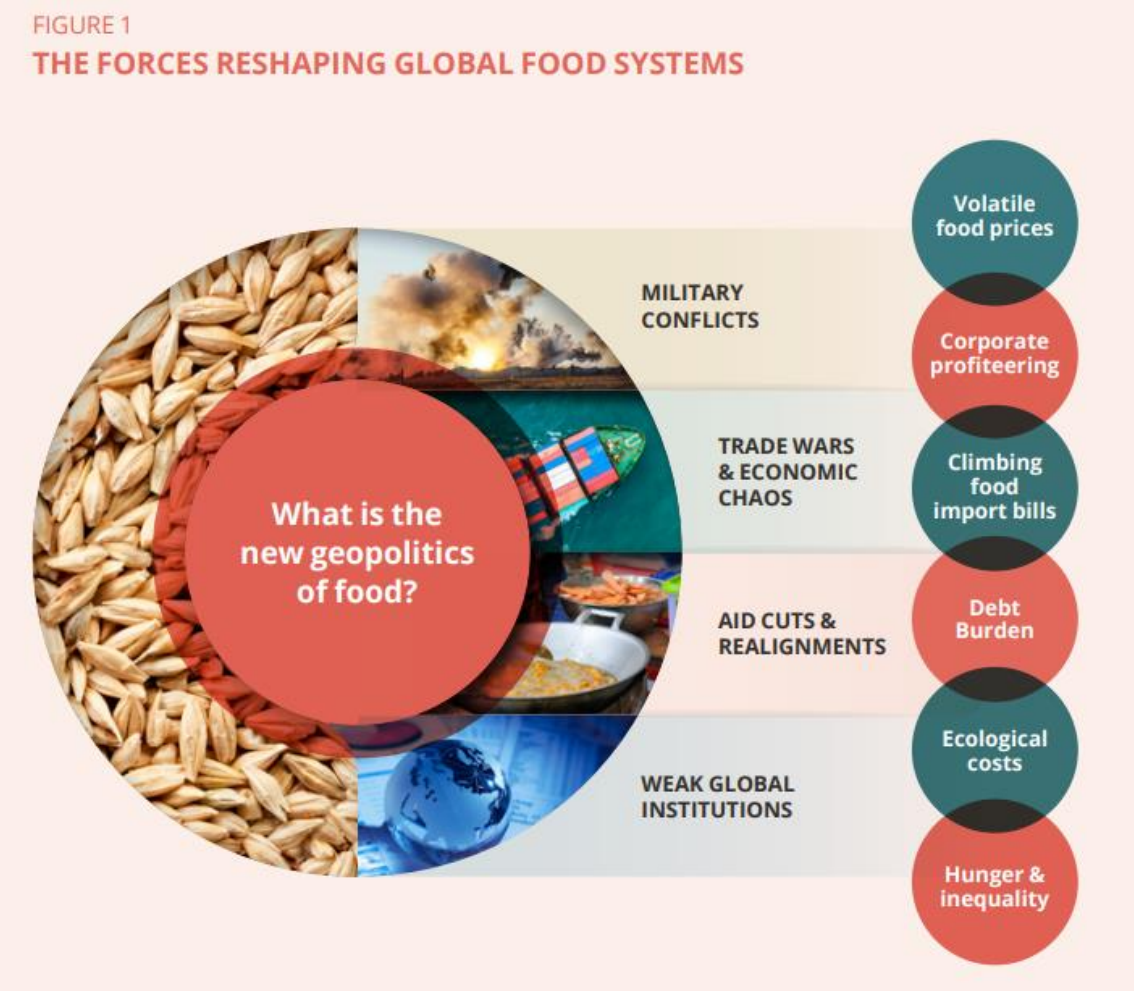
As tensões geopolíticas contemporâneas exacerbam desproporcionalmente essas vulnerabilidades preexistentes ao interromper a produção de alimentos e os sistemas pós-colheita. Conflitos militares destroem terras agrícolas, instalações de armazenamento e infraestrutura de transporte, enquanto a instabilidade econômica e as reduções na assistência ao desenvolvimento restringem investimentos na capacidade agrícola. Simultaneamente, as mudanças climáticas intensificam as condições ambientais que reduzem os rendimentos das colheitas e tornam a colheita cada vez mais imprevisível. Em conjunto, essas pressões geopolíticas amplificam a perda de alimentos nos estágios do sistema alimentar em que os PBMR já são mais vulneráveis.

Embora os principais impulsionadores da perda de alimentos incluam infraestrutura inadequada, estruturas políticas e regulatórias frágeis, capacidade tecnológica limitada e barreiras estruturais mais amplas, os últimos anos testemunharam um acúmulo de pressões geopolíticas que intensificaram essas vulnerabilidades subjacentes. Em vez de substituir as causas tradicionais da perda de alimentos e outras questões, essas crises agravam as fraquezas existentes, resultando em maiores interrupções na produção, armazenamento, transporte e conservação de alimentos.

Conforme destacado no relatório "A Nova Geopolítica dos Alimentos" ("*The New Geopolitics of Food*") do IPES-Food, as principais forças geopolíticas que exacerbam a perda de alimentos e minam o armazenamento e a preservação de alimentos incluem conflitos militares, guerras comerciais e instabilidade econômica, reduções na assistência humanitária e ao desenvolvimento, o enfraquecimento de instituições multilaterais, mudanças climáticas e a crescente concentração dos sistemas alimentares sob controle corporativo. Em conjunto, essas forças contribuem para o que o relatório descreve como a crescente dominação de um "monopólio triplo" sobre os sistemas alimentares globais, reduzindo ainda mais a resiliência e aumentando a vulnerabilidade à perda de alimentos (Figura 1).

Embora a manutenção de reservas nacionais adequadas de alimentos ofereça inúmeros benefícios, os benefícios da redução da perda de alimentos são igualmente substanciais. Sem considerar as perdas atribuíveis às tensões geopolíticas, um relatório da OCDE de 2026 explica que reduzir pela metade a perda e o desperdício de alimentos até 2023 poderia gerar vários benefícios agrícolas, incluindo a redução das emissões de gases de efeito estufa em 4% e a retirada de 137 milhões de pessoas da fome (OCDE, 2026). As seções seguintes examinam as principais forças geopolíticas que minam sistemas alimentares resilientes e identificam os mecanismos pelos quais contribuem para a perda de alimentos e enfraquecem o armazenamento e a preservação de alimentos.

Figura 1. Resumo esquemático das forças que estão remodelando os sistemas alimentares globais.



(Fonte: IPES-Food – 2026)

Conflitos Militares

Os conflitos armados prejudicam a segurança alimentar e nutricional não apenas ao interromper a produção agrícola, mas também por meio da destruição direta da infraestrutura de armazenamento e distribuição de alimentos. Ataques militares frequentemente danificam silos de grãos, alvejam armazéns, redes de transporte e reservas estratégicas, reduzindo a capacidade dos países de preservar os alimentos colhidos e responder a futuros choques de abastecimento. A guerra na Ucrânia ilustra esse mecanismo, onde ataques a silos de grãos e armazéns de alimentos reduziram significativamente a capacidade nacional de armazenamento e interromperam as cadeias de abastecimento alimentar global (Welsh, et. al.).

Durante conflitos militares, a destruição da produção agrícola e o alvejamento da infraestrutura de armazenamento de alimentos aceleram a perda de alimentos ao reduzir a capacidade dos países de preservar e distribuir os alimentos colhidos. As resultantes escassezes de abastecimento contribuem para o aumento dos preços dos alimentos e para a maior volatilidade do mercado.

A insegurança alimentar e nutricional em Gaza representa um exemplo extremo de escassez de abastecimento, choques de mercado e a consequente volatilidade de preços, em

que a região é vítima da fome utilizada como arma de guerra, ou seja, um crime de guerra (Ashour, Abu-Jlambo e Abuzerr, 2025). Após anos de conflito armado, as famílias em Gaza enfrentam preços de alimentos excepcionalmente voláteis, uma crise econômica ainda mais exacerbada pela diminuição do abastecimento alimentar e pela escalada do conflito regional, incluindo a recente guerra no Irã (Programa Mundial de Alimentos). Após o início da guerra no Irã, houve um aumento acentuado no preço da farinha de trigo (em 47%), de produtos congelados, frango e vegetais. Enquanto isso, em março, os ovos de galinha desapareceram dos mercados de Gaza e estavam disponíveis apenas em pequenas quantidades. Simultaneamente, o número de caminhões humanitários e comerciais que entravam diminuiu substancialmente, limitando os impactos da ajuda externa. Enquanto isso, na Cisjordânia, a situação permanece volátil, pois a violência generalizada e o consequente ônus econômico impedem que as famílias possam arcar com dietas nutricionalmente adequadas (Programa Mundial de Alimentos).

Finalmente, a escassez de combustível resultante de conflitos e interrupções no Mar Vermelho intensificou a insegurança alimentar ao tornar o gás de cozinha cada vez mais inacessível. Em Gaza, os altos preços dos combustíveis forçaram muitas famílias a recorrer a alternativas inseguras, incluindo a queima de resíduos, para preparar alimentos. Essas condições demonstram como os efeitos colaterais de um conflito militar em um país podem se estender além das escassezes domésticas diretas de alimentos, afetando os sistemas energéticos internacionais necessários para armazenar, transportar e cozinhar alimentos.

Embora geograficamente distinto, o Sudão enfrenta uma crise semelhante de provisão de alimentos, também exacerbada pela interrupção no Mar Vermelho, na qual conflitos armados, deslocamentos e cadeias de abastecimento interrompidas restringiram severamente o acesso aos alimentos. Especificamente, as interrupções no Mar Vermelho atrasam importações humanitárias críticas, aumentando ainda mais a volatilidade dos preços e o risco de fome generalizada. À medida que o conflito no Sudão entra em seu quarto ano, a crise de fome continua.

Além dos impactos potenciais do conflito no Oriente Médio, o conflito militar doméstico compromete o acesso doméstico aos alimentos, a adequação dietética e a estabilidade econômica. Além disso, o deslocamento humano também contribui para o problema, uma vez que aumenta a pobreza e diminui o acesso a alimentos e abrigo (Migration Data Portal). As complexidades multifacetadas dos conflitos militares exigem intervenções multissetoriais focadas na estabilização do mercado, na restauração dos meios de subsistência e em respostas humanitárias sensíveis à nutrição (Nour et. al.)

É importante ressaltar que o conflito militar afeta os sistemas alimentares não apenas por meio da destruição física em nível macro, como a devastação de terras agrícolas, instalações de armazenamento e cadeias de abastecimento, mas também por meio de mudanças em nível individual no comportamento alimentar e na nutrição. Evidências da Ucrânia demonstram que a guerra pode alterar drasticamente os hábitos alimentares dos civis, com mais de 60% dos entrevistados experimentando insegurança alimentar, quase três quartos relatando uma dieta desequilibrada, aproximadamente 40% reduzindo o tamanho das porções ou pulando refeições, e cerca da metade relatando suprimentos insuficientes de alimentos sem oportunidade de reabastecê-los (estudo sobre comportamento alimentar ucraniano). Essas descobertas ilustram o fenômeno da “fome oculta”, no qual os indivíduos consomem calorias suficientes no geral, mas carecem de ingestão adequada de nutrientes essenciais como proteína, cálcio e vitamina B2 (Radimer et al., 1990).

O estresse psicológico da guerra agrava ainda mais esses danos nutricionais. Em condições de combate, a ameaça persistente de violência e destruição física altera o comportamento alimentar, aumentando a probabilidade de transtornos alimentares induzidos pelo estresse. Conforme observado entre civis na Ucrânia, mais de 70% dos entrevistados relataram mudanças no comportamento alimentar após o surto de hostilidades, sugerindo que a agressão militar mina a segurança alimentar não apenas ao reduzir a disponibilidade de alimentos, mas também ao desestabilizar os padrões alimentares e aumentar o risco de resultados adversos à saúde (estudo sobre comportamento alimentar ucraniano).

Em última análise, no entanto, as ameaças ao acesso aos alimentos não são perpetuadas apenas por conflitos militares. Em vez disso, facetas adicionais de conflitos geopolíticos, incluindo a crise climática, cortes na ajuda humanitária, guerras comerciais e choques econômicos, agravam os impactos diretos dos conflitos militares, aumentando ainda mais a probabilidade e a ocorrência de fome generalizada.

Guerras Comerciais e Caos Econômico

Guerras comerciais e formas mais amplas de instabilidade econômica não surgiram isoladamente, mas sim contra o pano de fundo de décadas de mudanças institucionais na governança alimentar global. Compreender as consequências das disputas comerciais contemporâneas exige, portanto, examinar o desmantelamento gradual dos mecanismos de gestão de mercado que historicamente buscavam estabilizar os mercados agrícolas. Ao longo de grande parte do século XX, os governos empregaram uma variedade de ferramentas de gestão de oferta, tais como fixação administrativa de preços, controles de produção e acordos de commodities, para reduzir a volatilidade dos preços, melhorar a renda dos agricultores e fortalecer a segurança alimentar e nutricional doméstica. Acordos internacionais que regulavam commodities como trigo, café, cacau e açúcar refletiam o entendimento de que os mercados agrícolas exigiam governança ativa, em vez de liberalização completa do mercado. A partir da década de 1980, no entanto, a ascensão da ideologia econômica neoliberal passou a retratar cada vez mais essas intervenções como ineficientes economicamente e distorcivas do comércio.

Consequentemente, as regras e acordos comerciais internacionais começaram a restringir a capacidade dos governos de implementar políticas domésticas de gestão de mercado, enquanto os preços administrados pelo governo e os programas de estoques públicos tornaram-se fontes frequentes de disputas comerciais internacionais. Em alguns casos, governos em busca de maior acesso ao mercado chegaram a usar negociações comerciais para pressionar outros países a reduzir ou eliminar medidas domésticas de gestão de mercado, limitando ainda mais a capacidade dos estados de responder a futuras crises alimentares.

Embora essas instituições anteriores de gestão de mercado tenham reduzido a volatilidade para várias commodities comercializadas globalmente, elas não criaram necessariamente resiliência de forma igual em todo o sistema alimentar global. Os esforços de estabilização de preços concentraram-se amplamente em commodities primárias comercializadas internacionalmente, como café, cacau, açúcar e trigo, enquanto dedicavam comparativamente pouca atenção onde o valor econômico era, em última análise, gerado ao longo das cadeias de valor agrícolas. Como resultado, muitos países produtores continuaram exportando commodities brutas, enquanto os países de alta renda capturavam cada vez mais lucros por meio de atividades de processamento, fabricação, branding e varejo, por exemplo, exportando grãos de café em vez de café torrado ou cacau em vez de produtos de chocolate acabados.

Consequentemente, a governança do mercado internacional pode ter reduzido as flutuações nos preços das commodities sem alterar fundamentalmente as distribuições desiguais de renda ou poder de mercado. Essas desigualdades estruturais tornam-se particularmente evidentes durante períodos de ruptura geopolítica, quando países ocupando diferentes posições nas cadeias de valor alimentar global experimentam capacidades marcadamente diferentes para absorver choques econômicos, mantendo, ao mesmo tempo, a renda dos agricultores e a segurança alimentar e nutricional doméstica.

A remoção de muitos mecanismos de gestão de oferta amplificou ainda mais essas vulnerabilidades. Embora um punhado de países de alta renda, como Canadá e Noruega, continuem mantendo sistemas abrangentes de gestão de oferta, essas políticas provaram ser difíceis de replicar em outros lugares devido a diferentes capacidades institucionais, estruturas de mercado e condições demográficas. A experiência do Canadá durante a crise alimentar global de 2007-2008 e a pandemia de COVID-19 ilustra como os mecanismos de gestão de oferta retidos ajudaram a estabilizar os mercados domésticos de laticínios, apesar de interrupções internacionais significativas.

Hoje, as guerras comerciais, em grande parte iniciadas pela administração Trump, impactam desproporcionalmente a segurança alimentar e nutricional em países de baixa e média renda (Li et al.). Após a imposição pela administração Trump de tarifas visando a China nos mercados agrícolas internacionais, a China passou de importar soja dos EUA a adquirir soja quase exclusivamente do Brasil. Em vez de seguir o padrão rotacional tradicional de importação entre os Estados Unidos e o Brasil, com base em suas respectivas estações de cultivo, a China voltou-se quase inteiramente para o Brasil no início de 2025, forçando o país a exportar quantidades historicamente altas de soja durante a entressafra.

Essa mudança teve consequências ecológicas significativas, à medida que os agricultores brasileiros desmataram partes da floresta amazônica para expandir a terra disponível para o cultivo de soja (CSIS, 2025). As guerras comerciais não apenas têm efeitos diretos na volatilidade dos preços ao forçar os agricultores a encontrar novos compradores e reduzir a oferta de estoques de alimentos anteriormente disponíveis, mas também obrigam novos fornecedores a aumentar rapidamente a produção agrícola durante períodos de cultivo irregulares, potencialmente minando a integridade ecológica de longo prazo das terras agrícolas.

Além disso, os atores corporativos podem priorizar a maximização do lucro durante períodos de ajuste comercial em detrimento da sustentabilidade ambiental. Essa dinâmica levanta preocupações sobre a prevalência crescente do “monopólio triplo” dos sistemas alimentares (Buainain, 2026). Como demonstrado pelo exemplo da soja brasileira, as mudanças nas cadeias de abastecimento do comércio internacional podem acelerar cada componente desse fenômeno: a homogeneização da produção agrícola por meio do declínio da diversidade de culturas, a concentração da produção de alimentos em torno de um número limitado de sistemas de proteína animal por meio da convergência zootécnica e a convergência das dietas dos consumidores, à medida que as famílias são cada vez mais forçadas a depender de alternativas alimentares mais baratas e mais prontamente disponíveis. Dessa forma, as guerras comerciais podem não apenas interromper os mercados agrícolas globais, mas também reforçar tendências estruturais que reduzem a resiliência e a diversidade dos sistemas alimentares.

À medida que as guerras comerciais, a fragmentação geopolítica e a incerteza econômica continuam a remodelar os sistemas alimentares globais, a erosão das instituições de gestão de

mercado deixou muitos países com menos ferramentas políticas para amortecer os sistemas alimentares contra choques externos.

Cortes na Ajuda, Realinhamentos e Enfraquecimento de Instituições Globais

Como reiteradamente aludido ao longo da discussão sobre conflitos militares, os cortes recentes na ajuda humanitária tiveram consequências devastadoras para as regiões que enfrentam insegurança alimentar e que, de outra forma, se beneficiariam da assistência internacional. Conforme relatado pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas em janeiro, as reduções no financiamento humanitário deixaram as populações mais vulneráveis na África Ocidental e Central enfrentando níveis severos de fome. Em 2026, estima-se que 55 milhões de pessoas em toda a região experimentarão níveis de crise de fome e fome, enquanto aproximadamente 13 milhões de crianças deverão sofrer de desnutrição (Programa Mundial de Alimentos).

Em resposta a essas reduções de financiamento, o Programa Mundial de Alimentos argumenta que quebrar o ciclo da fome exige a reestruturação de estruturas multilaterais por meio de parcerias mais fortes entre governos nacionais, organizações internacionais e novos parceiros de desenvolvimento para melhorar a preparação, fortalecer a capacidade doméstica e construir resiliência de longo prazo. Essa ênfase na resiliência alinha-se estreitamente com as recomendações avançadas no relatório *The New Geopolitics of Food* do IPES-Food, que argumenta similarmente que fortalecer os sistemas alimentares domésticos e reduzir a dependência de redes frágeis de assistência internacional são essenciais para mitigar futuros choques geopolíticos.

As consequências generalizadas das reduções no financiamento humanitário são evidentes em várias regiões com insegurança alimentar. O *Foreign Aid Cuts Tracker* da *Better World Campaign* identifica vários países significativamente afetados pelos cortes na ajuda, muitos dos quais dependiam fortemente da assistência dos Estados Unidos, incluindo a República Democrática do Congo, Sudão, Nigéria, Haiti, Quênia, Afeganistão, Maláui, Somália e Iêmen (Better World Campaign). Entre as organizações mais afetadas por essas reduções de financiamento está o Programa Mundial de Alimentos, cujas operações em vários países sofreram cortes severos no apoio financeiro dos EUA, geralmente variando de 50% a 100%. Essas reduções enfraquecem substancialmente a assistência alimentar de emergência, ao mesmo tempo que limitam a capacidade dos países de construir resiliência de longo prazo contra futuras crises geopolíticas e humanitárias.

Equilibrando os Objetivos de Promover Sistemas Alimentares Agroecológicos de Raiz Local Enquanto se Atua Contra Medidas Protecionistas

Equilibrar a resiliência do sistema alimentar com os riscos do protecionismo continua sendo um dos desafios centrais que confrontam a governança alimentar contemporânea. Embora as políticas agrícolas protecionistas sejam frequentemente criticadas por distorcer os mercados internacionais, abordagens puramente neoliberais frequentemente falham em abordar a concentração de poder entre as agroindústrias transnacionais e a distribuição desigual da riqueza gerada por meio das exportações globais de commodities. Em muitos países de baixa e média renda que dependem fortemente da exportação de commodities agrícolas brutas, os lucros e os subsídios governamentais são frequentemente concentrados entre grandes corporações agrícolas, em vez de pequenos agricultores, limitando o desenvolvimento de sistemas alimentares agroecológicos de raiz local. Consequentemente, fortalecer a resiliência alimentar doméstica exige políticas que não apenas apoiem a produção agrícola, mas também

redistribuam os benefícios econômicos dos sistemas alimentares de forma mais equitativa pelas comunidades locais.

Várias iniciativas existentes ilustram como esse equilíbrio pode ser alcançado. O programa de Estocagem Pública (PSH) da Índia, administrado pela *Food Corporation of India*, compra trigo e arroz de agricultores domésticos a preços mínimos de sustentação estabelecidos antes da colheita, fornecendo incentivos à produção e protegendo os agricultores da volatilidade do mercado. É importante ressaltar que a participação é estruturada para priorizar pequenos agricultores por meio de regulamentações que limitam o envolvimento de produtores e comerciantes de grande escala. Os grãos adquiridos por meio do programa são subsequentemente mantidos como reservas públicas de alimentos, fortalecendo tanto os meios de subsistência dos agricultores quanto a segurança alimentar e nutricional nacional.

Além das iniciativas nacionais, as reservas regionais de segurança alimentar oferecem uma alternativa ao protecionismo unilateral, permitindo que os países compartilhem recursos, distribuam os ônus fiscais e mantenham estoques de emergência de alimentos de forma mais eficiente do que os estados agindo individualmente. A Reserva Regional de Segurança Alimentar da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), estabelecida em 2012, exemplifica essa abordagem. Por meio da governança regional coordenada, a reserva distribuiu mais de 55.000 toneladas métricas de cereais em múltiplas intervenções em Burkina Faso, Cabo Verde, Gana, Mali, Níger e Nigéria. Tais sistemas regionais de estocagem pública permitem que os países mantenham reservas estratégicas de alimentos enquanto continuam a se especializar de acordo com suas vantagens agrícolas comparativas, reduzindo assim a vulnerabilidade a choques geopolíticos sem abandonar o comércio regional.

O exemplo anterior da China deslocando suas importações de soja para o Brasil, apesar de suas consequências ecológicas, também ilustra o que pode se tornar um padrão cada vez mais comum de cooperação Sul-Sul, à medida que as instituições multilaterais e as relações comerciais tradicionais continuam a mudar. À medida que a fragmentação geopolítica remodela o comércio global, as economias emergentes provavelmente dependerão mais umas das outras para commodities agrícolas, investimento e parcerias de segurança alimentar. No entanto, o sucesso desses arranjos regionais e inter-regionais permanece incerto. Na América Latina, por exemplo, o Brasil tem buscado cada vez mais fortalecer a cooperação regional, enquanto a Argentina se alinhou recentemente mais estreitamente com os Estados Unidos sob a administração Trump. Essa crescente divergência pode complicar os esforços para aprofundar a integração regional por meio de iniciativas como o Mercosul, apesar da contínua interdependência econômica entre Brasil e Argentina. Consequentemente, as alianças políticas em evolução podem, em última análise, moldar não apenas o comércio regional, mas também a resiliência de longo prazo dos sistemas alimentares Sul-Sul.

No entanto, a estocagem pública não é isenta de limitações. Embora as reservas estratégicas possam impedir que os agricultores sejam forçados a vender colheitas a preços artificialmente baixos durante as crises do mercado, elas podem ser menos eficazes para proteger os consumidores do aumento dos preços dos alimentos e podem contribuir para aumentos de preços domésticos de curto prazo. Consequentemente, o desafio não é se os países devem buscar protecionismo ou livre comércio, mas sim como equilibrar a soberania alimentar doméstica com a cooperação regional. A expansão dos mercados agroecológicos territoriais e regionais oferece uma solução potencial, permitindo que os países fortaleçam sistemas alimentares de raiz local, desafiando coletivamente as vulnerabilidades criadas por mercados agrícolas globais altamente concentrados. Ao fazer isso, as redes regionais de soberania

alimentar podem fornecer um caminho para uma maior resiliência sem isolar os países do comércio internacional benéfico.

Recomendações dos especialistas e experiências de políticas nacionais

O relatório da IPES-Food argumenta que a nova geopolítica dos sistemas alimentares expôs a fragilidade de um modelo baseado em cadeias globais *just in time*, alta dependência de importações e baixa capacidade pública de amortecer choques (IPES-Food, 2026). Nesse contexto, segundo os especialistas do IPES-Food, a resposta recomendada aos governos não é o retorno a um protecionismo fechado, mas a construção de uma autossuficiência resiliente, capaz de combinar estabilidade de abastecimento, proteção de renda agrícola, acesso regular dos consumidores e maior autonomia diante de crises comerciais, climáticas e geopolíticas.

Essa autossuficiência resiliente implica fortalecer as bases domésticas da produção de alimentos, reduzir dependências excessivas, ampliar a diversidade produtiva e reconstruir instrumentos de coordenação pública. O relatório enfatiza que a eficiência de mercado, isoladamente, não é critério suficiente para orientar políticas alimentares, porque mercados desregulados tendem a ampliar volatilidade, concentração corporativa e assimetrias distributivas. Por isso, a recomendação central é recolocar o Estado como agente de estabilização, coordenação e proteção social.

Entre os instrumentos mais destacados estão os mecanismos de gestão de mercado, especialmente estoques públicos e gestão da oferta. O relatório sustenta que esses instrumentos podem reduzir a transmissão de choques internacionais para os mercados internos, proteger consumidores contra aumentos abruptos de preços e garantir previsibilidade para produtores. Em vez de tratar a agricultura apenas como setor exposto à competição global, o texto propõe reconhecê-la como um campo estratégico, com funções econômicas, sociais, territoriais e ecológicas.

Os estoques públicos cumprem duas funções principais. A primeira é poderem operar como reservas de emergência, destinadas a responder a desastres ou rupturas súbitas de oferta, ou como estoques reguladores, usados para estabilizar preços por meio de compras quando o mercado cai e liberações quando os preços sobem demais. Já os mecanismos de gestão da oferta, como cotas e câmaras de comercialização, procuram evitar excesso de produção, colapsos de preço e deterioração da renda agrícola, ao mesmo tempo em que mantêm maior previsibilidade para a cadeia de abastecimento.

A Índia aparece como o exemplo mais robusto de estoques públicos no relatório. O sistema indiano foi moldado por experiências históricas de escassez e pela institucionalização do direito à alimentação, culminando na *Food Corporation of India* e na *National Food Security Act*. Nesse arranjo, o Estado compra trigo e arroz de agricultores domésticos a preços mínimos de suporte, mantém estoques operacionais e estoques de segurança alimentar, e distribui alimentos a preços subsidiados por meio de um amplo sistema público. O relatório destaca que esse mecanismo reduziu a transmissão da volatilidade internacional à economia doméstica, inclusive durante a crise de 2007–2008 e a pandemia de COVID-19.

A África Ocidental oferece outro caso relevante, em escala regional. O sistema da CEDEAO combina estoques locais, nacionais e regionais, com uma reserva alimentar regional capaz de mobilizar apoio entre países e priorizar situações de maior vulnerabilidade. O relatório observa que boa parte dos alimentos é comprada localmente, o que fortalece produtores da própria região e reduz dependência de importações extrarregionais. Além disso, a arquitetura

em múltiplos níveis amplia a capacidade de resposta sem exigir que cada país arque sozinho com os custos de manutenção de reservas elevadas.

No campo da gestão da oferta, o relatório usa o Canadá como exemplo de estabilidade setorial. O sistema canadense de gerenciamento da suprimentos (*supply management*), aplicado ao leite, aves e ovos, combina quotas de produção, coordenação por boards e controle de importações. O objetivo é manter preços mais estáveis e preservar a renda dos produtores, especialmente em setores sujeitos a fortes oscilações e a excedentes crônicos. Segundo o relatório, a volatilidade dos preços do leite no Canadá foi menor do que em mercados comparáveis, e a estabilidade do sistema também ajudou a reduzir desperdícios durante a pandemia.

A Noruega é apresentada como caso complementar, com forte papel de cooperativas de produtores. O sistema norueguês de quotas de leite, negociado entre governo e organizações de agricultores, procura estabilizar preços, proteger a renda rural e manter a produção em áreas remotas ou de pequena escala. Cooperativas atuam quase como câmaras (*boards*) de comercialização, comprando dos produtores e organizando a inserção no mercado. O relatório interpreta esse arranjo como uma forma de regular o mercado sem eliminar a participação dos agricultores na governança do sistema.

O relatório também reconhece as limitações desses instrumentos. Estoques públicos exigem capacidade logística, recursos fiscais, gestão eficiente e mecanismos de controle para evitar desperdício, captura política e corrupção. Na Índia e na África Ocidental, persistem problemas de orçamento, infraestrutura e execução, e parte dos alimentos nem sempre chega aos beneficiários pretendidos. Ainda assim, o texto sustenta que essas falhas não anulam o valor da política, mas indicam a necessidade de aperfeiçoamento institucional e articulação com outras medidas de proteção social.

Quanto à gestão da oferta, as críticas mais comuns apontam possível repasse de custos aos consumidores e ineficiências econômicas. O relatório responde que esses juízos precisam ser relativizados por efeitos mais amplos, como menor volatilidade, sustentação de pequenas propriedades, preservação de comunidades rurais e maior resiliência sistêmica. Em outras palavras, o custo aparente de uma regulação pode ser compensado por ganhos sociais e distributivos mais amplos, sobretudo em contextos de instabilidade estrutural.

Outro ponto forte do relatório é a defesa de soluções regionais e cooperativas. Em vez de imaginar a autossuficiência como isolamento nacional, o texto propõe coordenação entre países com objetivos comuns, compartilhamento de estoques, apoio mútuo e mecanismos de resposta coletiva. A experiência da CEDEAO é valorizada como demonstração de solidariedade regional, e o relatório também menciona iniciativas da CARICOM como sinais de uma agenda mais ampla de cooperação alimentar no Sul Global.

Essa perspectiva é importante porque reconhece que crises alimentares não se resolvem apenas dentro das fronteiras nacionais. Elas envolvem comércio, energia, clima, finanças e logística. Por isso, o relatório sugere que a estabilidade de longo prazo depende de redes de cooperação que reduzam vulnerabilidades compartilhadas, ampliem redundâncias e permitam respostas conjuntas a choques de mercado.

Lições da América Latina

No contexto latino-americano, especialmente no Brasil, o relatório sugere implicações claras mesmo sem desenvolver casos regionais em profundidade. Uma leitura coerente com suas recomendações seria fortalecer estoques reguladores e estratégicos administrados por instituições públicas, ampliar compras da agricultura familiar e integrar políticas de abastecimento com objetivos nutricionais e territoriais. Também seria pertinente articular esses instrumentos com circuitos curtos de comercialização, agroecologia e apoio logístico à distribuição regional.

Trazendo informações não presentes no relatório, para o Brasil, por exemplo, são políticas fundamentais expandir a capacidade de coordenação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), fortalecer o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) como políticas de garantia de mercado e de abastecimento saudável, e usar compras públicas para priorizar alimentos locais, especialmente da sociobiodiversidade e de base agroecológica.

A Conab tem papel central no gerenciamento de preços e na garantia do abastecimento de alimentos básicos no Brasil porque reúne duas funções estratégicas: produzir inteligência sobre safras, estoques, custos e mercados, e executar políticas públicas voltadas à regulação da oferta e ao apoio à renda dos produtores. Sua atuação inclui a formação e gestão de estoques públicos, a operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), a compra de alimentos da agricultura familiar por programas como o PAA e o monitoramento permanente das condições de produção e comercialização. Essa combinação permite ao Estado agir tanto para reduzir oscilações excessivas de preços quanto para prevenir desabastecimento em momentos de crise ou quebra de safra.

Entre 2018 e 2021, a Companhia passou por um processo amplamente denunciado como de desmonte institucional, marcado pelo enfraquecimento de sua função social, pela perda de capacidade operacional e pela redução do protagonismo das políticas de abastecimento. Críticas de entidades de trabalhadores apontaram que a Conab vinha sendo empurrada para um papel mais restrito, concentrado em informação de mercado, em detrimento de sua missão histórica de sustentação de preços, apoio à agricultura familiar e organização do abastecimento alimentar. Esse esvaziamento ocorreu num contexto em que a inflação dos alimentos ganhava peso e o país perdia instrumentos públicos relevantes para intervir de forma mais direta na oferta e nos estoques reguladores, com impactos relevantes sobre a população, especialmente no período da pandemia de Covid 19.

A partir da mudança de governo em 2022, e especialmente desde 2023, observa-se um movimento de fortalecimento da Conab, com sua vinculação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e a redefinição de objetivos ligados à formação de estoques de alimentos, sustentação de preços e ampliação da oferta de produtos básicos no mercado interno. Os relatórios de gestão mostram a retomada de instrumentos de abastecimento, o reforço das compras públicas da agricultura familiar, a ampliação de parcerias técnicas e o investimento em monitoramento de preços e produção, inclusive com acompanhamento semanal de alimentos nas 27 capitais. A recomposição da capacidade estatal da Conab recoloca a empresa como peça estratégica no enfrentamento da inflação alimentar e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Em 2026, esse reposicionamento aparece também em ações concretas, como compras públicas para cozinhas solidárias e a continuidade do acompanhamento detalhado da safra

brasileira, elementos que reforçam a capacidade da Conab de articular produção, estoques, preços e abastecimento. Mais do que uma empresa de estatísticas, a Conab é um instrumento de soberania alimentar: quando fortalecida, ajuda a proteger produtores e consumidores; quando enfraquecida, o país fica mais exposto à volatilidade dos mercados e à insegurança no acesso a alimentos básicos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por sua vez, exerce um papel central na política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, ao garantir a oferta de alimentos adequados a milhões de estudantes da rede pública de ensino. Além de assegurar o direito à alimentação saudável no ambiente escolar, o programa tem um impacto direto na dinamização da economia local, uma vez que determina que no mínimo 30% dos recursos transferidos pelo FNDE sejam utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. Essa exigência institucional fomenta a produção agroecológica e de base familiar, fortalecendo cadeias curtas de abastecimento e contribuindo para a permanência do agricultor no campo.

A articulação entre o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permitiu, especialmente em períodos anteriores à pandemia, um aumento gradual nas compras institucionais da agricultura familiar, consolidando um modelo de compras públicas com finalidade social. No entanto, entre 2018 e 2021, os dois programas enfrentaram severos desafios, incluindo cortes orçamentários, desarticulação de instâncias de controle social e desmonte de políticas estruturantes de segurança alimentar promovido pela gestão federal da época. A pandemia de Covid-19 agravou esse cenário, interrompendo aulas presenciais e dificultando a logística de distribuição de alimentos, ao mesmo tempo em que aumentava a vulnerabilidade alimentar de famílias dependentes da merenda escolar.

Apesar desses retrocessos, a mudança de governo em 2023 trouxe uma reestruturação das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o relançamento do PAA em 2023, ampliando novamente o volume de recursos e o alcance das compras institucionais. No âmbito do PNAE, foram implementadas novas diretrizes que ampliaram a prioridade para alimentos orgânicos e agroecológicos, além de iniciativas como o “PNAE Agroecológico”, que integra agricultores familiares em cadeias de fornecimento mais sustentáveis. Recentemente, a plataforma Contrata+Brasil foi lançada para facilitar a venda direta de alimentos da agricultura familiar para mais de 146 mil escolas, conferindo mais transparência e eficiência às compras públicas.

Ainda assim, permanecem desafios estruturais, como a necessidade de ampliar a capacidade técnica dos gestores municipais, fortalecer o controle social e garantir regularidade no repasse de recursos. O PNAE segue sendo um dos maiores programas do mundo de alimentação escolar e um instrumento estratégico para a promoção da saúde, inclusão produtiva e soberania alimentar no Brasil.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública brasileira criada em 2003 que tem como objetivo promover o acesso à alimentação adequada e ao mesmo tempo fortalecer a agricultura familiar e articula-se com um conjunto de outras políticas (como o PNAE e o abastecimento pela Conab) por meio da organização e apoio às compras públicas de alimentos (comumente tratadas como *food procurement* na literatura internacional). Por meio da compra direta de alimentos produzidos por pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais e povos indígenas, o programa garante que esses produtos sejam destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por

entidades socioassistenciais, escolas, creches e hospitais. O PAA representa, assim, um elo estratégico entre a produção agroecológica e o direito humano à alimentação, promovendo inclusão produtiva e reduzindo desigualdades no campo e nas cidades.

A exemplo das outras políticas sociais, entre 2018 e 2021, o PAA enfrentou um progressivo desmonte, marcado por cortes expressivos no orçamento, redução do número de beneficiários e enfraquecimento dos mecanismos de controle social. Durante a pandemia de Covid-19, apesar da crescente demanda por alimentos em razão do agravamento da insegurança alimentar e nutricional, em especial em grupos populacionais vulnerabilizados, o programa operou com capacidade limitada e sem a articulação necessária com outras políticas de proteção social. A ausência de uma política nacional coerente de segurança alimentar e nutricional nesse período comprometeu tanto o abastecimento de entidades assistenciais quanto a renda de milhares de famílias agricultoras que dependiam das compras institucionais para escoar sua produção.

Com a mudança de governo em 2023, o PAA foi reestruturado e relançado como parte de uma estratégia mais ampla de retomada das políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Entre as principais medidas estavam o aumento do orçamento, a ampliação das modalidades de execução, incluindo a Compra Direta, a Compra com Doação Simultânea e o PAA Leite, e a integração com programas como o PNAE e o Bolsa Família. A recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) também fortaleceu a governança do programa, permitindo maior participação da sociedade civil no monitoramento e na formulação de suas diretrizes.

Apesar dos avanços recentes, o PAA ainda enfrenta desafios relacionados à regularidade dos repasses financeiros, à capacidade operacional dos estados e municípios e à necessidade de ampliação da infraestrutura de armazenamento e distribuição de alimentos. Além disso, persistem desigualdades regionais no acesso ao programa, especialmente em áreas remotas e entre populações tradicionais. Mesmo assim, o PAA continua sendo uma política fundamental para a promoção da soberania alimentar, a valorização da agricultura familiar e a garantia do direito à alimentação como um direito social no Brasil.

Em escala regional, também seria possível explorar mecanismos coordenados no Mercosul ou na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) para reservas alimentares, compras emergenciais e monitoramento conjunto de estoques. Esses arranjos seriam compatíveis com a lógica do relatório, que valoriza autonomia, diversidade produtiva e cooperação entre países.

Em síntese, o relatório propõe que governos deixem de tratar os alimentos como mera mercadoria global e passem a tratá-los como infraestrutura estratégica para segurança, soberania e estabilidade social, incorporando um componente essencial, representado pelo direito humano à alimentação adequada. A recomendação, assim, não é abandonar o comércio, mas subordiná-lo a objetivos públicos mais amplos, com instrumentos estatais de regulação, apoio à produção diversificada e proteção dos grupos mais vulneráveis.

Ao reunir os casos da Índia, da África Ocidental, do Canadá e da Noruega, o texto mostra que existem alternativas concretas e factíveis à vulnerabilidade das cadeias globais desreguladas, que complementamos com a análise de políticas brasileiras. Essas alternativas ganham ainda mais relevância em países do Sul Global, onde a dependência de importações, a exposição climática e a pressão fiscal tornam a volatilidade dos mercados alimentares particularmente grave. Nesse cenário, a combinação entre estoques públicos, gestão da oferta, agroecologia,

mercados territoriais e cooperação regional aparece como a espinha dorsal de uma política alimentar mais resiliente e menos subordinada aos choques geopolíticos.

Reforçando o papel dos preços dos alimentos na segurança alimentar e nutricional nacional e global

Fica evidente, portanto, que a nova geopolítica alimentar está claramente associada à atual crise global de preços e a inflação de alimentos configura um dos maiores choques da história moderna, produzindo efeitos profundos sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN). Como já alertamos em inúmeros informes, esse cenário se agrava pela dupla carga da má nutrição, que combina persistência da desnutrição e aumento da obesidade, exigindo monitoramento contínuo, políticas nacionais consistentes e cooperação internacional. Ademais, a relação entre preços dos alimentos e SAN é direta, pois a elevação de preços altera escolhas alimentares, primeiro por deteriorar a qualidade da dieta e, em seguida, por reduzir a quantidade consumida, sobretudo entre as populações de menor renda.

No plano global, conflitos recentes, como a guerra no Oriente Próximo e a interrupção de rotas estratégicas, ampliam a pressão sobre combustíveis, fertilizantes e cadeias logísticas, com risco de intensificar a inflação alimentar mundial. No caso brasileiro, a vulnerabilidade é ainda maior, pois o país depende fortemente do transporte rodoviário e de um modelo agroexportador intensivo em tecnologia e insumos importados, especialmente fertilizantes, o que o expõe à volatilidade internacional de preços e disponibilidade.

Os dados recentes da FAO indicam que os preços mundiais das commodities alimentares voltaram a subir em março de 2026, impulsionados principalmente pela energia e pela escalada do conflito regional. O Índice de Preços dos Alimentos da FAO atingiu 128,5 pontos, com alta de 2,4% em relação a fevereiro e de 1,0% frente ao ano anterior. Entre os subíndices, destacam-se as altas dos óleos vegetais, da carne e do açúcar, enquanto o arroz recuou. Ao mesmo tempo, a FAO projetou produção global de cereais em 2025 acima da média dos últimos cinco anos, mas alertou que a crise pode alterar decisões de plantio, reduzir rendimentos e pressionar ainda mais os mercados.

Máximo Torero, economista-chefe da FAO, destacou, em maio de 2026, que a interrupção de fluxos pelo Estreito de Ormuz representava um choque sistêmico, e não apenas energético, pois afetava petróleo, gás natural liquefeito e parcela expressiva do comércio mundial de fertilizantes. O aumento dos custos de seguro, os atrasos logísticos e a elevação dos preços da ureia e de outros insumos já se traduziam, então, em custos mais altos para agricultores. Além disso, com a persistência do conflito na região, a FAO já previa que os preços globais dos fertilizantes permaneceriam entre 15% e 20% acima da média no primeiro semestre de 2026, com impactos relevantes sobre produtividade, plantio e oferta futura de alimentos.

Diante desse quadro, Torero defendeu respostas coordenadas em múltiplos horizontes temporais. No curto prazo, propõe corredores comerciais alternativos, apoio financeiro a países dependentes de importações e crédito aos agricultores. No médio prazo, recomenda diversificação de fornecedores, fortalecimento de reservas regionais e rejeição a restrições de exportação. No longo prazo, a FAO enfatiza investimentos em agricultura sustentável, maior eficiência no uso de insumos, tecnologias como amônia verde e tratamento dos sistemas alimentares como infraestrutura estratégica. Portanto, as respostas defendidas pela FAO alinham-se bastante com as recomendações do relatório, reforçando a vulnerabilidade causada pela nova geopolítica dos alimentos e dos sistemas alimentares no mundo.

A literatura sobre globalização e comércio alimentar mostra que os efeitos dos preços variam conforme renda, território e estrutura produtiva, ampliando o risco da dupla carga da má nutrição em países de baixa e média renda (Seferidi *et al.*, 2022). A insegurança alimentar aguda cresceu intensamente após a pandemia, passando de cerca de 149 milhões de pessoas antes da Covid-19 para 333 milhões em 2023, o que compromete o alcance das metas de erradicação da fome e de outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2025). Além da fome, a falta de acesso a alimentos saudáveis passou a ser reconhecida como dimensão central da SAN.

Os choques climáticos agravam esse quadro ao afetar produção, oferta e preços de alimentos básicos, reforçando a insegurança alimentar e a desnutrição persistente (Mirzabaev *et al.*, 2023). As consequências sanitárias são severas, com milhões de anos de vida ajustados por incapacidade perdidos e mortes atribuídas à desnutrição (Chong *et al.*, 2023)(IHME, 2025). Em especial, a desnutrição crônica infantil compromete crescimento, cognição e trajetórias de desenvolvimento ao longo do curso de vida (Soliman *et al.*, 2021).

Em paralelo, o avanço da obesidade em países de baixa e média renda mostra que a insegurança alimentar não se opõe necessariamente ao excesso de peso, mas frequentemente o alimenta. O Atlas Mundial da Obesidade 2025 projeta forte expansão do sobrepeso e da obesidade até 2035, com elevada concentração de mortes e doenças crônicas em países de renda média. Estudos sobre inflação alimentar mostram que aumentos de preços reduzem diversidade dietética, elevam risco de emaciação, comprometem o período pré-natal e os primeiros mil dias de vida, e afetam com maior intensidade crianças pobres, rurais e sem acesso à terra (Headey e Ruel, 2023).

No campo da obesidade, o texto destaca que ambientes alimentares e falhas de mercado pesam mais do que escolhas individuais. Em vários contextos, alimentos saudáveis custam proporcionalmente mais do que produtos ultraprocessados, o que desloca o consumo de famílias de baixa renda para dietas mais densas em energia e pobres em nutrientes (Pancrazi, Rens, van e Vukotić, 2022)(Johnstone e Lonnie, 2023). Por isso, políticas fiscais, regulação da publicidade, rotulagem frontal e restrições a ambientes institucionais, como escolas, aparecem como instrumentos centrais de prevenção, em linha com recomendações do Banco Mundial, da OECD e de grupos técnicos internacionais (Finkelstein *et al.*, 2014)(The World Bank, 2017)(OECD, 2017)(Dobbs *et al.*, 2014).

No Brasil, surgem oportunidades relevantes, como a ampliação de transferências de renda, o fortalecimento da agricultura familiar, os estoques públicos, as compras públicas e a política para a cesta básica sem ultraprocessados. Também avançam propostas de tributação seletiva, com evidências de que aumentos de preço de ultraprocessados podem reduzir excesso de peso e obesidade, além de prevenir casos e mortes por DCNTs (Passos *et al.*, 2020)(Camargo *et al.*, 2025). A nova rotulagem nutricional frontal e outras medidas regulatórias podem contribuir para transformar o sistema alimentar e enfrentar conjuntamente desnutrição, obesidade e crise climática (Swinburn *et al.*, 2019).

Ainda, remetendo à sindemia global e sua relação com a tripla monotonia dos sistemas alimentares, temos um risco crescente também em relação às mudanças climáticas, incluindo a intensificação dos fenômenos climáticos extremos, a exemplo do que pode acontecer ao El Niño entre os anos de 2026 e 2027 em relação a quebras na produção agrícola e agravamento da insegurança alimentar e nutricional, particularmente em regiões vulnerabilizadas.

Por fim, vale lembrar que a inflação de alimentos no Brasil, assim como outros países do Sul Global, constitui um problema estrutural, fortemente vinculado aos sistemas alimentares hegemônicos. Nesse sentido, um recente estudo realizado no Brasil mostra o grande impacto dos preços dos alimentos no país a questões estruturais, associadas ao modelo agroexportador dos países, à dolarização dos preços, à concentração de mercado, à dependência de insumos importados e à fragilidade das políticas de abastecimento (Junior, 2026).

Além disso, o estudo mostra que, no Brasil, desde 2006, os alimentos têm subido acima da inflação geral, pressionando de forma desproporcional os orçamentos de famílias de baixa renda, de modo que a conclusão central é que enfrentar o problema exige intervenção igualmente estrutural. As saídas, então, envolvem a promoção da diversificação produtiva, soberania alimentar, redução da dependência externa e proteção do mercado doméstico contra choques internacionais, sob risco de aprofundamento da insegurança alimentar e das crises de saúde pública, ou seja, muitos pontos alinhados com os especialistas do IPES-Food em relação à nova geopolítica alimentar global.

Conclusão

Em síntese, o relatório demonstra que a nova geopolítica dos alimentos não representa apenas um rearranjo conjuntural do comércio internacional, mas uma inflexão estrutural na governança dos sistemas alimentares, marcada pela combinação de guerras comerciais, conflitos armados, retração da ajuda externa, choques climáticos e enfraquecimento das instituições multilaterais.

Nesse contexto, políticas nacionais e regionais deixam de ser mecanismos auxiliares e passam a ocupar posição central na proteção do abastecimento, na estabilização de preços e na defesa da renda de produtores e do acesso dos consumidores a alimentos adequados. Instrumentos como estoques públicos, reservas estratégicas, compras públicas, quotas e mecanismos de gestão da oferta reaparecem como respostas legítimas e necessárias para reduzir a exposição às disrupções externas e recompor a capacidade estatal de coordenação dos mercados.

No plano regional, a experiência de arranjos cooperativos, como os sistemas de reserva e as estratégias de solidariedade alimentar, indica que a resiliência não depende de autossuficiência isolada, mas de formas coordenadas de autossustentação relativa, baseadas em complementaridade produtiva, comércio mais previsível e capacidade compartilhada de resposta a choques. Assim, a nova geopolítica dos alimentos exige que os países ampliem sua margem de política para promover sistemas agroalimentares mais diversificados, agroecológicos e territorializados, com infraestrutura, proteção social e políticas de concorrência capazes de conter a concentração de poder nas cadeias alimentares.

O que ainda falta, porém, é um multilateralismo capaz de ir além da gestão reativa de crises e de reconstruir regras e capacidades coletivas para enfrentar assimetrias estruturais. O relatório aponta que as instituições internacionais vêm operando sob restrições financeiras, perda de legitimidade e baixa capacidade de contenção de conflitos e de coordenação econômica, o que limita sua utilidade justamente no momento em que a interdependência alimentar se tornou mais politicamente sensível. Falta, portanto, uma arquitetura multilateral que reconheça explicitamente o direito dos países a usar políticas de estabilização e proteção alimentar sem serem penalizados por regras comerciais assimétricas.

Nesse ponto, o papel das agências das Nações Unidas permanece importante, mas insuficientemente articulado. A FAO poderia exercer liderança técnica mais robusta na legitimação e no desenho de reservas públicas, compras institucionais e políticas de apoio à produção diversificada; a Unicef, na interface entre segurança alimentar, nutrição infantil e proteção social; a OMS, na integração entre sistemas alimentares, dietas saudáveis e saúde pública; e o Ifad, no financiamento de transições produtivas e fortalecimento da agricultura familiar e territorial. O relatório sugere, contudo, que essas funções ainda operam de forma fragmentada, sem um marco político-financeiro comum que una emergência, desenvolvimento, nutrição e soberania alimentar em uma estratégia coerente de longo prazo, ponto este em que um papel mais atuante da Nutrição ONU (*UN Nutrition*) poderia contribuir muito.

O *Codex Alimentarius*, também, como articulador de agendas da FAO e OMS, não deveria ser visto apenas como um conjunto de parâmetros sanitários para o comércio internacional, embora essa continue sendo sua função central. Ele também pode atuar como linguagem técnica comum para reduzir custos regulatórios, evitar barreiras técnicas desnecessárias e apoiar harmonização entre países e blocos regionais, como indicado pelo uso do Codex em negociações e regulações harmonizadas. Nesse sentido, o Codex ajuda a estruturar o "como" do comércio de alimentos, não apenas o "se" e o "se é seguro".

Além disso, sua relevância pode ser ampliada para agendas de qualidade alimentar mais amplas, incluindo rotulagem, métodos de análise, certificação e comparação internacional de padrões, o que afeta transparência e assimetria informacional nos mercados. Em um cenário de novas tensões geopolíticas, isso importa porque padrões bem construídos podem proteger consumidores, dar previsibilidade regulatória a produtores e reduzir o risco de que requisitos técnicos sejam usados de forma oportunista como barreiras comerciais. O limite, porém, é que o Codex não substitui política pública de segurança alimentar; ele oferece base técnica, mas não resolve os desequilíbrios distributivos e geopolíticos que o relatório enfatiza.

Para além do núcleo de nutrição na ONU, a atuação esperada da OMC, nesse contexto, vai além de conter protecionismo: ela deveria funcionar como um marco para disciplinar assimetrias do comércio agrícola, reduzir a arbitrariedade em tarifas e subsídios, e criar previsibilidade regulatória para que países, especialmente os mais dependentes de importações, possam usar instrumentos legítimos de segurança alimentar e nutricional sem sofrer sanções políticas ou assimetrias de poder.

No plano material, a OMC deveria tratar a segurança alimentar como tema de estabilidade sistêmica, e não apenas como exceção pontual dentro da liberalização comercial. Isso significa reconhecer que choques geopolíticos, concentração de mercado, volatilidade de preços e dependência de importações afetam o direito à alimentação e a capacidade dos Estados de responder com compras públicas, estoques estratégicos e apoio à produção doméstica. Em termos práticos, a organização deveria dar maior espaço para políticas de gestão de mercado e para diferenciação entre países com capacidades e vulnerabilidades muito distintas, especialmente no Sul Global.

Outra função esperada seria conter o uso do comércio como instrumento de coerção geopolítica, preservando regras que limitem medidas unilaterais de grande impacto sobre fluxos alimentares e insumos agrícolas. Isso é importante porque o relatório mostra que as rupturas atuais não decorrem apenas de protecionismo clássico, mas também de guerra comercial, conflito armado, sanções e deterioração da cooperação internacional. Assim, a OMC precisaria ser mais do que um fórum de liberalização: deveria apoiar uma governança comercial compatível

com resiliência alimentar, estabilidade de abastecimento e previsibilidade para produtores e consumidores.

Em termos mais estratégicos, a OMC deveria contribuir para uma governança comercial que reconheça a legitimidade de políticas nacionais de resiliência alimentar, enquanto o Codex deveria sustentar a cooperação regulatória baseada em ciência e transparência. A combinação dos dois seria mais útil se articulada com metas de equidade, nutrição e estabilidade dos sistemas alimentares, em vez de ficar restrita a uma visão estreita de eficiência e de não distorção do comércio. Nesse sentido, ambos os organismos têm papéis importantes, mas hoje ainda insuficientes, para responder à nova geopolítica dos alimentos descrita no relatório.

Para além da necessidade de ação governamental, no campo da governança em todos os níveis, os atores da sociedade civil e dos movimentos sociais são agentes vitais para mobilizar pressão, abrir o debate, construir consensos e gerar apoio para sistemas alimentares que atendam às necessidades das populações vulneráveis e garantam equidade e resiliência a longo prazo.

Dessa forma, a principal lacuna para que países e organizações respondam e se adaptem à nova geopolítica alimentar global não está apenas na ausência de recursos, mas na falta de coordenação normativa entre comércio, ajuda, nutrição, produção e clima, nacional, regional e internacionalmente. Enquanto essa integração não ocorrer, o multilateralismo seguirá atuando mais como amortecedor parcial de crises do que como indutor de transformação estrutural dos sistemas alimentares e as políticas nacionais, ainda que promissoras, perdem a oportunidade de sinergias internas e externas para potencializar seus impactos.

Referências

ASHOUR, Y.; ABU-JLAMBO, A.; ABUZERR, S. Starvation as a weapon of war in Gaza: violation of international law. **The Lancet**, v. 405, p. 2044, 2025.

CAMARGO, J. M. *et al.* Effect Ultraprocessed Foods Taxation on Overweight Prevalence and Noncommunicable Diseases in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 000, n. 000, p. 1–8, 2025.

CHONG, B. *et al.* Trends and predictions of malnutrition and obesity in 204 countries and territories: an analysis of the Global Burden of Disease Study 2019. **eClinicalMedicine**, v. 57, n. February, p. 101850, 2023.

DOBBS, R. *et al.* **Overcoming obesity : An initial economic analysisMcKinsey Global Institute**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Business Functions/Economic Studies TEMP/Our Insights/How the world could better fight obesity/MGI_Overcoming_obesity_Full_report.ashx>.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 – Addressing high food price inflation for food security and nutrition**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364>.

FINKELSTEIN, E. A. *et al.* Food Prices and Obesity: A Review. **Advances in Nutrition**, v. 5, n. 6, p. 818–821, 2014.

HEADEY, D.; RUEL, M. Food inflation and child undernutrition in low and middle income countries. **Nature Communications**, v. 14, p. 5761, 2023.

IHME. **Global Health Data Exchange – GHDx**. Disponível em: <http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>.

IPES-FOOD. **The new geopolitics of food: navigating policies for resilient self-reliance.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://ipes-food.org/report/the-new-geopolitics-of-food/>.

JOHNSTONE, A.; LONNIE, M. The cost-of-living crisis is feeding the paradox of obesity and food insecurities in the UK. **Obesity**, v. 31, n. 6, p. 1461–1462, 2023.

JUNIOR, V. P. **A Inflação de Alimentos no Brasil**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2026/03/INFLACAO-DE-ALIMENTOS-NO-BRASIL.pdf>.

MIRZABAEV, A. *et al.* Severe climate change risks to food security and nutrition. **Climate Risk Management**, v. 39, n. December 2022, p. 100473, 2023.

OECD. **Obesity Update 2017**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/health-systems/Obesity-Update-2017.pdf>.

PANCRAZI, R.; RENS, T. VAN; VUKOTIĆ, M. How distorted food prices discourage a healthy diet. **Science Advances**, v. 8, n. 13, p. 1–11, 2022.

PASSOS, C. M. D. C. M. DOS *et al.* Association between the price of ultra-processed foods and obesity in Brazil. **Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases**, v. 30, n. 4, p. 589–598, 12 abr. 2020.

SEFERIDI, P. *et al.* Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

SOLIMAN, A. *et al.* Early and long-term consequences of nutritional stunting: From childhood to adulthood. **Acta Biomedica**, v. 92, n. 1, p. 1–12, 2021.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

THE WORLD BANK. **An overview of liks between obesity and food systems – Implications for the food and agriculture global practice agenda**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/pdf/117200-REVISED-WP-Obesity-Overview-Web-PUBLIC-002.pdf>.

O BID e a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza

El BID y la Alianza Mundial contra el Hambre y la Pobreza

The IDB and the Global Alliance Against Hunger and Poverty

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: A Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza nasceu em 2024, no encontro do G20, no Brasil. A missão da Aliança visa acelerar a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 1 (erradicar a pobreza) e 2 (erradicar a fome). Diversas lideranças e instituições financeiras aderiram à iniciativa, como foi o caso do BID. Na época, o Banco se comprometeu em apoiar com recursos e com a sua experiência em projetos voltados para este tema. Após dois anos, o BID segue firme nos seus compromissos firmados, como foi mostrado durante o evento da Aliança, no final do mês de junho.

Palavras-chave: BID; Cooperação; Fome; Pobreza.

Resumen: *La Alianza Mundial contra el Hambre y la Pobreza nació en 2024 durante la cumbre del G20 en Brasil. Su misión es acelerar la implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 1 (erradicar la pobreza) y 2 (erradicar el hambre). Diversos líderes e instituciones financieras se sumaron a la iniciativa, como el BID (Banco Interamericano de Desarrollo). En aquel entonces, el Banco se comprometió a apoyarla con recursos y su experiencia en proyectos centrados en esta problemática. Dos años después, el BID mantiene firmes sus compromisos, como quedó demostrado durante el evento de la Alianza a finales de junio.*

Palabras clave: *BID; Cooperación; Hambre; Pobreza.*

Abstract: *The Global Alliance Against Hunger and Poverty was born in 2024 at the G20 meeting in Brazil. The Alliance's mission is to accelerate the implementation of Sustainable Development Goals 1 (eradicate poverty) and 2 (eradicate hunger). Several leaders and financial institutions joined the initiative, as was the case with the IDB (Inter-American Development Bank). At the time, the Bank committed to supporting it with resources and its experience in projects focused on this issue. Two years later, the IDB remains firm in its commitments, as was shown during the Alliance event at the end of June.*

Keywords: *IDB; Cooperation; Hunger; Poverty.*

A Reunião do Mecanismo

Durante a visita a sede do *Mecanismo de Apoio da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza,* em Roma, Itália, o presidente Ilan Goldfajn, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), avaliou os compromissos do banco multilateral com a *Aliança* e anunciou quais serão as próximas etapas.

Quando a *Aliança* foi criada durante a Cúpula dos Líderes do Grupo dos Vinte (G20), em novembro de 2024, o BID comprometeu-se em apoiar programas liderados por países que aderissem a *Cesta de Políticas da Aliança Global*. Os valores compromissados para os períodos de 2025 a 2030 foram de US$ 25 bilhões. No ano passado, o Conselho do Banco aprovou o

montante de US$ 4,1 bilhões em operações alinhadas, sendo que para este ano, é esperado que sejam aprovados mais US$ 5,8 bilhões em investimentos alinhados, com adicionais de "US$ 2 bilhões em transferências de caixa direcionadas", alcançando o total de US$ 10 bilhões de apoio da instituição financeira.

Durante a reunião com o diretor do *Mecanismo da Aliança*, Renato Domith Godinho e a sua equipe, o presidente Goldfajn falou sobre a importante liderança do setor privado na geração de empregos e no apoio à diminuição sustentável da pobreza. Ao continuar falando sobre a pobreza, o presidente afirmou que a eliminação da pobreza extrema precisa ser acelerada e que se deve continuar "expandindo a cobertura e fortalecendo a eficácia dos programas adaptativos de proteção social", visando especialmente as populações mais vulneráveis.

BID Reforça os seus Compromissos

A *Aliança Global* está elaborando diretrizes que ajudem a direcionar da melhor forma o financiamento dos planos de implementação liderados pelos países. De acordo com a sugestão preliminar da *Aliança*, os países implementarão projetos voltados para as suas necessidades através dos recursos disponíveis de "parceiros multilaterais e bilaterais, filantrópicos, humanitários e financiadores do clima".

Atento a estas novas diretrizes, o BID já se comprometeu em fornecer informações baseadas nas experiências com plataformas de financiamento colaborativo. A instituição financeira também informou que irá ajudar a trazer outros parceiros, como por exemplo, os bancos de desenvolvimento regionais. Além do BID, todos os esforços estão sendo implementados com o apoio do Banco Mundial (BM), do Programa Mundial de Alimentos e outras agências da Organização das Nações Unidas (ONU), da Parceria Global para a Educação e da Educação Acima de Tudo.

Considerações Finais

A *Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza* foi criada com o objetivo de frear o progresso da fome e da pobreza através de apoio coordenado de seus membros, com políticas e programas sociais ampliados para apoiar nesta causa. Desde 2024, o número de membros que aderiram à iniciativa multilateral cresceu, contabilizando mais de 200, incluindo "mais de 107 países, 31 organizações internacionais, 14 instituições financeiras internacionais e mais de 63 organizações filantrópicas e não governamentais". O Mecanismo de Apoio – que está instalado na ONU para Agricultura e Alimentação em Roma operando em um formato independente – tem como missão auxiliar os países na negociação e implementação de parcerias direcionadas ao combate da fome e da pobreza.

O BID é o principal financiador de projetos em áreas sensíveis na América Latina e no Caribe (ALC). Com o aumento significativo da fome e da pobreza em diversos países – incluindo os países da ALC –, era de se esperar o envolvimento da instituição financeira multilateral neste tema. O evento da Aliança que contou com a participação do presidente do BID foi importante, pois pôde-se ver que a instituição continua engajada em fornecer apoio para uma causa tão necessária.

Referências

Aliança Global. Disponível em: https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/. Acesso em 6 jul 2026.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. *IDB Group Has Already Deployed Almost $10 Billion to the Global Alliance Against Hunger and Poverty Since Its Inception*. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-group-has-already-deployed-almost-10-billion-global-alliance-against-hunger-and-poverty-its. Acesso em 6 jul 2026.

Ajuda humanitária e financeira à Venezuela: atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e coordenação com a ONU

Ayuda humanitaria y financiera a Venezuela: actuación del Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF) y coordinación con la ONU

Humanitarian and financial assistance to Venezuela: the role of the Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF) and coordination with the UN

Laura Tavares Soares

Resumo: Sem dúvida o acontecimento mais relevante da última quinzena de junho foi o duplo terremoto que atingiu a Venezuela, com graves consequências humanitárias e para a saúde dos venezuelanos. Neste Informe se descreve a atuação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) articulado com o papel de coordenação das ações exercido pela ONU. Inicialmente se faz um pequeno resumo do cenário do terremoto. A iniciativa mais importante do CAF foi a criação do *Fundo para a Recuperação e Reconstrução da Venezuela* imediatamente após o terremoto.

Palavras-chave: Terremoto na Venezuela; Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF); Organismos da ONU para emergências.

Resumen: *Sin duda, el suceso más significativo de las últimas dos semanas de junio fue el doble terremoto que azotó Venezuela, con graves consecuencias humanitarias y sanitarias para la población venezolana. Este informe describe las acciones del Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (BALC) en coordinación con las Naciones Unidas. Inicialmente, se ofrece un breve resumen del escenario sísmico. La iniciativa más importante del BALC fue la creación del Fondo para la Recuperación y Reconstrucción de Venezuela inmediatamente después del terremoto.*

Palabras clave: *Terremoto en Venezuela; Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF); Agencias de respuesta a emergencias de la ONU.*

Summary: *Undoubtedly, the most significant event of the last two weeks of June was the double earthquake that struck Venezuela, with serious humanitarian and health consequences for Venezuelans. This report describes the actions of the Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF) in conjunction with the UN's coordinating role. Initially, a brief summary of the earthquake scenario is provided. CAF's most important initiative was the creation of the Fund for the Recovery and Reconstruction of Venezuela immediately after the earthquake.*

Keywords: *Earthquake in Venezuela; Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF); UN emergency response agencies.*

Resumo do cenário do duplo terremoto na Venezuela em junho de 2026.

Em 24 de junho de 2026, a Venezuela foi atingida por um raro terremoto duplo, com dois sismos principais ocorrendo com apenas cerca de 39 segundos de diferença.

Isso é um evento incomum, onde o primeiro choque transfere estresse para falhas próximas, desencadeando o segundo rapidamente.

Detalhes técnicos principais:

- Primeiro sismo ("foreshock"): Magnitude 7,2 Mw, às 18:04 (hora local, VET), epicentro próximo a Morón/San Felipe (Yaracuy), profundidade ~20 km.
- Segundo sismo (principal): Magnitude 7,5 Mw** (algumas fontes indicam até 7,6-7,8), às 18:05, epicentro próximo a Yumare (Yaracuy), profundidade ~10 km (superficial).
- Duração: O movimento total durou cerca de 1-3 minutos em algumas áreas.
- Tipo: Falhas de deslizamento lateral ("strike-slip"), associadas ao sistema de falhas San Sebastián, na fronteira de placas tectônicas.

O sismo foi sentido em grande parte do país, especialmente no norte e centro (Caracas, La Guaira, Yaracuy, Carabobo, Aragua), e gerou alertas de tsunami no Caribe (sem grande impacto reportado). A Venezuela não tinha um terremoto tão forte desde 1900.

Impactos e danos (informe do governo venezuelano nos 1os dias de julho de 2026):

- Vítimas

Cerca de 2.500 a 2.645 mortos confirmados (números em atualização, com relatos de subnotificação possível); mais de 12.500 feridos e dezenas de milhares de desaparecidos ou desalojados. Muitos resgates milagrosos ocorreram dias depois.

- Danos materiais

Centenas de edifícios colapsados (especialmente em La Guaira e Caracas), estimativa preliminar de danos em US$6,7 bilhões. Avaliações por satélite (ex.: Sentinel-1) indicam dezenas de milhares de estruturas afetadas.

- Infraestrutura

Interrupções em energia, água, telecomunicações e transportes. Hospitais e vias danificadas. Réplicas (incluindo uma de 4,6-4,8 em 29 de junho) geraram pânico adicional.

- Áreas mais afetadas

La Guaira (litoral), Caracas (Gran Caracas), Yaracuy e regiões próximas. Muitos colapsos em construções antigas ou de baixa qualidade.

- *Resposta governamental*

O governo declarou *estado de emergência*. Algumas críticas surgiram sobre lentidão na resposta, falta de combustível para máquinas pesadas e possível subestimação inicial de vítimas.

- *Ajuda internacional*

Equipes de resgate, hospitais de campanha, insumos de saúde por parte de diversos países (incluindo Brasil, México, Colômbia, Chile, Espanha, França, Rússia, entre outros).

O cenário geral é de uma catástrofe sísmica significativa em uma região já vulnerável pelas sanções econômicas dos EUA, com desafios logísticos que agravam a crise humanitária. Os números continuam evoluindo conforme avançam as buscas e avaliações.

(Ver Fundación Venezolana de Investigaciones Sismológicas FUNVISIS http://www.funvisis.gob.ve/index.php)

Participação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento Internacionais junto à ONU (no contexto do terremoto na Venezuela).

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento Internacionais (como CAF e BID) não são órgãos da ONU, mas atuam como parceiros estratégicos em respostas humanitárias e de reconstrução.

Eles colaboram com o **sistema ONU** (OCHA – *Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários* e Agências Especializadas, como OMS, UNICEF e outras) por meio de **cofinanciamento** e participação na coordenação e na execução de projetos.

Mecanismos de participação dos BRDs junto à ONU

- Coordenação com OCHA e clusters humanitários.

Os Bancos participam de reuniões de coordenação lideradas pelo OCHA, *alinhando suas ações com o plano de resposta humanitária da ONU*.

No caso da Venezuela, o OCHA coordena resgates e ajuda, enquanto os **bancos** focam em *financiamento de médio/longo prazo* (infraestrutura, saúde, resiliência).

- Mecanismos conjuntos.

Os BRDs contribuem para **fundos** como o Fundo Central de Resposta a Emergências – o **CERF** ("**Central Emergency Response Fund") –** indiretamente, via parcerias, ou criando fundos próprios complementares.

Os **Bancos** oferecem *assistência técnica, avaliações de danos e linhas de crédito/doações*.

As atribuições são complementares: *a **ONU** lida com emergência imediata (resgates, ajuda humanitária); e os **Bancos** apoiam recuperação e reconstrução (hospitais, estradas, saneamento)*.

Essa parceria é comum em desastres: os Bancos trazem expertise financeira e capacidade de mobilizar grandes volumes de recursos, enquanto a ONU garante neutralidade, rapidez e alcance humanitário.

No caso da Venezuela, a colaboração ajuda a superar desafios como as sanções impostas pelos EUA e a logística.

CERF ("Central Emergency Response Fund") e OCHA (Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários) da ONU

O CERF ("Central Emergency Response Fund") é o *fundo global de resposta emergencial da ONU*, gerenciado pelo OCHA (*Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*). Bastante recente, o CERF foi criado em 2006 pela Assembleia Geral da ONU. Ele

permite que a ajuda humanitária chegue de forma rápida e confiável a pessoas afetadas por desastres naturais ou conflitos.

Princípios e objetivos principais do Fundo CERF

- Resposta rápida

Fornece financiamento imediato para emergências repentinas (como o terremoto na Venezuela) ou quando uma crise piora rapidamente.

- Equilíbrio em *emergências subfinanciadas*

Ajuda crises crônicas que recebem menos atenção.

- Salvando vidas

Foco em ações que salvam vidas, aliviam sofrimento imediato e protegem as pessoas mais vulneráveis (saúde, comida, água, abrigo, proteção etc.).

Como funciona o financiamento do CERF

1. *Fontes de recursos*

O fundo é reabastecido anualmente por contribuições voluntárias de governos, setor privado, fundações e indivíduos. Tem um teto aproximado de US$ 450 milhões em "grants" (doações) + US$ 30 milhões em "loans" (empréstimos).

2. *Alocação*

- "Rapid Response" (Resposta Rápida). Aprovação em minutos/horas e liberação em 24-72 horas.
- "Underfunded Emergencies". Duas rodadas anuais para crises negligenciadas.

3. *Distribuição*

Os recursos são alocados para as *agências da ONU* (UNICEF, OMS/PAHO, WFP etc.), ONGs parceiras e entidades locais. Não vai diretamente para governos (ao contrário dos Bancos), mas apoia a resposta coordenada.

4. *Transparência*

Relatórios rigorosos de prestação de contas, com foco em resultados mensuráveis.

Atuação no contexto do terremoto na Venezuela (2026):

- O Coordenador de Ajuda Emergencial – "Emergency Relief Coordinator" (Tom Fletcher), alocou US$ 15 milhões via janela de Resposta Rápida ("Rapid Response") para assistência urgente (***saúde**, abrigo, alimentação e água*).
- Isso complementa outros apelos (como a PAHO-OMS com US$ 23,9 milhões para **saúde**) e ajuda a cobrir lacunas iniciais enquanto mais doações chegam.

O *CERF* é considerado *um dos mecanismos mais eficazes da ONU para emergências*, pois evita atrasos burocráticos e garante que a ajuda chegue aonde é mais necessária. (https://cerf.un.org/)

Contribuições específicas do CERF (ONU) para o terremoto na Venezuela (2026).

O CERF ("Central Emergency Response Fund") alocou US$ 15 milhões via janela de "Rapid Response" (Resposta Rápida) para apoiar a emergência causada pelos terremotos de 24 de junho.

A alocação foi anunciada poucos dias após o evento (código: CERF-VEN-26-RR-1555).

Detalhes da contribuição:

- Valor: US$ 15 milhões (cerca de R$ 80-85 milhões, dependendo da cotação).
- Objetivo. Financiar ações "life-saving" (que salvam vidas) nas fases iniciais da crise, complementando a resposta do governo e de outros doadores.
- Áreas prioritárias. Baseadas em alocações típicas do CERF e no contexto venezuelano.
- **Saúde**. Apoio a hospitais, suprimentos médicos, atendimento a feridos e prevenção de doenças.
- Abrigo e itens não alimentares. Tendas, kits de higiene e suporte para desalojados.
- Água, saneamento e higiene (WASH). Acesso à água potável e condições sanitárias para evitar epidemias.
- Alimentação e nutrição. Suprimentos emergenciais via parceiros como o Programa Mundial de Alimentos (PMA).
- Proteção. Apoio a populações vulneráveis, incluindo crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Os recursos são canalizados principalmente para as agências da ONU (UNICEF, OMS/PAHO, OCHA etc.) e parceiros humanitários locais e internacionais. O foco é em resposta coordenada, com ênfase em áreas mais afetadas (La Guaira, Caracas e regiões centrais-norte). *A alocação ajuda a preencher lacunas enquanto outros fundos (como o do **CAF**, BID e bilaterais) são mobilizados.*

Essa contribuição é parte da resposta mais ampla da ONU, que inclui coordenação de equipes de resgate internacionais e outros apelos (ex.: PAHO/OMS com US$23,9 milhões para **saúde**). O CERF atua como "primeiro respondedor" para garantir agilidade.

Papel do OCHA na coordenação da resposta ao terremoto na Venezuela (2026).

O OCHA (*Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*) é o principal órgão da ONU responsável por coordenar a resposta humanitária internacional em emergências como o duplo terremoto de 24 de junho na Venezuela.

Seu papel é central para *evitar duplicação de esforços, identificar lacunas e garantir que a ajuda chegue de forma eficaz*.

Principais funções do OCHA na Venezuela:

- *Coordenação geral da resposta*.

Trabalha em parceria com o governo venezuelano, o "Humanitarian Coordinator" (Gianluca Rampolla) e agências da ONU (UNICEF, PAHO/OMS, PMA etc.) para alinhar prioridades e ações.

- *Mobilização de equipes internacionais* de busca e resgate (USAR).

Coordena a chegada e operações de equipes de mais de 27 países (mais de 2.200 resgatistas e 140-175 cães farejadores). Atua por meio do "International Search and Rescue Advisory Group" (INSARAG).

- Gestão de informações e avaliações.

Produz relatórios de situação ("Situation Reports"), mapeia danos, necessidades e atores envolvidos. Ajuda na análise rápida para direcionar recursos.

- Alocação de fundos.

Atua como administrador do CERF, com a alocação de US$ 15 milhões para ações urgentes (**saúde**, abrigo, WASH etc.).

- Logística e suporte operacional.

Facilita a entrega de ajuda, estabelece centros de coordenação (ex.: em La Guaira) e apoia a transição da fase de resgate para recuperação.

- Advocacia e comunicação.

Chama a atenção internacional para as necessidades, promove o acesso humanitário e coordena com doadores bilaterais.

O OCHA reforça que a *resposta é liderada pelo governo venezuelano*, com o sistema humanitário da ONU atuando como apoio complementar e em escala. *Sua atuação garante maior eficiência e cobertura, especialmente em uma emergência complexa com danos em infraestrutura crítica (*https://www.unocha.org/venezuela).

Atuação do CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe) no terremoto da Venezuela

"A Venezuela é um dos países fundadores e sede do CAF. Esse vínculo histórico reforça o compromisso da instituição de apoiar o povo venezuelano e suas instituições nos esforços de atendimento, recuperação e reconstrução exigidos por esta emergência, colocando à disposição sua capacidade técnica e financeira para mobilizar a solidariedade da região e da comunidade internacional." (https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-cria-fundo-para-a-recupera%C3%A7%C3%A3o-e-reconstru%C3%A7%C3%A3o-da-venezuela/)

O CAF forneceu apoio financeiro imediato e criou um Fundo logo após os terremotos que atingiram a Venezuela em 24 de junho de 2026.

Principais ações do CAF

- Doação imediata de US$300.000 – Anunciada em 25 de junho de 2026, destinada à ajuda humanitária de emergência, incluindo apoio às operações de resgate, atendimento aos afetados e necessidades urgentes.
- *Fundo para a Recuperação e Reconstrução de Venezuela* – Criado em 26 de junho de 2026, com US$1 milhão de capital semente (aporte inicial) do próprio CAF.

O Fundo é um mecanismo ágil e transparente, sem cobrança de comissões, para canalizar contribuições de governos, organismos internacionais, empresas, fundações e doadores individuais. 100% dos recursos vão para as prioridades definidas pelo governo venezuelano.

Fases de atuação do Fundo:

1. *Atendimento imediato*: Ajuda humanitária e suporte a instituições de emergência.

2. *Reabilitação*: Restauração de serviços essenciais (**saúde**, água, energia, educação, conectividade).

3. *Recuperação e resiliência*: Reconstrução de longo prazo, recuperação de meios de vida e redução de vulnerabilidades futuras.

O Fundo permite doações em dólares ou euros e é administrado pelo CAF com foco em transparência e prestação de contas. (caf.com/fondo-venezuela)

Essas medidas reforçam o compromisso histórico do CAF com a Venezuela (país fundador e sede da instituição em Caracas), complementando apoio técnico e financeiro em resposta à emergência.





Fonte caf.com/fondo-venezuela

O CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe) e a ajuda em *Saúde* no terremoto da Venezuela (2026).

O CAF tem atuado de forma ativa na resposta ao duplo terremoto de 24 de junho, com foco inicial em emergência humanitária e, subsequentemente, na **reabilitação de serviços críticos de saúde**.

O **foco em saúde** está integrado à *reabilitação de serviços essenciais, ajudando a restaurar hospitais e atendimento médico afetados.*

Contribuições diretas e iniciais:

- Doação imediata de US$ 300.000 em ajuda humanitária para apoiar as operações de emergência, incluindo atenção às comunidades afetadas e reforço às instituições responsáveis. Essa doação visa suprir necessidades urgentes, como **suprimentos médicos e apoio inicial ao sistema de saúde.**
- Criação do Fundo para a Recuperação e Reconstrução de Venezuela, com US$ 1 milhão como capital semente (sem comissões, 100% dos recursos vão para as ações).

  O fundo mobiliza recursos públicos, privados e internacionais.

  *Foco em **Saúde** do Fundo:*

O mecanismo do CAF está estruturado em *fases* e inclui explicitamente a **reabilitação de serviços críticos de saúde**:

- Fase 1 (imediata)

  Ajuda humanitária, suprimentos essenciais e apoio às instituições de emergência (pode incluir *insumos médicos, atendimento inicial e reforço a hospitais danificados*).

- Fase 2 (reabilitação)

  Recuperação de serviços essenciais, com ênfase em **saúde**, água, saneamento, energia e conectividade.

Isso envolve *reparos em hospitais, centros de saúde e restabelecimento de serviços médicos interrompidos pelos danos* (colapsos estruturais e interrupções de energia/água).

- Fase 3

  Reconstrução resiliente, com **redução de vulnerabilidades futuras no sistema de saúde**.

As prioridades são definidas em conjunto com o governo venezuelano, com base em avaliações de danos.

O Fundo é *transparente* e busca *parcerias para ampliar o impacto*.

O CAF reafirma seu compromisso histórico com a Venezuela e atua como catalisador, canalizando recursos para áreas como **saúde**, onde a *destruição de infraestrutura (edifícios, equipamentos e acesso a serviços) foi significativa*, especialmente em La Guaira e Caracas.

Mecanismos de financiamento do CAF para a reconstrução

O CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe) utiliza uma abordagem multifonte e estruturada para financiar a reconstrução, com foco em agilidade, transparência e sustentabilidade. O principal instrumento é o **Fundo para a Recuperação e Reconstrução de Venezuela.**

Mecanismos de financiamento:

1. Capital semente inicial

- US$ 1 milhão aportado diretamente pelo CAF como "semente" para ativar o fundo.
- + US$ 300 mil em ajuda humanitária emergencial já desembolsados.

2. Mobilização de recursos

- Doações voluntárias de governos, organismos internacionais, empresas, fundações, pessoas físicas e outros parceiros.
- O fundo aceita contribuições em dólares ou euros, sem cobrar comissões administrativas (**100% dos recursos vão para as ações**).
- Meta ambiciosa de mobilizar dezenas ou centenas de milhões, dependendo das doações recebidas (o fundo pode chegar a valores significativos com aportes maiores).

3. Aplicação progressiva dos recursos

- *Emergência*

Ajuda humanitária imediata, suprimentos e apoio a instituições de resposta.

- *Reabilitação*

Recuperação de serviços críticos (saúde/hospitais, água/saneamento, energia, educação).

- *Reconstrução resiliente*

Reconstrução de infraestrutura geral e em **Saúde**; moradias, recuperação de meios de vida; e medidas de redução de riscos futuros (construção antissísmica etc.).

Os *projetos são definidos em conjunto com o governo venezuelano*, com base em avaliações técnicas de danos (estimados em US$ 6,7 bilhões).

O CAF oferece também ***assistência técnica*** (estudos, planejamento) além do financiamento.

Vantagens do modelo de financiamento do CAF:

✓ *Transparência*

Prestação de contas clara e rastreabilidade dos recursos.

✓ *Parcerias*

Integração com a ONU (OCHA) e com doadores bilaterais.

✓ *Sustentabilidade*

Ênfase na reconstrução "melhor do que antes" (resiliente a novos desastres).

O fundo está aberto a novas contribuições via site oficial do CAF caf.com/fondo-venezuela.

Ele complementa outros mecanismos (como o **fundo CERF da ONU**) e foca no *médio/longo prazo*, quando a *reconstrução física e econômica é mais necessária.*

Considerações Finais

O duplo terremoto ocorrido na Venezuela em 24 de junho se deu em um contexto de um país já fragilizado pelas sanções econômicas impostas pelos EUA e pela crise política

agudizada pelo sequestro do Presidente Nicolás Maduro com uma intervenção militar também por parte do governo dos EUA liderado por Trump.

Neste Informe se destaca a ajuda humanitária coordenada pela ONU e o relevante papel assumido pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe – CAF – com uma ajuda financeira imediata, no dia seguinte ao terremoto, e com a criação do *Fundo para a Recuperação e Reconstrução de Venezuela*. Dessa forma, o CAF combina uma ajuda humanitária emergencial com o financiamento da recuperação da infraestrutura e da reconstrução resiliente a futuros desastres no médio e longo prazo.

Na área da **saúde**, o CAF atua nos *reparos em hospitais, centros de saúde e restabelecimento de serviços médicos interrompidos pelos danos*; e na reconstrução resiliente da infraestrutura, com *redução de vulnerabilidades futuras no sistema de saúde*.

Referências

http://www.funvisis.gob.ve/index.php

https://cerf.un.org/

https://www.unocha.org/venezuela

caf.com/fondo-venezuela

https://www.caf.com/pt/

https://www.caf.com/pt/especiales/fundo-de-recupera%c3%a7%c3%a3o-e-reconstru%c3%a7%c3%a3o-para-a-venezuela/

https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-cria-fundo-para-a-recupera%C3%A7%C3%A3o-e-reconstru%C3%A7%C3%A3o-da-venezuela/

https://www.caf.com/pt/quem-somos/

Programa WTO Chairs e financiamento do desenvolvimento nos países em desenvolvimento

Programa WTO Chairs y financiación del desarrollo en los países en desarrollo

WTO Chairs Programme and Development Finance in Developing Countries

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe sintetiza dois acontecimentos internacionais recentes relevantes para as agendas de comércio e desenvolvimento. Em primeiro lugar, apresenta os principais debates da Conferência Anual de 2026 do Programa WTO Chairs, destacando o papel da pesquisa acadêmica, da formulação de políticas públicas baseadas em evidências e da cooperação entre universidades, governos e o Secretariado da OMC no apoio ao processo de reforma do sistema multilateral de comércio. Em seguida, analisa os principais resultados do relatório da UNCTAD *Financing Development: External Flows of Financial Capital to Developing Countries and Their Cost*. O documento evidencia que os países em desenvolvimento continuam enfrentando redução dos fluxos financeiros externos, elevados custos de endividamento soberano e crescente restrição do espaço fiscal, apesar das necessidades crescentes de investimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em conjunto, os temas reforçam a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, aprimorar as políticas públicas e ampliar o acesso a financiamento de longo prazo em condições mais favoráveis para o Sul Global.

Palavras-chave: Programa WTO Chairs; Organização Mundial do Comércio; financiamento do desenvolvimento; dívida externa; custo do capital; endividamento soberano; espaço fiscal; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Sul Global; cooperação multilateral.

Resumen: *Este informe resume dos acontecimientos internacionales recientes de especial relevancia para las agendas de comercio y desarrollo. En primer lugar, presenta los principales debates de la Conferencia Anual 2026 del Programa WTO Chairs, destacando el papel de la investigación académica, la formulación de políticas públicas basadas en evidencias y la cooperación entre universidades, gobiernos y la Secretaría de la OMC en apoyo de la reforma del sistema multilateral de comercio. A continuación, examina las principales conclusiones del informe de la UNCTAD Financing Development: External Flows of Financial Capital to Developing Countries and Their Cost. El documento muestra que los países en desarrollo siguen afrontando una reducción de los flujos financieros externos, elevados costes de endeudamiento soberano y un creciente deterioro del espacio fiscal, pese a las mayores necesidades de inversión para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible. En conjunto, ambos temas ponen de relieve la importancia de reforzar la cooperación internacional y facilitar un acceso más amplio a financiación sostenible y de largo plazo para el Sur Global.*

Palabras clave: *Programa WTO Chairs; Organización Mundial del Comercio; financiación del desarrollo; deuda externa; coste del capital; endeudamiento soberano; espacio fiscal; Objetivos de Desarrollo Sostenible; Sur Global; cooperación multilateral.*

Abstract: *This report summarises two recent international developments relevant to trade and development policy. First, it presents the main discussions of the 2026 WTO Chairs Programme Annual Conference, highlighting the role of academic research, evidence-based policymaking and cooperation between universities, governments and the WTO Secretariat in supporting the reform of the multilateral trading system. Secondly, it reviews the principal findings of UNCTAD's report Financing Development: External Flows of Financial Capital to Developing Countries and Their Cost. The report shows that developing countries continue to face declining external financial inflows, persistently high sovereign borrowing costs and widening fiscal constraints, despite growing investment needs to achieve the Sustainable Development Goals. It also examines the implications of debt dynamics, risk premiums and financing conditions for public investment, economic resilience and sustainable development. Together, these developments underline the importance of stronger international cooperation, sound public policies and improved access to affordable long-term development finance for the Global South.*

Keywords: *WTO Chairs Programme; World Trade Organization; development finance; external debt; cost of capital; sovereign borrowing; fiscal space; Sustainable Development Goals; Global South; multilateral cooperation.*

Programa WTO Chairs reforça papel da academia na reforma da Organização Mundial do Comércio

A Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, defendeu o fortalecimento do engajamento entre os membros da OMC, a comunidade acadêmica, institutos de pesquisa e demais partes interessadas como elemento essencial para impulsionar as discussões sobre a reforma da organização. Em discurso de abertura da Conferência Anual do Programa WTO Chairs (WCP), realizada em Genebra em 1º de julho de 2026, destacou que o cenário internacional é marcado por desafios profundos, como tensões geopolíticas, fragmentação econômica, transformações tecnológicas, pressões climáticas e crescentes preocupações com o desenvolvimento. Nesse contexto, argumentou que análises baseadas em evidências, pesquisas rigorosas e soluções práticas de políticas públicas tornaram-se indispensáveis para que o sistema multilateral de comércio permaneça capaz de promover prosperidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Segundo a Diretora-Geral, os membros da OMC necessitam de novas ideias e abordagens inovadoras, sendo o Programa WTO Chairs um dos principais mecanismos institucionais para aproximar conhecimento acadêmico e formulação de políticas públicas voltadas à modernização do sistema multilateral de comércio. (OMC, 2026)

O Programa WTO Chairs foi apresentado como uma plataforma estratégica criada em 2010 para apoiar instituições acadêmicas em pesquisas relacionadas ao comércio internacional, desenvolvimento curricular e atividades de extensão voltadas às políticas comerciais. Atualmente, a rede reúne 39 instituições acadêmicas distribuídas em diversas regiões do mundo e conta com financiamento da França, da Áustria e da República da Coreia. O Diretor-Geral Adjunto Xiangchen Zhang ressaltou que o verdadeiro valor do programa não reside apenas na quantidade de universidades participantes, mas principalmente na contribuição cotidiana que elas oferecem à pesquisa, ao ensino, ao diálogo político e ao relacionamento com diferentes atores sociais. Destacou ainda que os estudos desenvolvidos no âmbito do WCP abrangem temas considerados centrais para o futuro do comércio internacional, incluindo comércio digital, novas tecnologias, sustentabilidade, inclusão, integração regional, facilitação de investimentos,

cadeias globais de valor, reglobalização, segurança alimentar e desenvolvimento. Segundo Zhang, ao formar novas gerações de especialistas e fornecer análises fundamentadas para o debate público, as instituições participantes fortalecem diretamente as bases do sistema multilateral de comércio. (OMC, 2026)

Os representantes dos países financiadores do programa reforçaram a importância da produção acadêmica como instrumento de apoio à reforma da OMC diante das transformações contemporâneas do comércio internacional. A representante da França destacou que o sistema comercial global atravessa um período de elevada incerteza e disrupção, influenciado por fatores como comércio digital, mudanças climáticas, inclusão e segurança nacional, defendendo que as respostas políticas devem ser fundamentadas em evidências, análises rigorosas e compreensão das realidades locais. O embaixador da Áustria afirmou que os desafios decorrentes das tensões geopolíticas, da instabilidade econômica e das rápidas mudanças tecnológicas exigem não apenas maior cooperação entre os membros, mas também elevada capacidade analítica, formulação de políticas baseadas em evidências e ampla participação de diferentes atores. A representante da República da Coreia acrescentou que a OMC necessita de pesquisas de ponta, dados robustos e novos conhecimentos para adaptar-se às mudanças do ambiente comercial global, ressaltando ainda que a construção de um sistema multilateral verdadeiramente inclusivo depende da integração efetiva dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos ao comércio internacional, processo para o qual o Programa WTO Chairs pode oferecer relevante suporte analítico e orientação em políticas públicas. (OMC, 2026)

Ao longo dos três dias da conferência, os participantes realizaram debates, intercâmbios de experiências e diálogos voltados ao fortalecimento do impacto institucional do Programa WTO Chairs e ao aprofundamento da cooperação entre universidades, pesquisadores e a Secretaria da OMC. A programação contemplou uma conversa com a Diretora-Geral, sessões temáticas dedicadas à 14ª Conferência Ministerial (MC14) e seus desdobramentos, ao Relatório Mundial sobre Comércio de 2026, às parcerias do WCP e às oportunidades para ampliar as sinergias entre as Cátedras da OMC e o Secretariado na elaboração de currículos e atividades de ensino. Também foram promovidas reuniões entre representantes dos membros da OMC, coordenadores de grupos regionais, sessões de pesquisa temáticas, encontros das redes regionais de Cátedras e discussões sobre as futuras atividades do programa. Em seu conjunto, a conferência reforçou a percepção de que o fortalecimento das conexões entre pesquisa acadêmica, produção de conhecimento e formulação de políticas constitui um componente estratégico para apoiar o processo de reforma da OMC e aumentar a capacidade do sistema multilateral de comércio de responder aos desafios contemporâneos. (OMC, 2026)

Financiando o desenvolvimento

A publicação *Financing development: External flows of financial capital to developing countries and their cost* da UNCTAD examina o que se convencionou chamar de "alto custo do capital" nos países em desenvolvimento, mapeando a escala, a composição, a volatilidade e o custo dos fluxos financeiros externos, com atenção particular ao financiamento soberano por dívida e às suas implicações para o espaço fiscal e para o financiamento das agendas de desenvolvimento sustentável (UNCTAD, 2026).

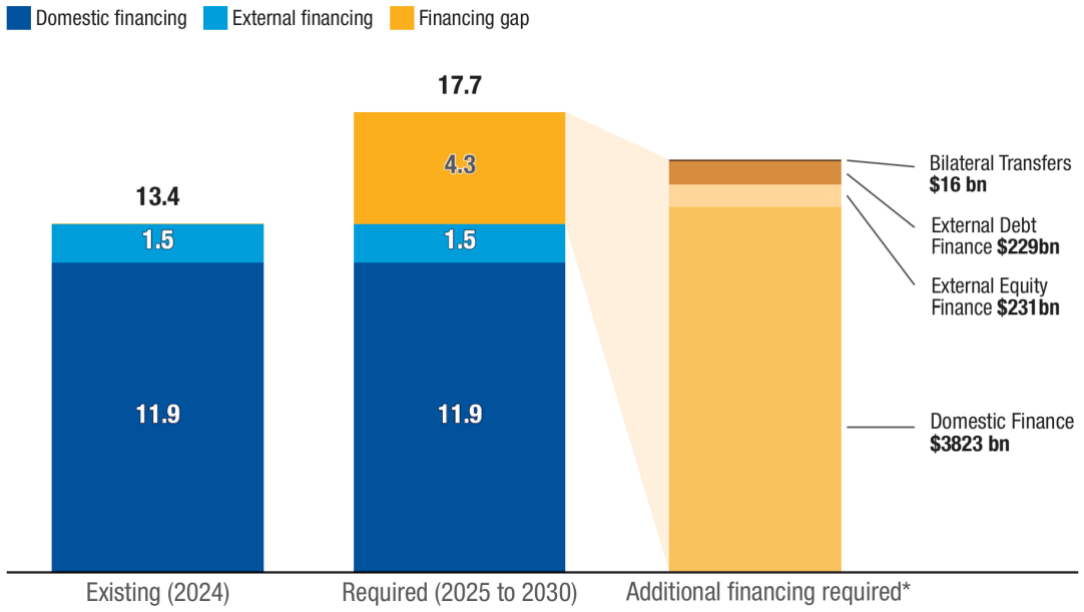
A escala do financiamento externo e a lacuna de recursos para os ODS

Os fluxos financeiros de não-residentes para países em desenvolvimento somaram cerca de US$ 1,5 trilhão em 2024, repartidos entre instrumentos de participação acionária (US$ 722 bilhões) e instrumentos de dívida (US$ 713 bilhões), aos quais se acrescentam US$ 50 bilhões

de transferências bilaterais de outros governos. Entretanto, o financiamento doméstico respondeu por cerca de US$ 11,9 trilhões, participação que se ampliou ao longo da última década tanto em economias desenvolvidas quanto em desenvolvimento (UNCTAD, 2026).

A distância entre os recursos mobilizáveis e as necessidades de investimento define o problema central da publicação. A lacuna de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é estimada em cerca de US$ 4,3 trilhões anuais, o que exigiria elevar o investimento agregado dos países em desenvolvimento dos atuais US$ 13,4 trilhões para algo próximo de US$ 17,7 trilhões por ano até 2030. Rateada entre fontes internas e externas na proporção dos fluxos de 2024, a lacuna demandaria um incremento anual de aproximadamente US$ 476 bilhões em fluxos externos e uma mobilização adicional de recursos domésticos da ordem de US$ 3,8 trilhões, de modo que ambas as fontes precisariam crescer perto de um terço sobre os patamares de 2024 (UNCTAD, 2026).

Figura 1 – Fechando a lacuna de financiamento dos ODS: implicações do financiamento adicional anual necessário, por fonte interna e externa (trilhões de dólares).

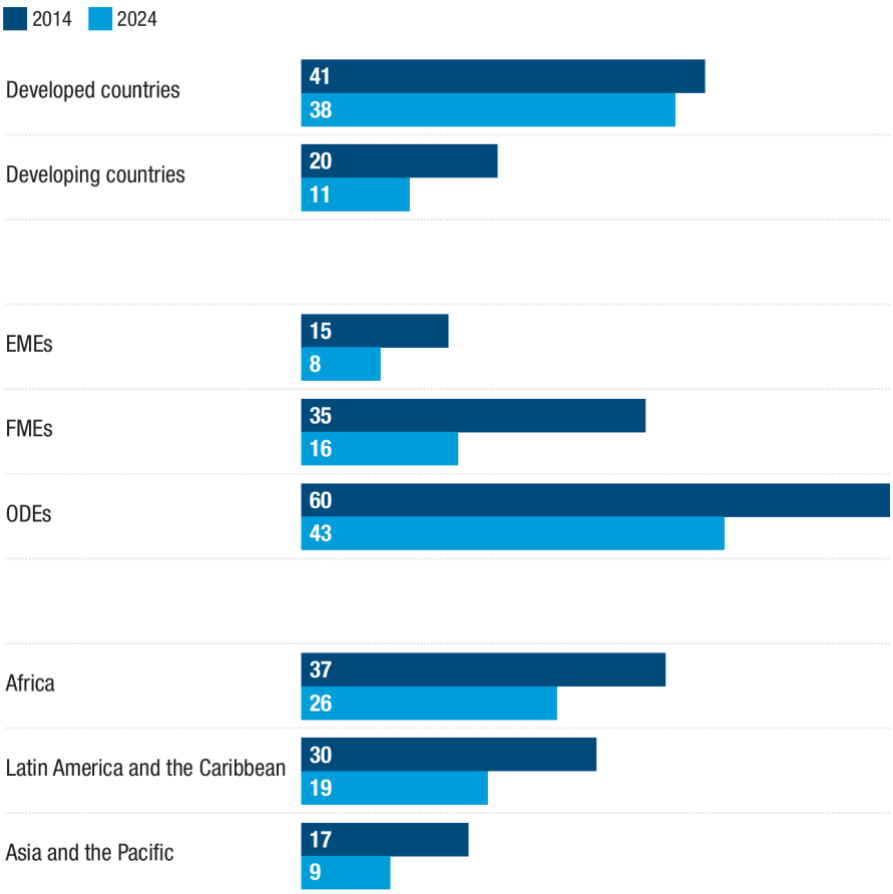


Fonte: UNCTAD, 2026.

Um financiamento externo que encolhe justamente onde é mais necessário

A contribuição do financiamento externo para a formação de capital não apenas é reduzida como vem diminuindo, e de forma desigual entre grupos de países. Em 2024, economias desenvolvidas captaram de fontes externas não-residentes o equivalente a 38% do financiamento requerido para sua formação bruta de capital, enquanto os países em desenvolvimento captaram apenas 11%, proporção que recua a 8% na África. Todos os agrupamentos de países em desenvolvimento receberam parcela significativamente menor de financiamento externo em 2024 do que em 2014, e a retração foi mais acentuada que a observada entre economias desenvolvidas (UNCTAD, 2026).

Figura 2 – A contribuição do financiamento externo para o investimento encolheu: financiamento externo de não-residentes como proporção da formação bruta de capital, 2014 e 2024 (%).



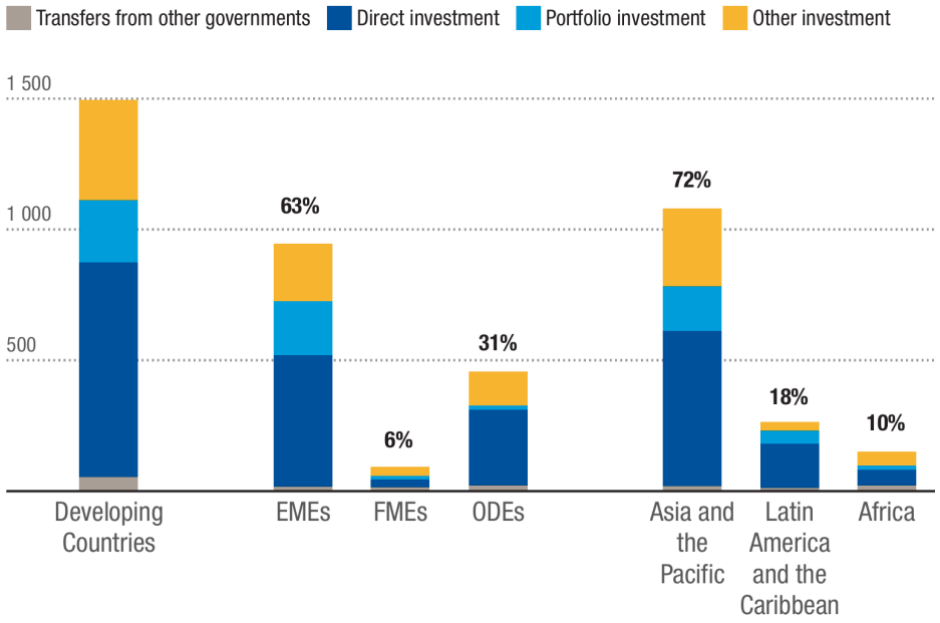
Fonte: UNCTAD, 2026.

Essa contração poderia sugerir maior autossuficiência, mas a leitura da UNCTAD é distinta: como veio acompanhada de queda absoluta dos ingressos e de progresso estagnado na maioria das metas dos ODS, o movimento sinaliza subfinanciamento do desenvolvimento, não robustez. Entre 2014 e 2024, enquanto a formação bruta de capital dos países em desenvolvimento cresceu 45% e o financiamento doméstico avançou 60%, os ingressos externos de não-residentes recuaram 18% (UNCTAD, 2026). Nesse contexto, apenas 35% das metas dos ODS estão no rumo ou progredindo moderadamente, 17% estagnadas e 18% em retrocesso (UN DESA, 2025).

A geografia desigual dos fluxos

A distribuição regional dos ingressos externos reproduz e aprofunda assimetrias estruturais. A África concentra 38% dos países em desenvolvimento e 22% da sua população, mas recebeu apenas um décimo dos fluxos totais. Em contraste, a Ásia e o Pacífico, com participação semelhante no número de países e dois terços da população, atraíram mais de 70% dos ingressos, enquanto a América Latina e o Caribe, com 24% dos países e 10% da população, captaram menos de um quinto (UNCTAD, 2026).

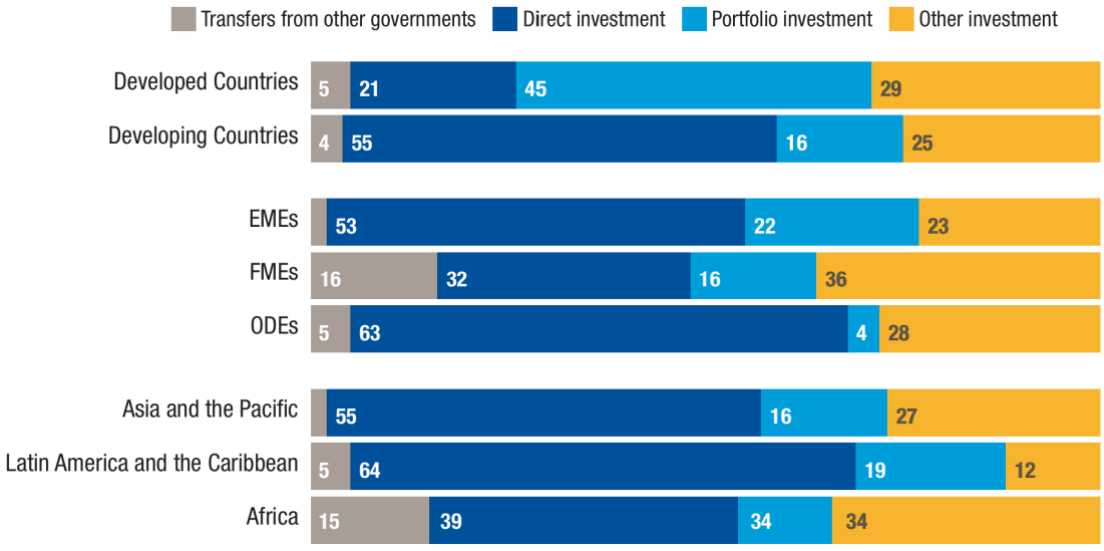
Figura 3 – Alguns grupos de países em desenvolvimento recebem mais que outros: escala e composição dos ingressos externos médios por grupo, 2014-2024 (bilhões de dólares).



Fonte: UNCTAD, 2026.

A composição desses fluxos também varia segundo o grau de integração financeira. As economias de mercado emergentes (EMEs) captam parcela maior via investimento de portfólio, por disporem de mercados de títulos integrados aos mercados globais; já as demais economias em desenvolvimento (ODEs), com mercados de capitais rasos ou inexistentes, dependem sobretudo de investimento direto e de "outros investimentos", categoria composta majoritariamente por empréstimos. O investimento direto pesou mais para os países em desenvolvimento do que para os desenvolvidos, ao passo que estes últimos receberam parcela proporcionalmente maior sob a forma de investimento de portfólio (UNCTAD, 2026).

Figura 4 – O investimento direto importou mais para os países em desenvolvimento: composição média dos fluxos financeiros externos de não-residentes, 2014-2024 (%).



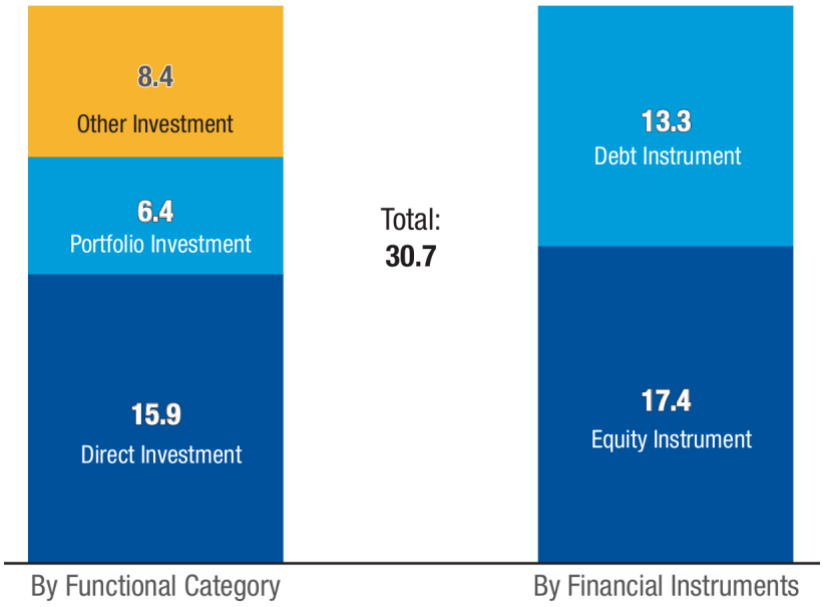
Fonte: UNCTAD, 2026.

O estoque de passivos e a conta que retorna aos credores

Os fluxos de ingresso, quando acumulados ao longo do tempo e ajustados por valorações e desinvestimentos, convertem-se em um estoque de passivos externos que, para os países em desenvolvimento, alcançou US$ 30,7 trilhões em 2024, ou,

A acumulação desses fluxos, ajustado por valorações e desinvestimentos, gera um estoque de passivos externos que, para os países em desenvolvimento, alcançou US$ 30,7 trilhões em 2024 ou, classificada em tipos de instrumentos financeiros, de 56% em participação acionária e 44% em dívida. Esse estoque precisa ser servido continuamente por meio do pagamento de lucros, royalties e juros, que constituem saídas na conta de renda primária (UNCTAD, 2026).

Figura 5 – Os fluxos financeiros geram estoques de passivos: composição dos estoques acumulados de passivos externos dos países em desenvolvimento em 2024 (trilhões de dólares).



Fonte: UNCTAD, 2026.

Em 2024, os retornos recebidos por não-residentes sobre seus investimentos em países em desenvolvimento somaram US$ 1.070 bilhões, dos quais 64% corresponderam a lucros e royalties sobre participação acionária e 36% a juros sobre instrumentos de dívida. No mesmo ano, o equivalente a 72% dos novos ingressos financeiros de não-residentes retornou a eles sob a forma de remuneração dos passivos acumulados. Entre 2014 e 2024, os países em desenvolvimento pagaram retornos médios superiores aos das economias desenvolvidas em todas as categorias funcionais de passivos, com a maior diferença nos fluxos de portfólio, cujo custo mediano de serviço foi de 5,2% ao ano, contra 2,5% nas economias desenvolvidas, diferencial que a UNCTAD atribui ao prêmio de risco cobrado desses países (UNCTAD, 2026).

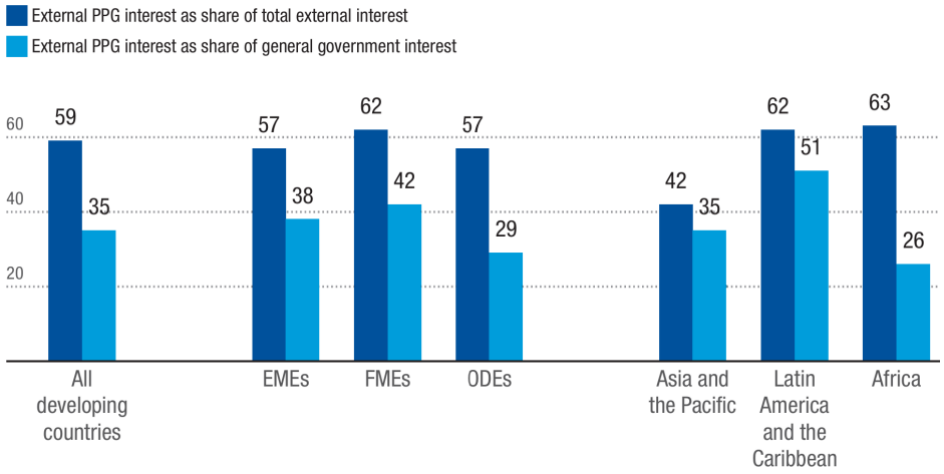
Da participação acionária à dívida: onde se concentra o problema

Vista pela ótica do instrumento, participação acionária e dívida seguiram trajetórias divergentes. Entre 2014 e 2024, o estoque de participação acionária cresceu mais rápido que seu custo de serviço, enquanto o custo do serviço da dívida cresceu mais de duas vezes e meia mais rápido que o próprio estoque de dívida. A volatilidade, a escala e o custo dos passivos externos têm origem predominante na dinâmica da dívida, e não na dinâmica acionária, o que

motiva o deslocamento do foco de uma avaliação holística de todos os fluxos para uma análise aprofundada da dívida soberana (UNCTAD, 2026).

O custo externo mais elevado da dívida transmite-se diretamente ao setor público. Como parcela material da dívida externa dos países em desenvolvimento é contraída por seus governos, a elevação dos juros externos eleva os juros da dívida pública: em 2024, os juros sobre a dívida externa pública e com garantia pública (PPG) representaram uma mediana de 59% do total dos juros externos desses países e 35% do total dos juros do governo geral, de modo que variações nas taxas externas produzem impacto direto e material sobre o custo da dívida pública (UNCTAD, 2026).

Figura 6 – Os juros externos afetam o custo do serviço da dívida do setor público: participação mediana dos juros externos PPG no total dos juros externos e no total dos juros do governo geral, 2024 (%).

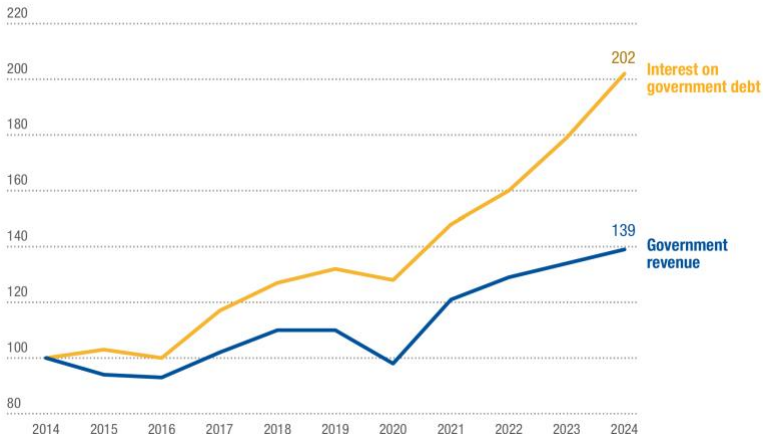


Fonte: UNCTAD, 2026.

O impacto no desenvolvimento: espaço fiscal em erosão

A consequência dessa dinâmica é a corrosão do espaço fiscal. Entre 2014 e 2024, os juros sobre a dívida pública dos países em desenvolvimento cresceram 2,6 vezes mais rápido que as receitas governamentais, 102% contra 39%, sinalizando deterioração da sustentabilidade da dívida do setor público (UNCTAD, 2026).

Figura 7 — Os juros superaram a capacidade de honrá-los: tendências dos juros do governo geral e da receita governamental em países em desenvolvimento (índice 2014 = 100).



Fonte: UNCTAD, 2026.

Entre 2018 e 2024, 99 países em desenvolvimento sofreram redução da parcela da receita governamental disponível para outros fins, incluindo os ODS, em razão da alta dos juros do setor público, e 73% dos países em desenvolvimento perderam espaço fiscal no período, o que restringiu a alocação de recursos a prioridades de desenvolvimento (UNCTAD, 2026).

O custo do capital traduzido em bens públicos

Um exercício contrafactual indica que, se 94 países em desenvolvimento tivessem acesso às mesmas taxas de financiamento das economias desenvolvidas (EUA, zona do euro, Reino Unido e Japão), a economia anual em juros seria de aproximadamente US$ 500 bilhões. Em 2024, a taxa efetiva média paga por esse bloco em desenvolvimento foi de 5,5% ao ano, comparada a 2,2% do grupo central. A UNCTAD lê esse diferencial não como estatística financeira, mas como restrição à capacidade fiscal e ao potencial de desenvolvimento, que desloca investimento público de longo prazo e ameaça a sustentabilidade da dívida (UNCTAD, 2026).

Essa economia anual financiaria a construção de cerca de 375 mil escolas, ou 1,3 milhão de postos de atenção primária à saúde, ou mais de 65 mil quilômetros de rodovias de pista dupla em áreas rurais; alternativamente, cobriria a alimentação de aproximadamente 1,6 bilhão de crianças em dieta de diversidade mínima, ou o financiamento de mais de 920 gigawatts de capacidade solar instalada. Os custos unitários adotados situam-se na faixa superior das estimativas disponíveis e têm caráter ilustrativo, mas o exercício explicita que o prêmio de risco pago pelos países em desenvolvimento tem contrapartida direta em serviços de saúde, educação e infraestrutura não ofertados (UNCTAD, 2026).

Tabela 1 – Usos alternativos ilustrativos da economia de juros de US$ 500 bilhões anuais.

Item	Illustrative Cost per Unit*	Additional Units that Could be Financed
Minimum dietary diversity feeding scheme	$305/child/year	1'634'383'689 children/year
Dual lane rural highway	$7.6 million/km	65'590 km/year
Primary health care centre	$385'000/centre	1'294'771 centres/year
High speed railway track	$21 million/km	23'737 km/year
Installed solar electricity generation capacity	$540'000/megawatt	923'124 megawatts/year

Fonte: UNCTAD, 2026.

A estrutura do endividamento soberano externo

O financiamento soberano externo organiza-se em torno de dois instrumentos, títulos de dívida e empréstimos, cuja participação relativa varia com o grau de integração financeira. Em 2024, 57% da dívida externa PPG em aberto assumia a forma de empréstimos e 43% era devida a detentores internacionais de títulos, com os credores multilaterais permanecendo a fonte mais relevante para muitos países. A dependência de empréstimos é acentuada nas economias menos integradas: mais da metade da dívida externa PPG das ODEs é devida a instituições multilaterais, sobretudo o Grupo Banco Mundial e o FMI, enquanto os títulos representam 54% da dívida externa das EMEs, mas apenas 21% nas FMEs e 8% nas ODEs (UNCTAD, 2026).

Condições de captação: prêmio de risco persistente

As condições de captação melhoraram em 2024 e 2025 sem eliminar o diferencial que penaliza o Sul Global. Após uma sucessão de choques entre 2020 e 2024 que elevou os rendimentos soberanos e as taxas dos empréstimos externos a patamares recordes, os rendimentos médios dos títulos soberanos dos países em desenvolvimento recuaram de um pico de 7,3% em 2023 para 5,7% em 2025; ainda assim, os spreads sobre ativos de referência implicavam que esses países pagavam, em média, 1,9 ponto percentual a mais para captar em moeda estrangeira do que os países desenvolvidos. A elevação foi especialmente severa para FMEs e países africanos, cujos rendimentos médios quase dobraram, aproximando-se de 12% e 11% respectivamente entre 2022 e 2024, com a nova emissão caindo cerca de 75% nesses grupos (UNCTAD, 2026).

O custo dos empréstimos externos seguiu trajetória análoga, atingindo taxa de juros recorde de aproximadamente 4,9% em 2024, mais que o dobro de 2022, impulsionado sobretudo por credores privados e por financiamento multilateral não-concessional. Mesmo os empréstimos multilaterais, que entre 2015 e 2022 custavam em média 1,9%, mais que dobraram para 4,6% em 2023 antes de recuar a 4,3% em 2024, patamar que a UNCTAD qualifica como criticamente elevado. Como boa parte do crédito multilateral não-concessional é indexada a taxas de referência como a SOFR e a EURIBOR, o aperto monetário nos países desenvolvidos transmite-se aos custos de captação do Sul Global, de modo que, embora os volumes multilaterais sejam anticíclicos, seus custos permanecem pró-cíclicos (UNCTAD, 2026).

Encurtamento das maturidades e risco de refinanciamento

Um agravante estrutural é o encurtamento das maturidades dos títulos. O prazo médio das emissões de títulos em moeda estrangeira caiu de cerca de 17 anos no período 2015-2021 para apenas 9,5 anos em 2025, movimento generalizado entre grupos de países. O financiamento de longo prazo é condição para investimentos cujos retornos se materializam ao longo de períodos extensos, como infraestrutura, educação e sistemas de saúde; a dívida de curto prazo, ao contrário, amplia o risco de refinanciamento, pois exige rolagens mais frequentes, potencialmente em condições desfavoráveis, e pode aprisionar governos em ciclos de refinanciamento de curto prazo que deslocam o investimento de longo prazo necessário ao desenvolvimento (UNCTAD, 2026).

Determinantes do custo e caminhos de política

A UNCTAD organiza os determinantes do custo da dívida soberana em fatores externos, de “empurrão”, e domésticos, de “atração”, distinção que orienta as respostas de política. Os externos escapam ao controle dos países — a política monetária das economias avançadas, o apetite global por risco, a dinâmica cambial do dólar, os choques climáticos crescentemente precificados no risco soberano e o próprio declínio recente da assistência oficial ao desenvolvimento, que reduziu a oferta de financiamento externo barato. Os domésticos, ao menos parcialmente administráveis, reúnem os vários riscos que o país sinaliza a seus credores (crédito, câmbio, liquidez) e a subprecificação decorrente de capacidade institucional limitada. Sobre este último ponto, a UNCTAD destaca que as agências de classificação de risco têm sido reiteradamente criticadas por superestimar o perfil de risco dos países em desenvolvimento, o que reforça custos de captação elevados (UNCTAD, 2026).

As recomendações distribuem-se entre medidas nacionais e ações multilaterais. No plano nacional, propõe-se fortalecer os arcabouços macroeconômicos e a qualidade

institucional, ampliar o financiamento em moeda local, elevar a transparência de dados e a comunicação com investidores, e recorrer a instrumentos inovadores como swaps de dívida por desenvolvimento e títulos verdes e azuis, ainda que a vantagem de precificação destes últimos (o chamado “greenium”) tenha se mostrado modesta (UNCTAD, 2026).

No plano multilateral, a UNCTAD defende que os bancos de desenvolvimento ampliem financiamento concessional, garantias e empréstimos em moeda local, sustentados por recapitalizações regulares. Defende ainda a reversão do declínio recente da ODA e o recompromisso com a meta de 0,7% da renda nacional bruta, hoje cumprida por apenas cinco países desenvolvidos. O contraste mais agudo está no financiamento climático: as necessidades anuais de adaptação nos países em desenvolvimento são estimadas entre US$ 310 bilhões e US$ 365 bilhões, ante financiamento público internacional efetivo de cerca de US$ 26 bilhões em 2023 (UNCTAD, 2026).

Referências

OMC. DG Okonjo-Iweala calls for strengthening member-expert engagement at WTO Chairs conference. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/chair_01jul26_440_e.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

UNCTAD. **Financing development: External flows of financial capital to developing countries and their cost.** Technical and statistical report. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2026. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/gds2026d2_en.pdf

UN DESA. **The Sustainable Development Goals Report 2025.** New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2025. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2025.

Os Terremotos na Venezuela e os Desafios da Ajuda Humanitária em Diferentes Partes do Mundo

Los terremotos en Venezuela y los retos de la ayuda humanitaria en diferentes partes del mundo

Earthquakes in Venezuela and the Challenges of Humanitarian Aid in Different Parts of the World

Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Helena de Vasconcellos e Sousa e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Na última quinzena, foram monitoradas 62 organizações da sociedade civil (OSC), das quais 46 apresentaram manifestações relevantes para este informe. O principal destaque foi a resposta internacional aos terremotos que atingiram a Venezuela que mobilizou diversas organizações na prestação de ações de ajuda humanitária, em chamadas à solidariedade internacional e em alertas para surtos de cólera e febre tifoide em decorrência da destruição dos sistemas de água e saneamento. As OSC de interesse público destacaram ainda outras crises humanitárias, notadamente aquelas relacionadas a conflitos violentos e deslocamentos forçados em Gaza, Ucrânia, Afeganistão, Sudão, Quênia e Somália. Outras manifestações trataram do surto de Ebola na RDC, da prevenção de HIV/aids e de ações voltadas ao enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis, com foco na promoção da alimentação saudável e no fortalecimento das políticas de controle do tabaco. Ganharam destaque também discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas na saúde, especialmente as ondas extremas de calor registradas em diferentes regiões do mundo. AS OSC de interesse privado, por sua vez, destacaram temas relacionados à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico em saúde, incluindo vacinas, diagnósticos, vigilância epidemiológica, fortalecimento dos sistemas de saúde, preparação para emergências sanitárias e cooperação científica internacional, além da ampliação do acesso a tecnologias e da qualificação da força de trabalho em saúde.

Palavras-chave: Venezuela; terremoto; ajuda humanitária; solidariedade internacional.

Resumen: *En los últimos quince días se ha realizado un seguimiento de 62 organizaciones de la sociedad civil (OSC), de las cuales 46 han realizado declaraciones relevantes para este informe. Lo más destacado fue la respuesta internacional a los terremotos que azotaron Venezuela, lo que movilizó a diversas organizaciones para prestar ayuda humanitaria, hacer llamamientos a la solidaridad internacional y alertar sobre brotes de cólera y fiebre tifoidea como consecuencia de la destrucción de los sistemas de agua y saneamiento. Las OSC de interés público también destacaron otras crisis humanitarias, en particular las relacionadas con conflictos violentos y desplazamientos forzados en Gaza, Ucrania, Afganistán, Sudán, Kenia y Somalia. Otras manifestaciones abordaron el brote de ébola en la República Democrática del Congo, la prevención del VIH/sida y las medidas destinadas a hacer frente a las enfermedades crónicas no transmisibles, centrándose en la promoción de una alimentación saludable y en el refuerzo de las políticas de control del tabaco. También cobraron relevancia los debates sobre los efectos del cambio climático en la salud, especialmente las olas de calor extremas registradas en diferentes*

regiones del mundo. Las OSC de interés privado, por su parte, destacaron temas relacionados con la investigación, la innovación y el desarrollo tecnológico en materia de salud, entre los que se incluyen las vacunas, los diagnósticos, la vigilancia epidemiológica, el fortalecimiento de los sistemas sanitarios, la preparación ante emergencias sanitarias y la cooperación científica internacional, además de la ampliación del acceso a las tecnologías y la cualificación del personal sanitario.

Palabras clave: *Venezuela; terremoto; ayuda humanitaria; solidaridad internacional.*

Abstract: *Over the past two weeks, 62 civil society organizations (CSOs) were monitored, of which 46 issued statements relevant to this report. The main highlight was the international response to the earthquakes that struck Venezuela, which mobilized various organizations to provide humanitarian aid, issue calls for international solidarity, and warn of outbreaks of cholera and typhoid fever resulting from the destruction of water and sanitation systems. Public-interest CSOs also highlighted other humanitarian crises, notably those related to violent conflicts and forced displacement in Gaza, Ukraine, Afghanistan, Sudan, Kenya, and Somalia. Other statements addressed the Ebola outbreak in the DRC, HIV/AIDS prevention, and initiatives aimed at combating chronic noncommunicable diseases, with a focus on promoting healthy eating and strengthening tobacco control policies. Discussions on the effects of climate change on health also gained prominence, particularly the extreme heat waves recorded in different regions of the world. Private-sector CSOs, in turn, highlighted issues related to research, innovation, and technological development in health, including vaccines, diagnostics, epidemiological surveillance, strengthening health systems, preparedness for public health emergencies, and international scientific cooperation, as well as expanding access to technologies and improving the skills of the health workforce.*

Keywords: *Venezuela; earthquake; humanitarian aid; international solidarity.*

INTRODUÇÃO

Nesta quinzena, o foco principal das manifestações da sociedade civil esteve na resposta humanitária às vítimas dos terremotos na Venezuela, que mobilizou muitas organizações internacionais. Destacaram-se também as manifestações sobre conflitos armados e consequentes crises humanitárias (Sudão, Gaza, Afeganistão e Ucrânia), o surto de Ebola na República Democrática do Congo, os debates sobre acesso a medicamentos, o fortalecimento dos sistemas de saúde e governança global, além das agendas relacionadas às mudanças climáticas, direitos humanos e pesquisa em saúde global.

No caso dos terremotos que atingiram a Venezuela, as manifestações destacaram os impactos da destruição da infraestrutura sanitária, o elevado risco de surtos de doenças infecciosas em decorrência do comprometimento dos sistemas de água e saneamento, o deslocamento de milhares de pessoas e a necessidade de ampliar a assistência humanitária, especialmente para crianças, mulheres e outras populações vulneráveis. Também receberam atenção os efeitos da crise sobre a saúde mental, o aumento da violência de gênero em abrigos temporários e a necessidade de fortalecer os esforços de reconstrução e recuperação dos serviços de saúde.

Além da crise venezuelana, houve manifestações sobre outras emergências humanitárias relacionadas a conflitos armados e deslocamentos populacionais. Destacaram-se

as ações voltadas à proteção de civis e ao respeito ao Direito Internacional Humanitário no conflito entre Rússia e Ucrânia, o agravamento da insegurança alimentar e da desnutrição infantil no Afeganistão, a deterioração da situação humanitária em Gaza, a crise sanitária no Sudão, marcada pela destruição dos sistemas de água e saúde e pelo avanço da cólera, bem como os desafios enfrentados por refugiados e populações deslocadas no Chifre da África.

Na agenda sanitária, sobressaíram iniciativas relacionadas ao enfrentamento de doenças transmissíveis e negligenciadas. O acesso ao lenacapavir para prevenção do HIV/aids, a evolução do surto de Ebola na República Democrática do Congo, as pesquisas sobre esquistossomose, micetoma e doença do sono, além dos estudos sobre o vírus sincicial respiratório e a covid longa, estiveram entre os principais temas acompanhados. Paralelamente, as organizações mantiveram atenção às doenças crônicas não transmissíveis, promovendo ações de prevenção do tabagismo, do consumo de alimentos ultraprocessados e de bebidas açucaradas, bem como iniciativas voltadas à promoção da saúde mental, prevenção do suicídio e envelhecimento saudável.

O período também foi marcado por debates sobre os determinantes sociais da saúde e os direitos humanos. As organizações monitoraram os impactos das políticas de austeridade sobre os sistemas públicos de saúde, mudanças em políticas sociais e migratórias, denúncias de violações de direitos de migrantes e refugiados e preocupações com a proteção da saúde dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, ganharam destaque discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas na saúde, especialmente diante das ondas extremas de calor registradas em diferentes regiões do mundo, reforçando a necessidade de medidas de adaptação, proteção laboral e participação social nas políticas climáticas.

Houve muitas manifestações alusivas ao fortalecimento dos sistemas de saúde, à atenção primária, à formação da força de trabalho e à bioética. As publicações também enfatizaram a importância do financiamento da pesquisa e da inovação em saúde, do desenvolvimento de diagnósticos, medicamentos e vacinas para doenças negligenciadas, bem como da ampliação da participação da sociedade civil nos processos de reforma da governança global da saúde, especialmente no âmbito da Organização Mundial da Saúde

Por fim, nas manifestações das organizações da sociedade civil de interesse privado, predominaram temas relacionados à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico em saúde, com destaque para vacinas, diagnósticos e vigilância epidemiológica voltados a doenças infecciosas como Ebola, tuberculose, malária e esquistossomose. Também foram frequentes as iniciativas de fortalecimento dos sistemas de saúde, ampliação do acesso a tecnologias e imunização, preparação para emergências sanitárias, cooperação científica internacional, financiamento da pesquisa e desenvolvimento de capacidades produtivas e tecnológicas, além de ações voltadas à saúde de refugiados, ao manejo de doenças crônicas e à qualificação da força de trabalho em saúde.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Terremoto na Venezuela

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou que os terremotos na Venezuela elevaram o risco de surtos de doenças como cólera e febre tifoide devido à destruição dos sistemas de água e saneamento. A organização também destacou os impactos na saúde mental da população e

informou que iniciou atendimentos médicos e psicológicos por meio de clínicas móveis, além de doar suprimentos a hospitais e apoiar os serviços forenses nas áreas mais afetadas. [1]

A organização Save the Children alertou para o agravamento da crise humanitária após os terremotos que atingiram o norte da Venezuela, destacando os riscos enfrentados por crianças e famílias deslocadas. A entidade informou que está mobilizando equipes para oferecer proteção infantil, apoio psicossocial, abrigo, assistência à saúde, alimentos e itens de emergência, ressaltando a necessidade de garantir espaços seguros, acesso à água e apoio humanitário às comunidades afetadas. [2]

A Fòs Feminista mobilizou uma resposta emergencial após os terremotos que atingiram a Venezuela, apoiando organizações parceiras locais na continuidade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva. A iniciativa prioriza o fornecimento de insumos essenciais, a abertura de unidades de atendimento para pessoas afetadas e o suporte a profissionais de saúde que permanecem na linha de frente, mesmo diante de perdas pessoais.[3]

A World Vision ampliou sua resposta humanitária aos terremotos na Venezuela, prestando assistência a mais de 520 famílias por meio da distribuição de alimentos, kits de higiene e outros itens essenciais. A organização prioriza a proteção infantil, oferecendo espaços seguros para crianças e adolescentes, apoio psicossocial e capacitação de equipes humanitárias em proteção, prevenção da violência de gênero e primeiros socorros psicológicos.[4]

A World Vision alertou para o agravamento da emergência humanitária na Venezuela após mais de 200 réplicas dos terremotos que atingiram o país, aumentando os riscos para as populações afetadas, especialmente crianças e adolescentes. As réplicas dificultam as operações de resgate e recuperação, enquanto milhares de famílias permanecem deslocadas, com acesso limitado a abrigo, água, alimentos e serviços essenciais.[5]

A World Vision iniciou uma resposta humanitária emergencial após os terremotos que atingiram a Venezuela, priorizando a assistência às comunidades mais afetadas e a proteção de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. A organização prevê a distribuição de alimentos, kits de higiene e dignidade menstrual, além da instalação de estruturas de saneamento e da oferta de apoio psicossocial e espaços seguros para crianças.[6]

O Movimento Popular pela Saúde (PHM) expressou sua solidariedade ao povo da Venezuela após os devastadores terremotos de 24 de junho, que causaram mortes, traumas, destruição de casas e infraestrutura e o deslocamento de milhares de famílias. Conclamou ativistas da saúde, seus próprios militantes e de organizações aliadas no mundo todo a fortalecerem os esforços de solidariedade, apoiando o socorro emergencial, a reconstrução e a proteção do direito à saúde para todos os afetados.[7]

A CARE noticiou a situação da Venezuela, uma semana após os terremotos de magnitudes 7,2 e 7,5, o mais forte em 125 anos, em La Guaira e Caracas, o texto lista cinco realidades: 1) a Venezuela já estava em crise prévia, com mais de um terço da população na pobreza e perdas econômicas estimadas entre 2% e 10% do PIB; 2) até 30 de junho, quase 2.000 mortes e mais de 10.000 feridos foram registrados, com expectativa de alta, e o sistema de saúde colapsou totalmente nas áreas costeiras, gerando necessidades urgentes por água, alimentos, abrigo, assistência médica e kits de higiene; 3) mulheres e meninas enfrentam riscos desproporcionais, com 15 casos de violência sexual identificados em abrigos nas primeiras 72 horas; 4) a CARE atua com parceiros locais como a Tinta Violeta (primeiros socorros psicossociais, atendimento a casos de violência e kits de dignidade) e o CESAP (cozinha comunitária com

refeições quentes); 5) o financiamento é urgente, pois 7,9 milhões já necessitavam de ajuda antes do terremoto e o plano humanitário estava financiado em apenas 23,2%.[8]

A International Federation of Social Workers publicou nota onde manifesta sua total solidariedade ao povo venezuelano em decorrência do terremoto que atingiu comunidades de todo o país. Na nota reconhece o empenho e o profissionalismo dos assistentes sociis que trabalham em contexto de crise e em circunstâncias extremamente difíceis[9].

Rússia – Ucrânia

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) informou que sua presidente, Mirjana Spoljaric, realizou uma visita oficial a Moscou para dialogar com autoridades russas sobre questões humanitárias relacionadas ao conflito entre Rússia e Ucrânia. As discussões abordaram a proteção de civis e da infraestrutura essencial, os direitos dos prisioneiros de guerra, a busca por pessoas desaparecidas e o respeito ao Direito Internacional Humanitário, reforçando o papel neutro do CICV na assistência às populações afetadas. [10]

Afeganistão/ Crise alimentar

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou para o aumento expressivo das internações de crianças com desnutrição aguda grave no sul do Afeganistão, atribuindo a situação ao agravamento da insegurança alimentar, aos cortes no financiamento internacional e ao fechamento de serviços de saúde e nutrição. A organização defende o restabelecimento urgente de recursos para programas nutricionais e a garantia do fornecimento de alimentos terapêuticos e insumos médicos, a fim de evitar o aumento de mortes infantis evitáveis. [11]

Gaza / Palestina

A SHEM está divulgando uma série de publicações da Global Sumud Flotilla, incluindo episódios do podcast e os diários do Co-Chair Juan Garay durante sua participação na missão. As publicações compartilham relatos sobre a experiência da flotilha humanitária, denunciam a situação em Gaza e incentivam ações de advocacy e mobilização internacional em defesa dos direitos humanos.[12,13]

Sudão

A CARE alertou que três anos de guerra destruíram Cartum no Sudão, com colapso dos sistemas de água e fechamento de clínicas, e mais de 3,5 milhões de pessoas fugiram apenas da capital. Segundo a organização, o colapso dos sistemas de água, saneamento e higiene provocou 124.418 casos de cólera e 3.573 mortes em todo o Sudão entre agosto de 2024 e janeiro de 2026, e a cobertura vacinal contra difteria, tétano e coqueluche caiu de 94% em 2022 para 48% em 2024, o menor índice desde 1987. A CARE reabilitou duas grandes estações de tratamento de água em Omdurman, restaurou mais de 50 tanques de armazenamento, instalou painéis solares e garantiu tratamento contínuo da água, alcançando mais de 2 milhões de pessoas. A organização também concedeu subsídios em dinheiro a comitês locais, que reconstruíram unidades de saúde, e apoiou a criação de 18 grupos comunitários liderados por mulheres para restaurar água, saneamento e atendimento básico.[14]

Quênia e Somália

A NCD Alliance publicou matéria sobre a importância dos sistemas de saúde e humanitários serem desenhados para pessoas e não orientados por fronteiras físicas e administrativas. Em destaque ao Dia Mundial do Refugiado, a organização lembra que "pessoas

se deslocam, mas os sistemas de saúde muitas vezes não acompanham essa mobilidade", o que traz impactos objetivos na vida de milhares de pessoas refugiadas que por exemplo não tem um prontuário médico que as acompanhe. Destacam os desafios das centenas de pessoas deslocadas entre a fronteira do Quênia e Somália devido aos conflitos, secas, inundações e instabilidade econômica na região[15].

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

HIV/AIDS

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) lançou uma campanha para pressionar a farmacêutica Gilead Sciences a ampliar o acesso global ao lenacapavir, medicamento injetável de longa duração para prevenção do HIV. A organização critica o alto preço e as restrições impostas pela empresa, que excluem países como o Brasil do acesso a versões genéricas, e defende que governos utilizem mecanismos legais, como as flexibilidades do Acordo TRIPS, para ampliar a produção de genéricos e garantir que o medicamento esteja disponível por até US$ 40 por pessoa ao ano. [16]

Ebola

A World Medical Association (WMA), em parceria com a World Veterinary Association e outras organizações, lançou uma pesquisa global para avaliar como os princípios de One Health e Saúde Planetária estão sendo incorporados à formação e à capacitação de profissionais da saúde. A iniciativa pretende estabelecer um panorama global sobre a preparação da força de trabalho em saúde e subsidiar recomendações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.[17]

A ActionAid alertou que famílias deslocadas na província de Ituri, na República Democrática do Congo, enfrentam uma "dupla tragédia": a combinação do conflito armado com o surto de Ebola. A organização destaca que a superlotação dos campos, a escassez de água, alimentos, higiene e informações sobre a doença aumentam os riscos de contágio e de violência de gênero, defendendo maior apoio humanitário e o fortalecimento de respostas lideradas por mulheres e jovens.[18]

A CARE alertou que o surto de Ebola na RDC, declarado em 15 de maio de 2026 em Ituri, está sendo agravado por desinformação e falta de equipamentos, com cortes de financiamento reduzindo sua capacidade operacional e causando escassez de luvas, máscaras e insumos laboratoriais. Segundo a organização, que atua em 22 zonas de saúde com quase 400 agentes comunitários (metade mulheres), mulheres e meninas são o foco central, pois representam de 57% a 62% dos casos em surtos anteriores e são as principais cuidadoras e responsáveis por rituais fúnebres, elevando seu risco de infecção. A organização já distribui kits de higiene, rastreia casos e compartilha informações confiáveis, mas busca financiamento urgente para expandir a resposta de 220 mil para 1 milhão de pessoas.[19]

Doenças tropicais negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou a realização do webinário "Uma Década de Defesa e Pesquisa em Micetomas: Lições Aprendidas e o Futuro", que vai discutir o progresso alcançado, os desafios que permanecem e as ações necessárias para acelerar a pesquisa, a inovação e o acesso a melhores diagnósticos e tratamentos.[20]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) publicou o depoimento de Joannie Roy, pesquisadora biomédica dos Médicos Sem Fronteira, em que compartilha a boa notícia da chegada de um tratamento de dose única a doença do sono, após 20 anos de pesquisa.[21]

Vírus respiratórios

A Fundação Huésped divulgou estudo clínico para avaliar um potencial tratamento para o Vírus Sincicial Respiratório (VSR), uma infecção respiratória frequente que pode causar complicações graves, especialmente em idosos e pessoas com comorbidades. O estudo recruta adultos com sintomas respiratórios ou febre, priorizando indivíduos com fatores de risco ou idade igual ou superior a 75 anos. Como ainda não existe um tratamento aprovado para o VSR, a pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de uma nova opção terapêutica que poderá beneficiar pacientes na Argentina e em outros países.[22]

Doação de sangue

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina engajou-se no movimento "Pulso da Humanidade", voltado a promover a doação de sangue como parte de uma cultura de solidariedade, compaixão e esperança.[23]

COVID-19

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a realização de um webinário, no dia 30 de julho, sobre a covid longa, lembrando que ela continua afetando milhões, mas persistem lacunas de conhecimento e incertezas clínicas. No webinário, especialistas de todo o mundo apresentarão atualizações sobre prevalência, sintomas, fatores de risco e caminhos de cuidado. [24]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Alimentação saudável e promoção da saúde

A ACT Promoção da Saúde , em parceria com o CECIP e a Rede Não Bata, Eduque, realizou uma mobilização em Copacabana para divulgar a campanha "Tirem o Refrigerante de Campo", que questiona o patrocínio de grandes empresas de refrigerantes em eventos esportivos, como a Copa do Mundo da FIFA. A ação distribuiu cartões vermelhos com informações sobre a campanha e buscou conscientizar o público sobre os impactos do consumo de bebidas açucaradas na saúde e sobre a estratégia de sportwashing, defendendo que o esporte promova hábitos saudáveis.[25]

A ACT Promoção da Saúde lançou a Loja de Inconveniência, uma instalação educativa e interativa que busca conscientizar o público sobre os impactos do consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados. Por meio de embalagens, rótulos e exposições que destacam os riscos à saúde associados a esses produtos, a iniciativa estimula o pensamento crítico sobre as estratégias de marketing dessas indústrias e promove o direito à informação clara, incentivando o debate sobre a prevenção de doenças crônicas e a promoção da saúde.[26]

Dia Mundial sem Tabaco

A European Lung Foundation (ELF) e a Sociedade Respiratória Europeia (ERS) alertaram que a revisão da Diretiva sobre Produtos do Tabaco da UE é uma oportunidade crucial para fechar lacunas regulatórias e responder ao crescimento de novos produtos de nicotina, como cigarros eletrônicos e sachês, que atraem cada vez mais jovens. Segundo a organização,

especialistas e eurodeputados reuniram-se no Parlamento Europeu no Dia Mundial sem Tabaco para pedir regras mais rígidas e coesas, destacando que a indústria continua a visar os jovens e que as políticas atuais são ineficazes. A OMS Europa reforçou que a questão não é se os produtos evoluem, mas se as políticas de saúde pública conseguem acompanhar para proteger crianças e jovens. [27]

Saúde mental

A ACON informou que sua Diretora de Serviços para Pares e Clientes, Sophie Potter, foi nomeada para o NSW Suicide Prevention Council. O conselho, criado após a aprovação da Lei de Prevenção do Suicídio de 2025 em Nova Gales do Sul, assessorará o governo na implementação de políticas de prevenção ao suicídio. A nomeação fortalece a representação das comunidades LGBTQIA+ no desenvolvimento de estratégias para reduzir o suicídio e promover a saúde mental no estado.[28]

Envelhecimento e DCNT

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) anunciou a Série de Diálogo Pan-Africana sobre Envelhecimento e Desenvolvimento que vai explorar abordagens práticas de cuidados integrados de longo prazo, desenvolvimento da força de trabalho, cuidados comunitários e equidade de gênero.[29]

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) divulgou o lançamento de seu novo relatório "Elevar a importância das pessoas idosas e do envelhecimento saudável na agenda global das DCNT", em que defende uma abordagem que reflita a verdadeira escala do desafio.[30]

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) divulgou uma pesquisa global em que ouviu vozes de vários setores para promover sociedades prontas para a longevidade. As prioridades identificadas incluem: combater o idadismo, fortalece a colaboração intersetorial para conectar políticas com as realidades locais, investir em sistemas de cuidado, adotar abordagens baseadas em direitos que promovam responsabilização e inclusão e investir em iniciativas comunitárias e intergeracionais que promovam resiliência, conexão e independência.[31]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Pobreza, desigualdade e proteção social

A ActionAid, em parceria com a Education International e a Tax and Education Alliance, publicou um relatório criticando o Fundo Monetário Internacional (FMI) por impor políticas de austeridade que reduzem investimentos em saúde, educação e proteção social em países de baixa renda, enquanto recomenda maior gasto público a países ricos. As organizações defendem reformas na governança financeira global, incluindo mecanismos liderados pela ONU para tributação e reestruturação de dívidas, em substituição ao atual modelo do FMI. [32]

A Human Rights Watch criticou as novas regras de elegibilidade do programa Medicaid nos Estados Unidos, afirmando que a exigência de comprovação de atividades laborais para manutenção da cobertura poderá restringir o acesso à assistência à saúde de milhões de pessoas de baixa renda, incluindo pacientes com doenças graves. A organização alerta que a medida pode afetar indivíduos em tratamento de câncer e outras condições incapacitantes,

aumentando o risco de interrupção de cuidados médicos essenciais e ampliando as desigualdades no acesso aos serviços de saúde. [33]

Direitos humanos de migrantes

A Human Rights Watch e a Physicians for Human Rights denunciaram o aumento expressivo das mortes sob custódia do U.S. Immigration and Customs Enforcement durante o segundo mandato do presidente Donald Trump. Segundo relatório conjunto, ao menos 52 pessoas morreram em centros de detenção migratória nos primeiros 500 dias da atual administração, em um contexto de expansão das detenções, deficiência na assistência médica, falta de transparência e enfraquecimento dos mecanismos de fiscalização. [34]

A Human Rights Watch criticou a decisão da República Centro-Africana de receber pessoas deportadas pelos Estados Unidos no âmbito de acordos de transferência para terceiros países. A organização alertou que muitos dos deportados, oriundos de países como Afeganistão, Irã, Iraque e outros, possuíam proteção judicial contra deportação por risco de perseguição ou tortura em seus países de origem.[35]

A Human Rights Watch criticou a política do governo mexicano de receber cidadãos cubanos deportados pelos Estados Unidos, argumentando que o tratamento dado a essas pessoas está longe de ser "humanitário". Segundo a organização, mais de 4.300 cubanos foram deportados para o México entre janeiro de 2025 e março de 2026, muitos deles idosos e residentes há décadas nos EUA. O relatório aponta que essas pessoas enfrentam dificuldades para acessar medicamentos, moradia, emprego e regularização migratória, permanecendo em situação de extrema vulnerabilidade. [36]

Human Rights Watch denunciou que a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de permitir o encerramento do Status de Proteção Temporária (TPS) para haitianos coloca centenas de milhares de pessoas em risco de deportação para um Haiti marcado por violência extrema, colapso institucional e grave crise humanitária.[37]

Trabalho e saúde do trabalhador

A Public Citizen alertou que a proposta do governo Trump de reduzir em US$ 47 milhões o orçamento da Occupational Safety and Health Administration (OSHA) comprometerá a capacidade da agência de fiscalizar condições de trabalho e prevenir acidentes ocupacionais. A organização destaca que, diante das mais de 140 mil mortes anuais relacionadas ao trabalho nos Estados Unidos, a redução de recursos enfraquece a proteção à saúde dos trabalhadores e amplia os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, defendendo a manutenção do financiamento da agência. [38]

Juventude e promoção da cidadania

A W*orld S*couting destacou como milhares de jovens escoteiros da Indonésia estão desenvolvendo projetos para enfrentar problemas locais por meio do programa Impact Innovators Challenge, da iniciativa global LifeLeaders. Utilizando metodologias de design thinking, os participantes aprendem a ouvir as comunidades, identificar causas estruturais e testar soluções alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A organização reforçou que investir em habilidades de liderança e inovação permite que jovens atuem como agentes efetivos de transformação social.[39]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas

A Public Citizen alertou que a intensa onda de calor que atinge os Estados Unidos representa uma grave ameaça à saúde pública e à segurança dos trabalhadores, atribuindo sua intensificação às mudanças climáticas impulsionadas pela indústria de combustíveis fósseis. A organização também defendeu a criação de normas federais obrigatórias para proteger trabalhadores expostos ao calor extremo, destacando que eventos climáticos extremos aumentam riscos de adoecimento, mortes, sobrecarga dos serviços de saúde e interrupções em atividades essenciais. [40]

A Public Citizen afirmou que um novo estudo da World Weather Attribution confirma que a recente onda de calor na Europa foi intensificada pelas mudanças climáticas causadas pela ação humana. A organização responsabiliza grandes empresas de combustíveis fósseis pela intensificação desses eventos extremos e defende sua responsabilização pelos impactos sobre a saúde pública e pelas mortes associadas às altas temperaturas. [41]

A The Youth Cafe Organization, em parceria com a WeWorld e consórcio de membros, realizou um fórum para lançar o Youth Green Manifesto, um framework que coloca os jovens no centro da agenda climática do Quênia, onde constituem mais de 75% da população. Segundo a organização, o manifesto aborda preocupações prementes como insegurança alimentar, degradação ambiental, enchentes e secas, e o fórum contou com lideranças juvenis, governos locais e o Conselho Nacional da Juventude, que reforçou que a representação juvenil na governança climática é um imperativo constitucional. A The Youth Cafe apresentou a Plataforma de Inovação África-Europa, que conecta jovens empreendedores verdes de ambos os continentes para co-criar soluções em energia renovável, gestão de resíduos, economia circular e agricultura verde.[42]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Fortalecimento dos sistemas de saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou seu apoio à organização de associações de saúde pública na região do Mediterrâneo Oriental. Em Dubai, recentemente, a CEO da Federação, Bettina Borisch, se reuniu com os membros do conselho da Associação de Saúde Pública dos Emirados Árabes após uma reunião oficial com o diretor da Autoridade de Saúde de Dubai.[43]

O InterAcademy Partnership (IAP) divulgou seu relatório de atividades de 2025, destacando seu apoio às academias nacionais de ciências membros por meio de atividades que fortaleceram o aconselhamento científico, aprimoraram a capacidade institucional e promoveram a colaboração internacional.[44]

Atenção Primária

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) anunciou a realização de uma sessão interativa sobre Qualidade do Cuidado e Segurança na Atenção Primária Africana, quando serão discutidas experiências africanas.[45]

Força de trabalho em saúde

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou a publicação, pela AfriWON Renaissance, o Movimento de Jovens Médicos da Região África da WONCA, do boletim informativo da 9ª Conferência da Região África da WONCA, a ser realizada em Gaborone, Botsuana, de 10 a 11 de setembro de 2026.[46]

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) divulgou a realização de uma sessão voltada a discutir como os líderes da área da saúde podem desenvolver inteligência emocional e autoconsciência para enfrentar os desafios em um ambiente em constante evolução.[47]

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais anunciou a publicação da versão 2026 do Guia Internacional de Prática de Terapia Ocupacional da WFOT, afirmando se tratar de um dos guias mais completos. O documento oferece informações de cada país sobre requisitos de registro e licenciamento, demografia da força de trabalho e considerações para a prática em países e territórios ao redor do mundo.[48]

Segurança do paciente, bioética e direitos dos pacientes

A World Medical Association (WMA) anunciou a realização de duas sessões na 18ª Conferência Mundial de Bioética, Ética Médica e Direito da Saúde, em Portugal, dedicadas às Declarações de Taipei e Lisboa. Os debates abordarão questões éticas relacionadas ao uso de bancos de dados e biobancos em saúde, proteção da privacidade, além dos direitos dos pacientes, consentimento informado e dignidade no cuidado em saúde. [49]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Pesquisa e inovação em saúde

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) noticiou que está unindo forças com sete Parcerias de Desenvolvimento de Produtos para pedir investimentos sustentados no European & Developing Countries Clinical Trials Partnership (EDCTP) para Pesquisa e Inovação. Destacou que o investimento contínuo no EDCTP é essencial para garantir que Europa e África permaneçam na vanguarda da descoberta, inovação e preparação para ameaças emergentes.[50]

A Global Health Council destacou o lançamento do filme "Fighting Global Health Threats: The Power of Research and Innovation". O vídeo apresenta o trabalho da Milken Institute School of Public Health, da George Washington University, enfatizando o papel da pesquisa, da inovação e da formação de profissionais no enfrentamento de desafios globais em saúde. A iniciativa evidencia a importância da colaboração entre academia, pesquisa e formuladores de políticas públicas para fortalecer os sistemas de saúde e promover soluções sustentáveis para problemas de saúde em escala global. [51]

A NCD Alliance publicou matéria em que apela para líderes mundiais alinharem os investimentos para o fortalecimento dos sistemas de saúde, reconhecendo a centralidade da atenção primária e da participação social para a Cobertura Universal de Saúde e a Segurança Sanitária global, lembrando que essas não são agendas separadas. Na matéria relacionam a importância do tema à proximidade da Reunião de Alto Nível das Nações Unidas (ONU) de 2026 sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias[52].

A NCD Alliance publicou matéria em que expressa sua preocupação com a exclusão da sociedade civil da Força-Tarefa Conjunta da OMS que supervisionará o processo de reforma da arquitetura global da saúde, já está em andamento e com a primeira consulta mensal aos

Estados-Membros tendo ocorrido na última sexta-feira, 26 de junho. O movimento de reforma iniciado após a 79ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde é motivado também pela redução do financiamento à saúde e as mudanças geopolíticas que estão impulsionando uma "reimaginação" da saúde global. Com o prazo até o dia 15 de julho para indicações para a Força-Tarefa, a NCD Alliance incentiva a que as organizações e pacientes "entrem em contato com os representantes de seus Estados-Membros durante esse período de indicações para defender a inclusão significativa de pessoas afetadas por desigualdades em saúde — incluindo pessoas que vivem com condições de saúde — e de organizações da sociedade civil, por meio de um conjunto de ações[53].

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola

A GAVI, The Vaccine Alliance argumenta que os recentes surtos de Ebola evidenciam o papel fundamental de pesquisadores e instituições africanas no desenvolvimento de soluções para emergências sanitárias. Isso porque cientistas locais lideraram atividades de vigilância epidemiológica, sequenciamento genético e avaliação de vacinas, demonstrando a capacidade científica existente no continente. [54]

A UNICEF e a GAVI, The Vaccine Alliance lançaram uma chamada internacional para fabricantes interessados em acelerar o desenvolvimento e a disponibilização de vacinas contra o ebolavírus Bundibugyo, responsável por surtos esporádicos na África. O chamado integra os esforços globais para fortalecer a preparação contra doenças emergentes e reduzir o tempo entre o surgimento de surtos e a disponibilização de imunizantes.[55]

Em artigo publicado pela WellcomeTrust, especialistas argumentam que o atual surto de ebola causado pela variante Bundibugyo evidencia a importância de investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para doenças infecciosas. Embora existam vacinas e tratamentos aprovados para a espécie Zaire do vírus Ebola, ainda não há ferramentas específicas para a variante Bundibugyo, identificada pela primeira vez em 2007.[56]

Tuberculose

A FIND anunciou o início do recrutamento de participantes para a fase 2 da avaliação clínica do teste molecular Bioneer Accupower Q-RFIA PCR, desenvolvido em parceria com a RIGHT Foundation. O estudo busca validar um teste rápido capaz de detectar a tuberculose e mutações associadas à resistência a múltiplos medicamentos, com o objetivo de ampliar o acesso a diagnósticos mais ágeis e precisos em países de baixa e média renda. [57]

Doenças tropicais negligenciadas

A FIND destacou a importância do desenvolvimento de novos testes diagnósticos mais sensíveis para a esquistossomose, a fim de tornar mais eficiente o direcionamento das campanhas de tratamento em massa. A organização afirma que diagnósticos mais precisos podem reduzir o desperdício de medicamentos, evitar o risco de resistência ao praziquantel e contribuir para a meta da OMS de eliminar a doença como problema de saúde pública até 2030.[58]

A Fundação Gates publicou uma entrevista com a imunologista e pediatra queniana Faith Osier, destacando sua trajetória na pesquisa sobre malária e sua contribuição para o

desenvolvimento de novas vacinas contra a doença. Motivada pela experiência de atender crianças gravemente enfermas em um hospital rural no Quênia, Osier passou a investigar os mecanismos de imunidade ao parasita da malária, buscando estratégias para produzir vacinas mais eficazes e duradouras.[59]

Em artigo publicado pela WellcomeTrust, especialistas destacam a esquistossomose como uma das doenças tropicais negligenciadas mais persistentes do mundo, afetando cerca de 250 milhões de pessoas, sobretudo na África Subsaariana. Transmitida por vermes parasitas que utilizam caramujos de água doce como hospedeiros, a doença pode causar dores crônicas, danos a órgãos e complicações graves quando não tratada. [60]

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance anunciou sua nova Estratégia de Cadeias de Suprimentos para Imunização para o período de 2026 à 2030, com o objetivo de garantir que vacinas cheguem às populações no lugar, momento e condições adequadas, especialmente em comunidades remotas e vulneráveis. A iniciativa prioriza a redução de desabastecimentos, a melhoria da cadeia de frio e o uso de sistemas digitais de monitoramento em tempo real. Tecnologias como o ColdTrace já ajudam a proteger mais de US$1,7 bilhão em vacinas por ano e beneficiam cerca de uma em cada seis crianças no mundo.[61]

A GAVI, The Vaccine Alliance e o OPEC Fund for International Development anunciaram uma parceria estratégica para ampliar a capacidade de fabricação regional e local de vacinas, especialmente em países de baixa e média renda. O acordo prevê apoio financeiro e técnico para desenvolver infraestrutura produtiva, fortalecer cadeias de suprimentos e estimular a transferência de tecnologia.[62]

A GAVI, The Vaccine Alliance apresenta aprendizados do Zero-Dose Learning Hub, iniciativa voltada a compreender e reduzir o número de crianças que nunca receberam vacinas básicas. A experiência mostra que, embora existam ferramentas e estratégias globais eficazes, sua implementação deve considerar as especificidades sociais, políticas e culturais de cada país.[63]

Vigilância epidemiológica e resposta a surtos

A FIND participou, ao lado da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Centro Nacional de Saúde Pública e Farmácia da Hungria, de um workshop em Budapeste para desenvolver uma ferramenta de estimativa de custos para sistemas de vigilância de águas residuais e ambiental (WES-LCT). A iniciativa busca apoiar os países no planejamento de sistemas sustentáveis de vigilância, fortalecendo a preparação para emergências, a detecção precoce de surtos e a resposta em saúde pública.[64]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Fortalecimento dos sistemas de saúde

A Core Group informa que a organização Medicines for Humanity recebeu uma nova doação de US$ 500 mil, concedida pela Conrad N. Hilton Foundation, para ampliar o acesso a serviços essenciais de saúde em Camarões, República Dominicana, Haiti e Sudão. A iniciativa busca fortalecer os sistemas locais de saúde por meio de parcerias com comunidades e profissionais da área, com foco na melhoria da saúde materno-infantil e na promoção de cuidados sustentáveis para populações em situação de vulnerabilidade.[65]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Refugiados

Em documento divulgado, a Consortium of Universities for Global Health argumentou que o acesso à comunicação e à linguagem deve ser reconhecido como uma infraestrutura fundamental para refugiados surdos, e não apenas como uma adaptação opcional. A ausência de intérpretes qualificados e de estratégias culturalmente adequadas compromete o acesso a serviços de saúde, educação, moradia e assistência jurídica.[66]

Migração segura no Quênia

A The Youth Café, em parceria com a Seefar Foundation e com financiamento da União Europeia, realizou em 23 de junho de 2026, em Nairóbi, um exercício offline com jovens para testar mensagens sobre migração segura, no âmbito do projeto SAFE-MIT. Segundo a organização, a iniciativa avaliou a confiança, clareza, relevância e utilidade de conteúdos em redes sociais, usando cinco posts e cinco pares em teste A/B, e identificou quais abordagens e estilos visuais são mais eficazes. O projeto visa equipar jovens com conhecimento sobre riscos da migração irregular e tráfico humano, promovendo rotas seguras e informadas. A organização destacou que a participação direta dos jovens é essencial para moldar campanhas futuras, e que as evidências geradas, incluindo discussões em grupos focais com casos reais de migração, ajudarão a refinar a comunicação. A The Youth Café busca mais engajamento para fortalecer a conscientização sobre migração e alinhar mensagens às necessidades dos jovens.[67]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Diabetes

A FIND, em parceria com a NCD Alliance Kenya, reuniu autoridades de saúde, especialistas e representantes da sociedade civil para apresentar os resultados do estudo ACCEDE, que demonstrou a viabilidade e os benefícios do monitoramento contínuo da glicose (CGM) para pessoas com diabetes tipo 1. O encontro debateu estratégias para ampliar o acesso à tecnologia no sistema público de saúde do Quênia, com foco em financiamento sustentável, incorporação às políticas nacionais e fortalecimento da cobertura universal em saúde. [68]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A FIND, juntamente com outras sete Parcerias para o Desenvolvimento de Produtos (PDPs), defendeu a manutenção dos investimentos na European & Developing Countries Clinical Trials Partnership (EDCTP) no próximo programa de pesquisa da União Europeia (FP10). As organizações destacam que a iniciativa fortalece a colaboração entre Europa e África, impulsiona pesquisas clínicas e o desenvolvimento de inovações para doenças negligenciadas e relacionadas à pobreza, além de reforçar a preparação para futuras emergências em saúde global.[69]

Em artigo publicado pela WellcomeTrust, especialistas analisaram os impactos do Brexit sobre a colaboração científica entre o Reino Unido e a União Europeia dez anos após o referendo. O texto argumenta que, embora a reintegração britânica ao programa Horizon Europe represente um passo importante para a reconstrução das redes de pesquisa, os efeitos da ruptura vão além do financiamento, afetando relações de confiança, mobilidade de pesquisadores e parcerias científicas estabelecidas ao longo de décadas.[70]

A Rockefeller Foundation anunciou a criação da iniciativa RAISE US, voltada à preparação e requalificação da força de trabalho norte-americana diante das transformações da economia impulsionadas pela inteligência artificial. A proposta reúne governos estaduais, empresas e organizações filantrópicas para desenvolver programas de treinamento, transição de carreira e fortalecimento de empregos de qualidade, com projetos-piloto em diferentes estados dos EUA.[71]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Em declaração sobre uma nova pesquisa de opinião pública relacionada a programas de ajuda externa, o presidente da Rockefeller Foundation, Dr. Rajiv J. Shah, destaca que há amplo apoio da população norte-americana à cooperação internacional e às iniciativas de foreign aid, especialmente quando estas são associadas a resultados concretos em saúde, segurança e redução de crises globais.[72]

EVENTOS

A International Federation of Social Workers renovou na Conferência Mundial Conjunta sobre ServiçoSocial, Eucação e Desenvolvimento Social, em Nairobi, o seu compromisso em promover a Agenda Global para o Serviço Social e o Desenvolvimento Social. O evento que reuniu mais de mil assistentes sociais, educadores, pesquisadores, formuladores de políticas públicas líderes comunitários e pessoas com experiência vivida de todo o mundo, reafirmou seu compromisso com a construção de comunidades resilientes, a proteção de direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável[73]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento das manifestações das organizações da sociedade civil, desta quinzena, evidenciou que a saúde global permanece fortemente marcada pela sobreposição de crises humanitárias, conflitos armados, mudanças climáticas e desigualdades de acesso aos serviços de saúde. O principal foco das manifestações foi a ajuda humanitária às vítimas dos terremotos na Venezuela, que mobilizou organizações internacionais para atender às necessidades imediatas da população diante da destruição da infraestrutura urbana, do risco de surtos de doenças infecciosas, do deslocamento de milhares de pessoas e do agravamento da situação de vulnerabilidade de mulheres e crianças. As ações concentraram-se na assistência médica e psicossocial, na distribuição de insumos básicos, na reconstrução dos serviços de saúde e na defesa do direito à saúde.

Outros conflitos e crises humanitárias permaneceram no centro da agenda das organizações monitoradas, notadamente das OSC de interesse público. A guerra entre Rússia e Ucrânia continuou demandando esforços voltados à proteção de civis e ao respeito às regras do Direito Internacional Humanitário, enquanto o agravamento da insegurança alimentar no Afeganistão, a crise humanitária em Gaza, a deterioração das condições sanitárias no Sudão e os desafios enfrentados por refugiados no Chifre da África evidenciaram como conflitos prolongados comprometem o funcionamento dos sistemas de saúde e ampliam a vulnerabilidade das populações deslocadas.

As publicações das organizações abordaram ainda o enfrentamento de ameaças sanitárias persistentes, destacando-se a defesa da ampliação do acesso ao lenacapavir para prevenção do HIV, as ações de contenção do surto de Ebola na República Democrática do Congo, o incentivo à pesquisa sobre doenças tropicais negligenciadas e o fortalecimento da vigilância

epidemiológica e da capacidade de resposta a futuras emergências. Paralelamente, permaneceram em evidência iniciativas voltadas à prevenção das doenças crônicas não transmissíveis, à promoção da saúde mental, ao controle do tabagismo e à adoção de políticas de alimentação saudável.

O monitoramento das manifestações da sociedade civil também revelou crescente preocupação com fatores estruturais que afetam a saúde global. As organizações denunciaram os impactos das políticas de austeridade sobre os sistemas públicos de saúde, as violações de direitos de migrantes e refugiados, as restrições ao acesso à proteção social e os efeitos das mudanças climáticas, especialmente das ondas extremas de calor, sobre a saúde e as condições de trabalho. Em resposta, reforçaram a necessidade de políticas públicas baseadas na equidade, na proteção social e na defesa dos direitos humanos.

No caso das OSC de interesse privado, as publicações convergiram para outros desafios centrais na agenda internacional: o fortalecimento da atenção primária e da cobertura universal de saúde; o financiamento sustentável da pesquisa, da inovação e da produção de medicamentos, vacinas e diagnósticos; a preparação para futuras emergências sanitárias; a adaptação dos sistemas de saúde aos impactos das mudanças climáticas; e a ampliação da participação da sociedade civil nos processos de governança global.

Referências

1. MSF. Médicos Sem Fronteiras. Destruição causada por terremotos na Venezuela eleva risco de doenças [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/destruicao-causada-por-terremotos-na-venezuela-eleva-risco-de-doencas/

2. Save the Children. Venezuela's earthquake: race to free people trapped. Disponível em: https://www.savethechildren.org/us/about-us/media-and-news/2026-press-releases/venezuela-earthquake-race-to-free-people-trapped

3. Feminista Fòs. Fòs Feminista Responds to Devastating Earthquakes in Venezuela [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/fos-feminista-responds-to-devastating-earthquakes-in-venezuela/

4. World Vision. More than 520 Families Supported as Assistance Continues for Children Affected by the Earthquakes [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.wvi.org/newsroom/venezuela-crisis/more-520-families-supported-assistance-continues-children-affected

5. World Vision. More than 200 Aftershocks Worsen the Emergency in Venezuela; World Vision Warns of the Growing Impact on Children [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.wvi.org/newsroom/venezuela-crisis/more-200-aftershocks-worsen-emergency-venezuela-world-vision-warns

6. World Vision. World Vision Launches Humanitarian Response to Support Victims of Deadly Earthquakes in Venezuela [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em:: https://www.wvi.org/newsroom/venezuela-crisis/world-vision-launches-humanitarian-response-support-victims-deadly

7. PHM. People's Health Movement. PHM stands in solidarity and support with the people of Venezuela following the devastating earthquakes [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível

em: https://phmovement.org/phm-stands-solidarity-and-support-people-venezuela-following-devastating-earthquakes

8. CARE. Sobhan H. Venezuela earthquake: 5 things you should know 1 week later [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/venezuela-earthquake-one-week-later/

9. IFSW. International Federation of Social Workers. IFSW stands with Venezuelan social workers and communities following the earthquake [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.ifsw.org/ifsw-stands-with-venezuelan-social-workers-and-communities-following-the-earthquake/

10. ICRC. Comité Internacional de la Cruz Roja. Rusia: La presidenta del CICR llega a Moscú para dialogar sobre cuestiones humanitarias críticas [Internet]. Comité Internacional de la Cruz Roja. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/rusia-la-presidenta-del-cicr-llega-moscu-para-dialogar-sobre-cuestiones

11. MSF. Médicos Sem Fronteira. Alertamos para o aumento nas internações de crianças com desnutrição no sul do Afeganistão [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/alertamos-para-o-aumento-nas-internacoes-de-criancas-com-desnutricao-no-sul-do-afeganistao/

12. SHEM. Sustainable Health Equity Movement. In the twelfth episode of the Global Sumud Flotilla podcast, the crew confronted the daily reality faced by Palestinians [...] [Internet]. [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_daily-dispatch-12-may-23-2026-activity-7475820247090933761-Cu-5?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAADdFdlcBJ14tDspukdsqDg2baq5Ib84opAE

13. SHEM. Sustainable Health Equity Movement. SHEM co-chair Juan Garay returned from the Global Sumud Flotilla with a direct message [..] [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/globalsumudflotilla-healthequity-gaza-share-7474945865594617856-HwlE/?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=ACoAADdFdlcBJ14tDspukdsqDg2baq5Ib84opAE

14. CARE. Sobhan H. Sudan crisis: How families are restoring water and healthcare in Khartoum [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/restoring-water-healthcare-khartoum-sudan/

15. NCD Alliance. Health systems and humanitarian responses must be designed around people, not borders [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/health-systems-and-humanitarian-responses-must-be-designed-around-people

16. MSF. Médicos Sem Fronteira. Medicamento revolucionário para prevenção do HIV deve estar disponível por 40 dólares por ano, em todos os lugares [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.msf.org.br/noticias/msf-medicamento-revolucionario-para-prevencao-do-hiv-deve-estar-disponivel-por-us-40-por-ano-em-todos-os-lugares/

17. WMA. World Medical Association. Planetary health, One health, Global health. LinkedIn. [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/world-medical-association_planetaryhealth-onehealth-globalhealth-activity-7477610013440774147-wWIK

18. ActionAid International. June 29. "A double tragedy": ActionAid hears from displaced families battling Ebola and conflict in the DRC [Internet]. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/double-tragedy-actionaid-hears-displaced-families-battling-ebola-and-conflict-drc

19. CARE. Bergeron R. In DRC, misinformation and lack of supplies are making the Ebola outbreak harder to contain [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/drc-ebola-outbreak-care/

20. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Mycetoma at 10 years [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_mycetomaat10-ntds-healthequity-activity-7478765961219743745-GEJs

21. DNDi. Drugs for Neglected Diseases initiative. For decades, sleeping sickness was one of the most difficult challenges that MSF doctors had to confront in Central Africa [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_for-decades-sleeping-sickness-was-one-of-activity-7478416119129804801-0zZU

22. Fundación Huésped. Fundación Huésped participa de una investigación para encontrar un tratamiento contra el Virus Sincicial Respiratorio [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://huesped.org.ar/novedades/fundacion-huesped-participa-de-una-investigacion-para-encontrar-un-tratamiento-contra-el-virus-sincicial-respiratorio

23. IFMSA. International Federation of Medical Studentes Associations. Pulse of Humanity: Donate Blood [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_pulse-of-humanity-donate-blood-activity-7475541740678979585--mMz

24. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Long Covid-19 [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_longcovid-covid-covid19-activity-7476590164597735424-8uwC

25. ACT Promoção da Saúde. Tirem o Refrigerante de Campo: mobilização em Copacabana leva cartão vermelho ao patrocínio de refrigerantes no esporte [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://actbr.org.br/tirem-o-refrigerante-de-campo-2/9438/

26. ACT Promoção da Saúde. Você já conhece a Loja de Inconveniência da ACT? [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://actbr.org.br/loja-de-inconveniencia/9413/

27. European Lung Foundation. MEPs and health experts call for stronger EU nicotine regulation on World No Tobacco Day [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/meps-and-health-experts-call-for-stronger-eu-nicotine-regulation-on-world-no-tobacco-day/

28. ACON. ACON's Sophie Potter Appointed to NSW Suicide Prevention Council [Internet]. ACON. 2015 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

29. IFA. International Federation on Ageing. Pan-Africa Dialogue Series on Ageing and Development [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_healthyageing-longtermcare-ageinginafrica-activity-7478451339757404160-78lq

30. IFA. International Federation on Ageing. Elevating NCDs in Global Health Agenda [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_ncds-healthyageing-ncds-activity-7476326182108647424-Bb_d

31. IFA. International Federation of Ageing. Building Longevity-Ready Societies with Ageism-Free Decision Making [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_healthyageing-longevity-ageing-activity-7474733149210677248-10t1

32. ActionAid International. The IMF still functions as a colonial "debt enforcer" despite transformation rhetoric, new report reveals [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://actionaid.org/news/2026/imf-still-functions-colonial-debt-enforcer-despite-transformation-rhetoric-new-report

33. Human Rights Watch. Board of Directors, Committees A. New Medicaid rules put my mother at risk [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 2]. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2026/06/30/new-medicaid-rules-put-my-mother-at-risk

34. Human Rights Watch. Board of Directors, Committees A. US: Deaths in ICE Custody Surge Under Trump [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2026/06/25/us-deaths-in-ice-custody-surge-under-trump

35. Human Rights Watch. Board of Directors, Committees A. Central African Republic Latest "Third Country" for US Deportees [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 2]. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2026/06/29/central-african-republic-latest-third-country-for-us-deportees

36. Human Rights Watch.Board of Directors, Committees A. Mexico Calls Its Treatment of Deported Cubans "Humanitarian." It Isn't [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 2]. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2026/06/30/mexico-calls-its-treatment-of-deported-cubans-humanitarian-it-isnt

37. Human Rights Watch. Board of Directors, Committees A. US: Haitians Set to Lose Protections, Risk Return to Violence [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Jul 2]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/07/02/us-haitians-set-to-lose-protections-risk-return-to-violence

38. Public Citizen. OSHA Funding Cuts Would Endanger Workers [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.citizen.org/news/osha-funding-cuts-would-endanger-workers/

39. WOSM. Young people in Indonesia are taking action for their communities [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.scout.org/news/young-people-indonesia-are-taking-action-their

40. Public Citizen. Severe Heat Wave Threatens Lives [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.citizen.org/news/severe-heat-wave-threatens-lives/

41. Public Citizen. Report Finds Climate Change Is Responsible for Worst Heat Wave in Europe's History [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.citizen.org/news/report-finds-climate-change-is-responsible-for-worst-heat-wave-in-europes-history/

42. The Youth Cafe. Youth Green Manifesto Launch Forum: Empowering Young People To Lead Kenya's Climate Future. A Light Bulb of Youth in African Development. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Available from: https://www.theyouthcafe.com/updates/youth-green-manifesto-launch-forum-empowering-young-people-to-lead-kenyas-climate-future

43. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. One of WFPHA's tasks is to support public health at both the national and regional levels [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_dubai-emirates-unitedarabemirates-activity-7477978008016965632-tKFu

44. IAP. The InterAcademy Partnership. IAP Annual Report 2025 [Internet]. 2028 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.interacademies.org/publication/iap-annual-report-2025

45. WONCA. World Organization of Family Doctors. Reminder: Join the WONCA Working Party on Quality & Safety on 2 July 2026 [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_reminder-join-the-wonca-working-party-on-activity-7478039707709276160-nVSn

46. WONCA. World Organization of Family Doctors. 9th WONCA Africa Region Conference [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_woncaafrica-familymedicine-primarycare-activity-7478458727486951424-gGJX

47. IHF. International Hospital Federation. Emerging Healthcare Leaders Develop Self-Awareness and Growth [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_healthcare-leaders-face-a-multitude-of-challenges-activity-7475573179751694337-4aFp

48. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. WFOT Publishes 2026 Occupational Therapy International Practice Guide [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfot_wfot-is-pleased-to-announce-the-publication-activity-7473393080411430913-6X4g

49. WMA. World Medical Association. Bioethics [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/world-medical-association_bioethics-medicalethics-patientrights-activity-7477254616544624640-cbXu

50. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. EDCTP Sustains European Africa Health Research Investment [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_euresearchfunding-globalhealth-researchandinnovation-activity-7477272050122981376-K6GG

51. Global Health Council. Health Heroes spotlights [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_globalhealth-activity-7477360470044246016-ORiK

52. NCD Alliance. Prepared in calm for crisis: Universal health coverage and social participation as the backbone of pandemic prevention, preparedness and response [Internet]. 2026 [cited

2026 Jul 4]. Disponível em: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/prepared-in-calm-for-crisis-universal-health-coverage-and-social

53. NCD Alliance. Call on your government to listen to the voices of civil society in global health reform [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/call-on-your-government-to-listen-to-the-voices-of-civil-society-in-global

54. Gavi, The Vaccine Alliance. Ebola response highlights value of African science [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/ebola-response-highlights-value-african-science

55. Gavi, The Vaccine Alliance. UNICEF and Gavi launch call to manufacturers in support of accelerated access to Bundibugyo Ebolavirus vaccines [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.gavi.org/news/media-room/unicef-and-gavi-launch-call-manufacturers-support-accelerated-access-bundibugyo

56. Wellcome Trust. The 2026 Bundibugyo Ebola outbreak: why R&D investment matters [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/2026-bundibugyo-ebola-outbreak-why-rd-investment-matters

57. Wellcome Trust. #diagnosisforall #endtb [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/finddx_diagnosisforall-endtb-activity-7478385448747368448-J9qP

58. FIND. Advancing Schistosomiasis Control: The Quest for Improved Diagnostics [Internet]. FIND. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.finddx.org/publications-and-statements/opinion/advancing-schistosomiasis-control-the-quest-for-improved-diagnostics/

59. Gates Foundation. Mwase C. The malaria researcher who won't quit: Dr. Faith Osier [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/dr-faith-osier-profile-of-malaria-researcher-in-africa

60. Wellcome Trust. What is schistosomiasis – and how do we stop it? [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/what-schistosomiasis-and-how-do-we-stop-it

61. Gavi, The Vaccine Alliance. Gavi launches new supply chain strategy to boost vaccine availability and reach remote communities [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-launches-new-supply-chain-strategy-boost-vaccine-availability

62. Gavi, The Vaccine Alliance. Gavi and OPEC Fund partner to strengthen regional and local vaccine manufacturing, health financing and security [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-and-opec-fund-partner-strengthen-regional-and-local-vaccine-manufacturing

63. Gavi, The Vaccine Alliance. From country needs to global tools: lessons from the Zero-Dose Learning Hub [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/country-needs-global-tools-lessons-zero-dose-learning-hub

64. FIND. WES-LCT Costing Tool for Wastewater Surveillance [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/finddx_wes-wastewatersurveillance-publichealth-activity-7477340078235762690-A8kz

65. CORE Group. Medicines For Humanity Expands Community Health Services [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_membermonday-cameroon-dominicanrepublic-activity-7474793837333446656-TFrx

66. CUGH. Rifat M, Swaby M, Mustafa R, Engelman A, Abulhab A, Safi M, et al. Communication and language access are essential infrastructure for deaf refugees in global health [Internet]. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://cugh.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/resources/Communication-and-Language-Access-Are-Essential-Infrastructure-for-Deaf-Refugees-in-Global-Health.pdf

67. The Youth CafeTesting What Works: Young People Help Shape Safe Migration Messaging Through SAFE-MIT Offline Testing Exercise — The Youth Cafe [Internet]. The Youth Cafe | A Light Bulb of Youth In African Development. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.theyouthcafe.com/updates/testing-what-works-young-people-help-shape-safe-migration-messaging-through-safe-mit-offline-testing-exercise

68. FIND. Diagnosis for all [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/finddx_diagnosisforall-accede-cgm-activity-7475846036436099074-d3Qg

69. FIND. EDCTP Investment Crucial for Global Health Innovation [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/finddx_edctp-pdp-advocacy-paper-activity-7477297073386663936-obZN

70. Wellcome Trust. Smith M. Rupture to renewal: rebuilding UK-EU science collaboration 10 years on [Internet]. Wellcome Trust. 2026 [acesso em 3 de Jul de 2026]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/rupture-renewal-rebuilding-uk-eu-science-collaboration-10-years

71. The Rockefeller Foundation. Gina Raimondo and Eric Holcomb Launch RAISE US, Uniting the Nation's Leading Employers and Bipartisan Governors Behind American Workers [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.rockefellerfoundation.org/news/raise-us-launches-uniting-nations-leading-employers-and-bipartisan-governors-behind-american-workers/

72. The Rockefeller Foundation. Shah RJ. Statement From Dr. Rajiv J. Shah, President of The Rockefeller Foundation, on New Public Opinion Research on Foreign Aid Programs [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 3]. Disponível em: https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-from-dr-rajiv-j-shah-president-of-the-rockefeller-foundation-public-opinion-research-foreign-aid-programs/

73. IFSW. International Federation of Social Workers. SWSD 2026 Conference in Nairobi Concludes with a Renewed Global Commitment to Sustainable Shared Futures [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 4]. Disponível em: https://www.ifsw.org/swsd-2026-conference-in-nairobi-concludes-with-a-renewed-global-commitment-to-sustainable-shared-futures/

Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: O **UNOSSC**, além de publicar seu Boletim mensal, participou de uma série de encontros estratégicos na China para impulsionar a cooperação Sul-Sul e Triangular em áreas críticas do desenvolvimento global. Essa agenda abrangeu desde a promoção de parques industriais sustentáveis e a gestão do Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero (PGTF), até debates sobre segurança alimentar na cadeia do arroz e o planejamento de grandes plataformas de comércio internacional, como a CIIE em 2027. O alinhamento reforçou como a união de esforços e o intercâmbio de conhecimentos são fundamentais para moldar o futuro das nações em desenvolvimento.

O **G-77 e a China** participaram de 6 reuniões da AGNU e defenderam a importância do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza como prioridades globais. O Grupo celebrou consensos orçamentários históricos no 5º Comitê, apoiou a criação de indicadores que vão além do PIB e respaldou o roteiro de reformas administrativas e ambientais da Iniciativa ONU80. Adicionalmente, pautou critérios objetivos para a revisão de mandatos da Assembleia Geral e reiterou seu apoio à soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas.

O **MNA** atuou nos fóruns da ONU defendendo a proteção estratégica do Sul Global, articulando novas métricas de desenvolvimento com financiamento climático e blindando fundos na Iniciativa ONU80. Regionalmente, apoiou o não alinhamento ativo sul-africano e a cooperação parlamentar no Azerbaijão. Paralelamente, o NAMYO promoveu nas Filipinas o debate sobre direito ambiental e justiça climática para capacitar jovens juristas.

O **Centro Sul** impulsionou debates sobre a Infraestrutura Pública Digital como estratégia de soberania e inclusão financeira no Sul Global, destacando o sucesso do Pix brasileiro e o modelo de governança de dados da Índia. No campo dos direitos humanos, a instituição lançou um guia operacional focado no mecanismo de Revisão Periódica Universal da ONU para subsidiar a promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas. Paralelamente, a atuação internacional enfrentou a fratura estrutural exposta na OMPI, onde os EUA rejeitaram os pilares de desenvolvimento e os ODS. Em outra ocasião, o Centro Sul e a CEDEAO celebraram um marco histórico de cooperação tributária: a assinatura do acordo entre Libéria e Serra Leoa para a realização de uma Auditoria Fiscal Simultânea, estabelecendo um precedente pioneiro em todo o Sul Global.

E finalmente, a **cooperação Sul-Sul do Brasil** manteve foco em saúde, alimentação, desenvolvimento agrícola, proteção social e fortalecimento institucional, com destaque para iniciativas voltadas à África e à América Latina. As publicações também evidenciam a continuidade de parcerias com organismos multilaterais, especialmente a FAO.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *La **UNOSSC**, además de publicar su Boletín mensual, participó en una serie de encuentros estratégicos en China para impulsar la cooperación Sur-Sur y Triangular en áreas críticas del desarrollo global. Esta agenda abarcó desde la promoción de parques industriales sostenibles y la gestión del Fondo Fiduciario Pérez-Guerrero (PGTF), hasta debates sobre seguridad alimentaria en la cadena del arroz y la planificación de grandes plataformas de comercio internacional, como la CIIE en 2027. La alineación reforzó que la unión de esfuerzos y el intercambio de conocimientos son fundamentales para moldear el futuro de las naciones en desarrollo.*

*El **G-77 y China** participaron en 6 reuniones de la AGNU y defendieron la importancia del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza como prioridades globales. El Grupo celebró consensos presupuestarios históricos en el 5.º Comité, apoyó la creación de indicadores que vayan más allá del PIB y respaldó la hoja de ruta de reformas administrativas y ambientales de la Iniciativa ONU80. Adicionalmente, planteó criterios objetivos para la revisión de mandatos de la Asamblea General e reiteró su apoyo a la soberanía argentina sobre las Islas Malvinas.*

*El **MNA** actuó en los foros de la ONU defendiendo la protección estratégica del Sur Global, articulando nuevas métricas de desarrollo con financiamiento climático y blindando fondos en la Iniciativa ONU80. Regionalmente, apoyó el no alineamiento activo sudafricano y la cooperación parlamentaria en Azerbaiyán. Paralelamente, la NAMYO promovió en Filipinas el debate sobre derecho ambiental y justicia climática para capacitar a jóvenes juristas.*

*El **Centro Sur** impulsó debates sobre la Infraestructura Pública Digital como estrategia de soberanía e inclusión financiera en el Sur Global, destacando el éxito del Pix brasileño y el modelo de gobernanza de datos de la India. En el campo de los derechos humanos, la institución lanzó una guía operativa enfocada en el mecanismo de Examen Periódico Universal de la ONU para subsidiar la promoción de la salud y de los derechos sexuales y reproductivos de mujeres y niñas. Paralelamente, la actuación internacional enfrentó la fractura estructural expuesta en la OMPI, donde EE. UU. rechazó los pilares de desarrollo y los ODS. En otra ocasión, el Centro Sur y la CEDEAO celebraron un hito histórico de cooperación tributaria: la firma del acuerdo entre Liberia y Sierra Leona para la realización de una Auditoría Fiscal Simultánea, estableciendo un precedente pionero en todo el Sur Global.*

*Y finalmente, la **cooperación Sur-Sur de Brasil** mantuvo su enfoque en salud, alimentación, desarrollo agrícola, protección social y fortalecimiento institucional, con especial énfasis en iniciativas dirigidas a África y América Latina. Las publicaciones también evidencian la continuidad de alianzas con organismos multilaterales, especialmente la FAO.*

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *Beyond publishing its monthly Bulletin, **UNOSSC** participated in a series of strategic meetings in China to boost South-South and Triangular cooperation in critical areas of global development. This agenda ranged from promoting sustainable industrial parks and managing the Pérez-Guerrero Trust Fund (PGTF), to debates on food security in the rice supply chain and the planning of major international trade platforms, such as the CIIE in 2027. The alignment reinforced how joining forces and exchanging knowledge are essential to shaping the future of developing nations.*

The G-77 and China *participated in 6 UNGA meetings, championing the importance of sustainable development and poverty eradication as global priorities. The Group celebrated historic budgetary consensuses in the 5th Committee, supported the creation of indicators that go beyond GDP, and endorsed the administrative and environmental reform roadmap of the UN80 Initiative. Additionally, it raised objective criteria for the review of UNGA mandates and reiterated its support for Argentine sovereignty over the Malvinas Islands.*

NAM *engaged in UN forums to defend the strategic protection of the Global South, articulating new development metrics with climate finance and safeguarding funds within the UN80 Initiative. Regionally, it supported South Africa's active non-alignment and parliamentary cooperation in Azerbaijan. Meanwhile, NAMYO promoted a debate in the Philippines on environmental law and climate justice to empower young jurists.*

The ***South Centre*** *drove debates on Digital Public Infrastructure as a strategy for sovereignty and financial inclusion in the Global South, highlighting the success of Brazil's Pix and India's data governance model. In the field of human rights, the institution launched an operational guide focused on the UN Universal Periodic Review mechanism to support the promotion of health and the sexual and reproductive rights of women and girls. Concurrently, international efforts confronted the structural fracture exposed at WIPO, where the US rejected the development pillars and the SDGs. On another occasion, the South Centre and ECOWAS celebrated a historic milestone in tax cooperation: the signing of an agreement between Liberia and Sierra Leone to conduct a Simultaneous Tax Audit, setting a pioneering precedent across the Global South.*

And finally, ***Brazil's South-South cooperation*** *maintained its focus on health, food security, agricultural development, social protection, and institutional strengthening, with an emphasis on initiatives targeting Africa and Latin America. The publications also reflect the continuity of partnerships with multilateral organizations, particularly the FAO.*

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo:

1) Política e Apoio Intergovernamental;

2) Desenvolvimento de capacidades;

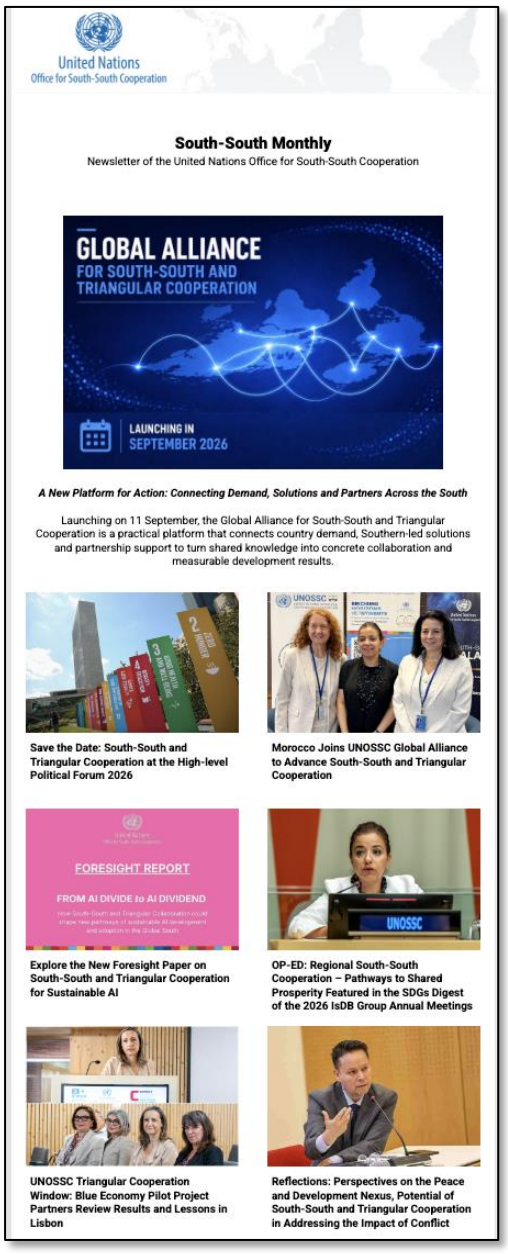
3) Cocriação e Gestão do Conhecimento;

4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

BOLETIM UNOSSC de junho de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui



1) Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular: Conectando soluções. Ampliando o impacto. Entregando resultados.

A ser lançada em 11 de setembro de 2026, a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular é uma plataforma prática que conecta a demanda dos países, soluções lideradas pelo Sul e o apoio de parcerias para transformar o conhecimento compartilhado em colaboração concreta e resultados de desenvolvimento mensuráveis**.**

2) Cooperação Sul-Sul e Triangular no Fórum Político de Alto Nível de 2026

À medida que os países se reúnem no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) (7 a 15 de julho de 2026) para avaliar o progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular permanecem como vias vitais e complementares para uma implementação acelerada. Essas modalidades de cooperação desempenham um papel fundamental ao conectar países a soluções comprovadas, expertise técnica e parcerias estratégicas que impulsionam diretamente as prioridades nacionais.

3) Consolidar a cooperação Sul-Sul e triangular no Diálogo Global sobre Governança da IA, explore o novo documento de prospectiva sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular para uma IA Sustentável.

O texto desmistifica a ideia de que a IA vive apenas na “nuvem” e mostra que ela depende de recursos físicos e abre uma brecha para que os países em desenvolvimento possam liderar. É um importante debate sobre o impacto geopolítico e ambiental da Inteligência Artificial.

O Lado Oculto e Físico da IA (A Infraestrutura)

Muitas vezes pensamos na IA como algo abstrato, mas esquecemos que ela exige uma infraestrutura física massiva e que isso gera três grandes gargalos:

- **Resistência local:** Data centers (centros de dados) consomem volumes absurdos de energia elétrica e água para refrigeração. Comunidades locais têm protestado porque isso sobrecarrega as redes elétricas e os recursos hídricos da região.

- **Geopolítica dos chips e minérios:** Para a IA funcionar, são necessários chips ultra avançados (GPUs) e minerais raros (como o lítio e o cobalto). A disputa pelo controle dessas cadeias de suprimentos virou uma "guerra fria" tecnológica, com potencial para isolar países ou gerar conflitos comerciais.
- **Monopólio digital:** Hoje, o poder da IA está concentrado nas mãos de pouquíssimas *Big Techs* (a maioria nos EUA e na China). Quem não desenvolve essa tecnologia corre o risco de ser totalmente dependente ou ser completamente excluído do mercado do futuro.

A "Desconstrução" do Termo Inteligência Artificial

"A IA não é artificial [...] nem necessariamente inteligente"

- **Por que não é artificial?** Porque ela depende da extração de recursos da Terra (minerais, água) e de trabalho humano real (pessoas rotulando dados, limpando bases de dados e programando).
- **Por que não é inteligente?** Porque os modelos atuais de IA não pensam ou compreendem o mundo; eles apenas calculam probabilidades e repetem padrões. Dependendo dos dados utilizados, a IA vai apenas automatizar e amplificar vieses e desigualdades em escala global.

A Janela de Oportunidade para o Sul Global

O argumento do texto é que os países do Sul não devem aceitar o papel de meros consumidores passivos da tecnologia do Norte Global.

Historicamente, muitas dessas nações lideraram inovações e soluções criativas em eras digitais anteriores (como em sistemas de pagamento digital, governança de internet ou inclusão digital). Como o cenário atual está saturado e enfrenta crises de recursos, o Sul Global tem a oportunidade de liderar o desenvolvimento de uma IA mais sustentável, ética e adaptada à realidade local, em vez de apenas importar modelos que não refletem suas culturas e necessidades.

4) Marrocos adere à Aliança Global do UNOSSC para promover a cooperação Sul-Sul e triangular

O Reino do Marrocos, o PNUD e o Hub "Digital para o Desenvolvimento Sustentável" (D4SD) do Marrocos promoveram uma mesa-redonda de alto nível sobre o avanço de uma inteligência artificial (IA) inclusiva e responsável por meio da cooperação internacional.

5) Artigo de Opinião: Cooperação Regional Sul-Sul – Caminhos para a Prosperidade Compartilhada – Destaque no Resumo sobre os ODS das Reuniões Anuais de 2026 do Grupo IsDB

O Sul Global está passando por uma transformação profunda. Diante de um cenário em que a maioria das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU está atrasada, a integração regional e a cooperação Sul-Sul deixaram de ser apenas estratégias econômicas complementares e tornaram-se centrais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

6) Parceiros da economia azul alinham-se quanto a resultados e lições aprendidas em Lisboa.

A reunião marcou um marco importante na identificação de oportunidades para a cooperação contínua e o intercâmbio de conhecimento.

7) Perspectivas do Sul Global sobre o nexo paz-desenvolvimento

O potencial da cooperação Sul-Sul e triangular para enfrentar os impactos dos conflitos no desenvolvimento

E muitas outras notícias no Boletim.

UNOSSC na China

Durante sua missão oficial à China, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, liderou uma série de agendas estratégicas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável global. Em Nanquim, a diretora participou da abertura do Programa de Capacitação em Liderança de Parques Industriais de 2026 e conduziu uma mesa-redonda com parceiros do Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero (PGTF). Além disso, reuniu-se com a organização da Exposição Internacional de Importação da China (CIIE) para planejar parcerias rumo a 2027 e marcou presença no 6º Seminário sobre a Cadeia de Valor do Arroz, consolidando o papel da cooperação Sul-Sul e Triangular como engrenagem essencial para a inovação e a segurança alimentar global.



01 de julho de 2026 – Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero

Em Nanquim, o UNOSSC organizou uma mesa-redonda com parceiros de implementação do Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero (PGTF), reunindo representantes de 10 renomadas instituições técnicas e de pesquisa para compartilhar experiências práticas de cooperação Sul-Sul pelo mundo. Criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1983 (Resolução 38/201), o PGTF apoia atividades de cooperação econômica e técnica entre os países em desenvolvimento membros do Grupo dos 77 (G-77). Atualmente, o UNOSSC apoia o G-77 na gestão desse Fundo, articulando governos, academia, centros de pesquisa e comunidades locais em prol do desenvolvimento compartilhado.



30 de junho de 2026 – 6º Seminário UNOSSC-WFP China-África sobre a Cadeia de Valor do Arroz

Métodos tradicionais já não bastam para superar a insegurança alimentar. Durante o 6º Seminário UNOSSC-WFP China-África sobre a Cadeia de Valor do Arroz, em Nanjing, a diretora da UNOSSC, Dima Al-Khatib, defendeu que o fortalecimento da segurança alimentar no Sul Global exige uma cooperação inovadora e inclusiva.

Reunindo representantes de 18 nações africanas, o evento exemplificou como a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular impulsionam cadeias produtivas de arroz, alinhadas às demandas locais e focadas na transformação agrícola, na troca de saberes e no desenvolvimento sustentável.



Aproveitando a oportunidade, a Diretora Dima Al-Khatib reuniu-se com os organizadores da Exposição Internacional de Importação da China (CIIE) para alinhar uma colaboração estratégica focada em 2027. O objetivo é fortalecer a 10ª edição do evento e o Fórum Econômico Internacional de Hongqiao, consolidando a CIIE como uma plataforma vital para promover a cooperação Sul-Sul, impulsionar parcerias internacionais e gerar novas oportunidades de desenvolvimento compartilhado.



29 de junho de 2026 – Programa de Capacitação em Liderança de Parques Industriais de 2026

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, participou da abertura do Programa de Capacitação em Liderança de Parques Industriais de 2026, promovido em parceria com a UNIDO e o Instituto de Finanças e Desenvolvimento da Ásia-Pacífico (AFDI). Na ocasião, destacou-se como os parques industriais sustentáveis são motores essenciais para acelerar os ODS. Alinhada a esse propósito, a China reiterou seu compromisso de cooperar com o UNOSSC, a UNIDO e demais parceiros para impulsionar o desenvolvimento industrial sustentável e apoiar a agenda global por meio da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI).

COOPERAÇÃO SUL-SUL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

2ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul da CEPAL – 25 de junho de 2026

CONTEXTO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe **(CEPAL)** é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas (ONU). Fundada com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, a CEPAL atua como um centro de excelência em pesquisa, análise e assessoramento técnico para os governos locais. Sua sede é em Santiago no Chile.

A CEPAL tem três objetivos interdependentes que buscam impulsionar o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

A organização analisa profundamente as desigualdades, assimetrias econômicas e vulnerabilidades sociais que travam o progresso da região. Com base nesses diagnósticos, A CEPAL formula políticas públicas, propondo estratégias integradas para que os países latino-americanas e caribenhos possam alcançar um crescimento sustentável, inclusivo e soberano.

Por fim, para que essas soluções se consolidem na prática, a CEPAL promove o multilateralismo regional, servindo como uma plataforma neutra essencial para o diálogo político, a concertação de acordos e o intercâmbio de soluções dinâmicas entre os seus Estados-membros.

A **Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul** é um dos órgãos subsidiários mais recentes da CEPAL. A Conferência foi criada pela resolução 752(PLEN.36), adotada pelos países

membros durante a trigésima sexta sessão do Comitê Plenário da CEPAL, em dezembro de 2021. Nessa reunião, os países aprovaram a mudança de nome de Comitê de Cooperação Sul-Sul para Conferência Regional.

Essa mudança elevou o status político do tema, transformando a cooperação Sul-Sul e Triangular em um dos órgãos subsidiários permanentes e de alto nível da CEPAL para ditar as estratégias de desenvolvimento e integração da região.

- **A Mesa Diretiva** é o braço executivo dessa Conferência. Ela não se reúne apenas para discursar, mas para monitorar os acordos firmados pelas Conferências gerais, aprovar planos de trabalho e servir de ponte técnica entre as demandas dos países e a secretaria da CEPAL.
- Participam da Mesa Diretiva, diplomatas, diretores e presidentes das Agências Nacionais de Cooperação (como a ABC no Brasil, a AGCID no Chile, a AMEXCID no México, entre outras).

A primeira reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre Cooperação Sul-Sul da América Latina e do Caribe foi realizada no dia 19 de junho de 2024. A segunda reunião foi realizada no dia 25 de junho de 2026.



Sob a presidência do Chile, a **Segunda Reunião da Mesa Diretiva sobre Cooperação Sul-Sul** representou um marco político e técnico importante para a governança regional em 2026.

Em um cenário global marcado por escassez de recursos, rivalidades geopolíticas e fragmentação econômica, a reunião consolidou o entendimento de que nenhum país consegue enfrentar as crises contemporâneas de forma isolada.

O encontro reuniu delegações de 20 países para reafirmar que a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular deixaram de ser mecanismos secundários. Elas agora são vistas como ferramentas indispensáveis para construir resiliência e posicionar as prioridades da América Latina e do Caribe nos grandes debates globais.

A reunião serviu para alinhar ações conjuntas diante de desafios transversais que não respeitam fronteiras nacionais, tais como as mudanças climáticas, a gestão de riscos de desastres, os fluxos migratórios, as crises sanitárias, a segurança alimentar e a transformação digital. Demonstrando o espírito de solidariedade regional, o grupo declarou seu apoio e ajuda emergencial para a reconstrução da Venezuela, severamente afetada por terremotos recentes que vitimaram quase 2 mil pessoas.

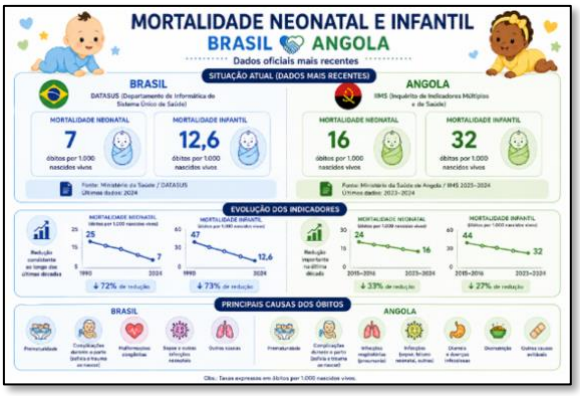
Um dos maiores desdobramentos do evento foi o acordo para incorporar a perspectiva de gênero na gestão de riscos de desastres. Reconhecendo que as emergências humanitárias afetam as populações de maneiras distintas, as delegações acordaram que os princípios de antecipação, prevenção, identificação, mitigação e resposta devem considerar as desigualdades de gênero para serem verdadeiramente eficazes.

Como próximo passo rumo a uma estratégia regional, os países-membros solicitaram formalmente à Secretaria-Executiva da CEPAL, a elaboração de uma proposta de estratégia regional para a cooperação internacional.

Esta nova diretriz deverá ser pautada por abordagens multidimensionais que ataquem diretamente as vulnerabilidades estruturais da região, transformando a proximidade geográfica em alianças sólidas para a construção de uma ordem internacional mais inclusiva e equilibrada.

BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

1 de julho de 2026 – Brasil capacita profissionais de saúde para fortalecer o atendimento a recém-nascidos em Angola



Uma missão composta por 12 pediatras brasileiros está em Angola desde o dia 29 de junho até 13 de julho, para ministrar cursos de Reanimação Neonatal e Transporte do Recém-Nascido de Alto Risco a profissionais de saúde das províncias do Namibe, Huíla e Cunene.

A iniciativa integra o Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil–Angola, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com os Ministérios da Saúde dos dois países, a Sociedade Brasileira de Pediatria e a Sociedade Angolana de Pediatria.

O objetivo é fortalecer a assistência neonatal, reduzir a mortalidade infantil e ampliar o acesso a cuidados qualificados desde os primeiros minutos de vida.

A segunda etapa da formação combina a atuação de especialistas brasileiros com profissionais angolanos capacitados na primeira etapa, realizada em 2025, fortalecendo a formação de instrutores nacionais e a sustentabilidade das ações.

Além dos cursos para médicos, enfermeiros e técnicos, a missão inclui visitas técnicas a unidades de saúde e, pela primeira vez, capacitação específica para parteiras tradicionais, reconhecendo seu papel estratégico na assistência materno-infantil, especialmente em áreas onde grande parte dos partos ocorre em domicílio.

Lançado em 2024, o Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil–Angola consolidou-se como uma das principais iniciativas de cooperação Sul-Sul entre os dois países.

Em dois anos, já contribuiu para a formação de mais de 800 profissionais angolanos em instituições brasileiras, mobilizando uma ampla rede de instituições de ensino e saúde para fortalecer o sistema nacional de saúde em Angola e contribuir para o avanço da cobertura universal de saúde.

1 de julho de 2026 – ABC participa de missão da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para apoiar programa de segurança alimentar na Etiópia



Entre os dias 29 de junho e 3 de julho, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) participou, em Adis Abeba, na Etiópia, de missão da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza voltada à implementação do programa ***Yelemat Tirufat Plus***.

O ***Yelemat Tirufat Plus*** (que se traduz do amárico como "A Abundância da Cesta Plus") é o principal programa agrícola nacional da Etiópia, projetado para impulsionar massivamente a segurança alimentar, a nutrição e a resiliência climática por meio da pecuária e da agricultura de pequena escala.

Coordenada pelo Mecanismo de Apoio da Aliança Global, a missão reuniu representantes do governo etíope, países parceiros, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais, entre elas o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e o Programa Mundial de Alimentos.

A iniciativa busca fortalecer a produção agropecuária e a segurança alimentar na Etiópia, beneficiando cerca de 5 milhões de pequenos produtores rurais em aproximadamente 200 províncias de oito regiões, com a meta de que 65% dos beneficiários sejam mulheres e jovens.

Durante a missão, a ABC apresentou a experiência brasileira em desenvolvimento rural e manifestou interesse em apoiar o programa por meio da capacitação de extensionistas rurais nas áreas de pecuária leiteira, piscicultura, apicultura e avicultura.

Representantes brasileiros e etíopes discutiram o número de profissionais a serem capacitados, as regiões prioritárias e o formato das atividades de formação, enquanto reuniões de alto nível com os Ministérios da Agricultura e das Finanças da Etiópia e oficinas técnicas permitiram alinhar as contribuições dos parceiros internacionais e elaborar a primeira versão do roteiro de implementação do *Yelemat Tirufat Plus*.

A participação brasileira reforçou o compromisso da cooperação Sul-Sul com o compartilhamento de políticas públicas e conhecimentos técnicos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, da segurança alimentar e da redução da pobreza.

26 de junho de 2026 – Saberes ancestrais unem Brasil e Guiné-Bissau em intercâmbio na Comunidade Kalung



Entre os dias 22 e 26 de junho, mulheres agricultoras, lideranças comunitárias e pesquisadoras da Guiné-Bissau e da Comunidade Quilombola Kalunga Engenho II, em Goiás, participaram do intercâmbio "Diálogos e Saberes Ancestrais: Caminhos entre Guiné-Bissau e Brasil", acompanhado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

A iniciativa promoveu a troca de experiências sobre agroecologia, segurança alimentar e nutricional, tecnologias socioterritoriais e valorização dos conhecimentos tradicionais, evidenciando as semelhanças entre as práticas agrícolas, os modos de vida e a organização comunitária dos dois países.

Integrante do projeto "Ecossistema de Tecnologias Socioterritoriais Afro-Brasileiras em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional", coordenado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em parceria com a Universidade Federal de Goiás, o intercâmbio reforçou o papel das universidades e das comunidades tradicionais na Cooperação Sul-Sul.

Ao aproximar experiências afro-brasileiras e africanas, a iniciativa fortaleceu redes de cooperação voltadas ao desenvolvimento sustentável, à preservação cultural e à segurança alimentar, demonstrando o potencial da troca de saberes ancestrais para a construção de soluções compartilhadas entre países do Sul Global.

24 de junho de 2026 – América Latina e Caribe aprovam agenda para fortalecer a alimentação escolar



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), participou do lançamento da Agenda Regional da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES) 2026–2030, documento aprovado pelos 18 países membros da rede para fortalecer os programas de alimentação escolar na América Latina e no Caribe.

A agenda define sete prioridades estratégicas, entre elas governança, alimentação saudável, compras públicas da agricultura familiar, financiamento sustentável e monitoramento, com o objetivo de ampliar o acesso de crianças e adolescentes a uma alimentação adequada e fortalecer a segurança alimentar na região.

Criada em 2018 pela ABC e pelo FNDE, com secretaria executiva da FAO, a RAES promove a cooperação regional por meio do intercâmbio de experiências e boas práticas em alimentação escolar. Durante o lançamento, representantes do Brasil e de organismos internacionais destacaram o papel da iniciativa na promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, no

fortalecimento da agricultura familiar e na consolidação da alimentação escolar como política pública essencial para a educação, a nutrição e o desenvolvimento rural.

Ajuda Humanitária Brasileira à Venezuela por ocasião do terremoto



Após os terremotos de magnitude 7,2 e 7,5 que atingiram a Venezuela em 24 de junho de 2026 o Governo brasileiro mobilizou uma operação de assistência humanitária coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em articulação com diversos órgãos federais.

A primeira missão, transportada em aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), levou 44 profissionais — entre bombeiros, especialistas da Defesa Civil, médicos, técnicos da Anatel e equipes de apoio — além de 12 toneladas de equipamentos destinados às operações de busca e salvamento. A equipe atuou em conjunto com as autoridades venezuelanas e equipes internacionais, contribuindo para o resgate de vítimas em estruturas colapsadas.

A operação foi posteriormente reforçada com novos voos transportando medicamentos, insumos médicos, equipamentos para um hospital de campanha e 100 purificadores de água movidos a energia solar, cada um com capacidade para tratar mais de 5 mil litros de água por dia, beneficiando as populações afetadas.

A resposta brasileira integrou um esforço internacional diante de um desastre que provocou mais de 1.700 mortes, deixou mais de 5 mil feridos, cerca de 50 mil desaparecidos e centenas de edifícios destruídos.

Em 30 de junho de 2026, a missão brasileira foi reforçada com a visita do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, a Caracas, acompanhado de representantes da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades. Em reuniões com a presidenta encarregada da Venezuela, Delcy Rodríguez, e autoridades venezuelanas, a delegação discutiu novas frentes de cooperação para a fase de reconstrução, especialmente nas áreas de habitação e infraestrutura. Durante a visita, também foram entregues novos purificadores de água à operação humanitária e inspecionadas as atividades do hospital de campanha brasileiro instalado em La Guaira.

A atuação brasileira demonstra uma estratégia que combina resposta imediata à emergência com apoio de médio e longo prazo para a recuperação das áreas atingidas. Além das ações de resgate e assistência à saúde, o Brasil colocou à disposição sua experiência em reconstrução urbana, infraestrutura habitacional e gestão de desastres, reafirmando o papel da cooperação humanitária como instrumento de solidariedade regional e de fortalecimento da integração sul-americana.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

30 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião de encerramento da 2ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU**.** O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China expressaram satisfação pelo fato de a Comissão, apesar da complexidade das negociações, ter conseguido concluir por consenso uma série de itens importantes da pauta.

Saudaram especialmente a adoção da decisão histórica que estabeleceu o mecanismo revisado para a devolução de créditos, além da aprovação dos orçamentos de manutenção da paz, da revisão das taxas de reembolso para os países que contribuem com tropas e contingentes policiais, das recomendações do Grupo de Trabalho de 2026 sobre Equipamentos de Propriedade dos Contingentes e da Conta de Apoio.

Esses resultados conjuntos foram fundamentais para fortalecer a sustentabilidade financeira e a eficácia operacional da Organização. Embora alguns itens tenham sido encerrados por meio de resoluções simplificadas (*skeletal resolutions*) — o que gerou o alerta do Grupo de que esta prática não deve se tornar o método preferencial para tratar de questões políticas substantivas —, a conclusão bem-sucedida das negociações sobre a revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro da ONU foi celebrada como a conquista definidora da sessão.

O acordo sobre a metodologia revisada para a devolução de créditos orçamentários foi classificado como um marco histórico que demonstrou a capacidade dos Estados-membros de desenvolver soluções pragmáticas e inovadoras diante de desafios financeiros sem precedentes.

O novo modelo introduziu um arcabouço coerente aplicável ao orçamento regular, aos orçamentos de manutenção da paz e aos tribunais internacionais, distinguindo diferentes categorias de créditos e garantindo a devolução automática apenas daqueles respaldados por liquidez disponível.

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Para o Grupo, esse mecanismo alcançou um equilíbrio cuidadoso entre os direitos dos Estados-membros e as necessidades financeiras da Organização, reforçando a gestão financeira sólida e salvaguardando a execução dos mandatos.

Ademais, enfatizaram que a transparência e a consistência no registro de atrasos por ano fiscal continuam sendo a pedra angular da nova metodologia, e que a aplicação do mecanismo não diminui a responsabilidade dos Estados-membros em relação às contribuições pendentes. Pelo contrário, o Grupo reafirmou o princípio fundamental de que todos os Estados devem cumprir integralmente, no prazo e sem condições, suas obrigações financeiras previstas na Carta da ONU.

O Grupo destacou que as negociações foram conduzidas com espírito de abertura, flexibilidade e compromisso construtivo, enviando uma mensagem poderosa de que o multilateralismo e o consenso continuam gerando resultados significativos, mesmo nos temas mais complexos.

Sob a liderança do Uruguai na presidência, o Grupo reiterou seu compromisso inabalável em fortalecer o sistema multilateral para enfrentar os complexos desafios globais contemporâneos, inclusive aqueles que afetam os países em desenvolvimento.

29 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre o processo intergovernamental relativo ao tema “Além do PIB”

O G-77 e a China reconheceram a importância do processo intergovernamental determinado pela resolução 79/1, intitulada “O Pacto para o Futuro”.

Diante disso, o Grupo destacou a relevância de avançar na criação de um conjunto de indicadores de progresso sobre o desenvolvimento sustentável que complementem ou que ultrapassem o Produto Interno Bruto (PIB), servindo para nortear o acesso de países em desenvolvimento a financiamentos concessionais e cooperação técnica.

Para o Grupo, é imperativo garantir que o pilar do desenvolvimento permaneça no centro de qualquer estrutura voltada a medir o progresso para além do PIB.

Por consequência, o processo deve ser guiado pelo objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões de forma equilibrada e integrada, reconhecendo que a erradicação da pobreza continua sendo o maior desafio global e um requisito indispensável para a sustentabilidade. Assim, esse novo modelo deve contribuir para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento e apoiar formas de superá-los.

O Grupo destacou ainda a retirada de um dos Co facilitadores do processo e incentivou a nomeação imediata de um sucessor, em conformidade com as práticas estabelecidas pela AGNU, assegurando a continuidade de um processo intergovernamental inclusivo e equilibrado.

29 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informal do plenário da AGNU sobre a sessão informativa mensal sobre a ONU80

O G-77 e a China agradeceram o informe apresentado pelo Subsecretário-Geral para Políticas, Guy Ryder, sobre a iniciativa ONU80, bem como as atualizações sobre os pacotes de trabalho 14 e 27.

CONTEXTO

Os pacotes de trabalho *(Work Packages)* funcionam como frentes temáticas específicas lideradas pelo Secretariado.

Pacote de Trabalho 14: Serviços Unificados (*Unified Services Roadmap*) – Seu objetivo é integrar e padronizar áreas como logística e recursos humanos, reduzindo custos burocráticos para realocar recursos diretamente nas atividades-fim e programas de campo, respeitando as diferentes realidades e contextos nacionais.

Pacote de Trabalho 27: Meio Ambiente (*Environment*) – reforma a governança e a arquitetura ambiental da ONU, fortalecendo a coerência entre agências para evitar a sobreposição de esforços. Focado no impacto local, busca otimizar o apoio institucional e aprimorar a mobilização de recursos e financiamento para ajudar países em desenvolvimento a cumprirem seus Acordos Ambientais Multilaterais.

Nesta declaração, o Grupo reconheceu os esforços para que os Estados-Membros recebam antecipadamente os materiais informativos e relatórios, mas reiterou o pedido para que esses documentos sejam entregues com maior antecedência, visando facilitar debates mais substantivos.

O Grupo reafirmou seu apoio contínuo à iniciativa ONU80 e ao seu objetivo central de alcançar uma "mudança de paradigma" na organização do trabalho do sistema ONU, buscando gerar um maior impacto prático no terreno para as populações atendidas.

Reforçaram que nenhuma proposta de reforma deve resultar na diluição dos mandatos de desenvolvimento, tampouco colocar em risco as atividades de longa data realizadas pelas entidades de desenvolvimento da ONU em nível nacional.

Para o Grupo, quaisquer ajustes estruturais precisam responder a desafios claramente identificados e respeitar as realidades operacionais das presenças em campo, de modo que os ganhos de eficiência sejam, sempre que possível, redirecionados para atividades de desenvolvimento nos países beneficiários, cumprindo a visão da ONU80 de fortalecer o impacto local.

A respeito do pacote de trabalho 14, o Grupo viu mérito especial na iniciativa e recebeu de forma positiva o material informativo intitulado "ONU80: Roteiro de Serviços Unificados".

Valorizaram os esforços liderados pelo Secretariado para aumentar a eficiência e reduzir custos por meio de um arcabouço consistente e baseado em evidências, concordando com a necessidade de liberar recursos para os programas.

O G-77 e a China destacaram as quatro áreas de trabalho em andamento e concordaram com a conclusão de que não existe um modelo único de prestação de serviços aplicável a todos os casos, dadas as diferenças nos contextos e necessidades nacionais, manifestando a expectativa de receber o roteiro completo até 30 de junho e o relatório de resultados até o fim de outubro.

Em relação ao pacote de trabalho 27, o Grupo destacou o documento informativo sobre Meio Ambiente e de suas 10 recomendações, que visam fortalecer a arquitetura ambiental do sistema ONU para oferecer suporte de forma mais coerente, maximizando o impacto nos países e melhorando a eficácia e a eficiência, ficando no aguardo do informativo do Secretário-Geral em agosto.

Diante disso, o Grupo solicitou mais detalhes sobre como as propostas desse pacote contribuirão para avançar na mobilização de recursos e captação de fundos, apoiando os países em desenvolvimento na implementação de seus compromissos nacionais sob os diversos Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs).

Por fim, o Grupo reafirmou seu firme compromisso de participar de forma ativa e construtiva em todas as deliberações relevantes, garantindo processos transparentes e inclusivos para a consolidação de um sistema das Nações Unidas mais eficaz, eficiente, equitativo e verdadeiramente representativo.

26 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a troca inicial de pontos de vista acerca dos critérios e modalidades para a revisão do estoque existente de mandatos da Assembleia Geral.

O G-77 e a China destacaram o documento de trabalho (*non-paper*) e agradeceram pelas informações apresentadas sobre as deliberações dos quatro workshops organizados pelas Copresidências.

Valorizaram o fato de o resumo das posições dos Estados-membros contido no documento reconhecem explicitamente que os critérios de revisão devem ser claros, objetivos, práticos e baseados em dados imparciais, evitando-se a politização e a aplicação de dois pesos e duas medidas.

Além disso, o Grupo destacou a importância de se respeitar a diversidade dos mandatos — rejeitando fórmulas genéricas —, a premissa de que os mandatos permanecem válidos até sua plena implementação ou expiração, e a necessidade de preservar as prerrogativas de tomada de decisão dos Estados-membros.

O Grupo reiterou que o pilar do desenvolvimento deve manter sua prioridade sob a Iniciativa ONU80, com foco na ampliação do apoio aos países em desenvolvimento, defendendo que os ganhos de eficiência sejam redirecionados para atividades de desenvolvimento nos países beneficiários, fortalecendo o impacto prático no terreno.

Diante disso, o Grupo reforçou o pedido por um diálogo dedicado com o Secretariado para obter dados precisos e análises imparciais que subsidiem as discussões e facilitem a compreensão do panorama dos mandatos atuais.

O G-77 e a China solicitaram maior clareza sobre o cronograma e os próximos passos do Grupo de Trabalho Ad Hoc (AHWG) para a implementação dos mandatos específicos da resolução pertinente, bem como sobre a articulação dessas deliberações com os relatórios solicitados ao Secretário-Geral. Pediram informações sobre a data de lançamento do relatório a respeito do portfólio de relatórios obrigatórios, lembrando que a resolução 80/251 estipulou que o AHWG deveria receber e analisar esse documento até o final de julho de 2026.

Por fim, o Grupo solicitou detalhamentos adicionais sobre a proposta de criação de um projeto-piloto para testar metodologias de revisão em um conjunto limitado de mandatos, questionando o impacto dessa iniciativa no cronograma de trabalho, visto que a mesma resolução determina que o AHWG desenvolva critérios claros e objetivos para a renovação, adaptação, fusão ou encerramento de mandatos da AGNU até o final de agosto de 2026.

26 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informal do plenário da AGNU em comemoração ao dia da Carta das Nações Unidas

O G-77 e a China agradeceram à Presidência da AGNU pela convocação da reunião em comemoração ao Dia da Carta das Nações Unidas, realizada sob o tema "**Melhores Juntos: Uma Carta, Um Futuro**".

Reafirmaram seu compromisso inabalável com os propósitos e princípios do documento fundacional, apontando-os como a pedra angular da cooperação multilateral e das relações internacionais, e destacaram que a parceria histórica entre a ONU e o G-77 se baseia no multilateralismo, na cooperação internacional e na igualdade soberana. Defenderam os princípios como a integridade territorial, a independência política, a não interferência nos assuntos internos dos Estados e a solução pacífica de controvérsias, como centrais e altamente relevantes para nortear os esforços globais de manutenção da paz, promoção do desenvolvimento sustentável e defesa dos direitos humanos.

Diante de desafios interconectados — como a pobreza, a desigualdade, a vulnerabilidade da dívida, a insegurança alimentar e as mudanças climáticas —, o Grupo sublinhou que um multilateralismo eficaz era e continuava sendo indispensável.

O desenvolvimento é o pilar central da ONU, sendo a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões apontada como o maior desafio global e requisito essencial para o desenvolvimento sustentável.

Para que se cumpra a promessa da Carta e se alcance a Agenda 2030, o G-77 e a China enfatizaram a necessidade de apoiar os países em desenvolvimento com meios adequados de implementação, incluindo financiamento, transferência de tecnologia e capacitação.

Por fim, ao saudarem a assinatura simbólica da Carta da ONU80 como uma reafirmação de solidariedade e respeito mútuo, o G-77 e a China defenderam um sistema multilateral revitalizado, mais democrático e representativo, assegurando que as vozes e aspirações de desenvolvimento de todos os povos fossem plenamente refletidas nos processos globais de tomada de decisão, sem deixar ninguém para trás.

25 de junho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre a questão das Ilhas Malvinas, Georgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul no Comitê especial de descolonização

O G-77 e a China reconheceram a presença do Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Pablo Quirno, que apresentou uma declaração detalhada sobre o tema.

O Grupo reiterou a posição que vêm manifestando historicamente sobre a questão das Ilhas Malvinas, alinhando-se à mais recente Declaração adotada pelos seus Ministros das Relações Exteriores em 24 de setembro de 2025.

O Grupo relembrou o marco do sexagenário da adoção da Resolução 2065 (XX) da Assembleia Geral da ONU, completado em 16 de dezembro de 2025, e reafirmou a urgência de que os governos da Argentina e do Reino Unido retomem as negociações bilaterais. Esse diálogo deve ser balizado pelos princípios da Carta da ONU e pelas resoluções pertinentes da Assembleia Geral, buscando uma solução pacífica e célere para a disputa de soberania que envolve as Ilhas

Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes. Na oportunidade, os Ministros enalteceram a plena disposição e a boa vontade do governo argentino em negociar, evocando também a Resolução 37/9 da Assembleia Geral, que confere ao Secretário-Geral uma missão de bons ofícios para auxiliar as partes nessa retomada.

Ademais, o Grupo reafirmou categoricamente o princípio da integridade territorial consubstanciado na Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral e sublinhou o direito inalienável dos Estados-membros do Grupo à soberania permanente sobre seus recursos naturais. Nesse sentido, foi respaldado o direito da Argentina de adotar medidas legais, em estrito respeito ao direito internacional e às decisões multilaterais, contra atividades não autorizadas de exploração e extração de hidrocarbonetos na região disputada.

Por fim, o Grupo alertou para a necessidade de que ambas as partes se abstenham de tomar decisões que impliquem modificações unilaterais na situação atual enquanto as ilhas estiverem sob o processo de descolonização e negociação recomendado pela Assembleia Geral, conforme preconiza a Resolução 31/49.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

DESTAQUES

As atividades do MNA consolidaram a transição de sua postura histórica de neutralidade para um modelo de salvaguarda estratégica ativa. Guiados pelo lema ***"Aprofundar a Cooperação para uma Influência Global Compartilhada"***, o Movimento atuou de forma coordenada nos principais fóruns multilaterais para converter a solidariedade política do Sul Global em conquistas institucionais concretas.

O MNA somou forças a coalizões tradicionais como o G-77 e a China nas reuniões da AGNU, articulando posicionamentos conjuntos frente às reformas da Iniciativa ONU80, às revisões de mandatos orçamentários e à transição para novas métricas de desenvolvimento.

Este informe apresenta as principais intervenções temáticas e atividades do MNA estruturadas em seus pilares de soberania econômica, digital, sanitária e reforma da governança global.

Operacionalização do "Além do PIB" e Financiamento Climático

A articulação política do MNA convergiu fortemente com os debates do processo intergovernamental da resolução 79/1 ("O Pacto para o Futuro"). O movimento passou a exigir que a substituição ou complementação do PIB por novos indicadores de sustentabilidade seja vinculada imediatamente a critérios menos punitivos para o acesso a financiamentos

concessionais. Argumentaram que a vulnerabilidade climática e social deve abrir portas para crédito facilitado, e não servir como barreira ou nova forma de condicionalidade externa.

Articulação Prática na Iniciativa ONU80 (Pacotes 14 e 27)

O MNA somou forças ao G-77 para blindar a máquina técnica de desenvolvimento em campo. O destaque pós-evento é a posição firme de que qualquer ganho de eficiência orçamentária ou fusão administrativa interna da ONU deve ser obrigatoriamente revertido em recursos diretos para programas finalísticos de sustentabilidade no terreno nos países beneficiários, rejeitando que a reforma resulte no enxugamento de escritórios locais.

Defesa dos Mandatos de Desenvolvimento no AHWG

Nas reuniões de encerramento do Grupo de Trabalho Ad Hoc (AHWG) sobre a revitalização da AGNU, o MNA intensificou a vigilância contra o risco de "diluição de mandatos". Pontuaram que os critérios de revisão de resoluções antigas não podem ser usados pelo Norte Global para desidratar compromissos históricos com o Sul. O MNA foi firme com a premissa de que um mandato só expira quando estiver integralmente cumprido no terreno, exigindo dados e auditorias estritamente imparciais do Secretariado até o prazo final de agosto.

Fortalecimento do Mecanismo Financeiro Multilateral

A aprovação consensual do novo mecanismo de devolução de créditos orçamentários na ONU (no encerramento do 5º Comitê) foi capitalizada pelo MNA como uma vitória do método de multialinhamento e pragmatismo. O destaque foi o uso deste precedente para exigir maior responsabilidade fiscal das grandes potências (o pagamento de contribuições em atraso sem condições políticas), provando que, sob lideranças do Sul Global, o consenso multilateral ainda é capaz de gerar soluções de liquidez para a governança internacional.

NAS REGIÕES



26 de junho de 2026 – Ramaphosa defende a política externa não-alinhada da África do Sul em meio às pressões dos EUA.

O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, defendeu a política externa não alinhada do país no Conselho Nacional das Províncias após críticas públicas do embaixador dos EUA sobre os laços com a China e o Irã.

Ramaphosa enfatizou que o não alinhamento não significa neutralidade ou desengajamento, mas sim uma postura independente, baseada na Constituição e voltada ao diálogo e à resolução pacífica de conflitos.

Citando a participação ativa da África do Sul no MNA, no BRICS e na ONU, o presidente justificou a realização de exercícios militares rotineiros com potências ocidentais e orientais, além do papel do país como mediador no conflito Rússia-Ucrânia.

Frente a acusações de inconsistência, o presidente Ramaphosa evocou o histórico do país contra o *apartheid* para reafirmar o compromisso com os direitos humanos e anunciou a intensificação da diplomacia econômica para diversificar parcerias e enfrentar as pressões tarifárias globais.



26 de junho de 2026 – Azerbaijão e Estados africanos exploram a cooperação parlamentar durante a sessão da PUIC.

A presidente do parlamento do Azerbaijão, Sahiba Gafarova, reuniu-se em Baku com vice-presidentes de legislativos africanos durante a 20ª Sessão da União Parlamentar da Organização da Cooperação Islâmica (PUIC).

No encontro, a delegação africana elogiou a organização do evento e as diretrizes do presidente Ilham Aliyev, enquanto Gafarova destacou o caráter multicultural de seu país e as políticas de preservação dos valores islâmicos.

O diálogo focou na expansão da cooperação parlamentar mútua, com ênfase no fortalecimento da atuação conjunta em fóruns internacionais estratégicos, como a União Interparlamentar (IPU), a Rede Parlamentar do Movimento dos Não-Alinhados (NAM PN) e a própria PUIC.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.



2 de julho de 2026 – Capítulo Nacional do NAMYO nas Filipinas promove palestra sobre Mudanças Climáticas e Direito.

O Capítulo Nacional das Filipinas do NAMYO realizou, com sucesso, uma palestra sobre Mudanças Climáticas e Direito. O evento reuniu estudantes e professores da área, oferecendo uma plataforma estratégica para debater as responsabilidades e os marcos jurídicos que orientam a ação climática.

A iniciativa reflete a forte atuação da NAMYO na formação de juristas da nova geração no Sul Global, com foco em direito ambiental e justiça climática. Esse engajamento dialoga diretamente com as bandeiras de financiamento climático, reparações e Direito ao Desenvolvimento, amplamente defendidas pelo Centro Sul e pelo próprio MNA em fóruns multilaterais.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

DESTAQUES

29 de junho de 2026 – Aproveitando os dados por meio da infraestrutura pública digital.

Por Danish



A Infraestrutura Pública Digital (IPD), impulsionada desde a presidência indiana do G20, em 2023, consolidou-se como uma estratégia central para assegurar a soberania de dados e acelerar a transformação tecnológica no Sul Global.

Em webinar promovido pelo Centro Sul, o Diretor Executivo, Carlos Correa destacou que a IPD confere autonomia regulatória às nações em desenvolvimento, mitigando a dependência histórica de grandes plataformas tecnológicas estrangeiras e permitindo um "salto tecnológico" sem os custos de sistemas legados.

Durante o encontro, diferentes países compartilharam modelos práticos de sucesso que evidenciam o potencial dessa agenda. A Índia apresentou seu modelo de Monetização Democrática de Dados, focado em consentimento e governança compartilhada para garantir que os retornos econômicos dos dados beneficiem as próprias comunidades geradoras.

O Brasil expôs o caso de sucesso do Pix que, operando sob a regulação do Banco Central e em conformidade com a LGPD[7], incluiu financeiramente a esmagadora maioria de sua população ativa.

Complementando a integração regional, a Indonésia, que sediará a Cúpula Global de IPD em Bali, em março de 2027, demonstrou a interoperabilidade de seu sistema de QR Code com parceiros do Sudeste Asiático, fortalecendo o uso de moedas locais no comércio transfronteiriço.

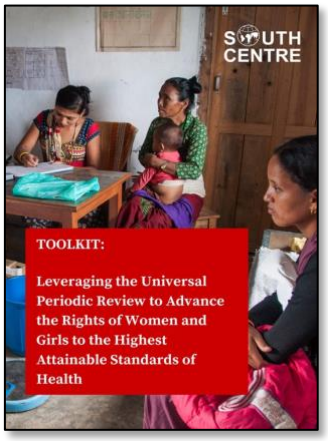
Por fim, os debates convergiram para a necessidade urgente de estabelecer padrões multilaterais para os fluxos financeiros digitais internacionais, uma lacuna que já mobiliza discussões no G20 junto ao Conselho de Estabilidade Financeira e ao Banco de Compensações Internacionais.

Em suma, as experiências demonstraram que a IPD converteu-se em um instrumento indispensável de cooperação Sul-Sul, integrando inclusão social, eficiência fiscal e salvaguarda estratégica.

[7] LGPD é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) do Brasil

26 de junho de 2026 – Aproveitando a Revisão Periódica Universal para Promover os Direitos das Mulheres e Meninas aos Mais Altos Padrões de Saúde Possíveis.

Por Daniel Uribe Terán



Este guia prático funciona como um manual operacional para gestores públicos, formuladores de políticas, organizações da sociedade civil (OSCs), instituições nacionais de direitos humanos (INDHs) e profissionais de saúde. Seu objetivo é orientar sobre como utilizar o mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU para promover os direitos de mulheres e meninas aos mais altos padrões de saúde física e mental, com foco em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR).

Para fundamentar essa atuação, o documento descreve os marcos normativos internacionais — como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que obrigam os Estados a respeitar, proteger e cumprir tais direitos, sob os critérios de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade (AAAQ).

Além disso, o manual detalha estratégias de coleta de evidências por meio da Abordagem de Dados Baseada em Direitos Humanos (HRBAD), oferece diretrizes para a elaboração de relatórios “paralelos” impactantes e ensina a formulação de recomendações no formato SMART (específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e com prazo definido).

Por fim, o guia destaca a importância dos mecanismos nacionais de implementação. Ele apresenta inovações em monitoramento digital, como o sistema SIMORE, do Paraguai, e o software livre IMPACT OSS, adotado na região do Pacífico. A dinâmica real de prestação de contas dos Estados é ilustrada com trechos de relatórios práticos da 4ª RPU do México, África do Sul e Costa Rica.

25 de junho de 2026 – O Comitê de Desenvolvimento da OMPI encontra-se em impasse sobre questões-chave, às vésperas do 20.º aniversário da Agenda de Desenvolvimento.



A 36ª sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP) da OMPI, presidida pela embaixadora Khadra Ahmed Hassan (Djibuti), expôs nitidamente a fratura estrutural entre o Sul Global e um pequeno grupo de países desenvolvidos quanto aos rumos da Agenda de Desenvolvimento (AD), que completará 20 anos em 2027.

Duas décadas após sua adoção como um compromisso histórico para alinhar a propriedade intelectual ao desenvolvimento, o comitê evidencia uma paralisia crônica: nenhum projeto foi aprovado para operacionalizar as flexibilidades do Acordo TRIPS em áreas vitais como saúde, educação ou segurança alimentar.

Um primeiro eixo estratégico da sessão foi a constatação de que as flexibilidades do TRIPS continuam sem operacionalização prática.

- **Brasil, Irã e Indonésia questionaram a superficialidade dos relatórios da OMPI:** das 952 atividades de assistência técnica realizadas em 2025, nenhuma avaliação mediu quantas de fato fortaleceram a capacidade dos países de usar o espaço político do TRIPS, em vez de apenas reforçar padrões de proteção da propriedade intelectual;

- **Para o Sul Global, essa é a lacuna mais crítica do sistema:** sem flexibilidades efetivamente operacionalizadas, o acesso a medicamentos, vacinas e tecnologias segue condicionado à boa vontade de detentores de patentes.

O segundo embate da sessão girou em torno da tentativa de converter o Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP) em uma plataforma de fiscalização policialesca.

- **A proposta britânica sobre combate à falsificação de marcas** — em sua terceira tentativa, com apoio do Grupo B, da União Europeia, do Japão, dos Estados Unidos e da Coreia do Sul — foi barrada por uma ampla coalizão de países em desenvolvimento, liderada por Brasil, Índia, Irã, China e Rússia;

- **O ponto mais sensível**, levantado pela Índia, **foi o risco de apreensão de medicamentos genéricos em trânsito** sob pretexto de combate à falsificação, tal mecanismo que já causou crises de acesso a medicamentos essenciais no passado e que, segundo a delegação indiana, carece de qualquer salvaguarda contra apreensões indevidas;

- **O adiamento da proposta é uma vitória tática do Sul Global, mas apenas temporária:** o tema deve retornar à mesa em novembro de 2026.

O terceiro e mais contundente eixo foi a ruptura pública dos Estados Unidos com os fundamentos declarados da própria Agenda de Desenvolvimento.

A delegação estadunidense afirmou textualmente que a OMPI não é uma agência de desenvolvimento, declarou que deixará de reafirmar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma rotineira e rejeitou iniciativas de cooperação Sul-Sul que promovam flexibilidades prejudiciais à proteção intelectual. Além de barrar a participação da sociedade civil e da academia nas discussões, os EUA vetaram, por questões processuais, uma proposta chilena sobre inteligência artificial e indústrias criativas. O veto ocorreu a despeito do amplo apoio da Argentina, México, Indonésia, Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC) e Grupo Africano, provando que a postura obstrutiva de Washington se estendeu a qualquer tentativa de ampliar o escopo desenvolvimentista da organização.

Em termos de resultados concretos, o único projeto efetivamente aprovado na sessão foi a iniciativa venezuelana de fortalecimento de artesãos por meio da propriedade intelectual.

Diante desse cenário de escassos avanços, o Grupo Africano liderou um movimento estratégico ao propor que o relatório de 20 anos da Agenda de Desenvolvimento, em 2027, seja um documento crítico e analítico, e não um mero catálogo de atividades.

Aprovada com o endosso de blocos como o GRULAC, Grupo de Países da Ásia Central, Cáucaso e Europa de Leste (CACEEC), China e Brasil, a proposta sinaliza uma articulação coordenada do Sul Global para exigir, pela primeira vez, uma prestação de contas histórica e substantiva sobre o real impacto da Agenda de Desenvolvimento após duas décadas de existência.

22 de junho de 2026 – A Comissão da CEDEAO e o Centro Sul parabenizam a Autoridade Tributária da Libéria e a Autoridade Tributária Nacional de Serra Leoa pela assinatura do Memorando de Entendimento que operacionaliza o Exame Tributário Simultâneo.



A Comissão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Centro Sul parabenizaram calorosamente os Comissários-Gerais da Autoridade Tributária da Libéria (LRA) e da Autoridade Tributária Nacional da Serra Leoa (NRA) pela assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) para a realização de uma Auditoria Fiscal Simultânea (*Simultaneous Tax Examination* – STE). O ato marcou um momento histórico para a cooperação fiscal na região.

Por se tratar da primeira iniciativa de STE de que se tem registro em todo o Sul Global, o acordo estabeleceu um precedente fundamental para a cooperação tributária internacional. A visão e o empenho demonstrados por ambos os dirigentes foram determinantes para tirar do papel esse projeto pioneiro.

O memorando formalizou a operacionalização do programa-piloto de auditoria simultânea liderado pela CEDEAO, que havia sido anunciado em abril de 2026. Com isso, os compromissos jurídicos regionais previstos no Ato Adicional da CEDEAO sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal foram traduzidos em ações administrativas práticas, capazes de gerar retornos concretos na arrecadação de receitas dos Estados-membros.

Na oportunidade, a CEDEAO e o Centro Sul reafirmaram o compromisso de fortalecer a cooperação fiscal regional e apoiar a mobilização de recursos internos, em total sintonia com a Agenda 2050 da CEDEAO e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, ambas as instituições manifestaram pleno apoio à LRA e à NRA na execução dessa iniciativa, projetando-a como um modelo replicável para futuras auditorias fiscais, bilaterais ou multilaterais, entre outros países do bloco africano.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Divergências na Reunião de *Sherpas* do G20 expõem fraturas políticas e impulsionam a prospecção de novas presidências

Las discrepancias en la reunión de los sherpas del G-20 ponen de manifiesto las divisiones políticas e impulsan la búsqueda de nuevas presidencias

Disagreements at the G20 Sherpa Meeting Expose Political Divisions and Fuel Speculation About New Presidencies

Resumo: O informe aborda os desdobramentos da Segunda Reunião de *Sherpas* do G20, evidenciando a escassez de informações oficiais e as tensões causadas pela tentativa dos Estados Unidos de restringir a agenda a um "retorno ao básico". O texto detalha o posicionamento crítico de Rússia e China frente à exclusão de pautas, além de examinar o planejamento estratégico do México e da Coreia do Sul para garantir a coordenação de metas de longo prazo em suas futuras presidências do bloco.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El informe aborda las repercusiones de la Segunda Reunión de Sherpas del G-20, poniendo de manifiesto la escasez de información oficial y las tensiones provocadas por el intento de Estados Unidos de limitar la agenda a una "vuelta a lo básico". El texto detalla la postura crítica de Rusia y China ante la exclusión de algunos temas, además de examinar la planificación estratégica de México y Corea del Sur para garantizar la coordinación de los objetivos a largo plazo durante sus futuras presidencias del bloque.*

Palabras clave: *G20; EE.UU.*

Abstract: *The report addresses the outcomes of the Second G20 Sherpas' Meeting, highlighting the scarcity of official information and the tensions caused by the United States' attempt to limit the agenda to a "back to basics" approach. The text details Russia and China's critical stance regarding the exclusion of certain agenda items, while also examining Mexico and South Korea's strategic planning to ensure coordination of long-term goals during their future presidencies of the group.*

Keywords: *G20; USA.*

Chegando à metade de seu mandato com poucos avanços concretos divulgados, os Estados Unidos sediaram a Segunda Reunião de *Sherpas* do G20 em Washington, D.C., nos dias 29 e 30 de junho de 2026. O encontro buscou não apenas debater as entregas e prioridades do bloco, mas também avançar nas discussões e na elaboração do rascunho da Declaração a ser apresentada na Cúpula de Líderes em Miami, agendada para dezembro. Deve-se ressaltar, no entanto, que a escassez de comunicados públicos tem sido uma marca dessa gestão, uma vez que nem mesmo o site oficial do bloco publicou uma nota informativa sobre o encontro, fazendo com que a maior parte das informações conhecidas viesse a público por meio de declarações dos próprios países participantes. Foram justamente essas manifestações que revelaram um evento fortemente marcado por posicionamentos estratégicos, evidenciando as articulações daqueles que assumirão a presidência rotativa do grupo nos próximos anos, como a Coreia do Sul em 2028 e o México em 2029. Os debates contaram com a presença de representantes de quase todos os membros do fórum e com a Polônia como país convidado, registrando-se a ausência notável da África do Sul, nação que vem sendo excluída do grupo desde o início da liderança norte-americana.

Como mencionado, um dos focos centrais foi a revisão dos progressos alcançados pelos quatro Grupos de Trabalho (GTs) instituídos pelos Estados Unidos durante o seu mandato. As autoridades norte-americanas detalharam então aos participantes o andamento das discussões internas e o planejamento para os meses que antecedem a Cúpula nas quatro áreas definidas como prioritárias para 2026: comércio, energia, crescimento econômico e desregulamentação, e inovação. Na oportunidade, Washington ressaltou que a resiliência das cadeias de suprimentos, a segurança energética, a inovação tecnológica e a promoção de investimentos constituem os objetivos essenciais do encontro de Miami, o que demanda a colaboração ativa de todos os países integrantes. Contudo, embora as delegações tenham concordado, de maneira geral, sobre a relevância desses temas, diferentes países manifestaram visões divergentes quanto aos rumos das políticas específicas e ao conteúdo dos documentos finais. Sob a ótica de observadores diplomáticos, o encontro marcou o início de um período de negociações substancialmente mais intensas e complexas sobre a condução da agenda definida pela liderança norte-americana.

Essas divergências ganharam contornos mais severos diante de denúncias de redefinição temática e de exclusão de pautas importantes por parte da coordenação norte-americana. Conforme relatado por fontes anônimas que estiveram no encontro, os Estados Unidos pressionaram os demais negociadores para eliminar do rascunho do texto oficial qualquer referência ou linguagem voltada à redução da pobreza, à transição energética e à igualdade de gênero – um enorme retrocesso em contraponto às presidências anteriores. Em substituição a esses temas, a delegação norte-americana busca restringir a agenda oficial do G20 a tópicos alinhados aos seus interesses domésticos, como imigração, crime transnacional e terrorismo, investimentos estrangeiros diretos e o que o governo classifica como “comércio justo”. Essa orientação aprofundou as tensões com as economias em desenvolvimento, com diplomatas apontando que, desde os primeiros encontros preparatórios em dezembro, a presidência tem moldado diretrizes que beneficiam suas próprias prioridades em detrimento de nações menores.

Sob essa perspectiva crítica, os Estados Unidos estariam esvaziando o caráter multilateral da Cúpula, mobilizando-a essencialmente como um “cenário de fundo” para um provável encontro presencial entre o presidente Donald Trump e o líder chinês Xi Jinping. Por outro lado, a defesa oficial dos Estados Unidos refutou tais alegações, negando o esvaziamento

dos debates. Segundo o posicionamento do governo, a proposta norte-americana visa um retorno ao básico (*back to basics*), traduzido em uma agenda simplificada e focada em impulsionar as prioridades mencionadas. Inserida diretamente nessas dinâmicas, a China desempenha um papel central na Cúpula de 2026, mesmo sem ter detalhado seu posicionamento em discursos abertos durante o encontro. O fato de o país sediar a Cúpula da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, em português), em Shenzhen, em novembro, projeta um momento de forte relevância geopolítica poucas semanas antes do G20 de Miami. É esse cenário que coloca o presidente Xi Jinping no centro das atenções da estratégia norte-americana, que tenta condicionar o sucesso do fórum a uma reunião bilateral entre os dois países.

Esse ambiente de contestação à condução de Washington foi vocalizado de forma ainda mais aberta pela Rússia, que utilizou os debates para se posicionar como a voz do Sul Global em claro antagonismo aos Estados Unidos. Representado pelo diplomata Denis Agafonov, definido recentemente como representante oficial para os assuntos do bloco, o país avaliou que o G20 atravessa uma transição geopolítica na qual os centros de crescimento econômico estão se deslocando para os países em desenvolvimento. Nesse sentido, a delegação russa direcionou críticas severas à exclusão da África do Sul, classificando a decisão norte-americana como arbitrária. Esse impasse institucional remonta a novembro de 2025, quando os Estados Unidos não enviaram representantes de alto nível para a Cúpula de Joanesburgo, e após Donald Trump vetar a participação sul-africana durante toda a gestão do bloco neste ano. Diante disso, Moscou expressou o forte desejo de que o país africano, parceiro do bloco BRICS, retome suas atividades plenas no fórum.

Adicionalmente, a Rússia posicionou-se contra a admissão da Polônia no grupo, sob o argumento de que a Europa já está super-representada no G20 e de que outros países com o dobro do PIB polonês participam apenas como convidados, reiterando que qualquer nova inclusão deve ser decidida estritamente por consenso. Pelo lado econômico, embora veja com bons olhos o foco simplificado da presidência norte-americana e confirme o interesse de suas empresas em participar dos eventos integrados de energia, alta tecnologia, inovação e estratégias de crescimento, a delegação russa usará o espaço para pautar o combate a sanções unilaterais, que classifica como barreiras prejudiciais à economia global. Ao avaliar o panorama geral, Agafonov ponderou que o início da presidência dos Estados Unidos é encorajador, mas ressaltou que as negociações mais importantes e complexas do bloco ainda estão por vir.

Por fim, em paralelo às discussões sobre as tensões imediatas do bloco, o México consolidou sua relevância focando na defesa do desenvolvimento equitativo e no planejamento institucional de médio prazo. Sob a condução da Secretária de Relações Exteriores, María Teresa Mercado Pérez, a delegação mexicana defendeu veementemente que a cooperação internacional priorize um modelo de crescimento mais inclusivo para as economias emergentes e nações em desenvolvimento. Pérez ressaltou os avanços de seu país em ações domésticas para fechar lacunas sociais e expandir a capacidade produtiva, reforçando que o progresso tecnológico e a inovação precisam obrigatoriamente caminhar de mãos dadas com políticas públicas que assegurem acessibilidade e gerem impactos sociais concretos e sustentáveis. Além do debate temático, o encontro em Washington funcionou como uma plataforma central para a campanha mexicana voltada a assumir a presidência do G20 em 2029. Para tanto, a equipe realizou reuniões de alinhamento com *sherpas* de economias emergentes – que representam metade dos membros do grupo – e com o bloco MIKTA (composto por México, Indonésia, Coreia do Sul, Turquia e Austrália), além de formalizar seu interesse em consultas bilaterais com onze

importantes parceiros: Austrália, Brasil, Canadá, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Japão, Reino Unido, União Africana e União Europeia.

Essa mesma preocupação com a previsibilidade e com a sustentação das agendas globais orientou a participação da Coreia do Sul, cuja estratégia esteve voltada para a preparação de sua própria liderança no bloco em 2028, ano em que sediará o bloco após os mandatos do Reino Unido. Representada pelo *Sherpa* Kim Hee-sang, a delegação sul-coreana levou ao fórum diretrizes coordenadas internamente durante a Terceira Reunião Interinstitucional do G20 da Coreia, realizada em 26 de junho. O país buscou garantir a inclusão de debates cruciais sobre a estabilidade das cadeias globais de suprimentos, a cooperação industrial, a transição energética e a economia digital. Nesse cenário, Kim Hee-sang defendeu o estabelecimento de marcos de governança e de cooperação internacional em segurança de inteligência artificial dentro dos documentos de resultados do G20, apontando as tecnologias digitais e a IA como os novos motores de inovação industrial e crescimento econômico. Visando angariar apoio, alinhar expectativas e assegurar a coordenação de metas de longo prazo entre as sucessivas presidências, o negociador sul-coreano atuou ativamente nas consultas do grupo MIKTA voltadas para a transformação digital e recuperação econômica, além de firmar pontes em reuniões bilaterais estratégicas com os Estados Unidos, a Austrália, a China, a Argentina e a Arábia Saudita.

Referências

GLOBAL KOREA POST. [Issue / 2026 Second G20 Sherpa Meeting] “U.S.-Led G20 Agenda Gains Momentum” … Korea Strengthens Global Leadership Ahead of 2028 Presidency. Seul: Global Korea Post, 1 de julho de 2026. Disponível em: https://www.globalkoreapost.co.kr/news/articleView.html?idxno=91998.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. Mexico Consolidates Its Presence in the G20 at Second Sherpa Meeting. Cidade do México: SRE, 2 de julho de 2026. Disponível em: https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-consolidates-its-presence-in-the-g20-at-second-sherpa-meeting.

SOUTH CHINA MORNING POST (SCMP). US hollows out G20 agenda, casts Miami summit as ‘backdrop for Trump-Xi meeting’: sources. Hong Kong: SCMP, 3 de julho de 2026. Disponível em: https://www.scmp.com/news/us/diplomacy/article/3358958/us-hollows-out-g20-agenda-casts-miami-summit-backdrop-trump-xi-meeting-sources.

NOTÍCIA BRASIL. Voz do Sul Global está se tornando mais forte no G20, afirma representante russo. Sputnik Brasil, 2 de julho de 2026. Disponível em: https://noticiabrasil.net.br/20260702/voz-do-sul-global-esta-se-tornando-mais-forte-no-g20-afirma-representante-russo-51865135.html.

RÚSSIA. President of Russia. Composition of the Interdepartmental Commission to Support Russia’s G20 Participation approved. Moscou: Kremlin, 28 de junho de 2026. Disponível em: http://en.kremlin.ru/catalog/keywords/12/events/80175.

--- * ---

Após Évian: desdobramentos à margem do grupo

Después de Évian: desarrollos al margen del grupo

After Évian: developments on the sidelines of the group

Resumo: A quinzena de 22 de junho a 5 de julho de 2026, seguinte à Cúpula de Évian (15 a 17 de junho), foi de calmaria no interior do próprio G7 que, como grupo, não realizou reuniões nem emitiu novos pronunciamentos, mas de desdobramentos relevantes em torno dele. A Conferência de Recuperação da Ucrânia mobilizou recursos europeus, multilaterais e privados; o memorando EUA–Irã começou a reabrir o Estreito de Ormuz sob regime de cotas iranianas; e o Brasil avançou sua agenda de diversificação comercial ao mesmo tempo em que via deteriorar-se sua relação bilateral com Washington.

Palavras-chave: G7; Ucrânia; Mercosul; Brasil.

Resumen: *La quincena del 22 de junio al 5 de julio de 2026, posterior a la Cumbre de Évian (15 a 17 de junio), fue de calma en el interior del propio G7 que, como grupo, no celebró reuniones ni emitió nuevos pronunciamientos, pero estuvo marcada por desarrollos relevantes a su alrededor. La Conferencia de Recuperación de Ucrania movilizó recursos europeos, multilaterales y privados; el memorando EE. UU.–Irán comenzó a reabrir el Estrecho de Ormuz bajo un régimen de cuotas iraníes; y Brasil avanzó su agenda de diversificación comercial al tiempo que veía deteriorarse su relación bilateral con Washington.*

Palabras clave: *G7; Ucrania; Mercosur; Brasil.*

Abstract: *The fortnight of June 22 to July 5, 2026, following the Évian Summit (June 15–17), was quiet within the G7 itself which, as a group, held no meetings and issued no new statements but marked by significant developments around it. The Ukraine Recovery Conference mobilized European, multilateral, and private resources; the US–Iran memorandum began to reopen the Strait of Hormuz under an Iranian quota regime; and Brazil advanced its trade-diversification agenda even as its bilateral relationship with Washington deteriorated.*

Keywords: *G7; Ukraine; Mercosur; Brazil.*

Encerrada a Cúpula de Évian, a quinzena seguinte foi de relativa calmaria com alguns desdobramentos em três frente: a Ucrânia, com a Conferência de Recuperação em Gdansk; o Oriente Médio, com a implementação do memorando entre EUA e Irã; e a inserção externa brasileira, entre o avanço da agenda comercial na Cúpula do Mercosul e a deterioração da relação com Washington.

A promessa mais destacada de Évian relativa ao apoio à Ucrânia, com reforço da defesa aérea, da resiliência energética e da pressão sobre a Rússia encontrou seu primeiro teste concreto em Gdansk. A Conferência de Recuperação da Ucrânia (URC 2026), realizada em 25 e 26 de junho e copresidida por Polônia e Ucrânia, já havia sido indicada, pelo G7, como o próximo espaço de coordenação do apoio. O balanço anunciado foi expressivo: mais de 160 acordos, somando mais de 10 bilhões de euros, com cerca de 7.500 participantes e 70 delegações (KYIV POST, 2026).

No entanto, ao que parece, houve menos um esforço do G7 do que um projeto europeu. A maior parte dos recursos veio da União Europeia, incluindo a primeira parcela de 3,2 bilhões de euros de um instrumento financeiro de cerca de 90 bilhões, do Banco Mundial (3,4 bilhões de dólares), do Banco Europeu de Investimento e do BERD, além do lançamento de um Fundo Europeu para a Reconstrução e de um Fundo de Apoio ao Transporte. Chamou atenção o papel do capital privado: fundos de private equity, parcerias público-privadas e novos mecanismos de seguro contra riscos de guerra passaram ao centro da arquitetura de financiamento. Pela primeira vez, a conferência incorporou uma dimensão de segurança e defesa, com a meta de mobilizar cerca de 3 bilhões de euros em capital privado para projetos militares (KYIV INDEPENDENT, 2026).

Isso nos leva a questionar a "unidade" do G7 proclamada na presença de Zelensky em que, na prática, se refletiu em uma operação predominantemente europeia na qual a contribuição estadunidense limitou-se a instrumentos de mitigação de risco em vez de aportes diretos. Isso reflete que a recuperação da Ucrânia é mais um projeto econômico e geopolítico do próprio bloco europeu.

No Oriente Médio, o memorando assinado por Trump em Versalhes teve uma execução de início conturbada, mas não fracassou de imediato. Em 19 de junho, Trump anunciou um novo cessar-fogo entre Israel e Hezbollah; a trégua não sobreviveu 24 horas, com Israel mantendo ataques ao sul do Líbano e o Irã alegando ter voltado a fechar o Estreito de Ormuz, o que o comando militar norte-americano negou (AL JAZEERA, 2026b). Ainda assim, a partir do fim de junho o tráfego voltou a fluir mais rápido do que o previsto. Mais de 20 petroleiros, cerca de 35 milhões de barris represados por três meses no Golfo Pérsico, deixaram o estreito após o acordo e o vice-presidente J. D. Vance deslocou-se à Suíça para as conversas com a delegação iraniana (CNBC, 2026; AL JAZEERA, 2026b). A reabertura, contudo, dá-se sob regime de cotas coordenado pela Marinha da Guarda Revolucionária, e não em livre navegação: Teerã disputa a leitura de que a passagem seria isenta de tarifas, insistindo em gerir o estreito em conjunto com Omã. A retomada plena aos 20 milhões de barris diários anteriores à guerra é tida como improvável antes de 2027, devido aos danos à infraestrutura.

O memorando entregou a Trump o que lhe interessava: um título que acalmou os mercados e a reabertura de um ponto de estrangulamento decisivo para a economia global e, em particular, para a energia e a inflação europeias, mas deixou intactas as questões estruturais que serão negociadas na janela de 60 dias que se encerra em meados de agosto: o enriquecimento e o estoque de urânio altamente enriquecido, que o Irã recusa enviar ao exterior; o alívio de sanções e a liberação de até 25 bilhões de dólares em ativos congelados; e o próprio regime de navegação (CSIS, 2026). A "convergência" do G7 sobre o Oriente Médio revelou-se, como se suspeitava, mais um exercício de alívio dos mercados de energia do que de resolução da guerra.

Coube ao Brasil o desdobramento mais concreto da quinzena. Na 68ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, realizada em 30 de junho em Assunção, o bloco lançou formalmente as negociações de um Acordo de Parceria Econômica com o Japão, desdobramento direto do encontro bilateral entre Lula e a primeira-ministra Sanae Takaichi em Évian. O processo apoia-se no Marco de Parceria Estratégica firmado em dezembro de 2025 e tem o acesso das carnes bovina e suína ao mercado japonês entre os temas centrais para o Itamaraty (MERCOSUL, 2026a; BRASIL 247, 2026). Além do Japão, o Mercosul registrou avanços nas tratativas com Canadá, Vietnã, Índia e Panamá (TERRA, 2026; MERCOSUL, 2026b).

Segundo Lula, após o Japão, o bloco buscará “fazer o mesmo com a China” e criticou o que chamou de “alinhamento automático” e “escolhas excludentes”, sintetizando: “Ninguém é dono do mundo. E ninguém é dono da América do Sul” (AGÊNCIA BRASIL, 2026), em referência aos EUA. O chanceler Mauro Vieira reforçou que a noção obsoleta hoje seria o isolamento, e a proposição extravagante, a fragmentação (BRASIL 247, 2026). A leitura converge com o discurso de Évian, examinado no informe anterior: diante do protecionismo e do unilateralismo, o Brasil aposta na diversificação de parceiros e na integração regional.

No entanto, se a agenda comercial avançou com outros países, a relação com os EUA se deteriorou. Os Estados Unidos avançaram a proposta de tarifa de 25% sobre parte das importações brasileiras, a partir de investigação do Escritório de Comércio dos EUA (USTR) que acusa o Brasil de aplicação frouxa de leis anticorrupção e de práticas comerciais desleais; o período de comentário público encerrou-se no início de julho, com isenções para carne bovina, café, terras raras, metais, energia e peças de aeronaves (AL JAZEERA, 2026a).

No mesmo movimento, o Tesouro norte-americano anunciou sanções a empresas e indivíduos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), que os EUA, ao lado do Comando Vermelho, classificaram como organização terrorista, descrevendo o PCC como “a maior organização criminosa transnacional do Hemisfério Ocidental” (ASSOCIATED PRESS, 2026). A medida, lida por parte dos analistas como interferência na eleição de outubro, alimentou o embate nacional: Lula classificou o documento da USTR como “mais um ato de traição à pátria” e acusou a família Bolsonaro de buscar submeter o país aos interesses norte-americanos, enquanto o senador Flávio Bolsonaro, protocolava na USTR uma petição de 86 páginas pedindo o adiamento das tarifas e a exclusão do sistema de pagamentos Pix da mira americana (BLOOMBERG, 2026). O episódio, somado à condenação de Eduardo Bolsonaro por lobby ilegal já registrada em Évian, converteu a política tarifária dos EUA em tema central da campanha brasileira.

A quinzena, em suma, confirmou o diagnóstico que o G7 de Évian deixara em aberto. Onde houve entrega, em Gdansk, revelou um esforço europeu e privado, mais do que uma ação coletiva do G7; onde houve alívio, em Ormuz, ele veio sob um regime frágil e gerido pelo Irã, sem soluções a longo prazo ainda; e onde o Brasil avançou, o Mercosul, foi marcado pelo afastamento de Washington, cuja pressão tarifária e securitária se intensificou.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Lula defende acordo do Mercosul com China durante Cúpula do bloco. Dourados News, 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.douradosnews.com.br/noticias/economia/lula-defende-acordo-do-mercosul-com-china-durante-cupula-do-bloco/1283421/ . Acesso em: 5 jul. 2026.

AL JAZEERA. Lula says Brazil cannot ‘accept treatment’ after new US tariffs proposed. Al Jazeera, 3 jun. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/6/3/lula-says-brazil-cannot-accept-treatment-after-new-us-tariffs-proposed . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026a)

AL JAZEERA. With Hormuz reopened, has the oil shortage turned into a glut? Al Jazeera, 2 jul. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/7/2/with-hormuz-reopened-has-the-oil-shortage-turned-into-a-glut . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026b)

ASSOCIATED PRESS. Brazil’s top presidential candidates Lula and Flávio Bolsonaro clash over US tariff proposal. The Washington Post, 3 jul. 2026. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/2026/07/03/brazil-lula-bolsonaro-tariffs/ . Acesso em: 5 jul. 2026.

BLOOMBERG. Bolsonaro asks Trump to avoid tariffs that would benefit Lula. Bloomberg, 2 jul. 2026. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-07-02/bolsonaro-asks-trump-to-avoid-tariffs-that-would-benefit-lula . Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL 247. Brasil vê acordo Mercosul-Japão como forma de equilibrar relações comerciais e reforçar autonomia. Brasil 247, jun. 2026. Disponível em: <https://www.brasil247.com/americalatina/brasil-ve-acordo-mercosul-japao-como-forma-de-equilibrar-relacoes-comerciais-e-reforcar-autonomia>. Acesso em: 5 jul. 2026.

CNBC. Oil prices erase wartime gains as supply concerns ease with Hormuz tanker traffic resuming. CNBC, 25 jun. 2026. Disponível em: https://www.cnbc.com/amp/2026/06/25/oil-price-supply-concerns-ease-with-hormuz-tanker-traffic-resuming-.html . Acesso em: 5 jul. 2026.

CSIS. The United States and Iran announce a deal to end the war: State of Play. Center for Strategic and International Studies, jun. 2026. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/united-states-and-iran-announce-deal-end-war-state-play . Acesso em: 5 jul. 2026.

KYIV INDEPENDENT. Zelensky-Nawrocki feud fails to overshadow Ukraine's biggest recovery conference yet. Kyiv Independent, 30 jun. 2026. Disponível em: https://kyivindependent.com/zelensky-nawrocki-feud-fails-to-overshadow-ukraines-biggest-recovery-conference-yet/ . Acesso em: 5 jul. 2026.

KYIV POST. Kyiv secures €10 bln at Ukraine Recovery Conference. Kyiv Post, 27 jun. 2026. Disponível em: https://www.kyivpost.com/post/79108 . Acesso em: 5 jul. 2026.

MERCOSUL. O MERCOSUL e o Japão anunciam o início das negociações para um Acordo de Parceria Econômica. Mercosul, jun. 2026. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/o-mercosul-e-o-japao-anunciam-o-inicio-das-negociacoes-para-um-acordo-de-parceria-economica . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026a)

MERCOSUL. Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL. Assunção, 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/comunicado-conjuntos-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul . Acesso em: 5 jul. 2026. (2026b)

TERRA. Mercosul lança negociações com Japão e amplia rede de acordos comerciais. Terra, 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/mercosul-lanca-negociacoes-com-japao-e-amplia-rede-de-acordos-comerciais,99c6c93ba160011c5cb5f5f7afa1679epwr18ymo.html . Acesso em: 5 jul. 2026.

--- *---

Panorama agrícola, confiança pública e vulnerabilidades em foco na OCDE

La OCDE se centra en la situación agrícola, la confianza de los ciudadanos y las vulnerabilidades

Agricultural Outlook, Public Confidence, and Vulnerabilities in the Spotlight at the OECD

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação da nova edição do estudo junto à FAO sobre o panorama agrícola internacional, o lançamento de um relatório sobre confiança internacional em instituições, um estudo sobre alimentação e conexão social, outro sobre

tratamento oncológico europeu e um terceiro sobre fragilidades da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Resume: *Entre las publicaciones más destacadas de la OCDE se encuentran la presentación de la nueva edición del estudio elaborado conjuntamente con la FAO sobre el panorama agrícola internacional, la publicación de un informe sobre la confianza internacional en las instituciones, un estudio sobre la alimentación y las relaciones sociales, otro sobre el tratamiento oncológico en Europa y un tercero sobre las deficiencias de la ayuda oficial al desarrollo.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD's highlights include the release of the new edition of its joint study with the FAO on the international agricultural outlook, the launch of a report on international trust in institutions, a study on food and social connection, another on cancer treatment in Europe, and a third on the weaknesses of official development assistance.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Ainda no final de junho de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*) promoveram a atualização de 2026 de sua parceria em produção e promoção de estudos e análises anuais de perspectivas e tendências sobre a agricultura mundial.

Nomeado como *"OECD-FAO Agricultural Outlook 2026-2035"*, o documento de referência mundial busca fornecer uma avaliação abrangente das perspectivas de dez anos dos mercados de *commodities* agrícolas e peixes em nível nacional, regional e global. Desse modo, a vigésima segunda edição da iniciativa conjunta inclui as projeções básicas de produção, consumo, estoques, comércio e preços de cereais, oleaginosas e produtos derivados de oleaginosas, raízes e tubérculos, leguminosas, açúcar, carne, laticínios, pescado, algodão, biocombustíveis e frutas tropicais.

Estima-se que a renda agrícola bruta média global por trabalhador aumente 9% até 2035 e que a produção global cresça 13% na próxima década, impulsionada principalmente por melhorias na produtividade e pela intensificação, com o crescimento concentrado na Ásia, na África Subsaariana e na América Latina. Também projeta-se que as emissões diretas de gases de efeito estufa provenientes da agricultura aumentem 6%, um ritmo consideravelmente mais lento do que o de crescimento da produção.

Ademais, o panorama ainda examina o cenário em evolução da agricultura global diante de desafios econômicos, sociais e ambientais, incluindo uma análise de cenários sobre os possíveis impactos do conflito no Oriente Médio nas perspectivas do setor agroalimentar. O relatório aponta que, se a frequência de choques observada nos últimos anos persistir, há uma probabilidade de 25% de que as rendas agrícolas em 2035 sejam inferiores aos níveis atuais. Os riscos de curto prazo também são significativos, uma vez que as recentes altas nos preços da energia e as consequentes reduções no uso de fertilizantes provavelmente afetarão a produção agrícola em 2027, perturbando especialmente a produção de cereais. Enquanto os países de alta renda conseguem absorver esses choques com mais facilidade, os países de baixa renda

enfrentam uma deterioração da segurança alimentar e uma maior vulnerabilidade à volatilidade do mercado causada pelas crises e conflitos.

No caso da alta média de 33% nos preços da energia observada no primeiro semestre de 2026 se manter no segundo semestre de 2026, a produção global de grãos sofrerá uma queda de 0,9% em 2027 e um recuo mais acentuado de 1,7%, nos países de baixa renda. As perdas de renda associadas e a elevação dos preços dos alimentos também forçará os conjuntos familiares desses países a reduzir seu consumo de alimentos e a optar por produtos mais baratos. Já na simulação de condições estáveis, nas quais se espera que os ganhos de produtividade respondam pela maior parte do crescimento da produção, ainda será necessária certa expansão das áreas de cultivo e dos rebanhos. Como resultado, projeta-se um aumento de 6,5% nas emissões diretas de gases de efeito estufa provenientes da agricultura na próxima década. Estima-se que a pecuária seja responsável por cerca de 77% desse aumento, refletindo a expansão dos rebanhos, enquanto os fertilizantes sintéticos devem contribuir com outros 23% devido ao aumento das emissões de óxido nitroso até 2035.

O documento ainda prevê que as melhorias projetadas na produtividade exerçam pressão de baixa sobre os preços reais das *commodities* agrícolas. Enquanto isso possa beneficiar os consumidores, também pode criar desafios significativos para os pequenos agricultores, que são mais vulneráveis às mudanças do mercado e, frequentemente, dispõem de capacidade limitada para adotar as tecnologias necessárias ao aumento da produtividade. É recomendado aos governos, portanto, que apoiem o crescimento da produtividade, ao mesmo tempo em que otimizem o acesso dos agricultores aos mercados e ofereçam programas de apoio adaptados às realidades locais.

Devido à grande e rica quantidade de informações potencialmente de interesse presentes nesta edição do estudo, a seguir são pontuadas brevemente uma pequena série de observações e projeções provenientes do documento:

- Projeta-se que a produção global de cereais (grãos) aumente de forma constante, atingindo o recorde de 3,22 bilhões de toneladas até 2035. Tal crescimento será impulsionado principalmente por melhorias na produtividade de 0,9% ao ano, enquanto se espera que a área de cultivo de cereais se expanda apenas 0,1% ao ano — menos da metade da taxa registrada na década anterior.
- Até 2035, projeta-se que 40% de todos os cereais sejam consumidos diretamente por humanos, ao passo que 34% serão destinados à alimentação animal. O consumo humano continuará a predominar na utilização de trigo e arroz, enquanto o milho é utilizado principalmente como grão para ração animal.
- A demanda global por biocombustíveis deve crescer 1,4% ao ano na próxima década, impulsionada principalmente pelo Brasil, pela Índia e pela Indonésia. Estima-se uma desaceleração do crescimento na maioria dos países de alta renda, à medida que os incentivos de políticas públicas enfraquecem e a adoção de veículos elétricos se acelera.
- A África Subsaariana representará uma parcela crescente da produção agrícola global na próxima década, contribuindo com cerca de 16% do aumento da produção agrícola mundial em termos de valor até 2035 — um avanço em relação aos 11% registrados na década anterior. Todavia, grande parte da região permanecerá vulnerável à insegurança alimentar e a choques externos. Estima-se que a região da Ásia-Pacífico responderá por 58% do aumento da produção agrícola global até 2035, sendo a Índia, isoladamente, contribuirá com 26% desse crescimento, impulsionado,

em grande medida, pela rápida expansão do rebanho leiteiro e pelo aumento da produtividade de leite.

- Nos países de alta renda, projeta-se uma desaceleração acentuada no crescimento do consumo de carne, com os consumidores migrando progressivamente da carne bovina para a de aves, motivados pelos preços elevados, preocupações com a saúde e pressões ambientais.
- Prevê-se que a produção global de pesca e aquicultura cresça 11% até 2035, sendo a aquicultura a maior contribuinte para esse crescimento, passando a representar 56% da produção total, ante os atuais 53%. A Ásia deverá permanecer como o motor do crescimento da demanda e da oferta global de pescados, embora se espere uma desaceleração na expansão da China — o maior produtor de aquicultura do mundo.

Em paralelo, a organização também divulgou no período o relatório *"OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2026 Results: Navigating Rising Expectations and New Horizons"*, a mais nova edição periódica fruto da iniciativa da própria OCDE de pesquisar sobre a temática de confiança governamental e em instituições públicas e seus fatores determinantes. Abrangendo 33 países da OCDE e 5 países candidatos à adesão à organização – sendo o Brasil participante desse seleto grupo – em sua análise, o documento fornece evidências comparáveis e passíveis de ação sobre os níveis e os principais fatores determinantes da confiança, um aspecto fundamental para a operação de governos e a manutenção da saúde da democracia local.

Segundo os resultados da pesquisa, o índice de confiança no governo nacional estabilizou-se nos países da OCDE após um declínio anterior, com a média de 40% das pessoas entrevistadas nos países da OCDE relatando confiança alta ou moderadamente alta em seu governo nacional, enquanto 43% continuam a relatar confiança baixa ou inexistente. O estudo também revela que a confiança na polícia, no sistema judiciário, nos governos locais e no funcionalismo público tende a ser significativamente maior do que a confiança no governo nacional. O documento ainda apresenta novas evidências sobre as percepções em relação ao uso de inteligência artificial (IA) no setor público, como a de que mais de quatro em cada dez pessoas acreditem que a IA poderia ajudar os governos a melhorar serviços ou reduzir custos, um número menor confia que os governos garantirão salvaguardas adequadas, incluindo equidade, transparência, proteção da privacidade e supervisão humana eficaz.

O relatório culmina na recomendação de que governos e formuladores políticos insistam em políticas em quatro áreas chaves para otimizar a performance de confiança em instituições públicas, sendo elas as seguintes:

(i) Focar nos principais fatores que gera confiança em cada instituição pública;

(ii) Fortalecer os processos de tomada de decisão diante de desafios complexos de políticas públicas;

(iii) Adotar com cautela o uso de novas tecnologias no governo, preservando os princípios do setor público e mantendo uma comunicação clara; e

(iv) Fortalecer mecanismos de participação cidadã efetiva.

É proveitoso ressaltar também que, complementar ao documento principal do estudo, a organização disponibilizou notas adicionais para cada país analisado, onde dedica atenção

especial e oferece análises para as especificidades e contextos de cada caso – com o Brasil sendo contemplado nessa modalidade de análise mais particular.

Por fim, no que tange de destaque nas demais atualizações de seus tradicionais e variados acréscimos no rico acervo de documentos publicados e promovidos pelo e no fórum internacional, são salientadas três pesquisas de temas variados a seguir.

Intitulado *"Promoting Social Connectedness Through Food"*, o primeiro documento a ser ressaltado nesta seção do texto se preocupa em apresentar evidências e estudos de caso centrados na alimentação para contribuir com o conhecimento prático sobre como atores governamentais e não governamentais podem trabalhar juntos para ampliar as oportunidades e os espaços de conexão dentro das comunidades. À medida que a solidão e o isolamento social ganham espaço na agenda política, o relatório aborda como cultivar, preparar e comer alimentos em companhia de outras pessoas pode oferecer formas acessíveis e adaptáveis de melhorar a conexão entre as pessoas, além de gerar resultados mais amplos de bem-estar, inclusive para populações que enfrentam maiores barreiras à participação social (como idosos ou pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica). O relatório também apresenta perspectivas para a implementação de programas elaborados no combate à solidão e ao isolamento – com pertinência para atividades relacionadas à alimentação e além delas –, tais como apoio voluntário, modelos de colaboração intersetorial e a importância de evidências de avaliação robustas no tema.

Outro interessante destaque de produção no período foi o *policy brief "Good practices for delivering high value cancer care in EU countries"*. Produto de uma parceria entre a OCDE e a União Europeia, o documento lança luz sobre o tema câncer, que é a segunda principal causa de morte na região da UE e que o impacto tem continuamente crescido, com uma projeção de aumento de 18% nos casos anuais até o ano de 2040. Baseando-se em dados comparáveis entre os países e em boas práticas na região, o *policy brief* analisa três prioridades urgentes para o que é entendido como uma assistência oncológica de alto valor – acesso oportuno, cuidados eficientes e baseados em evidências, e abordagens centradas nas pessoas –, visando apoiar formuladores de políticas na construção de sistemas oncológicos mais equitativos, capazes de reduzir o impacto da doença sobre as pessoas, as famílias e os serviços de saúde.

Já no *policy brief "ODA projections for 2026 and the near-term: Implications for vulnerable countries and sectors"*, a organização intergovernamental se propõe a salientar a discussão dos efeitos para setores e países vulnerabilizados da queda acentuada em 2025 na ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD). Com os dados preliminares apontando a maior retração já registrada na AOD (23,3% em 2025), após uma redução de 8,5% em 2024 e a projeção estimada de sofrer uma queda adicional de 6,9% em 2026, espera-se que esses cortes afetem desproporcionalmente os países mais pobres, principalmente na região da África Subsaariana, e também setores mais frágeis, como a saúde. Inclusive, o financiamento para a saúde deverá sofrer cortes profundos, caindo até 63% abaixo de seu pico de 2022 e atingindo níveis inferiores aos do período pré-pandemia, com as áreas de saúde reprodutiva e da população e de controle de doenças transmissíveis as mais afetadas. Em meio a tensões geopolíticas, com os orçamentos de ajuda sobre pressão contínua, a organização sinaliza que ações coordenadas e estratégicas serão fundamentais para salvaguardar os ganhos em desenvolvimento, apoiar as populações mais vulnerabilizadas e garantir que os recursos limitados sejam utilizados onde forem mais necessários.

Referências

OECD, FAO. OECD-FAO Agricultural Outlook 2026-2035. Paris, Rome: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/47874669-en.

OECD. Farm incomes set to rise over next decade – but volatility puts gains at risk. OECD [Internet]. 2026 Jun 29 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/farm-incomes-set-to-rise-over-next-decade-but-volatility-puts-gains-at-risk.html.

OECD. OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2026 Results: Navigating Rising Expectations and New Horizons. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/9eb63fec-en.

OECD. Trust steadies, but people still do not feel heard – OECD Trust Survey. OECD [Internet]. 2026 Jun 29 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/06/trust-steadies-but-people-still-do-not-feel-heard-oecd-trust-survey.html.

OECD. OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2026 Results: Brazil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/06/oecd-survey-on-drivers-of-trust-in-public-institutions-2026-results-country-notes_6dae3a76/brazil_4ff6d88a/0bb40204-en.pdf.

OECD. Promoting Social Connectedness Through Food. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/1fdd5254-en.

OECD, European Union. Good practices for delivering high value cancer care in EU countries. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03]. Available from: https://doi.org/10.1787/a63b59ca-en.

OECD. ODA projections for 2026 and the near-term: Implications for vulnerable countries and sectors. OECD Policy Briefs [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 03];59. Available from: https://doi.org/10.1787/d7c74fa2-en.

Ministros do BRICS concluem a 16ª Reunião de Agricultura com foco em segurança alimentar. Uzbequistão ingressa no NBD. Brasil e Índia travam cooperação em minerais críticos

Los ministros del BRICS concluyen la 16.ª Reunión de Agricultura con foco en la seguridad alimentaria. Uzbekistán se incorpora al NBD. Brasil e India fortalecen la cooperación en minerales críticos

BRICS ministers conclude the 16th Agriculture Meeting focusing on food security. Uzbekistan joins the NDB. Brazil and India strengthen cooperation on critical minerals

Claudia Hoirisch

Resumo: Os ministros do BRICS realizaram a 16ª Reunião Ministerial de Agricultura nos dias 12 e 13 de junho de 2026, sob a presidência da Índia. O grupo representa quase metade da população mundial, possui cerca de 42% das terras agrícolas globais e contribui com a mesma proporção da produção global de grãos alimentícios. Os representantes aprovaram uma declaração focada em segurança alimentar, nutrição, sustentabilidade e inovação tecnológica. Reiteraram o compromisso com um sistema de comércio multilateral justo e transparente e avançaram nas discussões sobre a Bolsa de Grãos dos BRICS ("BRICS Grain Exchange"), com o objetivo de fortalecer o comércio de grãos alimentícios e as cadeias de suprimentos dos países. Quase que no mesmo período, o Uzbequistão, ponto nevrálgico para a Rota da Seda e o 17º maior detentor de mundiais de reservas oficiais de ouro, ingressou oficialmente no Novo Banco de Desenvolvimento criado para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no Sul Global. A Índia incluiu as terras raras no seu novo Índice de Produção Industrial, um dos principais indicadores usados para medir a atividade econômica do país. Em fevereiro, Lula e Modi assinaram um acordo para cooperação em terras raras para explorar as reservas brasileiras, onde a Índia entrará com a expertise em processamento. Esses recursos são indispensáveis para a transição energética, produção de baterias, eletrônicos e para a expansão da IA.

Palavras-chave: BRICS; 16ª Reunião Ministerial de Agricultura; Segurança alimentar; Nutrição; Inovação tecnológica; Bolsa de Grãos dos BRICS; Uzbequistão; Novo Banco de Desenvolvimento; Financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável; Sul Global; Terras raras.

Resumen: *Los ministros de BRICS llevaron a cabo la 16ª Reunión Ministerial de Agricultura los días 12 y 13 de junio de 2026, bajo la presidencia de India. El grupo de países representa casi la mitad de la población mundial, cuenta con alrededor del 42% de las tierras agrícolas globales y aporta la misma proporción a la producción mundial de granos alimenticios. La Cumbre aprobó una declaración conjunta enfocada en seguridad alimentaria, nutrición, sostenibilidad e innovación tecnológica. Los países miembros reiteraron su compromiso con un sistema de comercio multilateral justo y transparente y avanzaron en las discusiones sobre la Bolsa de Granos de BRICS ("BRICS Grain Exchange"), con el objetivo de fortalecer el comercio de granos alimenticios y las cadenas de suministro de los países. Casi al mismo tiempo, Uzbekistán, un*

punto neurálgico para la Ruta de la Seda y el 17º mayor poseedor de reservas oficiales de oro del mundo, ingresó oficialmente en el Nuevo Banco de Desarrollo creado para financiar proyectos de infraestructura y desarrollo sostenible en el Sur Global. India ha incluido las tierras raras en su nuevo Índice de Producción Industrial, uno de los indicadores clave utilizados para medir la actividad económica del país. En febrero, Lula y Modi firmaron un acuerdo de cooperación sobre tierras raras para explorar las reservas brasileñas, con India aportando su experiencia en el procesamiento. Estos recursos son esenciales para la transición energética, la fabricación de baterías y productos electrónicos, y la expansión de la inteligencia artificial.

Palabras clave: *BRICS; 16ª Reunión Ministerial de Agricultura; Seguridad alimentaria; Nutrición; Innovación tecnológica; Bolsa de Granos de los BRICS; Uzbekistán; Nuevo Banco de Desarrollo; Financiamiento de proyectos de infraestructura y desarrollo sostenible; Sur Global; Tierras raras.*

Summary: *The BRICS ministers held the 16th Ministerial Meeting on Agriculture on June 12 and 13, 2026, under India's chairmanship. This group of countries represents nearly half of the world's population, has about 42% of global farmland, and contributes with the same proportion to global food grain production. The representatives approved a joint declaration focused on food security, nutrition, sustainability, and technological innovation. They reaffirmed a commitment to a fair and transparent multilateral trading system and made progress in discussions on the BRICS Grain Exchange, aiming to strengthen food grain trade and the countries' supply chains. Almost at the same time, Uzbekistan, a key point for the Silk Road and the 17th largest holder of official gold reserves, officially joined the New Development Bank created to fund infrastructure and sustainable development projects in the Global South. India has included rare-earths elements in its new Index of Industrial Production, one of the key indicators used to measure the country's economic activity. In February, Lula and Modi signed a cooperation agreement on rare earths to explore Brazilian reserves, with India providing processing expertise. These resources are essential for the energy transition, battery and electronics production, and the expansion of AI.*

Keywords: *BRICS; 16th BRICS Agriculture Ministers Meeting; Food security; Nutrition; Technological innovation; BRICS Grain Exchange; Uzbekistan; New Development Bank; Financing infrastructure and sustainable development projects; Global South; Rare earth elements.*

Imagem 1 – 16ª Reunião Ministerial de Agricultura do BRICS (Fonte: https://www.brics2026.gov.in/)



Os ministros da agricultura do BRICS realizaram a 16ª Reunião Ministerial nos dias 12 e 13 de junho de 2026, sob a presidência da Índia.

Os BRICS representam quase metade da população mundial, possuem cerca de 42% das terras agrícolas globais e contribuem com 42% da produção global de grãos alimentícios.

A Cúpula resultou na aprovação de uma declaração conjunta focada em segurança alimentar, nutrição, sustentabilidade e inovação tecnológica[1,2].

Os países membros reiteraram o compromisso com um sistema de comércio multilateral justo e transparente, com avanços significativos nas discussões sobre a Bolsa de Grãos dos BRICS (BRICS Grain Exchange), com o objetivo de fortalecer o comércio de grãos alimentícios e as cadeias de suprimentos dos países.

Uzbequistão torna-se o primeiro representante da Asia Central no Novo Banco de Desenvolvimento, Colômbia, Uruguai e Etiópia ainda aguardam filiação

O governo do Uzbequistão, ponto nevrálgico para a Rota da Seda e o 17º maior detentor de mundiais de reservas oficiais de ouro[3,4] (US$ 65 bilhões) ingressou oficialmente no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em 5 de junho. O Banco dos BRICS foi criado pelos países fundadores do bloco para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no Sul Global.

Além dos fundadores e das adições recentes como Bangladesh (set. 2021), Emirados Árabes Unidos (out. 2021), Egito (fev. 2023), Argélia (maio 2025), Uzbequistão (jun. 2026), Colômbia, Uruguai, Etiópia figuram como membros em potencial do Banco e só se tornarão membros oficiais, assim que depositarem seus instrumentos de adesão[5].

Segundo *o World Gold Council*, bancos centrais estão deixando o dólar e o euro um pouco de lado e vêm aumentando suas compras de ouro desde a crise financeira de 2008, mudança gradual associada a um processo de desdolarização controlada[6,7], que busca ativos menos vulneráveis às instabilidades geopolíticas do sistema financeiro internacional.

---

[1] https://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/brics-adopts-indore-declaration-india-to-lead-seed-rights-digital-agriculture-initiatives/articleshow/131710071.cms

[2] https://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/brics-adopts-indore-declaration-india-to-lead-seed-rights-digital-agriculture-initiatives/articleshow/131710071.cms

[3] Os maiores detentores de ouro são os Estados Unidos, com 8.133,5 ton., a Alemanha, com 3.350,3 ton., a Itália, com 2.451,9 ton., a França, com 2.437,0 ton., e a Rússia, com 2.326,5 ton.

[4] https://pt.euronews.com/business/2026/02/17/uzbequistao-eleva-reservas-para-75-mil-milhoes-de-dolares-ouro-pesa-85

[5] Para ingressar no BRICS, um país deve declarar formalmente seu interesse em se tornar membro, ser considerado um estado-membro do BRICS em potencial e, para ser elevado à categoria de estado-membro do BRICS, a adesão pode incluir critérios como a participação no NBD e a cooperação em áreas como desenvolvimento sustentável e Sul Global.

[6] https://oglobo.globo.com/economia/financas/noticia/2025/06/11/por-que-os-bcs-do-mundo-inteiro-estao-enchendo-seus-cofres-de-ouro-patamar-e-recorde.ghtml

[7] Em 2025, o Brasil foi um dos países que mais acumularam ouro (43 ton.), impulsionado por uma estratégia de diversificação de reservas e desdolarização. O volume total sob custódia oficial brasileira atingiu expressivas 172,4 toneladas. A China adicionou mais 24,88 toneladas às suas reservas no período, agora avaliadas em cerca de 283,2 bi de euros. Por outro lado, os grandes vendedores do NBD do ano foram Uzbequistão que se desfez de 11,82 t do metal e a Rússia, 6,22 t.

No caso uzbeque, o ouro já funciona como um pilar da estabilidade econômica e é vendido no mercado internacional para recompor a liquidez em moeda estrangeira quando necessário.

Países altamente dependentes do primeiro setor exportador de *commodities* costumam usar reservas de ouro para amortecer a volatilidade dos preços internacionais.

Potências do BRICS saíram na frente em corrida global por minerais críticos com nova decisão da Índia e Brasil e Índia travam cooperação em terras raras

A Índia incluiu as terras raras no seu novo Índice de Produção Industrial, um dos principais indicadores usados para medir a atividade econômica do país. Com isso, Nova Délhi deseja impulsionar inovações tecnológicas e a transição energética, em um setor hoje dominado pelas cadeias de beneficiamento chinesas.

Além das terras raras, o novo Índice passa a incorporar setores como componentes aeroespaciais, eletrônicos avançados, sistemas de abastecimento de gás, infraestrutura hídrica e tecnologias emergentes.

As atividades consideradas estratégicas para o crescimento econômico e a soberania tecnológica ocupam papel central na política governamental indiana. Agora, essas atividades incluem a exploração do grupo de dezessete elementos químicos fundamentais para a fabricação de turbinas eólicas, motores elétricos, baterias, semicondutores, fibras ópticas, radares, sistemas militares, satélites, smartphones e infraestrutura de inteligência artificial.

Entre 85-90% da capacidade global de refino e processamento dos elementos de terras raras está concentrada na indústria chinesa, enquanto Estados Unidos, Canadá, Austrália, Brasil e outras potências tentam se inserir no setor.

Em 21 de fevereiro de 2026, o presidente Lula e o PM da Índia assinaram um acordo para cooperação em terras raras para explorar as reservas brasileiras, estimadas em cerca de 21 milhões de ton., onde a Índia entrará com a expertise em processamento. Esses recursos são indispensáveis para a transição energética, produção de baterias, eletrônicos e para a expansão da IA.

Considerações finais

Em relação à Bolsa de Grãos, uma maior cooperação entre os países BRICS pode desempenhar um papel importante no fortalecimento da segurança alimentar global.

A adesão do Uzbequistão ao NDB ocorre em meio à tentativa do governo de acelerar a modernização econômica do país. O objetivo central da integração é ampliar o acesso a financiamento externo para infraestrutura, modernização dos sistemas de irrigação, mineração, energia e projetos sociais. O país já negocia um portfólio de projetos estimado em cerca de US$ 4,5 bilhões junto ao banco.

Por fim, no que diz respeito aos minerais críticos, a intenção do governo indiano é consolidar cadeias produtivas domésticas capazes de reduzir a dependência de importações chinesas em setores considerados sensíveis, com programas bilionários de incentivo à fabricação de chips, produção de baterias, montagem de eletrônicos e expansão da indústria aeroespacial, áreas nas quais as terras raras ocupam posição central.

Só para dar um exemplo, um carro elétrico exige até seis vezes mais minerais críticos do que um veículo convencional, enquanto turbinas eólicas *offshore* utilizam grandes volumes de neodímio e disprósio em seus ímãs permanentes.

A cooperação entre Índia-Brasil busca reduzir a dependência indiana em relação à China com a diversificação de fornecedores. O compromisso prevê cooperação estratégica, co m transferência de tecnologias para explorar aqueles minerais.

Os ventos da mudança política sopram sobre a superfície latino-americana, mas “as veias continuam abertas”

Los vientos del cambio político soplan sobre el panorama latinoamericano, pero las “venas siguen abiertas”

The winds of political change are sweeping across Latin America’s surface, but “the veins remain open”

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A região latino-americana, em meados de 2026, enfrenta um cenário que pode ser caracterizado por alta intensidade eleitoral, especialmente considerando as próximas eleições no Brasil e no Haiti e as recentes eleições na Colômbia e no Peru. Podemos observar uma reconfiguração do mapa ideológico com a ascensão de governos de centro-direita e de direita, significativa polarização política e institucional e uma mudança nos valores sociais. Tudo isso ocorre no contexto das atuais disputas e da competição entre os Estados Unidos e a China, bem como do enfraquecimento dos mecanismos de integração regional e do multilateralismo. No seguimento das organizações regionais, destacamos a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) que participou de eventos sobre cooperação sanitária, AIDS e prevenção ao Hantavírus; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou eventos sobre HIV, Doença Renal Crônica e One Health e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) instalou o Conselho de Administração do MACA e realizou discussão sobre infraestrutura sustentável para a Amazônia.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *A mediados de 2026, la región latinoamericana se enfrenta a un panorama que puede caracterizarse por una gran intensidad electoral, especialmente si se tienen en cuenta las próximas elecciones en Brasil y Haití y las recientes elecciones en Colombia y Perú. Podemos observar una reconfiguración del mapa ideológico con el auge de gobiernos de centro-derecha y de derecha, una polarización política e institucional significativa y un cambio en los valores sociales. Todo ello se produce en el contexto de las actuales disputas y la rivalidad entre Estados Unidos y China, así como del debilitamiento de los mecanismos de integración regional y del multilateralismo. En lo que respecta a las organizaciones regionales, destacamos la 68.ª Cumbre de Jefes de Estado del MERCOSUR y el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu), que participó en eventos sobre cooperación sanitaria, el sida y la prevención del hantavirus; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de América Central (COMISCA) participó en eventos sobre el VIH, la enfermedad renal crónica y «One Health», y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) constituyó el Consejo de Administración del MACA y celebró un debate sobre infraestrutura s sostenibles para la Amazonía.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *As of mid-2026, Latin America is facing a scenario marked by intense electoral activity, particularly in light of the upcoming elections in Brazil and Haiti and the recent elections in*

Colombia and Peru. The region is experiencing a reconfiguration of its ideological landscape, with the rise of center-right and right-wing governments, significant political and institutional polarization, and shifting social values. These developments are unfolding amid the ongoing strategic competition between the United States and China, as well as the weakening of regional integration mechanisms and multilateralism. Regarding regional organizations, we highlight the 68th MERCOSUR Summit of Heads of State; the Andean Health Organization – Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu), which took part in events on health cooperation, AIDS, and hantavirus prevention; the Executive Secretariat of the Council of Ministers of Health of Central America (COMISCA), which participated in events on HIV, Chronic Kidney Disease, and One Health; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO), which established the MACA Governing Council and held discussions on sustainable infrastructure for the Amazon.

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Aquarela Política Latino-Americana

Chegando a meados de 2026, a região da América Latina vivencia um ambiente político internacional marcado por una combinação de eleições intensas, reconfiguração geopolítica, polarização ideológica e enfraquecimento do multilateralismo. Estes fatores compõem um cenário de incerteza política, no qual a dinâmica interna dos países latino-americanos está cada vez mais atrelada às transformações do contexto geopolítico global.

Sobre a Copa do Mundo, um determinante da saúde dos povos latino-americanos, as chances da América Latina diminuíram, restando apenas Argentina e Colômbia na disputa no momento da publicação deste relatório.

1. A América Latina na transição política.

A região continua passando por um calendário eleitoral intenso que tem remodelado os cenários políticos nacionais.

- O ***Brasil*** está em plena campanha presidencial, em uma eleição considerada estratégica para toda a região e onde se debate fortemente a influência internacional, particularmente a dos Estados Unidos.
- O ***Peru*** se prepara para a posse de um novo governo em 28 de julho, em um contexto de grande fragmentação política e incerteza institucional.
- A ***Colômbia*** está em transição para o governo que tomará posse em 7 de agosto, com a formação do gabinete e o início de uma nova agenda política.
- As eleições gerais do ***Haiti*** estão agendadas para 30 de agosto de 2026[1].

A tendência observada nas eleições da Colômbia e do Peru é que a pequena diferença entre os dois principais candidatos que disputam o segundo turno. E com diferenças muito

[1] Embora exista um cronograma oficial, embora persistam obstáculos significativos, ligados à contínua influência de gangues criminosas em partes de Porto Príncipe e outras regiões. Milhões de personas estão deslocadas ou têm acesso limitado aos locais de votação. A logística eleitoral depende fortemente do apoio internacional, e a comunidade internacional, incluindo a ONU e a missão multinacional de apoio à segurança liderada pelo Quênia, considera a melhoria da segurança crucial para a credibilidade do processo.

pequenas, surgiram comentários sobre fraude que não foram confirmados pelas autoridades eleitorais. O voto de cidadãos colombianos e peruanos residentes no exterior têm sido o bode expiatório, a quem muitos atribuem essa fraude[2].

É interessante notar que o voto de nacionais que vivem em um país estrangeiro tem sido considerado uma conquista progressista, embora seja bastante aleatório determinar a priori a quem ele favorece.

2. Consolidação de uma tendência para governos de centro-direita e de direita ou a virada à oposição?

À primeira vista, podemos observar que nas eleições realizadas entre 2025 e 2026, uma tendência regional em direção a governos de centro-direita e de direita está se consolidando em diversos países da América Latina, modificando os equilíbrios políticos que dominaram a década anterior.

Mas, na realidade, o que estamos observando é uma mudança em direção à oposição que vem sendo observada há quase meia década e que se intensificou pela pandemia da Covid-19. O padrão fundamental é que ***a oposição ganha as eleições e os governos tenha dificuldade em reeleger seus partidos***. Essa hipótese parece indicar quão efêmero é o poder na democracia latino-americana.

As chances de reeleição no hemisfério, incluindo os Estados Unidos, diminuíram. As exceções a essa tendência parecem ser os dois maiores países da América Latina: Brasil e México, que têm um governo de esquerda reeleito no México e um governo de esquerda em busca de reeleição no Brasil.

Uma outra hipótese[3] que parece estar se manifestando na política latino-americana é a de que, com poucas exceções***,*** *os partidos tradicionais são ineficazes e já não conseguem representar eficazmente eleitorados cada vez mais fragmentados e voláteis*. Claro que exceções podem ser o Partido Colorado no Paraguai e a Frente Ampla no Uruguai, que venceram eleições. Mas, em geral, observa-se que novos partidos estão se destacando nos processos eleitorais latino-americanos.

Quer sejam consideradas uma tendência à direita ou uma mudança para a oposição, essas tendências não eliminam a diversidade ideológica da região, mas *modificam as possibilidades de coordenação política dentro dos órgãos regionais.* Assim, observamos certa *letargia nos processos de integração regional*, como a CELAC e o MERCOSUL, e uma incapacidade de formar blocos para coordenar ações diplomáticas conjuntas.

[2] https://www.clarin.com/opinion/vueltas-fraude-voto-extranjero_0_t3pDc8Kbjs.html

[3] Essa hipótese, proposta pelo cientista político Andrés Malamud, argumenta que os partidos tradicionais no canalizam más as demandas sociais como faziam antigamente. Durante grande parte do século XX, os partidos de massa organizaram identidades políticas relativamente estáveis (classe social, religião, sindicatos, etc.). Atualmente, estas identidades são muito más frágeis e os eleitores são mais voláteis. A lealdade partidária está diminuindo e mais pessoas decidem seu voto durante a campanha, o que favorece candidatos novos ou com forte apelo à personalidade. A tese de Malamud no é que os partidos tradicionais sejam "ineficazes" em um sentido absoluto, mas sim que perderam eficácia como veículos para vencer eleições, embora continuem sendo fundamentais para a governança democrática. Essa distinção é uma das ideias mais recorrentes em sua análise de política comparada.

3. Polarização política persistente

O cenário político latino-americano permanece marcado pela polarização, uma de suas características definidoras. Observam-se os seguintes fenômenos:

- crescente confronto entre partidos no poder e oposição;
- maior personalização da liderança política;
- enfraquecimento do consenso democrático;
- aumento da desinformação e do confronto nas redes sociais.

Na ***Bolívia***, a polarização é agravada por uma profunda crise econômica e social. Protestos, bloqueios e confrontos entre o governo, os setores sociais e a oposição enfraqueceram a capacidade da administração do presidente Rodrigo Paz Pereira de implementar reformas e chegar a acordos políticos, em meio à crescente desconfiança popular[4][5].

No ***Haiti***, como já mencionamos, a polarização política é exacerbada pela crise institucional e de segurança. Esse cenário dificulta a realização das eleições previstas para agosto de 2026, representando um desafio sem precedentes devido ao controle territorial exercido por grupos armados, à fragilidade das instituições estatais e à limitada capacidade de garantir um processo eleitoral livre e seguro.

A ***Argentina*** continua a presentar um alto nível de confronto político em torno do programa de reformas defendido pelo presidente Javier Milei. A divisão permeia a sociedade argentina, e o debate público é caracterizado por uma liderança altamente personalista, uma oposição fragmentada e intensas batalhas políticas e midiáticas na imprensa e nas redes sociais.

No ***México***, a liderança de Claudia Sheinbaum mantém uma forte polarização entre aqueles que apoiam o projeto da chamada "Quarta Transformação" e aqueles que acreditam que ela concentra poder em excesso.

Do ponto de vista da polarização institucional, no ***Peru,*** desde a destituição de Pedro Castillo em 2022, persistem tensões entre o Executivo, o Congresso e diversos setores sociais, com um alto nível de desconfiança em relação às instituições.

Na ***Guatemala***, durante o processo de transição presidencial de 2023-2024, houve fortes confrontos entre setores do sistema judiciário, o Ministério Público e o governo de Bernardo Arévalo.

Talvez una ***nova polarização seja visível nas redes sociais***, onde as plataformas digitais intensificaram o confronto por meio de campanhas de desinformação; a disseminação de notícias falsas; ataques coordenados contra jornalistas, acadêmicos e líderes políticos; e a formação de comunidades de informação onde predominam opiniões similares e o diálogo entre diferentes posições diminui.

Da mesma forma, o cenário atual revela muita ***polarização em torno de direitos e valores,*** com profundas divergências em questões como aborto e direitos sexuais e reprodutivos; direitos LGBTQ+; migração; segurança pública e políticas contra o crime

[4] https://larazon.bo/economia-y-empresa/2026/07/01/paquete-de-decretos-conozca-las-normas-que-aprobo-el-gobierno-para-la-economia-y-servicios/

[5] https://www.nodal.am/2026/06/evo-morales-cuestiona-el-nuevo-tipo-de-cambio-flexible-en-bolivia-y-lo-califica-como-una-devaluacion-encubierta/

organizado; mudanças climáticas e a transição energética; e os direitos dos povos indígenas. Esses debates tendem a mobilizar tanto os setores progressistas quanto os conservadores, gerando intensos confrontos públicos.

Além disso, em vista da ascensão desses novos candidatos de direita, fala-se em uma ***Agenda Anti Woke***. A **Agenda Woke**[6] refere-se a um conjunto de ideias e iniciativas que buscam justiça social, igualdade e inclusão, promovendo consciência sobre desigualdades estruturais na sociedade. Donald Trump[7] tem focado sua mensagem na oposição à agenda "***woke***" e às políticas de diversidade e inclusão, buscando atrair setores conservadores que rejeitam propostas progressistas. A ascensão ao poder da oposição e de líderes de direita levou a um alinhamento de países com essa ***Agenda Anti-Woke***[8].

4. Reconfiguração da influência dos EUA

Como temos analisado nestes Cadernos, a política externa do segundo mandato de Donald Trump continua a ter um impacto significativo na América Latina, que considera o "***quintal da Casa Branca***". O Departamento de Estado chegou a se referir à região como "***seu hemisfério***". Entre as questões mais relevantes estão o aumento da pressão sobre governos considerados adversários, como demonstrado pela intervenção na Venezuela e pelo processo de estrangulamento do governo cubano. A competição com a China na região tornou-se evidente em áreas críticas como portos, energia e diversas atividades econômicas, bem como por meio de uma presença militar reforçada na região.

Os Estados Unidos redefiniram suas prioridades em segurança, migração e comércio e, à luz delas, sua relação com a América Latina. Esses fatores influenciam as decisões de política externa de inúmeros países latino-americanos.

Cuba é um dos casos mais trágicos, atravessando uma grave crise que resulta tanto do impacto do embargo dos EUA quanto de fatores estruturais internos. Recentemente, o jornal americano "The Nations" publicou um artigo[9] de Peter Kornbluh relatando que, diante do bloqueio e estrangulamento impostos pelos Estados Unidos à ilha, Cuba solicitou que a questão fosse debatida nas Nações Unidas em 7 de julho. Em resposta, o colunista compartilhou um telegrama do Departamento de Estado[10] no qual o Secretário Marco Rubio instruía as

---

[6] A ***agenda woke*** não é um documento oficial, mas sim um termo usado para descrever políticas, iniciativas e discursos que promovem inclusão e equidade Entre os principais temas abordados estão: Igualdade de gênero e combate ao sexismo; Direitos LGBTQ+ e proteção contra discriminação; Equidade racial e combate ao racismo estrutural; Justiça econômica e redução de desigualdades sociais; Proteção ambiental e conscientização sobre mudanças climáticas; Políticas de diversidade e inclusão em empresas e governos, Uso de linguagem inclusiva. A agenda woke parte do princípio de que as desigualdades não são apenas resultado de atitudes individuais, mas estão enraizadas em estruturas sociais, políticas e econômicas

[7] https://mvsnoticias.com/mundo/2025/3/5/que-es-la-agenda-woke-por-que-donald-trump-esta-en-contra-681479.html

[8] https://elintransigente.com/2025/12/javier-milei-impulsa-un-bloque-de-derecha-regional-alineado-con-estados-unidos/#google_vignette

[9] https://www.thenation.com/article/world/trump-cuba-united-nations-state-department-leaked-cable-sanctions-humanitarian-crisis/

[10] O documento de três páginas, classificado como "SBU" — Sensível, mas Não Classificado —, foi obtido pelo jornalista investigativo Ken Klippenstein e fornecido à revista The Nation. Ele contém "pontos de discussão" do Departamento de Estado, divididos por categorias de países. Todos os países que se opõem à votação de 7 de julho são aconselhados a argumentar que "*a resolução anual de 'embargo econômico'*

embaixadas americanas no exterior a se oporem à discussão do tema na ONU. "*Os Estados Unidos estão incentivando os Estados-membros fortemente alinhados a emitirem declarações repreendendo Cuba por sua devoção a uma teoria econômica completamente desacreditada, sua incompetência gritante e sua corrupção desenfreada.*" Os Estados Unidos exigem que esses países *"se abstenham de emitir quaisquer declarações*" perante a ONU. E para os países que tradicionalmente apoiam Cuba, há um aviso claro: "*Os Estados Unidos ouvirão com muita atenção seus comentários no debate e desencorajarão o uso de pontos que possam gerar atritos em nossas relações bilaterais."*

A estratégia "***América Primeiro***" do governo Trump reflete uma aplicação renovada de instrumentos econômicos, comerciais e diplomáticos para influenciar as decisões dos governos latino-americanos. O Departamento de Estado argumentou que essas medidas visam proteger a segurança nacional dos EUA, combater o crime organizado e contrabalançar a influência da China. No entanto, como reclamaram o presidente Lula e o presidente Sheimbaum, do México, essas medidas constituem formas de interferência que ameaçam a soberania dos países e limitam a autonomia das nações da região, gerando tensões diplomáticas.

De modo geral, essa política contribuiu para um cenário regional mais polarizado, no qual diversos governos tiveram que equilibrar suas relações com os Estados Unidos e com a China em um contexto de crescente competição geopolítica.

5. Enfraquecimento do regionalismo latino-americano

No início deste século, com a ascensão ao poder de presidentes populares latino-americanos, tivemos uma forte presença de iniciativas de integração regional, como a UNASUL, a CELAC e outros blocos de integração latino-americanos. No atual cenário geopolítico, os mecanismos de integração regional continuam a apresentar dificuldades na construção de posições comuns. Persistem divergências entre os países em relação a: democracia e direitos humanos; relações com os Estados Unidos e a China; integração econômica; segurança regional; e migração.

De certo, existem blocos que continuam sendo mais coesos, como a CARICOM e os países da América Central, talvez devido a uma maior simetria entre eles e à necessidade de agir com integração para serem mais eficazes. Mas, de modo geral, podemos observar que a América Latina mantém uma influência limitada nos principais debates internacionais. Talvez um indicador disso possa ser visto no grande número de candidatos que a região apresentou para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas (veja o artigo nesta mesma edição).

6. A geopolítica está progressivamente a suplantar a globalização.

As decisões políticas são cada vez mais condicionadas às disputas hegemônicas entre os países, particularmente entre os Estados Unidos e a China. Como já mencionamos, há uma tendência à securitização, em que questões como energia, cadeias de suprimentos e produtos farmacêuticos são colocadas na agenda como assuntos de segurança nacional. Essa lógica

a Cuba... já fornece ao regime uma via anual para disseminar sua propaganda e evitar responsabilização", e que o debate agora seria uma "*perda de tempo*" e recursos. Os embaixadores dos EUA devem aconselhar seus governos anfitriões em países pró-EUA a condenar Cuba por violações dos direitos humanos e seu apoio ao terrorismo internacional. Caso o debate prossiga, os governos que tradicionalmente votaram contra o embargo dos EUA, como a grande maioria das nações do mundo sempre fez, serão alertados para "*terem extremo cuidado na formulação de qualquer intervenção que fizerem, a fim de evitar desviar a culpa pelos próprios fracassos do regime cubano*".

geopolítica predomina sobre as agendas tradicionais de integração econômica e cooperação internacional. A solidariedade e a cooperação parecem subordinadas a essa lógica geopolítica, e soluções bilaterais ou relações entre países são propostas, representando um forte desafio ao multilateralismo.

7. Governabilidade baixo pressão econômica

Embora alguns países estejam mostrando sinais de recuperação econômica, os governos enfrentam restrições decorrentes do baixo crescimento, do alto endividamento, das demandas sociais reprimidas, da insegurança e da pressão fiscal. Isso limita o escopo para a implementação de reformas estruturais e aumenta o custo político das decisões econômicas.

O panorama econômico da América Latina é bastante heterogêneo. Embora o crescimento regional seja moderado, alguns países apresentam sinais mais claros de recuperação econômica do que outros.

Segundo dados divulgados pelo ***governo argentino***, após a grave recessão de 2024-2025, a economia começou a mostrar alguns sinais de recuperação. A inflação caiu significativamente, alguns setores, como energia, mineração e agricultura, impulsionaram a atividade, e organizações internacionais projetam crescimento positivo para 2026. No entanto, desafios como emprego, consumo e pobreza persistem, juntamente com um descontentamento significativo em nível social[11].

A ***Guiana*** continua sendo a economia de crescimento mais rápido do mundo, graças à expansão da produção de petróleo. Embora esse crescimento não reflita necessariamente uma melhoria equivalente para toda a população, seu desempenho macroeconômico é excepcional[12].

---

[11] Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Argentina deverá crescer cerca de 3,8%, superando a média regional de 2,1% e apresentando desempenho superior a economias como o Brasil e o México, graças à recuperação após a contração dos anos anteriores e a oportunidades estratégicas como o desenvolvimento do lítio. https://www.infobae.com/economia/2026/03/04/argentina-sera-el-pais-que-mas-crecera-de-la-region-en-2026-segun-el-bid/

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um crescimento de 3,5%, ligeiramente inferior às projeções anteriores, devido à menor atividade no segundo semestre de 2025 e a riscos externos como a guerra no Oriente Médio, embora o país continue sendo um dos que apresentam melhor desempenho na região. https://www.eldiarioar.com/economia/fmi-recorta-3-5-prevision-crecimiento-economico-argentina-2026-inflacion-sera-doble-proyectada_1_13142230.html

O Banco Mundial projeta um crescimento de 3,6%, destacando a estabilização fiscal, as reformas pró-crescimento e um ambiente favorável ao investimento privado, enquanto a OCDE estima um crescimento mais moderado de 3%, observando a necessidade de reformas e melhorias estruturais. https://www.laprensa.com.ar/El-Banco-Mundial-proyecta-crecimiento-del-36-para-Argentina-en-2026-570614.note.aspx

A CEPAL concorda que a Argentina crescerá mais do que a região, a 3,8%, embora alerte que isso representa uma desaceleração em comparação com os 4,3% projetados para 2025, em um contexto de normalização após a recuperação de dois anos de contração. https://www.baenegocios.com/economia/La-Argentina-atenuara-su-crecimiento-en-2026-aunque-seguira-siendo-mayor-al-promedio-regional-20251218-0029.html

[12] A Guiana tem se caracterizado por possuir algumas atividades econômicas altamente produtivas, mas seu principal motor é a indústria de hidrocarbonetos. https://www.bloomberglinea.com/economia/asi-guyana-se-convirtio-en-la-economia-con-mayor-productividad-laboral-de-la-region/ .

Segundo o Banco Mundial, a Guiana será a segunda economia de crescimento mais rápido do mundo até 2025. Será a economia de crescimento mais rápido em 2026 e 2027, com taxas de crescimento do PIB em

Outro caso que merece destaque é o da ***República Dominicana***, que mantém um crescimento sólido impulsionado pelo turismo, remessas, investimento estrangeiro e construção civil. Ela permanece uma das economias mais dinâmicas do Caribe. No Cone Sul, o ***Paraguai*** mantém uma taxa de crescimento relativamente estável, sustentada pela produção agrícola, geração de energia hidrelétrica e inflação controlada. O ***Uruguai*** apresenta uma recuperação gradual, favorecida pela estabilidade macroeconômica, crescimento das exportações e aumento dos investimentos[13].

Contudo, outros ***países demonstram uma recuperação mais moderada***: No ***Peru***, apesar da instabilidade política, observa-se uma recuperação parcial e uma desaceleração econômica em relação aos anos anteriores, impulsionada pela mineração[14].

Na América Central, a ***Costa Rica*** mantém um crescimento relativamente sólido graças às exportações de serviços, tecnologia e equipamentos médicos[15]. Talvez os ***países que enfrentam as maiores dificuldades econômica***s sejam a ***Bolívia***[16] (escassez de divisas e

torno de 25%. https://www.emol.com/noticias/Economia/2025/06/15/1169304/guyana-crecimiento-economico.html

[13] A República Dominicana alcançou um sólido crescimento econômico nos últimos anos, destacando-se na América Latina. Em 2024, o país encerrou o ano com um crescimento de 5,0% no PIB real, impulsionado por políticas fiscais ativas e gestão monetária flexível. Esse crescimento foi acompanhado por um aumento significativo na arrecadação de impostos e também pelo crescimento dos gastos do governo central. https://mepyd.gob.do/en-2024-republica-dominicana-destaca-en-la-region-latinoamericana-con-solido-crecimiento-economico-y-avances-en-inclusion-social/

[14] Nos últimos dois anos, o Peru cresceu cerca de 3% ao ano e mantém essa projeção para 2026 e 2027. A dívida pública está próxima de 30% do PIB e a inflação gira em torno de 2%, exceto por picos ocasionais em março devido a crises de gás e combustíveis. https://finanzasdigital.com/peru-crecimiento-pese-inestabilidad/

A economia peruana registrou crescimento do PIB de aproximadamente 4% ao ano durante as duas primeiras décadas do século XXI, chegando a ultrapassar a marca de 10% em alguns anos. Um fator crucial foi a gestão do Banco Central de Reserva do Peru (BCRP), que, graças à sua autonomia constitucional, manteve uma administração baseada em critérios técnicos. https://diarioparaguayo.com/noticia/peru-enfrenta-desafios-economicos-tras-anos-de-crecimiento-sostenido

[15] A economia da Costa Rica tem apresentado crescimento sustentado e moderado nos últimos anos. Em 2024, o PIB cresceu 4,1% em relação ao ano anterior, com destaque para setores como serviços financeiros, manufatura avançada e hotelaria. Projeta-se um crescimento de 3,8% para 2025, impulsionado pela demanda interna e pela evolução da demanda externa. Para 2026, prevê-se um crescimento moderado de 3,5% devido à desaceleração da demanda externa. A diversificação econômica e as políticas monetárias focadas no controle da inflação têm sido fundamentais para a manutenção da estabilidade e do crescimento econômico. https://es.tradingeconomics.com/costa-rica/gdp-growth-annual

[16] A Bolívia enfrenta um cenário econômico desafiador, com projeção de crescimento de apenas 1,5% até 2025, o que a torna a economia de crescimento mais lento da América do Sul. Esse baixo crescimento se deve a diversos fatores, incluindo estagflação, inflação alta e um déficit fiscal insustentável. A inflação acumulada atingiu 18,01% em agosto de 2025 e a expectativa é de que feche o ano em torno de 20%. Além disso, o país enfrenta problemas estruturais como escassez de combustível, falta de moeda estrangeira e o risco de crises na balança de pagamentos. A economia boliviana encontra-se em estado de estagflação, caracterizado por baixo crescimento combinado com alta inflação e um déficit fiscal crescente. https://eldeber.com.bo/economia/bolivia-sera-la-economia-con-menor-crecimiento-de-sudamerica-en-2025-segun-la-cepal_531821

combustíveis); ***Cuba***[17] (crise energética e contração econômica); ***Haiti***[18] (grave crise política e humanitária); e ***Venezuela***[19], cuja recuperação permanece limitada e altamente dependente do setor petrolífero. O governo venezuelano, com dificuldades financeiras e já lutando para controlar a maior taxa de inflação do mundo, precisa agora encontrar uma maneira de organizar uma resposta massiva ao recente terremoto[20].

Balanço político de julho de 2026

Nossa região latino-americana, em meados de 2026, enfrenta um cenário que pode ser caracterizado por alta intensidade eleitoral, especialmente considerando as próximas eleições no Brasil e no Haiti e as recentes eleições na Colômbia e no Peru. Podemos observar uma reconfiguração do mapa ideológico com a ascensão de governos de centro-direita e de direita, significativa polarização política e institucional e uma mudança nos valores sociais. Tudo isso ocorre no contexto das atuais disputas e da competição entre os Estados Unidos e a China, bem como do enfraquecimento dos mecanismos de integração regional e do multilateralismo.

À luz desses elementos abordados em nosso relatório, acreditamos que está emergindo um cenário de alta incerteza política, no qual a dinâmica interna dos países latino-americanos está cada vez mais ligada às transformações do contexto geopolítico global.

Terremoto recente em La Guaira, Venezuela

Um terremoto duplo, com magnitudes de 7,2 e 7,5 na escala Richter, atingiu o norte da Venezuela em 24 de junho de 2026. As áreas mais afetadas foram La Guaira e Caracas, onde inúmeros prédios desabaram e milhares de pessoas ficaram desabrigadas. Segundo os últimos relatórios, aproximadamente 3.342 mortes foram confirmadas e mais de 16.700 feridos[21], dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas e as operações de busca e resgate continuam. Segundo uma contagem não oficial, o número de pessoas desaparecidas ultrapassa 41.000, e mais de 17.345 pessoas estão sem-teto.

Os danos causados pelos dois terremotos a residências e bens econômicos, como veículos, edifícios ou empresas, têm uma estimativa preliminar de US$ 6,7 bilhões (€ 5,8 bilhões), de acordo com uma avaliação por satélite baseada na Análise Digital Rápida do

[17] A economia cubana enfrentou desafios significativos nos últimos anos, incluindo a crise energética, a escassez de divisas e a limitada atividade produtiva. Apesar desses obstáculos, o governo cubano implementou reformas para modernizar a economia e encontrar um equilíbrio entre a necessidade de melhorar as condições de vida e a proteção das conquistas sociais. https://www.cubanet.org/economia-de-cuba-caeria-65-en-2026-proyecta-la-cepal/

[18] A economia do Haiti apresentou um crescimento médio anual de 0,4% na última década. Em 2022, os serviços representaram 47,8% do PIB total, a indústria de transformação 24,5%, outras atividades industriais 9,5% e a agricultura 18,2%. Em relação aos gastos do PIB, o consumo privado representou 100,2% do PIB em 2023, o consumo público 6,2%, o investimento fixo 13,9% e as exportações líquidas – 20,3%. https://www.focus-economics.com/es/countries/haiti/

[19] A economia venezuelana passou de um boom petrolífero no século XX para uma profunda crise e uma recente recuperação parcial, marcada pela dependência do petróleo e pela política econômica e recentemente pelo terremoto. https://www.infobae.com/america/the-new-york-times/2026/06/27/la-economia-de-venezuela-parecia-renacer-entonces-golpearon-los-terremotos/

[20] Veja artigo da FEO, O "***Venezuela 2026: Um ano desastroso, duas tragédias***" neste Caderno.

[21] https://www.huffingtonpost.es/global/el-balance-terremotos-venezuela-sigue-disparandose-son-3342-muertos-mas-16700-heridos-f202607.html

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As autoridades venezuelanas informaram que 855 edifícios foram afetados, dos quais 189 sofreram "colapso total"[22].

O governo venezuelano declarou estado de emergência e mobilizou as forças armadas, enquanto diversos países enviaram equipes de resgate, hospitais de campanha e ajuda humanitária. Organizações internacionais, incluindo agências das Nações Unidas e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha, coordenaram parte da assistência. No entanto, a crise econômica e a deterioração preexistente da infraestrutura limitaram a capacidade de resposta do Estado[23]. As autoridades mobilizaram quase 30.000 membros do Exército e das forças de segurança, além de mais de 27.000 voluntários que estão auxiliando nos esforços de socorro[24].

A presidente Delcy Rodríguez afirmou que "*todo o Estado venezuelano foi imediatamente mobilizado*" durante uma coletiva de imprensa com a mídia internacional. A presidente fez um balanço da resposta do governo e explicou que uma das primeiras medidas foi a emissão de um decreto criando um Estado-Maior Geral encarregado de lidar com a emergência, em conformidade com a legislação nacional sobre desastres naturais[25]. Delcy Rodríguez anunciou, durante o evento comemorativo do 215º aniversário da assinatura da Ata da Independência, a criação de uma nova estrutura militar destinada ao atendimento imediato de contingências naturais, denominada Gran Mariscal de Ayacucho Antonio José de Sucre[26].

De modo geral, o terremoto de junho de 2026 destacou a vulnerabilidade do sistema de saúde venezuelano a desastres naturais de grande escala e a importância da cooperação internacional para sustentar a resposta humanitária e a recuperação do setor de saúde. A OPAS está trabalhando para fornecer assistência e cooperação ao país[27].

68ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL

Sob a Presidência Pro Tempore do Paraguai, a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL foi realizada em 30 de junho de 2026 em Assunção. A Cúpula produziu avanços, especialmente na agenda de integração internacional do bloco, embora também tenha evidenciado divergências entre os Estados-membros. A título de exemplo, o presidente argentino Javier Milei decidiu não participar da Cúpula após ter se reunido com o candidato presidencial Flávio Bolsonaro[28].

Na qualidade de Presidente Pro Tempore, o Paraguai apresentou seu relatório para o primeiro semestre de 2026, lido pelo Ministro das Relações Exteriores, Rubén Ramírez Lezcano.

---

[22] https://elpais.com/america/2026-06-30/ultima-hora-del-terremoto-en-venezuela-en-directo.htm

[23] https://elpais.com/planeta-futuro/2026-06-30/venezuela-una-respuesta-humanitaria-de-alta-complejidad.html

[24] https://www.huffingtonpost.es/global/el-balance-terremotos-venezuela-sigue-disparandose-son-3342-muertos-mas-16700-heridos-f202607.html

[25] https://www.telesurtv.net/delcy-rodriguez-sismos-estado-venezolano/

[26] https://ultimasnoticias.com.ve/politica/presidenta-encargada-ordena-creacion-de-unidad-de-tarea-especial-para-atender-emergencias/

[27] https://www.paho.org/es/terremotos-venezuela-2026

[28] Javier Milei não participou da Cúpula do Mercosul, que reuniu os presidentes do bloco no Paraguai na terça-feira, alegando "conflitos de agenda". Sua decisão coincidiu com um encontro com o senador brasileiro Flávio Bolsonaro, candidato à presidência contra Lula da Silva, e com sua presença nas comemorações do Dia da Independência na Embaixada dos EUA. https://www.perfil.com/noticias/internacional/milei-vacia-de-contenido-politico-el-mercosur-y-construye-su-propio-mapa-regional-a39.phtml

Como preâmbulo, o *Presidente Santiago Peña* reiterou seu compromisso com a integração regional: "*Estou convencido de que o MERCOSUL pode ser a inveja do mundo*", afirmou. Ele também assegurou que o sucesso do bloco "se mede pela forma como melhora a qualidade de vida de cada indivíduo": "*Quero um MERCOSUL que seus cidadãos possam realmente sentir*". Peña expressou seu apoio à ordem constitucional na Bolívia, sua solidariedade ao povo venezuelano após os terremotos naquele país e saudou a abertura de negociações com o Japão.

Em seu discurso, o *presidente Lula* solicitou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da catástrofe na Venezuela[29]. O presidente brasileiro defendeu a ampliação da capacidade de ação conjunta: "*Nossa força reside no diálogo com todos".* Ele também anunciou que seu país contribuirá com US$ 100 milhões ao longo de 10 anos para a renovação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL[30], um mecanismo que financia obras de infraestrutura e projetos de desenvolvimento, com o objetivo de reduzir as assimetrias dentro do bloco. De forma espontânea, ele expressou sua esperança de que o MERCOSUL possa "*funcionar perfeitamente bem"*, independentemente das mudanças de governo em seus países membros, afirmando que "*é uma necessidade estratégica*".

O presidente uruguaio *Yamandú Orsi* assumiu a Presidência Pro Tempore para o segundo semestre do ano, declarando que "*com vontade política e com o coração voltado para o nosso povo*", este processo de integração no âmbito do MERCOSUL "*não só será possível, como se tornará cada vez mais bem-sucedido*".

Nesse sentido, ele delineou as prioridades da Presidência Pro Tempore para os próximos seis meses, indicando que o foco será o avanço na implementação dos acordos recentemente concluídos com a *União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA),* enquanto as negociações em curso com países dentro e fora da região continuarão.

Orsi enfatizou que a *integração fronteiriça* permanecerá uma prioridade e que a liderança do Uruguai no bloco fortalecerá a coordenação regional no combate ao crime organizado transnacional. Além disso, o Uruguai trabalhará para garantir a plena implementação dos acordos de *combate ao tráfico de pessoas e de proteção às mulheres em situação de violência de gênero.*

O presidente uruguaio também enfatizou a importância de prosseguir com os esforços para garantir a continuidade do ***Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM),*** anunciando que o Fundo financiará a instalação e operação do Parque Tecnológico Regional do Norte, na cidade de Rivera, liderado pela Unidade Tecnológica do Uruguai.

Por fim, Orsi anunciou que seu país convocou uma *reunião especial das autoridades de gestão de riscos do Mercosul para coordenar ações de auxílio humanitário à Venezuela.*

O presidente boliviano ***Rodrigo Paz Zamora***, cujo país está em processo de plena adesão ao MERCOSUL, reiterou o compromisso de seu governo em alcançar esse objetivo e expressou

[29] Os Presidentes assinaram a Declaração Especial dos Presidentes dos Estados-Membros do Mercosul e dos Estados Associados sobre os Terremotos na Venezuela. https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/11733

[30]O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (**FOCEM**) é o primeiro mecanismo solidário de financiamento próprio dos países do Mercosul e tem como objetivo reduzir as assimetrias do bloco. É integrado por contribuições dos estados partes e destina-se a financiar projetos de infraestrutura, competitividade empresarial e desenvolvimento social nos países do Mercosul. https://focem.mercosur.int/pt/

sua gratidão pelo apoio e solidariedade demonstrados diante dos protestos e bloqueios que causaram mais de 50 mortes em seu país nas últimas semanas[31].

Ele enfatizou o papel fundamental da integração no combate à insegurança e defendeu a *"unidade acima de tudo"*: "*O MERCOSUL tem uma enorme responsabilidade de promover a independência e a igualdade"*. Afirmou ainda que este deve ser o século da América Latina e que seu país "*quer ser um ponto de encontro*", acrescentando que *"quando a América Latina se une, o mundo escuta".*

Na ausência do presidente Milei, o *Chanceler da Argentina*, *Pablo Quirno***,** participou da cúpula e declarou: "A Argentina quer um MERCOSUL capaz de acompanhar o dinamismo global". "*A região possui recursos, alimentos, energia, minerais essenciais, talentos e uma localização estratégica. Tem tudo o que é necessário para ocupar um lugar central na economia global*", afirmou o ministro, ecoando os sentimentos expressos pelo Paraguai e Uruguai, que defenderam maior abertura na região.

Além dos já mencionados, a Cúpula contou com a presença do *Presidente do Chile, José Antonio Kast*, e do *Presidente do Equador, Daniel Noboa*; dos *Ministros das Relações Exteriores do Panamá, Javier Martínez-Acha Vásquez*; *das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul;* do *Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos, Thani bin Ahmed Al Zeyoudi*; e das *Relações Exteriores e Assuntos da CARICOM da República de Trinidad e Tobago, Sean Sobers*; bem como do Primeiro Vice-Presidente do Senado do Uzbequistão, Sodiq Safoyev; do *Embaixador do Peru, Jorge Félix Rubio Correa*; e do *Embaixador do Brasil, Juan Manuel Corzo Román*. Também estiveram presentes o *Embaixador da Índia, Piyush Singh*, e os diretores e autoridades dos órgãos do MERCOSUL[32].

Os principais acordos e resultados foram os seguintes:

1. Início das negociações comerciais com o Japão: O anúncio mais importante foi o lançamento formal das negociações para um Acordo de Parceria Econômica entre o MERCOSUL e o Japão. Os objetivos deste Acordo visam:

- ✓ expandir o acesso ao mercado para produtos agrícolas e industriais;
- ✓ promover o investimento;
- ✓ fortalecer as cadeias de valor regionais;
- ✓ diversificar os parceiros comerciais do bloco em um contexto de crescente incerteza internacional.

Embora o início das negociações represente um importante passo em frente, um acordo desta magnitude normalmente requer entre dois e cinco anos, dependendo da vontade política e da capacidade de resolver as questões agrícolas e industriais mais sensíveis[33].

[31] Os presidentes assinaram: Declaração Especial dos Presidentes dos Estados-Membros do Mercosul e dos Estados Associados sobre a Preservação da Ordem Democrática na Bolívia: https://documentos.mercosur.int/public/reuniones/doc/11733

[32] A Cúpula na integra pode ser assistida em: https://www.youtube.com/watch?v=fgrd1ffDwfk

[33] Ao mesmo tempo, o bloco está mantendo negociações com o Canadá e manifestou a intenção de iniciar conversas comerciais com a China.

2. Impulso para uma agenda de Abertura e liberalização comercial: Os presidentes reafirmaram que a prioridade estratégica do MERCOSUL é expandir sua rede de acordos comerciais. Além do Japão, o bloco decidiu:

- ✓ Acelerar as negociações com o Canadá[34]: O Canadá intensificou seus esforços para diversificar o comércio em meio à incerteza relacionada às tarifas impostas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, e pela América do Sul, especialmente o Brasil.
- ✓ Preparar o início das negociações com a China[35];
- ✓ Aprofundar a utilização do acordo comercial com a União Europeia.

3. Implementação do acordo MERCOSUL-União Europeia: A Cúpula foi a primeira desde a implementação provisória do acordo comercial com a União Europeia, que entrou em vigor em 1º de maio de 2026. Os líderes avançaram em:

- ✓ **Coordenação para a implementação do acordo**: A coordenação para a implementação do acordo UE/Mercosul centra-se na aplicação provisória do Acordo Comercial Provisório, que entrará em vigor em 1 de maio de 2026. Este acordo estabelece normas previsíveis para o comércio e o investimento e visa reforçar a cooperação comercial entre a UE e os países do Mercosul. A aplicação provisória manter-se-á até a entrada em vigor do Acordo de Associação, que está sujeito à aprovação do Parlamento Europeu.
- ✓ **Distribuição de quotas de exportação entre os países membros**: Este tem sido um aspecto crucial do acordo comercial. O objetivo é garantir que todos os países membros tenham oportunidades de exportação, evitando que alguns concentrem rapidamente os benefícios comerciais. O Paraguai, por exemplo, pretende obter 25% de suas exportações em todos os setores possíveis, mesmo naqueles em que sua produção ainda é limitada. Essa abordagem busca evitar a lei da selva, onde "quem chega primeiro, leva".
- ✓ **Harmonização dos aspectos técnicos e regulamentares:** A harmonização dos aspectos técnicos e regulamentares do Acordo UE-MERCOSUL implica a unificação das normas de segurança e qualidade para a produção e comercialização de bens de consumo. Isto inclui a eliminação de barreiras técnicas ao comércio intrabloco e a implementação de um sistema informático para o reconhecimento mútuo de registos médicos. Além disso, estão a ser implementadas medidas para reduzir os tempos de espera nas alfândegas comuns e melhorar a previsibilidade jurídica para as empresas internacionais interessadas em estabelecer cadeias de produção regionais integradas.

[34] https://www.mercosur.int/mercosur-y-canada-avanzan-en-las-negociaciones-de-un-tratado-de-libre-comercio

[35] O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez, afirmou na terça-feira, durante a cúpula do Mercosul, que seu país está disposto a estabelecer relações comerciais com a China, desde que isso não implique o rompimento de laços diplomáticos com Taiwan, país do qual o Paraguai é o único aliado sul-americano. As declarações de Ramírez vieram após o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmar que o bloco sul-americano está avançando nas negociações para uma parceria econômica com o Japão, acrescentando: "*Queremos fazer o mesmo com a China muito em breve*". https://www.eleconomista.com.mx/internacionales/paraguay-abre-negociar-china-mercosur-romper-lazos-taiwan-20260630-821053.html

Contudo, este foi também um dos temas que gerou maiores divergências entre os parceiros.

4. Compromisso com o fortalecimento do Mercosul

A declaração conjunta reafirmou o compromisso de:

- ✓ aprofundar a integração regional;
- ✓ fortalecer o mercado comum;
- ✓ facilitar o comércio intrarregional;
- ✓ promover a modernização institucional do bloco;
- ✓ gerar benefícios tangíveis para os cidadãos e as empresas.

5. Transferência da Presidência Pro Tempore

O Paraguai encerrou sua Presidência Pro Tempore e a transferiu para o Uruguai, que assumirá a liderança política do bloco durante o segundo semestre de 2026. O Uruguai anunciou que concentrará seus esforços em:

- ✓ expandir a agenda de comércio exterior;
- ✓ melhorar a competitividade do bloco;
- ✓ promover maior flexibilidade comercial.

6. Coordenação em infraestrutura e integração física

Os Estados Partes reiteraram seu compromisso de promover projetos relacionados a:

- ✓ infraestrutura logística;
- ✓ corredores bioceânicos;
- ✓ integração energética;
- ✓ conectividade digital.

O objetivo é reduzir os custos logísticos e melhorar a competitividade regional.

Os tópicos que apresentaram diferenças:

Alguns pontos de divergência ou desacordo entre os Estados-Membros na Cimeira incluíram:

- ✓ A distribuição das ***quotas de exportação*** estipuladas no acordo com a União Europeia.
- ✓ Divergências quanto ao ***grau de flexibilidade*** que cada país deve ter para negociar acordos comerciais individuais com terceiros.
- ✓ Abordagens diferentes quanto ao ***futuro do processo de integração regional*** e ao equilíbrio entre a ***liberalização do comércio e a proteção de setores sensíveis***.

Balanço político

Do ponto de vista político, a Cúpula pode ser considerada positiva por três razões principais:

i. Consolidou a estratégia do MERCOSUL de se projetar para a Ásia, iniciando negociações com o Japão;

ii. Reafirmou a prioridade de implementar o acordo com a União Europeia e expandir a rede de acordos comerciais;

iii. Assegurou a continuidade institucional do bloco por meio da transferência ordenada da Presidência Pro Tempore para o Uruguai.

Ao mesmo tempo, confirmou que o principal desafio do MERCOSUL continua sendo conciliar as diferentes visões de seus membros quanto ao ritmo e ao alcance da liberalização comercial, especialmente em um contexto internacional marcado pela competição geopolítica e pela fragmentação do comércio global.

Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre cooperação sanitária, AIDS e prevenção ao Hantavírus[36,37,38].

O Oras-Conhu, em caráter de emergência, reuniu o Comitê Andino de Emergências e Desastres para discutir a situação após os terremotos na Venezuela. Na abertura do evento, representantes do Organismo manifestaram profunda solidariedade e total disposição a cooperar com a Venezuela.

As estratégias definidas na reunião foram:

- ✓ Elaboração de planos de apoio intersetorial: todos os países membros se comprometeram a estruturar planos de assistência.
- ✓ Elaboração de um diagnóstico situacional de capacidades: será realizado um levantamento de recursos disponíveis na região para ficarem à disposição de autoridades sanitárias.
- ✓ Manutenção de canais de comunicação com a Venezuela: a secretaria executiva ficará responsável por se comunicar com equipes ministeriais da Venezuela e também organizações internacionais.

Em outra ação do Organismo, o secretário executivo, Fernando Araos, participou do webinário, organizado pelo ONUAIDS, "Acelerando o passo para colocar fim à AIDS em 2030: uma estratégia para reduzir a novas infecções de HIV na América Latina" no painel 2 que discutiu o acesso a prevenção efetiva sem deixar a ninguém para trás.

Em sua intervenção, Araos sinalizou as ferramentas políticas e técnicas que foram desenvolvidas para a prevenção do HIV, destacando aquelas definidas na Declaração de Lima 2026. Dentre os destaques de instrumentos, Araos indica a criação de uma plataforma regional andina para a negociação de preços dos medicamentos.

Além disso, Araos reforçou o êxito das estratégias que são realizadas em colaboração e que é preciso fortalecer o compartilhamento de experiências e boas práticas na cooperação sul-sul.

[36]https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-activa-mecanismo-regional-de-cooperacion-sanitaria-en-solidaridad-con-venezuela-tras

[37] https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-destaca-la-urgencia-de-una-estrategia-de-cooperacion-sur-sur-para-acelerar-el-fin-al

[38] https://www.orasconhu.org/es/mas-de-80-especialistas-de-la-region-se-reunen-para-fortalecer-la-respuesta-ante-el-hantavirus-en

E destacou que o chamado a fortalecer a cooperação é registrada na Declaração de Lima de 2026, destacou a importância da criação do Observatório Andino e Investimento Sanitário, frutos da Resolução REMSAA Extraordinária XL/5 e por fim, indicou a necessidade da articulação de diferentes estratégias regional para a implementação do Plano Andino para a eliminação do estigma e da discriminação (PAEDS) até 2030.

Por fim, representantes do ORAS-Conhu realizaram Reunião Técnica Sub-regional sobre Hantavírus: Vigilância, Laboratório e Controle de Riscos Associados a Exposição em Zonas Endêmicas. A reunião teve como objetivo discutir a situação epidemiológica atual e harmonizar os mecanismos de prevenção e resposta frente a persistente circulação do vírus.

O secretário executivo, Fernando Araos, destacou que o desafio requer cooperação entre os estados, através de vigilância integrada, revisão de capacidades diagnósticas entre outras ações e fortalecer o compromisso do organismo com o fortalecimento da cooperação.

Além de representantes da ORAS-Conhu, o evento também contou com a presença de especialistas da Argentina, Chile e Estados Unidos.

Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou eventos sobre HIV, Doença Renal Crônica e One Health[39,40,41]

A Secretaria executiva participou da Reunião de Sustentabilidade da resposta regional frente ao HIV que foi organizada pelo UNAIDS, Governo dos Estados Unidos e Fundo Mundial. O objetivo da reunião foi apresentar a ferramenta unificada de medição Sustainability Investment Dialogue (SID[42], fortalecer as capacidades técnicas das equipes nacionais responsáveis pela medição e dar seguimento às ações requeridas para a resposta regional ao HIV.

O secretário executivo do COMISCA, José de Leon Carceres, destacou em sua intervenção que a região do SICA está em transição epidemiológica e demográfica e a consolidação de sistemas de saúde resilientes, inclusivos e sustentáveis será fundamental para enfrentar os desafios de implementação do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2026-2030. E ressaltou que o HIV, a tuberculose e a malária são temas vigentes na agenda regional de saúde.

A SECOMISCA realizou a oficina de revisão de avanços e projeções para a abordagem da Doença Renal Crônica e Doença Renal Crônica não tradicional. O evento reuniu representantes dos Ministérios da Saúde da região e de organizações científicas como a Sociedade Latino-americana de Nefrologia e Hipertensão, o Consórcio para o Estudo da Nefropatia na América Central e México, o Programa de Saúde e Trabalho e também organizações financiadoras como o Fundo Espanha SICA.

---

[39] https://www.sica.int/noticias/desarrollan-reunion-de-sostenibilidad-de-la-respuesta-regional-al-vih_1_139110.html

[40] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-presenta-resultados-de-estrategia-regional-y-lanza-nuevo-proyecto-enfocado-en-capacidades-y-marcos-regulatorios-para-el-abordaje-de-la-enfermedad-renal-cronica-no-tradicional_1_139116.html

[41] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-i-congreso-centroamericano-de-one-health_1_139117.html?__cf_chl_f_tk=JZhF9eOM2ISsHmNMJf1_EcxmfJQAAAXvkLNF0VIpNZk-1783375261-1.0.1.1-.cN503.I3c57.Y1L_RODPl1cK9pnFPgNe4JviPn4fSg

[42] A ferramenta SID é uma ferramenta de avaliação estratégica da UNAIDS voltada para monitoramento e planejamento financeiro, sustentabilidade e gestão de políticas de resposta ao HIV.

No evento foram analisados os resultados e cumprimento dos planos nacionais de educação contínua e comunitária sobre a Doença Renal Crônica Não Tradicional e foi aberto um espaço para discussão técnica regional e compartilhamento de experiências. O evento foi divido em dois momentos: fechamento e análise de resultados da Estratégia para a prevenção, mitigação e controle da ERCnT 2022-2025 e lançamento do novo projeto "Fortalecimento de capacidades e marcos regulatórios para a prevenção e tratamento oportuno da Doença Renal Crônica não Tradicional na América Central e República Dominicana."

Por fim, representantes da SEC0MISCA participaram do I Congresso da América Latina One Health e VIII Encontro Acadêmico Internacional de Saúde Pública Veterinária. A SECOMISCA apresentou a Estratégia de Uma Só Saúde do SICA 2026-2030 e suas linhas gerais de ação, antecedentes do trabalho no tema e a ferramenta tecnológica inovadora AVI One Health. A AVI One Health é resultado da parceria entre SECOMISCA e o CDC/EUA e busca fortalecer a educação e informação sobre as doenças zoonóticas e a facilitar a emissão de informes de casos suspeitos desde o nível comunitário até as autoridades.

Além disso, a coordenadora do foco intersetorial de Uma Só Saúde, Judith Quintanilha, participou de painel que se discutiu os desafios presentes e o trabalho realizado de governos locais e nacionais para desenvolver o marco de governança de Uma Só Saúde.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) instalou o Conselho de Administração do MACA e realizou discussão sobre infraestrutura sustentável para a Amazônia[43,44]

Foi realizada a primeira sessão do Conselho Diretivo do Mecanismo Amazônico de Cooperação e Ação (MACA). O mecanismo financeiro regional foi criado para fortalecer cooperação amazônica e mobilizar recursos destinados a apoiar projetos e iniciativas estratégicas.

Cesar Joycep Bravo, diretor de assuntos amazônicos da Direção-Geral para os Assuntos da América do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Peru, assumiu a presidência do MACA e reforçou a necessidade de avançar no sentido de resultados concretos que coloquem em prática o mecanismo e consolide uma fonte de financiamento previsível e sustentável para as prioridades regionais. A primeira reunião do Conselho Diretivo foi realizada nos dias 24 e 25 de junto em Brasília e teve como agenda a definição de um plano de trabalho para o primeiro ano de funcionamento do Conselho, revisão dos parâmetros de governança do mecanismo e análise dos próximos passos para sua implementação.

Por fim, a secretaria permanente da OTCA realizou o seminário "Construindo uma agenda de infraestrutura sustentável, inclusiva e resiliente para a Amazônia" com a presença de representantes dos governos amazônicos, organizações indígenas, instituições acadêmicas, especialistas e organizações da sociedade civil para discutir experiências e avançar no planejamento da infraestrutura na região amazônica.

As discussões tiveram como foco a infraestrutura sustentável, principalmente no setor de transportes, e também a promoção de modelos de infraestrutura compatíveis com a conservação dos ecossistemas amazônicos e bem-estar de suas populações. O secretário geral

[43] https://otca.org/pt/a-otca-instala-o-conselho-de-administracao-do-maca-e-escolhe-o-peru-e-a-bolivia-para-liderar-o-seu-primeiro-ano-de-funcionamento/

[44] https://otca.org/pt/dialogo-regional-impulsiona-uma-agenda-de-infraestrutura-sustentavel-para-a-amazonia/

da OTCA, Martin Von Hildebrand, destacou a necessidade da criação de um novo modelo de desenvolvimento para a região que não comprometa seus ecossistemas e bem-estar das pessoas. O seminário incluiu painéis com apresentações realizadas por representantes da Colômbia, Equador, Brasil e Peru.

Venezuela 2026: Um ano desastroso, duas tragédias

Venezuela 2026: Un año desastroso, dos tragedias

Venezuela 2026: A disastrous year, two tragedies

Oscar Feo Istúriz[1]

O ano de 2026 será marcado na história da Venezuela por dois eventos devastadores: 3 de janeiro, data da intervenção política e militar dos Estados Unidos, e 24 de junho, quando um poderoso terremoto duplo abalou e mergulhou a nação em luto.

Os eventos de 3 de janeiro foram intensamente debatidos. Foi, sem dúvida, uma derrota humilhante para a Venezuela. Sua consequência fundamental foi a perda de nossa independência e soberania, materializada na instalação de um governo chefiado pela vice-presidente Delcy Rodríguez, mas claramente sob a tutela de Washington. Hoje, as decisões mais significativas sobre a política e a economia venezuelanas são tomadas nos Estados Unidos, que assumiram o controle do petróleo e administram os recursos derivados de sua comercialização. De lá, Donald Trump humilha e zomba constantemente de nosso povo; o exemplo mais grotesco é a designação da Venezuela como o "***51º estado***" da união. Tendo se tornado uma espécie de "protetorado" sob tutela militar e econômica, a luta para recuperar a independência e a soberania torna-se a tarefa fundamental do povo venezuelano.

Por sua vez, o duplo terremoto de 24 de junho é uma ferida aberta. Devido à recente ocorrência do evento, muitas perguntas permanecem sem resposta sobre seu impacto humano, político e econômico. Não irei repetir os números dolorosos de vítimas e pessoas afetadas que estamos vivenciando em primeira mão hoje. No entanto, é crucial ressaltar que esse cataclismo está abalando um país já devastado por décadas de má administração, corrupção, ignorância e improvisação. Essa deterioração institucional crônica levou ao êxodo de milhões de pessoas, incluindo profissionais e técnicos altamente qualificados que seriam vitais para a recuperação do país. Com uma capacidade de resposta estatal severamente reduzida, o desafio não é apenas reconstruir a infraestrutura e auxiliar as vítimas, mas também empreender uma reconstrução abrangente das instituições.

Ambas as tragédias compartilham um denominador comum: desinformação, distorção da realidade e falta de transparência. Isso nos coloca diante de uma luta acirrada entre pontos de vista opostos, onde não existe uma única verdade, mas sim múltiplas versões conflitantes. Já vimos em outras catástrofes como o caos é explorado para impor narrativas reducionistas. Enquanto as comunidades buscam sobreviventes entre os escombros, certos veículos de comunicação constroem narrativas que servem a interesses geopolíticos alheios à população. Atualmente, laboratórios midiáticos dirigidos do exterior — em sua maioria ligados a María Corina Machado — buscam capitalizar o sofrimento e a dor coletivos, transformando-os em raiva e fúria utilitaristas. Transformam a tragédia em um espetáculo para consumo nas redes sociais e moldam matrizes de opinião que obscurecem as causas subjacentes, desviando a atenção das tarefas urgentes de resgate, assistência e reconstrução.

[1] Oscar Feo Istúriz é um médico sanitarista venezuelano. Foi consultor e especialista da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS UNASUL).

Repudiamos também o fato de os Estados Unidos — fiéis à sua tradição imperial de transformar desastres em estratégias de intervenção colonial — estarem utilizando essa catástrofe para consolidar sua presença militar no território, disfarçando de solidariedade o que, na realidade, é um mecanismo de controle político.

Por fim, reafirmamos nossa postura anti-imperialista. Reconhecemos que a reconstrução diante dos efeitos do terremoto exige solidariedade internacional e latino-americana; mas essa mesma força é necessária para recuperar a independência violada em 3 de janeiro. Somente assim poderemos abrir nossos braços para uma solidariedade e cooperação genuínas que nos permitam unir forças e curar um povo agora profundamente ferido.

Equidad Sostenible: un marco científico para fortalecer el desarrollo humano desde la experiencia y los desafíos de Cuba

Equidade Sustentável: um marco científico para fortalecer o desenvolvimento humano a partir da experiência e dos desafios de Cuba

Sustainable Equity: a scientific framework for strengthening human development based on Cuba's experience and challenges

Juan Garay

Este trabajo está dedicado al pueblo cubano, cuya perseverancia en la defensa de la salud, la educación, la solidaridad y la justicia social ha inspirado durante años la reflexión y el desarrollo de la metodología de ***Equidad Sostenible****. El autor desea expresar su reconocimiento a las numerosas personas, instituciones y comunidades de Cuba que, mediante el diálogo, la cooperación y el intercambio de experiencias, han contribuido a enriquecer esta propuesta científica.*

Las ideas presentadas en este artículo son el resultado de más de dos décadas de investigación internacional en salud pública, equidad, cooperación para el desarrollo y sostenibilidad, así como de una estrecha colaboración profesional, académica y cultural con instituciones y comunidades cubanas.

El autor ha encontrado en la experiencia de Cuba una fuente permanente de inspiración por su compromiso con la salud pública universal, la educación, la solidaridad entre los pueblos y la búsqueda de una sociedad más justa. Al mismo tiempo, considera que los desafíos contemporáneos ofrecen una oportunidad para seguir fortaleciendo esos principios mediante la incorporación de nuevas herramientas de análisis, evaluación y aprendizaje basadas en la evidencia científica.

Desde esta perspectiva, la **Equidad Sostenible**, desarrollada en el marco del **Sustainable Health Equity Movement (SHEM)**, no se plantea como un modelo alternativo de desarrollo, sino como un marco conceptual y metodológico abierto que aspira a contribuir al fortalecimiento de las capacidades humanas, la salud, la justicia social y la sostenibilidad. Su propósito es facilitar el aprendizaje compartido entre sociedades, respetando plenamente la soberanía, la diversidad cultural y las decisiones democráticas de cada país.

El autor espera que este trabajo contribuya al diálogo entre responsables de políticas públicas, investigadores, profesionales y ciudadanos comprometidos con la construcción de sociedades más saludables, equitativas y sostenibles, y que estimule nuevas formas de cooperación orientadas al bien común y a las generaciones futuras.

Introducción

Las primeras décadas del siglo XXI han puesto de manifiesto la necesidad de ampliar la manera en que las sociedades evalúan su propio desarrollo. Aunque el crecimiento económico y el progreso científico han permitido avances extraordinarios en numerosos países, persisten

desigualdades sociales, problemas de salud evitables y presiones ambientales que cuestionan la capacidad de los indicadores tradicionales para reflejar el bienestar real de las personas y la sostenibilidad de dicho progreso (1–6).

Paralelamente, la revolución digital, la inteligencia artificial y la acelerada generación de conocimiento abren oportunidades sin precedentes para mejorar la salud, la productividad y la calidad de vida. Sin embargo, estos avances también plantean nuevos desafíos relacionados con la concentración de riqueza, conocimiento y capacidad tecnológica, así como con la necesidad de orientar la innovación hacia el fortalecimiento de los bienes públicos, la cohesión social y el bienestar colectivo (7,8).

Durante las últimas décadas, diversos marcos conceptuales han contribuido a ampliar la comprensión del desarrollo humano. Entre ellos destacan el enfoque de las capacidades de Sen y Nussbaum, los determinantes sociales de la salud promovidos por la Organización Mundial de la Salud, los Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas, la economía ecológica y las investigaciones sobre los límites planetarios (1–6). Estas aportaciones coinciden en reconocer que el progreso no puede evaluarse únicamente mediante indicadores económicos, sino también por la capacidad de las sociedades para garantizar oportunidades, proteger la salud, preservar el patrimonio natural y favorecer una vida digna para las generaciones presentes y futuras.

En este contexto, la **Equidad Sostenible**, desarrollada en el marco del **Sustainable Health Equity Movement (SHEM)**, propone integrar estas perspectivas en un marco conceptual y metodológico orientado a evaluar cómo las políticas públicas contribuyen simultáneamente a fortalecer la salud, la equidad, el desarrollo de las capacidades humanas y la sostenibilidad ambiental (9–13).

Uno de los principios fundamentales de este enfoque consiste en considerar la salud como una expresión integrada del funcionamiento de la sociedad. La esperanza de vida, la mortalidad evitable, el bienestar físico y mental y otros indicadores de salud reflejan, de manera acumulativa, los efectos de las condiciones económicas, sociales, educativas, culturales, institucionales y ambientales en las que viven las personas. Desde esta perspectiva, la salud constituye uno de los mejores indicadores sintéticos de la capacidad de una sociedad para transformar sus recursos y conocimientos en bienestar compartido (3,9,10).

La experiencia internacional muestra, además, que no existe un único camino para alcanzar elevados niveles de desarrollo humano. Diferentes países han construido modelos propios que combinan, en distinta medida, crecimiento económico, protección social, innovación, participación ciudadana y sostenibilidad. Más que identificar modelos ideales, resulta de interés desarrollar herramientas que permitan analizar objetivamente los resultados obtenidos y favorecer procesos continuos de aprendizaje y mejora basados en evidencia científica (5,6,11).

En este sentido, la experiencia de Cuba reviste un interés particular por su prolongado compromiso con la salud pública universal, la educación, la cooperación internacional y la búsqueda de elevados niveles de justicia social y equidad, principios recogidos en la Constitución de la República (14). Como muchas otras sociedades, Cuba afronta actualmente importantes desafíos económicos, demográficos, tecnológicos y ambientales. Fortalecer la capacidad para evaluar de forma integrada el impacto de las políticas públicas sobre la salud, la equidad y el desarrollo sostenible puede contribuir a consolidar dichos principios y enriquecer los procesos

de planificación y toma de decisiones, siempre desde el respeto a la soberanía nacional y a las prioridades definidas por las instituciones y la sociedad cubanas.

El presente artículo tiene como objetivo presentar los fundamentos conceptuales y metodológicos de la Equidad Sostenible, así como explorar su contribución al fortalecimiento de políticas orientadas a la justicia social, la salud y el desarrollo sostenible. La propuesta se concibe como una metodología abierta, basada en la evidencia científica y susceptible de enriquecerse mediante la cooperación internacional, el diálogo interdisciplinar y el aprendizaje compartido entre instituciones, comunidades e investigadores.

Fundamentos conceptuales y metodológicos de la Equidad Sostenible (SHEM)

La **Equidad Sostenible**, desarrollada en el marco del **Sustainable Health Equity Movement (SHEM)**, propone un marco conceptual y metodológico para evaluar la capacidad de una sociedad para transformar sus recursos naturales, económicos, humanos, institucionales y tecnológicos en bienestar compartido, salud, resiliencia y sostenibilidad ambiental (9–13).

A diferencia de los enfoques centrados exclusivamente en el crecimiento económico o en la redistribución de la renta, la Equidad Sostenible parte de una visión integrada del desarrollo humano. Su objetivo no consiste únicamente en aumentar la producción o reducir desigualdades, sino en fortalecer las capacidades de todas las personas para vivir vidas largas, saludables, creativas y socialmente participativas, respetando simultáneamente los límites ecológicos y la responsabilidad hacia las generaciones futuras (1–6).

Este enfoque integra aportaciones procedentes del enfoque de capacidades de Sen y Nussbaum, los determinantes sociales de la salud, los Objetivos de Desarrollo Sostenible, la economía ecológica y la investigación sobre los límites planetarios. La contribución específica del SHEM consiste en articular estos enfoques en una metodología orientada a la evaluación de políticas públicas mediante indicadores de salud, equidad y sostenibilidad (1–6,9–13).

La **Figura 1** resume este planteamiento mediante el concepto de **Espacio de Bienestar en Equidad Sostenible**, que representa el intervalo donde convergen la suficiencia material, la salud, la equidad y la sostenibilidad.

El modelo representa la distribución del bienestar dentro de una población mediante una curva de frecuencia. Sobre ella se identifican tres zonas conceptuales que permiten interpretar la relación entre recursos, capacidades humanas y resultados en salud.

El **Umbral de Dignidad** delimita el nivel mínimo de recursos, oportunidades y capacidades necesario para desarrollar una vida saludable y participar plenamente en la sociedad. Situarse por debajo de este umbral implica privaciones evitables relacionadas con la salud, la alimentación, la educación, la vivienda, el empleo o la participación social.

Entre este umbral y el **Umbral de Alerta por Concentración** se sitúa el **Espacio de Bienestar en Equidad Sostenible**. En esta zona, las personas disponen de recursos suficientes para desarrollar plenamente sus capacidades sin que la acumulación excesiva genere desequilibrios sociales o ambientales. Este espacio constituye la referencia hacia la que deberían orientarse las políticas públicas: una prosperidad compartida compatible con la innovación, la solidaridad, la salud y el respeto a los límites ecológicos.

Figura 1. Espacio de Bienestar en Equidad Sostenible.

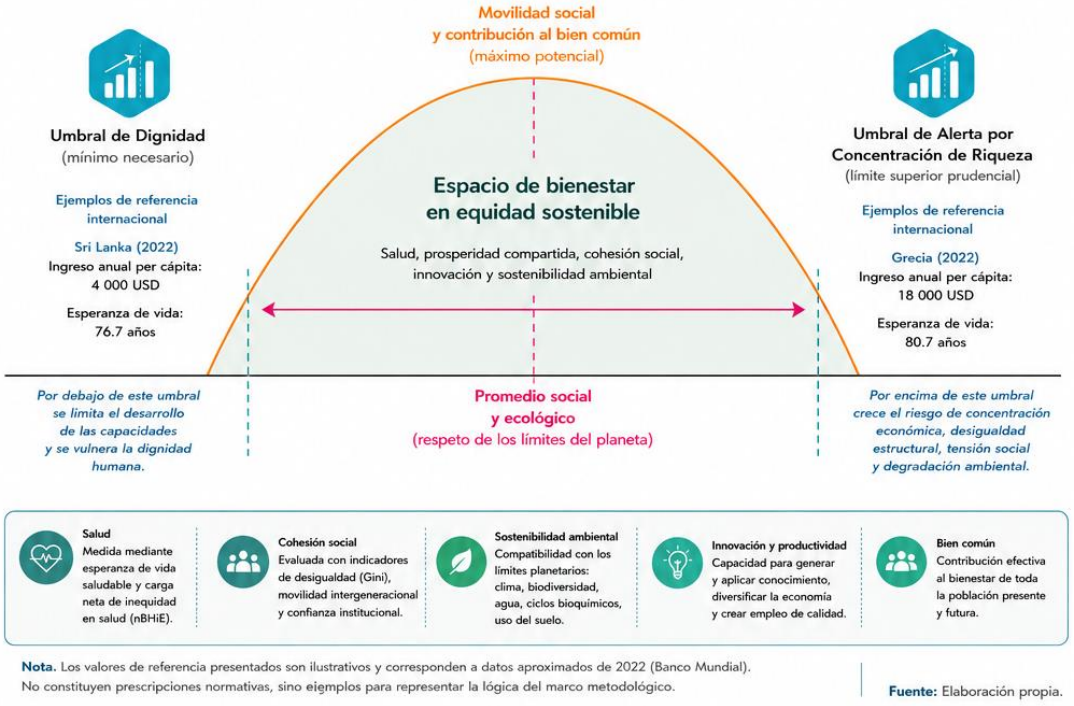
3. El espacio de bienestar en equidad sostenible

La hipótesis central de la Equidad Sostenible propone que las sociedades alcanzan su mayor potencial de desarrollo cuando la distribución de ingresos y patrimonio se sitúa dentro de un intervalo óptimo delimitado por dos umbrales complementarios: un mínimo necesario para garantizar la dignidad y un máximo prudencial a partir del cual la concentración de riqueza puede generar efectos adversos sobre la equidad, la cohesión social y la sostenibilidad ambiental.

Este intervalo define el ***espacio de bienestar en equidad sostenible*** (Figura 1): la región bajo la curva de equidad donde la sociedad logra simultáneamente altos niveles de salud, prosperidad compartida, innovación, cohesión social y respeto a los límites planetarios. Por debajo del Umbral de Dignidad e produce exclusión y privación; por encima del Umbral de Alerta por Concentración de Riqueza crecen los riesgos de desigualdad estructural, tensión social y degradación ambiental.

Figura **1. El espacio de bienestar en equidad sostenible**

La salud, la prosperidad compartida y la sostenibilidad alcanzan su máximo potencial en un intervalo óptimo entre dos umbrales: *el Umbral de Dignidad y el Umbral de Alerta* por Concentración de Riqueza.



Nota. Los valores de referencia presentados son ilustrativos y corresponden a datos aproximados de 2022 (Banco Mundial). No constituyen prescripciones normativas, sino ejemplos para representar la lógica del marco metodológico.

Fuente: Elaboración propia.

4. Metodología de Equidad Sostenible: dimensiones, indicadores y fuentes de datos

La metodología SHEM se estructura en cinco dimensiones interrelacionadas que reflejan los determinantes y resultados del desarrollo sostenible (Tabla 1). Para cada dimensión se seleccionan indicadores cuantitativos y cualitativos validados internacionalmente, con disponibilidad periódica y desagregación suficiente para el análisis de inequidades.

Los indicadores se normalizan en una escala común (0–1) donde 1 representa el mejor desempeño posible observado internacionalmente o el cumplimiento del estándar propuesto. La integración de las dimensiones produce el Índice de Equidad Sostenible (IES), cuyo valor se sitúa entre 0 y 1, y permite el seguimiento temporal y las comparaciones internacionales.

La selección específica de indicadores, sus definiciones operativas, métodos de cálculo y fuentes de datos se detallan en el Anexo 1.

5. Hipótesis de la Equidad Sostenible

Existe un intervalo óptimo de distribución del ingreso y del patrimonio dentro del cual una sociedad maximiza simultáneamente la salud poblacional, la prosperidad compartida, la innovación y la sostenibilidad ambiental. Tanto la privación extrema como la concentración excesiva de riqueza reducen ese potencial de desarrollo.

De esta hipótesis se derivan tres proposiciones contrastables:

1) Por debajo del Umbral de Dignidad, aumentan la carga de inequidad en salud, la exclusión social y la inestabilidad económica.
2) Dentro del espacio de bienestar en equidad sostenible, mejoran la salud, la movilidad social, la productividad y la resiliencia ambiental.
3) Por encima del Umbral de Alerta por Concentración de Riqueza, se incrementan la desigualdad estructural, la captura de instituciones, la tensión social y el riesgo ecológico.

Estas proposiciones se ponen a prueba mediante análisis empíricos que relacionan los indicadores de distribución con los resultados en salud, educación, innovación y sostenibilidad ambiental.

Por encima del Umbral de Alerta por Concentración pueden aparecer situaciones en las que la acumulación de recursos, oportunidades o poder deja de traducirse proporcionalmente en bienestar colectivo y comienza a favorecer desigualdades crecientes, pérdida de cohesión social o un uso no sostenible de los recursos naturales. El modelo no pretende fijar límites rígidos de renta o patrimonio, sino ofrecer una herramienta analítica para identificar cuándo la concentración puede comprometer la equidad y la sostenibilidad (12,13).

Uno de los elementos diferenciales del SHEM consiste en desplazar el foco desde la distribución de los recursos hacia la **capacidad de transformarlos en bienestar**. En este contexto, la salud se considera un indicador sintético del funcionamiento del conjunto del sistema social, al reflejar de manera acumulativa la influencia de factores económicos, educativos, ambientales, culturales e institucionales.

Para facilitar esta evaluación, la metodología incorpora la **Carga Neta de Inequidad en Salud (Net Burden of Health Inequity, nBHiE)**, un indicador destinado a estimar el exceso de mortalidad y pérdida de salud asociado a desigualdades evitables, tomando como referencia poblaciones que han alcanzado elevados niveles de bienestar, equidad y sostenibilidad (9,10).

Una característica especialmente relevante de la metodología es que puede aplicarse tanto a comparaciones internacionales como a diferentes escalas territoriales dentro de un mismo país. Provincias, municipios o comunidades pueden analizarse utilizando el mismo marco conceptual, identificando aquellos territorios que logran mejores resultados en salud y bienestar con un uso eficiente y sostenible de los recursos disponibles.

Desde esta perspectiva, la equidad deja de entenderse únicamente como un criterio distributivo y pasa a concebirse como una **propiedad dinámica de los sistemas sociales**, resultado de la interacción entre capacidades humanas, calidad institucional, participación comunitaria, sostenibilidad ambiental, innovación y orientación del conocimiento hacia el bien común.

La Equidad Sostenible no propone un modelo económico único ni prescribe soluciones universales. Constituye un marco científico abierto que permite comparar experiencias, favorecer el aprendizaje compartido y apoyar la toma de decisiones mediante evidencia, respetando siempre la diversidad cultural, institucional y política de cada sociedad.

Aplicación de la metodología: referencias de Equidad Sostenible y evaluación de políticas públicas

La utilidad de un marco conceptual depende de su capacidad para orientar la acción. En este sentido, la metodología de **Equidad Sostenible (SHEM)** propone un sistema de evaluación destinado a apoyar la toma de decisiones mediante la integración de indicadores de salud, equidad, sostenibilidad y desarrollo humano, permitiendo identificar aquellas políticas que transforman con mayor eficacia los recursos —locales y compartidos globalmente— en bienestar para la población (9–13).

El enfoque parte de un principio fundamental: las sociedades no deberían evaluarse únicamente por la magnitud de sus recursos, sino por la forma en que estos se convierten en oportunidades reales para las personas. La salud, la esperanza de vida, la mortalidad evitable, la educación, la seguridad alimentaria, la calidad ambiental, la cohesión social, la participación comunitaria y la confianza institucional constituyen expresiones complementarias de esa capacidad de transformación (1–6).

La metodología propone identificar **referencias de Equidad Sostenible** mediante el análisis comparativo de territorios que alcanzan elevados niveles de bienestar utilizando los recursos de forma eficiente, equitativa y ambientalmente responsable. Estas referencias no representan modelos ideales ni recetas universales, sino experiencias que permiten comprender qué factores favorecen mejores resultados y cuáles pueden adaptarse a otros contextos.

A escala internacional, estas comparaciones facilitan identificar países que combinan altos niveles de salud y desarrollo humano con una utilización responsable de los recursos y una contribución positiva a los bienes públicos globales. El objetivo no es elaborar clasificaciones, sino comprender qué políticas, instituciones y dinámicas sociales fortalecen simultáneamente el bienestar de la población y la sostenibilidad del planeta (4–7,11).

La metodología adquiere una especial utilidad cuando se aplica al análisis territorial dentro de un mismo país. Provincias, municipios o comunidades comparten un marco institucional y cultural semejante, lo que permite comparar con mayor precisión cómo diferentes formas de organización, participación, innovación y gestión de los recursos influyen sobre la salud y el bienestar de la población.

Desde esta perspectiva, resulta posible identificar **municipios de referencia** que alcanzan buenos resultados sanitarios y sociales con recursos relativamente modestos y una gestión eficiente y sostenible del patrimonio natural. Estos municipios representan ejemplos del **Espacio de Bienestar en Equidad Sostenible** y constituyen una fuente de aprendizaje para otros territorios.

La comparación con estas referencias permite distinguir, entre otras, cuatro situaciones:

- **Municipios situados en el Espacio de Bienestar en Equidad Sostenible**, que pueden compartir experiencias exitosas de gobernanza, participación e innovación.
- **Municipios con recursos suficientes pero resultados inferiores a los esperados**, donde el análisis puede revelar oportunidades de mejora en eficiencia, coordinación institucional o participación comunitaria.
- **Municipios situados por debajo del Umbral de Dignidad**, donde resulta prioritario fortalecer las capacidades productivas, los servicios públicos esenciales y las oportunidades de desarrollo humano.
- **Municipios con abundantes recursos pero niveles de bienestar relativamente bajos**, lo que evidencia que la disponibilidad de recursos, por sí sola, no garantiza mejores resultados si no existen instituciones eficaces, cohesión social y una adecuada orientación de las políticas públicas.

Esta clasificación no pretende establecer jerarquías, sino favorecer un proceso permanente de aprendizaje basado en la evidencia. Cada territorio puede aportar experiencias útiles para otros, fortaleciendo redes de cooperación, intercambio de conocimientos e innovación institucional.

En Cuba, este enfoque resulta especialmente coherente con el creciente protagonismo del desarrollo local y municipal, así como con la tradición de planificación participativa y articulación entre instituciones científicas, gobiernos locales y comunidades. Centros como el **Centro de Desarrollo Local y Comunitario (CEDEL)**, junto con universidades, centros de investigación y organismos públicos, reúnen condiciones especialmente favorables para desarrollar metodologías participativas de evaluación que integren salud, equidad, sostenibilidad y desarrollo territorial (14–17).

Más allá de la evaluación, la principal aportación del SHEM consiste en fortalecer la capacidad de aprendizaje de las instituciones. La evidencia científica deja de utilizarse únicamente para medir resultados y pasa a convertirse en una herramienta para comprender por qué determinadas políticas generan mejores condiciones de vida, cómo pueden adaptarse a otros contextos y de qué manera la participación ciudadana puede enriquecer continuamente ese proceso.

En consecuencia, la Equidad Sostenible propone una metodología orientada no solo al diagnóstico, sino también al aprendizaje colectivo, la innovación institucional y la mejora continua de las políticas públicas, fortaleciendo simultáneamente la salud, la justicia social, la resiliencia territorial y la sostenibilidad ambiental.

Fortalecimiento de las políticas públicas mediante la Equidad Sostenible: una contribución desde la experiencia cubana

La utilidad de una metodología de evaluación depende de su capacidad para contribuir a la mejora continua de las políticas públicas. En este sentido, la Equidad Sostenible propone un enfoque orientado a fortalecer la coherencia entre las decisiones económicas, sociales, fiscales, ambientales y sanitarias, evaluando su contribución conjunta al bienestar de la población (9–13).

Este enfoque parte del reconocimiento de que las políticas públicas no actúan de forma aislada. La salud, la educación, la producción de alimentos, la vivienda, el empleo, la protección ambiental, la fiscalidad, la innovación, el desarrollo local o la planificación territorial forman parte de un mismo sistema, cuyos efectos se manifiestan finalmente en la calidad y la esperanza de vida de las personas (1–6).

En el caso de Cuba, este planteamiento resulta especialmente pertinente por la prioridad histórica concedida a la justicia social, la solidaridad y el acceso universal a la salud y la educación, principios reconocidos en la Constitución de la República y presentes en las principales estrategias nacionales de desarrollo (14–18). Al mismo tiempo, el contexto contemporáneo plantea desafíos relacionados con la productividad, la seguridad alimentaria, la transición demográfica, el acceso a tecnologías, la disponibilidad de medicamentos, la resiliencia frente al cambio climático y la inserción en una economía mundial cada vez más basada en el conocimiento.

La Equidad Sostenible propone contribuir a estos desafíos mediante herramientas de evaluación que permitan analizar de forma integrada el impacto de las políticas públicas sobre la salud y el bienestar. Más que valorar sectores de manera independiente, el enfoque propone identificar cómo interactúan entre sí y cuáles generan mayores beneficios cuando actúan de forma coordinada.

Por ejemplo, las políticas dirigidas a fortalecer la producción agroalimentaria local pueden evaluarse no solo por su impacto económico, sino también por sus efectos sobre la nutrición, la prevención de enfermedades, la generación de empleo, la resiliencia territorial, la reducción de importaciones y la sostenibilidad ambiental. De manera similar, las políticas de innovación científica, desarrollo universitario o transformación digital pueden analizarse por su capacidad para incrementar la productividad, mejorar los servicios públicos y ampliar las oportunidades de desarrollo humano.

La metodología también permite valorar el papel de los instrumentos fiscales como mecanismos para favorecer la equidad y estimular comportamientos compatibles con el bien común. La fiscalidad deja de entenderse únicamente como una herramienta recaudatoria para convertirse en un instrumento de orientación del desarrollo, capaz de incentivar la innovación, la producción sostenible, la economía local, la protección del patrimonio natural y la reducción de desigualdades evitables, de acuerdo con las prioridades definidas soberanamente por cada país.

En este marco, la participación de los gobiernos municipales adquiere una importancia creciente. La proximidad a las comunidades facilita identificar necesidades específicas, promover soluciones adaptadas al contexto local y favorecer procesos participativos que fortalezcan la corresponsabilidad entre ciudadanía e instituciones. La metodología SHEM propone que los indicadores de salud, equidad y sostenibilidad formen parte de estos procesos de planificación y evaluación, facilitando el aprendizaje entre municipios y la difusión de buenas prácticas.

Una oportunidad especialmente relevante consiste en consolidar capacidades institucionales dedicadas al análisis integrado de la equidad. La experiencia acumulada en Cuba en materia de investigación, planificación y desarrollo local, junto con iniciativas impulsadas desde el Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente (CITMA) y la cooperación entre universidades, centros de investigación y administraciones territoriales, ofrece una base sólida para seguir fortaleciendo este campo. En este contexto, una Unidad de Equidad Sostenible, dotada de capacidades técnicas, recursos humanos y cooperación científica nacional e internacional, podría contribuir al desarrollo de sistemas de monitorización, análisis prospectivo y evaluación de políticas públicas, apoyando la toma de decisiones mediante evidencia científica y favoreciendo la articulación entre los distintos niveles de gobierno.

Este enfoque resulta plenamente coherente con la tradición cubana de planificación basada en el interés público y con el creciente protagonismo del desarrollo local. Su finalidad no es sustituir los mecanismos existentes, sino aportar herramientas complementarias que faciliten la evaluación integrada de las políticas públicas, el aprendizaje institucional y la mejora continua de los resultados en salud, equidad y sostenibilidad.

En definitiva, la Equidad Sostenible propone avanzar hacia sistemas de gobernanza en los que la evidencia científica, la participación social y la cooperación entre instituciones permitan fortalecer progresivamente las capacidades humanas, la cohesión social y el bienestar colectivo. Más que un instrumento de medición, constituye una herramienta para favorecer decisiones públicas cada vez más coherentes con los principios de justicia social, solidaridad y sostenibilidad.

Conocimiento, inteligencia artificial y bienes públicos globales: una nueva dimensión de la Equidad Sostenible

La acelerada expansión del conocimiento científico y tecnológico constituye una de las principales características del siglo XXI. La inteligencia artificial, la biotecnología, la ciencia de datos, la digitalización y las nuevas formas de comunicación están modificando profundamente la producción, la educación, la salud y la organización de las sociedades. Estas transformaciones ofrecen oportunidades extraordinarias para mejorar el bienestar humano, pero también plantean importantes desafíos relacionados con la concentración del conocimiento, el acceso desigual a las tecnologías y la gobernanza de la innovación (7,19–22).

Desde la perspectiva de la Equidad Sostenible, el conocimiento representa uno de los principales **bienes públicos globales**. Su valor trasciende las fronteras nacionales y aumenta cuando puede compartirse, adaptarse y utilizarse para fortalecer la salud, la educación, la sostenibilidad ambiental y las capacidades humanas. A diferencia de muchos recursos materiales, el conocimiento puede multiplicar sus beneficios mediante la cooperación, el aprendizaje colectivo y la innovación abierta.

Esta visión amplía el concepto tradicional de recursos para el desarrollo. Las sociedades no dependen únicamente de su patrimonio natural, económico o institucional, sino también de su capacidad para acceder, generar, compartir y aplicar conocimientos procedentes de redes nacionales e internacionales de cooperación científica. En un mundo crecientemente interdependiente, el bienestar depende tanto de los recursos propios como de la participación responsable en la creación y protección de bienes públicos globales.

En este contexto, la inteligencia artificial constituye una herramienta de enorme potencial para apoyar la investigación biomédica, la planificación sanitaria, la agricultura sostenible, la gestión ambiental, la educación personalizada y la evaluación de políticas públicas. Sin embargo, sus beneficios dependerán de los principios éticos que orienten su desarrollo y utilización. La cuestión central ya no consiste únicamente en disponer de tecnologías más avanzadas, sino en garantizar que estas contribuyan efectivamente al bienestar colectivo, a la equidad y a la sostenibilidad (7,20,21).

La Recomendación de la UNESCO sobre la Ética de la Inteligencia Artificial subraya la importancia de desarrollar sistemas transparentes, inclusivos y orientados a los derechos humanos. La Equidad Sostenible comparte plenamente esta orientación y propone incorporar la evaluación de los impactos sociales, sanitarios y ambientales de la inteligencia artificial como parte de las políticas públicas, favoreciendo aplicaciones que fortalezcan la salud, reduzcan desigualdades y amplíen las oportunidades de las personas (7).

Este enfoque resulta igualmente aplicable a otros bienes públicos globales. La estabilidad climática, la biodiversidad, la prevención de pandemias, el conocimiento científico abierto, la paz y la cooperación internacional constituyen recursos compartidos cuyo mantenimiento requiere responsabilidades comunes, aunque diferenciadas según las capacidades y circunstancias de cada sociedad (4,6,20–23).

En este sentido, la Equidad Sostenible propone comprender el desarrollo como un proceso cooperativo de creación de valor compartido. La prosperidad deja de depender exclusivamente de la acumulación de recursos materiales y pasa a apoyarse cada vez más en la capacidad de las sociedades para generar confianza, compartir conocimiento, fortalecer instituciones, proteger el patrimonio natural y contribuir activamente a los bienes públicos globales.

Esta perspectiva resulta especialmente pertinente para países con elevados niveles de capital humano, tradición científica y fuertes sistemas públicos de salud y educación. La experiencia cubana demuestra que la formación de profesionales, la investigación biomédica, la cooperación sanitaria y el compromiso con el acceso universal al conocimiento pueden constituir activos estratégicos de gran valor, tanto para el desarrollo nacional como para la cooperación internacional. Fortalecer estas capacidades mediante nuevas formas de innovación, colaboración científica y transformación digital representa una oportunidad para seguir ampliando su contribución al bienestar colectivo.

En consecuencia, la Equidad Sostenible propone que la evaluación del desarrollo incorpore progresivamente indicadores relacionados con la producción y difusión del conocimiento, la innovación orientada al bien común, la cooperación científica, la gobernanza ética de las tecnologías emergentes y la contribución a los bienes públicos globales. De este modo, el conocimiento deja de entenderse únicamente como un factor de competitividad económica para convertirse en un instrumento al servicio de la dignidad humana, la solidaridad entre generaciones y la armonía con el planeta.

La Equidad Sostenible como marco para el aprendizaje compartido, la cooperación internacional y los bienes públicos globales

Los grandes desafíos del siglo XXI —el cambio climático, las pandemias, la transición demográfica, la seguridad alimentaria, las migraciones, la transformación digital y la gobernanza de la inteligencia artificial— trascienden las fronteras nacionales y ponen de manifiesto la creciente interdependencia entre sociedades (4,6,21–24). Ningún país, con independencia de su nivel de desarrollo, dispone por sí solo de todos los recursos y conocimientos necesarios para afrontarlos de forma eficaz y sostenible.

En este contexto, la Equidad Sostenible propone ampliar el concepto de cooperación internacional, pasando de una lógica basada principalmente en la transferencia de recursos hacia otra centrada en el **aprendizaje compartido, la corresponsabilidad y la generación de bienes públicos globales**. Todas las sociedades poseen fortalezas que pueden aportar al bienestar común y todas pueden beneficiarse del intercambio de conocimientos, experiencias e innovaciones desarrolladas en otros contextos.

Este planteamiento supone desplazar el centro del debate desde la comparación entre modelos políticos o económicos hacia la evaluación de los resultados que estos generan sobre la salud, la equidad, la sostenibilidad y el desarrollo de las capacidades humanas. Más que preguntarse qué sistema es superior, la cuestión pasa a ser **qué políticas permiten transformar mejor los recursos —locales y globales— en bienestar compartido, respetando simultáneamente la dignidad humana y los límites ecológicos**.

Desde esta perspectiva, la cooperación internacional deja de concebirse como una relación unidireccional entre donantes y receptores para entenderse como una **red horizontal de aprendizaje mutuo**, en la que la diversidad de experiencias constituye una fuente permanente de innovación. Este enfoque resulta coherente con la evolución de la cooperación Sur-Sur, la cooperación triangular y las nuevas alianzas para el desarrollo impulsadas por las Naciones Unidas (4,23,24).

La Equidad Sostenible propone asimismo reforzar la orientación de la cooperación hacia la protección y generación de bienes públicos globales. La estabilidad climática, la biodiversidad, la paz, la salud pública, el conocimiento científico abierto y la gobernanza ética de las tecnologías emergentes representan patrimonios compartidos cuyo mantenimiento beneficia a toda la humanidad y requiere formas cada vez más sólidas de colaboración internacional (6,7,21–24).

En este sentido, diversos trabajos han planteado la conveniencia de evolucionar hacia marcos de cooperación que otorguen mayor protagonismo al fortalecimiento del desarrollo local, la economía territorial, la innovación abierta, los derechos sociales universales y la financiación de bienes públicos globales, promoviendo un equilibrio más amplio entre competencia y colaboración, entre eficiencia económica y justicia social, y entre las prioridades nacionales y las responsabilidades compartidas frente a los desafíos comunes (25,26).

Esta visión no implica sustituir los mecanismos actuales de cooperación, sino complementarlos mediante herramientas que permitan evaluar su contribución efectiva al bienestar humano. La Equidad Sostenible propone que la cooperación internacional incorpore indicadores capaces de valorar no solo los recursos financieros movilizados, sino también su impacto sobre la salud, la reducción de desigualdades, el fortalecimiento institucional, la resiliencia territorial, la innovación compartida y la protección del patrimonio natural.

En este marco, la experiencia de Cuba ofrece elementos de gran interés para la comunidad internacional. Su compromiso histórico con la salud pública universal, la educación, la cooperación médica, la formación de profesionales y la solidaridad entre pueblos constituye una aportación reconocida al desarrollo humano. Al mismo tiempo, los desafíos contemporáneos que enfrenta, comunes en distinta medida a numerosos países, invitan a seguir fortaleciendo herramientas de evaluación que favorezcan la innovación, el desarrollo local, la sostenibilidad económica y el bienestar colectivo, siempre desde el pleno respeto a la soberanía nacional y a las prioridades definidas por las instituciones y la sociedad cubanas.

Desde esta perspectiva, la cooperación científica adquiere una importancia creciente. Universidades, centros de investigación, organismos internacionales, administraciones públicas y comunidades locales pueden contribuir conjuntamente al desarrollo de indicadores, metodologías participativas y sistemas de inteligencia colectiva que fortalezcan la capacidad de las políticas públicas para aprender de la experiencia y adaptarse a contextos cambiantes.

En definitiva, la Equidad Sostenible aspira a consolidarse como un marco abierto de cooperación científica internacional, orientado no a homogeneizar modelos de desarrollo, sino a facilitar el aprendizaje compartido entre sociedades diversas. Su propósito último es contribuir a que el conocimiento, la innovación, la economía y la cooperación internacional se orienten progresivamente hacia la generación de bienestar compartido, la protección de los bienes públicos globales y el fortalecimiento de las capacidades humanas en evolución.

Discusión

La Equidad Sostenible se sitúa en la convergencia de diversas corrientes contemporáneas sobre desarrollo humano, salud pública, economía del bienestar y sostenibilidad. Comparte con el enfoque de capacidades de Sen y Nussbaum la importancia de ampliar las oportunidades reales de las personas; con la Comisión sobre Determinantes Sociales de la Salud de la Organización Mundial de la Salud, la comprensión de la salud como resultado de múltiples factores sociales; con los Objetivos de Desarrollo Sostenible, la integración de las dimensiones económica, social y ambiental; y con la economía ecológica y la teoría de los límites planetarios, el reconocimiento de la necesidad de respetar la capacidad de regeneración de los ecosistemas (1–7).

La principal aportación de la Equidad Sostenible consiste en integrar estas perspectivas dentro de un único marco orientado a la evaluación de políticas públicas. Frente a enfoques centrados predominantemente en el crecimiento económico, la distribución de la renta o el desarrollo humano por separado, la metodología propone analizar la capacidad de las sociedades para transformar, de forma eficiente, solidaria y sostenible, los recursos territoriales y los bienes públicos globales compartidos en salud, bienestar y desarrollo de las capacidades humanas.

Este cambio de perspectiva desplaza el foco desde la disponibilidad de recursos hacia la calidad de su utilización. La eficiencia de un sistema deja de medirse únicamente por su capacidad para generar riqueza y pasa a evaluarse también por su capacidad para convertir dicha riqueza, junto con el conocimiento, la cooperación y el capital social, en vidas más largas, saludables, libres, creativas y participativas.

La incorporación del concepto de **Espacio de Bienestar en Equidad Sostenible** constituye otra aportación metodológica relevante. Este concepto proporciona una referencia para analizar simultáneamente la suficiencia de recursos, la equidad en su distribución y la sostenibilidad de los procesos de desarrollo, facilitando una interpretación integrada de los resultados obtenidos por diferentes territorios.

La metodología presenta además la ventaja de poder aplicarse a distintas escalas de análisis. Aunque las comparaciones internacionales continúan siendo de gran utilidad, la aplicación a provincias, municipios y comunidades permite identificar experiencias de referencia dentro de contextos institucionales comparables y favorecer procesos continuos de aprendizaje entre territorios.

En este sentido, el enfoque adquiere una especial relevancia para el fortalecimiento del desarrollo local. La identificación de municipios que alcanzan elevados niveles de bienestar con recursos limitados, así como de aquellos que presentan oportunidades de mejora en eficiencia, equidad o sostenibilidad, permite orientar con mayor precisión la planificación pública y favorecer procesos de cooperación horizontal entre gobiernos locales, universidades y comunidades.

La incorporación del conocimiento, la inteligencia artificial y los bienes públicos globales amplía asimismo el alcance de la metodología hacia desafíos característicos del siglo XXI. El desarrollo deja de depender exclusivamente de la acumulación de recursos materiales y pasa a apoyarse crecientemente en la capacidad de generar conocimiento, compartir innovación y cooperar para proteger bienes comunes como la salud global, la estabilidad climática, la biodiversidad o la gobernanza ética de las tecnologías emergentes.

Como toda propuesta metodológica en desarrollo, la Equidad Sostenible presenta limitaciones que deberán abordarse mediante futuras investigaciones. Será necesario continuar perfeccionando los indicadores, validar empíricamente los umbrales del Espacio de Bienestar en Equidad Sostenible, desarrollar metodologías participativas para su aplicación territorial y ampliar la disponibilidad de datos comparables entre distintos contextos nacionales y locales.

Estas limitaciones no constituyen una debilidad, sino una característica inherente a toda metodología científica abierta. En consonancia con la tradición de la investigación científica, la Equidad Sostenible se concibe como un marco dinámico, susceptible de ser contrastado, enriquecido y perfeccionado mediante nuevas evidencias, experiencias y aportaciones procedentes de diferentes disciplinas y regiones del mundo (8).

Finalmente, la metodología propone superar la tradicional dicotomía entre crecimiento económico y redistribución, incorporando una tercera dimensión: **la capacidad transformadora de las sociedades**. El progreso deja de evaluarse únicamente por lo que una sociedad produce o distribuye y pasa a valorarse por la medida en que consigue convertir los recursos disponibles, propios y compartidos, en bienestar sostenible, fortaleciendo simultáneamente la justicia social, las capacidades humanas, la cooperación y la armonía con el planeta.

Conclusiones

La Equidad Sostenible propone un marco conceptual y metodológico para evaluar el desarrollo desde una perspectiva integrada que articula salud, equidad, sostenibilidad ambiental y fortalecimiento de las capacidades humanas. Su principal aportación consiste en ofrecer herramientas que permitan comprender cómo las sociedades transforman, de manera eficiente, solidaria y sostenible, tanto sus recursos territoriales como los bienes públicos globales compartidos en bienestar para las generaciones presentes y futuras.

A diferencia de aproximaciones centradas exclusivamente en el crecimiento económico o en la distribución de la renta, esta metodología sitúa en el centro del análisis la capacidad transformadora de las políticas públicas. La salud, entendida como resultado integrado de factores sociales, económicos, ambientales e institucionales, constituye una referencia privilegiada para evaluar esa capacidad y orientar procesos de mejora continua.

La metodología puede aplicarse tanto a comparaciones internacionales como al análisis de provincias, municipios y comunidades, favoreciendo la identificación de experiencias de referencia y el aprendizaje compartido entre territorios. Desde esta perspectiva, la evaluación deja de ser un ejercicio de clasificación para convertirse en un instrumento de cooperación, innovación institucional y fortalecimiento de las capacidades locales.

La experiencia de Cuba ofrece una contribución especialmente valiosa a este enfoque. Su trayectoria en salud pública, educación, solidaridad y cooperación internacional demuestra la importancia de situar la dignidad humana en el centro del desarrollo. Los desafíos actuales invitan a seguir fortaleciendo estos principios mediante nuevas herramientas de evaluación, innovación, desarrollo local y generación de conocimiento, preservando siempre la soberanía nacional y el protagonismo de las instituciones y de la sociedad cubanas.

En un mundo caracterizado por una creciente interdependencia, el progreso dependerá cada vez más de la capacidad para compartir conocimientos, proteger los bienes públicos globales y orientar la ciencia, la economía y la inteligencia artificial hacia el bien común. En este contexto, la Equidad Sostenible pretende ofrecer un lenguaje común que facilite el diálogo entre disciplinas, instituciones y países, favoreciendo la construcción colectiva de soluciones adaptadas a contextos diversos.

El presente trabajo constituye una propuesta abierta al debate científico y al perfeccionamiento continuo. Futuras investigaciones podrán profundizar en el desarrollo conceptual del marco, validar empíricamente sus indicadores, ampliar las metodologías participativas y explorar nuevas aplicaciones en la planificación, la cooperación internacional y la evaluación de políticas públicas.

Como criterio general, la Equidad Sostenible propone valorar el desarrollo no por la cantidad de recursos que una sociedad posee, sino por su capacidad para transformarlos, de forma justa y sostenible, en vidas más largas, saludables, libres, creativas y solidarias.

El mayor progreso de una sociedad no consiste en acumular más recursos, sino en ampliar, de forma solidaria y sostenible, las capacidades humanas para cuidar de las personas, de las generaciones futuras y del planeta que compartimos.

Agradecimientos – El autor expresa su más profundo agradecimiento al **pueblo cubano**, cuya perseverancia durante décadas en la defensa de la salud, la educación, la solidaridad, la cooperación entre los pueblos y la justicia social ha constituido una fuente permanente de inspiración para este trabajo. Desea reconocer asimismo la generosa acogida recibida a lo largo de los años por profesionales, investigadores, estudiantes, comunidades e instituciones cubanas, con quienes ha tenido la oportunidad de compartir experiencias de investigación, docencia, cooperación y desarrollo local. Ese intercambio ha contribuido decisivamente a la evolución del concepto de **Equidad Sostenible**. El autor agradece especialmente la colaboración y el estímulo intelectual de universidades, centros de investigación y organizaciones cubanas comprometidas con la salud pública, el desarrollo territorial, la ciencia y la innovación, entre ellas la **Escuela Latinoamericana de Medicina (ELAM)**, la **Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas**, la **Universidad Agraria de La Habana**, el **Centro de Desarrollo Local y Comunitario (CEDEL)**, así como otras instituciones con las que ha tenido el privilegio de colaborar. Expresa igualmente su reconocimiento a los colegas internacionales del **Sustainable Health Equity Movement (SHEM)** y a todas las personas que, desde diferentes disciplinas y países, contribuyen a fortalecer una visión del desarrollo basada en la evidencia científica, la cooperación y el bien común. Finalmente, el autor agradece el apoyo de herramientas de inteligencia artificial, utilizadas como asistencia para la revisión ortográfica. La concepción científica, las ideas, la interpretación de la evidencia y las conclusiones presentadas son responsabilidad exclusiva del autor.

Financiación – Este trabajo no ha recibido financiación específica de organismos públicos, entidades privadas ni organizaciones sin ánimo de lucro.

Conflicto de intereses – El autor declara que no existen conflictos de interés financieros, profesionales o institucionales relacionados con la elaboración y publicación de este trabajo.

Contribución del autor – Juan Garay concibió el estudio, desarrolló el marco conceptual y metodológico de la Equidad Sostenible, realizó la revisión de la literatura científica e integró las diferentes secciones del manuscrito.

Disponibilidad de datos – Este artículo presenta un marco conceptual y metodológico basado en literatura científica previamente publicada y en investigaciones desarrolladas por el autor. No se han generado conjuntos de datos originales para este estudio.

Nota para la versión preprint – Versión preprint para comentarios académicos y científicos (julio de 2026). Este manuscrito presenta una propuesta conceptual y metodológica actualmente en desarrollo. Su finalidad es estimular el diálogo interdisciplinario sobre la evaluación del desarrollo humano, la salud, la equidad y la sostenibilidad, así como favorecer la colaboración entre investigadores, instituciones y responsables de políticas públicas. El autor agradecerá sinceramente las observaciones, sugerencias y críticas constructivas que contribuyan a fortalecer el rigor científico, la utilidad práctica y el desarrollo futuro de la metodología de **Equidad Sostenible (Sustainable Health Equity Movement, SHEM)**. Enviar comentarios a juanegaray@gmail.com

Referencias

1. Sen A. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press; 1999.

2. Nussbaum MC. *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. Cambridge (MA): Harvard University Press; 2011.

3. World Health Organization. *Closing the Gap in a Generation: Health Equity Through Action on the Social Determinants of Health*. Geneva: WHO; 2008.

4. United Nations. *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations; 2015.

5. Raworth K. *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. London: Random House Business Books; 2017.

6. Rockström J, Steffen W, Noone K, Persson Å, Chapin FS III, Lambin EF, et al. A safe operating space for humanity. *Nature*. 2009;461:472–475.

7. UNESCO. *Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence*. Paris: UNESCO; 2021.

8. World Health Organization Council on the Economics of Health for All. *Health for All: Transforming Economies to Deliver What Matters*. Geneva: WHO; 2023.

9. Garay J. *From Equality to Sustainable Health Equity*. *PEAH – Policies for Equitable Access to Health*. 2017.

10. Garay J. *Net Burden of Health Inequity (nBHiE): methodological framework*. *(Completar referencia definitiva.)*

11. Garay J. *Identifying International Sustainable Health Models*. *PEAH*. 2024.

12. Garay J. *Distribution into a Normal Bell Curve Based on Equity*. *PEAH*. 2024.

13. Garay J. *Enough is Enough and More is Too Much*. *PEAH*. 2024.

14. República de Cuba. *Constitución de la República de Cuba*. Gaceta Oficial de la República de Cuba. La Habana; 2019.

15. Garay J. *Empathetic Local Governance, Ecosystem-friendly Production and Consumption and Circular Economy*. *PEAH*. 2024.

16. Centro de Desarrollo Local y Comunitario (CEDEL). Publicaciones sobre desarrollo local y comunitario. La Habana. *(Completar referencias específicas citadas.)*

17. Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente (CITMA). Documentos estratégicos sobre ciencia, innovación, medio ambiente y desarrollo territorial. *(Completar edición utilizada.)*

18. República de Cuba. *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030* (o el documento estratégico finalmente citado).

19. Garay J. *Artificial Intelligence for Sustainable Health Equity*. *PEAH*. 2025.

20. Garay J. *A New Political and Socio-economic Order is Urgently Needed and is Feasible*. *PEAH*. 2023.

21. World Health Organization. *Health for All: Transforming Economies to Deliver What Matters*. Geneva: WHO; 2023.

22. United Nations. *Pact for the Future*. New York: United Nations; 2024.

23. Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). *Sixth Assessment Report*. Geneva: IPCC; 2023.

24. United Nations. *Our Common Agenda*. New York: United Nations; 2021.

25. Garay J. *A Renewed International Cooperation Partnership Framework in the XXIst Century*. *PEAH*. 2023.

26. Garay J. *Seville 2025: 5% for War, 0.25% for Life*. *PEAH*. 2025.

27. Popper KR. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Routledge; 1959.

Resposta ao surto de Ebola e governança de saúde: desafios e cooperação regional

Respuesta al brote de Ébola y gobernanza de salud: desafíos y cooperación regional

Ebola outbreak response and health governance: challenges and regional cooperation

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: O presente relatório detalha a resposta intensificada ao surto de Ébola, provocado pela estirpe Bundibugyo, na República Democrática do Congo e no Uganda, com foco central na província de Ituri. Sob a liderança do CDC África e da União Africana, foi mobilizada uma resposta de alto nível que resultou na criação da Equipa Continental de Apoio à Gestão de Incidentes em Kampala. Esta iniciativa visa fortalecer a coordenação transfronteiriça e a vigilância em 13 países considerados de alto risco. Apesar dos ganhos operacionais em termos de expansão laboratorial e rastreio de contatos, a transmissão do vírus continua a expandir-se a um ritmo superior à capacidade de resposta atual. Os desafios são agravados pela insegurança em Ituri, pelo deslocamento de 900.000 pessoas e por um défice financeiro de 18 milhões de dólares especificamente para ensaios clínicos de terapêuticas. A prioridade imediata é converter os compromissos financeiros, que superam os 518 milhões de dólares necessários, em apoio operacional rápido para as equipas no terreno. Um caso importado em França demonstrou a eficácia dos sistemas de alerta e a importância da cooperação internacional, mas reforçou a necessidade de vigilância global constante. Na região da SADC, a diplomacia de saúde procura fortalecer os sistemas nacionais através de parcerias com a OMS, focando em cuidados cirúrgicos e triagem de tuberculose em populações vulneráveis. Contudo, persiste uma dependência histórica de doadores externos e a ausência de uma agência de saúde regional dedicada na SADC, o que dificulta melhorias estruturais de longo prazo.

Palavras-chave: Ébola. Saúde Pública. Cooperação Internacional. Gestão de Emergências.

Resumen: *El informe detalla la respuesta intensificada al brote de Ébola, causado por la cepa Bundibugyo, en la República Democrática del Congo y Uganda, con un enfoque central en la provincia de Ituri. Bajo el liderazgo del CDC África y la Unión Africana, se ha movilizado una respuesta de alto nivel que resultó en la creación del Equipo Continental de Apoyo a la Gestión de Incidentes en Kampala. Esta iniciativa busca fortalecer la coordinación transfronteriza y la vigilancia en 13 países considerados de alto riesgo. A pesar de los avances operativos en cuanto a expansión de laboratorios y seguimiento de contactos, la transmisión del virus continúa expandiéndose a un ritmo superior a la capacidad de respuesta actual. Los desafíos se ven agravados por la inseguridad en Ituri, el desplazamiento de 900.000 personas y un déficit financiero de 18 millones de dólares específicamente para ensayos clínicos de terapias. La prioridad inmediata es convertir los compromisos financieros, que superan los 518 millones de dólares necesarios, en apoyo operativo rápido para los equipos en el terreno. Un caso importado en Francia demostró la eficacia de los sistemas de alerta y la importancia de la cooperación*

internacional, pero reforzó la necesidad de una vigilancia global constante. En la región de la SADC, la diplomacia de salud busca fortalecer los sistemas nacionales mediante alianzas con la OMS, centrándose en cuidados quirúrgicos y detección de tuberculosis en poblaciones vulnerables. Sin embargo, persiste una dependencia histórica de donantes externos y la falta de una agencia de salud regional dedicada en la SADC, lo que dificulta las mejoras estructurales a largo plazo.

***Palabras clave**: Ébola. Salud Pública. Cooperación Internacional. Gestión de Emergencias.*

***Abstract:** The report details the intensified response to the Ebola outbreak, caused by the Bundibugyo strain, in the Democratic Republic of the Congo and Uganda, with a primary focus on Ituri province. Under the leadership of Africa CDC and the African Union, a high-level response has been mobilized, resulting in the establishment of the Continental Incident Management Support Team in Kampala. This initiative aims to strengthen cross-border coordination and surveillance across 13 high-risk countries. Despite operational gains in laboratory expansion and contact tracing, virus transmission continues to spread at a rate exceeding the current response capacity. Challenges are compounded by insecurity in Ituri, the displacement of 900,000 people, and an-18-million-dollar funding gap specifically for therapeutic clinical trials. The immediate priority is to convert financial pledges, which exceed the required 518 million dollars, into rapid operational support for teams on the ground. An imported case in France demonstrated the effectiveness of alert systems and the importance of international cooperation, while underscoring the need for constant global vigilance. In the SADC region, health diplomacy seeks to strengthen national systems through partnerships with the WHO, focusing on surgical care and tuberculosis screening invulnerable populations. However, a historical dependence on external donors persists, alongside the absence of a dedicated regional health agency within SADC, which hinders long-term structural improvements.*

***Keywords:** Ebola. Public Health. International Cooperation. Emergency Management.*

Ébola – Atualizações e principais destaques

Relativamente à situação do surto, até 28 de junho, a OMS e o CDC África informam que ele continua a expandir-se a um ritmo que excede a capacidade de resposta atual, com uma transmissão sustentada de alta intensidade em curso em várias áreas críticas (*hotspots*).

Embora tenham sido alcançados ganhos operacionais importantes, incluindo a melhoria do acompanhamento de contatos, a expansão da capacidade descentralizada de laboratórios, o aumento da capacidade de tratamento e o reforço da coordenação transfronteiriça, o desempenho geral da resposta permanece abaixo do nível necessário para interromper rapidamente a transmissão.

O aumento contínuo de casos e mortes, a quase saturação das instalações de tratamento e a prontidão subótima de PCI (Prevenção e Controlo de Infeções) nas instalações de saúde sublinham a necessidade de um reforço operacional mais robusto, focado na contenção de pontos críticos, na deteção e isolamento rápidos de casos, na expansão dos serviços clínicos e laboratoriais descentralizados, no maior envolvimento comunitário e no reforço da vigilância transfronteiriça.

O caso importado notificado na França realça ainda mais o risco contínuo de propagação internacional e reforça a necessidade de uma mobilização regional e internacional sustentada,

incluindo a rápida operacionalização dos recursos prometidos e o apoio intensificado às atividades de resposta na linha da frente.

A DINÂMICA DO CDC ÁFRICA

Reunião de alto nível sobre resposta ao Ebola na República Democrática do Congo

No dia 23 de junho, o CDC África participou de uma reunião de alto nível na presença do Presidente do Burundi e Presidente *pro tempore* da União Africana, e do Presidente da República Democrática do Congo, juntamente com o Primeiro-Ministro da RDC, altos funcionários do governo e parceiros estratégicos, incluindo a OMS, o UNICEF e o OCHA.

A reunião analisou os progressos alcançados até o momento na resposta ao atual surto de Ebola, bem como os desafios críticos que continuam a afetar os esforços de resposta, particularmente na província de Ituri, o seu epicentro.

O CDC África elogiou o relatório apresentado pelo Ministro da Saúde e pelo Ministro da Comunicação, após a recente visita de ambos a Ituri. Eles relataram melhorias na adesão da comunidade às medidas de resposta e no manejo dos casos, ao mesmo tempo em que destacaram desafios significativos relacionados à insegurança e às necessidades humanitárias.

Quase 900.000 pessoas em campos de deslocados internos continuam sem acesso adequado a serviços de saúde essenciais, com a presença do Ebola também nesses cenários vulneráveis. O CDC África e o Ministério dos Assuntos Humanitários estão avaliando conjuntamente um montante estimado em 1,4 bilhão de dólares necessários para os próximos seis meses para fortalecer a resposta humanitária, apoiar o rastreamento de contatos e o isolamento, e manter os serviços essenciais de saúde.

O CDC África parabenizou a liderança do Presidente Félix Tshisekedi e saúda o seu compromisso de visitar Ituri, o que reflete o mais alto nível de engajamento político e liderança nacional em apoio à resposta ao surto.

O CDC África também felicitou o Presidente Évariste Ndayishimiye, na sua qualidade de Presidente *pro tempore* da União Africana, pela sua liderança contínua, incluindo a convocação da Cúpula de Chefes de Estado em 16 de junho, que ajudou a mobilizar a solidariedade e os recursos continentais para a resposta ao Ebola.

Durante a reunião, o Presidente Évariste Ndayishimiye encarregou o CDC África de finalizar o painel de monitoramento da resposta ao Ebola e de liderar o acompanhamento dos compromissos financeiros assumidos pelos parceiros. O CDC África colaborará estreitamente com os Estados-Membros, parceiros e atores humanitários para garantir a responsabilização, a coordenação e a prestação oportuna de apoio às comunidades afetadas.

Nesta declaração, o CDC África reitera o total empenho em apoiar o Governo da República Democrática do Congo e as comunidades afetadas para controlar este surto, fortalecendo ao mesmo tempo a segurança sanitária em todo o continente.

Caso importado na França

Um profissional de saúde humanitária que apoiou a resposta contra o Ebola na República Democrática do Congo (RDC) foi diagnosticado com a doença na França.

As autoridades de saúde da França e da RDC informaram o CDC África sobre este caso confirmado. O profissional de saúde desenvolveu sintomas após a sua chegada à França,

solicitou rapidamente atendimento médico e foi diagnosticado sem demora. Os mecanismos de vigilância e notificação previstos para esse tipo de situação funcionaram.

O profissional de saúde havia apoiado a resposta ao Ebola na província de Ituri de 19 de maio a 19 de junho. Ao final de sua missão, ele deixou a RDC em boas condições de saúde e viajou para a França. Posteriormente, desenvolveu sintomas leves e consultou os serviços de saúde. As análises laboratoriais confirmaram a infecção pelo vírus Ebola do tipo Bundibugyo.

O risco de transmissão do Ebola começa após o aparecimento dos sintomas. O profissional de saúde deixou a RDC sem sintomas e cumpriu todos os requisitos de viagem em vigor. O Governo da RDC implementou uma vigilância reforçada, controles de saúde na entrada e saída do território, bem como medidas de saúde nas fronteiras como parte da resposta ao Ebola, principalmente nos principais pontos de entrada e saída, nos aeroportos das zonas afetadas e nos grandes centros de trânsito.

O Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, conversou com o Ministro da Saúde da RDC, com a Diretora do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) e com a Comissária Europeia para a Preparação, Gestão de Crises e Igualdade, Hadja Lahbib. Eles avaliaram a situação, reforçaram a coordenação e alinharam as ações de saúde pública em andamento.

“Este caso ilustra a importância de uma vigilância sólida”, declarou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.

> *O profissional de saúde deixou a República Democrática do Congo sem sintomas, e o Governo da RDC implementou uma vigilância reforçada, controles na entrada e saída do território, bem como medidas de saúde nas fronteiras no âmbito da resposta ao Ebola. Os sintomas foram identificados após a sua chegada à França, e o diagnóstico foi feito rapidamente graças aos sistemas de alerta e à coordenação internacional. Gostaria de agradecer a este médico, que serviu na linha de frente em Ituri de 19 de maio a 19 de junho, ao lado das comunidades afetadas, com coragem e dedicação. Os profissionais de saúde carregam o fardo mais pesado nesta epidemia. A resposta correta hoje baseia-se na vigilância, na solidariedade e em um apoio reforçado às equipes que trabalham para acabar com o Ebola na sua origem. Os parceiros de todo o mundo devem se mobilizar e contribuir para pôr fim a esta epidemia.*
>
> **Dr. Jean Kaseya,** Diretor-Geral do CDC África.

O CDC África saudou a rapidez com que se detectou, diagnosticou e notificou às autoridades de saúde francesas. O intervalo entre os primeiros sintomas e a confirmação laboratorial foi possível graças à ação rápida e ao compartilhamento de informações entre os parceiros nacionais, regionais e internacionais. Uma vigilância robusta, uma notificação rápida e uma cooperação internacional eficaz protegem as comunidades.

Estão em andamento investigações para estabelecer o período e as circunstâncias mais prováveis da exposição e para apoiar o rastreamento completo de contatos. As autoridades da RDC e da França, juntamente com o CDC África, a OMS, o ECDC e outros parceiros, estão

realizando avaliações de risco e acompanhando os contatos identificados de acordo com os protocolos de saúde pública estabelecidos.

O nível de risco global da epidemia permanece inalterado. Este caso importado reforça a necessidade de manter uma vigilância contínua, consolidar o monitoramento, aplicar rigorosamente as medidas de prevenção e controle de infecções e continuar a apoiar os profissionais de saúde da linha de frente que lideram a resposta.

O CDC África apelou aos parceiros e à comunidade internacional para que continuem a apoiar a resposta e rejeitem medidas sem fundamentação científica, incluindo restrições desnecessárias a viagens e ao comércio. Essas medidas abrandam a mobilização das equipes de resposta e o envio de suprimentos essenciais, além de enfraquecerem a ação de saúde pública.

O CDC África reafirmou o seu total empenho ao lado dos Governos da RDC e de Uganda para controlar a epidemia, proteger as comunidades e fazer avançar uma resposta continental e global coordenada, continuando a acompanhar de perto a situação.

13 países reunidos em Kampala (Uganda)

O CDC África, em colaboração com a OMS AFRO, a Agência de Segurança de Saúde do Reino Unido (UKHSA), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o UNICEF e principais parceiros técnicos, convocou uma reunião regional de alto nível de três dias em Kampala para reforçar a preparação e a coordenação transfronteiriça.

A reunião teve os dois países afetados, a República Democrática do Congo e Uganda, juntamente com 11 Estados-Membros da União Africana de alto risco: Angola, Burundi, República Centro-Africana, República do Congo, Etiópia, Quênia, Ruanda, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia e Zâmbia.

As principais lideranças de saúde pública, representado os Institutos Nacionais de Saúde Pública, os Gestores de Incidentes, Chefes de Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública e autoridades de Pontos de Entrada (PdE) estiveram reunidos com parceiros regionais e internacionais para alinhar ações em torno de uma prioridade: uma preparação mais forte antes que ocorra uma maior propagação.

Esta reunião ocorreu, recorde-se, após a declaração do surto na República Democrática do Congo em 15 de maio de 2026. O surto foi posteriormente declarado uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 17 de maio de 2026, e uma Emergência de Saúde Pública de Segurança Continental pelo CDC África em 18 de maio de 2026. Na sequência, o CDC África, a OMS AFRO e parceiros ativaram a Equipe de Apoio à Gestão de Incidentes continental e publicaram um plano de ação conjunto em 5 de junho de 2026.

Falando em nome do Diretor-Geral do CDC África, o Dr. Tolbert Nyenswah, Diretor do Centro de Gestão de Emergências de Saúde Pública e Gestor de Incidentes da IMST Continental do CDC África, afirmou que a prontidão regional continua sendo central para proteger vidas e conter o surto.

> *Esta reunião traz os países afetados e de alto risco para a mesma mesa para fortalecer a vigilância, melhorar a coordenação nos Pontos de Entrada, testar planos de contingência e preparar as equipes para agir*

> *rapidamente quando os alertas forem detectados", disse o Dr. Nyenswah. "O CDC África está trabalhando com os Estados-Membros e parceiros para passar dos planos para a prontidão operacional nas fronteiras, nas comunidades, nas instalações de saúde e dentro dos centros de operações de emergência."*
>
> **Dr. Tolbert Nyenswah**, Diretor do Centro de Gestão de Emergências de Saúde Pública e Gestor de Incidentes da IMST Continental do CDC África

O Dr. Charles Olaro, Diretor-Geral de Serviços de Saúde do Ministério da Saúde de Uganda, deu as boas-vindas aos países e parceiros participantes em Kampala. Ele enfatizou a importância da colaboração transfronteiriça para conter o surto, pediu solidariedade com as comunidades afetadas e destacou a necessidade de focar os esforços coletivos em Ituri, enquanto se preparam os outros países de alto risco.

Ao longo de três dias, os países revisaram o *status* de sua preparação nacional, compartilharam lições da resposta, identificaram lacunas operacionais para fortalecer a colaboração entre as fronteiras. A reunião focou em vigilância e epidemiologia, operações de emergência, redes de laboratórios, manejo de casos, pontos de entrada, mobilidade humana, comunicação de risco, engajamento comunitário e coordenação sob a abordagem de Saúde Única (*One Health*).

Os participantes também fizeram parte de exercícios de simulação para testar planos de contingência, testar o estresse dos canais de coordenação e identificar melhores práticas para detecção, encaminhamento, isolamento, investigação e resposta mais rápidos.

A reunião de Kampala deu forte ênfase aos sistemas transfronteiriços, incluindo pontos de entrada formais e informais, mapeamento da mobilidade populacional, mecanismos de encaminhamento e transporte, conexões entre Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública, compartilhamento conjunto de informações e coordenação entre os países afetados e de alto risco.

Equipe continental de Apoio à Gestão de Incidentes

O Governo de Uganda, representado por seu Ministro da Saúde, Dr. Chris Baryomunsi, o CDC África, juntamente com a OMS AFRO, lançou oficialmente a Equipe Continental de Apoio à Gestão de Incidentes (IMST, *Incident Management Support Team*), estabelecendo uma plataforma operacional unificada para fortalecer a capacidade da África de se preparar, coordenar e responder a emergências de saúde pública, ao mesmo tempo em que apoia a resposta contínua à Doença por Vírus de Bundibugyo (BVD).

O lançamento assinala um marco significativo no fortalecimento da arquitetura de emergência de saúde pública da África e reflete um compromisso compartilhado pelo CDC África, OMS AFRO e Estados-Membros da União Africana para construir respostas mais rápidas, coordenadas e lideradas pelos próprios países diante de ameaças à saúde pública cada vez mais complexas. O marco também reforça a preparação regional e a colaboração transfronteiriça como pilares essenciais da segurança sanitária da África.

Sediada no Instituto de Doenças Infecciosas (IDI, *Infectious Diseases Institute*) da Universidade de Makerere, em Kampala, a IMST, instalada em uma estrutura conjunta, apoiará Uganda, a República Democrática do Congo (RDC) e países vizinhos em situação de risco por

meio de assistência técnica integrada, coordenação operacional e especialização multidisciplinar. Guiada pelos princípios de "Uma Equipe, Um Plano, Um Orçamento e Um Quadro de Monitoramento e Avaliação", a IMST reúne especialistas em vigilância, sistemas laboratoriais, gestão de casos, prevenção e controle de infecções, logística de emergência, operações de emergência, Comunicação de Risco e Engajamento Comunitário (RCCE, *Risk Communication and Community Engagement*), gestão de informações e coordenação de parceiros para fortalecer a resposta a surtos em toda a região.

O lançamento da IMST continental materializa uma visão compartilhada para fortalecer a arquitetura de resposta a emergências na África. Essa visão surgiu durante uma visita de solidariedade do Diretor-Geral do CDC África ao Presidente ugandês Museveni no início do surto. Durante o encontro, o Presidente Museveni comprometeu-se com o apoio de Uganda para sediar a Equipe Continental de Apoio à Gestão de Incidentes em Kampala e o Mecanismo Continental de Coordenação da Cadeia de Suprimentos para o Ebola em Entebbe. O compromisso foi cumprido e em tempo recorde, tendo o CDC África, o Governo de Uganda, a OMS e parceiros estabelecido a IMST conjunta no IDI em Kampala e o Mecanismo Continental de Coordenação da Cadeia de Suprimentos para o Ebola nos Armazéns Médicos Nacionais em Entebbe, criando duas plataformas continentais complementares que fortalecem a preparação e a resposta da África a emergências de saúde pública.

Embora inaugurada oficialmente nesta data, a IMST vem apoiando as operações de resposta desde as fases iniciais do surto por meio de desdobramentos técnicos, fortalecimento dos sistemas de vigilância e laboratoriais, logística de emergência, engajamento comunitário e preparação transfronteiriça. O lançamento formaliza um modelo de resposta coordenado que já está apoiando os países afetados, ao mesmo tempo em que fortalece a preparação para emergências de longo prazo na África.

Falando em nome do Diretor-Geral do CDC África, o Dr. Tolbert Nyenswah, Diretor do Centro de Gestão de Emergências de Saúde Pública e Gerente de Incidentes da IMST Continental, afirmou que o lançamento reflete a crescente capacidade da África de liderar respostas coordenadas a emergências de saúde pública.

> *A IMST Continental representa o compromisso da África com instituições mais fortes, ações coordenadas e uma resposta a emergências liderada pelos próprios países. Em nome do Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, reafirmo nosso compromisso de continuar apoiando os Estados-Membros por meio de especialização técnica, colaboração regional e parcerias que protejam as comunidades e fortaleçam a segurança sanitária da África.*
>
> **Dr. Tolbert Nyenswah,** Diretor do Centro de Gestão de Emergências de Saúde Pública e Gerente de Incidentes da IMST Continental

O Ministro da Saúde de Uganda descreveu o lançamento como um passo importante no fortalecimento da cooperação regional.

"Uganda se orgulha de sediar a IMST como uma demonstração do que países, instituições regionais e parceiros podem alcançar trabalhando juntos. Esta plataforma fortalece

nossa resposta ao atual surto de BVD, ao mesmo tempo em que reforça a preparação para futuras emergências de saúde pública."

Falando em nome da OMS AFRO, a Dra. Marie-Roseline Belizaire, Diretora Regional de Emergências da OMS para a África e Gerente de Incidentes da IMST Continental, enfatizou a importância de uma parceria coordenada no apoio às respostas nacionais.

> *A IMST Continental Conjunta reflete a força da nossa parceria com o CDC África e os Estados-Membros. Por meio de apoio técnico coordenado e conhecimento compartilhado, estamos fortalecendo a liderança nacional, melhorando a colaboração transfronteiriça e ajudando os países a responder de forma mais eficaz às emergências de saúde pública.*
>
> **Dra. Marie-Roseline Belizaire,** Diretora Regional de Emergências da OMS para a África e Gerente de Incidentes da IMST Continental

Reconhecendo que as comunidades são centrais para o controle bem-sucedido de surtos, a IMST integrará a Comunicação de Risco e Engajamento Comunitário (RCCE), a escuta social e a inteligência comportamental em todos os pilares da resposta. As percepções comunitárias ajudarão a fundamentar as decisões operacionais, fortalecer a confiança pública e melhorar a eficácia das intervenções de resposta.

O lançamento também reforça a colaboração transfronteiriça entre Uganda e a RDC por meio do fortalecimento da vigilância, de redes laboratoriais, da logística de emergência e de uma preparação coordenada. Ao interligar a liderança nacional com a experiência continental e a parceria global, a IMST amplia a capacidade da África de detectar surtos precocemente, responder mais rápido e proteger melhor as populações contra ameaças emergentes à saúde pública.

À medida que a África continua a enfrentar ameaças à saúde cada vez mais complexas, a IMST Continental Conjunta representa um investimento crucial em instituições mais fortes, resposta coordenada a emergências e solidariedade regional. Juntos, o CDC África e a OMS AFRO estão ajudando a construir uma África mais resiliente e mais bem preparada para prevenir, detectar e responder a futuras emergências de saúde pública.

A ocasião contou com a presença do Embaixador dos Estados Unidos da América, do Alto Comissário Britânico, de uma delegação dos países afetados e de alto risco, bem como de parceiros da IMST, incluindo UNICEF, UNFPA, CDC dos EUA, FICV (*International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*), FAO, MSF, UKHSA (*United Kingdom Health Security Agency*), JICA, JHPIEGO (*Johns Hopkins Program for International Education in Gynecology and Obstetrics*), TDDAP (*Tackling Deadly Diseases in Africa Programme*, UK) entre outros.

Déficit de financiamento de pesquisas cruciais

O CDC África elogia o Governo da República Democrática do Congo, os pesquisadores e os parceiros de desenvolvimento pelo lançamento, em Bunia, de ensaios clínicos para avaliar candidatos terapêuticos contra o vírus Ebola Bundibugyo. Isto é um marco importante na resposta, demonstrando o compromisso do país em gerar as informações necessárias para

melhorar os cuidados clínicos, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento de contramedidas médicas para este vírus Ebola raro.

No entanto, subsiste um défice de financiamento para a plena implementação dos ensaios. O CDC África apelou, por isso, aos governos, bancos multilaterais de desenvolvimento, organizações filantrópicas, setor privado e parceiros globais para que forneçam 16 milhões de dólares em poucos dias para colmatar uma lacuna de financiamento que ameaça os ensaios clínicos contra a estirpe Bundibugyo do Ebola, para a qual não existe vacina ou terapia licenciada.

O surto atual de Bundibugyo é diferente das epidemias recentes de Ebola. A ausência de qualquer vacina ou terapêutica licenciada para esta estirpe torna este surto científica e operacionalmente desafiador. Cada dia sem financiamento suficiente permite que o vírus se espalhe ainda mais, aumenta o fardo humanitário e eleva o risco de transmissão regional e internacional.

Trabalhando com a OMS, CDC África, ANRS[1], Universidade de Oxford, IAVI (*International AIDS Vaccine Initiative*), CEPI (*Coalition for Epidemic Preparedness Innovations*), Gilead Sciences[2] e outros parceiros, a África reuniu uma das mobilizações científicas mais rápidas alguma vez organizadas contra uma estirpe emergente de Ebola. O portfólio inclui o primeiro ensaio de profilaxia pós-exposição, utilizando obeldesivir para prevenir a infeção entre contatos expostos; ensaios de tratamento randomizados adaptativos avaliando o remdesivir e o MBP134 para reduzir a mortalidade entre pacientes infetados; estudos de vacinas de proteção cruzada; e o desenvolvimento e fabrico acelerados de vacinas de próxima geração específicas para o Bundibugyo.

O financiamento para os ensaios de vacinas está praticamente assegurado. A lacuna está nas terapêuticas. Dos 26 milhões de dólares necessários para realizar os ensaios terapêuticos, 10 milhões de dólares já foram garantidos, restando um défice de 18 milhões de dólares. Este valor compreende 16 milhões de dólares para continuar e concluir o estudo de profilaxia pós-exposição entre contatos expostos e 2 a 3 milhões de dólares para garantir o rastreio de contatos suficiente para viabilizar o ensaio.

“Temos a ciência. Agora precisamos do financiamento para a utilizar. Os ensaios clínicos devem começar esta semana, e cada dia de atraso custa vidas que poderíamos salvar”, afirmou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.

Este é um investimento para provar que a África e a comunidade global podem desenvolver, testar e implementar rapidamente contramedidas que salvam vidas contra patógenos emergentes, ao mesmo tempo que constroem a preparação para futuras pandemias. A janela para agir antes que o surto cresça ainda mais está aberta hoje. O momento de investir é agora.

[1] **Agence Nationale de Recherches sur le SIDA et les Hépatites Virales**. Instituição de origem francesa, atualmente, ela foi integrada e expandida, passando a se chamar ANRS | *Maladies infectueuses émergentes* (ANRS | Doenças Infecciosas Emergentes).

[2] A **Gilead Sciences** é uma empresa biofarmacêutica dos Estados Unidos (EUA). A sua sede global fica localizada em Foster City, no estado da Califórnia.

O Presidente da RDC dá um impulso à resposta contra o Ebola com o apoio solidário do Presidente da África do Sul

O Presidente da RDC, Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, acolheu no dia 2 de junho o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, no Instituto Nacional de Pesquisa Biomédica de Kinshasa, para um encontro de alto nível dedicado à aceleração da resposta contra o Ebola na RDC e à mobilização africana em torno do país.

A reunião, promovida pelo CDC África em apoio às autoridades da RDC, reuniu os dois Chefes de Estado, bem como representantes de alto nível da Organização Mundial da Saúde, do Banco Mundial, da União Europeia, do Reino Unido e de outros parceiros empenhados na resposta.

> *O Governo acompanha de perto e diariamente a situação e toma as medidas necessárias para proteger a nossa população, prevenir a propagação da doença e preservar a segurança sanitária dos países vizinhos. Este surto recorda-nos que a segurança sanitária está estreitamente ligada aos desafios de paz e de segurança humana nas zonas afetadas por conflitos armados. A insegurança fragiliza a prevenção, a vigilância epidemiológica e a capacidade de resposta rápida dos atores de saúde pública.*
>
> **Félix Tshisekedi**, Presidente da República Democrática do Congo

O Presidente Tshisekedi sublinhou que os surtos simultâneos na RDC e no Uganda demonstram a necessidade de uma resposta regional coordenada, baseada numa responsabilidade partilhada. Saudou igualmente o apoio contínuo da África do Sul e agradeceu aos parceiros internacionais, nomeadamente à África do Sul, ao CDC África, à Organização Mundial da Saúde, ao UNICEF, aos Estados Unidos e à China, pelo seu apoio à resposta nacional.

Na sua qualidade de Coordenador (*Champion*) da União Africana para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, o Presidente Ramaphosa transmitiu uma mensagem de solidariedade africana e de ação coletiva face a um surto que exige rapidez, coordenação e financiamento.

A visita do Presidente Ramaphosa demonstrou também a importância de evitar restrições gerais de viagem e de manter um envolvimento responsável com a RDC, ao mesmo tempo que se reforçam as medidas direcionadas de saúde pública.

> *Em muitos períodos da nossa história coletiva, a resiliência, a coragem e a abnegação dos nossos povos permitiram-nos atravessar até as tempestades mais difíceis. Não temos dúvidas de que esta crise também será superada. Os povos de África são um só. Os nossos laços transcendem fronteiras, etnias e línguas. Quando uma tragédia atinge uma parte do nosso continente amado, todos partilhamos a dor. Quando um país irmão precisa de assistência, respondemos a esse apelo. A resposta continental a este surto de Ebola foi rápida. A 16 de junho, o Presidente Ndayishimiye do Burundi convocou uma cúpula virtual de líderes africanos e parceiros para deliberar sobre uma resposta global. Esta reunião mobilizou cerca de 1,5 bilhões de dólares americanos em financiamento, apoio técnico, contramedidas médicas e*

> *resposta humanitária. É significativo que, deste montante, mais de 100 milhões de dólares tenham sido prometidos pelos próprios países africanos. Isto reflete o espírito de solidariedade e cooperação que continuamos a ver na busca pela soberania sanitária africana"*
>
> **Cyril Ramaphosa,** Presidente da África do Sul e Coordenador da União Africana para prevenção e resposta a pandemias

A mensagem política do encontro é forte: a RDC lidera a resposta, e a RDC não está sozinha.

O Ministro da Saúde da RDC apresentou a situação epidemiológica e as prioridades imediatas da resposta nacional. A Ministra dos Assuntos Humanitários expôs as necessidades urgentes nas zonas afetadas. Os parceiros fizeram um balanço do apoio já implementado, dos compromissos em curso e das necessidades que ainda estão por cobrir.

O CDC África apresentou o ponto de situação da coordenação continental, incluindo as ações iniciadas com os países vizinhos para reforçar a preparação regional, apoiar os pontos de entrada, melhorar a vigilância e reduzir o risco de propagação transfronteiriça.

> *A RDC lidera esta resposta. O CDC África mantém-se ao seu lado para apoiar as decisões nacionais, reforçar a coordenação regional e mobilizar mais rapidamente a experiência, as equipas e os recursos necessários. A presença do Presidente Ramaphosa em Kinshasa envia uma mensagem forte de confiança: a RDC pode acolher em total segurança um envolvimento de alto nível, um apoio coordenado e uma ação de saúde pública responsável. Este surto exige rapidez, disciplina e solidariedade, não o isolamento. A África que protege a África mede-se aqui: na nossa capacidade de agir rapidamente, de nos coordenarmos e de permanecermos ao lado das comunidades afetadas.*
>
> **Dr. Jean Kaseya,** Diretor Geral do CDC África

O encontro confirmou também que recursos significativos foram empenhados. O Governo da RDC comprometeu 50 milhões de dólares americanos para a resposta. A África do Sul comprometeu 13,5 milhões de dólares americanos. O Banco Mundial anunciou mais 10 milhões de dólares americanos adicionais, que se somam ao seu compromisso existente de 63 milhões de dólares americanos. A União Europeia, o Reino Unido e outros parceiros reafirmaram também o seu apoio à resposta.

O plano continental conjunto de preparação e resposta CDC África – OMS avalia as necessidades de Ebola e saúde em 518 milhões de dólares americanos. Os compromissos anunciados superam este montante, mas apenas 21% dos fundos tinham sido desembolsados, de acordo com os dados apresentados. A prioridade agora é transformar os compromissos em apoio operacional rápido para as equipas no terreno, as comunidades afetadas, os ensaios clínicos, a vigilância, os laboratórios, os pontos de entrada e a preparação regional.

“O Ebola avança rápido. África deve avançar mais rápido», declarou o Dr. Kaseya. “Os financiamentos existem. Os compromissos, também. Devem agora chegar aos locais onde salvam vidas.”

No final do encontro, os dois Chefes de Estado apelaram aos parceiros para alinharem o seu apoio com as prioridades da RDC, acelerarem a mobilização e o desembolso dos recursos, e reforçarem a preparação nos países vizinhos.

DIPLOMACIA DA SAÚDE NA ÁFRICA AUSTRAL

O acordo renovado entre SADC e OMS

Em 17 de junho, em Gaborone, o Secretariado Executivo da SADC recebeu Fabian Ndenzako, representante da OMS para o Botswana e para a SADC, com o objetivo de reafirmar o Memorando de Entendimento assinado em 2002 (SADC, 2026a). O comunicado da reunião cita a implementação do projeto RHeSEP (*Resilient Health Systems for Emergency Preparedness*), financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, com contrapartida de US$ 4,3 milhões do Secretariado e US$ 5 milhões da OMS. É um valor pequeno para uma região com quase 400 milhões de pessoas, e vale notar que a comparação direta entre o orçamento de um projeto pontual e a população total tem limites óbvios, já que boa parte do financiamento sanitário passa por outros canais, nacionais e bilaterais, que não aparecem nesse número.

O ponto talvez mais relevante do encontro não foi financeiro, mas institucional: a nomeação de uma conselheira sênior de saúde da OMS dedicada só à SADC, a Dra. Miriam Nanyunja, funcionando como elo técnico permanente entre as duas organizações (SADC, 2026a). Um técnico fixo, em tese, reduz a descontinuidade típica de cooperações que dependem de encontros de cúpula espaçados no tempo. Se isso vai se traduzir em resposta mais rápida a emergências sanitárias reais, ainda é cedo para dizer. Não há, até aqui, indicador de desempenho publicado que permita avaliar isso.

Ministros da Saúde: cirurgia, tuberculose e antirretrovirais

Antes disso, em 24 de fevereiro, em Joanesburgo, os Ministros da Saúde e das pastas de HIV/AIDS da SADC se reuniram sob presidência do Ministro sul-africano Aaron Motsoaledi (SADC, 2026b). Dois pontos da pauta merecem comentários. O primeiro é a aprovação da Estratégia Regional para Cirurgia, Anestesia, Enfermagem, Obstetrícia e Ginecologia de Emergência e Essencial (2025-2030). Cuidado cirúrgico costuma ficar fora das agendas de saúde global, historicamente mais centradas em doenças infecciosas isoladas. A formalização de uma estratégia específica é, nesse sentido, um sinal de amadurecimento da pauta, mesmo que ainda não haja dados de implementação para julgar seu efeito.

O segundo ponto é o Relatório Regional de Tuberculose apresentado na reunião, que registrou incidência mais alta entre homens e recomendou triagem em minas e prisões masculinas. A recomendação tem plausibilidade epidemiológica razoável: exposição ocupacional à sílica e aglomeração em alojamentos de trabalhadores migrantes são fatores de risco bem descritos para TB em contextos de mineração na região (embora o comunicado da SADC não apresente as taxas de incidência específicas, o que limita qualquer análise quantitativa aqui). Executar a triagem é outra questão. Populações móveis e informais têm historicamente pouco contacto regular com o sistema de saúde formal e recomendações desse tipo tendem a esbarrar exatamente nesse ponto.

Um terceiro item, citado de passagem no mesmo comunicado, foi o avanço da África do Sul rumo a uma licença voluntária para produção local de Lenacapavir, antirretroviral injetável de ação prolongada. Se confirmado, seria um dos poucos casos de manufatura farmacêutica regional para um medicamento hoje dependente de importação. Até a data deste informe não há confirmação pública de que a licença tenha sido concluída.

O Fórum Parlamentar e o financiamento da saúde

No início de julho, o Fórum Parlamentar da SADC, reunido à margem da 45ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo em Harare, tratou diretamente do financiamento de saúde. Em 1º de julho seus membros defenderam maior financiamento para os sistemas de saúde dos Estados-Membros. Dois dias depois, em 3 de julho, propuseram a adoção de sistemas de financiamento sustentáveis e equitativos, com apelo ao reforço do papel legislativo dos parlamentos nacionais (Parlamento de Angola, 2026). No mesmo encontro, o Madagáscar ratificou o tratado que transforma o Fórum Parlamentar em Parlamento Regional pleno, ato testemunhado pelos Presidentes dos Parlamentos de Angola, Zâmbia, Namíbia e Zimbabwe (Parlamento de Angola, 2026).

O apelo por financiamento sustentável não é novo. Quem acompanha esses encontros há alguns anos reconhece o padrão: a recomendação aparece, mas raramente vem acompanhada de indicação sobre a origem dos recursos adicionais, num momento em que a ajuda oficial ao desenvolvimento destinada à região tem caído (Chikanda e Muzondo, 2015).

Uma dependência já crônica

Um artigo publicado há cerca de uma década sobre governança regional de saúde na África Austral já registrava que, apesar dos vários tratados e protocolos assinados, a SADC permanecia dependente de doadores e intervenções externas para gerir a própria saúde regional, com pouca evidência de que a organização atuasse como potência diplomática autónoma nessa área (Chikanda e Muzondo, 2015). Os autores sugeriam que a África do Sul, como potência regional, pudesse seguir o modelo da Organização Pan-Americana da Saúde na América Latina e criar uma agência de saúde própria, em vez de manter o tema como um setor dentro do Secretariado da SADC.

Mais de dez anos depois, essa proposta não saiu do papel. Saúde continua sendo um dos pilares do Secretariado, sem uma agência dedicada comparável ao CDC África, hoje operando em escala continental. O contraste ficou visível durante o surto de Ebola pelo vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo e em Uganda, que mobilizou, só em junho, reunião de Chefes de Estado ao nível da União Africana e um plano de resposta orçado em US$ 518 milhões, coordenado pelo CDC África e pela OMS (Reunião de Chefes de Estado e de Governo sobre o Surto de Ébola, 2026). Isso não prova que emergências agudas recebem tratamento sistematicamente melhor do que problemas estruturais de sistema de saúde, mas é consistente com essa hipótese: financiamento de emergência costuma se mobilizar com maior rapidez do que financiamento para reforço estrutural, algo já observado em outros contextos epidêmicos.

Referências

Chikanda, A.; Muzondo, F. (2015). Regional health governance: A suggested agenda for Southern African health diplomacy. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4639828/. Acesso em: julho de 2026.

Parlamento de Angola (2026). Madagáscar ratifica tratado de transformação do FP-SADC em parlamento regional. Publicado em 3 de julho de 2026. Disponível em: https://parlamento.ao/Noticia_41805. Acesso em: julho de 2026.

SADC (2026a). Strengthening SADC-WHO Partnership to Advance Regional Health Security and Resilient Health Systems. Publicado em 17 de junho de 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/strengthening-sadc-who-partnership-advance-regional-health-security-and-resilient. Acesso em: julho de 2026.

SADC (2026b). SADC Health Ministers convene meeting to review progress on the status of health in the Region. Publicado em 24 de fevereiro de 2026. Disponível em: https://www.sadc.int/latest-news/sadc-health-ministers-convene-meeting-review-progress-status-health-region. Acesso em: julho de 2026.

SADC/OMS (2020). Southern African Development Community (SADC) Health Workforce Strategic Plan 2020-2030. Disponível em: https://www.who.int/publications/m/item/southern-african-development-community-(sadc)-health-workforce-strategic-plan-2020-2030. Acesso em: julho de 2026.

Silva, A. P.; Mahoche, M.; Cá, T.; Jean, V. M.; Rosenberg, F. (2026). Reunião de Chefes de Estado e de Governo sobre o Surto de Ébola. Informe 10-26 África, 9 a 22 de junho de 2026.

Europa derretendo

Europa derritiéndose

Europe melting

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: O principal destaque da quinzena europeia foi a intensa onda de calor, que registrou temperaturas superiores a 40°C, provocando impactos na infraestrutura, nos sistemas de transporte, no comércio, nos serviços de saúde e na mortalidade. A situação reacendeu o debate sobre a preparação do continente para eventos climáticos extremos e sobre o acesso ao ar-condicionado, especialmente em hospitais, escolas e instituições que atendem populações vulneráveis. A necessidade de ampliar a refrigeração expõe o dilema entre adaptação às mudanças climáticas e aumento do consumo de energia, impulsionando discussões sobre eficiência energética, infraestrutura urbana e soluções sustentáveis. A OMS alertou que as ondas de calor deixaram de ser eventos excepcionais e passaram a representar uma das principais ameaças à saúde pública na Europa. Na agenda institucional, a Irlanda assumiu a presidência rotativa do Conselho da União Europeia, priorizando competitividade, segurança e valores. O Conselho de Políticas Sociais debateu violência digital contra meninas, habitação, mudanças demográficas e combate à pobreza, reforçando a moradia como importante determinante social da saúde. O Pacote da Primavera do Semestre Europeu também deu maior destaque às políticas de saúde e incorporou recomendações específicas sobre habitação. No campo geopolítico, a expectativa concentra-se na Cúpula da OTAN, marcada pelo debate sobre o aumento dos gastos europeus com defesa e pelo contexto de incertezas quanto ao papel dos Estados Unidos na Aliança. Por fim, um estudo publicado no *British Medical Journal* alertou para os impactos do acordo farmacêutico entre Reino Unido e Estados Unidos, estimando aumento expressivo dos gastos do NHS com medicamentos de marca e potenciais efeitos negativos sobre a sustentabilidade financeira do sistema e os desfechos em saúde da população, incluindo a geração de milhares de mortes evitáveis.

Palavras-chave: União Europeia; Mudanças climáticas; Calor; Habitação; Otan; Acordo UE-Reino Unido.

Resumen*: El principal acontecimiento de la quincena europea fue la intensa ola de calor, que registró temperaturas superiores a los 40 °C y provocó importantes impactos en la infraestructura, los sistemas de transporte, el comercio, los servicios de salud y la mortalidad. La situación reavivó el debate sobre la preparación del continente frente a los fenómenos climáticos extremos y sobre el acceso al aire acondicionado, especialmente en hospitales, escuelas e instituciones que atienden a poblaciones vulnerables. La creciente necesidad de refrigeración pone de manifiesto el dilema entre la adaptación al cambio climático y el aumento del consumo de energía, impulsando el debate sobre eficiencia energética, infraestructura urbana y soluciones sostenibles. La Organización Mundial de la Salud (OMS) advirtió que las olas de calor han dejado de ser fenómenos excepcionales para convertirse en una de las principales amenazas para la salud pública en Europa. En la agenda institucional, Irlanda asumió la presidencia rotatoria del Consejo de la Unión Europea, priorizando la competitividad, la seguridad y los valores. El Consejo de Empleo, Política Social, Sanidad y Consumidores (EPSCO) debatió la violencia digital contra las niñas, la vivienda, los cambios demográficos y la lucha contra la*

pobreza, reafirmando la vivienda como un importante determinante social de la salud. El Paquete de Primavera del Semestre Europeo 2026 también otorgó mayor protagonismo a las políticas de salud e incorporó recomendaciones específicas sobre vivienda. En el ámbito geopolítico, la atención se centra en la Cumbre de la OTAN, marcada por el debate sobre el aumento del gasto europeo en defensa y por la incertidumbre respecto al papel de Estados Unidos dentro de la Alianza. Por último, un estudio publicado en el British Medical Journal advirtió sobre las consecuencias del acuerdo farmacéutico entre el Reino Unido y Estados Unidos, estimando un incremento significativo del gasto del NHS en medicamentos de marca y posibles efectos negativos sobre la sostenibilidad financiera del sistema de salud y los resultados en salud de la población, incluida la generación de miles de muertes evitables.

Palabras clave: *Unión Europea; Cambio climático; Calor; Vivienda; OTAN; Acuerdo UE-Reino Unido.*

Abstract: *The main highlight of the European fortnight was the intense heatwave, with temperatures exceeding 40°C, causing widespread impacts on infrastructure, transportation systems, commerce, healthcare services, and mortality. The situation has reignited the debate over the continent's preparedness for extreme climate events and access to air conditioning, particularly in hospitals, schools, and institutions serving vulnerable populations. The growing need for cooling underscores the dilemma between adapting to climate change and increasing energy consumption, fueling discussions on energy efficiency, urban infrastructure, and sustainable cooling solutions. The World Health Organization (WHO) warned that heatwaves are no longer exceptional events but have become one of the leading public health threats in Europe. On the institutional agenda, Ireland assumed the rotating Presidency of the Council of the European Union, prioritizing competitiveness, security, and values. The Employment, Social Policy, Health and Consumer Affairs Council (EPSCO) discussed online violence against girls, housing, demographic change, and poverty reduction, reinforcing housing as an important social determinant of health. The 2026 European Semester Spring Package also placed greater emphasis on health policies and included specific recommendations on housing. In the geopolitical arena, attention is focused on the NATO Summit, marked by debates over increased European defense spending and ongoing uncertainty regarding the role of the United States within the Alliance. Finally, a study published in the British Medical Journal warned of the consequences of the pharmaceutical agreement between the United Kingdom and the United States, estimating a substantial increase in NHS spending on branded medicines and potential negative impacts on the financial sustainability of the health system and population health outcomes, including the occurrence of thousands of avoidable deaths.*

Keywords: *European Union; Climate change; Heat; Housing; NATO; EU–UK Agreement.*

O destaque da quinzena europeia é, indubitavelmente, o calor que faz a Europa literalmente derreter, com temperaturas superiores a 40 graus. Na cidade de Leipzig, na Alemanha, o derretimento do material de vedação entre o asfalto e os trilhos do bonde levou à suspensão do transporte. O calor também tirou de operação parte da frota de ônibus da cidade[1]. Além dos impactos no transporte público, o calor extremo também afetou o comércio local. Supermercados e outros estabelecimentos relataram falhas em sistemas de refrigeração

[1] https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/06/30/calor-derrete-asfalto-e-obstrui-trilhos-de-bonde-na-alemanha.ghtml. Acesso em 06/07/2026.

durante o pico das temperaturas. Cenas de pessoas correndo em lojas para comprar ventiladores e aparelhos de ar-condicionado inundaram as redes sociais. Diversos países decretaram medidas de emergência após sucessivos recordes de temperaturas. O diretor geral da OMS Tedros Adhanom, declarou em rede social, que o calor extremo se tornou um dos principais problemas de saúde pública na região[2]. Além dos problemas de saúde associados ao calor, pessoas estão morrendo afogadas ao tentarem se refrescar[3].

Dois dos principais debates que emergem da emergência sanitária em curso, dizem respeito ao ar-condicionado como direito humano[4,5,6], e à falta de preparação do continente para uma situação anunciada, que se agrava ano após ano, verão após verão. Muitos europeus veem os aparelhos de ar-condicionado como fontes de excessos energéticos ou mesmo como desnecessários. Matéria da DW, esclarece que esta visão está fincada especialmente no norte da Europa, onde o clima ameno, os altos custos de energia e a preocupação ambiental contribuíram para uma relação distante com a refrigeração artificial. No entanto, temperaturas acima dos 40°C deixaram de ser exceção em países como França, Alemanha e Reino Unido. O calor prolongado passou a pressionar sistemas de saúde, infraestrutura urbana e rotinas de trabalho[7]. A situação se torna dramática ao pensarmos em hospitais sem aparelhos de ar-condicionado. Muitas escolas fecharam durante as ondas de calor, mas e os hospitais? E os pacientes?

A crescente demanda por refrigeração coloca a Europa diante de um dilema, que é proteger a população às custas da elevação do consumo de energia, num cenário que já é de crise e de comprometimento das metas climáticas que a EU pretende alcançar até 2050. Outro ponto levantado é o paradoxo do calor retirado dos ambientes que é liberado para as ruas, contribuindo para o aumento das temperaturas nas cidades. Por isso, o debate europeu deixou de ser apenas sobre instalar ou não aparelhos. A discussão envolve eficiência energética, modernização de edifícios, ampliação de áreas verdes e desenvolvimento de tecnologias de refrigeração menos poluentes. Na França, o tema chegou ao centro do debate político: partidos de diferentes correntes discutem até que ponto o acesso ao ar-condicionado deve ser ampliado em escolas, hospitais e residências de idosos, considerados grupos mais vulneráveis aos eventos extremos de calor. A Comissão Europeia não se posicionou no debate, cada vez mais controverso, sobre o ar-condicionado, argumentando que não cabe ao executivo da UE ditar as escolhas dos consumidores[8].

No tocante à “preparação e resposta”, pauta que ganhou centralidade nas agendas de saúde com a pandemia de Covid-19, a Europa também é criticada e desafiada: respostas

---

[2] https://veja.abril.com.br/mundo/onda-de-calor-derrete-asfalto-e-paralisa-transporte-em-cidade-da-alemanha/. Acesso em 06/07/2026.

[3] https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9v27lx1kwmo. Acesso em 06/07/2026.

[4] https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/06/26/calor-extremo-leva-europa-a-repensar-aversao-ao-ar-condicionado.ghtml. Acesso em 06/07/2026.

[5] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/30/ar-condicionado-sim-ou-nao-a-batalha-politica-pelo-fresco. Acesso em 06/07/2026.

[6] https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/por-que-o-uso-de-ar-condicionado-gera-polemica-na-europa/. Acesso em 06/07/2026.

[7] https://www.dw.com/pt-br/calor-extremo-leva-europa-a-repensar-avers%C3%A3o-ao-ar-condicionado/a-77708171. Acesso em 06/07/2026.

[8] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/30/ue-recusa-pronunciar-se-sobre-ar-condicionado-em-plena-vaga-de-calor-extrema. Acesso em 06/07/2026.

desiguais, atraso em políticas, ênfase em prevenção, crenças arraigadas[9,10,11]. Apesar de anos de alertas científicos e crescente conscientização pública, as ondas de calor continuam a deixar grande parte do continente em situação crítica. Vários hospitais declararam estado de emergência devido a falhas nos sistemas de refrigeração e no funcionamento de sistemas críticos de TI, enquanto escolas, empresas e ferrovias operam em meio ao caos, acompanhado de incêndios florestais que, novamente, devastam algumas regiões. Para combater as ondas de calor, algumas medidas são adotadas: governos integraram sistemas de alerta precoce com medidas de resposta rápida — restringindo a circulação, fechando escolas e cancelando consultas médicas não urgentes. No entanto, as ondas de calor estão se tornando mais intensas, prolongadas e frequentes – e não está claro se os esforços de adaptação estão acompanhando o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Este ano, os sistemas de alerta precoce foram acionados antes do início oficial do verão. Talvez tenham sido capazes de reduzir as mortes, mas não de evitá-las. Especialistas em saúde e em questões de calor urbano vêm defendendo a criação de mais espaços verdes nas cidades para combater o efeito de "ilha de calor urbana", melhor sombreamento dos edifícios e ventilação das casas, além de maior apoio aos hospitais. Os cidadãos são aconselhados a verificar o estado de saúde de seus vizinhos idosos ou vulneráveis[12].



O diretor regional da OMS Europa, Hans Kluge, alerta para os próximos verões, dizendo que "esta onda de calor é apenas um ensaio geral". Apesar de reconhecer avanços, ele advertiu

[9] https://www.publico.pt/2026/07/02/azul/noticia/europa-aquece-depressa-decide-2180263. Acesso em 06/07/2026.

[10] https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/07/01/calor-extremo-expoe-despreparo-da-europa-e-desafia-modo-de-vida-construido-para-o-frio.ghtml. Acesso em 06/07/2026.

[11] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/30/europa-enfrenta-segunda-onda-de-calor-pacto-ecologico-da-ue-a-prova-de-verao. Acesso em 06/07/2026.

[12] https://pragmatika.media/pt/news/sumna-nemynuchist-chomu-ievropa-dosi-ne-hotova-do-speky-popry-desiatylittia-poperedzhen/. Acesso em 06/07/2026.

que cada verão para o qual a Europa não se prepara é um verão que se paga em vidas humanas por falta de preparação. Em declaração, Kluge alerta que a Europa aquece o dobro da média global e que as ondas de calor atuais não são eventos isolados, mas crises recorrentes que estão superlotando hospitais, batendo recordes de chamadas de emergência (como em Londres e na França) e causando centenas de mortes prematuras. O diretor destaca que as medidas de adaptação já adotadas salvaram vidas. Estima-se que, em 2023, as mortes relacionadas ao calor na região teriam sido 80% maiores sem os planos de ação e alertas atuais. Kluge cita cidades como Barcelona (com mais de 500 abrigos climáticos) e Paris (com registros de assistência a vulneráveis e restrição de álcool) como exemplos de preparação, acrescentando que, na Itália há restrições ao trabalho ao ar livre nos horários mais quentes. Mais da metade dos países da região europeia ainda não possui um plano de ação abrangente para a saúde contra o calor. A OMS convocou uma reunião de emergência para o dia em que este informe é escrito para debater as lições aprendidas, alertando que esta onda de calor é apenas um "ensaio geral" para verões ainda mais difíceis que virão[13].

Para a OMS, as ondas de calor são uma das principais causas de mortes relacionadas ao clima. A Organização destaca que os impactos negativos na saúde são amplamente evitáveis através de boas práticas, dividindo a resposta em duas frentes: adaptação, preparando os sistemas de saúde e as sociedades para enfrentar os impactos climáticos inevitáveis (novas diretrizes de Planos de Ação de Saúde contra o Calor foram lançadas em junho de 2026 e noticiadas na última edição deste Informe); e mitigação, reduzir as emissões e acelerando a transição para cuidados de saúde sustentáveis e de baixo carbono (Net-Zero), atacando a raiz do problema[14].

No âmbito da União Europeia, o destaque é a nova presidência rotativa do Conselho assumida pela Irlanda até o final do ano. Sob o comando do primeiro-ministro Micheál Martin, o programa do país baseia-se nos três pilares que já vêm dominando a pauta do bloco: **competitividade, valores e segurança**. Os maiores desafios da presidência irlandesa são a aprovação do Orçamento da EU para o período entre 2028 e 2034, que demanda mediação de complexas negociações do Quadro Financeiro Plurianual, estimado em quase 2 trilhões de euros, buscando um consenso até dezembro; estabilizar as relações com o governo Trump, especialmente em temas comerciais e no setor farmacêutico; e manter o apoio à Ucrânia. Outros pontos que a Irlanda pretende trabalhar em sua presidência são a efetiva implementação do Acordo EU- Mercosul, as negociações com vistas à expansão do bloco, e negociações de regras de inteligência artificial para proteger seus interesses econômicos no setor[15,16].

A reunião mais relevante da quinzena foi a do Conselho de Políticas Sociais, que teve como principais temas a violência digital contra meninas, habitação e mudanças demográficas, segurança habitacional, mobilidade laborar justa e estratégia europeia de combate à pobreza.

---

13 https://www.who.int/europe/news/item/30-06-2026-statement---get-prepared--current-european-region-heatwaves-are-a-dress-rehearsal. Acesso em 06/07/2026.

14 https://www.who.int/europe/emergencies/situations/climate-crisis-extreme-weather. Acesso em 06/07/2026.

15 https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/07/01/remarks-by-president-antonio-costa-at-the-press-conference-with-taoiseach-of-ireland-micheal-martin/?utm_source=brevo&utm_campaign=AUTOMATED%20-%20Alert%20-%20Newsletter&utm_medium=email&utm_id=3318. Acesso em 06/07/2026.

16 https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2026/07/01/irlanda-assume-presidencia-da-ue-e-tenta-avancar-em-orcamento-e-relacoes-com-eua.htm. Acesso em 06/07/2026.

Na reunião, foram aprovadas conclusões sobre o combate à violência cibernética contra meninas e sobre a relação entre tendências demográficas e políticas habitacionais.

No tocante às conclusões que destacam a relação entre a crise habitacional europeia e as mudanças demográficas, como o envelhecimento da população, a redução do tamanho dos domicílios e a migração das áreas rurais para os centros urbanos, o documento defende que as políticas de habitação considerem esses fatores para garantir acesso a moradias adequadas e acessíveis. A crise da habitação é vista como um problema multidimensional, com impactos na coesão social, sustentabilidade, competitividade econômica e qualidade de vida. Os ministros reconhecem que a oferta e a demanda por moradia são influenciadas pelas transformações demográficas. Altos custos habitacionais podem dificultar a formação de famílias, enquanto famílias menores alteram o perfil da demanda por habitação. Os grupos mais afetados incluem jovens, idosos, pessoas com deficiência, famílias com crianças, trabalhadores de renda baixa e média e profissionais essenciais, como professores e trabalhadores da saúde. O Conselho recomenda que os Estados-membros desenvolvam políticas de habitação mais inclusivas, promovendo acessibilidade, moradias adaptadas e iniciativas de convivência intergeracional. Entre as causas da escassez habitacional estão a concentração de empregos e oportunidades educacionais em grandes cidades, o aumento dos custos de construção, a especulação imobiliária e a expansão dos aluguéis de curta duração. As conclusões defendem mais investimentos públicos e privados, reutilização de edifícios existentes e redução de entraves burocráticos para ampliar a oferta de moradias. O texto também ressalta a necessidade de integrar objetivos ambientais às políticas de habitação, equilibrando eficiência energética, custos de construção e acessibilidade econômica.

Para agendas de saúde e proteção social, o documento reforça a compreensão da moradia como determinante social da saúde, associando habitação adequada a inclusão social, envelhecimento saudável, mobilidade laboral e bem-estar das populações vulneráveis. Os profissionais de saúde são identificados entre os grupos particularmente afetados pela crise habitacional. Embora a reunião tenha tido foco predominantemente social, os temas debatidos têm interface direta com determinantes sociais da saúde, especialmente: pobreza e exclusão social; habitação adequada; proteção de grupos vulneráveis (meninas e jovens); qualidade do trabalho e equidade de gênero; e impactos das mudanças demográficas no bem-estar da população.

Houve análise do Pacote da Primavera do Semestre Europeu, instrumento de coordenação das políticas econômicas e sociais da EU, que trouxe destaque à saúde e habitação. O Pacote de Primavera de 2026 integra o Semestre Europeu, o sistema de governança da UE para a coordenação das políticas econômicas e sociais dos Estados-Membros. Os relatórios por país do Pacote de Primavera apresentam uma análise aprofundada da evolução econômica, social e do emprego em cada Estado-Membro. As Recomendações Específicas por País deste ano relacionadas com a saúde abordam desafios estruturais, incluindo o acesso aos cuidados de saúde, a escassez de mão de obra e o reforço dos cuidados de saúde primários e da prevenção. Pela primeira vez, a habitação constitui também um foco central. Cada relatório por país inclui agora um anexo dedicado à habitação, com recomendações para melhorar a acessibilidade económica e enfrentar as pressões no setor habitacional.

Outro destaque é a Cúpula da Otan, que será realizada em Ancara, na Turquia, entre 7 e 8 de julho, intervalo entre a escrita e a apresentação deste Informe. A expectativa é que o presidente estadunidense, Donald Trump, intensifique a pressão para que os países-membros europeus aumentem seus gastos em defesa, rumo à nova meta de 5% do PIB até 2035. Para

amenizar a pressão, o secretário-geral, Mark Rutte, anunciou a assinatura de novos contratos de defesa estimados em dezenas de bilhões de dólares, para aquisição de equipamentos militares essenciais para reforçar a dissuasão e a defesa do bloco. O plano visa impulsionar a produção industrial de defesa tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. O cenário no qual a Cúpula acontece é de dúvida acerca da permanência dos EUA na Aliança, tendo em vista declarações do mandatário estadunidense que questionam o regime, as ameaças de anexação da Groenlândia e o recente anúncio de retirada de 5.000 soldados de bases estadunidenses na Alemanha. Informações sobre os principais resultados da Cúpula serão divulgadas no Informe 12.

Um artigo publicado no *British Medical Journal* (BMJ) analisa os impactos financeiros e na saúde pública em consequência ao acordo comercial de produtos farmacêuticos firmado entre o Reino Unido e os Estados Unidos. Pelo acordo, o governo britânico se compromete a duplicar os gastos com novos medicamentos de marca, passando de 0,3% para 0,6% do PIB até 2036, aumentando os custos financeiros do sistema nacional de saúde britânico, o NHS. O impacto é milionário: estima-se um custo adicional para o NHS de 1,3 bilhão de libras esterlinas em 2028, acumulando um total de 44,7 bilhões até o fim de 2036. Se incluídos os impactos na assistência social de adultos, o valor sobe para 54,6 bilhões de libras esterlinas. O acordo prevê ainda mudanças nos critérios de preço, flexibilizando limites. O limite de custo-benefício utilizado pelo NICE (órgão que avalia quais medicamentos o NHS deve comprar) foi ampliado. Antes, o teto era de 20.000–30.000 libras esterlinas por ano de vida saudável ganho (QALY); a partir de abril de 2026, passou para 25.000–35.000. Também houve redução de descontos: a taxa de reembolso que as indústrias farmacêuticas devolvem ao NHS quando os gastos excedem as metas (VPAG) foi cortada de 23% para 14,5%. Na prática, o Reino Unido pagará mais caro por remédios que já seriam aprovados de qualquer forma.

Como consequências para a saúde pública, o artigo alerta para o aumento de mortes, pois como o orçamento do NHS é finito, o desvio de recursos para pagar medicamentos de marca mais caros, gerará perda de verba em outras áreas, causando 229.000 mortes adicionais e evitáveis até 2036, número que vai a 291.000 mortes, se somado ao impacto na assistência social. O estudo diz que o corte de verbas afetará principalmente o tratamento de doenças crônicas e preventivas (como problemas cardiovasculares e respiratórios), prejudicando sobretudo as populações de áreas mais carentes. O artigo conclui que os benefícios propagandeados são incertos, pois embora o governo promova o acordo destacando a tarifa zero de exportação para os EUA por 3 anos, o Reino Unido é um importador líquido de medicamentos. Logo, o maior benefício financeiro deve ficar com as multinacionais farmacêuticas. O relatório de impacto oficial do Departamento de Saúde britânico (DHSC) não foi liberado ao público. Campanhas civis e grupos de pacientes já iniciaram ações legais exigindo transparência e debate parlamentar sobre o tema. Assinado em dezembro pelo primeiro-ministro Keir Starmer e pelo presidente Donald Trump, o acordo isenta exportações médicas britânicas de tarifas estadunidenses por 3 anos, em troca da duplicação de gastos do NHS britânico com novos medicamentos dos EUA até 2036.

Considerações Finais

A quinzena reforça a percepção de que a Europa enfrenta um período de convergência entre crises climáticas, sociais, econômicas e geopolíticas. As ondas de calor deixaram de representar eventos excepcionais para se consolidarem como um desafio estrutural, exigindo respostas permanentes dos governos acerca de sistemas de saúde, infraestrutura urbana e

políticas de proteção social, evidenciando que a preparação para eventos extremos passa a ser um componente indispensável da governança em saúde.

Ao mesmo tempo, a agenda da UE demonstra que temas tratados de forma setorial — como habitação, pobreza, mercado de trabalho, competitividade e segurança — passam a ser compreendidos de maneira cada vez mais integrada, reconhecendo seus impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar das populações. A incorporação da habitação como prioridade no Semestre Europeu e as discussões do Conselho de Políticas Sociais ilustram esse movimento de fortalecimento da abordagem dos determinantes sociais da saúde.

No campo geopolítico, a nova presidência irlandesa do Conselho da União Europeia, a expectativa em torno da Cúpula da OTAN e as negociações comerciais envolvendo o Reino Unido evidenciam um cenário complexo, no qual segurança, autonomia estratégica, sustentabilidade fiscal e acesso à saúde permanecem fortemente interligados.

Em conjunto, os acontecimentos desta quinzena sinalizam que a capacidade de antecipação, adaptação e coordenação intersetorial será cada vez mais determinante para a resposta europeia aos desafios contemporâneos. A preparação para os impactos das mudanças climáticas, o fortalecimento dos sistemas de saúde e a integração das políticas sociais deverão permanecer entre os principais eixos da agenda europeia nos próximos meses, a despeito da militarização e do aumento dos gastos em defesa e segurança, que vem drenando recursos de importantes áreas sociais.

Mil dias de guerra: Gaza devastada, crianças sem futuro e o acelerado apagamento palestino na Cisjordânia

Mil días de guerra: Gaza devastada, niños sin futuro y el acelerado borrado palestino en Cisjordania

One thousand days of war: Gaza devastated, children without a future, and the accelerating erasure of Palestinians in the West Bank

Lúcia Marques

O imperialismo foi e continua sendo uma filosofia política cujo objetivo e razão de ser é a expansão territorial e legitimação. Conquistar e manter um império significa conquistar e manter um domínio que implica diversas operações [...], isto é, converter povos, terras e ideias para seus propósitos.[1]

Resumo: Na data que registra mil dias de guerra em Gaza, o informe traz vários relatórios de agências e órgãos de ajuda humanitária que atuam nos Territórios Palestinos que confirmam que Israel continua a cometer os crimes de genocídio e *apartheid* e segue ceifando vidas de crianças. Os relatórios registram a matança de crianças palestinas em Gaza e o aumento acentuado na violência perpetrada por colonos israelenses contra crianças na Cisjordânia. Crianças palestinas foram presas e submetidas a tortura e a outras formas severas de maus tratos em prisões israelenses, sem informações sobre seu paradeiro. As forças de segurança israelenses também usaram a violência sexual contra crianças como parte da vergonha coletiva e da opressão. Mil dias de guerra em Gaza. Mais de 73.066 palestinos mortos, mais de 21 mil crianças mortas. Mais de 173.000 feridos e sequelados, sem contar os milhares de desaparecidos. Centenas de crianças órfãs, mais de 637 mil sem acesso à educação, vivendo insegurança alimentar e deslocamentos forçados. Ceifar a infância de uma população, planejadamente, é limpeza étnica. É o "apagamento" dos palestinos. Gaza está em escombros; a ajuda humanitária restrita e o Conselho de Paz criado e liderado pelo presidente americano, Donald Trump, e lançado com alarde e bilhões de dólares em promessas internacionais no início deste ano, com o único objetivo da recuperação de Gaza, agora diz pouco publicamente. O cessar-fogo não saiu do papel. Promessas não foram cumpridas. São as crianças que estão a pagar o preço alto. O mundo falhou com elas. Enquanto isso, Benjamin Netanyahu busca a reeleição neste 27 de outubro.

Palavras chaves: Mil dias de guerra; morte e violência contra crianças; crime étnico; apagamento palestino; Gaza; Cisjordânia; Israel.

Resumen: *En la fecha que registra mil días de guerra en Gaza, el informe presenta varios reportajes de agencias y organismos de ayuda humanitaria que operan en los Territorios Palestinos, los cuales confirman que Israel sigue cometiendo los crímenes de genocidio y apartheid, y continúa cobrando las vidas de niños e infantes. Los informes registran la matanza de niños palestinos en Gaza y el marcado aumento de la violencia perpetrada por colonos israelíes contra menores en Cisjordania. Niños palestinos han sido arrestados y sometidos a*

[1] Said, Edward W. 1935-2003. *A Questão Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. Pag. 83.

torturas y otras formas graves de maltrato en prisiones israelíes, sin información sobre su paradero. Las fuerzas de seguridad israelíes también han utilizado la violencia sexual contra los menores como parte de la humillación colectiva y la opresión. Mil días de guerra en Gaza. Más de 73.066 palestinos muertos, más de 21.000 niños muertos. Más de 173.000 heridos y con secuelas permanentes, sin contar los miles de desaparecidos. Cientos de niños huérfanos, más de 637.000 sin acceso a la educación, viviendo en la inseguridad alimentaria y bajo desplazamientos forzados. Segar la infancia de una población, de manera planificada, es una limpieza étnica. Es el "borrado" de los palestinos. Gaza está en escombros; la ayuda humanitaria restringida y el Consejo de Paz creado y liderado por el presidente estadounidense, Donald Trump – lanzado con bombos y platillos y miles de millones de dólares en promesas internacionales a principios de este año, con el único objetivo de la recuperación de Gaza –, ahora dice poco públicamente. El alto el fuego no pasó del papel. Las promesas no se cumplieron. Son los niños quienes están pagando un precio muy alto. El mundo les ha fallado. Mientras tanto, Benjamín Netanyahu busca la reelección este 27 de octubre.

Palabras clave: *Mil días de guerra; muerte y violencia contra los niños; crimen étnico; borrado palestino; Gaza; Cisjordania; Israel.*

Abstract: *On the date marking one thousand days of war in Gaza, this brief features several reports from agencies and humanitarian aid organizations operating in the Palestinian Territories, confirming that Israel continues to commit the crimes of genocide and apartheid, and continues to claim the lives of children. The reports document the killing of Palestinian children in Gaza and a sharp increase in violence perpetrated by Israeli settlers against children in the West Bank. Palestinian children have been arrested and subjected to torture and other severe forms of ill-treatment in Israeli prisons, with no information regarding their whereabouts. Israeli security forces have also used sexual violence against children as part of collective shaming and oppression. One thousand days of war in Gaza. More than 73,066 Palestinians killed, more than 21,000 children killed. Over 173,000 injured and permanently disabled, not to mention the thousands missing. Hundreds of orphaned children, more than 637,000 without access to education, living in food insecurity and forced displacement. Deliberately claiming the childhood of a population is ethnic cleansing. It is the "erasure" of the Palestinians. Gaza lies in ruins; humanitarian aid is restricted, and the Peace Council created and led by American President Donald Trump–launched with great fanfare and billions of dollars in international promises earlier this year with the sole objective of recovering Gaza – now says little publicly. The ceasefire never left the paper. Promises were not kept. It is the children who are paying a heavy price. The world has failed them. Meanwhile, Benjamin Netanyahu seeks reelection this October 27th.*

Keywords: *One thousand days of war; death and violence against children; ethnic crime; Palestinian erasure; Gaza; West Bank; Israel.*

Chegamos a um marco desolador: a guerra em Gaza completou 1.000 dias neste início de julho. Apesar do acordo formal de cessar-fogo estabelecido em outubro de 2025, os dados mostram que a agressão e o desmantelamento das condições de vida continuam de forma diária e sistemática, seguem acontecendo por meio de bombardeios pontuais, bloqueios logísticos severos na Faixa de Gaza e uma forte engrenagem de anexação territorial na Cisjordânia. Autoridades israelenses e forças de segurança têm deliberadamente como alvo crianças

palestinas, resultando em genocídio, crimes de atrocidade e crimes de guerra nos Territórios Palestinos.[2]

Enquanto o mundo está prestando atenção na guerra dos EUA contra o Irã, aos ataques de Israel no Líbano e acompanha atentamente aos jogos da Copa do Mundo, vidas palestinas, principalmente de crianças, continuam sendo ceifadas.

São 1.000 dias desde o ataque liderado pelo Hamas contra o sul de Israel, em 7 de outubro de 2023, que matou cerca de 1.200 pessoas e fez 251 reféns. A retaliação de Israel matou um total de 73.066 palestinos.[3] De acordo com um relatório da ONU, mais de 173.000 pessoas ficaram feridas desde então.[4] Embora tenham diminuído consideravelmente desde que o cessar-fogo entrou em vigor, os ataques israelenses continuam quase diariamente. O desrespeito prático aos acordos de trégua pode ser acompanhado através de algumas mídias e de relatórios de agências sobre proteção infantil. Lesões físicas e mentais graves, traumas em massa, orfandade, separação, incapacidade, deslocamentos repetidos, fome e o colapso da educação e da saúde apagaram a infância e continuarão a afetar as crianças em Gaza ao longo de suas vidas.[5] São as crianças que estão a pagar o preço alto. O mundo falhou com elas.

O comunicado oficial da *Plan International* repercutido pela *Reliefweb* – principal serviço de informação humanitária fornecido pela OCHA (Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU) – 1000 days of war: Gaza's children continue to pay heaviest price, aponta que mais de 21.000 crianças foram mortas no cômputo geral da guerra. O texto traz o dado alarmante de que 93% das escolas de Gaza foram destruídas ou severamente danificadas, deixando mais de 637 mil crianças completamente sem acesso à educação e vivendo sob deslocamentos forçados repetidos.

Segundo o relatório *"The essence of childhood has been destroyed: Israel's deliberate targeting of Palestinian children in the Occupied Palestinian Territory since 7 October 2023",* da Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, divulgado em junho, Israel continua a cometer genocídio e crimes de atrocidade ao deliberadamente atacar crianças palestinas. O documento descreve o direcionamento deliberado e a matança de crianças palestinas, inclusive no período pós-cessar-fogo desde o plano de paz de Gaza de outubro de 2025. O relatório analisa o aumento acentuado na violência perpetrada por membros de colonos israelenses contra crianças palestinas na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental.

A Comissão examina o uso de tortura e de tratamento desumano e degradante, incluindo violência sexual e baseada em gênero, contra crianças palestinas, particularmente durante prisões em massa e na detenção – as forças de segurança israelenses também usaram a violência sexual contra crianças como parte da vergonha coletiva e da opressão. O texto analisa o padrão de direcionamento de Israel contra a infraestrutura crítica essencial para as crianças, como instalações de saúde, e suas consequências a curto e longo prazo, bem como o impacto da violência reprodutiva sobre os recém-nascidos, resultando em condições precárias de saúde

[2] https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session62/a-hrc-62-crp-2.pdf

[3] https://www.pbs.org/newshour/world/gazas-future-remains-uncertain-as-palestinians-and-israelis-mark-1000-days-of-war

[4] As últimas atualizações de vítimas também estão disponíveis no Painel Unificado do Health Cluster.

[5] https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/06/israel-continues-commit-genocide-and-other-atrocity-crimes-deliberately

neonatal e nos resultados dos partos; ataques a orfanatos e escolas, impactando a perda de cuidados para órfãos e crianças desacompanhadas, e induzindo danos acadêmicos e interrupções na aprendizagem das crianças, respectivamente.

O documento relata o impacto das condições de vida impostas por Israel em Gaza, resultando na mortalidade evitável de crianças, agravando a morbidade e causais graves traumas mentais decorrentes dos ataques implacáveis e generalizados por parte de Israel ao longo de dois anos – revelando, coletivamente, danos graves e multifacetados à sobrevivência, saúde e desenvolvimento das crianças palestinas. Além disso, a Comissão examina como soldados israelenses zombam e transformam em armas os símbolos da infância em Gaza, levantando questões éticas, disciplinares e jurídicas sobre a conduta das forças de segurança israelenses durante a invasão terrestre de Gaza.[6]

No relatório, Comissão reitera que o ataque deliberado às crianças é um dos elementos-chave que estabelecem a intenção genocida das autoridades israelenses e das forças de segurança de destruir o grupo palestino, no todo ou em parte, em Gaza.

A cobertura especial da PBS News, Gaza's future remains uncertain as Palestinians and Israelis mark 1,000 days of war, relata que as forças israelenses controlam permanentemente mais da metade do território de Gaza e pretendem expandir para 70%. A matéria demonstra que os ataques aéreos a acampamentos continuam sendo quase diários. O Ministério da Saúde de Gaza já conta mais de 1.050 civis mortos apenas desde a assinatura do cessar-fogo, incluindo o assassinato recente de jornalistas e estudantes a caminho das escolas.



Mapa da ocupação israelense na Faixa de Gaza – parte integrante do relatório/infográfico da OCHA de 22 de junho de 2026. Disponível em https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-17-june-2026

A ONU alerta que a expansão do controle israelense em Gaza aumenta o risco para os civis palestinos e restringe severamente as operações humanitárias. Segundo o relatório, as forças israelenses usaram força letal para impor restrições de acesso nessas áreas, onde também ocorreram ataques e trocas de fogo. A maioria dos habitantes do enclave foi

6 https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session62/a-hrc-62-crp-2.pdf

deslocada várias vezes e agora está concentrada em áreas cada vez mais limitadas, vivendo em meio à insegurança e à violência.[7]

Saúde em crise

Agências humanitárias também alertaram que doenças de pele e diarreia aguda continuam a se espalhar, impulsionadas pela superlotação e pelas más condições de água e saneamento. A resposta à ajuda continua limitada por severas restrições de acesso e escassez de financiamento, com menos de um quarto do apelo humanitário deste ano financiado até agora.

O relatório da OCHA: Humanitarian Situation Report, de maio de 2026, aponta que as restrições israelenses à entrada de peças de reposição e óleo lubrificante causaram uma pane massiva em geradores e caminhões de ajuda. Apenas 16 das 73 estações de esgoto de Gaza funcionam, gerando vazamento crônico de detritos nas ruas e águas subterrâneas. O documento também monitora os picos de infecções epidemiológicas.

Outro boletim subsequente aponta a crise de reabilitação médica, estimando que mais de 43.000 pessoas em Gaza sofrem com sequelas físicas permanentes e traumas graves (como amputações e lesões cerebrais), sendo um quarto crianças. Nenhuma clínica de reabilitação funciona plenamente devido ao veto israelense à importação de próteses e equipamentos médicos sob a justificativa de "duplo uso".

A compilação da ReliefWeb sobre os Attacks on Health Care in the oPt monitora a destruição contínua. Mais de 95% dos 3.200 incidentes violentos registrados contra hospitais e profissionais de saúde no período acumulado são atribuídos às forças israelenses, listando prisões arbitrárias de médicos e suspensões forçadas de serviços essenciais da ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF) em Khan Yunis.

Cisjordânia: violência de colonos e anexação estrutural planejada

O foco internacional costuma negligenciar a Cisjordânia, mas relatórios de direitos humanos de 2026 ligaram o sinal de alerta máximo para o que chamam de limpeza étnica institucionalizada. Os relatórios mais institucionais (ONU e Anistia) convergem na mudança de vocabulário em 2026, utilizando explicitamente termos de peso jurídico internacional como "limpeza étnica**"**, **"**anexação ilegal" e "apartheid" para classificar as ações do atual governo israelense.

O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos emitiu um parecer contundente Cisjordania: ONU Derechos Humanos advierte la anexión ilegal por parte de Israel, que detalha as reformas administrativas israelenses destinadas a permitir que cidadãos e o próprio Estado comprem terras diretamente em determinadas áreas, violando as leis internacionais de ocupação, para sufocar economicamente e desconfigurar a demografia palestina de forma permanente.

Um amplo dossiê investigativo da Anistia Internacional lançado recentemente, *A aceleração da limpeza étnica de palestinos por Israel deve impulsionar uma ação global para deter a anexação da Cisjordânia*, traz dados de satélite e depoimentos mostrando o desaparecimento completo de comunidades pastoris palestinas sob o terror da violência de

[7] https://www.ochaopt.org/content/expansion-areas-under-israeli-control-gaza-endangers-civilians-and-relief-efforts

colonos israelenses. O relatório enfatiza que essa violência não é de “extremistas isolados”, mas sim planejada, financiada e armada pelo próprio governo de Israel para forçar o êxodo populacional da Área C.

Segundo o documento, o apoio tácito ou explícito da comunidade internacional aos crimes de Israel, incluindo genocídio e *apartheid*, e sua falta de determinação em pôr fim a eles encorajou as autoridades israelenses a intensificar uma campanha brutal de deslocamento forçado da população palestina e a expansão de seu controle sobre a terra na Cisjordânia. A organização descreve como as autoridades israelenses estão acelerando a anexação por meio de uma campanha de limpeza étnica impulsionada pelo Estado visando as comunidades palestinas beduínas e engajadas no pastoreio da Área C[8] da Cisjordânia ocupada, enquanto comete o crime contra humanidade promovendo a transferência forçada.



Mapa cortesia de SoWhAt249 [CC BY-SA 4.0], via Wikimedia Commons

Disponível em https://www.anera.org/what-are-area-a-area-b-and-area-c-in-the-west-bank/

Essas agressões são o resultado direto de uma política de Estado que incorporou e promoveu a visão do “Israel Maior” defendida pelo movimento de colonos, uma ideologia que considera a Área entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, incluindo a totalidade do Território Palestino Ocupado (OPT), parte integrante de Israel.

Embora este relatório abranja o período entre dezembro de 2022 e dezembro de 2025, esses crimes hediondos continuam a ser cometidos e são parte integrante do sistema de apartheid israelense, em curso. A Anistia Internacional realizou uma pesquisa sobre 27 comunidades de beduínos e pastores que sofreram deslocamento forçado na Área C entre 2023 e 2025 ou estavam em risco de deslocamento.

A Área C é a única faixa territorial contínua, rica em recursos hídricos e terras agricultáveis (incluindo todo o Vale do Jordão) e abrange mais de 60% da Cisjordânia. Israel mantém controle militar e administrativo total sobre essa zona. É exatamente onde o relatório da Anistia aponta a aceleração das demolições de propriedades palestinas e a expansão desenfreada de assentamentos judeus.

Ao todo, 60% da Área C é composta por essas zonas de tiro, terras militares, terras estatais e reservas naturais. Os residentes palestinos enfrentam dificuldades para obter permissões de uso da terra para construção de moradias e agricultura nos 40% restantes.

[8] A Área C abriga comunidades beduínas e pastorais, concentrando-se em três lugares emblemáticos que haviam sofrido ou estavam em risco de deslocamento de colonos entre 2023 e 2025, a saber: Zanuta, nas colinas do sul de Hebron; Ein Samia, no meio do Vale do Jordão, e Al-Pharisiya, Ein al-Hilweh e Majoul, conjunto de pequenas comunidades no norte do Vale do Jordão.

As Áreas A (cinza claro) e B (cinza escuro) são verdadeiros “enclaves” ou ilhas populacionais palestinas isoladas umas das outras pela Área C. A Área A está sob controle civil e de segurança da Autoridade Palestina, enquanto a Área B possui controle civil palestino e controle militar compartilhado com Israel.

Um terço das comunidades palestinas na Área C não possui escola primária, obrigando as crianças a percorrerem longas distâncias a pé ou de carro para chegar à escola mais próxima. Mais de 70% das comunidades na Área C não estão ligadas à rede de abastecimento de água e dependem de caminhões-pipa, a um custo muito mais elevado. Quase metade das comunidades palestinas na Área C relata que o acesso a cuidados de saúde básicos e de emergência é dificultado pelas longas distâncias até a clínica mais próxima ou pela necessidade de passar por postos de controle.[9]

Como a Área C envolve e isola todas as cidades palestinas das Áreas A e B, o controle israelense sobre ela inviabiliza a continuidade territorial e a própria viabilidade econômica de um futuro Estado Palestino. O relatório da Anistia denuncia que a violência e a expropriação sistemática de terras nessa região laranja têm como objetivo final a anexação formal e legal da totalidade da Área C por Israel.

“Nosso relatório revela que esses abusos não são resultado de algumas ‘maçãs podres’. A violência dos colonos é um componente central de uma campanha de limpeza étnica sancionada pelo Estado, fundamental para a manutenção do sistema de apartheid de Israel,” afirma Agnès Callamard, Secretária-Geral da Anistia Internacional.[10]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mil dias de guerra em Gaza. Mais de 73.066 palestinos mortos, mais de 21 mil crianças mortas. Mais de 173.000 feridos e sequelados, sem contar os milhares de desaparecidos. Centenas de crianças órfãs, mais de 637 mil sem acesso à educação, vivendo insegurança alimentar e deslocamentos forçados.

Israel continua a cometer os crimes de genocídio e *apartheid*. O povo de Gaza foi submetido de forma massiva à fome, homicídios e deslocamentos, juntamente com a destruição de casas e outras infraestruturas civis, todas as quais persistiram apesar da assinatura de acordos de cessar-fogo. Na Cisjordânia, a escalada de ataques e assassinatos por colonos israelenses e forças armadas, juntamente com outras violações de direitos humanos.

Os relatórios registram a matança de crianças palestinas em Gaza e o aumento acentuado na violência perpetrada por membros de colonos israelenses contra crianças palestinas na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. Crianças palestinas foram presas e submetidas a tortura e outras formas severas de maus tratos em prisões israelenses e instalações de detenção, sem informações sobre seu paradeiro. As forças de segurança israelenses também usaram a violência sexual contra crianças como parte da vergonha coletiva e da opressão.

Ceifar a infância de uma população/etnia, planejadamente, é limpeza étnica. É o “apagamento” dos palestinos.

[9] https://www.anera.org/what-are-area-a-area-b-and-area-c-in-the-west-bank/

[10] https://www.amnesty.org/en/latest/news/2026/06/acceleration-of-israels-ethnic-cleansing-of-palestinians-must-spur-global-action-to-halt-west-bank-annexation/

Gaza está em escombros; a ajuda humanitária restrita e o Conselho de Paz criado e liderado pelo presidente americano, Donald Trump, e lançado com alarde e bilhões de dólares em promessas internacionais no início deste ano, com o único objetivo da recuperação de Gaza, agora diz pouco publicamente.[11] O cessar-fogo que foi feito para trazer um aumento na ajuda humanitária, como medicamentos e combustível, não saiu do papel. Grupos de ajuda e outras agências dizem que isso não aconteceu de fato. Promessas não foram cumpridas. São as crianças que estão a pagar o preço alto. O mundo falhou com elas.

Enquanto isso, Benjamin Netanyahu busca a reeleição neste 27 de outubro.

[11] https://www.pbs.org/newshour/world/gazas-future-remains-uncertain-as-palestinians-and-israelis-mark-1000-days-of-war

Assistência social e monetária

Asistencia social y económica

Social and currency assistance

André Costa Lobato e Anabela Santiago

Resumo: China permite empréstimos em RMB donas de títulos nacionais para compensar a ausência de livre fluxos de capitais e toma outras medidas para fortalecer o uso internacional de sua moeda nos âmbitos comercial e financeiro. O Fórum de verão de Davos em Dalian discute saúde e tecnologia, incluindo longevidade e as oportunidades das novas terapias. Em uma aparição incomum, vice-ministro chinês faz videochamada em evento organizado por Macron na véspera de encontro do G7. Nova lei de assistência social entrou em vigor e representa um marco na atenção básica do país, unificando diversas políticas sociais. No âmbito ambiental, um novo plano de descarbonização propõe elevar a produtividade energética de setores de alto consumo.

Palavras-chave: Moeda; Europa; Energia; Assistência Social.

Resumen: *China permite que las titulares de bonos nacionales obtengan préstamos en RMB para compensar la falta de libre circulación de capitales y adopta otras medidas para reforzar el uso internacional de su moneda en los ámbitos comercial y financiero. El Foro de Verano de Davos, celebrado en Dalian, aborda temas de salud y tecnología, entre ellos la longevidad y las oportunidades que ofrecen las nuevas terapias. En una aparición inusual, el viceministro chino realiza una videollamada en un acto organizado por Macron en vísperas de la cumbre del G7. La nueva ley de asistencia social ha entrado en vigor y supone un hito en la atención básica del país, al unificar diversas políticas sociales. En el ámbito medioambiental, un nuevo plan de descarbonización propone aumentar la productividad energética de los sectores de alto consumo.*

Palabras clave: *Moneda; Europa; Energía; Asistencia social.*

Abstract: *China allows holders of domestic bonds to take out RMB-denominated loans to offset the lack of free capital flows and is taking other measures to boost the international use of its currency in trade and finance. The Summer Davos Forum in Dalian is discussing health and technology, including longevity and opportunities presented by new therapies. In a rare move, a Chinese vice minister joined an event organized by Macron via video call on the eve of the G7 summit. A new social assistance law has come into effect, marking a milestone in the country's primary social services by unifying various social policies. On the environmental front, a new decarbonization plan proposes increasing energy productivity in high-consumption sectors.*

Keywords: *Currency; Europe; Energy; Social Assistance.*

DIPLOMACIA

Aparição pré-G7

Às vésperas da reunião de líderes do G7, a China participou de um raro diálogo econômico com representantes dos países do grupo, em um movimento que sinaliza a disposição de Pequim para manter canais de comunicação abertos apesar do aumento das tensões comerciais. O vice-primeiro-ministro Zhang Guoqing participou por videoconferência, em 11 de junho, da World Convergence Summit for Growth, iniciativa presidida pelo presidente francês, Emmanuel Macron, concebida como um fórum de diálogo econômico que antecede a cúpula do G7, e não como um evento oficial do grupo.

Pequim tradicionalmente evita engajamentos em formato coletivo com o G7. Em diferentes ocasiões, autoridades chinesas afirmaram que o mundo não deve ser organizado em blocos de influência ou por meio de mecanismos de contenção voltados contra países específicos, defendendo uma ordem internacional mais multipolar e baseada na cooperação econômica.

Durante sua intervenção, Zhang reiterou a posição oficial da China em favor da abertura econômica e do livre comércio. O vice-primeiro-ministro defendeu uma avaliação objetiva das vantagens comparativas de cada país, a criação de um ambiente comercial livre e conveniente e afirmou que a China continuará ampliando sua política de abertura de alto padrão para compartilhar oportunidades de desenvolvimento com outras nações.

O diálogo ocorre em um momento de crescente deterioração das relações comerciais entre a China e diversas economias do G7. A União Europeia tem endurecido seu discurso diante do aumento do déficit comercial com Pequim e das preocupações relacionadas com as dificuldades de competir economicamente com a crescente produtividade chinesa, especialmente em setores como veículos elétricos, baterias e tecnologias limpas.

Globalização do Renminb[1,2,3,4]

Autoridades financeiras da China anunciaram um amplo conjunto de medidas destinadas a acelerar a internacionalização do renminbi (RMB), durante o Fórum de Lujiazui 2026, principal evento anual do setor financeiro chinês. As iniciativas, apresentadas pelo governador do Banco Popular da China (PBOC), Pan Gongsheng, pelo vice-primeiro-ministro He Lifeng e por dirigentes dos principais órgãos reguladores do país, concentram-se no

[1] CPC PBOC Committee Holds a Meeting to Convey and Study the Guidelines of the Fourth Plenary Session of the 20th CPC Central Committee. https://www.pbc.gov.cn/en/3688006/5876310/5894804/index.html (accessed 1 July2026).

[2] China's Macroprudential Management System: Development Practice and Future Evolution-Keynote Speech by Governor Pan Gongsheng at the Annual Conference of Financial Street Forum 2025. https://www.pbc.gov.cn/en/3688006/5876310/ee043694fdf24131852cff99d27822b9/index.html (accessed 1 July2026).

[3] The Evolution of Financial Structure and the Modernization of Financial Markets in China -- Keynote Speech by Governor Pan Gongsheng at the 2026 Lujiazui Forum. https://www.pbc.gov.cn/en/3688110/3688175/2026062013522952102/index.html (accessed 1 July2026).

[4] RMB internationalization – moving beyond the foundations | The weekly recap – Trivium China. https://triviumchina.com/2026/06/26/rmb-internationalization-moving-beyond-the-foundations-the-weekly-recap/(accessed 4 July2026).

fortalecimento da infraestrutura financeira necessária para ampliar o uso internacional da moeda chinesa.

O novo pacote busca eliminar entraves operacionais que ainda limitam sua utilização como moeda de investimento, reserva internacional e financiamento global.

Para isso foi criada a FIMA RMB Repo Facility, uma nova facilidade de liquidez que permite que bancos centrais estrangeiros, autoridades monetárias, organizações financeiras internacionais e fundos soberanos emprestem RMB do PBOC usando suas participações de títulos chineses de alta qualidade (títulos do governo, contas do banco central e títulos financeiros de política) como garantia. O objetivo é dar liquidez para as reservas em RMB.

Outra iniciativa relevante foi o lançamento, previsto para 3 de agosto de 2026, de contratos futuros de títulos públicos chineses de cinco anos na Bolsa de Hong Kong (HKEX). O novo instrumento permitirá que investidores internacionais protejam suas carteiras contra oscilações nas taxas de juros, suprindo uma das principais lacunas do mercado financeiro chinês. Até maio deste ano, investidores estrangeiros detinham aproximadamente RMB 2 trilhões em títulos públicos da China.

No campo da abertura financeira, a Administração Estatal de Câmbio (SAFE) anunciou uma nova rodada de cotas do programa Qualified Domestic Institutional Investor (QDII), ampliando as possibilidades de investimento externo por instituições financeiras chinesas. Também foram anunciadas medidas para simplificar procedimentos cambiais relacionados ao investimento direto no exterior, flexibilizar empréstimos em moeda estrangeira e facilitar programas de remuneração com participação acionária transfronteiriça.

Segundo as autoridades, essas mudanças buscam promover uma abertura gradual e controlada da conta de capitais, permitindo maior circulação de recursos por canais regulados e reduzindo riscos associados à fuga desordenada de capitais.

O Banco Popular da China também autorizou seis dos maiores bancos comerciais do país a realizar operações cambiais envolvendo o yuan offshore (CNH) diretamente por meio da plataforma China Foreign Exchange Trade System (CFETS), na Zona de Livre Comércio de Xangai. A medida deverá ampliar a liquidez do mercado offshore de RMB e reforçar o papel de Xangai como centro internacional de negociação, alocação de ativos e gestão de riscos denominados na moeda chinesa.

Durante o fórum, o vice-primeiro-ministro He Lifeng reiterou o compromisso do governo em consolidar Xangai como um centro financeiro internacional voltado para ativos em RMB. Entre as iniciativas em andamento estão a implementação de um plano de desenvolvimento para o Centro Financeiro Internacional de Xangai e a expansão de projetos-piloto de serviços financeiros offshore.

As autoridades também informaram que o Centro Internacional de Operações do Renminbi Digital entrou plenamente em funcionamento e que a plataforma CBETS, destinada à liquidação internacional de pagamentos com yuan digital, iniciou oficialmente suas operações.

No campo da política monetária, o Banco Popular da China anunciou ainda o estreitamento do corredor das taxas de juros de mercado, reduzindo sua amplitude de 70 para 50 pontos-base. A medida busca tornar a transmissão da política monetária mais eficiente e previsível.

Analistas avaliam que o conjunto de medidas representa um novo estágio da estratégia chinesa de internacionalização do yuan. Em vez de desafiar diretamente a predominância global do dólar, Pequim concentra esforços na construção da infraestrutura financeira necessária para tornar o RMB mais líquido, acessível e funcional para investidores internacionais.

As iniciativas atacam obstáculos específicos à expansão internacional da moeda, como a obtenção de liquidez, instrumentos de proteção contra riscos financeiros, maior mobilidade de capitais e aprofundamento do mercado offshore. Embora o dólar permaneça amplamente dominante no sistema financeiro internacional, especialistas consideram que o governo chinês está estabelecendo as bases para ampliar gradualmente o papel do yuan como moeda de investimento, financiamento e reserva nas próximas décadas.

SAÚDE

Summer Davos 2026: da inovação em escala à agenda chinesa para a saúde

Entre 23 e 25 de junho de 2026, a cidade chinesa de Dalian acolheu a 17.ª Reunião Anual dos Novos Campeões do Fórum Económico Mundial, mais conhecida como *Summer Davos*. O encontro decorreu sob o tema "Innovating at Scale" e reuniu mais de 1.700 participantes de mais de 90 países e regiões. Embora apresentado sobretudo como uma plataforma de debate económico e tecnológico, o fórum também permitiu observar a crescente centralidade da saúde na agenda chinesa de inovação, ainda que frequentemente integrada em categorias mais amplas como biomedicina, inteligência artificial, tecnologias emergentes, envelhecimento saudável, sustentabilidade ambiental e transformação industrial[5] [6].



Fonte: CGTN

O interesse do *Summer Davos 2026* para a saúde pública reside precisamente nessa articulação entre inovação tecnológica e aplicação em larga escala. A narrativa dominante nas fontes chinesas não se limita à invenção científica ou ao desenvolvimento de protótipos

[5] Global Times. 2026. 2026 Summer Davos shows how China's 'innovating at scale' can empower the world. https://www.globaltimes.cn/page/202606/1364180.shtml

[6] Campeão das Províncias. 2026. Davos de Verão destaca papel da inovação chinesa na cooperação económica global. https://www.campeaoprovincias.pt/2026/06/29/davos-de-verao-destaca-papel-da-inovacao-chinesa-na-cooperacao-economica-global/

laboratoriais. Insiste na capacidade de transformar avanços tecnológicos em soluções aplicáveis na economia real, nos serviços e na vida quotidiana da população. No discurso proferido em Dalian, o primeiro-ministro chinês Li Qiang apresentou a inovação como elemento central da resiliência económica do país e sublinhou que uma das etapas mais difíceis do processo inovador é a passagem do laboratório para o mercado e para a aplicação industrial. Esta ideia ajuda a compreender como a China procura posicionar a saúde: não apenas como setor assistencial, mas como campo estratégico de inovação, produção tecnológica, governação de dados, medicina preventiva e cooperação internacional[7].

A biomedicina surgiu nas notícias chinesas como uma das áreas de fronteira associadas ao fórum, a par da inteligência artificial, da tecnologia quântica, da manufatura avançada, das indústrias verdes e da robótica. Esta inclusão é significativa porque coloca a saúde dentro da estratégia de modernização tecnológica da China e aproxima-a das prioridades do novo ciclo de planeamento económico e social. A saúde deixa, assim, de ser tratada apenas como política pública social e passa a ser também entendida como setor de competitividade, investimento, conhecimento e projeção internacional[8].

O relatório "*Top 10 Emerging Technologies of 2026*", divulgado durante o *Summer Davos* e copublicado pelo Fórum Económico Mundial e pela Frontiers, reforçou esta leitura. O relatório identificou tecnologias com impacto potencial nos próximos anos em áreas como energia, medicina, alimentação, materiais, inteligência artificial e computação quântica. Entre as tecnologias mais diretamente relacionadas com a saúde estavam a fermentação de precisão, capaz de produzir ingredientes alimentares e medicamentos; a entrega de fármacos por exossomas, com potencial para terapias dirigidas; as vacinas personalizadas de mRNA contra o cancro; e a simulação quântica aplicada à descoberta de medicamentos.[9]

Estas tecnologias mostram que a agenda sanitária discutida em Dalian não se limita aos sistemas hospitalares ou à resposta a epidemias. No caso das vacinas personalizadas de mRNA contra o cancro, por exemplo, o potencial clínico depende não apenas da sofisticação científica, mas também dos custos, da capacidade de produção, da sequenciação genómica e da existência de modelos de acesso equitativo. Do mesmo modo, a simulação quântica aplicada à descoberta de medicamentos promete acelerar a identificação de candidatos terapêuticos, mas levanta questões de validação, regulação e incorporação da evidência nos processos de desenvolvimento farmacêutico[10].

A própria inovação farmacêutica chinesa já não pode ser analisada apenas como promessa tecnológica, mas como mercado global em rápida expansão. Segundo a Caixin, o setor farmacêutico chinês tornou-se o segundo maior mercado mundial e representa cerca de 30% do pipeline global de medicamentos inovadores. Em 2025, a China aprovou um recorde de 76 novas terapias, enquanto os acordos de licenciamento internacional ultrapassaram os 130 mil milhões

[7] Xinhua Português. 2026. Cooperação impulsionada por inovação é escolha inevitável para superar dilema de crescimento global, diz premiê. https://portuguese.xinhuanet.com/20260624/239070b92553444690a297fc5e3e30f7/c.html

[8] ChinaDaily. 2026. Summer Davos 2026 focused on innovation at scale. https://www.chinadaily.com.cn/a/202606/25/WS6a3cfa47a310986e2b461ebe.html

[9] World Economic Forum. (2026). Top 10 Emerging Technologies of 2026. https://www.weforum.org/publications/top-10-emerging-technologies-of-2026/

[10] Caixin. 2026. Summer Davos Panelists Tackle Drug Affordability Amid Rapid Innovation. https://www.caixinglobal.com/2026-06-29/summer-davos-panelists-tackle-drug-affordability-amid-rapid-innovation-102458964.html

de dólares. Estes números ajudam a explicar por que a sessão *"Faster Drugs, Better Access?"* foi uma das mais relevantes para a agenda de saúde do *Summer Davos*: a aceleração do desenvolvimento farmacêutico coloca simultaneamente uma questão industrial, regulatória e social[11].

À medida que as empresas chinesas produzem mais terapias inovadoras e atraem maior interesse internacional, torna-se mais urgente garantir que esses medicamentos chegam a uma base alargada de pacientes a preços sustentáveis. Os participantes no painel defenderam que as estratégias de acesso devem ser pensadas desde as fases iniciais do ciclo de vida do medicamento, incluindo investigação e desenvolvimento, distribuição, preço, reembolso e acompanhamento dos pacientes. A discussão apontou também para soluções de partilha de custos entre governos, organizações não governamentais, fundos e outros atores institucionais, bem como para obstáculos estruturais que continuam a limitar o acesso: modelos de faturação desatualizados, lacunas nas competências clínicas, dificuldades regulatórias e insuficiente adaptação das infraestruturas de saúde a terapias mais complexas ou de ação prolongada[12,13].

Esta dimensão torna o debate particularmente relevante para a saúde pública. Não basta acelerar a investigação clínica, aprovar novos medicamentos ou internacionalizar ativos farmacêuticos chineses; é necessário articular inovação com cobertura financeira, capacidade dos serviços, regulação, literacia terapêutica e equidade. A inovação em saúde só se transforma em valor público quando os sistemas conseguem absorvê-la sem aprofundar desigualdades entre pacientes, territórios ou níveis de rendimento. O caso chinês ilustra bem esta tensão: a mesma escala que permite acelerar investigação, ensaios clínicos e produção pode também revelar limites importantes se os mecanismos de seguro, reembolso e prestação de cuidados não acompanharem a velocidade da inovação.

A ligação entre inteligência artificial, dados clínicos e saúde foi outra linha transversal do encontro. As fontes chinesas apresentaram a IA como uma tecnologia em rápida passagem da fase conceptual para aplicações industriais e sociais. No campo da saúde, esta lógica permite pensar a IA não apenas como ferramenta de diagnóstico ou apoio à decisão clínica, mas como infraestrutura para reorganizar investigação, ensaios clínicos, vigilância de resultados, geração de evidência de mundo real, gestão de dados e acesso a tratamentos. A cobertura associada à participação da Yidu Tech, empresa chinesa de tecnologia em saúde, destacou precisamente a importância da inteligência artificial e das infraestruturas de dados para acelerar a investigação clínica e melhorar o acesso dos pacientes à inovação terapêutica[14].

O envelhecimento populacional constituiu outro tema relevante na leitura sanitária do Summer Davos. A Ping An Good Doctor noticiou a participação do seu CEO, He Mingke, centrando a intervenção na entrada da China numa "era da longevidade". Segundo a empresa, a esperança média de vida dos residentes chineses aproxima-se dos 79 anos, enquanto a

---

[11] World Economic Forum. 2026. Faster Drugs, Better Access?. https://www.weforum.org/meetings/annual-meeting-of-the-new-champions-2026/sessions/faster-drugs-better-access/

[12] CGTN. 2026. Fórum Davos de Verão destaca "inovação em larga escala" como motor da economia global. https://portuguese.cri.cn/2026/06/23/ARTI1782202565709286

[13] ChinaDaily. 2026. Innovating at scale on biz agenda. https://www.chinadaily.com.cn/a/202606/26/WS6a3db951a310986e2b461f55.html

[14] Cision. 2026. Yidu Tech's Gong Yingying at Summer Davos: Building Evidence Infrastructure to Expand Access to Innovative Medicines. https://finance.yahoo.com/healthcare/articles/yidu-techs-gong-yingying-summer-093000700.html

esperança de vida saudável permanece abaixo dos 69 anos, criando um diferencial de cerca de dez anos entre viver mais e viver com saúde. A resposta proposta passa por modelos mais proativos de gestão da saúde, intervenção precoce, prevenção do declínio funcional, redução do risco de incapacidade e integração entre serviços de saúde, seguros e cuidados séniores[15].

Esta abordagem reflete uma mudança mais ampla na saúde pública chinesa: a transição de uma lógica centrada no tratamento da doença para uma lógica de gestão do ciclo de vida, prevenção e manutenção da funcionalidade. Num país confrontado com envelhecimento acelerado, baixa fecundidade e aumento das doenças crónicas, o debate sobre longevidade saudável torna-se inseparável da sustentabilidade dos sistemas de saúde, da proteção social e da organização dos cuidados de longa duração.

No plano narrativo, o *Summer Davos 2026* foi também usado para reforçar a imagem da China como ator capaz de transformar capacidade tecnológica em oportunidades globais. Li Qiang contrapôs a ideia de *"China Shock 2.0*" à expressão "*China Opportunity 2.0*", defendendo que o avanço tecnológico e industrial chinês deve ser interpretado como fonte de oportunidades, acesso a tecnologias avançadas e benefícios de desenvolvimento mais amplamente partilhados. Para a saúde global, esta narrativa é relevante porque desloca a presença chinesa para além das formas mais conhecidas de diplomacia médica, como o envio de equipas sanitárias, a construção de infraestruturas hospitalares ou a cooperação em emergências epidémicas. O que emerge de Dalian é uma agenda mais tecnológica e sistémica: biomedicina, IA médica, descoberta de medicamentos, evidência clínica baseada em dados, envelhecimento saudável, saúde ambiental e industrialização de soluções[16].

Em síntese, o *Summer Davos 2026* permite observar uma evolução significativa na forma como a China enquadra a saúde no seu projeto de modernização. A saúde pública deixa de surgir apenas associada à prevenção de doenças, à organização de serviços ou à resposta a crises sanitárias. Surge agora integrada numa agenda de inovação em escala que articula biomedicina, inteligência artificial, dados clínicos, medicamentos inovadores, longevidade saudável, sustentabilidade ambiental e capacidade industrial. O ponto central já não é apenas saber como a China cuida da saúde da sua população ou como coopera com outros países em matéria sanitária, mas perceber como pretende posicionar-se na produção das tecnologias, infraestruturas e modelos de governação que poderão definir a saúde pública nas próximas décadas, como todos os benefícios, mas também os riscos associados.

Nova Lei de Assistência Social[17]

A Lei de Assistência Social da República Popular da China entrou em vigor em 1º de julho de 2026, estabelecendo o primeiro marco legal nacional unificado para a assistência social. A norma busca garantir condições básicas de subsistência, fortalecer a rede de proteção social e

[15] Ping An. 2026. Ping An Good Doctor CEO He Mingke Speaks At 2026 Summer Davos: China Is Entering Its Own "Longevity Era". https://group.pingan.com/media/news/2026/Ping-An-Good-Doctor-CEO-He-Mingke-Speaks-At-2026-Summer-Davos--China-Is-Entering-Its-Own--Longevity-Era-.html

[16] Caixin. 2026. Summer Davos Panelists Tackle Drug Affordability Amid Rapid Innovation. https://www.caixinglobal.com/2026-06-29/summer-davos-panelists-tackle-drug-affordability-amid-rapid-innovation-102458964.html

[17] 中华人民共和国社会救助法 – 维基文库，自由的图书馆. https://zh.wikisource.org/wiki/%E4%B8%AD%E5%8D%8E%E4%BA%BA%E6%B0%91%E5%85%B1%E5%92%8C%E5%9B%BD%E7%A4%BE%E4%BC%9A%E6%95%91%E5%8A%A9%E6%B3%95 (accessed 4 July 2026).

assegurar que cidadãos em situação de vulnerabilidade tenham acesso a apoio material e serviços públicos de assistência de forma padronizada em todo o país.

A legislação organiza a assistência social em três pilares: assistência básica à subsistência, assistência especializada (saúde, educação, moradia, emprego e apoio a vítimas de desastres) e assistência emergencial. O universo de beneficiários inclui pessoas em extrema pobreza, famílias de baixa renda, famílias com despesas rígidas elevadas, desempregados vulneráveis, vítimas de desastres naturais, pacientes sem condições de custear tratamentos urgentes e pessoas sem residência ou amparo familiar.

Um dos avanços mais relevantes é a criação da chamada "assistência baseada em serviços", pela qual o Estado passa a oferecer não apenas transferências monetárias, mas também serviços como visitas domiciliares, apoio psicológico, cuidados para idosos, integração social e assistência a pessoas com deficiência. A lei também amplia o uso de bases de dados integradas para identificação de beneficiários e reforça mecanismos de transparência e fiscalização. Em perspectiva institucional, o diploma representa para a assistência social chinesa o que a Lei do Seguro Social de 2010 representou para a previdência: a transformação de políticas dispersas em um sistema nacional dotado de fundamento legal próprio.

SOCIOECONÔMICO

Plano Nacional de Descarbonização

O governo chinês anunciou o lançamento de um plano nacional de três anos para acelerar a modernização energética e a redução das emissões de carbono nos principais setores industriais do país. A iniciativa, coordenada pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) em conjunto com o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT), o Ministério da Ecologia e Meio Ambiente (MEE), a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (SASAC) e a Administração Nacional de Energia (NEA), estabelece metas obrigatórias para o período de 2026 a 2028.

O plano prioriza a modernização das instalações existentes por meio da adoção de tecnologias já consolidadas comercialmente, em vez da substituição integral das plantas industriais por sistemas ainda em fase inicial de desenvolvimento.

Empresas que operam de forma mais limpa do que os valores de referência podem receber alocações favoráveis de subsídios de carbono sob o Sistema de Comércio de Emissões (ETS), permitindo que elas gerem receita com a venda de subsídios excedentes

A medida integra a estratégia chinesa de cumprimento das metas de "duplo carbono", que prevê o pico das emissões de dióxido de carbono antes de 2030 e a neutralidade de carbono até 2060.

O plano abrange nove setores considerados intensivos em consumo de energia e emissões de carbono: siderurgia, alumínio eletrolítico, cimento, vidro plano, refino de petróleo, produção de etileno, amônia sintética, metanol e geração de energia a carvão.

Até o final de 2028, o governo pretende aumentar em 20 pontos percentuais a capacidade produtiva desses setores que atende aos atuais padrões nacionais de eficiência energética. No segmento de geração elétrica a carvão, a meta é elevar esse índice em 15 pontos percentuais. O plano também prevê a eliminação praticamente total da capacidade produtiva considerada abaixo dos padrões mínimos de eficiência.

Segundo as estimativas oficiais, a implementação das medidas permitirá economizar mais de 100 milhões de toneladas equivalentes de carvão e reduzir em mais de 200 milhões de toneladas as emissões de dióxido de carbono.

Para estimular a adaptação das empresas, o governo adotará uma combinação de incentivos econômicos e mecanismos de fiscalização. Projetos de modernização poderão receber subsídios federais equivalentes a até 20% do investimento comprovado, além de acesso prioritário a linhas de financiamento verde, incentivos tributários e melhores condições de participação no mercado chinês de comércio de emissões (ETS).

Empresas que operarem acima dos padrões mínimos de eficiência poderão receber cotas adicionais de emissão, negociáveis no mercado de carbono, enquanto as reduções certificadas poderão ser utilizadas para compensar novos projetos industriais de elevado consumo energético na mesma região.

Em contrapartida, instalações que permanecerem abaixo dos padrões obrigatórios estarão sujeitas à cobrança adicional de até RMB 0,10 por quilowatt-hora sobre o consumo de eletricidade. As unidades que não concluírem as adequações até o final de 2028 poderão ser obrigadas a encerrar suas atividades.

A execução da política será coordenada pelos cinco órgãos federais responsáveis pela iniciativa, cabendo aos governos provinciais elaborar planos detalhados de modernização para cada empreendimento, monitorar sua implementação e apresentar relatórios anuais de progresso. Empresas estatais vinculadas ao governo central deverão liderar o processo de adaptação, funcionando como referência para os demais segmentos industriais.

EUA aos 250 anos: é hora de retomar a sabedoria dos fundadores[1]

Los EE. UU. a los 250 años: es hora de volver a la sabiduría de los fundadores

US at 250: A time to return to the founders' wisdom

Jeffrey D. Sachs[2]

Neste sábado, os Estados Unidos celebrarão o 250º aniversário de sua Declaração de Independência. A data convida à reflexão — não apenas sobre o que os EUA se tornaram, mas também sobre os princípios fundadores que tantas vezes eles deixaram de lado. Três desses princípios, formulados pelos próprios fundadores, poderiam, se fossem lembrados hoje, transformar a condução da política externa americana e melhorar as perspectivas para a paz mundial.

O primeiro está contido na abertura da Declaração de Independência. Os colonos americanos justificaram sua decisão de se separar da Grã-Bretanha apelando para "um devido respeito às opiniões da humanidade". Tratava-se de uma formulação notável. O Congresso Continental reivindicava legitimidade por meio de argumentos racionais dirigidos à comunidade humana mais ampla, cujas opiniões mereciam consideração e respeito. Ao se apresentar ao mundo, a nova república o fazia como membro da família humana, e não como sua futura dominadora. Ser digna do respeito dos outros — em vez de exigir sua submissão — era apresentado como o fundamento da identidade política americana.

O segundo princípio encontra-se no conselho dado pelo presidente George Washington em seu Discurso de Despedida de 1796. Frustrado com a inclinação partidária de seus compatriotas em favor da Grã-Bretanha ou da França, o primeiro presidente defendeu um caminho diferente: "Nossa verdadeira política consiste em evitar alianças permanentes com qualquer parte do mundo estrangeiro." Cinco anos depois, em seu primeiro discurso de posse, Thomas Jefferson condensou a mesma sabedoria na frase que ecoaria ao longo do tempo: "Paz, comércio e amizade sincera com todas as nações; alianças enredadoras com nenhuma." Uma jovem república nada ganhava — e muito arriscava — ao vincular seu destino às rivalidades das potências estrangeiras.

O terceiro princípio é, atualmente, o mais mal compreendido. A Doutrina Monroe, proclamada pelo presidente James Monroe em sua mensagem anual ao Congresso, em 2 de dezembro de 1823, costuma ser invocada — tanto por amigos quanto por críticos dos Estados Unidos — como a carta fundadora das ambições hegemônicas americanas nas Américas.

No entanto, o texto original diz algo bastante diferente. Monroe não reivindicava qualquer supremacia dos EUA sobre a América Latina. Em vez disso, advertia as potências

---

[1] Artigo originalmente publicado no site China Daily, em 03 de julho de 2026. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202607/03/WS6a471746a310986e2b463543.html

[2] O autor é Professor Universitário da Columbia University e presidente da UN Sustainable Development Solutions Network.

europeias de que as recém-independentes repúblicas americanas “não deveriam mais ser consideradas sujeitas a futura colonização por quaisquer potências europeias”.

Em contrapartida, Monroe comprometia-se a manter os Estados Unidos afastados dos assuntos europeus e, especialmente, das guerras europeias: “Nas guerras das potências europeias, em questões que lhes dizem respeito, jamais tomamos parte, nem é compatível com nossa política fazê-lo.”

A Doutrina Monroe original era uma doutrina de não interferência mútua e respeito mútuo: a Europa deveria permanecer fora das Américas, e os Estados Unidos deveriam permanecer fora da Europa.

Somente mais tarde, com o “Corolário” de Theodore Roosevelt, em 1904, a doutrina foi transformada em uma reivindicação do direito dos Estados Unidos de exercer um papel de polícia sobre o Hemisfério Ocidental.

Esses três princípios — uma política digna do respeito dos demais, uma política externa livre de alianças enredadoras e uma postura de não interferência mútua entre as grandes regiões do mundo — formavam uma visão coerente sobre como uma nação deveria se comportar na arena internacional: com racionalidade, com moderação e com a consciência de que as opiniões ponderadas da humanidade constituem a medida adequada da legitimidade.

Ainda assim, desde o início, os Estados Unidos também cultivaram um impulso oposto: o impulso imperial. Mesmo enquanto líderes americanos citavam Washington e Jefferson, os exércitos americanos travavam um século de guerras contra os povos indígenas da América do Norte, despojando-os de suas terras em nome do “Destino Manifesto”. No século XX, esse impulso imperial avançou pelo Pacífico até as Filipinas, atravessou o Estreito da Flórida até Cuba e se estendeu pela longa série de intervenções da Guerra Fria na Coreia, no Vietnã, no Irã, na Guatemala, no Chile, no Congo e na Indonésia. No século XXI, prosseguiu no Afeganistão, no Iraque, na Líbia, na Síria, no Iêmen e na Ucrânia. E no final de fevereiro os Estados Unidos se juntaram a Israel em uma flagrante guerra de agressão contra o Irã, atacando uma nação soberana em desafio ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas.

Ao longo de dois séculos e meio, os Estados Unidos oscilaram entre sua melhor versão e sua tentação imperial. Em nosso tempo, a tentação imperial frequentemente prevaleceu e, muitas vezes, produziu resultados desastrosos.

O 250º aniversário oferece aos Estados Unidos a oportunidade de fazer uma nova escolha. O mundo de hoje não é um palco no qual uma única superpotência possa agir com impunidade. Ele é — e deve ser — uma comunidade de nações que convivam com respeito mútuo e em condições de igualdade. O caminho de volta à sabedoria dos fundadores é também o caminho para a paz, um caminho que os Estados Unidos deveriam trilhar com a China, a Rússia, o Irã, o grupo BRICS e os países emergentes e em desenvolvimento de todas as regiões. Os Estados Unidos não deveriam intimidar o mundo, mas voltar a integrar-se a ele como um amigo e parceiro valorizado na promoção do bem comum. Isso, aos 250 anos, representaria a mais digna demonstração de respeito aos fundadores e à comunidade de nações à qual eles procuraram se unir.

A doutrina Donroe e a América Latina: um balanço

La Doctrina Donroe y América Latina: una evaluación

The Donroe Doctrine and Latin America: Taking Stock

Paulo Esteves

Resumo: Este artigo faz um balanço da chamada "doutrina Donroe", a atualização trumpista da doutrina Monroe formalizada como "Corolário Trump" na Estratégia de Segurança Nacional de novembro de 2025 e batizada pelo próprio presidente após a captura de Nicolás Maduro, em janeiro de 2026. O argumento se desenvolve em dois tempos. No primeiro ano do segundo mandato de Trump (2025), a doutrina operou por escalada gradual, combinando coerção comercial (tarifas contra México, Brasil e Colômbia), sanções individualizadas contra chefes de Estado, recompensas financeiras e comerciais aos governos alinhados, externalização do asilo por acordos de "país seguro" e militarização progressiva do Caribe. No segundo ano (2026, até julho), passou à intervenção aberta, com a Operação Absolute Resolve na Venezuela, a coalizão anticartéis de Doral, as operações terrestres no Equador e a conversão das molduras comerciais em acordos assinados. Os ciclos eleitorais de 2025 e 2026 (Chile, Peru e Colômbia) estreitaram o campo da resistência. O artigo sustenta que a doutrina se consolidou tanto como declaração quanto como prática operacional, mas permanece estruturalmente contestada, pois sua reprodução depende menos de hegemonia consentida do que de coerção contínua.

Palavras-chave. Doutrina Donroe; Doutrina Monroe; Estados Unidos; América Latina; Esfera de influência.

Resumen: *Este artículo analiza la denominada "Doctrina Donroe", la actualización de la Doctrina Monroe por parte de Trump, formalizada como el "Corolario Trump" en la Estrategia de Seguridad Nacional de noviembre de 2025 y denominada así por el propio presidente tras la captura de Nicolás Maduro en enero de 2026. El análisis se desarrolla en dos fases. En el primer año del segundo mandato de Trump (2025), la doctrina operó mediante una escalada gradual, combinando la coerción comercial (aranceles contra México, Brasil y Colombia), sanciones individualizadas contra jefes de Estado, incentivos financieros y comerciales a gobiernos afines, la externalización del asilo mediante acuerdos de "país seguro" y la militarización progresiva del Caribe. En el segundo año (2026, hasta julio), pasó a la intervención abierta, con la Operación Resolución Absoluta en Venezuela, la coalición anticártel Doral, operaciones terrestres en Ecuador y la conversión de marcos comerciales en acuerdos firmados. Los ciclos electorales de 2025 y 2026 (Chile, Perú y Colombia) redujeron el campo de resistencia. El artículo sostiene que la doctrina se ha consolidado tanto como declaración como práctica operativa, pero sigue siendo objeto de controversia estructural, ya que su reproducción depende menos de la hegemonía consensuada que de la coerción continua.*

Palabras clave: *Doctrina Donroe; Doctrina Monroe; Estados Unidos; América Latina; Esfera de influencia.*

Abstract: *This short paper takes stock of the so-called "Donroe Doctrine", the Trumpist update of the Monroe Doctrine formalized as the "Trump Corollary" in the November 2025 National*

Security Strategy and named by the president himself after the capture of Nicolás Maduro in January 2026. The argument unfolds in two stages. In the first year of Trump's second term (2025), the doctrine operated through gradual escalation, combining trade coercion (tariffs against Mexico, Brazil, and Colombia), individualized sanctions against heads of state, financial and commercial rewards for aligned governments, the outsourcing of asylum through "safe third country" agreements, and the progressive militarization of the Caribbean. In the second year (2026, through July), it shifted to open intervention, with Operation Absolute Resolve in Venezuela, the Doral anti-cartel coalition, ground operations in Ecuador, and the conversion of trade frameworks into signed agreements. The 2025 and 2026 electoral cycle (Chile, Peru, and Colombia) narrowed the field of resistance. The paper argues that the doctrine has consolidated itself as declaration and as operational practice, yet remains structurally contested, since its reproduction depends less on consented hegemony than on continued coercion.

Keywords: *Donroe Doctrine; Monroe Doctrine; United States; Latin America; Sphere of influence.*

1. A doutrina Donroe

A expressão "doutrina Donroe", enxerto do primeiro nome de Donald Trump sobre a doutrina Monroe de 1823 cunhado pela capa do New York Post de 8 de janeiro de 2025 (CNN, 5 jan. 2026), foi adotada pelo próprio presidente norte-americano no início de 2026, após a operação militar que capturou Nicolás Maduro, quando declarou que "o domínio americano no hemisfério ocidental nunca mais será questionado" (USA Today, 3 jan. 2026). O rótulo, contudo, apenas nomeou a posteriori uma orientação estratégica já formalizada. A Estratégia de Segurança Nacional divulgada em novembro de 2025 fazia referência explícita à doutrina Monroe e enunciava um "Corolário Trump", com o objetivo declarado de "reafirmar e aplicar a doutrina Monroe para restaurar a preeminência americana no hemisfério ocidental" (Casa Branca, 2025, pp. 5 e 15).

Se a doutrina original de 1823 visava excluir a interferência das potências europeias nas Américas, sua atualização trumpista se dirige contra a presença da China e da Rússia na região, mas não se esgota nesse objetivo de contenção. O que a distingue é o repertório de instrumentos mobilizados para converter a região em esfera de influência exclusiva. Combinam-se ali coerção militar direta (dos ataques a embarcações no Caribe à intervenção na Venezuela), coerção econômica individualizada (tarifas punitivas e sanções contra chefes de Estado), construção seletiva de alianças com governos alinhados (Milei, Bukele, Noboa, Asfura) e disposição declarada à mudança de regime. Trata-se, nos termos de seus formuladores, de uma doutrina de dominância hemisférica; para a Eurasia Group, que a listou entre os principais riscos globais de 2026, uma combinação de pressão militar, coerção econômica, alianças seletivas e reengenharia comercial (Eurasia Group, 2026). A trajetória repete, em chave contemporânea, a conversão da doutrina Monroe de enunciado defensivo em título de polícia internacional operada pelo Corolário Roosevelt de 1904 (Gilderhus, 2006; Ricard, 2006) e reativa a esfera de influência que os Estados Unidos mantêm no hemisfério desde o fim do século XIX (Rabe, 2006). Concretamente, trata-se de um precedente que autoriza a violação da ordem jurídica internacional e, eventualmente, a busca por expansão territorial. O balanço que segue reconstitui sua operacionalização em dois tempos. O primeiro ano do segundo mandato de Trump (2025), de escalada gradual, e o segundo ano (2026, até julho), de intervenção aberta.

2. América Latina em 2025: Trump 2, ano 1

O primeiro ano do segundo mandato combinou coerção comercial, securitização da política migratória e militarização progressiva do Caribe. O ano abriu com a ameaça de tarifas de 25% sobre o México (e o Canadá), instrumentalizadas como alavanca de negociação sobre migração (e fentanil), e com a designação dos cartéis mexicanos, do Tren de Aragua venezuelano e de outras organizações criminosas como organizações terroristas (Depto. de Estado, 20 fev. 2025; Casa Branca, fev. 2025), movimento que inseriu o combate ao narcotráfico na gramática jurídica do contraterrorismo e preparou o terreno para o uso da força. No Panamá, a pressão sobre a gestão do canal levou o governo Mulino a abandonar a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês); em El Salvador, a aliança com Nayib Bukele converteu o sistema prisional salvadorenho em peça da política de deportações estadunidense, com o envio, já em 15 de março de 2025, de 238 venezuelanos ao Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT) (TIME, jun. 2025). Essa política atingiu escala inédita. Com o orçamento do ICE ampliado em cerca de 400%, o governo reportou aproximadamente 600 mil deportações até dezembro, meta fixada pelo czar de fronteira Tom Homan e recebida com ceticismo por especialistas (Newsweek, out. 2025).

A externalização do asilo completou essa arquitetura migratória. Ao longo de 2025, Washington teceu uma rede de acordos de "país seguro" e de cooperação em matéria de asilo que transfere a países latino-americanos o processamento de solicitações de asilo de solicitantes presentes nos Estados Unidos. Honduras assinou o primeiro em 8 de março, emendado em junho para aplicação retroativa e publicado em julho, com exclusão de menores desacompanhados e de portadores de visto válido (Federal Register, 8 jul. 2025). Seguiram-se o Paraguai, em 14 de agosto, apresentado por Rubio como peça de uma parceria estratégica mais ampla de segurança, diplomacia e economia (Depto. de Estado, 14 ago. 2025); Belize, em 20 de outubro, com veto absoluto sobre as transferências, limites de nacionalidade e de número e ratificação parlamentar pendente (PBS, 21 out. 2025); e o Equador, cujo acordo, firmado por notas diplomáticas em julho, só se tornou público com a publicação no Federal Register em 17 de novembro, reservando ao país a discrição de aceitar ou recusar cada transferência e vedando o envio de menores desacompanhados (Federal Register, 17 nov. 2025). O sigilo que cercou parte desses instrumentos é indicativo do custo político doméstico desses instrumentos para os governos anfitriões.

A coerção econômica também foi mobilizada como instrumento de acerto de contas político. Em julho, o Brasil foi alvo de tarifas punitivas, anunciadas por Trump em carta publicada no Truth Social como sobretaxa de 50% e justificadas abertamente pelo julgamento de Jair Bolsonaro, qualificado de "caça às bruxas" (Americas Quarterly, jul. 2025); a ordem executiva de 30 de julho formalizou a medida como tarifa adicional de 40% sobre os 10% "recíprocos" já vigentes (Casa Branca, EO 14323, 30 jul. 2025), episódio que subordinou a agenda comercial à disputa política doméstica em um país terceiro. O encontro entre Lula e Trump em outubro abriu caminho para a retirada parcial das tarifas em novembro, celebrada pelo governo brasileiro como sinalização de respeito (Agência Brasil, nov. 2025), mas sem dissolver, contudo, a assimetria do enquadramento. Na direção oposta, a Argentina de Javier Milei recebeu em outubro um pacote de resgate de US$ 20 bilhões, na forma de swap cambial, explicitamente desenhado para sustentar as perspectivas eleitorais do aliado (CNN Brasil, out. 2025; Reuters, 27 out. 2025). Trump condicionou publicamente o socorro à vitória de Milei nas legislativas de 26 de outubro (CNN Brasil, 26 out. 2025), e o Tesouro, que chegou a comprar pesos no mercado,

vinculou o pacote ao afastamento da China do setor argentino de minerais críticos (Reuters, 9 out. 2025), caso exemplar de uso do poder financeiro estatal norte-americano como instrumento de alinhamento político regional. A Colômbia percorreu o caminho inverso. Em setembro, por alegada insuficiência no combate às drogas, viu seu presidente, Gustavo Petro, ser pessoalmente sancionado pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro (OFAC, na sigla em inglês) em outubro, sob acusação de envolvimento no "comércio ilícito global de drogas" (Tesouro dos EUA, 24 out. 2025). No mesmo movimento de recompensa aos alinhados, a Casa Branca anunciou, em 13 de novembro, molduras de acordos de comércio recíproco com Argentina, Equador, Guatemala e El Salvador, trocando alívio tarifário seletivo por compromissos regulatórios e pela renúncia a impostos sobre serviços digitais (USTR, 13 nov. 2025).

O vetor propriamente militar emergiu em setembro, quando teve início a campanha de ataques aéreos contra embarcações supostamente ligadas ao narcotráfico no Caribe, estendida em outubro ao Pacífico oriental e posteriormente enquadrada na Operação Southern Spear (New York Times, dez. 2025; AP, dez. 2025). Até o fim de 2025, contavam-se 32 ataques e mais de 115 mortos (WOLA, abr. 2026), sem que a administração apresentasse publicamente evidências sobre a carga ou a filiação das embarcações. O ano fechou com dois lances complementares. Em Honduras, Trump interveio abertamente na eleição presidencial, ameaçando cortar apoio financeiro caso Nasry Asfura não vencesse e proclamando o indulto do ex-presidente Juan Orlando Hernández, condenado nos EUA por narcotráfico (CNN Brasil, dez. 2025); no Equador, a população rejeitou em referendo (60,6% pelo "não") o retorno de bases militares estrangeiras (Al Jazeera, 17 nov. 2025), revés que, como se veria, não impediria a cooperação militar por outras vias. Em novembro, a Estratégia de Segurança Nacional formalizou o Corolário Trump, convertendo a prática acumulada do ano em doutrina declarada ao anunciar a intenção de "reafirmar e aplicar a doutrina Monroe" (Casa Branca, 2025, pp. 5 e 15).

3. América Latina em 2026: Trump 2, ano 2

O segundo ano abriu com o gesto que deu nome à doutrina. Em 3 de janeiro, uma operação batizada Operação Absolute Resolve, com mais de 150 aeronaves partindo de vinte bases regionais e cerca de 200 militares em solo (DefenseScoop, 3 jan. 2026), capturou Nicolás Maduro e Cilia Flores em território venezuelano, transferindo-os para Nova York para responder a acusações de narcoterrorismo, operação que Marco Rubio descreveu como "de aplicação da lei", mas que observadores qualificaram como ruptura flagrante de soberania (Chatham House, jan. 2026; Depto. de Estado, jan. 2026; Commons Library, jan. 2026). A incursão custou cerca de 75 vidas, entre elas 32 cubanos, 23 venezuelanos e ao menos dois civis (Costs of War, 2026). Trump declarou que os EUA iriam "administrar" a Venezuela até uma transição "segura, adequada e judiciosa", chegando a se apresentar como presidente "interino" do país em postagem no Truth Social (Euronews, 12 jan. 2026). Na prática, a Suprema Corte venezuelana designou a vice Delcy Rodríguez como presidente interina (empossada em 5 de janeiro), que combinou continuidade do regime com acomodação aos interesses norte-americanos, com liberação de mais de 300 presos políticos, aprovação preliminar de lei permitindo exploração petrolífera privada e quase duplicação das exportações de petróleo, de 489 mil para 800 mil barris diários entre dezembro e o início de fevereiro (CFR, 2026). Seis meses depois, não há plano de eleições, pois o mandato constitucional de trinta dias foi ignorado, e a avaliação corrente é a de uma transação, não de uma transição (International Crisis Group, 2026). O regime segue governando, agora nos termos ditados por Washington.

As reações regionais expuseram a fratura do campo latino-americano (Reuters, 3 jan. 2026). Petro denunciou agressão injustificada, pediu reunião do Conselho de Segurança da ONU e deslocou forças para a fronteira com a Venezuela (The Guardian, 3 jan. 2026); Sheinbaum reivindicou o diálogo como "único meio legítimo" de resolução de conflitos; Boric e Orsi manifestaram preocupação com as implicações para as relações hemisféricas; o Brasil afirmou que os bombardeios e a captura do presidente venezuelano ultrapassavam "a linha do inaceitável", classificou a ação como afronta grave à soberania da Venezuela, levou a condenação ao Conselho de Segurança da ONU e convocou, em 15 de janeiro, reunião com a cúpula militar para avaliar as implicações da operação (CNN Brasil, jan. 2026); Milei e Noboa, no polo oposto, saudaram a operação como promoção da liberdade no continente, enquanto o cubano Miguel Díaz-Canel a qualificou de "terrorismo de Estado" (Reuters, 3 jan. 2026; The Guardian, 3 jan. 2026). Trump capitalizou o momento para ampliar o horizonte de ameaças. Nos primeiros dias de janeiro, acenou com ação militar contra a Colômbia, afirmou que Cuba parecia "prestes a cair" e anunciou que os ataques aos cartéis passariam a "atingir terra", sustentando que "os cartéis governam o México" (ABC News, 5 jan. 2026; The Hill, 8 jan. 2026). A reconciliação telefônica com Petro em 7 de janeiro ilustrou o padrão pendular de escalada e distensão que caracteriza o método.

A partir de março, a doutrina ganhou arquitetura institucional. Entre o fim de janeiro e meados de março, as molduras comerciais de novembro foram convertidas em acordos assinados, com El Salvador (29 de janeiro), Guatemala (30 de janeiro), Argentina (5 de fevereiro) e Equador (13 de março) (USTR, 2026; CFR, mar. 2026). Em 20 de fevereiro, após decisão da Suprema Corte em Learning Resources v. Trump, a ordem executiva Ending Certain Tariff Actions encerrou as tarifas baseadas na IEEPA, inclusive a sobretaxa de 40% ao Brasil, deslocando a pressão bilateral do terreno tarifário para o securitário (Suprema Corte, 20 fev. 2026; Casa Branca, 20 fev. 2026). Em cúpula realizada em Doral, na Flórida, em 7 de março, convocada oficialmente como Escudo das Américas ("Shield of the Americas") (Depto. de Estado, mar. 2026), Trump anunciou uma "coalizão militar" contra os cartéis que envolveu os líderes alinhados aos EUA da região, excluindo ostensivamente Sheinbaum, que recusara assistência militar norte-americana (Al Jazeera, 7 mar. 2026; Newsweek, 2026). O encontro reuniu dezessete países e lançou a coalizão anticartéis A3C (Americas Counter-Cartel Coalition); Lula, Petro e Sheinbaum não compareceram (AS/COA, mar. 2026). O Equador tornou-se o caso-limite da nova cooperação. Apesar do referendo de novembro, o governo Noboa admitiu a presença de tropas norte-americanas e operações conjuntas, incluindo bombardeios na fronteira com a Colômbia que, segundo apurações posteriores, destruíram uma fazenda de gado sem vínculo comprovado com grupos armados (The Intercept, 23 mar. 2026; InSight Crime, mar. 2026); em 18 de junho, o Decreto Executivo 424 concedeu imunidade a pessoal estrangeiro de "Estados cooperantes" no marco do conflito armado interno (El Universo, 18 jun. 2026; UPI, 19 jun. 2026). A campanha naval prosseguiu e, entre 2 de setembro de 2025 e 31 de março de 2026, o inspetor-geral do Departamento de Defesa contabilizou ao menos 45 ataques a embarcações, com 156 mortos ou desaparecidos (DoD IG, mai. 2026); o projeto Costs of War, da Brown University, estimava ao menos 163 mortes no mesmo período (Costs of War, 2026). No plano migratório, a Costa Rica assinou em março acordo para receber até 25 deportados de terceiros países por semana, com financiamento norte-americano e apoio da Organização Internacional para as Migrações (Al Jazeera, 26 mar. 2026); o primeiro grupo, de 25 pessoas de oito nacionalidades, chegou em abril, somando o país a uma rede global de 27 Estados dispostos a receber deportados que não podem retornar a seus países de origem (Tico Times, 12 abr. 2026). Honduras consolidou o alinhamento com a posse de Asfura em 27 de janeiro; o Brasil viu PCC e

Comando Vermelho designados como organizações terroristas (Depto. de Estado, 28 mai. 2026; Al Jazeera, 29 mai. 2026), o que inseriu o país na arquitetura de sanções do OFAC, e negocia, sob a pressão residual das tarifas, uma agenda bilateral em que Washington cobra maior engajamento no combate aos carteles (CNN Brasil, 2026). O paraguaio Santiago Peña, por sua vez, declarou apoio explícito à doutrina, afirmando que a América Latina se beneficiará dela (Bloomberg, 20 fev. 2026). No terreno comercial, análises apontavam República Dominicana, Uruguai, Paraguai, Chile e Costa Rica como candidatos naturais a rodadas futuras de acordos recíprocos, com Peru, Brasil, Colômbia, Panamá e Honduras diante de barreiras políticas ou jurídicas; até julho de 2026, porém, nenhum desses novos acordos havia sido formalizado (Americas Quarterly, nov. 2025).

O vetor eleitoral completou o quadro no primeiro semestre de 2026. No Chile, José Antonio Kast venceu o segundo turno de 14 de dezembro de 2025 com 58% dos votos contra Jeannette Jara e assumiu em março, deslocando o país do campo crítico para o campo alinhado (Al Jazeera, 14 dez. 2025). No Peru, Keiko Fujimori derrotou Roberto Sánchez no segundo turno de 7 de junho, em pleito apertadíssimo, e foi imediatamente saudada pelo Departamento de Estado, que prometeu aprofundar a cooperação em segurança, investimento e comércio (Depto. de Estado, jun. 2026). Na Colômbia, Abelardo de la Espriella derrotou Iván Cepeda no segundo turno de 21 de junho, por 49,7% contra 48,7%, com posse marcada para 7 de agosto (IRI, jun. 2026). O caso colombiano condensa o repertório de pressões que precedeu as urnas. A descertificação do país na política antidrogas, a revogação do visto de Petro, as sanções do OFAC contra o presidente e seu círculo, os cortes e condicionamentos da assistência aprovados pelo Congresso norte-americano e o endosso público de Trump ao candidato após o primeiro turno compuseram um ambiente eleitoral deliberadamente adverso ao oficialismo (CRS, jun. 2026). Nos três países, Washington não precisou repetir a ameaça explícita empregada em Honduras. A combinação de sanções, tarifas e sinais de favor financeiro reorganizou os incentivos em favor de candidatos dispostos ao alinhamento, e os três eleitos acenaram de imediato com agendas comuns de segurança e investimento (Newsweek, 2026).

O status da doutrina Donroe em meados de 2026 pode ser assim sintetizado. A doutrina consolidou-se como declaração (inscrita na Estratégia de Segurança Nacional e nomeada pelo próprio presidente) e como prática operacional (intervenção na Venezuela, campanha naval permanente, operações terrestres no Equador, coalizão de Doral), mas permanece contestada estruturalmente. O ciclo eleitoral de 2025 e 2026 estreitou o campo da recusa, com Chile, Peru e Colômbia migrando para o alinhamento, ao mesmo tempo em que a guerra do Irã e a crise de combustíveis dela derivada começaram a elevar o custo econômico da dominância (Politico, 6 abr. 2026). A contestação se inscreve em três registros. O primeiro é a resistência dos governos que recusam o enquadramento (México, Brasil e Uruguai, campo a que a Colômbia de Petro pertence apenas até a posse de De la Espriella, em agosto). O segundo reside nos limites internos revelados pelo caso venezuelano, em que domínio militar não se converteu em transição política. O terceiro é a fragilidade normativa de um ordenamento hemisférico fundado na exceção (execuções extrajudiciais no mar, sanções contra chefes de Estado, captura de um presidente em exercício), cuja reprodução depende menos de hegemonia consentida do que de coerção continuada. Se por um lado, a doutrina redefiniu o tabuleiro, por outro, ainda não estabilizou, até aqui, uma ordem hemisférica.

Figura 1 – Doutrina Donroe (julho de 2026). Países resistentes, completamente alinhados e centristas sob influência; Venezuela sob intervenção dos EUA. (Elaboração própria)



Referências

ABC News, “Trump implies he may target Colombia’s president, says Cuba appears ‘ready to fall’“ (5 jan. 2026), https://abcnews.go.com/International/trump-implies-target-colombias-president-cuba-appears-ready/story?id=128904574

Agência Brasil, “Lula celebra retirada de tarifas pelos EUA” (nov. 2025), https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-11/lula-celebra-retirada-de-tarifas-pelos-eua-e-diz-que-sinaliza-respeito

Al Jazeera, “‘They’re cancer’: Trump threatens cartels, Cuba at Latin American summit” (mar. 2026), https://www.aljazeera.com/news/2026/3/7/theyre-a-cancer-trump-threatens-cartels-cuba-at-latin-american-summit

Al Jazeera, “Continuity or change? What to know about Colombia’s run-off election” (18 jun. 2026), https://www.aljazeera.com/news/2026/6/18/continuity-or-change-what-to-know-about-colombias-run-off-election

Al Jazeera, “Costa Rica to accept 25 deportees per week under Trump deportation effort” (26 mar. 2026), https://www.aljazeera.com/news/2026/3/26/costa-rica-to-accept-25-deportees-per-week-under-trump-deportation-effort

Al Jazeera, “Far-right candidate Jose Antonio Kast wins Chile’s presidential election” (14 dez. 2025), https://www.aljazeera.com/news/2025/12/14/far-right-candidate-jose-antonio-kast-wins-chiles-presidential-election

Al Jazeera, “US to designate two Brazilian gangs as terrorist organisations” (29 mai. 2026), https://www.aljazeera.com/news/2026/5/29/us-to-designate-two-brazilian-gangs-as-terrorist-organisations

Al Jazeera, “Voters in Ecuador reject return of foreign military bases” (17 nov. 2025), https://www.aljazeera.com/news/2025/11/17/no-vote-leads-in-ecuador-referendum-on-hosting-foreign-military-bases

Al Jazeera, “What is the Monroe Doctrine, which Trump has cited over Venezuela?” (jan. 2026), https://www.aljazeera.com/news/2026/1/4/what-is-the-monroe-doctrine-which-trump-has-cited-over-venezuela

Americas Quarterly, “Reaction: Trump Hits Brazil With 50% Tariff” (jul. 2025), https://americasquarterly.org/article/reaction-trump-hits-brazil-with-50-tariff/

Americas Quarterly, “The Risks and Benefits of Trump’s Latin America Trade Deals” (nov. 2025), https://www.americasquarterly.org/article/the-risks-and-benefits-of-trumps-latin-america-trade-deals/

AP, “A timeline of Trump’s pressure campaign against Venezuela’s Maduro” (dez. 2025), https://apnews.com/article/trump-maduro-venezuela-drug-cartels-military-timeline-91e242e5c56eec39b6b7d72bf55dbd2d

Axios, “‘Donroe Doctrine’: What it is, how Trump used it in Venezuela, what’s next” (jan. 2026), https://www.axios.com/2026/01/07/trump-monroe-donroe-doctrine-venezuela-greenland-cuba-colombia

Axios, “Trump hits Colombia with tariffs, sanctions after it refuses deportation flights” (jan. 2025), https://www.axios.com/2025/01/26/trump-deportation-colombia-gustavo-petro

Bloomberg, “Paraguay’s President Backs Trump’s New Monroe Doctrine in Latin America” (20 fev. 2026), https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-02-20/paraguay-s-president-backs-trump-s-new-monroe-doctrine-in-latin-america

Brookings, “Making sense of the US military operation in Venezuela”, https://www.brookings.edu/articles/making-sense-of-the-us-military-operation-in-venezuela/

Brown University (Costs of War), “Deaths in US Boat Strikes and the Venezuela Operation” (2026), https://costsofwar.watson.brown.edu/papers/boatstrikes_venezuela

CartaCapital, “Nasry Asfura assume a presidência de Honduras com uma agenda atrelada aos EUA” (jan. 2026), https://www.cartacapital.com.br/mundo/nasry-asfura-assume-a-presidencia-de-honduras-com-uma-agenda-atrelada-aos-eua/

CartaCapital, “Trump anuncia ‘coalizão’ contra cartéis na América Latina” (mar. 2026), https://www.cartacapital.com.br/mundo/trump-anuncia-coalizao-contra-carteis-na-america-latina/

Casa Branca, “Ending Certain Tariff Actions” (fev. 2026), https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2026/02/ending-certain-tariff-actions/

Casa Branca, “Fact Sheet: Trump Imposes Sanctions on Cuban Regime Officials” (mai. 2026), https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2026/05/fact-sheet-president-donald-j-trump-imposes-sanctions-on-cuban-regime-officials-responsible-for-repression-and-threats-to-u-s-national-security-and-foreign-policy/

Casa Branca, “Fact Sheet: Trump Imposes Tariffs on Imports from Canada, Mexico and China” (fev. 2025), https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/02/fact-sheet-president-donald-j-trump-imposes-tariffs-on-imports-from-canada-mexico-and-china/

Casa Branca, “Fact Sheet: Trump Safeguards Venezuelan Oil Revenue” (jan. 2026), https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2026/01/fact-sheet-president-donald-j-trump-safeguards-venezuelan-oil-revenue-for-the-good-of-the-american-and-venezuelan-people/

Casa Branca, “Imposing Tariffs on Countries Importing Venezuelan Oil” (mar. 2025), https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/03/imposing-tariffs-on-countries-importing-venezuelan-oil/

Casa Branca, “Modifying the Scope of Tariffs on the Government of Brazil” (nov. 2025), https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/11/modifying-the-scope-of-tariffs-on-the-government-of-brazil/

Casa Branca, “National Security Strategy of the United States of America” (nov. 2025, pp. 5 e 15; PDF arquivado), https://web.archive.org/web/20260101052228/https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf

CFR, “A Guide to Maduro’s Capture and Venezuela’s Uncertain Future”, https://www.cfr.org/articles/guide-maduros-capture-and-venezuelas-uncertain-future

CFR, “Tracking Trump’s Trade Deals” (2026), https://www.cfr.org/articles/tracking-trumps-trade-deals

Chatham House, “What would Trump’s threatened strikes on Colombia, Mexico or Cuba achieve?” (jan. 2026), https://www.chathamhouse.org/2026/01/what-would-trumps-threatened-strikes-colombia-mexico-or-cuba-achieve

CNN Brasil, “Ataque à Venezuela tensiona aliados de Lula, que temem impacto em 2026” (jan. 2026), https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/clarissa-oliveira/politica/ataque-a-venezuela-tensiona-aliados-de-lula-que-temem-impacto-em-2026/

CNN Brasil, “Governo Trump quer mais ação do Brasil contra cartéis de drogas, diz fonte” (2026), https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-trump-quer-mais-acao-do-brasil-contra-carteis-de-drogas-diz-fonte/

CNN Brasil, “Por que os EUA resgataram a Argentina com um socorro de US$ 20 bilhões”, https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/por-que-os-eua-resgataram-a-argentina-com-um-socorro-de-us-20-bilhoes/

CNN Brasil, “Quem é Nasry Asfura, presidente eleito em Honduras e apoiado por Trump” (dez. 2025), https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-nasry-asfura-presidente-eleito-em-honduras-e-apoiado-por-trump/

CNN Brasil, “Trump condiciona socorro cambial à vitória de Milei e gera críticas nos EUA” (out. 2025), https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-condiciona-socorro-cambial-a-vitoria-de-milei-e-gera-criticas-nos-eua/

CNN, “How right-wing media inspired Trump’s ‘Donroe Doctrine’“ (5 jan. 2026), https://www.cnn.com/2026/01/05/media/trump-donroe-doctrine-ny-post-fox-news

Congressional Research Service, “Colombia’s 2026 Presidential Election” (jun. 2026), https://www.congress.gov/crs-product/IN12689

DefenseScoop, “Details of US military operation in Venezuela (Absolute Resolve)” (3 jan. 2026), https://defensescoop.com/2026/01/03/us-military-operation-venezuela-absolute-resolve-details-gen-caine/

Departamento de Defesa (Inspetor-Geral), Relatório trimestral sobre a Operação Southern Spear (mai. 2026), https://media.defense.gov/2026/May/21/2003935694/-1/-1/1/OSS_Q2_MAR2026_FINAL_508.PDF

Depto. de Estado, "Congratulating Peruvian President-Elect Fujimori" (jun. 2026), https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/06/congratulating-peruvian-president-elect-fujimori

Depto. de Estado, "Designation of International Cartels" (20 fev. 2025), https://www.state.gov/designation-of-international-cartels

Depto. de Estado, "Rubio and Ecuadorian Foreign Minister Sommerfeld, Joint Press Availability" (set. 2025), https://www.state.gov/releases/2025/09/secretary-of-state-marco-rubio-and-ecuadorian-foreign-minister-gabriela-sommerfeld-at-a-joint-press-availability

Depto. de Estado, "Rubio and Mexican Foreign Secretary De la Fuente, Joint Press Availability" (set. 2025), https://www.state.gov/releases/2025/09/secretary-of-state-marco-rubio-and-mexican-foreign-secretary-juan-ramon-de-la-fuente-at-a-joint-press-availability/

Depto. de Estado, "Rubio Before the Senate Committee on Foreign Relations on U.S. Policy Towards Venezuela" (jan. 2026), https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/01/secretary-of-state-marco-rubio-before-the-senate-committee-on-foreign-relations-on-u-s-policy-towards-venezuela

Depto. de Estado, "Signing of a Safe Third Country Agreement with Paraguay" (14 ago. 2025), https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/08/signing-of-a-safe-third-country-agreement-with-paraguay

Depto. de Estado, "Terrorist Designation of Comando Vermelho and Primeiro Comando da Capital" (mai. 2026), https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/05/terrorist-designation-of-comando-vermelho-and-primeiro-comando-da-capital

Depto. de Estado, "The United States to Host the Shield of the Americas Summit" (mar. 2026), https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/03/the-united-states-to-host-the-shield-of-the-americas-summit

El Universo, "Decreto 424: qué implica la inmunidad para militares y civiles extranjeros que colaboren en Ecuador" (jun. 2026), https://www.eluniverso.com/noticias/ecuador/daniel-noboa-decreta-conflicto-armado-interno-y-otorga-inmunidad-a-personal-extranjero-en-ecuador-nota/

Eurasia Group, "The Donroe Doctrine: Eurasia Group's #3 Top Risk of 2026", https://www.eurasiagroup.net/live-post/risk-3-the-donroe-doctrine

Euronews, "Trump styles himself as 'Venezuela's acting president' in Truth Social post" (jan. 2026), https://www.euronews.com/2026/01/12/trump-calls-himself-venezuelas-acting-president-in-truth-social-post

Federal Register (via AILA), "Agreement Between the U.S. and Honduran Governments for Cooperation in Examination of Protection Requests" (90 FR 30076, 8 jul. 2025), https://www.aila.org/dhs-90-fr-30076-7-8-25

Federal Register, EO 14323, "Addressing Threats to the United States by the Government of Brazil" (30 jul. 2025), https://www.federalregister.gov/executive-order/14323

Federal Register, "Agreement Between the U.S. and the Republic of Ecuador Relating to the Transfer of Third-Country Nationals" (17 nov. 2025), https://www.federalregister.gov/documents/2025/11/17/2025-19939/agreement-between-the-government-of-the-united-states-of-america-and-the-government-of-the-republic

Foreign Policy, "'Donroe Doctrine' Recalls Destructive U.S. Interventions in Latin America" (jan. 2026), https://foreignpolicy.com/2026/01/19/us-venezuela-maduro-raid-history-trump-roosevelt-monroe/

Gilderhus, Mark T. (2006), "The Monroe Doctrine, Meanings and Implications", Presidential Studies Quarterly, 36(1), pp. 5 a 16, https://onlinelibrary.wiley.com/ai/10.1111/j.1741-5705.2006.00282.x

House of Commons Library, "The US capture of Nicolás Maduro" (CBP-10452, 6 jan. 2026), https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10452/

InSight Crime, "Military Strikes Target Complex Criminal Landscape on Colombia-Ecuador Border" (mar. 2026), https://insightcrime.org/news/military-strikes-criminal-landscape-colombia-ecuador-border/

International Crisis Group, "Venezuela after Maduro: Transaction or Transition?", https://www.crisisgroup.org/stm/latin-america-caribbean/venezuela-united-states/venezuela-after-maduro-transaction-or-transition

IRI, "Preliminary Statement of Colombia's 2026 Presidential Runoff Election" (jun. 2026), https://www.iri.org/resources/iri-preliminary-statement-of-colombias-2026-presidential-elections-2/

MercoPress, "Petro says he asked Trump to lift his OFAC sanctions in a phone call" (jul. 2026), https://en.mercopress.com/2026/07/04/petro-says-he-asked-trump-to-lift-his-ofac-sanctions-in-a-phone-call

New Lines Magazine, "Latin America's Mixed Reactions to Trump's Venezuela Intervention", https://newlinesmag.com/argument/latin-americas-mixed-reactions-to-trumps-venezuela-intervention/

New York Times, "The 'Donroe Doctrine', Trump's Bid to Control the Western Hemisphere" (17 nov. 2025), https://www.nytimes.com/2025/11/17/world/americas/trump-latin-america-monroe-doctrine.html

New York Times, "Tracking U.S. Military Killings in Boat Attacks" (Gamio, Rosenberg & Savage, dez. 2025), https://www.nytimes.com/interactive/2025/10/29/us/us-caribbean-pacific-boat-strikes.html

Newsweek, "Trump administration's ICE deportation target for 2025" (out. 2025), https://www.newsweek.com/trum-administration-ice-deportation-target-2025-tom-homan-10928065

Newsweek, "Trump Is Remaking Latin America in His Image; Peru and Colombia May Be Next" (2026), https://www.newsweek.com/trump-is-remaking-latin-america-in-his-image-peru-and-colombia-may-be-next-12038839

PBS NewsHour, "Belize signs 'safe third country' agreement as part of Trump's immigration crackdown" (21 out. 2025), https://www.pbs.org/newshour/world/belize-signs-safe-third-country-agreement-as-part-of-trumps-immigration-crackdown

Politico, "How the Iran war is torpedoing the Donroe Doctrine" (6 abr. 2026), https://www.politico.com/newsletters/forecast/2026/04/06/how-the-iran-war-is-torpedoing-the-donroe-doctrine-00860765

Rabe, Stephen G. (2006), "The Johnson Doctrine", Presidential Studies Quarterly, 36(1), pp. 48 a 58, https://onlinelibrary.wiley.com/ai/10.1111/j.1741-5705.2006.00286.x

Reuters, "Condemnation, applause in Latin America after US seizes Venezuela's Maduro" (3 jan. 2026), https://www.reuters.com/world/americas/condemnation-applause-latin-america-after-us-seizes-venezuelas-maduro-2026-01-03/

Reuters, "Trump says Milei had 'a lot of help' from US for Argentina election win" (27 out. 2025), https://www.reuters.com/world/americas/trump-says-milei-had-a-lot-help-us-argentina-election-win-2025-10-27/

Reuters, “US purchased Argentine pesos after top finance officials’ meeting, Bessent says” (9 out. 2025), https://www.reuters.com/world/americas/us-purchased-argentine-pesos-after-top-finance-officials-meeting-bessent-says-2025-10-09/

Ricard, Serge (2006), “The Roosevelt Corollary”, Presidential Studies Quarterly, 36(1), pp. 17 a 26, https://onlinelibrary.wiley.com/ai/10.1111/j.1741-5705.2006.00283.x

Rubio, X/@SecRubio, intenção de designar o Cartel de los Soles como FTO (nov. 2025), https://x.com/SecRubio/status/1990187781151445245

Suprema Corte dos EUA, Learning Resources, Inc. v. Trump, opinião (20 fev. 2026), https://www.supremecourt.gov/opinions/25pdf/24-1287_4gcj.pdf

Tesouro dos EUA, “Treasury Sanctions Colombian President Gustavo Petro and His Support Network” (out. 2025), https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0292

The Guardian, “Colombia sends armed forces to Venezuela border amid concern over refugee influx” (3 jan. 2026), https://www.theguardian.com/world/2026/jan/03/colombia-sends-armed-forces-venezuela-border-concern-refugee-influx

The Hill, “Donald Trump threatens Cuba, Mexico, Colombia, more post-Venezuela operation” (jan. 2026), https://thehill.com/homenews/administration/5672700-trump-venezuela-cuba-mexico-threats/

The Intercept, “Pentagon Reveals Attacks in Latin America Are Just the Beginning” (23 mar. 2026), https://theintercept.com/2026/03/23/trump-operation-total-extermination-ecuador-colombia-cuba/

Tico Times, “Costa Rica Accepts First U.S. Deported Migrants Under New Third Country Deal” (12 abr. 2026), https://ticotimes.net/2026/04/12/costa-rica-accepts-first-u-s-deported-migrants-under-new-third-country-deal

TIME, “Inside Donald Trump’s Mass-Deportation Operation” (jun. 2025), https://time.com/7291757/trump-deportation-ice-el-salvador/

UPI, “Ecuador opens the door to deployment of foreign troops with immunity” (19 jun. 2026), https://www.upi.com/Top_News/World-News/2026/06/19/latam-Ecuador-foreign-troops-organized-crime-immunity/5831781888042/

USA Today, “Trump calls Monroe Doctrine the ‘Donroe Doctrine’ after Venezuela raid” (3 jan. 2026), https://www.usatoday.com/story/news/politics/2026/01/03/trump-on-monroe-doctrine-the-donroe-doctrine-after-venezuela-raid/88008767007/

USTR, “Agreements on Reciprocal Trade” (2026), https://ustr.gov/trade-agreements/agreements-reciprocal-trade

USTR, “Frameworks for Agreements on Reciprocal Trade with El Salvador, Argentina, Ecuador, and Guatemala” (13 nov. 2025), https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2025/november/ambassador-greer-issues-statement-frameworks-agreements-reciprocal-trade-el-salvador-argentina

Washington Post, “The year of the ‘Donroe Doctrine’ (31 dez. 2025), https://www.washingtonpost.com/world/2025/12/31/year-donroe-doctrine/

WOLA, “An Open Call to All States to Stop Facilitating US Extrajudicial Killings” (abr. 2026), https://www.wola.org/2026/04/an-open-call-to-all-states-to-stop-facilitating-us-extrajudicial-killings/

WOLA, “Trump Administration’s Aim to Dominate Latin America: A Year In Review”, https://www.wola.org/analysis/trump-administrations-aim-to-dominate-latin-america-a-year-in-review/

A 1ª Conferência Nacional dos ODS e a retomada da participação social na Agenda 2030 no Brasil

La 1.ª Conferencia Nacional de los ODS y la reanudación de la participación social en la Agenda 2030 en Brasil

The 1st National SDG Conference and the resumption of social participation in the 2030 Agenda in Brazil

Vinicius Marinho Ameixa

Resumo: Realizada em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho de 2026, a Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável marcou um ponto de inflexão na recomposição democrática da Agenda 2030 no Brasil. O encontro encerrou um ciclo de mobilização que envolveu 297 etapas preparatórias em todo o país, sendo 20 conferências estaduais e distrital e 277 etapas livres e municipais. A Plenária Final aprovou 75 propostas para orientar políticas públicas e diretrizes de implementação dos ODS, com 15 propostas priorizadas, uma por Grupo de Trabalho, além da aprovação de 24 moções entre 41 apresentadas. O artigo examina o significado político e técnico desse processo para a governança nacional dos ODS, com atenção aos nexos entre saúde, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, combate às desigualdades, financiamento e territorialização das políticas públicas. Analisa também a participação da Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030), como apoiadora do evento e como ator técnico-institucional no processo preparatório, na mobilização de territórios e na difusão de conteúdos científicos e institucionais. O balanço indica que a Conferência fortaleceu a legitimidade social da Agenda 2030, mas deslocou o desafio principal para a fase de implementação, monitoramento e vinculação das diretrizes aprovadas aos instrumentos de planejamento e orçamento público.

Palavras-chave: Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; participação social; saúde global; diplomacia da saúde; Fiocruz; CNODS; ODS 18; desenvolvimento sustentável; políticas públicas.

Resumen: *Celebrada en Brasilia del 30 de junio al 2 de julio de 2026 la Etapa Nacional de la 1.ª Conferencia Nacional de los Objetivos de Desarrollo Sostenible marcó un punto de inflexión en la recomposición democrática de la Agenda 2030 en Brasil. El encuentro cerró un ciclo de movilización que involucró 297 etapas preparatorias en todo el país incluidas 20 conferencias estatales y del Distrito Federal y 277 etapas libres y municipales. La Sesión Plenaria Final aprobó 75 propuestas para orientar políticas públicas y directrices de implementación de los ODS con 15 propuestas priorizadas una por cada Grupo de Trabajo además de la aprobación de 24 mociones de un total de 41 presentadas. El artículo examina el significado político y técnico de este proceso para la gobernanza nacional de los ODS con especial atención a los vínculos entre salud derechos humanos sostenibilidad ambiental combate a las desigualdades financiamiento y territorialización de las políticas públicas. También analiza la participación de la Fundación Oswaldo Cruz a través de la Estrategia Fiocruz para la Agenda 2030 (EFA 2030) como entidad de apoyo al evento y como actor técnico institucional en el proceso preparatorio en la movilización de los territorios y en la difusión de contenidos científicos e institucionales. El balance indica que*

la Conferencia fortaleció la legitimidad social de la Agenda 2030 pero desplazó el principal desafío hacia la fase de implementación monitoreo y vinculación de las directrices aprobadas con los instrumentos de planificación y presupuesto público.

Palabras clave: *Agenda 2030; Objetivos de Desarrollo Sostenible; participación social; salud global; diplomacia de la salud; Fiocruz; CNODS; ODS 18; desarrollo sostenible; políticas públicas*

Abstract: *The National Stage of the 1st National Conference on the Sustainable Development Goals held in Brasília from June 30 to July 2 2026 marked a turning point in the democratic restoration of the 2030 Agenda in Brazil. The event concluded a nationwide mobilization process involving 297 preparatory stages including 20 state and Federal District conferences and 277 open and municipal stages. The Final Plenary approved 75 proposals to guide public policies and SDG implementation guidelines with 15 priority proposals one from each Working Group as well as 24 motions out of 41 submitted. This article examines the political and technical significance of this process for the national governance of the SDGs focusing on the links among health human rights environmental sustainability the fight against inequalities financing and the territorialization of public policies. It also analyzes the participation of the Oswaldo Cruz Foundation through the Fiocruz Strategy for the 2030 Agenda (EFA 2030) as a supporter of the event and as a technical and institutional actor in the preparatory process in territorial mobilization and in the dissemination of scientific and institutional content. The assessment indicates that the Conference strengthened the social legitimacy of the 2030 Agenda but shifted the main challenge to the implementation monitoring and integration of the approved guidelines into public planning and budgeting instruments.*

Keywords: 2030 Agenda; Sustainable Development Goals; social participation; global health; health diplomacy; Fiocruz; CNODS; SDG 18; sustainable development; public policies

1. Introdução

A Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Brasília entre 30 de junho e 2 de julho de 2026, deve ser lida como mais do que um evento de encerramento de calendário. Seu significado político reside na retomada de um método de formulação pública que combina pactuação federativa, participação social, escuta territorial e produção de diretrizes para orientar o Estado brasileiro na implementação da Agenda 2030. Num ciclo internacional marcado por baixa aceleração dos ODS, disputas geopolíticas sobre financiamento do desenvolvimento e pressão crescente das crises climática, sanitária e humanitária, o Brasil recolocou a conferência nacional como instrumento de legitimação democrática e de formulação programática.

A Conferência se insere no processo de recomposição da Comissão Nacional para os ODS (CNODS), reinstalada pelo Decreto nº 11.704/2023. A medida devolveu capacidade institucional a um espaço que articula governo, sociedade civil e assessoramento técnico em torno da Agenda 2030. O Brasil também passou a discutir, de forma pioneira, o ODS 18, dedicado à Igualdade Étnico-Racial, dando centralidade ao enfrentamento do racismo estrutural e ambiental como condição para qualquer agenda nacional de desenvolvimento sustentável. Esse ponto qualifica a experiência brasileira perante a diplomacia multilateral, pois desloca o debate dos ODS de uma matriz universal abstrata para uma agenda situada, racializada, territorial e atravessada pelos determinantes sociais da saúde.



O tema oficial da Conferência, A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, sintetiza essa dupla natureza. De um lado, trata-se de uma agenda de governo e de Estado, ligada a planejamento, orçamento, políticas públicas e indicadores. De outro, trata-se de uma agenda política de direitos, dependente de participação continuada, proteção de populações vulnerabilizadas, governança territorial e capacidade de conversão de deliberações sociais em decisões públicas.

2. Processo conferencial e escala de participação

O processo preparatório foi estruturado para combinar capilaridade territorial e síntese nacional. Segundo o balanço divulgado ao final da Etapa Nacional, a Conferência contabilizou 297 etapas preparatórias em todo o território brasileiro. Desse total, 20 foram conferências estaduais e distrital, e 277 corresponderam a etapas livres e municipais. Essa dimensão conferiu densidade política ao encontro de Brasília, pois as propostas apreciadas na etapa nacional resultaram de uma cadeia prévia de debates e priorizações, e não de uma formulação concentrada apenas nos órgãos centrais de governo.

Os debates foram organizados em seis eixos programáticos. O Eixo 1 tratou de democracia e instituições fortes. O Eixo 2 abordou sustentabilidade ambiental. O Eixo 3 concentrou-se na promoção da inclusão social e no combate às desigualdades. O Eixo 4 discutiu inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável. O Eixo 5 dedicou-se à governança participativa. O Eixo 6 examinou colaboração multissetorial e financiamento da Agenda 2030. Essa arquitetura permitiu que temas tradicionalmente tratados em campos separados, como saúde, clima, orçamento, direitos humanos, inovação, racismo, trabalho e governança, fossem debatidos de forma integrada.

O desenho conferencial teve relevância particular para a saúde global e a diplomacia da saúde. A saúde apareceu não apenas como ODS 3, mas como dimensão transversal da vida nos territórios. A discussão sobre crise climática, racismo ambiental, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, favelas, cidades, alimentação, trabalho decente e governança de dados reforçou uma compreensão já consolidada na saúde coletiva brasileira: o direito à saúde depende de políticas intersetoriais e da capacidade estatal de enfrentar desigualdades estruturais.

3. Resultados: 75 propostas, 15 prioridades e 24 moções

A Plenária Final da Etapa Nacional aprovou o documento de diretrizes para a implementação da Agenda 2030 no Brasil. O resultado numérico é expressivo: 75 propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho, com 15 propostas priorizadas para leitura e aclamação na plenária final, uma por Grupo de Trabalho. Também foram aprovadas 24 das 41 moções apresentadas, nos termos do Regulamento Interno da Conferência.

As propostas aprovadas não têm, por si só, força normativa automática. Sua relevância está no efeito político e técnico que podem produzir sobre a CNODS, os órgãos de governo, os entes federativos e os mecanismos de planejamento público. Quando bem incorporadas, essas diretrizes podem subsidiar planos setoriais, instrumentos orçamentários, políticas territoriais, arranjos de governança participativa, sistemas de monitoramento e processos de prestação de contas. Quando não incorporadas, correm o risco de se limitar a um repertório consultivo, com baixa capacidade de alterar prioridades institucionais.

A leitura do balanço oficial indica quatro campos de convergência. O primeiro refere-se à governança democrática, com ênfase em conselhos, instâncias deliberativas, participação paritária, controle social e transversalidade entre sociedade civil e poder público. O segundo campo trata da vinculação entre Agenda 2030, planejamento e orçamento, aspecto decisivo para impedir que os ODS sejam reduzidos a linguagem de comunicação institucional. O terceiro reúne sustentabilidade territorial, transição agroecológica, proteção de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, salvaguardas socioambientais, monitoramento de impactos e respostas aos efeitos das cadeias produtivas sobre territórios. O quarto campo diz respeito à inclusão social e aos direitos humanos, com propostas voltadas à ampliação de ações afirmativas, produção de dados interseccionais, geração de emprego decente, qualificação profissional e combate às desigualdades históricas.

As moções aprovadas cumprem função distinta. Elas expressam posições políticas do corpo de delegados sobre temas considerados urgentes, sensíveis ou estratégicos para a Agenda 2030. Em processos conferenciais, esse tipo de instrumento opera como sinal público de incidência social. Não substitui as propostas de diretrizes, mas registra prioridades, denúncias, reivindicações ou compromissos que podem orientar o debate público após o encerramento formal da Conferência.

Quadro 1: Síntese dos principais resultados da Etapa Nacional

Indicador	**Resultado divulgado**
Período da Etapa Nacional	30 de junho a 2 de julho de 2026
Local	Brasília, Distrito Federal
Etapas preparatórias	297 etapas no total
Conferências estaduais e distrital	20
Etapas livres e municipais	277
Propostas aprovadas	75
Propostas priorizadas	15, uma por Grupo de Trabalho
Moções apresentadas e aprovadas	41 apresentadas, 24 aprovadas

4. Saúde, desenvolvimento sustentável e diplomacia brasileira

A 1ª Conferência Nacional dos ODS possui interesse direto para a saúde global porque reposiciona a saúde como resultado de sistemas sociais, ambientais, econômicos e institucionais. O campo da diplomacia da saúde tem insistido que pandemias, emergência

climática, insegurança alimentar, poluição, migrações, conflitos, racismo, desigualdades de gênero e financiamento do desenvolvimento não podem ser tratados como agendas paralelas. A Conferência reforçou essa leitura ao organizar o debate dos ODS em torno de direitos humanos, democracia, sustentabilidade, inovação e financiamento.

Essa abordagem dialoga com a tradição brasileira de saúde coletiva e com a experiência do Sistema Único de Saúde (SUS), para a qual a saúde é determinada por condições de vida, trabalho, renda, moradia, território, saneamento, alimentação, ambiente e acesso a direitos. Nessa perspectiva, a implementação da Agenda 2030 no Brasil não é apenas uma pauta de sustentabilidade ambiental ou de cooperação internacional. É também uma agenda de proteção social, de redução de vulnerabilidades e de defesa de bens públicos.

Do ponto de vista da diplomacia, o processo oferece ao Brasil uma base social e técnica mais robusta para suas posições em fóruns multilaterais. A Agenda 2030 é discutida anualmente no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas, e os Relatórios Nacionais Voluntários funcionam como instrumentos de prestação de contas internacional. Quanto mais participativo, territorializado e tecnicamente documentado for o processo doméstico, maior será a credibilidade do país ao defender financiamento, cooperação, equidade, justiça climática, saúde como direito e combate às desigualdades em espaços regionais e globais.

Ao mesmo tempo, a Conferência expõe um limite clássico do multilateralismo aplicado ao desenvolvimento sustentável: a distância entre compromissos e implementação. A aprovação de propostas é condição necessária, mas não suficiente. O ciclo seguinte exigirá critérios de priorização, responsabilidades institucionais definidas, metas intermediárias, indicadores públicos, fontes de financiamento, capacidade de monitoramento e mecanismos de participação que permaneçam ativos depois do encerramento do evento.

5. Fiocruz e EFA 2030 na Conferência

A Fundação Oswaldo Cruz participou do processo conferencial por meio de sua vinculação técnica à Agenda 2030 e de sua atuação junto à Comissão Nacional para os ODS. O relatório institucional da EFA 2030 registra que Fiocruz, Ipea e IBGE foram indicados como integrantes do corpo de assessoramento técnico permanente da CNODS, com função de subsidiar estratégias de aceleração das metas brasileiras e apoiar tecnicamente a comissão e os órgãos de governo.

No processo preparatório, a Fiocruz articulou e coorganizou conferências livres, distrital e estadual em diferentes territórios. O relatório sistematiza etapas sobre saúde nas favelas, democracia e instituições fortes, culturas populares, ecocídio e racismo, mulheres pescadoras da Ilha de Deus, povos e comunidades tradicionais, Conferência Distrital dos ODS e Conferência Estadual dos ODS do Amazonas. No conjunto dessas oito etapas sistematizadas, registraram-se 802 participantes e 57 delegados ou delegadas homologadas para a Etapa Nacional. O dado é relevante porque mostra uma incidência que não ficou restrita ao espaço institucional da etapa final, alcançando favelas, territórios pesqueiros, comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, movimentos sociais, universidades e instituições públicas.

Esse acúmulo aparece em temas que atravessaram as propostas e debates: centralidade da saúde coletiva intersetorial, interface clima e saúde, racismo ambiental, ecocídio, bem viver, tecnologias sociais, financiamento direto e desburocratizado, governança de dados abertos, ciência cidadã, educação popular e participação deliberativa. A contribuição da Fiocruz, nesse ponto, não deve ser entendida apenas como presença institucional. Trata-se de uma incidência

técnico-política coerente com sua missão histórica de produzir conhecimento, formar quadros, apoiar políticas públicas e atuar em defesa da saúde, da democracia e dos direitos.

Na Etapa Nacional, a Fiocruz, por meio da EFA 2030, apoiou o evento e organizou um estande institucional voltado à difusão de conteúdos sobre desenvolvimento sustentável, ODS e atuação da Fundação. O espaço registrou mais de 300 assinaturas de visitantes e apoiadores, distribuiu publicações técnicas institucionais e apresentou uma intervenção lúdica em totem interativo com amostras da mobilização conduzida pela EFA 2030 nas etapas preparatórias, incluindo dados, números e mapa. O estande também incorporou informações sobre Inteligência de Futuro, em diálogo com a Fiocruz Brasília, e uma Web TV EFA 2030 com material audiovisual sobre ações da Fiocruz e vídeo institucional da Fundação. Para essa ação, a EFA contou com apoio da Fiotec e da Editora Fiocruz.

A presença da EFA 2030 teve uma função comunicacional e política ao mesmo tempo. Comunicacional, porque traduziu evidências, publicações e ações institucionais em linguagem acessível ao público da Conferência. Política, porque deu visibilidade à Fiocruz como instituição capaz de conectar ciência, saúde, territórios e Agenda 2030 num mesmo campo de atuação. Esse tipo de mediação é particularmente relevante em conferências nacionais, onde a disputa não se dá apenas sobre o conteúdo das propostas, mas também sobre quais instituições conseguem converter conhecimento técnico em linguagem pública e em pactuação democrática.

6. Balanço analítico e agenda de implementação

O principal resultado da 1ª Conferência Nacional dos ODS foi a produção de uma base deliberativa nacional em torno da Agenda 2030. A aprovação de 75 propostas, 15 prioridades e 24 moções indica densidade política suficiente para orientar uma agenda de trabalho após Brasília. O valor do processo, porém, dependerá menos do número de deliberações e mais da capacidade de transformar esse conjunto em compromissos verificáveis.

Três desafios se impõem. O primeiro é institucional. A CNODS precisa funcionar como instância de articulação e acompanhamento, evitando que a Conferência se torne um episódio isolado. O segundo é orçamentário. A Agenda 2030 não avança sem vinculação a planejamento plurianual, orçamento público, mecanismos de financiamento e capacidade federativa de execução. O terceiro é informacional. Indicadores agregados são insuficientes para revelar desigualdades territoriais, raciais, de gênero, geracionais e socioeconômicas. A agenda de dados precisa ser aberta, desagregada e utilizável por gestores, conselhos, pesquisadores e movimentos sociais.

Há também um desafio de método. A Conferência mobilizou uma rede ampla de participantes, delegações e territórios. Se essa rede for preservada, poderá atuar como base social de monitoramento, pressão pública e produção de conhecimento local. Se for dissolvida, o processo perderá parte de sua potência. A implementação dos ODS no Brasil dependerá justamente dessa combinação entre capacidade estatal e participação social organizada.

Para a Fiocruz, o ciclo conferencial confirma a pertinência da EFA 2030 como plataforma de articulação entre ciência, saúde, sustentabilidade, direitos humanos e diplomacia. A instituição tem condições de contribuir em pelo menos quatro frentes: produção e qualificação de evidências para o monitoramento dos ODS; apoio à territorialização de políticas públicas; formação e letramento em Agenda 2030; e incidência técnica na interface entre saúde, clima, equidade racial e desenvolvimento. Essa contribuição ganha maior relevância à medida que a

Agenda 2030 se aproxima de seu prazo final e que o debate internacional começa a formular os termos da agenda pós-2030.

A 1ª Conferência Nacional dos ODS encerrou uma etapa, mas inaugurou uma fase mais exigente. O país dispõe agora de um conjunto de diretrizes aprovadas, uma base social mobilizada e um repertório institucional que recoloca a Agenda 2030 no centro do debate público. O teste real será a passagem da deliberação à execução. Para a saúde global e a diplomacia da saúde, esse é o ponto decisivo: transformar participação social em política pública, e transformar compromissos internacionais em melhorias concretas nas condições de vida e saúde da população brasileira.

Referências

1ª Conferência Nacional ODS. Página inicial do evento. https://www.conferenciaods.org/

1ª Conferência Nacional ODS. Etapa Nacional: propostas selecionadas, moções aprovadas, caderno de propostas e outros documentos. https://www.conferenciaods.org/nacional

1ª Conferência Nacional ODS. Sobre a Conferência. https://www.conferenciaods.org/sobre

1ª Conferência Nacional ODS. Eixos da Conferência. https://www.conferenciaods.org/eixos

Propostas aprovadas e priorizadas durante os Grupos de Trabalho da Etapa Nacional. https://docs.google.com/document/d/1zWZL0kAzYURLl8f43kx4l315Tl10Yeq_/edit

Moções aprovadas na Etapa Nacional. https://www.conferenciaods.org/_files/ugd/3ccff0_b1f871ee99bd40b0ae7c5a0b0cf42a3a.pdf

Caderno de propostas da Etapa Nacional. https://www.conferenciaods.org/_files/ugd/3ccff0_53b234e6beb54baf9fbfaa473a0ab1b5.pdf

Presidência da República. Decreto nº 11.704, de 14 de setembro de 2023, que reinstala a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11704.htm

Organização das Nações Unidas. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. https://sdgs.un.org/2030agenda

Fiocruz, EFA 2030. Relatório Executivo Institucional: Apoio Institucional e Engajamento da Fiocruz na 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Documento interno, 2026. https://drive.google.com/file/d/1xZp18KIUxemFR8n-sOEJEIMBW0F3mSlC/view?usp=sharing

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



SDSN. *Sustainable Development Report 2026,* 518pp. Editores: Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Iablonovski, G. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável (RDS) analisa anualmente o progresso dos ODS desde a sua adoção pelos Estados-Membros da ONU em 2015. A edição de 2026 identifica 8 prioridades para acelerar o progresso dos ODS até 2030 e além, e apresenta os resultados de duas novas pesquisas da SDSN: uma com a rede de especialistas da SDSN sobre os esforços dos governos em prol dos ODS e outra com o público em geral sobre as barreiras à implementação dos ODS e as prioridades para uma Agenda pós-2030. Faltando menos de quatro anos para o término da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o progresso em relação aos ODS permanece significativamente aquém do previsto: apenas 16% das metas devem ser alcançadas até o prazo final. Embora a grande maioria dos Estados-membros da ONU permanece comprometida com a estrutura, um pequeno número de países, principalmente os Estados Unidos, passou a se opor ativamente ao paradigma do desenvolvimento sustentável e às instituições multilaterais que o sustentam. O SDR deste ano pede uma implementação mais forte dos ODS e uma cooperação global renovada, à medida que o mundo entra nos últimos anos da Agenda 2030 e começa a preparar o terreno para um marco pós-2030. O relatório inclui o *Índice* e os *Painéis* dos ODS, classificando todos os Estados-Membros da ONU nos 17 ODS, e o *Índice de Apoio dos Países ao Multilateralismo Baseado na ONU (UN-Mi*), que acompanha o envolvimento dos países com o sistema da ONU. O relatório também apresenta duas novas pesquisas: 1) a "*Pesquisa de Especialistas SDSN sobre Esforços Governamentais para os ODS*" e 2) uma grande pesquisa pública em 127 países sobre "*Desafios e Meios de Implementação dos ODS*". Juntas, elas revelam amplo apoio público para manter o quadro dos ODS além de 2030, ao mesmo tempo que expõem disparidades significativas em nível regional e nacional na governança, nos esforços políticos e na capacidade de implementação. Entre os respondentes, mecanismos mais fortes para financiamento, governança e o uso de ciência e dados surgiram como as principais prioridades para acelerar. O lançamento deste ano ocorre em um momento crítico: em meio a crescentes tensões geopolíticas, instabilidade global e estagnação do progresso dos ODS, as discussões formais da ONU sobre a agenda de desenvolvimento pós-2030 devem começar em 2027, juntamente com a transição para um novo Secretário-Geral da ONU. Os editores são Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G., Iablonovski, G. que compõem o Acesso: sustainable-development-report-2026.pdf



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Federico Tobar – PHD, assessor de Financiamento Sustentável do Fundo de População das Nações Unidas, no Quênia, Nairóbi.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)*** são:

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 15 de julho – *Cooperação Sul-Sul: Mais necessária do que nunca*

Dia 29 de julho – *Agenda 2030 global: Onde estamos? Para onde vamos?*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 11/2026

Período: 24 de junho a 7 de julho de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR

Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 10 de julho de 2026.

318 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.